

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/337926661>

# 2007 O Nascimento fora do Matrimónio na freguesia da Ribeira Seca da Ilha de S. Jorge (Açores) 1800–1910

Book · December 2019

CITATIONS

8

READS

30

1 author:



Paulo Teodoro de Matos

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

21 PUBLICATIONS 16 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Counting colonial Populations. The demography and the use of statistics in the Portuguese Empire, 1776-1875 [View project](#)





PAULO LOPES MATOS

**O Nascimento fora do Matrimónio na  
Freguesia da Ribeira Seca da  
Ilha de São Jorge (Açores):  
1800-1910**

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO E SOCIEDADE (NEPS)  
UNIVERSIDADE DO MINHO – INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
GUIMARÃES - 2007

**Título:**

O Nascimento fora do Matrimónio na Freguesia da Ribeira Seca da  
Ilha de São Jorge (Açores):  
1800-1910

**Autor:**

Paulo Lopes Matos

**Colecção:**

Monografias 19

**Edição:**

Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS)  
Universidade do Minho - Instituto de Ciências Sociais  
Guimarães/2007

**Depósito legal:**

267529/07

**ISBN:**

978-989-8040-02-2

**Composição:**

Daniel Freitas

**Capa:**

Luís Miguel Quitéria

**Foto da capa:**

António Pedroso

**Impressão:**

Barbosa & Xavier Lda.

**Direitos reservados:**

Autor  
e  
NEPS

**Tiragem:**

200 exemplares

**Apoios:**

Presidência do Governo da Região Autónoma dos Açores - Direcção Regional da Cultura  
Fundação para a Ciência e Tecnologia (investigação financiada no âmbito do III Quadro Comunitário  
de Apoio)

À memória do avô João



## PREFÁCIO

Ao reapreciar a dissertação de doutoramento de Paulo Teodoro de Matos sobre o nascimento fora do matrimónio na freguesia da Ribeira Seca da Ilha de S. Jorge (Açores): 1800-1910, maravilhei-me, mais uma vez, com a maturidade científica de um investigador tão jovem.

Licenciado em História, optou por obter uma especialização em Demografia Histórica, uma também jovem área científica, com amplos espaços abertos à sedimentação e à inovação. Foi num desses espaços abertos que Paulo Matos se movimentou, articulando todo o seu trabalho de uma forma lógica, desde a curiosidade que motivou a escolha do tema, à colecta dos recursos para o seu tratamento, à abertura de novas vias de compreensão para o mesmo.

De facto, o achamento na grande freguesia da Ribeira Seca de dois róis de confessados oitocentistas “em péssimo estado de conservação”, em que sobressaía o fenómeno da ilegitimidade, foi ponto de partida para um sólida construção.

Aprofundar o fenómeno do nascimento fora do casamento exigia antes de mais o conhecimento da população em causa. A *reconstituição da paróquia* através do cruzamento dos registos sacramentais de baptizados, casamentos e óbitos, em período pertinente para as análises pretendidas, foi uma morosa e importante primeira fase do seu trabalho.

Identificados os protagonistas pelos actos biológicos fundamentais, em cadeia genealógica, abria-se o caminho ao cruzamento com outras fontes nominativas que permitissem o escalonamento social dos chefes de fogo. Além das referências a profissões dos registos paroquiais, dos próprios róis de confessados e de outras fontes, nomeadamente dispensas matrimoniais, a contribuição predial de 1881 conduziu-o à definição de uma tipologia social adequada à realidade em análise.



De posse desta original riqueza informativa, Paulo Matos procurou a sua contextualização, com abordagens marcadamente pluridisciplinares, organizando o seu trabalho em seis capítulos.

Num Primeiro Capítulo, depois de rigorosa inventariação e crítica das fontes e metodologias utilizadas, dá-nos conta desses alicerces fundamentais que suportam a originalidade da sua dissertação: a base de dados demográfica e o escalonamento social dos chefes de família.

Num Segundo Capítulo faz-nos penetrar no espaço da Ribeira Seca oitocentista, acompanhando a dinâmica da construção da sua geografia humana, condicionada por um espaço de orografia complexa e recursos naturais diversificados e por uma população em que sobressaía a suavidade da morte.

No Terceiro Capítulo, para o estudo de *a população e os condicionalismos demográficos*, utiliza, de uma forma encadeada, os recursos da base de dados demográfica decorrente da reconstituição da paróquia, a par de informações datadas sobre volume da população existentes em arquivos públicos, para nos fazer acompanhar os ritmos de evolução da população em causa. Desenvolve, depois, uma análise em moldes clássicos dos comportamentos demográficos da natalidade, salientando a ilegitimidade, fecundidade, nupcialidade, celibato definitivo, mortalidade e emigração, conduzindo-nos a uma compreensão endógena do ritmo da evolução da população.

O Quarto Capítulo incide sobre a análise do tema fulcral da sua dissertação, as *ilegitimidades*, num aprofundamento que não se eximiu a esforços para acompanhar histórias de mães com filhos fora do casamento, mesmo para além dos limites geográficos da paróquia. A base de dados demográfica em cruzamento com a informação dos róis de confessados, apoiando-se no escalonamento social dos chefes de família, permitiu-lhe a perseguição dos comportamentos diferenciais, criando um original e riquíssimo espaço de pesquisa.

No Quinto Capítulo, sobre *a configuração dos agregados domésticos*, faz-nos penetrar na problemática complexa da sua tipificação a partir de fontes diferenciadas. Dadas as dificuldades sentidas na aplicação da clássica *tipologia de Cambridge*, apresenta ele próprio uma proposta tipológica a contemplar os agregados domésticos com situações de ilegitimidade.

No Sexto Capítulo, penetra no debate teórico de temas como *sub-sociedade de ilegítimos* ou incidência da ilegitimidade em populações com repartição não igualitária da herança, abrindo-nos uma nova e riquíssima visão da complexidade do fenómeno: não só a elevada idade ao casamento masculino e feminino, a emigração diferencial que condena muitas mulheres ao celibato, a suave mortalidade infantil que incrementa a população, a marcada longevidade que protela as heranças, mas também as desigualdades sociais, as onerosas dispensas matrimoniais, a recusa ao abandono de crianças, a cultura de convívio com o fenómeno (que o autor recolhe dos documentos mas também junto dos velhos da comunidade).

O agradável encadeamento do discurso de Paulo Matos e o tema sensível escolhido, são ainda uma garantia de que este rigoroso trabalho científico terá repercussão muito para além dos meios académicos.

Outubro de 2007

Maria Norberta Amorim



«Já lhe disse que estou convencido da subjectividade do discurso histórico, que esse discurso é o produto de um sonho, de um sonho que no entanto não é livre, visto que as grandes cortinas de imagens de que é feito têm obrigatoriamente de se prender a pregos [...]. E isto é tão válido, afinal de contas, em relação a uma história recente, ainda que nela haja profusão, super abundância de fontes, como em relação a uma história de um passado muito antigo [...]. Porque, afinal, as nossas «fontes» são apenas um espécie de suporte, ou melhor, de trampolim. Para nos lançarmos, para saltarmos, para, com a maior flexibilidade, construirmos uma hipótese, válida, fundamentada, sobre o que poderão ter sido os acontecimentos ou as estruturas».

(Georges Duby em resposta a Guy Lardreau, *Diálogos sobre a Nova História*, col. Anais, Dom Quixote, 1989, pp. 41-42 (ed. original francesa de 1980).



## NOTA PRÉVIA

A temática e a área geográfica abordadas nesta dissertação são, em certa medida, fruto do acaso. No Verão de 1997 enquanto percorríamos os arquivos de igrejas da ilha de São Jorge em busca de documentação relativa aos séculos XVIII e XIX, deparámos com dois róis de confessados da freguesia da Ribeira Seca. Da análise deste acervo verificou-se uma estrutura familiar onde proliferavam agregados domésticos formados por mães solteiras mas, também, de diversos fogos onde os ilegítimos coabitavam com seus avós. Na realidade, era difícil prever altos níveis de ilegitimidade - situados entre os 15% e os 30% - numa zona ultraperiférica, rural e profundamente católica. Eis, pois, a principal motivação que conduziu à elaboração deste estudo.

O nascimento fora do matrimónio é, actualmente, uma realidade bem presente na sociedade portuguesa e açoriana acentuando-se fundamentalmente no decurso dos últimos trinta anos. A *revolução dos cravos* e a concomitante abertura de mentalidades tem-se manifestado, em boa medida, na sistemática perda do carácter normativo do matrimónio civil e eclesiástico, conduzindo ao aparecimento de diversas famílias *monoparentais* e *recompostas*. Em 2005, segundo as estatísticas demográficas, a percentagem de ilegítimos ultrapassava os 30.7% em Portugal Continental e 21.6% na Região Autónoma dos Açores<sup>1</sup>.

Actualmente a designação de mãe solteira ou de filho ilegítimo não é juridicamente válida. Como comenta Martine Segalen, o recente conceito sociológico de *one-parent families* (famílias monoparentais) pretende exactamente «evitar a utilização, simultaneamente conotada ideologicamente e mal apropriada à situação, de mães solteiras e de famílias desfeitas»<sup>2</sup>. Pelo contrário, no passado europeu, moldado pelos ditames da religião em todos os aspectos do quotidiano, prevalecia um discurso sexual rígido e centrado em torno

---

<sup>1</sup> Cf. *Estatísticas Demográficas de 2005*, INE, 2007, p. 46 (figura 3.12).

<sup>2</sup> Cf. *Sociologia da Família*, Lisboa, Terramar, 1999 (ed. original francesa de 1996).

do matrimónio. Por isso, a doutrina católica acompanhada e vigiada pelos mecanismos comunitários, condenava severamente toda a actividade sexual não conjugal.

A par da teorização do matrimónio como sustentáculo da família, a Igreja terá contribuído para uma certa visão secundária da mulher. Marido e esposa sempre foram «uma igualdade de geometria variável», onde o sexo feminino assumia funções reprodutivas: um «vaso» que frutificava através do sangue do homem<sup>3</sup>. A secundarização da mulher é, por isso, associada à fraqueza do sexo, pois ela deve ser protegida «pela sua própria natureza»<sup>4</sup>; aliás, de acordo com São Paulo o «homem é a cabeça da mulher», referência bíblica que, segundo Le Goff, «o cristianismo assim cria e assim [...] ensinou»<sup>5</sup>.

O adultério é, pois, a evidência máxima nesta ‘geometria variável’. Constituindo a fidelidade uma mútua obrigação entre os consortes, que o teólogo não se esquece de frisar, adverte também que a monogamia é uma «propriedade notável» em oposição às poligamias sub-divisíveis em *polygnesia* (homem com muitas mulheres) e *polyandria* (mulher com vários homens). No entanto, esta última é a mais repugnante ao matrimónio «pois a experiencia mostra, que as mulheres conhecidas por outros homens não produzem; e quando produzem são filhos de pais incertos». Já a *polygnesia* «não repugna aos fins primários do matrimónio, porque a experiencia mostra, que um só homem pode fecundar a muitas mulheres, e cuidar da educação de muitos filhos»<sup>6</sup>.

---

<sup>3</sup> Cf. A. Hespanha, «Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna», *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), 1993 (4º-5º), p. 963. Sobre a codicologia sexual, ver pp. 953-954 e 963-964.

<sup>4</sup> Cf. João de Pina Cabral, «As mulheres, a maternidade e a posse da terra no alto Minho», *Análise Social*, vol. XX (80), 1884-1º, pp. 101-102. Sobre este assunto consulte-se, também Irene Tomé, «Representações Femininas nas Ordenações Afonsinas», *Faces de Eva*, nº 5, 2001, pp. 124-128.

<sup>5</sup> Cf. Jacques Le Goff, *A Civilização do Ocidente Medieval*, vol. II, col. Nova História, Lisboa, Estampa, 1994, p. 42. (ed. original francesa de 1964).

<sup>6</sup> D. António Rodrigues de Araújo, *Compêndio de Theologia Moral [...]*, tomo II, Porto, Tip. Commercial, 1853, p. 183 (§ 1349 e 1350).

No plano civil, durante a época de vigência das *Ordenações*, o discurso eclesiástico foi naturalmente sentido<sup>7</sup>. A mulher era submissa ao marido, podia ser corrigida e possuía um escasso domínio jurídico sobre os bens, mesmo existindo escritura ante-nupcial. Até a tutela do filho menor por morte do cônjuge não lhe pertencia, mas sim ao juiz dos órfãos que, por conselho de família, podia normalmente «colocar o filho *alieni iuris* (i.e., sujeito ao pai) sob a *patria potestas* do avô»<sup>8</sup>. Os desvios à conduta moral eram particularmente punidos, como o adultério que podia conduzir à morte pelas mãos do marido ou à clausura em cárcere privado<sup>9</sup>. A vida comunitária teve, decerto, um papel de destaque neste controle social a julgar pelo édito de D. José I, proibindo que fossem colocados cornos às portas dos maridos enganados<sup>10</sup>.

A submissão das mulheres patente na legislação civil tem, no entanto, uma particularidade até ao código civil de 1867. Enquanto se punem severamente as adúlteras, há muita condescendência para com as solteiras, desde que não haja relação com clérigos, homens casados, ou nobres. A sociedade teme a *turbatio sanguinis* (confusão de sangue) e salvaguarda a honra do homem, que uma vez manchada, provocava uma «dor maior do que a morte de um filho»<sup>11</sup>. Assim, a permissividade do legislador reflecte-se na transmissão do património. Se o homem fosse peão com descendência ilegítima de mulher solteira as *Ordenações* determinavam que o filho estivesse em igualdade jurídica face aos legítimos<sup>12</sup>. A contenção legislativa centrava-se, assim, nos filhos espúrios resultantes de diversos impedimentos matrimoniais, como a consanguinidade e a afinidade, ou em função de dissemelhantes condições sociais dos progenitores. Todos os demais ilegítimos eram considerados naturais, isto é, sucessíveis, por serem o produto de homem e mulher passíveis de casamento.

---

<sup>7</sup> Cf. Elina Guimarães, «A Mulher Portuguesa na Legislação Civil», *Análise Social*, vol. XXII (92-93), 1986 (3º-4º), pp. 557-577.

<sup>8</sup> Cf. A. Hespanha, art. cit., p. 957.

<sup>9</sup> Cf. Elina Guimarães, art. cit., p. 559.

<sup>10</sup> Decreto de 15 de Março de 1751.

<sup>11</sup> Fragoso, *Regimem* [...], cit., por A. Hespanha, já cit., p. 963.

<sup>12</sup> *Ordenações Filipinas*, Liv. 4-5 (tit. XCII).



A temática do nascimento fora do matrimónio no passado português tem-se desenvolvido sobretudo desde a década de 1980, onde a antropologia de origem anglo-saxónica prestou importantes contributos. Os estudos de Brian Juan O'Neill e de João de Pina Cabral sobre comunidades do Norte Português permitiram evidenciar a ampla generalização da ilegitimidade no passado recente de determinadas freguesias, contextualizando-a na desigualdade perante os sistemas de reprodução da sociedade e no próprio código normativo imposto pela comunidade<sup>13</sup>. Mais recentemente a abordagem interdisciplinar de Caroline Brettell também sublinhou a difusão da bastardia numa paróquia do Minho<sup>14</sup>, enquanto o estudo de Fátima Brandão, igualmente centrado no Norte do país, colocou a posse da terra como o principal catalizador do fenómeno aqui estudado<sup>15</sup>.

Do ponto de vista estritamente demográfico escasseiam investigações específicas sobre a natalidade fora do casamento. Só na década de 1990 a metodologia de *reconstituição de paróquias* desenvolvida por Maria Norberta Amorim e pelo grupo do Núcleo de Estudos da População e Sociedade tem vindo a revelar a generalização da ilegitimidade em diversas paróquias do Noroeste Português, realidade já expressa em diversas sínteses<sup>16</sup>. Todavia a abordagem desta temática surge, na maioria das monografias demográficas, como um assunto acessório e enquadrado na fecundidade, não como um objecto de estudo *de per si*. Exceptue-se, porém, o recente e pioneiro trabalho de António Amaro das Neves centrado na ilegitimidade do concelho de Guimarães no decurso dos

---

<sup>13</sup> Cf. Brian O'Neill, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras. Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, col. Portugal de Perto, Lisboa, Dom Quixote, 1984 (ed. original inglesa de 1982) e, de João de Pina Cabral, *Filhos de Adão, filhas de Eva. A visão do mundo camponesa do Alto Minho*, col. Portugal de Perto, Lisboa, Dom Quixote, 1989 (ed. original inglesa de 1986).

<sup>14</sup> Cf. *Homens que Partem, Mulheres que Esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*, col. Portugal de Perto, Lisboa, Dom Quixote, 1991 (ed. original inglesa de 1986).

<sup>15</sup> Cf. *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal. O caso de Mosteiro no século XIX*, col. Biblioteca das Ciências do Homem, Lisboa, Afrontamento, 1994.

<sup>16</sup> Veja-se, por exemplo, de Maria Norberta Amorim, «O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial», *Ler História*, nº 36 – *Noroeste Peninsular*, 1999, pp. 9-43.

séculos XVI a XVIII, fazendo uso de metodologias e abordagens assaz inovadoras<sup>17</sup>.

O suporte empírico que sustenta boa parte deste trabalho baseia-se na reconstituição da paróquia da Ribeira Seca através dos registos paroquiais e traduz-se numa base de dados com cerca de 3000 famílias encadeadas genealógicamente, bem como no acervo de listas nominativas e *róis de confissão* disponíveis para esta freguesia. Não se apresenta, pois, qualquer monografia da freguesia. Estamos certos, porém, da utilização de um variado *corpus* documental que para além da reconstituição da paróquia recorre a diversas fontes eclesiásticas, notariais e fiscais. A investigação conducente a uma futura monografia sobre a freguesia ou concelho estará, por isso, facilitada.

Ao longo dos seis capítulos que compõem esta dissertação pretende-se descrever a ilegitimidade, mesmo que de modo estatístico, aprofundando entretanto a análise demográfica sustentada em padrões sociológicos. Partiremos do geral para o particular, de modo a reflectir primeiramente sobre os diversos condicionalismos sócio-económicos subjacentes à ilegitimidade. Numa segunda fase são tratadas as diversas «ilegitimidades», utilizando a reconstituição da paróquia no sentido de se contabilizar o estado civil das progenitoras, o volume de mães solteiras com e sem posterior consórcio, a sua idade média, reincidência e condição económica subjacente. Se este capítulo se afigura muito descritivo e eventualmente árido, deriva de um acto consciente e decorre da necessidade de quantificar o volume e o comportamento das mães solteiras e de ensaiar uma metodologia.

Finalmente, tentaremos reflectir acerca da extensão do nascimento fora do matrimónio, aferindo-se se este fenómeno se restringe a determinados sectores sociais ou, se pelo contrário, abarca toda a sociedade. Desta análise

---

<sup>17</sup> *Filhos das Ervas. A ilegitimidade no norte de Guimarães (séculos XVI-XVIII)*, Guimarães, Núcleo de Estudos da População e Sociedade – Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2001.

aguardamos uma melhor compreensão deste objecto, na sequência da averiguação das causas e da própria dimensão social da ilegitimidade.

\*

Este estudo constitui, no essencial, a dissertação de doutoramento em História, área de conhecimento de Demografia Histórica, apresentada à Universidade do Minho em Fevereiro de 2004. Procedemos a pequenas alterações, umas com o propósito de aligeirar o aparato crítico, outras decorrentes das sugestões dos membros do júri, em particular as do Prof. Doutor José Manuel Perez Garcia, arguente principal, a quem agradecemos, reconhecidamente, a leitura crítica deste texto.

A presente edição foi apoiada pela Direcção Regional da Cultura da Região Autónoma dos Açores através de um subsídio que permitiu a sua concretização. Ao Núcleo de Estudos da População e Sociedade da Universidade do Minho agradecemos o empenho nesta edição, em particular às suas directoras, Prof.<sup>as</sup> Doutoras Margarida Durães e Isabel dos Guimarães Sá, que prontamente se propuseram integrar este texto na colecção de monografias do NEPS e generosamente agilizaram todo o processo editorial.

Ao longo da preparação deste estudo recebemos vários apoios e incentivos que, de nenhum modo, podemos olvidar. Em primeiro lugar expressamos o nosso agradecimento à Professora Doutora Maria Norberta Amorim, nossa orientadora principal, que desde cedo nos encorajou nos primeiros passos da demografia histórica. Somos-lhe devedor do modelo metodológico adoptado, do estímulo constante e interessado na investigação, da sua generosidade disponibilizando vários recursos do Núcleo de Estudos da População e Sociedade e da crítica exigente, enriquecedora, mas sempre amiga, que fez aos vários capítulos.

Ao Professor Doutor Avelino de Freitas de Meneses, nosso co-orientador, expressamos a nossa gratidão pelo acompanhamento que fez deste

trabalho desde o primeiro momento, não só pelas sugestões que nos deu na elaboração do plano, como as ditadas pela leitura atenta, rigorosa e interessada a todo o texto e que muito o vieram beneficiar.

No Núcleo de Estudos da População e Sociedade sempre encontramos um permanente profissionalismo. Permitimo-nos destacar o Victor Oliveira pelo seu esforço, empenhado e competente, na ajuda prestada na reconstituição da paróquia da Ribeira Seca, bem como ao Daniel Freitas pela disponibilidade posta no tratamento informático da base de dados de famílias e na composição do actual texto.

Recebemos, também, diversos incentivos, sugestões, esclarecimentos, indicações bibliográficas, etc que não podem ficar esquecidos. Destaque-se o Dr. Paulo Silveira e Sousa, também investigador das «ilhas periféricas», e a quem devemos um apoio constante nesta investigação, bem como as referências bibliográficas e estudos ainda inéditos que generosamente nos cedeu. À Doutora Cristina Ventura estamos reconhecidos pela paciente leitura que fez de parte deste estudo, designadamente na área da estatística, e que muito o enriqueceram. Mas contraímos, também, várias outras dívidas e, sob o risco de involuntária omissão, refiram-se os nomes da Dra Ana Cristina Freitas, Dr. António Boavida Madeira (†), Prof. Doutor António Manuel Hespanha, Dra Carla Araújo, Sr. Fernando Gaspar Silva, Prof<sup>a</sup> Doutora Gilberta Rocha, Dra Joana Estorninho, Prof. Doutor José Damião Rodrigues, Doutor José Guilherme Reis Leite, D. Lúcia da Silveira Enes, Dr. Luís Pinheiro, Eng<sup>o</sup> Luís Miguel Martinho, Luís Miguel Quitéria, Prof<sup>a</sup> Doutora Maria Augusta Lima Cruz, Prof. Doutor Mário Ferreira Lages, Professor Nemésio Serpa e Prof. Doutor Pedro Cardim.

Gostaríamos também de recordar algumas instituições que nos apoiaram quando preparámos esta dissertação. À Fundação para a Ciência e Tecnologia agradecemos a bolsa concedida e que foi importante para levarmos a bom termo a investigação desenvolvida. À Direcção Regional da Cultura dos Açores, na pessoa do seu titular de então, Prof. Doutor Luís Fagundes Duarte, expressamos

o nosso reconhecimento pelo apoio concedido a duas deslocações efectuadas aos arquivos açorianos.

Uma palavra de gratidão é também devida à Dra Vanda Belém e aos funcionários da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo pela gentileza e eficiência com que sempre nos atenderam.

Em São Jorge somos devedores da generosidade de vários idosos da Ribeira Seca que, pedindo o anonimato, se prontificaram a recordar o passado, facultando-nos testemunhos fundamentais para um contacto mais directo com a terra e as suas gentes. Seja-nos permitido expressar profunda gratidão à Sra Dona Maria Guiomar Fontes, anciã da freguesia da Ribeira Seca, recentemente falecida com 99 anos. A sua enorme lucidez, inteligência e generosidade permitiram-nos identificar um vasto número de famílias e percursos – em alguns casos indivíduos nascidos na década de 1830 – sempre com interesse e amizade. Com Dona Guiomar Fontes e sua família, que com grande desvelo a acompanhava, estabelecemos laços de amizade que ainda perduram.

Não podemos esquecer também o inestimável contributo do Padre Manuel António das Matas dos Santos, Pároco da Calheta que, com raro sentido da importância dos acervos paroquiais e, surpreso pelo lamentável estado do arquivo da Ribeira Seca, o salvou de uma eminente destruição. Estamos-lhe reconhecidos pelas muitas facilidades que nos concedeu na longa investigação realizada num arquivo distante e ainda não organizado e pela sua simpatia e permanente disponibilidade.

Aos primos Natália, José Gaspar, Diogo e Bárbara reconhecemos o carinho com que sempre nos acolheram e o interesse com que acompanharam a elaboração deste estudo.

A nossos Pais, à Sara e ao João, mas também à Cecília, agradecemos a «boa dose de paciência» por ao longo de dois anos se habituarem a que repartíssemos o tempo entre Lisboa e Guimarães, e pelo apoio generoso que

sempre nos deram. Ao Pai, a infinita paciência com que sempre atento às questões da história açoriana nos elucidou em muitos dos seus aspectos.

Da Helena sempre recebemos o estímulo amigo e o entusiasmo sincero pelo nosso trabalho. Sem a sua ternura, paciência e abnegação, teria sido difícil cumprir o projecto delineado. Do Tomás, a quem nem sempre pudemos contar as histórias de que uma pequena criança pede e necessita, veio o derradeiro incentivo para que se terminasse esta investigação.

Fajã do Ouvidor (São Jorge), Agosto de 2007.

P.L.M.

## ABREVIATURAS

A.C.M.V. – Arquivo da Câmara Municipal de Velas (S. Jorge)

A.H.P. – Arquivo Histórico Parlamentar

A.H.U. – Arquivo Histórico Ultramarino

A.P.I.M.S.C. – Arquivo Paroquial da Igreja Matriz de Santa Catarina (S. Jorge),  
onde se integra o núcleo de São Tiago da Ribeira Seca (A.P.I.S.T.)

A.P.I.M.V. – Arquivo Paroquial da Igreja Matriz de Velas (S. Jorge)

A.P.I.N.G. – Arquivo Paroquial da Igreja do Norte Grande (S. Jorge)

A.R.F.C. – Arquivo da Repartição de Finanças da Calheta (S. Jorge)

B.P.A.A.H. – Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo

D.G. – *Diário do Governo*

I.A.N./T.T. – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

N.H. - *Notas Históricas* do Padre Manuel de Azevedo da Cunha, vol. I – *Estudos sobre o concelho da Calheta (S. Jorge)*, vol. II – *Anais do município da Calheta (S. Jorge)*.

## **CAPÍTULO 1 - AS FONTES E O MÉTODO**

### **1 – As fontes: suas características, evolução e fiabilidade**

O propósito de quantificar as gentes, seus ritmos de expansão e comportamentos demográficos é razoavelmente logrado pela relativa abundância de fontes disponíveis para o século XIX. Como se sabe o ano de 1864 ainda é referenciado como o início da estatística demográfica moderna, graças ao surgimento dos recenseamentos gerais da população portuguesa em série regular e com padrões de recolha normalizados. Talvez por esta razão a primeira metade Oitocentista enfraquece a falta estudos demográficos aprofundados, resultado da descontinuidade documental, da sua fiabilidade e, não menos importante, da profusão de entidades produtoras de estatísticas.

O arquipélago dos Açores não foge a esta regra, embora se lhe possam apontar algumas exceções. Se por um lado o conjunto insular é marginalizado em alguns cálculos da população, como os de 1798 e 1801, as suas peculiaridades geográficas, históricas e administrativas foram responsáveis pela produção de um bom número de estatísticas, algumas das quais de notável qualidade, abrangência geográfica e riqueza informativa. No entanto, essa abundância dispersa-se por diversos acervos documentais, estruturalmente distintos e visando propósitos nem sempre coincidentes. Daqui impera a necessidade de se proceder a uma exaustiva recolha de fontes, qualquer que seja a sua origem, submetendo-as posteriormente a critérios de aferição de qualidade. Por fim, será necessário ponderar as virtudes e omissões de cada tipo de estatística, recorrendo-se até ao cotejo com outros documentos cronologicamente coincidentes. Só após estas diligências estaremos em condições de apresentar séries coerentes e de calcular com alguma segurança determinados indicadores demográficos.

Na caracterização dos principais vectores da evolução demográfica da freguesia da Ribeira Seca, designadamente as estruturas populacionais e os



comportamentos demográficos, fomos irremediavelmente compelidos a extravasar a geografia paroquial procurando-se, na medida do possível, um confronto com a realidade insular e distrital. É que qualquer análise demográfica, mesmo que essencialmente quantitativa, deve contemplar comparações longitudinais e transversais face a outros espaços de forma a melhor caracterizar o objecto de estudo. Mas esta necessidade também se torna essencial ao focalizar-se a ilegitimidade que, como se sabe, resulta da interacção entre diversos vectores demográficos e sociológicos.

É certo que a comparação demográfica da ilha de São Jorge não se coaduna inteiramente face ao antigo distrito de Angra do Heroísmo e às características de ilhas geográfica e economicamente distintas, razão pela qual não insistimos numa análise demorada das ilhas Graciosa e Terceira<sup>18</sup>. Todavia houve a necessidade, que temos por legítima, de comparar os segmentos desta unidade administrativa na tentativa de se investigar a eventual especificidade do espaço que nos propomos abordar.

## 1.1 - As estatísticas civis

Desde a criação da capitania-geral dos Açores, em 1766, por iniciativa pombalina, o arquipélago conheceu, tal como as colónias, um bom número de mapas da população<sup>19</sup>. Inaugurava-se uma fase «pré-estatística» inserida no espírito das Luzes e traduzida na realização de diversas estatísticas, designadamente do foro militar, agrícola, administrativo e financeiro. Este

---

<sup>18</sup> São Jorge, por razões histórico-geográficas, manteve-se também bastante ligada às restantes ilhas do «triângulo»: o Pico para onde confluía um intenso tráfego de cabotagem, e o Faial de onde se escoava boa parte da exportação jorgense. Os laços com a ilha Terceira, situada a norte, efectivavam-se sobretudo a partir da vila do Topo, dada a maior proximidade àquela ilha.

<sup>19</sup> Como é sabido os mapas decretados pelo Marquês, extensíveis a todo o Ultramar português, são numerosos para o último quartel do século XVIII. A sua caracterização para o arquipélago foi já alvo de alguns estudos, nomeadamente de Artur Madeira, *População e Emigração nos Açores (1766-1820)*, Cascais, Patrimonia 1999; de Avelino Freitas de Meneses, *Gentes dos Açores. O Número e a Mobilidade em Meados do Século XVIII*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1997 (policopiado), e de Maria Norberta Amorim e Hermínia Mesquita, «Uma perspectiva da população açoriana no século XVIII», in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, pp. 353-375, maxime pp. 365-366.

processo, centralizado na figura do capitão-geral articulava-se com os juizes de fora e vereações municipais a fim de se colherem os dados que posteriormente seriam enviados à Secretaria dos Negócios Ultramarinos. Neste contexto surgem os diversos cômputos da população açoriana organizados ao nível da ilha e destinados à posterior elaboração de um mapa insular<sup>20</sup>.

A informação contida nestes mapas já incluía, em 1776, o arrolamento de efectivos por sexo, a estrutura etária - apesar de rudimentar<sup>21</sup> -, juntando-se-lhe os movimentos da população. Mas é em 1799 que se vislumbram substanciais alterações traduzidas, na generalidade das áreas geográficas, por uma pormenorizada descrição dos habitantes por sexo, estado civil, estrutura etária em grupos quinquenais ou decenais e, finalmente, pela listagem dos óbitos e matrimónios por escalão etário. Em alguns casos, como foi o da freguesia da Ribeira Seca, as estatísticas incluem o número de indivíduos por idade exacta em cada estado civil e sexo<sup>22</sup>.

O labor estatístico de finais do século XVIII acentuou-se na primeira década Oitocentista, dando corpo a um conjunto apreciável de numeramentos populacionais cujo conteúdo se pode considerar inovador para a época em estudo, comparativamente ao Continente. Tratam-se dos «Mapas da população da ilha [...] no 1º de Janeiro de 1808 e do que occorreo na dita população em todo o anno antecedente» elaborados pelos juizes de fora e enviados ao capitão-

---

<sup>20</sup> Saliente-se que a elaboração sistemática destas fontes se consagra a partir de 1776 por ordem de D. Maria I expedida ao governo das ilhas em 21.05.1776. Antes dessa data são apenas conhecidos os mapas de 1766, 1768, 1769 e 1770, nem sempre extensíveis todo o arquipélago.

<sup>21</sup> Para o sexo masculino compreendiam-se os escalões de 1-7, 7-15, 15-60, 60-90, 90+ e para o feminino 1-7, 7-14, 14-40, 40-90, 90+.

<sup>22</sup> Cf. B.P.A.A.H., *Capitania-geral*, População, mç. 6 (1789-1827), «Mappa dos habitantes desta freguesia da Ribeira Secca (San Thiago) em o anno de 1799». Para 1799 são também conhecidos mapas com idênticas características para as ilhas Graciosa, Faial, São Miguel e Santa Maria. Cf. B.P.A.A.H., *Capitania-geral*, População, mç. 4 (Ilhas de São Miguel e Santa Maria – anos de 1795 a 1815), mç. 5 (Faial e Pico), mç. 6 (Graciosa). Desconhecemos, contudo, o conteúdo da provisão que estaria na base desta alteração censitária. Os requisitos destes mapas a preencher pelos párocos deveriam ser diferenciados por sexo e idade: «brancos» (solteiros, casados e viúvos), «mulatos» (brancos solteiros e viúvos), «pretos» (brancos, solteiros e viúvos). Para o movimento da população (nascimentos, casamentos e óbitos) continuava-se a exigir a idade, sexo e etnia, questionando-se finalmente o número de clérigos existentes na freguesia.

geral dos Açores<sup>23</sup>. A sua informação versa a repartição etária, civil e sexual por grupos etários decenais, a população eclesiástica (distribuída por conventos e recolhimentos), sendo a desagregação feita maioritariamente por freguesia<sup>24</sup>.

Esta iniciativa parece enquadrar-se na súbita ascensão da autoridade política da Capitania-geral, sensivelmente a partir de 1807, quando a Coroa experimentava grandes dificuldades e se avizinhavam as invasões francesas. Também José Damião Rodrigues em recente estudo ressalta esta ideia, quando escreve que «o quadro político e institucional transformou-se a partir de 1807. A figura do capitão-geral tornou-se mais presente e actuante, numa conjuntura em que as ilhas açorianas foram novamente chamadas a desempenhar um papel central»<sup>25</sup>.

Porém, independentemente das diligências do foro estatístico da capitania-geral em inícios de Oitocentos, apenas voltamos a localizar mapas para a ilha de São Jorge nos anos de 1819, 1825, 1826 e 1827 agora elaborados pelos governadores militares ilha<sup>26</sup>. Daqui decorre, infelizmente, um lapso cronológico

---

<sup>23</sup> Cf. B.P.A.A.H., *Capitania-geral*, Mapas da População (1808-1841), «Mappa da população da ilha de S. Jorge no 1º de Janeiro de 1808 e do que occorreo na dita população em todo o anno antecedente». Neste acervo, e no que respeita a 1807, temos conhecimento destas fontes para todas as ilhas do arquipélago. É verosímil que a elaboração das estatísticas mencionadas remonte a anos anteriores, como se infere pelo «Mappa da população da ilha de São Miguel em o 1º de Janeiro de 1807 e do que ocorreu na dita população em todo o anno antecedente de 1806». Cf. *Índice das Variedades Açorianas coligidas por José Torres (série manuscrita)*, recolha introdução e notas de Maria Regina A. de Carvalho Amaral e Maria Antónia P. Coelho de Freitas, Ponta Delgada, S.R.E.C-Universidade dos Açores /Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, 1992, pp. 21-22.

<sup>24</sup> O mapa da ilha de São Jorge é o único a desagregar a informação apenas a nível concelhio.

<sup>25</sup> Cf. *São Miguel no Século XVIII. Casa, Família e Mecanismos de Poder*, vol. II, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003, p.839.

<sup>26</sup> Trata-se de um conjunto de fontes elaboradas sempre ao nível da ilha (excepto para um dos mapas de 1827) versando o estado civil, militar e eclesiástico, sendo a informação demográfica *grosso modo* equivalente às estatísticas apontadas para 1807. Para 1819, cf. B.P.A.A.H., *Capitania-geral*, *População*, maço 6, «Statistica da ilha de S. Jorge em o anno de 1819». Para os anos de 1825, 1826 e 1827 foram elaborados mapas ainda mais detalhados, designadamente na área da economia e Fazenda Pública. Cf. A.H.U., Açores, maço 112, Mapas estatísticos da ilha de São Jorge dos anos de 1825, 1826 e 1827 e, ainda, para 1827, o «Mappa da População das des Freguezias que tem as tres [jurisdições]...», B.P.A.A.H., *Capitania-geral*, *População*, maço 6. Sobre o estudo dos mapas de 1825-1827, veja-se, de Artur Teodoro de Matos, «A Ilha de São Jorge nas Vésperas da Vitória Liberal (1825-1831). Contributo para o Estudo da sua História Política, Social e Económica» in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XIX. Actas do Colóquio [...] 1993*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp. 189-197, e o nosso estudo de cunho estritamente demográfico «Gentes

apreciável entre 1807 e 1819 para a avaliação do crescimento dos efectivos da ilha, e de 1807 a 1827, no caso da freguesia da Ribeira Seca. Saliente-se que, muito embora esta documentação seja emanada por via dos governadores militares da ilha, versa essencialmente propósitos civis e não militares, até porque se aproxima da estrutura das fontes disponíveis para 1808. É que, em época de profundas convulsões políticas, como foi a década de 1820, o governo militar de cada uma das ilhas usurpara progressivamente as tarefas político-administrativas, talvez com a conivência do próprio governador-geral<sup>27</sup>.

Nos inícios da década de 1830 a forte instabilidade política, aliás sentida de modo particular nos Açores, não coibia a produção estatística. Como é sabido, o governo provisório dos Açores foi bastante profícuo na sua acção legislativa, encontrando no arquipélago terreno para as suas iniciativas político-propagandísticas. No que concerne à área demográfica, designadamente ao cálculo da população, assinala-se a realização de um significativo número de listas de habitantes, consequência do decreto de 26.11.1830<sup>28</sup>. As mesmas deveriam arrolar por fogo todos os habitantes de cada paróquia, suas profissões e idades, sendo conhecido um rico acervo para o ano de 1832 extensível aos grupos central e ocidental<sup>29</sup>.

Com o advento do segundo ciclo liberal a proliferação estatística foi suporte essencial a um Estado determinado em repudiar as estruturas do Antigo

---

da Ilha de São Jorge nos anos de 1825-1827», *Arquipélago-Ciências Sociais*, nº 9-10, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1996, pp. 177-216.

<sup>27</sup> Cf. Artur Teodoro de Matos, «A Ilha de São Jorge [...]», p. 189.

<sup>28</sup> Este decreto estipulava a criação das juntas de paróquia, às quais eram conferidos amplos poderes. No artigo 17, alínea b enuncia-se «que se forme cada anno por todo o mês de Janeiro o rol de todas as pessoas de ambos os sexos residentes na parochia com indicação do estado, idade, profissão de cada huma». Ordenava-se, ainda que «delle será enviada huma copia assignada pelos membros da junta em todo o mês de Fevereiro à autoridade administrativa do concelho, e enquanto esta não for creada, a Secretaria de Estado». Cf. IAN/TT, *Ministério do Reino*, Registo de Documentos da Junta Provisória dos Açores, livro 458, fls. 56v.-63 (*maxime*, fl. 61). O código administrativo de 1836 viria a consagrar estas directrizes, exigindo-se que o regedor apresentasse em Fevereiro de cada ano uma relação de residentes ao administrador do Concelho (art. 156 § 1) e um mapa dos movimentos da população (art. 156 § 2), por sua vez elaborado pelos párocos.

<sup>29</sup> Cf. «Relação de todos os individuos de hum, e outro sexo, freguezes da Parochial de S. Thiago [...] 1832», B.P.A.A.H., *Governo Civil*, Prefeitura e Governo Civil de Angra do Heroísmo (1831-1835). Esta relação foi formulada com base na portaria de 26.11.1830.

Regime. O rigor do número, tão caro ao espírito iluminista, não cessou com os liberais que o consideravam como parte indissociável da acção governativa. Num primeiro e curto momento (1832-1834), ainda eivado de contradições e dominado pela guerra civil, progrediam os esforços estatísticos no arquipélago dos Açores. De facto, para 1833 é conhecido um mapa estatístico para a província Ocidental dos Açores, radicando a sua estrutura na matriz utilizada no último quartel Setecentista<sup>30</sup>. Tal sucedia no decurso da reforma administrativa que dividira o arquipélago dos Açores em duas províncias: a Ocidental, sedeada em Angra do Heroísmo, e a Oriental com capital em Ponta Delgada<sup>31</sup>.

Os distritos administrativos criados em 1835 e reformulados no ano seguinte por Passos Manuel vieram em grande medida acelerar os novos processos de produção de levantamentos, inserindo-os numa mecânica institucional mais vasta e burocratizada, até porque o processo eleitoral assim o exigia. A circular de 20.10.1835 de Rodrigo da Fonseca constitui o principal marco na evolução estatística do século XIX, ao que o arquipélago não constitui excepção<sup>32</sup>. Seguir-se-iam várias outras diligências legislativas, nomeadamente as circulares de 13.07.1836<sup>33</sup> e de 10.05.1837<sup>34</sup> que mais não constituíam um

---

<sup>30</sup> B.P.A.A.H., *Capitania-geral*, mc 6, «População da Província Ocidental dos Açores no anno de 1833».

<sup>31</sup> Cf. de A. H. de Oliveira Marques, «Organização Administrativa e Política» in *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, vol. IX – *Portugal e a Instauração do Liberalismo*, coord. de A.H. de Oliveira Marques, Lisboa, Presença, 2002, p. 218. A província Ocidental congregava as ilhas do grupo central e ocidental, enquanto a Oriental reunia a ilha de São Miguel e Santa Maria. Veja-se, também, de Urbano de Mendonça Dias, *História dos Açores*, Vila Franca do Campo, [1924], pp. 259-262.

<sup>32</sup> Cf. *Revista*, nº 292 (22.10.1835), pp. 707-708 ou *Diário do Governo*, nº 248 (21.10.1835), pp. 1019-1020. Os governadores civis deveriam enviar anualmente quatros mapas ao Ministério do Reino. Os dois primeiros eram idênticos (um para cada freguesia, outro para o distrito) versando o estado da população por idades, o modo de subsistência (proprietários e não proprietários) e o número de mendigos, quer fixo, quer ambulante. O terceiro mapa arrolava os mestres por categoria (mestres, oficiais e aprendizes), enquanto o último respeitava ao movimento mensal da população (nascimentos legítimos e ilegítimos, mortes e casamentos) diferenciado por sexo.

<sup>33</sup> Cf. *O Periódico dos Pobres*, nº 166 (18.07.1836), p. 665. Esta circular obrigava ao envio de um mapa anual classificado por sexo, estado civil e repartição etária (<7, 7-18, 18-25, 25-40, 40-60, 60-80, 80-100 e mais de 100 anos).

<sup>34</sup> Cf. Luís Espinha da Silveira e Sofia Lucas Martins, «As estatísticas demográficas portuguesas, 1834-1849» in *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849. Edição Crítica*, coord. de Luís Nuno Espinha da Silveira, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2001, p. 68.

aperfeiçoamento da primeira<sup>35</sup>. Finalmente o código administrativo de 1836 viria a enfatizar estes esforços<sup>36</sup>, enquanto o de 1842 incumbia os governos civis da organização estatística da sua jurisdição (art. 224 § 7º).

Na sequência destas directrizes são conhecidos, até 1850, mapas para o antigo distrito de Angra do Heroísmo respeitantes aos anos de 1835, 1836<sup>37</sup>, 1837, 1839, 1840, 1841<sup>38</sup>, 1844<sup>39</sup>, 1848<sup>40</sup>, 1849 e 1850<sup>41</sup>, enquanto para 1839 existem algumas listas nominativas da população de cada freguesia<sup>42</sup>. A ausência de dados para os anos intercalares não parece radicar no desleixo das autoridades distritais, mas nas incongruências da própria arquivística. Na verdade, não existindo na Biblioteca Pública de Angra documentação demográfica catalogada

---

<sup>35</sup> Sobre a evolução das estatísticas demográficas neste período veja-se a síntese actualizada de Luís Espinha da Silveira e Sofia Lucas Martins, «As estatísticas demográficas [...], pp. 63-101. Veja-se, também, de Fernando de Sousa, *a História da Estatística em Portugal*, Lisboa, I.N.E., 1995, *maxime* pp. 109-141 e de Joel Serrão, *Fontes de Demografia Portuguesa 1800-1862*, Lisboa, Horizonte, 1973, pp. 31-64.

<sup>36</sup> Vide *supra* nota 11.

<sup>37</sup> Cf. «Estatística da população do districto administrativo d'Angra do Heroismo no anno de 1835», remetida em 4.09.1837 pelo governador Visconde de Bruges, juntamente com a «Estatística da população [...] relativa a 1836. IAN/TT, *Ministério do Reino*, mç. 2005.

<sup>38</sup> B.P.A.A.H., *Capitania-geral*, Mapas da população de S. Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge (1808-1841), docs. avulsos.

<sup>39</sup> B.P.A.A.H., *Governo Civil*, Mapas de população do distrito de Angra (1839-1851). Localizaram-se dados para todas as freguesias da ilha de São Jorge, com excepção da Ribeira Seca. Estes documentos incluem, ainda, um campo de observações a preencher pelos párocos relativas ao número de hospitais e enfermos, casas e número de expostos, conventos e recolhidos, militares estacionados ou aquartelados. Indaga-se também aos reverendos se a população religiosa é incluída na totalidade da freguesia.

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> Idem. Os mapas de 1849 e 1850 incluem a estrutura etária e a designação das diversas localidades que compõem a freguesia com indicação do número de fogos. No que respeita a 1849 estes originais serviram de base à constituição de outros mapas actualmente depositados no Arquivo Histórico Parlamentar (Cf. Gilberta Pavão e Vítor Rodrigues, «A População dos Açores no ano de 1849», *Arquipélago. Revista da Universidade dos Açores*, série Ciências Humanas, número especial – *Estudos sobre os Açores in Memorium de João Teixeira Soares de Sousa no I Centenário da sua Morte*, Ponta Delgada, 1983, pp. 333-381. A mesma informação, mais completa, foi recentemente publicada por Espinha da Silveira, *Os Recenseamentos [...]*, vol. III, mas não inclui a designação das localidades de cada paróquia.

<sup>42</sup> Cf. «Copia do rol da confissão dos freguezes da parochial de San Tiago lugar da Ribeira Secca, concelho da villa da Calheta de São Jorge do anno de 1839», B.P.A.A.H., *Capitania-geral*, Mapas de População (1808-1841). Este documento foi elaborado pelo regedor da paróquia em conformidade com a circular de 26.04.1839 pela qual o governador civil exigiu aos regedores das paróquias dos diversos concelhos uma «copia autentica do rol da confissão ultimamente feito [...]». Cf. B.P.A.A.H., *Governo Civil*, Registo dos officios expedidos aos administradores dos concelhos e câmaras municipais de São Jorge e Graciosa, livro 1, circular nº 70 de 26.04.1839.

para todo o distrito relativa a 1835, sabe-se que o governador José Silvestre Ribeiro publicara no *Diário do Governo* de 05.08.1840 a «Estatística da População [...]» e, no de 12.10.1840, o «Movimento da população [...], ambos relativos a 1835<sup>43</sup>. Aliás, esta iniciativa do governador é destacada por Fernando de Sousa:

«Logo depois, entre 1835-1837, em Angra do Heroísmo, José Silvestre Ribeiro ensaia pela primeira vez um tipo de estatísticas demográficas verdadeiramente inovadoras. A população é arrolada segundo o número de fogos, o sexo, o estado civil e as actividades profissionais. A análise é feita a nível concelhio e inclui a repartição etária julgada mais correcta, tendo em vista o modelo da mortalidade: até um ano, de 1 a 5, depois por grupos quinquenais até aos 20 e decenais até aos 70. Os nascimentos são contabilizados segundo a sua legitimidade, e sexo, e os óbitos também por sexos, para cada mês».<sup>44</sup>

Na realidade, os dados relativos a 1835, bem como os do ano seguinte, também se encontram no Ministério do Reino e, ao que parece, constituem os únicos numeramentos depositados neste núcleo para a cronologia apontada<sup>45</sup>. Outros cálculos, como o de 1845, foram seguramente produzidos, embora não os tenhamos localizado, quer no acervo do Governo Civil da Biblioteca Pública de Angra, quer no Ministério do Reino da Torre do Tombo<sup>46</sup>. Noutras situações, como foi a do levantamento de 1849, a informação encontra-se depositada em ambos os acervos mencionados, no Arquivo Histórico Parlamentar e, ainda publicada num almanaque açoriano<sup>47</sup>.

Sensivelmente a partir da segunda metade Oitocentista as diligências governamentais na área da estatística aliadas à estabilização política do país

---

<sup>43</sup> Cf. *D.G.*, nº 184 (05.08.1840), p. 953 e nº 242 (12.10.1840), p. 1356, respectivamente.

<sup>44</sup> Cf. *História da Estatística em Portugal*, p. 125.

<sup>45</sup> Cf. Luís Espinha da Silveira e Sofia Lucas, art. cit., p. 67: «[...] apenas um distrito (Angra do Heroísmo), vários anos passados, cumpriu o que estava disposto na circular de 20 de Outubro [1835], sobre o recenseamento populacional [...]».

<sup>46</sup> De facto em 20.03.1847 existe um ofício do governador civil de Angra remetendo ao Ministério do Reino os mapas relativos a 1845. No entanto os mesmos não constam do documento como tivemos ocasião de verificar. Cf. Luís Espinha da Silveira e Sofia Lucas, art. cit., p. 75 (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, mç. 3342, (processo 253).

<sup>47</sup> Vide nota *supra* 24.

estiveram na origem de uma produção muito regular de mapas. De facto, desde 1849 até 1910 torna-se possível o estudo sistemático da evolução demográfica da freguesia da Ribeira Seca e antigo distrito de Angra do Heroísmo - salvo algumas excepções - mercê da constante diligência do Estado em colher dados anuais acerca do estado e movimento da população do Reino. Deste modo, no núcleo do Ministério do Reino encontram-se os vários mapas de Angra em série contínua desde 1849 até pelo menos 1867<sup>48</sup>, enquanto no Governo Civil de Angra do Heroísmo a mesma informação se encontra, a partir de 1859, sistematicamente colhida nos *Livros de Registo da Correspondência Expedida [...] para os Ministérios* até 1893<sup>49</sup>. Assinale-se, ainda, a criação da Comissão Distrital de Estatística de Angra do Heroísmo em 1887, à qual estavam incumbidas as tarefas do cômputo das gentes<sup>50</sup>.

Todavia, é na segunda metade oitocentista que se alcança uma grande homogeneidade na produção dos mapas, através de um modelo que sofreria poucas alterações. A informação compreende, essencialmente, o número de fogos, habitantes por sexos e movimentos da população, omitindo os dados de estrutura, como sejam a repartição etária e civil. Fora do âmbito distrital, só a partir de 1864 com a publicação do primeiro recenseamento geral, surgem dados acerca da composição sexual e etária dos efectivos em escalões padronizados<sup>51</sup>.

---

<sup>48</sup> Cf. IAN/TT, *Ministério do Reino*, «Mapa da população e seu movimento relativo a [...]», maços 3371 (ano de 1849), 3373 (1850), 3380 (1851), 3388 (1852), 3395 (1853), 3408 (1855), 3423 (1857), 3431 (1858), 3442 (1859), 3074 (1861), 3171 (1867). Nos anos de 1863, 1864 e 1865 o governo civil de Angra foi o único a não enviar os mapas da população, embora tenham sido elaborados porquanto se encontram nos *Livros de Registo da Correspondência Expedida para os Ministérios* da B.P.A.A.H.

<sup>49</sup> B.P.A.A.H., *Governo Civil*, *Livros de Registo da Correspondência Expedida para os Ministérios* (liv. os 12 (1860-1862) a 27 (1895))

<sup>50</sup> B.P.A.A.H., *Governo Civil*, Comissão Distrital de Estatística, (docs. avulsos). Os numeramentos de 1887 e 1888 incluem os movimentos da população, enquanto os restantes (1889-1910) apenas reportam o total de fogos e habitantes. Porém os mapas de 1889-1893 inclusos nos *Livros de Registo da Correspondência Expedida [...]* incorporam os movimentos da população.

<sup>51</sup> Para a determinação de dados de estrutura e taxas de fecundidade da freguesia, mas também da ilha e distrito foram utilizados os seguintes censos: 1864 - *População. Censo no 1º de Janeiro de 1864*, pp. 257-259; 1878 - *População. Censo no 1º de Janeiro de 1878*, pp. 367-370; 1890 - *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*, pp. 317-319; 1900 - *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900*, pp. 316-320; 1911 - *Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911*, pp. 321-325.



Por outro lado as *estatísticas demográficas*, tal como as conhecemos, aparecem tardiamente, em 1886, ainda com a agravante de nem sempre desagregarem os dados por concelho e nados vivos ilegítimos, e serem interrompidas entre 1890 e 1893<sup>52</sup>.

De um modo global as estatísticas civis aqui descritas permitem um acompanhamento quase sistemático da evolução demográfica ao longo do século XIX e assumem-se como a principal fonte de informação para todas as áreas geográficas em apreço, particularmente para a freguesia da Ribeira Seca. Contudo, se a criação dos distritos administrativos tornou obrigatória a produção anual de estatística assistiu-se, como dissemos, a uma degradação do seu nível informativo, sobretudo a partir de 1850. Com efeito no período de vigência da capitania-geral surgiram cômputos detalhados - mesmo que muito espaçados cronologicamente - sobre a estrutura etária e civil. Esse carácter informativo só ressurgiria em 1864 com a época da estatística dita moderna.

Ao nível da qualidade das fontes de teor civil, e abordando-se numa primeira fase as estatísticas elaboradas na vigência da capitania-geral, assinala-se a sua fiabilidade. Tanto o mapa estatístico da freguesia para 1799, como as relações nominais dos fregueses de 1832 e 1839, ou seja, as únicas fontes com discriminação de efectivos nas idades exactas, apresentam elevados níveis de confiança para a época em apreço.

---

<sup>52</sup> Cf. *Estatísticas Demográficas* de 1887 (quadro 2, pp. 16-17), 1889, (quadro 1, p. 11), 1894 (quadro 1, p. 48), 1895 (quadro 1, pp. 31-32) e 1896 (quadro 1, pp. 14-15) todas com desagregação ao nível de concelho e designação de nados vivos ilegítimos. Para os anos de 1893-1900 consulte-se o *Annuário Estatístico de Portugal de 1900*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907, (quadro 1, pp. 8-17) contendo dados apenas a nível distrital e não discriminando os nados vivos ilegítimos. Para o decénio de 1900 vejam-se as *Tabelas do Movimento Fisiológico da População de Portugal. Decénio de 1901-1910*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916 (tabela VI, pp. 26-35), com dados distritais de nados vivos legítimos e ilegítimos.

O índice de Whipple, destina-se a medir os erros de declaração de idade, sabendo-se que as populações do passado frequentemente não a conheciam com exactidão, tendendo a declará-la em números múltiplos de 0 ou 5<sup>53</sup>. Para o efeito este índice mede a atracção pelos números terminados em 0 ou 5 nas idades compreendidas entre 23 e 62 anos de modo a verificar se a distribuição é correcta. O valor de 100 corresponderia à inexistência de qualquer erro na declaração das idades e comumente admite-se a seguinte escala de valores (%): < 105 – dados muito exactos; 105-110 – dados relativamente exactos; 110-125 – dados aproximados; 125-175 – dados grosseiros; > 175 dados muito grosseiros<sup>54</sup>.

**Quadro 1.1**  
**Índices de Whipple em 1799, 1832 e 1839**

Ano	Índice
1799	94,9
1832	93,3
1839	94,0

De acordo com o quadro 1.1 o índice de Whipple médio para os três numeramentos saldou-se nos 94% o que vem reforçar, como referimos, a boa qualidade da recolha. Julgamos que o motivo para tal radique no próprio processo de produção da lista, ou seja, o pároco ou regedor encarregue de o elaborar conheceria, por meio dos róis de confissão e registos paroquiais, a idade aproximada ou exacta da população, minimizando-se os efeitos de uma má recolha<sup>55</sup>.

Os restantes mapas estatísticos ainda produzidos no período da capitania-geral, concretamente os de 1808, 1819, 1825, 1826 e 1827 e que arrolam a população em escalões decenais, aparentam ser de razoável qualidade, embora a mesma não possa ser rigorosamente aquilatada. Um dos indicadores destinados a esse efeito é o *Índice Combinado das Nações Unidas* que mede a

---

<sup>53</sup> 
$$IW = \frac{5 \times (P_{25} + P_{30} + P_{35} + P_{40} + P_{45} + P_{50} + P_{55} + P_{60})}{\sum_{x=23}^{62} P_x} \times 100$$

<sup>54</sup> Cf. Manuel Nazareth, *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988, p. 188.

<sup>55</sup> Repare-se que o indicador é inferior a 100, revelando uma atracção negativa pelos números 0 e 5, o que é pouco comum. Esta realidade poderá explicar-se pela reduzida expressão do universo populacional.

qualidade global de um censo através da regularidade de sexos em cada escalão etário, simultaneamente com as relações de masculinidade. No entanto, para o caso concreto este indicador parece-nos inadequado porquanto deve, por um lado, ser calculado para grandes universos populacionais e, por outro, recair sobre populações estáveis, isto é, com fraca incidência de movimentos migratórios. Se, pelo contrário, utilizarmos exclusivamente a relação de masculinidade dos nascimentos disponibilizada por estes mapas, poderá afirmar-se serem os mesmos de confiança<sup>56</sup>.

A relação de masculinidade dos nascimentos acaba por ser um indicador indirecto da qualidade de um determinado levantamento populacional, já que «foi frequentemente observado noutros países que as irregularidades de registos acompanham, na maior parte dos casos, uma distorção desta relação de masculinidade»<sup>57</sup>. Em circunstâncias normais e para grandes universos populacionais a relação de masculinidade ronda os 105, ou seja, por cada 100 raparigas nascem 105 rapazes<sup>58</sup>. A partir deste elemento é possível calcular o intervalo de confiança, isto é, o valor máximo e mínimo admissível para as relações de masculinidade apuradas em cada levantamento da população.

### Quadro 1.2

#### Relações de masculinidade e intervalo de confiança (1825-1827)

Ano	R.M	Limite de confiança	
		Inferior	Superior
1825	110,6	88,9	124,0
1826	111,2	88,8	124,1
1827	112,0	89,2	123,5

<sup>56</sup>  $0,512 \pm 1,96 \sqrt{\frac{0,512 \times 0,488}{n}}$  onde n é o total de nascimentos. Cf. J. Manuel Nazareth, *ob. cit.*, p.

187. Sobre este indicador veja-se, também, Louis Henry, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1977, pp. 59-60.

<sup>57</sup> Id., *ibid.*, p. 186.

<sup>58</sup> Id., *ibid.*, p. 186.

Para os levantamentos de 1825-1827, os únicos a diferenciarem os nascimentos por sexo, observa-se uma boa qualidade da recolha tendo presente que a relação de masculinidade se situa dentro do limite de confiança e é quase equidistante aos extremos do intervalo de confiança. Relativamente aos dados disponíveis para 1807 e 1819, apenas empiricamente podemos avaliar a sua propriedade. De um modo geral a análise do volume da população de todos estes mapas apresenta uma boa coerência em termos sequenciais, podendo-se afirmar o mesmo relativamente à estrutura etária. Na verdade, a distribuição dos efectivos por idades e sexos revela-se regular dentro dos padrões conhecidos para as populações açorianas na primeira metade do século XIX, ou seja, elevada natalidade e a presença constante de fenómenos migratórios com incidência mais vinculada no sexo masculino.

No que respeita ao conjunto de mapas da população posterior à vigência da capitania-geral, designadamente as listas de população de 1832 e 1839 mas, igualmente, as diversas estatísticas anuais de que já foi dada conta, deparamos genericamente com uma qualidade razoável, pese embora o facto de conterem, algumas vezes, deficiências no cômputo de toda a população.

Saliente-se, antes de mais, que as estatísticas mencionadas se enquadram no foro civil, pois a sua finalidade era fornecer aos dirigentes políticos uma visão do estado e movimento da população de forma a proceder-se a uma acção mais profícua nas mais diversas áreas da administração. Este facto nunca poderá fazer esquecer a intervenção eclesiástica na produção dos mapas estatísticos civis, mesmo no período liberal, até porque a estrutura política do Estado português assim o determinava. Recorde-se que desde a definitiva implantação do liberalismo até ao advento da República, os párocos foram incumbidos de vários afazeres administrativos e burocráticos estando sob a alçada da Secretaria dos Negócios Eclesiásticos e Justiça. Por isso, se o ónus da produção de mapas incidia fundamentalmente sobre as autoridades civis locais –

os regedores de paróquia – competia ao clero assessorá-los em todas estas diligências.

Numa primeira fase, coincidente com a criação das estruturas político-administrativas do estado liberal, os vigários desempenharam um papel fundamental na recolha dos elementos estatísticos. Em primeiro lugar porque constituíam a entidade que melhor os poderia transmitir com fidedignidade pela posse dos registos paroquiais e dos róis de confessados. Por outro lado, este tipo de afazeres não lhes era absolutamente novo, quer pela regular transmissão de dados aos juizes de fora e governadores da ilha, como pelas frequentes estatísticas demográficas requeridas pela própria diocese<sup>59</sup>.

Os párocos, decerto habituados a estes trabalhos, tomaram a dianteira do processo estatístico, até porque a burocracia exigida às recentes juntas de paróquia criava vários embaraços aos regedores não eclesiásticos. De facto em 1839, o administrador geral do distrito de Angra do Heroísmo, José Silvestre Ribeiro, lamentava-se da sua inoperacionalidade.

«Os Regedores e as Juntas de Paróchias bem longe de favorecerem a acção administrativa so servem para empecê-la e embaraça-la. Sem embargo de estar aqui há poucos dias já sei de sobejo que com taes governixos (perdoe-se-me a expressão) não he possível dar um só passo. Os Regedores não sabem ler nem escrever, e n'este caso se entregão todos a um Secretario de más intenções, ou são finos e tem demasiada esperteza para o mal»<sup>60</sup>.

Outro exemplo mais elucidativo acerca da improficiência de certos regedores é revelado pelo cura da freguesia do Topo da ilha de São Jorge, quando, em 1844, esclarece no próprio mapa ser «muito desnecessario contemplar a cooperação dos Regedores de Parochia em semelhantes trabalhos

---

<sup>59</sup> Anote-se, por exemplo, a estatística da população decretada pelo governador do bispado, José de Cristo de Carvalhal, em 1837, várias vezes utilizada por Francisco Ferreira Drumond nos seus *Apontamentos Topográficos, Políticos, Cíveis e Eclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores [...]*, introd. de José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990.

<sup>60</sup> IAN/TT, *Ministério do Reino*, mc. 2013, «Esboço do estado em que encontro o districto nos objectos mais importantes» (carta enviada ao Ministério do Reino em 29.12.1839).

porquanto nunca se comportam com elles e ainda esperam ser rogados por os assignarem como por obzequio»<sup>61</sup>.

Face à activa participação do clero na elaboração das estatísticas civis existem alguns cuidados a considerar. O primeiro corresponde à frequente não contabilização do grupo etário 0-7 designado por «menores de confissão» e, menos frequentemente, à omissão dos «menores de comunhão» (7-12 anos), ou seja, as crianças que tendo idade para a confissão ainda não atingiram a maturidade intelectual para o sacramento da comunhão.

A omissão dos menores de 7 anos manifesta-se sobretudo nos primeiros mapas da população elaborados pelo governo civil e detecta-se através da análise de série de cada freguesia. Normalmente grandes alterações anuais no quantitativo populacional (c. 12% a 17%) ficam a dever-se à não inclusão dos *párvulos*, pelo que foi necessário proceder-se a algumas correcções<sup>62</sup>.

Por um lado as autoridades civis estariam cientes deste facto uma vez que no formulário dos mapas de 1837 a 1841 é solicitado o «nº de almas no districto da freguezia», esclarecendo-se no campo das explicações que «no nº de almas existentes no districto da freguezia incluem-se maiores e menores de sete annos de idade». Em 1844, o formulário exige «pessoas de todas as idades», eventualmente por ainda ser frequente a exclusão dos menores de 7 anos. Em 1848 e 1849 exige-se a distribuição dos efectivos por grupos etários, sendo o primeiro escalão (infância) correspondente à parcela em questão. Só a partir de 1852 se regulariza o formulário, pedindo-se aos párocos e regedores o «número de habitantes».

A este respeito alguns párocos manifestavam reservas quanto ao arrolamento dos menores de 7 anos. É o caso do padre da freguesia da Conceição da cidade de Angra do Heroísmo que, em 1841, comentara em observação «no

---

<sup>61</sup> B.P.A.A.H., *Governo Civil*, Mapas de população do distrito de Angra (1839-1851), informação do vigário Ambrósio Constantino Pacheco da Silveira aposta na nota de envio do «Mappa Estatístico referido ao anno de 1844», em 25.06.1845.

<sup>62</sup> Em quase todos os casos procurou-se apurar o valor correcto por meio da análise de regressão. Noutras situações quando dispúnhamos de róis de confissão, por exemplo para a freguesia da Calheta da ilha de São Jorge, procurámos avaliar com maior exactidão a percentagem de efectivos em falta. Alguns destes mapas continham em observação o número total de menores de 7 anos o que permitiu calcular o valor médio desta parcela na freguesia em causa.

anno [...] 1837 vão unicamente incluídos os maiores de sette por não existir já o rol feito pelas portas e ser extrahida aquella somma do livro»<sup>63</sup>. Mas também a lei do recrutamento militar era, segundo este eclesiástico, indirectamente responsável pela inexactidão dos róis, já que «os povos se convencerão que os róis quadrigenais servião no recenseamento para os recrutamentos [...] por isso deixão de ser exactos os ditos róis em todas ou quase todas as parochias»<sup>64</sup>. Ainda outro pároco da ilha Terceira, desta feita o vigário Mariano Constantino, Homem da freguesia das Fontainhas, esclarecia que «o numero dos menores de sete annos [...] fez-se por hum calculo aproximado [...] por se ter perdido o mappa particular daquellas crianças que os parochos só por curiosidade [fazem]»<sup>65</sup>.

Globalmente, e de acordo com o quadro 1.3, esta deficiência manifestou-se em algumas freguesias, sobretudo em São Jorge, mas não em larga escala como seria de esperar. Entretanto, outro tipo de erros, designadamente a omissão de uma determinada localidade ou curato sufragâneo estarão, eventualmente, contidos em algumas freguesias. No caso da freguesia da Ribeira Seca verificou-se claramente a não incorporação dos chamados Lourais, Fajã Redonda e Sanguinhal nas listas de habitantes de 1832 e 1839, suspeitando-se que o mesmo conjunto de localidades não esteja contabilizado nos mapas estatísticos. Todavia esta ocorrência poderá considerar-se marginal no conjunto do distrito, e até ser compreensível pela ímpar distribuição geográfica da freguesia, onde as localidades se mostravam simultaneamente muito distantes do centro da freguesia e contíguas a outras paróquias.

Os erros de cópia são, também, significativos repercutindo-se na inclusão de mais um dígito num dos sexos, na troca do quantitativo de homens pelo de mulheres, ou até mesmo na repetição do volume da população nos

---

<sup>63</sup> Informação do vigário José Machado Evangelhista inserida no «Mappa statistico da população [...] em referencia aos annos de 1837 e 1840». B.P.A.A.H., *Capitania-geral*, Mapas da população de S. Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge (1808-1841), doc. avulso.

<sup>64</sup> Idem.

<sup>65</sup> Idem. Informação contida nas observações do mapa relativo a 1837 e 1840.

movimentos, como foi o caso da freguesia da Praia da ilha Graciosa. O quadro 1.3 sintetiza as principais deficiências encontradas até 1859, data a partir da qual não efectuamos uma rigorosa crítica interna de fontes por reconhecermos empiricamente a sua qualidade.

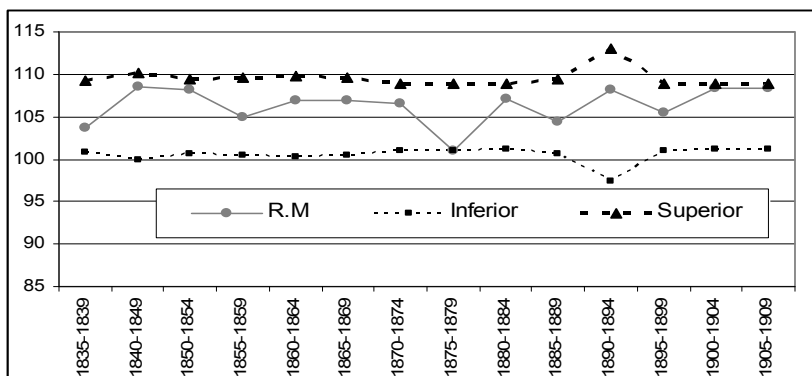
**Quadro 1.3**  
**Principais deficiências das fontes civis (1835-1859)**

Ilha	Freguesia	1835	1836	1837	1840	1841	1851	1852	1853	1857	1859
Terceira	Aqualva	2									
	Lages	3									
	Ribeirinha		3								
	Santa Luzia				3						
	Sé (Angra)								2		
	Senhora da Pena								1		
	Vila Nova						3				
São Jorge	Calheta			1	1						
	Manadas									2	
	Norte Grande					1	1				
	Norte Pequeno										
	Ribeira Seca	1		1	1	1					1
	Rosaís	1		1	1						
	Velas								3		2
Graciosa	Praia							2			
Tipo de erro: 1 – omissão dos menores de 7 anos, 2 – erro de cópia, 3 – valores manifestamente erróneos desconhecendo-se a razão.											

Reintroduzindo-se a relação de masculinidade dos nascimentos enquanto medida indirecta da qualidade dos numeramentos situados entre 1835 e 1910 constata-se, pelo gráfico 1.1, a confiança dos dados colhidos. Em todos os períodos a relação de masculinidade estabeleceu-se entre os limites admissíveis para o efeito, excepto para o quinquénio de 1875-1879 onde a R.M. ficou ligeiramente aquém do limite inferior. De resto, excluindo-se os quinquénios de 1840-49, 1850-54, 1875-79 e década de 1910, vislumbra-se uma R.M. algo equidistante aos limites de confiança o que vem atestar a boa qualidade da recolha.



**Gráfico 1.1**  
**Relações de masculinidade à nascença e intervalo de confiança (1835-1910)**



Finalmente, refira-se que alguns dos dados contidos nas estatísticas demográficas do Instituto Nacional de Estatística (1886-1896 e 1900-1910) foram preteridos em detrimento dos mapas estatísticos elaborados pela administração distrital. Entendemos não utilizar simultaneamente duas fontes cronologicamente coincidentes, tentando-se, pelo contrário, aferir qual a mais fidedigna. Apesar das estatísticas demográficas apresentarem valores próximos aos mapas estatísticos distritais, as suas relações de masculinidade à nascença afiguram-se de menor qualidade, razão pela qual os excluimos da análise.

**Quadro 1.4**  
**Síntese das fontes civis**

Ano					Estrutura da população				Movimentos da população					Núcleo
	Tipo de desagregação	Disitrito	S. Jorge	Ribeira Seca	Sexo	Grupos etários	Grupos étnicos	Tipo de grupos etários	Grupos civis	Nascimentos	Nasc. ilegítimos	Mortes	Casamentos	
1799	freguesia	0	1	1	1	1	1	Idade exacta/decenais	1	1	0	1	1	BPAAH, <i>Capitania-geral</i>
1807	concelho	0	1	0	1	1	1	Decenais	0	1	0	1	1	BPAAH, <i>Capitania-geral</i>
1819	ilha	0	1	0	1	1	1	Decenais (excepto 0-5, 5-10)	1	1	0	1	1	BPAAH, <i>Capitania-geral</i>
1825	ilha	0	1	0	1	1	0	Decenais (excepto 0-5, 5-10)	1	1	0	1	1	AHU, <i>Açores</i>
1826	ilha	0	1	0	1	1	0	Decenais (excepto 0-5, 5-10)	1	1	0	1	1	AHU, <i>Açores</i>
1827	freguesia	0	1	1	1	1	1	1-18, 18-100/Decenais	1 / 1	0 / 1	0 / 1	0 / 1	0 / 1	AHU, <i>Açores e BPAAH, Capitania-geral</i>
1832	freguesia	0	1	1	1	1	0	Idade exacta	1	0	0	0	0	BPAAH, <i>Governo Civil</i>
1833	concelho (P. Ocidental)	0	1	1	1	1	0	M 0-7, 7-15, 15-60-60+; F 0-7, 7-14- 14-40, 40+	0	1	0	1	1	BPAAH, <i>Capitania-geral</i>
1835	freguesia	0	1	1	1	1	0	Decenais a partir dos 20 anos	1	1	0	1	1	IAN/TT, <i>Ministério do Reino</i>
1836	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	0	1	1	IAN/TT, <i>Ministério do Reino</i>

1837	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, <i>Governo Civil</i>
1839	freguesia	1	1	1	1	1	0	Idade exacta	1	0	0	0	0	BPAAH, <i>Capitania-geral</i>
1840	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, <i>Governo Civil</i>
1841	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, <i>Governo Civil</i>
1844	freguesia	0	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, <i>Governo Civil</i>
1848	freguesia	0	0	1	1	1	0	0-7, 7-15, 15-25, 25-60, 60-70, 70+	0	1	0	1	1	BPAAH, <i>Governo Civil</i>
1849	freguesia	1	1	1	1	1	0	0-7, 7-15, 15-25, 25-60, 60-70, 70+	0	1	0	1	1	BPAAH, <i>Governo Civil</i> ; IANTT; <i>M.Reino</i>
1850	freguesia	1	1	1	1	1	0	0-7, 7-15, 15-25, 25-60, 60-70, 70+	0	1	0	1	1	BPAAH, <i>Governo Civil</i> ; IANTT; <i>M.Reino</i>
1851	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	0	1	1	IAN/TT, <i>Ministério do Reino</i>
1852	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	0	1	1	IAN/TT, <i>Ministério do Reino</i>
1853	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	0	1	1	IAN/TT, <i>Ministério do Reino</i>
1855	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	0	1	1	IAN/TT, <i>Ministério do Reino</i>
1857	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	0	1	1	IAN/TT, <i>Ministério do Reino</i>
1858	concelho	1	1	1	1	0	0		0	1	0	1	1	IAN/TT, <i>Ministério do Reino</i>
1859	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	0	1	1	BPAAH, <i>Governo Civil</i>
1860	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	0	1	1	BPAAH, <i>Governo Civil</i>
1861	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	0	1	1	<i>Boletim Oficial do Distrito de Angra</i>
1862	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	0	1	1	BPAAH, <i>Governo Civil</i>
1863	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, <i>Governo Civil</i>
1864	concelho	1	1	1	1	1	0	Regulares	1	1	1	1	1	BPAAH, <i>Governo Civil e Censo da População (1864)</i>
1866	concelho	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, <i>Governo Civil</i>

1867	concelho	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil
1868	concelho	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil
1869	concelho	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil
1870	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil
1871	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil
1872	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil
1873	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil
1874	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil
1875	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil
1876	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil
1877	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil
1878	freguesia	1	1	1	1	1	0	Regulares	1	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil e Censo da População (1878)
1879	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil
1880	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil
1881	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil
1882	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil
1883	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil
1884	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil
1885	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil
1886	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil
1887	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil
1888	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil
1889	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil e Estatísticas Demográficas (INE)

1890	freguesia	1	1	1	1	1	0	Regulares	1	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil e Censo da População (1890)
1891	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil
1892	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil
1893	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Governo Civil
1894	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	Estatísticas Demográficas (INE)
1895	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	0	1	1	BPAAH, Comissão Distrital de Estatística e Estatísticas Demográficas (INE)
1896	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	0	1	1	BPAAH, Comissão Distrital de Estatística e Estatísticas Demográficas (INE)
1897	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	0	1	1	BPAAH, Comissão Distrital de Estatística e Estatísticas Demográficas (INE)
1898	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	0	1	1	BPAAH, Comissão Distrital de Estatística e Estatísticas Demográficas (INE)
1899	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	0	1	1	BPAAH, Comissão Distrital de Estatística e Estatísticas Demográficas (INE)
1900	freguesia	1	1	1	1	1	0	Regulares	1	1	1	1	1	Estatísticas Demográficas (INE) e Censo da População (1900)
1901	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Comissão Distrital de Estatística e Estatísticas Demográficas (INE)
1902	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Comissão Distrital de Estatística e Estatísticas Demográficas (INE)
1903	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Comissão Distrital de Estatística e Estatísticas Demográficas (INE)

1904	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Comissão Distrital de Estatística e Estatísticas Demográficas (INE)
1905	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Comissão Distrital de Estatística e Estatísticas Demográficas (INE)
1906	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Comissão Distrital de Estatística e Estatísticas Demográficas (INE)
1907	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Comissão Distrital de Estatística e Estatísticas Demográficas (INE)
1908	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Comissão Distrital de Estatística e Estatísticas Demográficas (INE)
1909	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Comissão Distrital de Estatística e Estatísticas Demográficas (INE)
1910	freguesia	1	1	1	1	0	0		0	1	1	1	1	BPAAH, Comissão Distrital de Estatística e Estatísticas Demográficas (INE)
1911	concelho	1	1	1	1	1		Regulares	1	1	1	1	1	Censo da População (1911)



## 1.2 – As fontes eclesiásticas

### 1.2.1 – Os registos paroquiais

Instituídos formalmente pelo Concílio de Trento em 1563, os registos paroquiais assumem-se como suportes essenciais ao controlo civil e eclesiástico das populações e enquadram-se na progressiva tendência de centralização dos Estados. Não admira por isso que constituam uma fonte privilegiada para a análise demográfica ao conterem os actos vitais de cada indivíduo: o baptismo, o matrimónio e o óbito.

Em Portugal a existência deste tipo de registos remonta a 1352, no reinado de D. Afonso IV, mas é fundamentalmente a partir do primeiro decénio de Quinhentista que algumas freguesias iniciam os seus assentos, ainda que em *livros mistos*<sup>66</sup>. Já antes do Concílio de Trento, em 1536 o Sínodo de Lisboa preconizava o início de registos de baptismos e óbitos determinando provavelmente o aparecimento dos primeiros assentos no arquipélago dos Açores<sup>67</sup>. Mas é o Concílio de Trento que veio determinar a sua obrigatoriedade em todas as paróquias bem como a sua normalização. É neste contexto que as diversas constituições sinodais dos bispados portugueses estipulam, geralmente na segunda metade do século XVI, a formulação do registo paroquial.

---

<sup>66</sup> Sobre este assunto veja-se de M. de Lourdes Akola Neto, *A Freguesia de Santa Catarina de Lisboa no 1º Quartel do Século XVIII*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos do Instituto Nacional de Estatística, 1959, pp. 12-18; Nuno Daupías d'Alcochete, «Registos Paroquiais» in *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, vol. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, [1968], pp. 560-562; *Registo da Freguesia de Nossa Senhora da Encarnação do Lugar da Ameixoeira desde 1540 a 1604*, notas e índices de J.M. Cordeiro de Sousa, s/l, Solução Editora, 1931, pp. 3-4, e de Maria Norberta Amorim, sobretudo para a evolução informativa destes registos, cf. *Demografia Histórica. Um Programa de Docência*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 1995, pp. 23-28.

<sup>67</sup> Cf. Artur Boavida Madeira, «As Fontes Demográficas de Antigo Regime nos Açores» in *Arquipélago-História. Revista da Universidade dos Açores*, 2ª série, vol. III, 1999, pp. 139-176, *maxime* p. 144. Segundo este autor os livros mais antigos de assento de baptismo datam de 1541: freguesia de Santa Cruz, (Terceira) e Nossa Senhora da Estrela (Ribeira Grande, São Miguel).



As Constituições Sinodais do Bispado de Angra datam de 1560 e já determinam que em cada igreja existam três livros «se já nam forem feitos». O primeiro destinava-se a registar «o nome da criança que se baptizar, e de seu pai e mãe, sendo auidos por marido e mulher, e nam o sendo, escreuera somente o nome da mãe, e o nome dos padrinhos e madrinhas que há apresentarem ao baptismo». O segundo servia para arrolar «as pessoas que se casarem [...] quem foram as testemunhas, e quem os casou [...]». Finalmente «no terceiro liuro se escreveram pello dito vigairo ou cura os nomes dos que em sua freguezia fallecerem, e o dia, mês e anno, e os nomes dos testamenteiros, se fizerem testamento, e mandarão cousas pias, as quaes se escreuerão sumariamente neste liuro».<sup>68</sup>

No século XIX, quando iniciamos a observação, os registos paroquiais já apresentam alguma sistematização e não enfermam da maioria das omissões detectáveis no século anterior, nomeadamente a ausência dos avós paternos no baptismo, bem como a naturalidade, e a exclusão da filiação nos assentos de óbito<sup>69</sup>. Antes da reforma de 1859 o formulário utilizado em cada tipo de assento não oscila substancialmente mas continua, em larga medida, a depender de cada pároco, sobretudo da sua disponibilidade, rigor e dimensão da paróquia. É, pelo menos, o que se infere da consulta de alguns registos relativos a outras ilhas, designadamente da ilha Graciosa, cujo teor informativo nos pareceu mais abundante<sup>70</sup>.

A qualidade do registo paroquial da Ribeira Seca é, no essencial, satisfatória. Ao nível da crítica externa não existe qualquer lapso cronológico nos diversos livros, nem tão-pouco rasuras, borrões de tinta ou qualquer outra mutilação da fonte<sup>71</sup>. Pelo contrário, ao nível da coerência interna dos registos verificaram-se algumas falhas sobretudo no período situado entre 1834 e 1842.

---

<sup>68</sup> *Constituições Sinodais do Bispado d' Angra*, Lisboa, João Blavio de Colónia, 1560, fl. 6.

<sup>69</sup> Cf. Maria Norberta Amorim, *ob. cit.*, pp. 23-26.

<sup>70</sup> Por exemplo na freguesia de São Mateus da Vila da Praia os assentos de baptismo indicam a profissão dos pais a partir de 1834, o que não sucede na outra matriz da ilha, Vila de Santa Cruz, na freguesia da Calheta da ilha de São Jorge ou na Ribeira Seca. Cf. B.P.A.A.H., *Secção de Cartórios Paroquiais*, 1ª secção (sub-secção C), Freguesia de São Mateus, Registo de Baptismo, livro 18 (1833-1841).

<sup>71</sup> B.P.A.A.H., *Secção de Cartórios Paroquiais*, 1ª secção (sub-secção D), Freguesia da Ribeira Seca, Registo de Baptismos, livros 10 (1792-1800), 11 (1800-1811), 12 (1811-1820), 13 (1820-1838), 14 (1842-1854), 15 (1854-1860), e 16 a 24 (livros anuais de 1861 a 1869). De 1870 a 1910 utilizámos os *Livro de Registo dos Baptismos da Paróquia de São Tiago* [livros de resumo] nº 1 (1850 e 1874) e 2 (1875-1910), pois de 1869 em diante a informação não se encontra microfilmada na B.P.A.A.H.

Estes lapsos coincidem com o exercício do padre António Silveira Machado, coadjutor da paróquia em 1828 e vice-vigário em 1852<sup>72</sup>. De facto, entre as datas assinaladas detectaram-se alguns termos riscados, algumas vezes repetidos e, noutros casos, lavrados fora da ordem cronológica. A situação não terá passado despercebida ao ouvidor eclesiástico da ilha que, em 1853, a relatara ao seu prelado.

«Achei alguns termos de casamento, óbito e baptismo de 1834, e dahi em diante por lançar nos competentes livros, e alguns em pequenos papeis [...] tendo sido informado por pessoas fidedignas quaes erão o reverendo cura e tezoureiro daquella parochia que existião muitos termos por lançar [...] passei logo particularmente a avizar o respectivo parochio para que cumprisse o seu dever, porque tinha de ir examinar o archivo, o que fiz, como já disse, no fim de trinta dias; mas porque a falta era grande não teve o parochio tempo de satisfazer a tudo, porem foi in[//]timado para cumprir os seus deveres tanto naquella parte como no mais dalli em diante»<sup>73</sup>.

Passados cinco meses, em 15.01.1854, o ouvidor continuava a lamentar-se da incúria do padre, pois «elle pouco ou nenhum cazo faz das admoestações que se lhe fazem. Acabo de ser informado pelo cura daquella parochia que os termos estão lançados mas por assignar alguns delles em virtude de se não saber quem foi o padre que administrou o sacramento nem as testemunhas [...] contudo hião chamando algumas pessoas que lhes parecia e as fazião assignar, não podendo dar-se a este negocio outro remédio»<sup>74</sup>.

Não obstante a inquietude dos superiores eclesiásticos entendemos que as supra-mencionadas falhas não são de extrema gravidade. Por um lado o volume de baptismos, casamentos e óbitos durante o exercício do Pe António Silveira Machado revela-se normal em comparação com toda a série. Por outro, a eventual existência de sub-registo de actos vitais, designadamente de baptismos,

---

<sup>72</sup> Cf. Pe Manuel Azevedo da Cunha, *Notas Históricas, I – Estudos sobre o concelho da Calheta*, recolha, introdução e notas de Artur Teodoro de Matos, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981, p. 321 e 349. Apesar do padre António Silveira Machado ter exercido durante mais de 20 anos, apenas os registos situados entre 1834 e 1842 parecem denotar algum desleixo.

<sup>73</sup> B.P.A.A.H., *Mitra de Angra*, mc. 876, Carta confidencial enviada pelo ouvidor João Silveira Carvalho ao bispo de Angra em 5.08.1853 (doc. avulso).

<sup>74</sup> Idem, Carta enviada pelo ouvidor ao bispo datada de 15.01.1854 (doc. avulso).

conduziria ao seu posterior lançamento aquando do casamento ou óbito de um dado indivíduo, o que raras vezes sucedeu<sup>75</sup>.

Em termos da informação contida em cada um dos livros de registo anote-se, como se referiu, a sua escassa alteração entre 1800 e 1859. Nos assentos de baptismo indica-se sistematicamente a filiação<sup>76</sup>, dia do nascimento e baptismo, naturalidade dos pais e indicação dos padrinhos. Até à morte do padre António Teixeira Beirão em 1831, sempre zeloso e pontual na sua administração paroquial, também se aludia à área geográfica da paróquia de onde provinham os neófitos<sup>77</sup>, o padre celebrante e as testemunhas, algo que raramente sucede com os eclesiásticos posteriores.

Os termos de óbito acusam maiores oscilações até à reforma de 1859<sup>78</sup>. Com efeito, a sua estrutura até essa data compreende apenas de forma regular a filiação (ou o cônjuge do defunto, caso este não fosse solteiro), tipo de filiação<sup>79</sup>, idade ao óbito, estado civil, e o tipo de sacramento administrado<sup>80</sup>. Lamentavelmente vários elementos de caracterização sociológica perdem-se a partir de 1834, data da morte do padre coadjutor Jorge Silveira de Azevedo: o tipo de mortalha, preço da sepultura, existência ou não de testamento e de

---

<sup>75</sup> Por uma sondagem feita nos *Alvarás de Matrimónio* entre 1860 e 1905 apenas deparámos com uma justificação de baptismo em 1866. Cf. A.P.I.M.S.C., *Ouvidoria da Vila da Calheta da Ilha de São Jorge*, Alvarás de Matrimónio, maço de 1864-1869, «Autos de justificação a favor de Jorge Faustino Machado [...]», 18.06.1866.

<sup>76</sup> Ao contrário de outros assentos de baptismo onde já no século XVIII se indicam os avós, essa informação só é aposta nos registos de ilegítimos, certamente para evitar a homonímia.

<sup>77</sup> Fundamentalmente assinalava-se como sendo oriundos da freguesia do apóstolo São Tiago, ou seja, a sede da freguesia, dos Vimes e Caldeira, ambas localidades sufragâneas, e dos remotos Lourais.

<sup>78</sup> B.P.A.A.H., *Secção de Cartórios Paroquiais*, 1ª secção (sub-secção D), Freguesia da Ribeira Seca, Registo de Óbitos, Livros 6 (1787-1811), 7 (1811-1827), 8 (1827-1842), 9 (1842-1859) e 10-19 (livros anuais de 1860 a 1869), A.P.I.M.S.C., *Livro de Registo dos Óbitos da Paróquia de São Tiago (1860-1911)* [livro de resumo] e *Assento de óbitos* [sem numeração] (1911-1919), (1920-1925) e (1934-1943); Conservatória do Registo Civil da Calheta (São Jorge), Registo de Nascimento, livros 7 a 34 (livros anuais de 1916 a 1943). A utilização do acervo da Conservatória do Registo Civil destinou-se à recolha dos óbitos ocorridos nos curatos sufragâneos da paróquia (Caldeira, Vimes e Lourais) não arrolados nos livros da paróquia desde 1916.

<sup>79</sup> Legítimo, ilegítimo ou exposto.

<sup>80</sup> Assinalava-se a existência ou não de sacramento e, em caso afirmativo, descrevia-se qual deles: baptismo, confissão, extrema-unção ou penitência.

menores, e o legado pio. A indicação da localidade de residência do defunto apenas se torna coerente a partir de 1836, com excepção da Fajã dos Vimes<sup>81</sup>.

Por último considerem-se os assentos de casamento, cujo formulário foi pouco alterado entre 1800 e 1910<sup>82</sup>. A filiação dos nubentes está sempre presente, bem como a sua naturalidade, padrinhos e testemunhas, embora só se refira sistematicamente o grau impeditivo - em caso de dispensa matrimonial - a partir de 1860<sup>83</sup>. De um modo geral os termos de matrimónio são, como salienta Maria Norberta Amorim «os que menos problemas trazem no processo de identificação dos indivíduos» pois manifestam-se de forma indirecta através dos assentos de baptismo e ao óbito do indivíduo<sup>84</sup>.

A sistematização de todos os registos paroquiais ocorre em 1860 concomitantemente com o incremento do seu teor informativo. Para tal contribuiu o decreto de 19 de Agosto de 1859 destinado a uniformizar o formulário dos diversos bispados portugueses e a sedimentar caminho para a eficácia do registo civil. Este decreto, revisto e promulgado em 2 de Abril de 1862, prescrevia os vários itens a incluir em cada um dos assentos.

O formulário nº 1 – assento de baptismo - dos *Modelos para a Execução do Registo Parochial segundo o disposto no Decreto de 2 de Abril de 1862* compunha-se de 21 elementos, entre os quais a hora de nascimento, avós maternos e paternos e profissão dos pais. Nos assentos de casamento, combinados por 18 anotações, tornava-se obrigatória a morada de residência dos noivos, idade, profissão, filiação, naturalidade (bem como a dos pais) e a indicação do impedimento eclesiástico caso existisse. Por fim, os assentos de

---

<sup>81</sup> Era frequente a anotação das localidades do Norte: fajãs dos Cubres, Caldeira, Tijolos e Belo apenas como «fajãs do Norte». Relativamente à fajã dos Vimes, curato sufragâneo da paróquia, todos os óbitos eram lavrados mas nem sempre se aludia concretamente à residência.

<sup>82</sup> B.P.A.A.H., *Secção de Cartórios Paroquiais*, 1ª secção (sub-secção D), Freguesia da Ribeira Seca, Registo de Casamentos, livros 4 (1764-1803), 5 (1803-1822), 6 (1822-1849) e 7 (1849-1859); A.P.I.M.S.C., *Livro de Registo de Casamentos da Paróquia de São Tiago (1860-1911)* [livro de resumo] e Casamentos Eclesiásticos da Freguesia de São Tiago, livros de 1911-1914 e 1915-1929.

<sup>83</sup> Os párocos mencionam os impedimentos consanguíneos (ou de parentesco), de afinidade (lícita ou ilícita), e de espiritualidade, bem como o seu grau (de 1 a 4 em sentido ascendente, descendente ou colateral). Colocamos, porém, algumas reservas nesta indicação no que respeita aos registos compreendidos entre 1800 e 1859. Na verdade, durante este período encontramos uma proporção de impedimentos inferior a 8%, enquanto entre 1860 e 1910 esse quantitativo ultrapassa frequentemente os 50 a 60%, logo a partir de 1861.

<sup>84</sup> *Demografia Histórica* [...], p. 25.

óbito deveriam preencher 17 requisitos, entre os quais a menção da hora e local da morte, idade, profissão, filiação e nome do antigo cônjuge caso fosse viúvo e, ainda, a anotação da existência de eventuais descendentes<sup>85</sup>.

A portaria de 2 de Abril de 1859 também preconizava a elaboração de mapas estatísticos mensais para o movimento de nascimentos, casamentos e óbitos (art. 23º) ficando a cargo do responsável de cada paróquia. O vigário devia remetê-los à sua diocese que por sua vez elaboraria um mapa geral encaminhando-o à Secretaria dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça. Tratam-se de estatísticas muito completas que viabilizam análises demográficas e sociológicas aprofundadas: os nascimentos totalizavam 75 campos, os matrimónios 78, e os óbitos 73. No verso eram fornecidas as 33 instruções de preenchimento<sup>86</sup>.

A execução deste diploma terá, aparentemente, sido iniciado no arquipélago em 1860, como dá conta o governador civil de Angra do Heroísmo<sup>87</sup>. Mas nem sempre as determinações eram cumpridas em todas as freguesias, obrigando o prelado a admoestar por diversas vezes os párocos, como acontecera em Junho de 1876<sup>88</sup>. Na freguesia da Ribeira Seca, objecto de estudo deste trabalho, todos os registos paroquiais de 1860 em diante foram formulados segundo o disposto pelo decreto de 1860. Os livros de assento, sempre efectuados em duplicado, complementavam-se com um *livro de resumo* impresso para cada tipo de assento, possivelmente por determinação da diocese.

O *livro de resumo de baptismos*, eventualmente elaborado a partir de 1860, contém os assentos desde 1850. Os doze campos arrolam quase todas as informações relevantes acerca do acto - excepto a profissão dos pais - como o tipo de filiação, pais e avós, e freguesia onde casaram os pais. Nas observações indicava-se, a partir de 1858, a eventual legitimação de filhos através da anotação do ano e número de assento do casamento. O resumo de

---

<sup>85</sup> Cf. *Boletim Eclesiástico dos Açores*, tomo II (Julho de 1876), pp. 296-301 (Reprodução dos modelos referentes ao decreto de 2.04.1862). Sobre este assunto consulte-se, ainda o *Código dos Parochos nas suas Funções, Ritos, Ceremonias* de Luís Alberto Cid, Porto, António Figueirinhas, 1909, pp. 27-47 (Registo Parochial).

<sup>86</sup> *Boletim Eclesiástico dos Açores*, tomo IV (1879), pp. 294-295. Na sequência desta portaria a Secretaria dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça enviou ao bispo de Angra 1640 exemplares destes mapas com as respectivas instruções. No núcleo da *Mitra de Angra* depositado na B.P.A.A.H. apenas se localizaram os mapas das freguesias do Norte Pequeno e Calheta para o ano de 1870 (maço 875).

<sup>87</sup> *Boletim oficial do districto administrativo de Angra do Heroísmo*, nº 62 (ano de 1862), p. 504.

<sup>88</sup> Cf. *Boletim Eclesiástico dos Açores*, tomo II (1875-1877), circular de 12.06.1876, pp. 274-281. Esta circular reproduzia o decreto de 2 de Abril de 1862 pois, segundo o bispo, vários párocos da diocese ainda não o conheciam.

óbitos, também composto por 12 campos, fornecia as informações essenciais à identificação e caracterização dos defuntos. Finalmente os assentos de matrimónio resumiam-se em 8 campos, apenas faltando informes sobre as profissões dos nubentes e seus pais. Anotava-se, ainda, no campo de observações qual o impedimento canónico e eventual dispensa de proclamas, bem como a legitimação dos filhos.

### 1.2.2 – Os róis de confissão

Decretados como obrigatórios pelo Concílio de Trento, e também conhecidos como listas da desobriga ou *Libri Status Animarum* (livros acerca do estado das almas), os róis de confissão assumem-se como um documento de controle social, prestando-se, concomitantemente, a vários tipos de abordagens, sejam elas demográficas, sociológicas ou antropológicas<sup>89</sup>. Fogo a fogo, os vários estratos sociais incluem-se nesta fonte pela simples razão de os residentes serem, salvo raras exceções, membros da comunidade cristã.

Assim, estas listas de habitantes várias vezes se assemelham a censos paroquiais, cujo conteúdo informativo varia segundo o pároco e a época. Desta forma, permitem algum confronto com a família biológica - fornecida pelos registos paroquiais – já que os róis englobam a família em sentido lato, isto é, o conjunto de residentes ligados pelo sangue ou, por qualquer outro laço, seja ele de trabalho ou afectividade.

Na diocese de Angra a obrigatoriedade deste registo já era determinada pelas suas Constituições Sinodais datadas de 1560.

«Ordenamos e mandamos que todos os vigairos e curas d'este nosso bispado em cada hum anno tanto que vier a septuagésima façam hum rol per si e não per outrem, o qual acabaram atee a quinquagesima, em que escreveram todos os seus freiguezes por seus nomes e sobrenomes e a rua e lugar onde vivem. E yrá o dito vigairo ou cura em pessoa por todas as ruas, partes e casas da sua freiguesia, informando se muy particularmente do numero e qualidade das pessoas que há em cada casa, (e viuendo com outrem) se são filhos, criados ou escravos, e poram a parte os que não hão de commungar»<sup>90</sup>.

<sup>89</sup> Cf. Fátima Brandão e Rui Feijó, «Entre textos e contextos: os estudos de comunidade e as suas fontes históricas», *Análise Social*, vol. XX, nº 83, 1984, pp. 489-503.

<sup>90</sup> *Constituições do Arcebispado* [...], fl. 15.

Na ilha de São Jorge temos conhecimento da existência de róis da desobriga desde o século XVII, conquanto actualmente os mais antigos datem de 1793 e 1811 no caso das paróquias de Velas e Calheta, respectivamente. Para a freguesia da Ribeira Seca apenas subsistem as listas efectuadas entre 1874 e 1927 em série contínua, pelo que admitimos a perda deste *corpus* documental à semelhança do que sucedeu na Calheta e, de um modo geral, em toda a ilha<sup>91</sup>. Por este motivo as listas nominativas da população da freguesia referentes a 1832 e 1839 correspondem, para todos os efeitos, aos primeiros róis de confissão disponíveis para o século XIX<sup>92</sup>.

A série contínua de róis de confissão existente para a freguesia inscreve-se nas diligências diocesanas em normalizar a produção de listas da desobriga pascal. Com efeito a circular de 15.12.1873 relembra ao clero a necessidade deste arrolamento e determinava a data da sua elaboração<sup>93</sup>. Desde 1874 a matriz desta fonte manteve-se quase inalterável, compondo-se do número ordem do fogo, localidade, chefe de família, idade, profissão e estado civil, introduzindo-se igualmente as relações de parentesco entre os membros do agregado e o seu chefe. Mais tarde, a partir de 1895, as listas elaboram-se em formulários impressos, solicitando-se aos párocos a indicação do número da casa e do fogo. Outras duas colunas – nº de almas do sexo masculino e feminino – apostas antes da designação dos fregueses, permitiam o rápido conhecimento do total de indivíduos tanto por localidade ou rua, como para o cômputo geral da paróquia.

A utilização deste rico acervo documental para fins estritamente demográficos exige, antes de mais, alguns cuidados. Em primeiro lugar saliente-

---

<sup>91</sup> A antiguidade do povoamento da freguesia da Ribeira Seca consubstanciada pelos seus registos paroquiais que remontam a 1623 faria, naturalmente, supor a existência de róis desde o século XVIII. De facto, em 1766, data da criação da Capitania-geral dos Açores, foram pedidos a todos os párocos açorianos mapas estatísticos da população (decreto de 2.08.1766). No caso da Ribeira Seca, como várias outras paróquias jorgenses, esses documentos foram elaborados com base no rol da confissão como elucida o vigário «o supra ditto consta do rol da confissão, livro dos defuntos e dos baptizados desta parochia de San Thiago [...]». Cf. A.H.U., *Açores*, caixa 7, doc. 15.

<sup>92</sup> Recorde-se que a maioria destas listas se intitulavam «copia fiel do rol de confissão...», ou «lista dos habitantes [...] segundo o rol de confissão». Noutros casos a origem da fonte era revelada pelo regedor no final documento.

<sup>93</sup> *Boletim Eclesiástico dos Açores*, tomo I (1872-1874), p. 247.

se que a típica omissão dos *menores de confissão* (0-7 anos) não se verifica nestes arrolamentos, mas há que avaliar uma imprecisão no registo da idade das crianças com menos de um ano. É que a idade 0 nunca se afigura discriminada, pois o conceito de ‘zero anos’ nem sempre era aplicado pelos clérigos. Desde modo sistematicamente as crianças com menos de seis meses de idade são contabilizadas como tendo um ano, da mesma forma que uma de 18 meses teria, segundo o pároco, dois anos completos.

Outro dado a ponderar relaciona-se com a data de elaboração do documento, o que nos leva a questionar se um rol de confessados se pode equiparar a um recenseamento da população. Segundo o estipulado pela diocese de Angra, as listas da desobriga pascal deveriam efectuar-se depois da Dominga da Septuagésima, ou seja, sempre em dia móvel. No entanto por «economia de trabalho e simplificação de serviço» o bispo determinava que fossem efectuadas na primeira quinzena de Janeiro<sup>94</sup>. Os róis de 1875, 1879, 1884 e 1900, ou seja, os que manuseamos de modo sistemático, são assinados pelo pároco entre Junho e Julho de cada ano. Todavia, da análise crítica das fontes – nomeadamente através do cruzamento com os registos paroquiais – concluímos que, *grosso modo*, as mesmas foram produzidas nos últimos dias do ano segundo o estipulado pela diocese<sup>95</sup>. De facto, tomando por exemplo o rol de 1879 verifica-se que os habitantes falecidos nesse ano ainda constam da lista; simultaneamente encontram-se os indivíduos nascidos até 14 de Dezembro de 1878, o que vem confirmar a elaboração da lista nos últimos dias do ano. São, naturalmente, detectáveis algumas incongruências da fonte, porquanto a desobriga quaresmal –

---

<sup>94</sup> *Boletim Eclesiástico dos Açores*, tomo I (1872-1874), p. 247. Segundo as Constituições do Bispado de Angra, tal como na generalidade das dioceses, o pároco deveria apresentar o rol ao ouvidor até quinze dias depois do Domingo do Bom Pastor. Cf. *Manual de Direito Ecclesiastico [...]*, p. 182. No final deste documento encontra-se o «extracto», ou seja, a designação da totalidade de almas (por sexo e sacramento), o número de fogos, *os revees* (rebeldes) - aqueles que não se confessaram sem justa causa - e, finalmente, a data de registo.

<sup>95</sup> Gaspar Martins Pereira ao analisar as estruturas domésticas da cidade do Porto constou, igualmente, para o final do século XIX, a produção dos róis no final de cada ano, normalmente entre Outubro e Novembro. Cf. *Famílias Portuenses na Viragem do Século (1880-1910)*, col. Biblioteca das Ciências do Homem, ed. Afrontamento, 1995, pp. 87-88.



altura em que o pároco fazia a anotação de «confessado e comungado» - desenrolava-se três a quatro meses depois. Nesse lapso de tempo ocorriam inevitavelmente modificações oriundas da natalidade e mortalidade mas, também, pela acção dos fenómenos migratórios.

Em raros anos, designadamente em 1900 e 1905, os róis apresentam variadas correcções relativamente ao agregado doméstico e anotações marginais: «mudou-se», «América», «obit.», etc. Nestas situações a matriz fora redigida com tinta no final do ano, deixando-se em branco a coluna relativa à desobriga pascal. Posteriormente, nos Domingos anteriores à Páscoa, o eclesiástico anotou a lápis todas as alterações entretanto verificadas, bem como o sinal «c.c.» - comprovativo da confissão e comunhão das almas. Estamos, pois, perante dois momentos claramente distintos, devendo-se optar forçosamente por um deles<sup>96</sup>. Porém, ao longo deste estudo esta questão não se nos colocou, já que a esmagadora maioria das listas se reportam a um período único. Aproveitámos, entretanto, as anotações marginais, nomeadamente a identificação dos emigrantes para determinado tipo de cálculos.

Retomando-se a questão, ou seja a eventual equiparação dos róis a «recenseamentos», devemos ponderar se estas fontes inscrevem a população presente ou a residente. Excluindo-se os róis simultaneamente redigidos em dois períodos, inclinamo-nos para a segunda hipótese, ou seja, entendemos que tendencialmente a desobriga pascal incide sobre os residentes. Segundo as disposições do direito canónico a obrigação da confissão pascal incidia sobre todos os fregueses com residência habitual na paróquia. Em caso de ausência temporária poderiam confessar-se antes da Quaresma ou até quinze dias após o seu regresso<sup>97</sup>; não se reunindo estas condições deviam forçosamente confessar-se noutra paróquia munindo-se do respectivo comprovativo (senha de desobriga

---

<sup>96</sup> Sobre este assunto veja-se o estudo de Maria Norberta Amorim, *Exploração de Róis de Confessados duma Paróquia de Guimarães (1734-1760)*, Guimarães, 1983, p. 9 e «Falando de Demografia Histórica» in *NEPS. Boletim Informativo*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, nº 3 (Setembro de 1998), p. 2

<sup>97</sup> Cf. *Manual de Direito Ecclesiastico [...]*, pp. 178-179.

quaresmal). Desta forma alguns indivíduos, ainda que poucos, eram arrolados sem que no momento exacto da desobriga estivessem na paróquia, sendo o inverso verdadeiro.

A este respeito parece-nos modelar o caso de Manuel Pedroso da Silveira. Em Agosto de 1887 por altura do seu casamento pretendia ser tido como freguês do Norte Pequeno (São Lázaro), paróquia contígua à da Ribeira Seca<sup>98</sup>. Sendo natural do Norte Pequeno emigrava aos 20 anos e regressara a São Jorge em 1872. Todavia adquirira uma propriedade e casa de morada na Fajã dos Cubres, localidade pertencente a São Tiago, mas bem mais próxima de São Lázaro<sup>99</sup>. De 1881 a 1887 alegava morar alternadamente entre as duas localidades, pois não só tratava de negócios no Norte Pequeno como ouvia missa e se desobrigava, tal como «costumão fazer muitos dos habitantes da fajã dos Cubres». Advertia ainda que a maioria dos moradores daquela fajã era constituída por fregueses do Norte Pequeno que aí cuidavam das suas terras e invernavam o gado «sem que por esse facto sejam considerados parochianos da Ribeira Seca». Em face destas alegações o justificante pretendia demonstrar a sua pertença ao Norte Pequeno por aí se desobrigar e residir alternadamente e, simultaneamente, repudiar a sua inscrição nos róis de São Tiago.

Da forma como era elaborada a fonte, ou seja, tendo em conta o conceito de naturalidade e frequência da desobriga pascal, entendemos que o rol de confissão tende a considerar essencialmente a população residente. No entanto, como referido, há que calcular o quantitativo de crianças com menos de um ano de idade. Este inconveniente da fonte não se assevera problemático para a generalidade dos indicadores demográficos, mas interfere ligeiramente no cálculo das tábuas de mortalidade. Dada a especificidade deste cálculo e das correcções propostas apresentaremos, aquando do estudo da mortalidade, a metodologia seguida para o apuramento deste quantitativo.

---

<sup>98</sup> A.P.I.M.S.C., *Ouvidoria da Vila da Calheta da Ilha de São Jorge*, Alvarás de Matrimónio, maço de 1888-1889, processo de Manuel Pedroso da Silveira.

<sup>99</sup> A fajã dos Cubres situa-se no norte da ilha tal como a freguesia do Norte Pequeno e está a cerca de 3km desta; pelo contrário o centro da Ribeira Seca (Sul) dista mais de 8 km, sendo o acesso à fajã assaz moroso graças à serra que divide a vertente Norte do Sul.

Finalmente deverá ser realçada a qualidade das fontes manuseadas, sobretudo no que diz respeito à eventual atracção das idades 0 e 5. Através do índice de Whipple avaliado para estes róis obtêm-se valores próximos de 100%, tal como nas listas nominativas de 1832 e 1839, o que vem reforçar a idoneidade dos róis compulsados.

**Quadro 1.5**  
**Índices de Whipple em 1875, 1879, 1884 e 1900 (%)**

Ano	Índice
1875	89,2
1879	101,3
1884	99,9
1900	107,0

A redacção sucessiva e anual de róis de confessados desde 1874 constitui, portanto, um importante *corpus* documental, e afigura-se raro numa paróquia com mais de 750 fogos e de 3500 almas. Não obstante esta contingência, todas as listas possuem uma boa caligrafia, o que nos levou a elegê-las como um dos suportes essenciais desta investigação. De resto, o conteúdo informativo da documentação não se esgota na análise demográfica, afigurando-se fundamental para a compreensão das estruturas familiares vigentes. Contudo, dada a especificidade do tratamento da informação para esta finalidade, remetemos essa discussão para o quinto capítulo.

### **1.2.3 – As estatísticas eclesiásticas**

Desde a Idade Moderna as várias Igrejas nacionais esboçaram diversas tentativas no sentido de quantificar, ainda que de modo imperfeito, a dimensão das suas células administrativas – as paróquias. Através desta via seria possível gerir os recursos eclesiásticos, sobretudo humanos, e determinar a composição clerical de cada paróquia, designadamente o número de vice-vigários, coadjutores, etc. De um modo geral esses bosquejos estatísticos far-se-iam por meio dos róis de confissão e do próprio movimento paroquial: nascimentos,

matrimónios e óbitos, não esquecendo, obviamente, as diversas memórias paroquiais, corografias, monografias históricas e, até as visitas pastorais.

Mais tarde, já no período liberal e com a determinação das cóngruas, as dioceses parecem ter necessitado de instrumentos quantitativos mais aperfeiçoados; por outro lado, parte desse trabalho já era, recorde-se, executado pelo clero para efeitos civis. Neste contexto são conhecidos alguns mapas estatísticos da diocese de Angra no início do período liberal, designadamente o de 1838, diversas vezes utilizado por Francisco Ferreira Drumond.<sup>100</sup> Algumas dessas fontes ainda subsistem na Biblioteca Pública de Angra, mesmo que em número muito reduzido, e versam essencialmente a designação das freguesias, número de fogos e almas por localidade, nome e comportamento (moral e político) dos vigários e, finalmente, observações genéricas<sup>101</sup>. Essa informação acaba por não trazer grande acréscimo ao conhecimento demográfico mas, pelo contrário, conduz a preciosas achegas ao nível da sociologia da Igreja.

Mais tarde, a partir de 1872, a chegada do bispo D. João Maria Pereira de Amaral e Pimentel (1872-1889), determina a criação de um novo tipo de estatística paroquial com informação bastante circunstanciada.

A circular diocesana de 5.11.1873 exigia o envio até ao dia 15 de Janeiro do número de almas (maiores e menores diferenciadas por sexo), nascimentos (também por sexo), casamentos e óbitos<sup>102</sup>. Os dados acerca do movimento da população deviam ainda informar sobre o número nascimentos ilegítimos<sup>103</sup> e expostos mas, igualmente, sobre o total de emigrantes. Os elementos estatísticos deviam reportar-se, na medida do possível, ao ano civil transacto, sendo complementados com diversas anotações acerca do estado religioso da freguesia, por exemplo, o rendimento da bula de cruzada,

---

<sup>100</sup> Cf. Apontamentos Topográficos, Políticos, Cíveis e Eclesiásticos [...], p. 639

<sup>101</sup> B.P.A.A.H., *Mitra de Angra*, mç 875, «Relação das Igrejas Parochiaes e dos lugares que cada huma dellas comprehende [...] ouvidoria eclesiastica da Villa das Velas [...] 1848». Neste maço encontra-se, igualmente, a mesma fonte relativa à ouvidoria do Topo para 1849.

<sup>102</sup> Cf. Octávio Ribeiro de Medeiros, *A Igreja nos Açores. Último Quartel do Século XIX. Índices do Boletim Eclesiástico dos Açores (1872-1900)*, Povoação, Santa Casa da Misericórdia da Povoação, 1996, pp. 40-44.

<sup>103</sup> Só em Novembro de 1888, através de nova circular diocesana. Cf. Octávio Ribeiro de Medeiros, *ob. cit.*, p. 43.

pretendentes ao estado eclesiástico, número de indivíduos que cumprem os sacramentos, entre outros.

Com base nesta portaria recolheram-se as *Notas Estatísticas da População* das freguesias da Ribeira Seca (1872-1913), Norte Pequeno e Calheta (1872-1904), o que nos permite uma boa aproximação aos comportamentos do concelho da Calheta no último quartel Oitocentista e inícios do século XX<sup>104</sup>.

A qualidade destas fontes é, em nosso entender, superior às formuladas pelo Governo Civil de Angra do Heroísmo, mesmo que as diferenças sejam de pouca monta. Com efeito, através do cotejo das *Notas Estatísticas* com a documentação paroquial verificamos que estas se reportam - como seria normal - ao extracto final de cada rol para o cômputo dos fregueses, e aos registos paroquiais de onde se extraíam os dados relativos ao movimento populacional. Confrontando-se agora as *Notas Estatísticas* com os mapas populacionais do distrito constatamos que estes se baseiam nas estatísticas paroquiais; todavia nem sempre a cópia era fidedigna, originando-se pequenos erros, como indica o quadro seguinte.

---

<sup>104</sup> Cf. A.P.I.M.S.C., *Notas estatísticas [...] Ribeira Seca* e *Notas Estatísticas [...] Santa Catarina*; A.P.I.N.G., *Notas Estatísticas [...] San Lazaro*.

**Quadro 1.6**  
**Comparação entre as estatísticas civis e eclesiásticas**  
**(1874-1904)**

Ano	Estatística civil			Estatística paroquial		
	Fogos	Total	Nasc.	Fogos	Total	Nasc.
1873	769	3326	92	769	3326	-
1874	756	3172	92	756	3172	92
1875	769	3198	79	769	3198	79
1876	768	3198	84	768	3190	78
1877	740	3122	92	781	3215	92
1878	750	3505	75	774	3247	75
1879	770	3303	80	770	3303	80
1880	778	3388	88	778	3388	88
1881	786	3437	89	778	3437	89
1882	797	3469	79	797	3469	79
1883	782	3416	72	782	3416	72
1884	790	3427	74	790	3427	77
1885	794	3440	74	794	3440	74
1886	788	3484	70	788	3484	70
1887	794	3146	89	794	3146	89
1888	790	3151	72	790	3151	72
1889	-	3131	-	801	3211	81
1890	829	3183	80	820	3183	80
1891	803	2997	66	803	2997	66
1892	820	3040	56	820	3030	56
1893	817	3039	59	817	3039	59

Comparando-se os valores das estatísticas civis e eclesiásticas da paróquia da Ribeira Seca, concluímos que as suas diferenças são pouco expressivas e poderão radicar num erro de cópia. De facto, nos anos de 1876, 1877, 1881, 1890 o total de fogos ou almas entre os dois mapas apresenta uma discrepância reduzida, não comprometendo os cálculos demográficos. Em 1877 e 1878 os valores da estatística civil apresentaram valores mais díspares, o que em nossa opinião constitui um erro da fonte, já que essas cifras são relativamente anómalas na série. De resto esta comparação efectuada para a Ribeira Seca também se aplica às paróquias do Norte Pequeno e Calheta, o que vem reforçar a maior qualidade das *Notas Estatísticas* (1872-1904/12).

### 1.3 – Outras fontes susceptíveis de interesse demográfico

Para efeitos estritamente demográficos as estatísticas civis e a documentação eclesiástica afiguram-se como os principais suportes de qualquer monografia sobre a população. No entanto, o historiador-demógrafo ainda pode dispor de um vasto manancial informativo que directa ou indirectamente lhe aduza maior quantidade de informação, ou simplesmente facilite a compreensão de determinados comportamentos, como seja a mobilidade ou a relação de masculinidade dos efectivos. Para tal, entre as diversas fontes manuseadas, destacamos essencialmente a documentação militar e os inventários orfanológicos.

Relativamente ao primeiro tipo de suportes utilizaram-se sobretudo os documentos relativos ao arrolamento da tropa de terceira linha, ou seja, os mapas de ordenanças e da população das companhias. A origem destas fontes pode relacionar-se com as reformas pombalinas por altura da criação da capitania-geral dos Açores, em 1766, quando se pretendeu constituir um regimento insulano<sup>105</sup>. Todavia, só mais tardiamente, em 1810, essas determinações eram cumpridas na jurisdição da Calheta, como esclarece o Pe Manuel de Azevedo da Cunha.

A sessão camarária de 23.06.1810 foi presidida pelo tenente-coronel e inspector das milícias de São Jorge, José Bettencourt da Silveira e Sousa, definindo-se que as anteriores nove companhias passariam a sete, cumprindo-se assim o regimento de 10.12.1570 e as ordens de 29.07.1809. Simultaneamente os capitães de ordenança redesenharam a geografia das novas companhias da jurisdição nomeando-se, por unanimidade, os respectivos comandantes. As primeiras três companhias situavam-se na Ribeira Seca enquanto a 4ª e 5ª também abrangiam localidades da freguesia da Calheta. Finalmente a 6ª companhia era formada na freguesia do Norte Pequeno e a 7ª na Calheta<sup>106</sup>.

---

<sup>105</sup> Cf. Avelino de Freitas de Meneses, *Os Açores nas Encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, vol. I – *Poderes e Instituições*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993, p. 384.

<sup>106</sup> N. H., II, pp. 767-770. Sobre a evolução dos decretos régios e da estrutura militar de São Jorge veja-se, de José Damião Rodrigues «Orgânica Militar e Estruturação Social: Companhias e Oficiais de Ordenanças em São Jorge (séculos XVI-XVIII)» in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*. [...], Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, pp. 527-550.

As primeiras listas de ordenanças localizadas para o concelho da Calheta datam de 1811, mas nem todas as determinações da reforma de 1810 foram contempladas, pois, se agora são sete em vez das anteriores nove, a sua composição geográfica não condiz com o prescrito em sessão camarária<sup>107</sup>. O conteúdo destes documentos é abundante, recenseando-se, fogo a fogo o cabeça de casal, sua idade e ofício e solicitando-se os mesmos informes para os seus dependentes do sexo masculino. Dado tratar-se de uma fonte exclusivamente militar, os elementos do sexo feminino só constam da lista quando chefiavam uma determinada habitação com filhos ou criados em idade militar<sup>108</sup>.

Para o ano de 1819 foi localizado um registo relativo à quarta companhia de ordenanças situada na Ribeira Seca compreendendo 205 casas, cerca de um terço do total. A matriz deste documento já difere dos róis de 1811, mas apenas arrola os efectivos masculinos entre 15 e 60 anos, pois formula-se com base no *Regulamento para o recrutamento da tropa de linha e milícias* de 22.08.1812<sup>109</sup>. Este decreto tornava obrigatório a designação do número de ordem das casas por cada localidade e a letra do alfabeto para as habitações com mais de um fogo, os chefes de família, seus empregos e naturalidades, bem como idênticas informações para os seus filhos. Finalmente, devia registar-se o dia da incorporação e, nas observações, o posto ou o motivo de isenção militar.

A utilização destes livros de ordenanças baseou-se essencialmente na recolha das localidades de cada família e profissões dos chefes, na medida em que só se obtém sistematicamente essa informação nas listas nominativas de

---

<sup>107</sup> Cf. B.P.A.A.H., *Capitania-geral*, Ordenanças da ilha de São Jorge (1764-1820), «Lista da gente que tem a companhia primeira companhia de ordenanças [...] formada na Villa [...] 1811»; «Lista da gente que ha na 5ª companhia de ordenanças da Vila da Calheta da Ilha de sam Jorge formada na Ribeira Secca, Caldeira e Fajam Redonda [...] 1811»; «Lista de gente que tem a 6ª companhia de ordenanças da Villa da Calheta da Ilha de Sam Jorge aquertellada Entre os Grutões do lugar da Ribeira Secca [...] 1811»; «Lista da gente que tem a 7ª companhia de ordenanças da Villa da Calheta da Ilha de Sam Jorge formada no Portal, Fajam dos Vimes e Louraes [...] 1811».

<sup>108</sup> Normalmente apenas as viúvas (indicando-se o nome do marido falecido) e as mães solteiras. Mais raramente constam mulheres casadas com os respectivos dependentes, certamente por ausência prolongada do marido.

<sup>109</sup> *Legislação portuguesa desde a ultima compilação das ordenações redigida por Antonio Delgado da Silva: 1750 a 1820 e 1833 a 1849*, Lisboa, Tip. Maignrense (1830-1849), pp. 162-167, e respectivos suplementos, nomeadamente o modelo A.



1832 e 1839, bem como nos registos paroquiais elaborados depois de 1859. A indicação das idades tornou-se, igualmente, essencial para efeitos de apuramento das idades dos residentes nascidos no decurso do século XVIII. Entretanto não nos pareceu rigoroso suportar qualquer análise da estrutura familiar com base nestas fontes, pois os critérios que presidiram à sua elaboração afiguram-se muito selectivos ao excluírem, em larga medida, o sexo feminino<sup>110</sup>.

Por fim alerte-se para outra documentação de natureza militar – os mapas da população das companhias – cujo teor informativo é bastante completo a nível demográfico e se assemelha ao dos mapas estatísticos efectuados no período da capitania-geral. Para o ano de 1824 estas fontes foram produzidas para quase toda a ilha de São Jorge e, possivelmente, para várias ilhas do arquipélago<sup>111</sup>.

A matriz dos mapas estatísticos das ordenanças elaborados para a ilha Graciosa e concelho de Velas (São Jorge) compreendia o número de homens e mulheres por estado civil com excepção da população viúva. Simultaneamente o número de indivíduos era colocado no respectivo escalão etário (0-6 ... 96-102 anos). Nas observações solicitava-se o «número de mancebos sujeitos à lei do recenseamento», «indivíduos hábeis para as milícias» e os «inhabeis para todo o serviço militar». Na jurisdição da Calheta os capitães de ordenanças também introduziram a população viúva viabilizando uma leitura demográfica bem mais fiável.

No tratamento desta documentação exige-se, sobretudo, algum cuidado no que respeita à área geográfica descrita na fonte - a localidade ou conjunto de povoações, e não a freguesia. E, porque os cinco mapas do concelho da Calheta não designam as localidades pertencentes a cada companhia, tivemos de cruzá-los com outras fontes paralelas, designadamente com o *Mapa geral de todo o Corpo de Ordenanças da Ilha de São Jorge* de

---

<sup>110</sup> A análise dos agregados familiares com base nos livros de ordenanças já foi efectuada por Robert Rowland para duas freguesias do Noroeste português. Neste artigo o autor pondera as diversas omissões da fonte avançando determinadas estimativas que poderão minorar essas distorções. Cf. «Âncora e Montaria, 1827. Duas Freguesias do Noroeste segundo os livros de registo das Companhias de Ordenanças», *Studium Generale. Estudos Contemporâneos*, nº 2/3 – *Perspectivas sobre o Norte de Portugal*, Porto, Secretaria de Estado da Cultura/Centro de Estudos Humanísticos, 1981, pp. 199-241.

<sup>111</sup> Cf. B.P.A.A.H., *Capitania-geral*, Ordenanças de São Jorge (1764-1824), Mapas de população da jurisdição da Calheta: «Mappa da população da 1ª companhia [...] 1824», «Mappa da população da 2ª companhia [...] 1824» e «Mappa da população da 3ª companhia [...] 1824». Para este ano também encontramos idêntica documentação relativa a toda a ilha Graciosa. Cf. *Capitania-geral*, Ordenanças da ilha Graciosa (1764-1824).

1819<sup>112</sup>. Segundo este documento as companhias quatro e cinco eram formadas na Ribeira Seca, enquanto a terceira incluía simultaneamente gentes da Calheta e Ribeira Seca. Desta forma será bastante seguro considerar o somatório das três estatísticas para os dados de estrutura - relação de masculinidade, composição etária e civil - como muito próximos da realidade, embora o cômputo total da população não possa ser aquilatado com total segurança.

Para o estudo da população, nomeadamente para a análise das migrações, poderá ser de alguma utilidade o uso de outras fontes civis de carácter não demográfico, nomeadamente os inventários orfanológicos. A exploração desta multifacetada e copiosa fonte tem sido realizada sistematicamente por diversos investigadores, nomeadamente para a aferição do património familiar, sistema de heranças e reprodução social<sup>113</sup>.

Segundo o estipulado pela lei, designadamente pelo Código Civil de 1867, estes inventários judiciais eram obrigatórios sempre que existissem filhos menores não emancipados, alienados e surdos-mudos, ou ausentes em parte incerta sem procurador<sup>114</sup>. Através do modelo 11 (auto de juramento para inventário) era necessária a identificação de todos os herdeiros (filhos, netos e legatários), bem como a idade, nome do cônjuge e a residência<sup>115</sup> informações

---

<sup>112</sup> B.P.A.A.H., *Capitania-geral*. Governador da Ilha de São Jorge, maço 10 (1819-21). *In fine*: «rezidencia do governo da Ilha de São Jorge, 31 de Dezembro de 1819. Paulo Joze Miguel de Brito, Coronel Governador».

<sup>113</sup> Veja-se, por exemplo, Maria de Fátima Brandão, *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal. O caso de Mosteiro no século XIX*, col. Biblioteca das Ciências do Homem, ed. Afrontamento, 1994 (este livro contém um apêndice sobre a fonte em questão, cf. Apêndice 3 – Os Processos de Inventário, pp. 331-338»); Ana Silvia Volpi Scott, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVIII e XIX)*, NEPS – Universidade do Minho, 199, *maxime* pp. 426-430 e Margarida Durães, «Condição Feminina e Repartição do património: A Camponesa Minhota – Séculos XVIII-XIX» in *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986, pp. 117-133. Sobre o arquipélago dos Açores consulte-se, entre outros, Paulo Silveira e Sousa, *As Elites Periféricas: Poder, Trajectórias, e Reprodução Social dos Grupos Dominantes no Distrito de Angra do Heroísmo*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001 (dissertação de mestrado policopiada) e José Damião Rodrigues, *São Miguel no Século XVIII [...]*.

<sup>114</sup> Sobre este assunto consulte-se o *Manual Prático de Orphanologia ou Collecção das Disposições Inherentes dos Códigos Civis e do Processo Civil relativas ao Juízo Orphanologico pelos redactores da Revista Jurídica*, 1ª parte, 2ª ed. revista, Porto, A.G. Vieira Paiva, 1878 (esta edição contém o *Formulário Geral do processo Orphanologico* com os 148 modelos previstos por lei).

<sup>115</sup> *Manual Prático de Orphanologia [...]*, p. 12.

que, sob o prisma demográfico e da configuração familiar, se afiguram relevantes para a aproximação aos efeitos migratórios. De facto, na eventualidade de um herdeiro residir fora da freguesia, por exemplo no arquipélago, requeria-se a respectiva morada e, tendo emigrado, solicitava-se o país de destino e a possibilidade de ser contactado, isto é, se residia em parte «certa» ou «incerta». Registem-se alguns exemplos:

<b>Inventariada: Maria José do Coração Jesus, viúva de Miguel António Roberto<sup>116</sup></b>		
<b>Filhos</b>		
1 – António Amaral casado com Rosa de tal	ausente EUA	parte incerta
2 – José Amaral casado com Maria de tal	»	»
3 – João Amaral casado com Maria Fernandes Amaral	»	»
4 – Rita Silveira Amaral casada com Manuel Flores	»	»
5 – Maria Júlia Amaral, solteira, Fajã dos Bodes	Ribeira Seca	

<b>Inventariado: João António Sousa de 65 anos, trabalhador e morador na fajã Redonda, casado com Teresa de Jesus, filho natural de Maria Joaquina<sup>117</sup></b>	
<b>Filhos:</b>	
1- Maria Jesus, solteira, maior,	Ribeira Seca
2 - José António Sousa, maior, solteiro	Ribeira Seca
3 – Ana, solteira, maior	Fajã Redonda (Ribeira Seca)
4 – Isabel, solteira, maior	Hospital de Angra (ilha Terceira)
5 – Manuel, solteiro, maior	EUA
6 – Rosa , solteira, maior	Fajã Redonda (Ribeira Seca)
7- Umbelina, solteira, maior	São Pedro (freguesia do Topo)
8- João, solteiro, maior	EUA
9- António, solteiro, 15 anos	Fajã Redonda (Ribeira Seca)

A abundância destas fontes judiciais, nomeadamente para a segunda metade Oitocentista permite-nos, portanto, uma aproximação ainda que grosseira à mobilidade dos efectivos. Grosseira, na medida em que não podemos

<sup>116</sup> B.P.A.A.H., *Inventários Orfanológicos*, Ilha de São Jorge, proc. 3961 (ano de 1902).

<sup>117</sup> Idem, proc. 3938 (ano de 1902).

estabelecer uma proporção directa entre determinado número de processos em que se mencionam os herdeiros residentes fora da paróquia face a outro conjunto de documentos em que todos os legatários residem na freguesia. Há, pois, que alertar para o facto de muitos – senão a maioria – dos autos se efectuarem, não pela existência de menores, mas pela ausência dos descendentes do inventariado, conduzindo, consequentemente, a uma sobre avaliação do fenómeno. Por outro lado, mesmo que em pequena escala, alguns herdeiros, na tentativa de alcançarem maiores quinhões, tentavam comprovar a incerteza do domicílio de alguns irmãos, o que nem sempre se viria a verificar no decorrer dos processos. Finalmente, e como é de conhecimento comum, sendo os autos de tal forma onerosos havia, sempre que possível, a tentativa dos familiares em eximir-se a tais encargos<sup>118</sup>.

Pelo contrário, a informação qualitativa acerca da mobilidade assevera-se rica na medida em que dá a conhecer os destinos preferenciais dos movimentos migratórios, sobretudo quando os registos de passaporte só se tornam sistemáticos em 1872. Mas também o investigador passará a conhecer mais sobre as idades frequentes de abandono da pátria, a duração da estadia e o eventual desejo de regresso e, até os próprios laços de contacto com a família.

## **1.4 - O método: a reconstituição da paróquia e os grupos económicos**

### **1.4.1 – A demografia histórica e a reconstituição da paróquia**

A história social portuguesa tem assistido a um desenvolvimento crescente, sobretudo no decurso das décadas de 1980 e 1990, não lhe sendo alheia a influência dos métodos quantitativos e um interesse mais generalizado pela demografia histórica. De facto, a história da sociedade tem vindo a conhecer um avanço sustentado através de várias monografias de cunho estritamente demográfico, mas igualmente, de estudos de carácter mais geral sobre a

---

<sup>118</sup> Cf. Fátima Brandão, *ob. cit.*, pp. 332-334.

alfabetização, a medicina e a história própria da família. Boa parte destes trabalhos recorrem aos métodos da demografia como ponto de partida para o conhecimento das diversas facetas sociais<sup>119</sup>.

Mais do que a apresentação de números ou séries, a demografia histórica visa conhecer a evolução e os comportamentos demográficos das populações do passado, de modo sustentar linhas de tendência que tornem inteligível o quadro humano, alicerçando, por isso, qualquer estudo de comunidade. Nesse trabalho o investigador processa os dados, de modo a inseri-los em séries susceptíveis de tratamento à luz das actuais técnicas de análise demográfica. Todavia, a contribuição para o conhecimento da evolução do passado pressupõe um longo percurso, desde a recolha de dados até à sua conversão em indicadores normalizados. A informação disponível ao investigador da demografia poderá ser-lhe aparentemente indiferente se considerarmos que os registos paroquiais - as fontes mais usuais - se destinavam ao conhecimento dos indivíduos pela Igreja e Estado, não pressupondo, assim, juízos de valor. Mas o reverso da medalha revela-se algo problemático. Estas entidades raramente produziram dados com padrões estatísticos afins aos actuais e, afinal, isto é tão válido para o século XVI como para a primeira metade do século XIX, quando já proliferam as estatísticas e os levantamentos populacionais.

Não avultam, porém, dúvidas quando à predilecção dos investigadores pelos registos paroquiais, abundantes em Portugal e em razoável estado de conservação. Face a esta fonte, poderíamos afirmar, com risco de exagerada simplificação, que os historiadores-demógrafos se dividem. Uns, adeptos das metodologias agregativas, utilizam estes registos para o cômputo de baptismos,

---

<sup>119</sup> Sobre a evolução da demografia histórica portuguesa veja-se de Maria Norberta Amorim, «História da Família em Portugal. Uma história em Marcha», *Ler História*, nº 29, 1995, pp. 5-17. Para uma ideia mais abrangente das possibilidades desta disciplina, cf. David Sven-Reher, «La Investigación en Demografía Histórica e Historia de la Población» in *Passado, Presente y Futuro e Demografia Histórica*, ed. Vicente Pérez Moreda e David Sven-Reher, Madrid, ed. Arquero, 1998 e Andrea Doveri, «Una Lettera di Andrea Schaffino: Riflessioni su Demografia, Demografia Storica, Problemi e Fonti del Demografo», *Società e Storia*, nº 87, 2000, pp. 107-137.

casamentos e óbitos, recorrendo não poucas vezes aos róis de confissão, entre várias outras fontes, para aferição do volume populacional e do número de fogos. Outros, porventura mais exigentes, ou com outros fins, optam pela reconstituição familiar de uma determinada freguesia. Os registos paroquiais são então analisados de modo a, dentro do possível, promover-se a inserção de cada indivíduo na respectiva família, com todos os seus actos vitais e atributos sócio-económicos. A vantagem desta metodologia assenta num conhecimento muito completo dos comportamentos demográficos, ao mesmo tempo que se podem estudar os sub-grupos, desde que existam elementos de caracterização sociológica. Porém, o cruzamento nominativo força a um significativo dispêndio de tempo e recursos, pelo que a relação entre custo e benefício é frequentemente inibidora de maior quantidade de reconstituições.

Perante estas duas tendências esboçadas no seio da demografia histórica, optámos claramente pela segunda. A escolha de uma metodologia com base nominativa afigurou-se essencial, não por nos interessarmos directamente pela micro-demografia aprofundada, mas pela clara especificidade do tema em análise. Na realidade, o estudo do nascimento fora do matrimónio requer um prévio conhecimento tanto das variáveis demográficas, como dos diversos percursos familiares intervenientes na ilegitimidade. Assim, só o encadeamento nominativo permite identificar todas as mães solteiras, de forma a confirmar ou não o seu posterior consórcio. De igual modo e, por intermédio de outras fontes nominativas que não os registos paroquiais, vislumbra-se uma análise mais rigorosa da componente geracional da maternidade ilegítima e do posicionamento económico dos progenitores, vertentes essenciais para uma melhor intelecção da reprodução ilegítima.

Para a reconstrução nominativa da freguesia entre 1800 e 1910 procedeu-se, numa primeira fase, ao levantamento sistemático das várias séries de registos paroquiais de São Tiago da Ribeira Seca depositadas na Biblioteca Pública e Arquivo de Angra de Heroísmo, ao que correspondem cerca de 9247

baptismos, 2436 matrimónios<sup>120</sup> e aproximadamente 7000 óbitos<sup>121</sup>. O método adoptado neste estudo visou a recolha e cruzamento de todos os registos vitais de cada indivíduo, de modo a constituir-se uma base de dados que reúna, dentro do possível, todas as famílias residentes na Ribeira Seca, em encadeamento genealógico e com o maior rigor possível.

No propósito da reconstituição da paróquia colocam-se, todavia, inúmeras questões relativamente ao conteúdo dos registos paroquiais, o qual gera implicações na metodologia adoptada. Se partíssemos do princípio de que qualquer indivíduo se identificava ao baptismo por nomes e apelidos únicos e inalterados ao longo dos sucessivos actos vitais, não poderiam, consequentemente, existir ambiguidades quanto ao seu percurso individual<sup>122</sup>. O uso da informática como instrumento da história adquire então particular relevância, quando é sabido que os registos paroquiais portugueses, nomeadamente os assentos de baptismo e óbito, omitem com frequência o apelido, ao mesmo tempo que este se altera com frequência no matrimónio. Esta dificuldade adquire maior atenção se tivermos em presença de paróquias com elevado volume de nascimentos, ressaltando, naturalmente, alguns casos dúbios, nomeadamente a homonímia entre casais, ou, mais frequentemente, nas mães solteiras. Aliás, na vizinha paróquia da Calheta, as incongruências na investigação dos registos paroquiais eram salientadas pelo Pe Manuel de Azevedo da Cunha na década de 1920<sup>123</sup>.

---

<sup>120</sup> Foi, ainda, efectuada a recolha dos casamentos de ribeira-sequenses celebrados nas freguesias da Calheta e Norte Pequeno, entre 1800 e 1873. Os naturais da Ribeira Seca consorciados na freguesia da Calheta possuem um número de família (lançado apenas no ficheiro de indivíduos) situado entre 4000 e 4999. Os consorciados no Norte Pequeno apresentam um número compreendido entre 5000 e 5999.

<sup>121</sup> A recolha e cruzamento dos óbitos entre 1911 e 1943 foram efectuados no Registo Civil da Calheta.

<sup>122</sup> Cf. E.A. Wrigley and R.S. Schofield, «Nominal record linkage by computer and the logic of family reconstitution» in *Identifying People in the Past*, ed. E.A. Wrigley, Edward Arnold, 1973, p. 64.

<sup>123</sup> N. H., I, p. 49.

«A confusão que deriva dos homónimos, a pouca clareza das referências escritas, a falta de cronologia e até a duplicidade de cognome usado por alguns lançam notável embaraço no espírito de quem se ocupa de genealogias [...] João Inácio de Azevedo, casaca, outro morador há alguns anos falecido, havia casado com o nome de João de Azevedo Machado. Se isto modernamente, que julgaremos nós da exactidão dos antigos registos?».

De facto, ao longo da reconstituição da paróquia, deparamos sucessivamente com dificuldades decorrentes da sistemática troca de apelidos, ou ausência de um deles mas, não raras vezes, com a alteração do nome próprio. Estas deficiências manifestavam-se sobretudo no sexo feminino, sendo frequente a mudança do nome por altura do casamento e óbito do indivíduo. Assim a alteração de Maria por Mariana, de Delfina por Umbelina ou Justina, entre outros, não se afigurava invulgar. Da mesma forma verificámos ocasionalmente substanciais alterações de apelido. Por exemplo Maria Inácia, mãe solteira, falecia como «Maria Amparo Silveira»; Rosa Umbelina Francisca, outra solteira com descendência, era registada ao óbito como Rosa Umbelina Amaral e, falecendo outra mulher – Maria Rita Azevedo – o pároco advertia ser também conhecida por «Maria Rita Venância», certamente por seu pai se chamar Venâncio José.

A inconsequência na transmissão de nomes e apelidos também se fazia sentir no sexo masculino - se bem que em menor escala - destacando-se, sobretudo, a troca da ordem dos apelidos ou a supressão de um deles. Todavia, as maiores alterações ocorriam na população celibatária - com particular incidência nas mães solteiras - porquanto a ausência de matrimónio não ajudaria à estabilização dos seus apelidos. De qualquer forma estes entraves não geraram grandes dúvidas no cruzamento nominativo dos fregueses, na medida em que os dados sobre a sua filiação permitiram sanar praticamente todas as interrogações.

As diversas especificidades da documentação portuguesa, nomeadamente a falta de coerência na transmissão de apelidos, despertaram o interesse de Maria Norberta Amorim no sentido de se reconstituírem famílias de forma adaptada às fontes. O método desta investigadora, denominado



*reconstituição de paróquias*, constitui «sin duda la estrategia más significativa de renovación metodológica en el terreno de la reconstrucción de familias, al menos en la Península Ibérica»<sup>124</sup>. A sua proposta não se opõe ao já consagrado método de *reconstituição de famílias* (ou *método de Henry-Fleury*)<sup>125</sup>, constituindo não só alternativa mais adaptada às características dos registos paroquiais portugueses, como vem possibilitar o encadeamento genealógico ao nível da paróquia. Saliente-se, ainda, que a *metodologia da reconstituição de paróquias* apresenta a mais valia de incorporar recursos informáticos, possibilitando não só o rápido encadeamento genealógico, como o rigoroso tratamento demográfico de significativos volumes de informação, como o da paróquia que estudamos<sup>126</sup>.

A primeira etapa compreendida por esse método que adoptámos para a Ribeira Seca baseou-se na recolha dos registos de baptismo, pois é a filiação de uma criança que inicia a ficha de família<sup>127</sup>. Depois da colheita dos dados de todos os assentos de baptismo (inclusive os padrinhos), analisam-se os assentos

---

<sup>124</sup> Cf. David Sven-Reher, *La Investigación en Demografía Histórica [...]*, p. 20.

<sup>125</sup> Cf. *Des registres paroissiaux à l'Histoire de la population. Manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*, Paris, INED, 1956 e Louis Henry e Michel Fleury e *Techniques d'Analyse en Démographie Historique*, Presses Universitaires de France et INED, Paris, 1980 de Louis Henry. A proposta de Louis Henry e Michel Fleury ao nível da reconstrução familiar data de 1956 e assenta em rígidos pressupostos metodológicos, seguindo-se a profusão de inúmeras monografias em França, Inglaterra e Alemanha que lhe conferiram vasta aceitação.

<sup>126</sup> A metodologia em causa consagrou-se a partir da edição da monografia *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico. 1680-1980* [São Mateus, S. Caetano e S. João], Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, s/d, onde a autora a explica pormenorizadamente. A consagração científica e reconhecimento da eficácia do processo data de 1993, quando Ana Volpi Scott reconstituiu a paróquia de São Tiago de Ronfe durante um período de 50 anos segundo o método de Henry-Fleury, comparando-a à reconstituição de Maria Norberta Amorim. Cf. «Reconstituição de Famílias e Reconstituição de Paróquias. Uma Comparação Metodológica» in *Actas do III Congresso da ADEH*, vol. I - *Reconstituição de Famílias e outros Métodos Micro-analíticos para a História das Populações*, Lisboa, Afrontamento, pp. 89-100.

<sup>127</sup> A eficácia deste método e sua diferenciação face ao de Henry baseia-se no processo de recolha que se inicia nos baptismos e não nos matrimónios. Essa diferença justifica-se pela informação típica do registo de baptismo português, no qual raramente se incluem os apelidos, e não existe ordem definida na atribuição dos mesmos. Por outro lado, o método de Henry pressupõe a recolha de todos os baptismos, matrimónios e óbitos em fichas individuais, tornando a reconstituição muito mais lenta, pois existe informação redundante. Exemplifiquemos: se um casal gera oito filhos, existirão no método de Henry-Fleury oito fichas de baptismo, onde se repetirá a filiação, o que não acontece na proposta de Maria Norberta Amorim que constitui, assim, um 'atalho' eficaz perante os milhares de registos utilizados na reconstituição de famílias/paróquias.

de matrimónio, de modo a atribuir datas de casamento aos casais entretanto formados pela recolha dos baptismos mas, também, a incluir todos as famílias sem descendência. Por último adicionámos às fichas criadas, os óbitos, concluindo-se, deste modo, a primeira etapa do método<sup>128</sup>.

As 2988 famílias que integram a base de dados da Ribeira Seca foram organizadas directamente através de uma aplicação informática em *Dbase III* - a *Rpar*<sup>129</sup> - evitando-se, por consequência, a morosa recolha manual das fichas de família. No entanto o programa utilizado levanta alguns obstáculos para o investigador que pretenda proceder a uma interacção entre os diversos percursos familiares ilegítimos. Assim, optámos por incluir neste programa todas as famílias ilegítimas à medida que se iam recolhendo os assentos de baptismo de crianças bastardas. Numa segunda fase apuraram-se quais as mães solteiras que viriam a ser desposadas durante o período observado de modo a conhecer-se qual o tipo de ilegitimidade e a percentagem de filhos legítimos/ilegítimos de cada casal, entre várias outras observações possíveis.

Após a conclusão do ficheiro de famílias, e vistas quais as mães entretanto casadas, conferimos um tratamento específico às famílias ilegítimas em *Microsoft Access*, no qual todos os progenitores de bastardos foram incluídos. Com a conclusão desta etapa, necessariamente morosa mas indispensável, foi possível lidar de forma totalmente automatizada com as famílias ilegítimas em função das diversas hipóteses de investigação surgidas. No apêndice 1 apresentamos uma ficha electrónica de família com a explicação dos vários campos, exemplo de alguma utilidade para futuros trabalhos sobre ilegitimidade sustentados pela reconstituição de famílias ou paróquias.

---

<sup>128</sup> Saliente-se que a base de dados de famílias foi, ainda, enriquecida com todos os indivíduos que constavam dos róis de confissão sem que se conhecesse o seu registo de baptismo (a data de baptismo foi calculada pela subtracção da idade ao ano de elaboração do rol, estipulando-se que esses indivíduos nasceram no primeiro dia do ano). Deste modo, a reconstituição da paróquia reúne vários indivíduos baptizados em paróquias contíguas, como a Calheta e Topo, oferecendo uma visão mais fidedigna da dinâmica demográfica e, naturalmente, do encadeamento genealógico.

<sup>129</sup> A *Rpar* funciona em ambiente Windows e foi desenvolvida pelo Núcleo de Estudos da População e Sociedade. Actualmente a equipa de informáticos do NEPS já criou aplicações mais sofisticadas disponíveis em <http://www.neps.ics.uminho.pt/software.htm>.

**Figura 1.1**  
**Ficha de família nº 111 no Rpar<sup>130</sup>**

Inclui Famílias									
Paróquia				Local				Data 22/01/1801	
Nº Família		111		SF		Residência		rs-Fuimes	
Obs.		Ant Sa Pr\Mª Mça		Obs.		/ /		Fim Obs. / /	
Nome		Apelido 1		Apelido 2		Apelido 3		Ocupação	
Pai		Manuel		Sousa		Machado		Loureço	
Nasc		01/01/1770		08/04/1858		NC1		Est.Ob. v	
Mãe		Ana		Joaquina		Silveira		Sit.Civil	
Nasc		01/01/1781		01/10/12/1850		NC1		Est.Ob. c	
Filho		Nome		Sexo		Nascimento		Casamento	
01		Jose		m		11/11/1801		22/10/1828	
02		Barbara		f		13/12/1802		/ /	
03		Maria		f		13/12/1802		/ /	
04		Isabel		f		13/05/1805		/ /	
05		Antonio		m		22/02/1807		/ /	
06		Vitorino		m		26/02/1808		/ /	
07		Barbara		f		28/06/1809		/ /	
08		Jorge		m		24/04/1812		/ /	
09		Ambrosio		m		16/09/1815		/ /	
10		Rita		f		24/11/1819		19/07/1851	
11						/ /		/ /	
12						/ /		/ /	
13						/ /		/ /	
14						/ /		/ /	
15						/ /		/ /	
16						/ /		/ /	

Após a conclusão do *ficheiro de famílias*, que potencia uma rápida pesquisa alfabética essencial ao vasto volume informativo, iniciou-se de forma automatizada a criação de outra base informativa, o *ficheiro de indivíduos*. Este, decorrente do anterior, entre vária informação relevante, indica os diversos filhos do casal com as famílias que viriam a originar (nº casal), possibilitando o encadeamento genealógico. Na figura 1.2, extraída do *ficheiro de indivíduos* seleccionou-se um dos descendentes da família 111.

<sup>130</sup> Utilizámos o campo das observações para a colocação dos avós paternos no caso das famílias legítimas, e maternos nas ilegítimas. No campo da residência introduzimos a localidade dentro da freguesia.

**Figura 1.2**  
**Ficha de indivíduo na Rpar**

**Inclui Indivíduos**

Nome: Rita Joaquina Sexo: f Fil: l  
 Prof: Domestica Natural: D.Nasc: 24/11/1819  
 Serviço: 111 Tipo de casal: 0 Residência Serviço: rs-Fuimes

Nome do PAI: Manuel Sousa Machado Prof.: Trabalhador  
 Nome da Mãe: Joaquina Silveira Prof.:

Data 1º Cas: 19/07/1851 Idade: 32 Resid: rs-Rpedra Óbito: / /  
 Nome 1º Conj: Jose Boaventura Natural:  
 Nº casal: 1562 Residência:  
 Data 2º Cas: / / Idade: 0 Resid: Óbito: / /  
 Nome 2º Conj: Natural:  
 Nº casal: 0 Residência:  
 Data 3º Cas: / / Idade: 0 Resid: Óbito: / /  
 Nome 3º Conj: Natural:  
 Nº casal: 0 Residência:  
 Família Ilegitima: S Nº Fam. Ileg: 1414

Data Óbito: 01/03/1907 Idade: 88 Sit.Óbito: 0 Resid: rs-Rpedra  
 Ausência: / / Retorno: / / Ini\_obs: / / Fin\_obs: / /  
 Sacramentos: Testamento: Testamento:  
 Issas: 0 Ofícios: 0 Enterramento:  
 OBSERVAÇÃO

Próximo Anterior Apaga Novo Cancela Edita

Neste caso, Rita, décima filha do casal 111 (vide figura 1.1), origina a família ilegítima 1414 e a legítima 1562. A partir destes números de família é possível conhecer os descendentes legítimos e ilegítimos de Rita e assim sucessivamente.

No que respeita ao registo de indivíduos ilegítimos, apenas foi colocado o nome do pai caso este se declarasse no assento de baptismo, independentemente de se casar mais tarde com a companheira. Simultaneamente anotou-se, no campo dos “ofícios”, o tipo de filiação ao óbito: 1 no caso de ser tido como legítimo na altura do seu óbito ou, não tendo falecido na paróquia, qual a sua filiação ao casamento, e 2 sempre que falecesse ou se consorciasse na condição de ilegítimo.

Ultimado o *ficheiro de indivíduos* estamos em condições de reunir uma multiplicidade de dados demográficos de forma completamente automatizada. Essa informação é extremamente minuciosa, permitindo ao investigador encetar análises micro-demográficas aprofundadas de acordo com âmbitos cronológicos

por ele requeridos<sup>131</sup>. Todavia, convém não esquecer que todo o procedimento metodológico que descrevemos é, em boa medida, sujeito à qualidade dos dados, ou seja a *reconstituição de paróquias* adapta-se às fontes mas não consegue, evidentemente, transpor algumas das lacunas ou imprecisões comuns nos registos paroquiais.

De qualquer modo, estamos em crer que essas dificuldades, inevitáveis ao estudo de qualquer comunidade, foram, na sua maioria, facilmente ultrapassadas, mesmo tendo em conta a dimensão da paróquia estudada. No intuito de se minimizar o efeito nefasto do erro no cruzamento entre um determinado baptismo e a sua família de origem, recorremos a diversas fontes com informação nominativa, cujo cruzamento com a base de dados de famílias permitiu não só um rigoroso controle da eficácia do processo, como a própria diversificação do estudo familiar.

Em primeiro lugar, destacamos os róis da confissão, fontes eclesiásticas que, ao arrolarem toda a população por famílias, permitem ultrapassar várias situações dúbias frequentes nos registos paroquiais. Para o último quartel do século seleccionámos os róis de 1875, 1879, 1884 e 1900 com idêntico conteúdo informativo, ao que acresce a indicação sistemática do estado civil. Estes quatro róis permitiram, igualmente, proceder à eliminação de alguns casos de homonímia numa altura em que a freguesia registava o seu máximo populacional.

Em segundo lugar manusearam-se, como já referimos, as listas das companhias de ordenanças respeitantes à década de 1810. O facto de se indicarem as idades e localidades de residência da tropa de terceira linha permitiu estabelecer um confronto com as fichas de família do primeiro quartel do século XIX, sanando-se algumas dúvidas e acrescentando-se diversas profissões e localidades.

---

<sup>131</sup> Nomeadamente a nível da fecundidade (intervalos proto e inter-genésicos, taxas de fecundidade por grupos de idades) e mortalidade (sazonalidade dos óbitos por grupos de idade, mortalidade infantil e esperança de vida à nascença).

De modo não sistemático recorreremos a outra documentação com elementos nominativos de modo a enriquecer o conteúdo das bases de dados. Para este efeito, consultaram-se alguns recenseamentos militares e eleitorais, listas de mulheres com subsídios de aleitamento, relação dos marítimos, contribuições industriais, entre vários outros, documentação que também serviu, mesmo que em menor grau, para esclarecer algumas dúvidas. Por consequência, estamos em crer que as 2988 famílias reconstituídas apresentam um grau de fiabilidade muito aceitável. Esta credibilidade não é susceptível de ser rigorosamente mensurada; todavia, a consulta de mais de três centenas de documentos notariais e cerca de setenta dispensas matrimoniais permitiu testar empiricamente a eficácia da metodologia utilizada, o que se revela fundamental no propósito de acompanhar várias centenas de famílias com ilegitimidade conhecida.

#### **1.4.2 – Algumas premissas para a delimitação de grupos económicos**

O resultado de diversas reconstituições nominativas tem sido frequentemente questionado acerca da sua representatividade, na certeza de que um estudo demográfico deve incluir uma amostra fiável da evolução demográfica de toda uma paróquia ou região. Na verdade, ao rigor exigível a qualquer reconstituição, torna-se fundamental que esta expresse de maneira clara as tendências demográficas, como sejam a fecundidade e a mortalidade, apenas exequível quando os universos estudados são significativos, evitando-se generalizações abusivas.

Por outro lado o investigador da demografia do passado deverá decompor o universo analisado em sub-populações significativamente diferenciadas<sup>132</sup>, já que inúmeros comportamentos demográficos, como a

---

<sup>132</sup> Cf. Robert Rowland, «Microanálise e regimes demográficos», in *Actas do III Congresso da ADEH*, vol. I - *Reconstituição de Famílias e outros Métodos Micro-analíticos para a História das Populações*, Lisboa, Afrontamento, p. 23-34. Este estudo dá conta da necessidade em se determinarem as diversas sub-populações com recurso a atributos sociológicos, mostrando alguns procedimentos para o efeito.

nupcialidade, registam fortes oscilações dentro do mesmo espaço. Existem, efectivamente, comportamentos inerentes a cada grupo social motivados pelas condições económicas e pelo sistema de reprodução social. Assim, a análise da evolução demográfica necessita frequentemente de destrinçar as várias camadas da população para compreender, de modo adequado, a evolução demográfica e suas causas. Este imperativo torna-se naturalmente indissociável a estudos de natureza social que reúnem informação susceptível de tratamento demográfico. O estudo da ilegitimidade impele, pois, à delimitação de alguns grupos, ou subpopulações, de modo a aferir uma eventual transversalidade do fenómeno às camadas sociais ou, pelo contrário, uma incidência particularizada em determinados sectores.

A existência de um conjunto de cerca de três milhares de famílias reconstituídas e aliada a um conhecimento da maioria das profissões masculinas constitui, desde já, um passo significativo para uma análise demográfica sustentada por parâmetros sociológicos. Avultam, todavia, as dificuldades na caracterização dos grupos sociais. Que critérios seguir? O nível de riqueza, a reprodução social ou identidade inerente a cada grupo? E porque não ter tudo em linha de conta?

Na realidade, não pretendemos alimentar esta pertinente discussão, fundamentalmente pela crónica falta de estudos sobre o arquipélago açoriano que abordem especificamente estas questões, nomeadamente para a ilha de São Jorge<sup>133</sup>. Por outro lado, se a investigação efectuada para o estudo da ilegitimidade decorre fundamentalmente de dados susceptíveis de tratamento demográfico, a recolha de documentação notarial e fiscal tão necessária a esta problemática, processou-se de forma não sistemática e, por isso, informal.

---

<sup>133</sup> Exceptue-se o estudo de Paulo Silveira e Sousa, *Território, Poder, Propriedade, Elites Locais. A Ilha de São Jorge na segunda metade do século XIX*, Lisboa, ISCTE, 1994 (dissertação de licenciatura policopiada), centrado na reprodução social das elites jorgenses durante a segunda metade de Oitocentos, com especial destaque para o concelho de Velas.

Assim, limitámo-nos ao estabelecimento de um critério em parte centrado na posse económica de cada família ou grupo, o que nos é facultado em primeira análise pelas próprias profissões enunciadas nos registos paroquiais, nos róis de confessados e por intermédio de outras diferentes fontes. Porém, nem sempre as profissões espelham de modo claro a situação económica de cada residente. Frequentemente o pároco anotava desiguais ocupações para o mesmo indivíduo, à medida que este surgia nos diversos actos vitais ou baptismo de seus filhos, nomeadamente designando-o de camponês/trabalhador, camponês/lavrador ou até de camponês/proprietário. Em vários outros casos anotam-se, igualmente, ocupações em áreas distintas como marítimo/camponês ou carpinteiro/trabalhador, o que elucida a complementaridade de ofícios, própria de uma economia rural que buscava a autarcia<sup>134</sup>.

**Quadro 1.7**  
**Rendimento colectável médio por profissão em 1881 (réis)<sup>135</sup>**

Indicador/Profissão	Proprietário	Lavrador	Camponês	Trabalhador	Marítimo
Média	69700	23193	6483	6461	6662
Mediana	25250	21050	5200	4400	5300

Com base na contribuição predial de 1881 expressa pelo quadro 1.7 podemos, de certa forma, estabelecer uma correspondência entre as principais actividades e o rendimento anual de cada um dos indivíduos, surgindo uma leitura menos incorrecta do posicionamento económico. As profissões mais representativas correspondem aos trabalhadores - raramente designados por

<sup>134</sup> De facto, como salienta José Viriato Capela para o município de Barcelos: «Sapateiros, ferreiros, carpinteiros, tecelões e outros profissionais têm a sua pequena horta, o seu campo ou a sua leira que cultivam e não pouco, nos intervalos das actividades profissionais, se assoldam como jornaleiros ou prestam a sua ajuda nos períodos de maiores apertos das fainas agrícolas». Cf. *A Câmara, a Nobreza e o Povo do Concelho de Barcelos. A Administração Municipal nos fins do Antigo Regime*, Braga, 1989, p. 26.

<sup>135</sup> A informação disponível neste quadro provém de um confronto entre a contribuição predial de 1881 e a base de dados de famílias, pois a fonte enumera os indivíduos, estado civil e localidade, mas não a profissão.



jornaleiros<sup>136</sup> - com um rendimento mediano de 4400 réis. Estes indivíduos em vários casos possuíam ínfimas parcelas de terra, nomeadamente pequenas courelas de vinha ou terra de sementeira, mas de modo algum se poderiam furtar ao trabalho nas terras dos proprietários mais abastados, recebendo frequentemente em géneros alimentares como o milho. Não longe dos trabalhadores estariam os camponeses, com um rendimento colectável cifrado em 5200 réis, cuja posse de terra permitiria alguma produção própria, mas que na maioria das vezes deveriam trabalhar para os lavradores e proprietários de modo a garantirem a sua subsistência.

Em situação bem mais vantajosa estariam os lavradores e os proprietários com rendimentos anuais compreendidos entre os 21 e os 25 mil réis, respectivamente. Porém, devemos sublinhar que estas designações se confundem constantemente, pois um lavrador é, antes de mais, um proprietário. Vários investigadores salientam que este é aquele que possui uma junta de vacas e não apenas um arado ou charrua, pois na etimologia da palavra subentende-se a lavoura da terra com meios próprios<sup>137</sup>. No entanto, segundo vários testamentos e partilhas que compulsámos, muito frequentemente os lavradores possuem gado mas não a junta de bois, o que se explica também pelo forte peso da criação de gado lanígero na economia local. Julgamos que a designação de lavrador compreende essencialmente aquele que possui terra ou gado suficiente para o seu sustento, podendo recorrer em alguns casos à mão-de-obra estranha à sua casa. Só em raros casos existe uma aproximação ao modelo *auto-suficiente*, se considerarmos que apenas 6 dos 102 lavradores arrolados na contribuição predial excediam os 50 mil réis anuais.

---

<sup>136</sup> A indicação de jornaleiro é apenas frequente nas listas de ordenanças elaboradas por entidades civis e militares, enquanto nas fontes produzidas pela Igreja os mesmos indivíduos são designados por trabalhadores.

<sup>137</sup> Cf. Brian O'Neill, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras*. [...], pp. 100-104 (este autor considera ainda os lavradores «abastados» que arrendam terra e possuem um modo de vida considerado rico); Maria de Fátima Brandão, *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal*. [...] pp. 139-154; Karin Wall, *Famílias no Campo*. [...], pp. 24-33 e José Viriato Capela, *ob. cit.*, pp. 26-40.

A categoria de proprietário abarca frequentemente uma diversidade de situações, realidade demonstrada pela disparidade entre a média (70 mil réis) e a mediana (25 mil réis) dos rendimentos auferidos. De facto, os grandes possidentes, com uma riqueza bem acima dos 80 mil réis, são identificados como proprietários, embora a mesma designação surja para 11 (36%) indivíduos com rendimentos abaixo da média (16 mil réis), alguns deles com remunerações próximas dos camponeses<sup>138</sup>.

Embora a correspondência entre a profissão e o rendimento anual seja razoável - mesmo que a designação de proprietário se preste a equívocos - entendemos por bem proceder à caracterização económica da população interveniente na ilegitimidade com base na contribuição predial de 1881. Certos da pluralidade de fontes ao alcance do investigador para a determinação do posicionamento económico, nomeadamente os livros da décima<sup>139</sup>, testamentos e partilhas, inventários orfanológicos e recenseamentos eleitorais<sup>140</sup>, entendemos, por imperativos da própria investigação, privilegiar uma única fonte que simultaneamente se mostrasse abrangente e fidedigna.

A contribuição predial de 1881 indica o rendimento colectável de todos prédios rústicos e urbanos e a respectiva contribuição (5% sobre o rendimento colectável)<sup>141</sup>. Por esta razão encontramos-nos perante um documento muito abrangente, pois estão incluídos 808 proprietários, entre homens e mulheres, dos quais 71% foram identificados com segurança. Julgamos que o uso desta fonte

---

<sup>138</sup> Esta realidade é igualmente expressa nos próprios róis de confissão, onde os filhos de proprietários são maioritariamente referenciados como camponeses ou lavradores.

<sup>139</sup> Os livros da décima são abolidos em 1862 e substituídos pela contribuição predial. O cálculo do imposto ainda não é totalmente conhecido, sabendo-se no entanto que incidia apenas sobre a produção de cereais (c. 10 a 15% do rendimento líquido) o que poderá ser pouco fidedigno perante o peso da pecuária na Ribeira Seca. Sobre a décima veja-se, de José Viriato Capela, *A Administração Municipal [...]*, pp. 26-28.

<sup>140</sup> Compulsámos alguns recenseamentos eleitorais, nomeadamente o de 1874 (Cf. Arquivo Histórico Parlamentar, secção AEM, caixa 626, «Caderno eleitoral da freguesia da Ribeira Seca (1874)». Esta fonte foi utilizada essencialmente para confronto com a contribuição predial, já que apenas inclui a população masculina com rendimentos colectáveis superiores a 10 mil réis.

<sup>141</sup> Cf. *Contribuição predial. Regulamento aprovado por decreto lei de 25 de Agosto de 1881 precedido da carta de lei de 17 de Maio de 1880*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, com incidência nos artigos 23, 41 e 55.

confere uma boa imagem da estratificação social e da distribuição da riqueza, pois esta era, de facto, medida pela terra e pelo acesso à propriedade. No século XIX era, no entanto, comum avaliar por pouco dinheiro as propriedades, sobretudo a dos mais ricos. Um morgado poderia pagar por 10 hectares de boa pastagem pouco mais do que um lavrador rico, que contribuía por 5 hectares. Na base da hierarquia social igualmente verificamos que o rendimento do pequeno comércio informal sonegava-se por certo à contribuição, nomeadamente no concelho da Calheta, onde abundavam os teares ou o fabrico artesanal do queijo. O mesmo se passaria relativamente aos trabalhadores cuja jorna ocasional gerava rendimentos extraordinários, ou às mulheres fiadeiras e tecedeiras, mas não poderemos esquecer que estes indivíduos não deixariam de se situar na base da estratificação económica.

Com base na contribuição predial de 1881, e após se ter confrontado a coerência da informação com recurso ao recenseamento eleitoral de 1874 e a diversas partilhas e testamentos da segunda metade do século, construímos uma escala genérica baseada no rendimento colectável de cada proprietário.

Na primeira classe (0-25000 réis) podemos englobar os estratos mais desfavorecidos, ou seja, maioritariamente fregueses com muito pouca terra, necessitando de aforamentos e, possivelmente, complementando o seu rendimento com trabalho à jorna. Incluir-se-iam também neste grupo diversos camponeses e até um ou outro lavrador com posse de algum património, embora insuficiente para se aproximar do modelo da casa auto-suficiente.

Num segundo nível situado entre os 25 e os 60 mil réis possivelmente estariam abrangidos os médios proprietários que já se aproximam do modelo da casa camponesa abastada e auto-suficiente, possuindo alguns tipos de terras em andares ecológicos distintos, mas onde a maior parte do rendimento seria constituído apenas com a mão-de-obra do agregado doméstico. Este grupo poder-se-ia considerar como «remediado», granjeando por essa razão um estatuto de algum respeito ao nível de uma freguesia rural e genericamente pobre.

Acima dos 60 e 200 mil réis enquadram-se os proprietários abastados da freguesia, com casas camponesas completas e auto-suficientes, possuindo vários tipos de terras em diferentes andares agrícolas de onde extraíam diversos recursos. Em princípio este seria o patamar mínimo a partir do qual começariam a participar na vida pública e política local e, eventualmente, a exercer cargos na Junta de Paróquia.

Finalmente, acima dos 200 mil réis estariam, certamente, os grandes lavradores da freguesia (e da ilha), ou proprietários ricos que residiam na paróquia, mas que não participavam directamente no trabalho agrícola, tendo as suas terras arrendadas em dinheiro ou dias de trabalho, explorando eventualmente algumas parcelas, recorrendo a mão-de-obra. Participariam, na sua maioria, em cargos paroquiais e municipais. Alguns destes indivíduos, porventura alguns boticários, empregados do Estado, ou até um emigrante de sucesso regressado à sua terra natal, possuíam um peso significativo ao nível de um concelho pobre, como o da Calheta.

Salientamos, no entanto, o valor indicativo do escalonamento económico proposto. Se a primeira classe compreende, naturalmente, um conjunto de indivíduos não remediados, parte deste era constituído por pobres, enquanto outra incorporava alguns residentes quase auto-suficientes. Por outro lado, não podemos esquecer os limites desta estratificação quanto aos grupos mais elevados. Esta valida-se para pequenos concelhos rurais, ou seja, é dimensionada à sua escala. De facto, um lavrador com rendimentos superiores a 100 mil réis poderia ser abastado nos Açores ou no Minho; já não o seria no Alentejo.

A escala que define o posicionamento económico dos indivíduos não pretende ser hermética, da mesma forma que qualquer observação demográfica de sub-grupos procedente desta hierarquização se afigura meramente complementar. Temos consciência de que o rendimento individual poderá sofrer várias mutações ao longo do ciclo de vida, nomeadamente aquando das partilhas,

em função dos seus investimentos, ou até de uma estadia bem sucedida na América. Desta forma tomaremos como principal referência a ocupação de cada indivíduo fornecida pelo pároco, pois julgamo-la reveladora de um certo estatuto sócio-económico no quadro comunitário. Por outro lado atenderemos a certas patentes militares, designadamente alferes, sargentos e um ou outro capitão de ordenanças que, se nem sempre detentores de avultado património, possuíam alguma posição de destaque na sua freguesia.

**Apêndice 1.1**  
**Estrutura da base de dados das famílias com percursos de ilegitimidade**  
*(Access 7.0)*

<b>Campo</b>	<b>Tipo de campo</b>	<b>Descrição</b>
Nº de ordem	Númerico	Número da ficha de família com ilegitimidade
Tipo	Númerico	Tipologia de ilegitimidade
Nº fam_ileg	Númerico	Número da família ilegítima na base de dados
Nº fam_leg	Númerico	Número da família legítima na base de dados
Dispensa	Lógico	Existência ou não de consanguinidade discriminada no assento de casamento
Processo	Lógico	Existência ou não de processo de dispensa matrimonial no núcleo da Mitra de Angra
Residência	Texto	Localidade da freguesia da Ribeira Seca
Rend_casal	Númerico	Posição económica segundo classes de rendimento (0 a 4)
Dt_Cas	Data	Data de casamento dos progenitores
Prof_H	Texto	Profissão do progenitor
Nasc_H	Data	Data de nascimento do progenitor
Nasc_F	Data	Data de nascimento da progenitora
Ec_M	Númerico	Estado civil do progenitor ao nascimento do 1º filho ilegítimo
Ec_F	Númerico	Estado civil da progenitora ao nascimento do 1º filho ilegítimo
Nat_M	Texto	Naturalidade do pai
Nat F	Texto	Naturalidade da mãe
ProF_Pai_M	Texto	Profissão do pai do progenitor
Prof_Pai_F	Texto	Profissão do pai da progenitora

**Estrutura da base de dados das famílias com percursos de ilegitimidade**  
**(Access 7.0)**  
**(Continuação)**

Resid_Pais_H	Texto	Localidade da freguesia da Ribeira Seca onde residem os pais do progenitor
Resid_Pais_F	Texto	Localidade da freguesia da Ribeira Seca onde residem os pais da progenitora
Pais_M_ileg	Numérico	Existência de avós paternos ao nascimento do 1º ilegítimo (0-ambos vivos; 1-Avô falecido; 2- Avô falecida; 3 - Ambos falecidos)
Pais_M_leg	Numérico	Existência de avós paternos ao nascimento do 1º legítimo (0-ambos vivos; 1-Avô falecido; 2- Avô falecida; 3 - Ambos falecidos)
Pais_F_ileg	Numérico	Existência de avós maternos ao nascimento do 1º ilegítimo (0-ambos vivos; 1-Avô falecido; 2- Avô falecida; 3 - Ambos falecidos)
Pais_F_leg	Numérico	Existência de avós maternos ao nascimento do 1º legítimo (0-ambos vivos; 1-Avô falecido; 2- Avô falecida; 3 - Ambos falecidos)
Fam_Pais_M	Numérico	Número da família dos pais do progenitor (se ilegítima indica-se em observação)
Fam_Pais_F	Numérico	Número da família dos pais da progenitora (se ilegítima indica-se em observação)
Data_1º ileg.	Data	Data de nascimento do primeiro filho ilegítimo
Data_ult_ileg.	Data	Data de nascimento do último filho ilegítimo
Nº ileg	Numérico	Número de filhos ilegítimos fora do matrimónio da progenitora
Data_1º leg	Data	Data de nascimento do 1º filho legítimo da progenitora
Nº leg	Numérico	Número de filhos nascidos dentro do matrimónio dos progenitores
Intervalo_1ºIleg	Numérico	Intervalo (anos) entre o nascimento do 1º ilegítimo e data de matrimónio dos pais.
Intervalo_Ult_Ileg	Numérico	Intervalo de legitimação (anos) entre a data de nascimento do último filho e a do casamento dos pais
Dif_Idade_M/F	Numérico	Diferença de idades entre os progenitores
Idade_F_1º filho	Numérico	Idade da mulher ao nascimento do primeiro filho
Idade_M_1º filho	Numérico	Idade do homem ao nascimento do primeiro filho
Idade_F_cas	Numérico	Idade da mulher ao casamento
Idade_M_cas	Numérico	Idade do homem ao casamento
Observações	Texto	Anotações várias e comentários sobre a família



## CAPÍTULO 2 – A TERRA E OS HOMENS

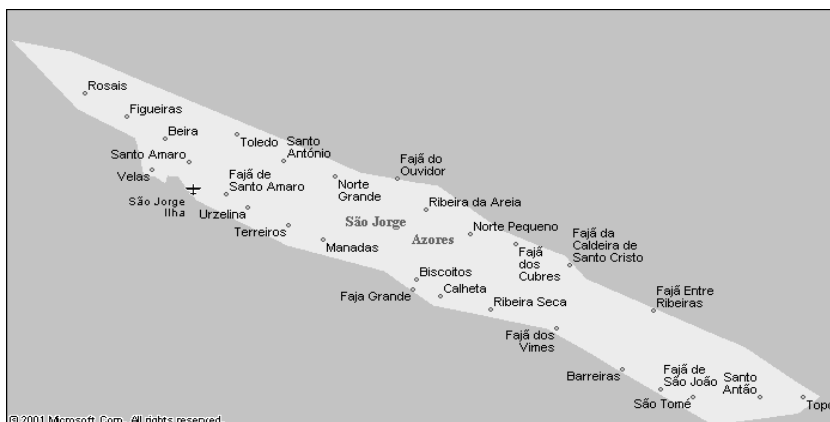
«A geografia, para nós, vale outro tanto como a história, e não é debalde que as nossas recordações escritas inserem uns cinquenta por cento de relatos de sismos e enchentes. Como sereias temos dupla natureza: somos de carne e de pedra. Os nossos ossos mergulham no mar».

(Vitorino Nemésio, «Açorianidade», *Revista Insula*, n.º 6/7, Ponta Delgada, 1932).

### 2.1 – A ocupação do espaço

Situada no grupo central dos Açores, entre as ilhas do Pico e Faial a Sul e Graciosa e Terceira a Norte, São Jorge apresenta-se como uma longa cordilheira que, saindo do mar, se estende no sentido nascente-poente ao longo de 65 quilómetros. Espaço periférico, com invulgar estreiteza (c. 7 quilómetros) e um relevo bastante acidentado, cingido ainda pelo seu litoral escarpado, manteve por isso algum isolamento das restantes ilhas.

**Figura 2.1**  
**A Ilha de São Jorge e suas principais povoações**





Para Gaspar Frutuoso, um cronista de finais de Seiscentos, São Jorge assemelhava-se a um «alto espinhaço e lombada de serrania», ajustando-se-lhe por isso a designação de ‘monstro adormecido’ pela qual é por vezes apelidada<sup>142</sup>. Semelhante imagem era fornecida por frei Diogo das Chagas que, em meados do século XVII, assevera que São Jorge «he toda huma alta serra, e lombo agudo»<sup>143</sup>. Já no primeiro quartel do século XX, Raul Brandão, celebrizando o arquipélago em *Ilhas Desconhecidas*, afirmaria que «a ilha é magnética e só metade duma ilha, cortada a pique, e dum lado rocha negra», sublinhando ainda a «má catadura»<sup>144</sup>.

Iniciado o seu povoamento em meados do século XV, emergiam na primeira metade do século XVI as primeiras vilas e sedes de concelho - Velas, Topo e Calheta<sup>145</sup> - em torno das quais se desenvolviam os principais eixos de ocupação, todos na vertente Sul, por razões orográficas e de acessibilidade ao mar. É na sequência do desenvolvimento da Calheta, o núcleo de colonização mais recente, que se perspectiva o crescimento da maior freguesia da ilha, São Tiago da Ribeira Seca, com a extensa área de 53 km<sup>2</sup>. Porém, como refere o padre Manuel de Azevedo da Cunha, ambas as paróquias, a Calheta e a Ribeira Seca, «formavam um só povo, não só pelas condições topográficas, sendo a

---

<sup>142</sup> Cf. *Saudades da Terra*, Livro VI, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998, p. 90.

<sup>143</sup> *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, dir. e prefácio de Artur Teodoro de Matos, colaboração de Avelino de Freitas Meneses e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Ponta Delgada, Secretaria Regional da Educação e Cultura/Centro de Estudos Doutor Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores, 1989, p. 498.

<sup>144</sup> *Ob. cit.*, p. 184

<sup>145</sup> Velas, o município mais antigo, data de 1500, enquadra o termo rural da Beira e as freguesias do Norte Grande, Santo Amaro, Urzelina, Manadas e Rosais. Em 1510 era instituído o concelho do Topo com sede na Vila Nova do Topo, abrangendo apenas uma freguesia, sendo depois extinto em 1855 e integrado no da Calheta. Só em 1534 se constitui o município calhetense com jurisdição sobre as freguesias do Norte Pequeno e Ribeira Seca, ao que se juntaria em 1855 a freguesia do Topo e a de Santo Antão em 1889, desagregada da antiga sede de concelho. Cf. José Cândido da Silveira Avellar, *Ilha de São Jorge (Açores). Apontamentos para a sua história*, Horta, 1902, pp. 5-8, 339-340 e António dos Santos Pereira, *A Ilha de São Jorge (Séculos XV-XVII). Contribuição para o seu estudo*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1987, pp. 19-28.

Calheta o verdadeiro porto da Ribeira Seca, mas também pelas razões de procedência, de parentesco e de dadas de terreno»<sup>146</sup>.

O desenvolvimento desta freguesia remonta, assim, aos finais do século XV, confinando-se inicialmente à vertente Sul da ilha – a Ribeira Seca propriamente dita – situada a seis quilómetros a Oeste da vila da Calheta, sede de concelho. Aí se terão sediado os primeiros colonos, nomeadamente Sebastião Dias que, segundo o Pe Manuel de Azevedo da Cunha, fixaria residência na Ribeira Seca após ter chegado à ilha em 1484<sup>147</sup>.

De invulgar extensão no seio da ilha e até do arquipélago<sup>148</sup>, São Tiago da Ribeira Seca cedo viria a constituir o principal sustentáculo económico do concelho, acolhendo, também, as principais famílias terratenentes e homens da governança<sup>149</sup>. Segundo o testemunho de Gaspar Frutuoso, em finais do século XVI, existiriam cerca de 65 fogos em São Tiago, pouco mais da metade da sede de concelho. Todavia, por volta de 1643, data em que supostamente São Tiago já ultrapassava demograficamente a vila da Calheta, frei Diogo das Chagas apontava idêntico número de fogos para as duas freguesias – 120 – ao que correspondiam cerca de 414 almas<sup>150</sup>. A forte escassez de dados acerca da população não permite, contudo, aferir a evolução demográfica no decurso da primeira metade de Setecentos. Já em 1766, por altura da criação da capitania-geral dos Açores, o peso demográfico da Ribeira Seca destacava-se no seio concelhio, reunindo mais de metade da sua população (51%). No gráfico

---

<sup>146</sup> *N.H.*, I, p. 121.

<sup>147</sup> *Ob. cit.*, p. 26.

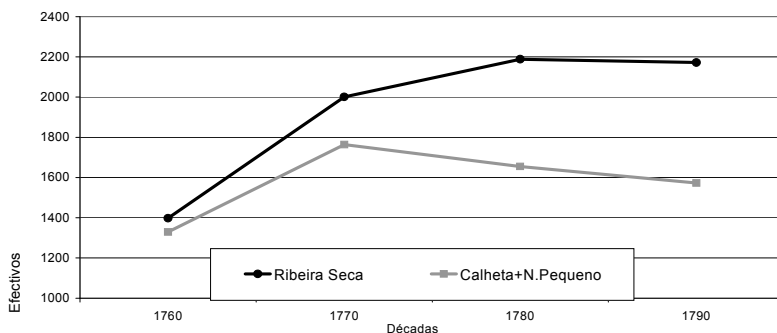
<sup>148</sup> A Ribeira Seca correspondia a 63% da extensão do concelho da Calheta até 1855. A partir desta data o seu peso reduz-se a 42% em virtude da anexação do anterior concelho do Topo. Comparativamente ao arquipélago, apenas a freguesia das Lages da ilha do Pico apresenta maior extensão – 55,8 km<sup>2</sup>. Cf. *Açores. Divisão administrativa*, DREPA, Junho de 1984.

<sup>149</sup> Saliente-se a família de António Pereira da Cunha e Silveira (herdeiro do morgado Matias Teixeira de Sousa) e os Silveira Moniz, grandes proprietários da ilha de São Jorge. Com menor património, temos os Carvalhais e os Lacerdas, estes últimos com um protagonismo claro na política concelhia e até nacional.

<sup>150</sup> *Espelho Cristalino [...]*, «Título dos fogos, almas maiores, e menores, que achei ter a Ilha o anno de 1643 conforme o rol dellas», p. 501.

seguinte expressa-se o volume de efectivos da Ribeira Seca no decurso da segunda metade de Setecentos<sup>151</sup>.

**Gráfico 2.1**  
**Evolução de efectivos na freguesia de São Tiago e Norte Pequeno + Calheta (1760-1799)**



Aquando do devastador terramoto de 1757, (o maior sismo de São Jorge e, seguramente, de todo o arquipélago)<sup>152</sup>, com epicentro precisamente na Ribeira Seca, consideráveis movimentos de solos vitimaram cerca de 20% da população de todo o concelho. Este «mandado de Deus», na expressão do escrivão do município velense, decerto determinou uma rápida recuperação dos efectivos até à década de 1780, altura em que o crescimento estagna. Todavia, já no decénio do 1760, a importância da Ribeira Seca era uma evidência, reunindo mais de metade da população de todo o município. Já perto do século XIX,

<sup>151</sup> Apresenta-se o valor médio dos efectivos por década com base nas fontes seguintes: 1766 – A.H.U., *Açores*, cx. 6, doc. 15; 1769 – cx. 7, doc. 15; 1776 – cx. 11, doc. 49; 1777 – cx. 12, doc. 29; 1779 – cx. 13, doc. 30; 1780 – cx. 16, doc. 21; 1782 – cx. 17, doc. 28. (Cf. Artur Boavida Madeira, *População e Emigração nos Açores [...]*, vol. II – *Apêndice Documental*, pp. 94-101). Para a década de 1790 veja-se o nosso estudo, «A População da Ilha de São Jorge na Última Década de Setecentos» [...], p. 580 (anexos). Aos cálculos de 1766 e 1769 acrescentámos 18% ao total de modo a colmatar a ausência dos menores de comunhão. Preterimos o mapa da população de 1781 (cx. 17, doc. 28) por apresentar valores manifestamente erróneos para a freguesia da Calheta.

<sup>152</sup> Sobre o terramoto de 1757 veja-se de Avelino de Freitas Meneses «S. Jorge, 9 de Julho de 1757: A memória de um terramoto devastador», in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e São Jorge de 12 a 15 de Maio de 1997*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, pp. 583-596 e *N.H.*, II, pp. 207-222.

período analisado neste estudo, São Tiago da Ribeira Seca era, indiscutivelmente, uma freguesia muito populosa, após um longo período de expansão que não beneficiara as restantes freguesias do concelho.

Se actualmente já não se admite o determinismo geográfico como explicação directa do devir histórico, parece, todavia, não subsistirem dúvidas acerca dos condicionalismos colocados pela geografia ao aproveitamento agrário, às comunicações ou até ao próprio tipo de povoamento. O desenvolvimento do arquipélago açoriano é, por isso, sistematicamente relacionado com a sua insularidade e dispersão territorial, onde cada ilha ainda assume características peculiares. Esse isolamento é, portanto, desigual, na medida que estes espaços enclausurados pelo mar usufruem de oportunidades diferentes, consoante as características orográficas, a aptidão agrícola ou mesmo a acessibilidade portuária. Assim, dentro da ruralidade açoriana, surgem outras periferias.

São Jorge constitui bom exemplo da extrema periferia açoriana, como também as ilhas Graciosa, Pico, Flores e Corvo, onde o relevo assume quase sempre a principal condicionante quer da fixação humana, quer das produções agro-pecuárias. De facto, em quase todas as ilhas açorianas as populações habitam uma estreita faixa de 300 metros em altitude, normalmente na vertente Sul, pois, acima desse patamar, os nevoeiros, a humidade e a aptidão dos solos limitam o cultivo de cereais<sup>153</sup>. No entanto, como escreve José Guilherme Reis Leite, a ilha de São Jorge constitui uma excepção a esta regra «principalmente no concelho da Calheta e devido à orografia da ilha, as freguesias se atreveram a trepar pela serra, mas com condições duríssimas que nalguns casos, na Serra do Topo, obrigam a migrações durante os meses mais difíceis de Inverno»<sup>154</sup>.

---

<sup>153</sup> Salvo raras excepções, mesmo que de peso na ilha de São Miguel, a esmagadora maioria dos habitantes fixou-se na vertente Sul por razões climáticas, produtividade dos solos e acessibilidade portuária.

<sup>154</sup> Cf. *Política e Administração nos Açores de 1890 a 1910. O 1º Movimento Autonomista*, col. *Autonomia*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, p. 32.

Comparativamente ao arquipélago, São Jorge possui, efectivamente, uma reduzida faixa territorial abaixo dos 300-400 metros. Esta situação prejudica o cultivo dos géneros mediterrânicos, sobretudo os cereais e obriga, consequentemente, à fixação humana em vários pontos de considerável altitude. Bons exemplos são os *Nortes* (Norte Grande e Norte Pequeno), o Toledo e alguns povoados da Ribeira Seca, designadamente os Lourais, um dos expoentes máximos das rudes condições de vida impostas pela natureza.

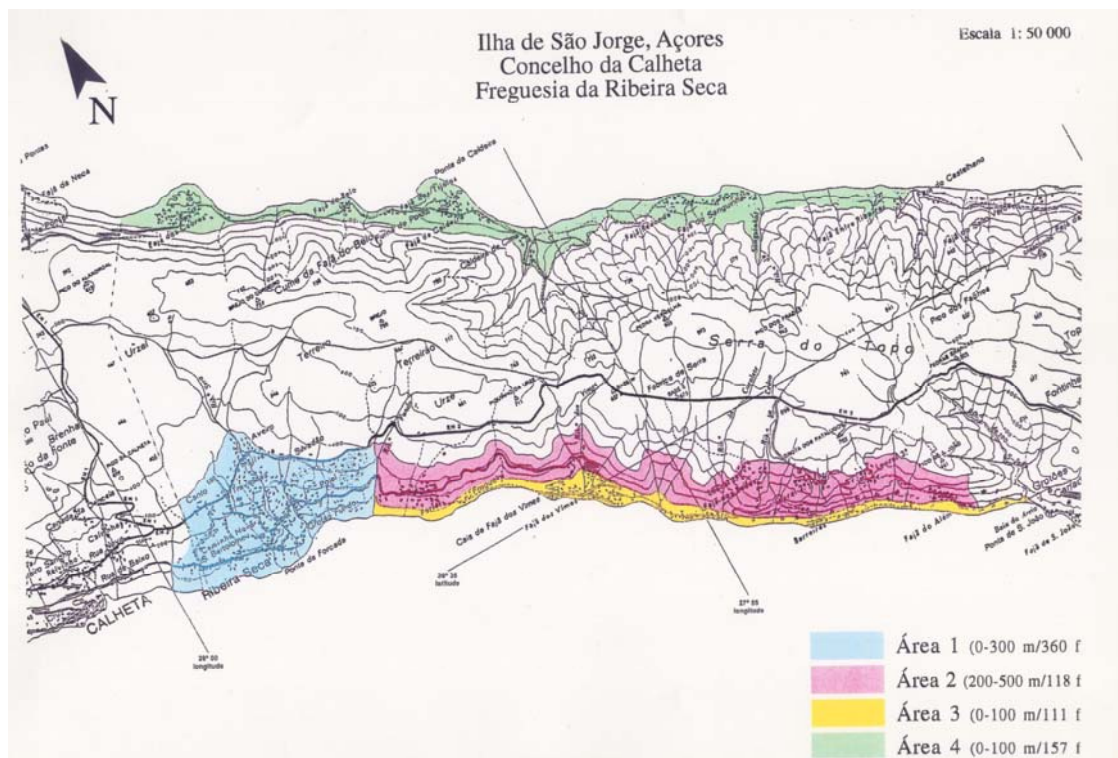
**Quadro 2.1**  
**Distribuição percentual da superfície do arquipélago açoriano por níveis de altitude<sup>155</sup>**

ILHA	0-300m	300-800m	> 800m
Sta Maria	86,4	13,6	-
S. Miguel	52,7	44,5	2,4
<b>S. Jorge</b>	<b>30,1</b>	<b>66,2</b>	<b>3,7</b>
Terceira	55,6	42,5	1,9
Graciosa	94,3	5,7	-
Flores	32,5	66,4	1,1
Pico	41,2	42,4	16,4
Faial	53,5	41,4	-
Corvo	45,9	54,9	-
Açores	49,8	45,0	5,2

Se caracterizarmos o relevo das ilhas por três níveis, ao que correspondem distintos patamares de povoamento e aproveitamento dos solos, São Jorge concentra a menor extensão de terreno abaixo dos 300 metros (30%), forçando as populações a ocupar as encostas, sobretudo a Sul, de modo a fruir da cultura dos cereais e da vinha e, também, de melhores condições atmosféricas. Na verdade, dentro do conjunto insular, só a ilha das Flores apresenta um relevo próximo do jorgense com 32,5% da superfície abaixo dos 300 metros e, mesmo a *ilha Montanha*, possui uma ocupação de terras de cultivo até aos 300 metros bem superior (41%).

<sup>155</sup> Fonte: Paulo Silveira e Sousa, *Território*, [...], p. 34.

**Mapa 2.1**  
**Mapa do povoamento da Ribeira Seca (1875)**





São Jorge possui, então, a altitude média mais elevada do arquipélago, com 66% da superfície compreendida entre os 300 e os 800 metros. Falésias talhadas a prumo, ravinas de várias centenas de metros e uma vegetação densa, caracterizam, pois, a ilha onde se insere São Tiago da Ribeira Seca (vide mapa 1.1), situada numa longa cordilheira que separa nitidamente a vertente Sul do Norte. Os terrenos abaixo dos 300 metros são, assim, limitados e dispersos, à excepção do centro da freguesia, pelo que a percentagem de superfície propícia ao povoamento é ainda bem mais reduzida na Ribeira Seca, com cerca de 25% do solo abaixo dos 300 metros.

Neste quadro geográfico, a ocupação humana da freguesia dispersava-se ao longo das franjas costeiras, formando-se quatro núcleos de fixação, determinados pela localização a Norte e a Sul mas, também, em função da altitude. No início do século XIX, aproximadamente 21 localidades compunham a paróquia de São Tiago, das quais apenas 3 se situavam na vertente Norte. Todavia, no último quartel da centúria, os párocos adicionavam mais 11 núcleos populacionais aos seus róis, dos quais 5 pertenciam à vertente Norte. Este aumento pautava-se, no entanto, por uma acentuada descontinuidade geográfica, ocorrendo agora nos terrenos inóspitos, como as fajãs do Norte ou as montanhas do Sul, até em detrimento das zonas de ocupação mais antiga, que chegavam inclusivamente a perder efectivos.

A fixação inicial das gentes fez-se, como foi referido, a partir do Sul, sensivelmente a seis quilómetros da Calheta, num extenso planalto abaixo dos 400 metros, fértil para o cultivo de trigo, milho e alguma vinha. Este núcleo, berço dos primeiros colonos do apóstolo São Tiago, constituiu, desde logo, o centro da freguesia. No decurso do século XIX, esta vasta zona de fixação (área 1) continuava a concentrar cerca de 50% dos ribeira-sequenses, entretanto dispersos por 17 localidades, como indica o seguinte quadro<sup>156</sup>.

---

<sup>156</sup> Para a elaboração dos quadros respeitantes à ocupação humana da freguesia seleccionaram-se os róis de confissão de 1839 e de 1875 não só pelo seu rigor informativo, como pela distância temporal



**Quadro 2.2**  
**Área de povoamento 1 – Ribeira Seca, vertente Sul (0-300m)**

Localidades/áreas	Indivíduos				% variação
	1839	% Total	1875	% Total	1839-1875
Aveiro	58	2,2	50	1,6	-13,8
Caminho Novo	207	8,0	188	5,9	-9,2
S. Bartolomeu	130	5,0	136	4,2	4,6
Canada do Bica	49	1,9	37	1,2	-24,5
Carregadouro	9	0,3	16	0,5	77,8
Entre Grutões	74	2,9	108	3,4	45,9
Grutão Seco	56	2,2	68	2,1	21,4
Latina	86	3,3	91	2,8	5,8
Lomba	0	0,0	19	0,6	-
Miradouro e Baia	56	2,2	34	1,1	-39,3
Morro e gança	105	4,1	75	2,3	-28,6
Ribeira Acima	274	10,6	186	5,8	-32,1
Pojal (ou Poejal)	119	4,6	133	4,2	11,8
Ribeira da Pedra	55	2,1	49	1,5	-10,9
Rua de Baixo	202	7,8	156	4,9	-22,8
Silveira	37	1,4	99	3,1	167,6
Travessas	105	4,1	100	3,1	-4,8
<b>Total (área 1) Costa sul / 0-300m</b>	<b>1622</b>	<b>62,6</b>	<b>1545</b>	<b>48,3</b>	<b>-4,7</b>

O centro da primeira área de povoamento estendia-se a partir da estrada que ligava a Calheta à Ribeira Seca, a Rua de Baixo, localidade de apreciável peso demográfico na freguesia (c. de 200 indivíduos em 1839 e 150 em 1875), fixando-se aí as principais elites do concelho, certamente por uma maior proximidade à Calheta. Mas o núcleo da freguesia era ainda constituído pelo Caminho Novo, onde residia um número de habitantes semelhante ao da Rua de Baixo. A partir destas duas localidades mais centrais, abundavam núcleos de pura dispersão, cuja representatividade de efectivos variava. Da Canada de São Bartolomeu mais a Oeste distavam dois quilómetros até ao Pojal situado no extremo leste desta área de fixação; e, da Silveira ao litoral, no sentido Norte-Sul, percorriam-se seis localidades afastadas por outros dois quilómetros.

---

que os medeia. Confrontámos, ainda, os valores extraídos destes róis com as listas das companhias de ordenanças elaboradas na década de 1810.

**Fotografia 2.1**  
**Perspectiva do centro da freguesia**



A primeira área de povoamento concentrava cerca de metade dos efectivos no decurso do século XIX, se bem que a sua representatividade demográfica fosse decaindo. Em 1839 possuía 1622 habitantes mas, já em 1875, após o acelerado período de crescimento de efectivos na freguesia, chegava a perder cerca de 5% do efectivo; locais como a Rua de Baixo, Morro ou Ribeira Acima registavam até perdas superiores a 20%. De facto, a área 1 situada num vasto planalto e, por isso, privilegiada no quadro orográfico da paróquia, possuía um clima ameno e uma vasta potencialidade agrária. Abundavam os campos de cereais, como o trigo, junto ao litoral, e o milho, plantando-se também alguma vinha. Mais a Norte, sensivelmente a partir da Silveira, o aumento da altitude propiciava a criação de gado vacum, abundando, igualmente, os matos ricos em lenha e diversas madeiras, como o pau branco, azevinho, cedro e pinheiro<sup>157</sup>.

---

<sup>157</sup> N.H., I, p. 7.

**Quadro 2.3**  
**Área de povoamento 2 – vertente Sul (200-500 m)**

Localidades/áreas	Indivíduos				% variação
	1839	% Total	1875	% Total	1839-1875
Ferreira	-	0,0	16	0,5	-
Ginjal	-	0,0	23	0,7	-
Portal	270	10,4	251	7,8	-7
Primeiro Loural	-	0,0	56	1,7	-
Segundo Loural	-	0,0	93	2,9	-
Terceiro Loural	-	0,0	111	3,5	-
<b>Total (área 2) Costa sul / 200-500m</b>	<b>270</b>	<b>10,4</b>	<b>550</b>	<b>17,2</b>	<b>103,7</b>

A segunda área de povoamento estendia-se por uma vasta mas estreita faixa territorial, compreendendo aproximadamente nove quilómetros no sentido oeste-leste. Esta zona de fixação define-se, fundamentalmente, pelo seu andar agrícola (200-500m) apesar de algumas localidades se situarem próximo da zona 1. No extremo Oeste da área 2 destacava-se o Portal, importante comunidade cuja existência remonta ao século XVI, possuindo mais de 250 indivíduos no século XIX<sup>158</sup>. Situado no mesmo planalto da Ribeira Seca, o Portal apresentava um povoamento bem mais concentrado, justificando a construção de uma ermida em inícios do século XX, evitando-se, assim, o constante incómodo nas deslocações ao centro da freguesia<sup>159</sup>. Esta localidade, juntamente com a fajã dos Vimes (área 3), possuía um entranhado sentimento comunitário, pois localizava-se no caminho que ligava os Vimes ao centro da freguesia. Os casamentos endógamos eram, conseqüentemente, muito frequentes até meados do século XX<sup>160</sup>.

<sup>158</sup> Gaspar Frutuoso referenciava «o Portal, que é terra de pão» em finais do século XVI. *Ob. cit.*, p. 91.

<sup>159</sup> Em 7.9.1901 o bispo da diocese de Angra, D. Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito, concedia licença para se celebrar missa na capela do Portal com invocação a N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Boa Viagem. Cf. A.P.I.M.S.C., «Provisão de licença para na Capella de N.S. da Boa Viagem do logar do Portal [...]», doc. avulso.

<sup>160</sup> Como recordava uma anciã da freguesia em 3.10.2000: «a minha mãe tinha lá [no Portal] muitos parentes e na Fajã dos Cubres. A maior parte era casada primos com primos. No Portal agora também

A pressão sobre a terra, sentida com intensidade no século XIX, conduzia à ocupação de novos espaços nesta área de povoamento. Enquanto o Gingal e Ferreira, habitados na segunda metade de Oitocentos e vizinhos do Portal, não ultrapassavam as 30 almas, a «fome da terra» determinava a ocupação efectiva dos Lourais<sup>161</sup>. Estas novas localidades, compostas pelo Loural de baixo (ou 1º), do meio (2º) e de cima (3º), traduzem uma fixação ritmada desde a década de 1840 «sobre a serra em logar dos mais altos da ilha e ruim quanto é possível»<sup>162</sup>. Estes habitantes, residindo acima dos 500 metros, perdiam-se nas brumas da altitude, dedicando-se fundamentalmente à criação de gado *vacum* e ao pastoreio de ovelhas<sup>163</sup>. Por se situar em plena serra, perto da falésia, os seus moradores enfrentavam situações extremas, como descrevia José da Silveira Avellar.

---

já mudou. Aqui na Ribeira Seca já existem várias raparigas do Portal casadas e os rapazes também já vão saindo de lá».

<sup>161</sup> Apesar de não constarem do rol de confessados de 1839 nem das listas de ordenanças, os Lourais enquanto topónimo constam da documentação militar na década de 1820.

<sup>162</sup> José Silveira Avellar, *ob. cit.*, p. 335.

<sup>163</sup> *N.H.*, I, p. 364.

### **Fotografia 2.2** **Os Lourais**



«Tal é o perigo em que estão os moradores da dita rocha [Loural] e outros das demais fajãs, tanto ao norte como ao Sul, chegando as mães a amarrar seus inocentes filhos quando tem de sair para o seu trabalho afim de evitarem que se despenhem das rochas!»<sup>164</sup>.

O difícil acesso a este povoado do sudoeste da freguesia ditou-lhe um forte isolamento e precárias condições de vida, em virtude dos contínuos nevoeiros que apenas se atenuam nos meses de Julho e Agosto. Por esta razão, os Lourais adquiriram o estatuto de curato sufragâneo em 1855, com a criação da capela de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Livramento, de modo a atenuar a morosidade das deslocções à Ribeira Seca distante cerca de 10 quilómetros por caminho esculpido entre a serra. Todavia, como facilmente se depreende, os Lourais constituíam um aglomerado bastante periférico em relação ao centro da

---

<sup>164</sup> *Ob. cit.*, p. 336.

freguesia, mantendo, consequentemente, laços de solidariedade mais fortes com as povoações vizinhas, nomeadamente com a Fajã dos Vimes e Bodes, ou com povoados situados já no antigo concelho do Topo<sup>165</sup>. Aliás, em 1845, o próprio município topense propunha à Junta Geral do distrito que os Lourais se desmembrassem da Calheta em favor do Topo, invocando razões topográficas<sup>166</sup>.

Devido à constante pressão sobre a terra, em boa medida ilustrada pela ocupação dos Lourais, a segunda zona de povoamento crescia mais de 100% entre 1839 e 1875. Este incremento correspondeu à criação de três novas localidades – Ferreira, Gingal e Lourais que, no seu todo, ascendiam a 300 habitantes. Devido ao surto populacional da área 2, afigura-se-nos natural um ligeiro decréscimo na ocupação do Portal (c. 7%), possivelmente por saturação de recursos disponíveis numa localidade existente há mais de três séculos.

**Quadro 2.4**  
**Área de povoamento 3 – fajãs do Sul (0-100 m)**

Localidades/áreas	Indivíduos				% variação 1839-1875
	1839	% Total	1875	% Total	
Canario (Fajã dos Vimes)	509	19,6	359	11,2	-29,5
Fajã dos Bodes	0	0,0	109	3,4	-
<b>Total (área 3) Costa Sul / 0-100m</b>	<b>509</b>	<b>19,6</b>	<b>468</b>	<b>14,6</b>	<b>-8,1</b>

Continuando na vertente Sul, deparamos com a terceira área de povoamento, correspondente às *fajãs*, e situada no andar agrícola mais baixo (0-100 metros). Estas pequenas planícies, estendidas sobre o mar e encurraladas pela montanha, constituem um pólo de atracção de gentes em toda a ilha de São Jorge, graças ao seu micro-clima, com menores índices de humidade e ao aproveitamento intensivo do solo.

<sup>165</sup> Desde inícios do povoamento o Lortal constituía juntamente com a Fajã dos Vimes, Bodes e Além um arrendamento pertencente a Jerónimo Corte Real, dividido em 256 glebas desde os inícios do povoamento, vindo depois a ser extinto no quadro do liberalismo. Cf. *N.H.*, I, p. 279.

<sup>166</sup> *N.H.*, II, p. 871.

**Fotografia 2.3 - (Fajã dos Vimes)****Fotografia 2.4 - (Fajã dos Bodes)**

Esta derradeira zona de ocupação da vertente Sul compunha-se por minúsculos espaços situados «debaixo» ou «fora da rocha», tal como os designam os seus habitantes. Na fajã dos Vimes ou Canário residia a esmagadora maioria dos habitantes deste andar agrícola, figurando como o maior centro populacional de toda a freguesia. Ocupado no decurso do século XVI, o Canário era já apontado por Gaspar Frutuoso como «terra de pão e de criação de cabras»<sup>167</sup>, constituindo o primeiro curato sufragâneo da Ribeira Seca desde 1754 mas, cuja ermida, dedicada a São Sebastião, remonta aos inícios do século XVIII.<sup>168</sup>

Embora situada a cerca de sete quilómetros da sede da freguesia, a fajã dos Vimes, isolada pelo mar e por uma montanha superior a 400 metros, cedo assumiu um elevado nível de autarcia. Rica em terras de sementeira de trigo, milho e batatas e, ainda, em pomares, vinhas e inhames, encontrava, contudo,

---

<sup>167</sup> *Ob. cit.*, p. 90.

<sup>168</sup> *N.H.*, I, p. 293.

alguns problemas de acessibilidade à Ribeira Seca<sup>169</sup>. Os seus habitantes possuíam, por isso, estreitas ligações com os Lourais e o Portal - designadamente a nível matrimonial - através de uma complexa rede de atalhos que os unia, afastando-os entretanto do centro da freguesia e da vertente Norte.

O povoamento desta terceira zona de fixação compunha-se, como dissemos, fundamentalmente pela fajã dos Vimes, que contava cerca de 500 almas em 1839. No entanto, o Canário, tal como várias localidades das áreas 1 e 2, acusava um excesso de fogos face à sua reduzida dimensão. Por isso, em 1875, após o surto demográfico de São Tiago da Ribeira Seca, esta aldeia chegava a perder boa parte dos seus efectivos (c. 30%). Esta substancial diminuição seria parcialmente preenchida pela segunda localidade da área 3, a fajã dos Bodes, situada a Oeste dos Vimes e a Sul dos Lourais. Com uma área deveras reduzida e um acesso pouco facilitado, os Bodes albergavam perto de 110 habitantes que, a partir de meados do século, procuram ali residência. O seu povoamento seria, no entanto, insuficiente para colmatar a redução de residentes da terceira zona de fixação, que perderia cerca de 8% dos seus efectivos no último quartel de Oitocentos.

A última zona de acolhimento das gentes de São Tiago da Ribeira Seca situava-se na vertente Norte da freguesia, onde as elevadas falésias, cortadas a pique, não permitiam o acolhimento de moradores senão em fajãs. Por isso, esta quarta área de povoamento assentava exclusivamente numa sucessão de várias 'línguas de terra' estendidas sobre o mar. Os diversos povoados desenvolviam-se num longo corredor de cerca de 10,5 quilómetros, desde a fajã dos Cubres ao Sanguinhal, mas cuja largura raramente excedia os 500 metros.

---

<sup>169</sup> Aliás, na sequência terramoto de 1757, os habitantes desta fajã fizeram várias diligências no sentido de ser colocado novo padre no curato. Nessa petição, como relata o Pe Manuel de Azevedo da Cunha, alegava-se que «a Fajã dos Vimes e o Lournal eram lugares mui distantes da igreja paroquial de S. Tiago e cujas veredas eram cortadas por várias ribeiras caudalosas», ao mesmo tempo que os dois sacerdotes da paróquia «não podiam atender com os divinos sacramentos aos moradores daqueles pontos afastados». Cf. *N.H.*, I, p. 293 (petição de 5.6.1799). A Fajã dos Vimes possuía também cemitério próprio desde 1845 e uma escola oficial desde 1876 para o sexo masculino; *ibidem*, p. 293.



**Quadro 2.5**  
**Área de povoamento 4 – fajãs do Norte (0-100m)**

Localidades/áreas	Indivíduos				% variação 1839-1875
	1839	% Total	1875	% Total	
Caldeira de cima	0	0,0	57	1,8	-
Entre as Ribeiras	0	0,0	27	0,8	-
Fajã da Caldeira	116	4,5	135	4,2	16,4
Fajã do Belo	51	2,0	95	3,0	86,3
Fajã dos Cubres	24	0,9	97	3,0	304,2
Fajã dos Tijolos	0	0,0	42	1,3	-
Fajã Redonda	0	0,0	99	3,1	-
Sanguinhal	0	0,0	86	2,7	-
<b>Total (área 4) Costa norte / 0-100m</b>	<b>191</b>	<b>7,4</b>	<b>638</b>	<b>19,9</b>	<b>234</b>

Em princípios do século XIX, existiam somente três comunidades nos *Nortes* com residência efectiva. Em primeiro lugar destacava-se a fajã da Caldeira, ocupada no decurso do século XVIII, sobretudo após o violento terramoto de 1757 que, pelos sucessivos desabamentos, viria a aumentar a sua extensão. Em 1832 a sua população reclamava ao cabido de Angra a erecção de uma ermida alegando, segundo o Pe Manuel de Azevedo da Cunha, «ter o lugar 80 fogos e estar muito distante da Igreja Paroquial»<sup>170</sup>. A construção concluía-se em 1835 sob a invocação de Santo Cristo, satisfazendo igualmente os sacramentos às fajãs vizinhas, bem como os enterros no seu cemitério «afim de evitar o arduo trabalho, quanto triste espectáculo de se conduzirem os cadáveres pela elevadíssima rocha para lhes dar sepultura no cemiterio parochial»<sup>171</sup>.

<sup>170</sup> *N.H.*, I, p. 275. Cremos, no entanto, existir exagero na quantificação dos fogos. Pelo rol de confessados de 1839 a fajã da Caldeira não excedia 27 agregados e, aceitando-se a contabilização das fajãs dos Cubres e do Belo, nunca se atingiriam os 80 fogos em 1832.

<sup>171</sup> José Silveira Cândido Avellar, *ob. cit.*, p. 336.

**Fotografia 2.5**  
**Vista das fajãs do Norte: os Cubres e, ao fundo, a Caldeira**



A três quilómetros a Oeste da Caldeira, situava-se a fajã do Belo e, a quatro, a fajã dos Cubres ambas pequenos povoados, mas cujo crescimento duplicara na fajã do Belo e triplicara nos Cubres entre o primeiro e o último quartel do século XIX<sup>172</sup>. Nestas três comunidades residia boa parte da população dos *Nortes*. Na segunda metade do século desenvolviam-se outros povoados de média dimensão, como a fajã Redonda e Sanguinhal, já abandonados na sequência da crise sísmica de 1980. Todas estas fajãs possuíam uma vasta rede de atalhos que as ligavam entre si, consolidando-se também aqui um forte espírito de comunidade, e até de algum bairrismo face ao Sul.

---

<sup>172</sup> Os Cubres eram povoados desde meados do século XVIII mas nunca atingiram a dimensão populacional da fajã da Caldeira. Porém, na actualidade, algumas famílias fixaram aí residência às quais se juntam outras nos meses de Fevereiro e Março, num processo sazonal designado por *muda* muito vulgar na maior parte das fajãs da ilha, especialmente nas freguesias do Topo e Santo Antão. A Fajã dos Cubres viria a possuir ermida só em 1908, dedicada a N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> de Lurdes, já que a sua «topografia especial, longe da sede da paróquia de que está separada por um altíssimo e escarpado rochedo e pela serra, na distância de 6 quilómetros da Igreja da caldeira de Santo Cristo dos Milagres, aonde seus habitantes têm de recorrer para ouvir missa [...]» Cf. *N.H.*, I, p. 271.

O isolamento destas localidades escondidas pela alta montanha é, ainda hoje, marcante. A fajã da Caldeira tornou-se fundamentalmente num local turístico, acolhendo permanentemente uma única família. Quem a pretenda conhecer deverá primeiramente descer toda a fajã dos Cubres e, nas palavras de João Caetano de Sousa e Lacerda, caminhar «por estreitas sendas abertas na escarpa através de profundas ravinas e rochedos abruptos, alguns dos quais [...] semelhantes à torre de Pisa, parecem desafiar as leis de equilíbrio»<sup>173</sup>.

Em meados do século XIX a ligação entre os *Nortes* e o centro da freguesia afigurava-se muito morosa, justificando-se provavelmente por motivos de força maior. Os matrimónios realizavam-se preferencialmente dentro da pequena comunidade, ou em qualquer outra fajã do Norte que lhe ficasse próxima. Razões de proximidade, inter-ajuda de mão-de-obra e a própria utilização da propriedade desaconselhariam, por isso, um contacto quotidiano com as restantes zonas de fixação. Até quem analise os assentos de óbito da freguesia não poderá ficar alheio à frequência com que o padre justifica a ausência de sacramentos aos residentes dos *Nortes* face à distância do centro da paróquia.<sup>174</sup>

Ao longo do século XIX as fajãs do Norte foram, pois, o palco privilegiado da expansão demográfica da Ribeira Seca, crescendo na ordem dos 234% entre 1839 e 1875. De facto, em finais do decénio de 1830, a vertente Norte possuía uma ocupação ínfima - 7% face ao total de habitantes – mas, no último quartel do século, a sua representatividade já se aproximava dos 20%. A pressão sobre a terra determinava claramente o aproveitamento destes pequenos espaços de terra, cuja fertilidade se contrapunha ao difícil acesso ao topo da montanha. De facto, a análise geográfica do crescimento das restantes zonas aponta claramente para um excedente populacional. Daí a fixação em zonas

---

<sup>173</sup> Cf. João Caetano de Sousa e Lacerda. *Colectânea de artigos publicados em jornais (1871-1910)*, recolha de Jorge Augusto Paulus Bruno, São Jorge, Câmara Municipal da Calheta, 1984, p. 106 (*O Velense*, ano I, nº 21, 8 de Outubro de 1880).

<sup>174</sup> Assinale-se, a título exemplificativo, o termo de óbito de Manuel Machado Rodrigues que «não recebeu sacramentos por morar na Fajã Redonda» (assento de 20.06.1826).

inóspitas: os Lourais que, não obstante se situarem na vertente Sul, ocupavam uma elevada montanha e, os quase inacessíveis *Nortes*, povoados sistematicamente na segunda metade de Oitocentos. O quadro humano no decurso do período estudado revela, então, uma diferenciação clara ao nível da geografia paroquial, caracterizando-se pela fixação de gentes em andares agrícolas menos atractivos, ao mesmo tempo que o próprio centro da freguesia perdia efectivos.

## 2.2 – Aspectos económicos e sociais

A geografia particular da ilha de São Jorge limitou a ocupação do espaço da Ribeira Seca a estreitas faixas junto ao litoral, ditando, ainda, um povoamento disperso por várias áreas tenuamente ligadas entre si. Todavia, importa salientar que as particularidades orográficas igualmente condicionaram a própria economia que se diversificava com o objectivo de promover a auto-subsistência.

O crescimento populacional, a «fome de terra» e os movimentos migratórios no decurso do século XIX serão, assim, um reflexo quase directo de uma economia de cariz agrícola virada para a autarcia, numa ilha com dificuldades de integração nos centros económicos regionais. O mercado jorgense era restrito pela difícil rentabilização agrícola dos seus terrenos; mas essa letargia económica também se devia à inexistência de uma mentalidade de investimento centrada na indústria e na agricultura<sup>175</sup>. Neste contexto, as más condições viárias e a política tributária da Coroa poderão ter sido desmotivadoras de tais investimentos.

---

<sup>175</sup> Paulo Silveira e Sousa sustenta que o incipiente desenvolvimento da indústria no antigo distrito de Angra se ficou a dever a uma lógica de investimento centrada no comércio, na especulação financeira e na propriedade fundiária (rendas), pois a «indústria era menos remuneradora e menos segura». Cf. «As Actividades Industriais no Distrito de Angra do Heroísmo: Um Mundo de Possibilidades Escassas», in *Arquipélago-História. Revista da Universidade dos Açores*, 2ª série, vol. IV, nº 2, 2000, pp. 127-186, *maxime* p. 129.

Até às primeiras décadas do século XX, a rede viária jorgense era manifestamente insuficiente e de péssima qualidade, ficando frequentemente intransitável durante o Inverno. Compreende-se que um militar encarregado do levantamento topográfico da ilha em 1825 tenha escrito: «As estradas, se merecem tal nome as poucas e pessimas communicações que ha, são de mui difficultoso transito». Este tenente-coronel salientava a existência do itinerário principal, a estrada das Velas para a freguesia das Manadas, mas na ligação que partia daqui para o Topo e ligava todo o concelho da Calheta ao das Velas «é preciso caminhar já por verêdas praticadas nas rochas, desde a Ribeira-secca, já sobre as terras da beira mar na costa sul, a fim de evitar o transito desabrido, e aspero, pelo alto da ilha». Se isto se passava nos itinerários principais, apenas existiam «dous maus caminhos» que atravessam a ilha no sentido Sul-Norte<sup>176</sup>.

O deplorável estado das estradas era igualmente motivo de apreensão da edilidade calhetense que, em 1825, asseverava não possuir meios financeiros para a reparação das «estradas em ruina», dada a sangria de dinheiro imposta pela Fazenda Real<sup>177</sup>. Tal como a Calheta, também os velenses insistiam na insuficiência viária, pois os seus caminhos estavam «intransitaveis, e por consequencia sofre a agricultura, e o seu comercio interno pelo maior augmento das passagens de huns para outros lugares»<sup>178</sup>. O mar era, assim, o meio privilegiado e seguramente mais cómodo para o transporte de pessoas e bens<sup>179</sup>. De facto, em 1900 uma carta demorava cerca de uma semana entre a Ribeira Seca e a freguesia de Velas, distantes cerca de 40 quilómetros, pouco menos do que o tempo de uma carta vinda de Paris<sup>180</sup>.

---

<sup>176</sup> Cit. por Artur Teodoro de Matos, *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980, p. 55.

<sup>177</sup> Cf. B.P.A.A.H, *Cartorio Casa Morgado Borges Teixeira*, maço 12, pasta 29 «Memoria historica sobre o Concelho da Calheta, elaborada pela Vereação [...] Julho de 1825», fl. 4.

<sup>178</sup> Cf. B.P.A.A.H, *Cartorio Casa Morgado Borges Teixeira*, maço 72, pasta 7 «Memoria historica sobre o Concelho das Velas, elaborada pela Vereação [...] Julho de 1825», fl. 1v.

<sup>179</sup> Cf. *Transportes e comunicações [...]*, p.55

<sup>180</sup> Cf. Paulo Silveira e Sousa, *Território [...]*, p. 74. Este estudo contém uma boa descrição das ligações terrestres na ilha na segunda metade do séc. XIX. De facto, em 20.08.1900, João Caetano de Sousa e Lacerda manifestava a seu filho Francisco de Lacerda, ilustre maestro ribeirense, o seu

Mas se a geografia dificultava os acessos entre os diversos povoados, igualmente criava um equilíbrio difícil entre as culturas da Ribeira Seca: os cereais, o milho e o trigo, alguns tubérculos, como a batata inglesa e os inhames, a vinha e a pecuária. De facto, a escassa existência de terrenos abaixo dos 300 metros restringia o cultivo do trigo e da vinha, privilegiando o milho, os tubérculos e a pecuária, principais produções da Ribeira Seca.

Assim se depreende dos quadros seguintes, respeitantes à produção do concelho da Calheta entre 1839-1850 e em 1887, cujos valores são meramente indicativos das tendências produtivas.

**Quadro 2.6**  
**Produção em moios de cereais na ilha de São Jorge (1839-1853)<sup>181</sup>**

Produtos	Calheta	%	Topo	%	Velas	%	TOTAL	%
Trigo	124	12,4	132,7	9,5	302,6	10,8	559,3	10,7
Cevada	0,5	0,1	7,6	0,5	3,6	0,1	11,7	0,2
Milho	599	60,0	749	53,6	1198,3	42,6	2546,3	48,9
Centeio	0,1	0,0	2,2	0,2	4,83	0,2	7,1	0,1
Batata	60,8	6,1	410	29,3	154,6	5,5	625,4	12,0
Inhames	213,3	21,4	96,6	6,9	1147,1	40,8	1457,0	28,0
<b>TOTAL</b>	<b>997,7</b>	<b>100,0</b>	<b>1398,1</b>	<b>100,0</b>	<b>2811,03</b>	<b>100,0</b>	<b>5206,8</b>	<b>100,0</b>

(1 moio = 858 litros)

---

espanto perante a lentidão das comunicações em São Jorge: «recebi a 25 as cartas de vocês de 16 – 9 dias de trajecto! É pouco mais do que se gasta daqui às Velas. Cf. João Caetano de Sousa e Lacerda, *Cartas a Francisco de Lacerda*, introd., fixação e notas de Teresa e J.M. Bettencourt da Câmara, Angra, D.R.A.C., 1988, p. 37.

<sup>181</sup> B.P.A.A.H., *Governo Civil*, Mapas da colheita, consumo e sementes de cereais e legumes (1839-1853), docs. avulsos.

**Quadro 2.7**  
**Produção de cereais, lã, linho e gado na ilha de São Jorge (1887)<sup>182</sup>**

<b>Colheita (hectolitros)</b>				
	<b>Calheta</b>	<b>%</b>	<b>Velas</b>	<b>%</b>
Trigo	800	3,4	2120	8,7
Cevada	30	0,1	20	0,1
Milho	15000	64,3	14900	61,2
Centeio	0	0,0	90	0,4
Batata	4500	19,3	6390	26,3
Inhames	3000	12,9	810	3,3
<b>TOTAL</b>	<b>23330</b>	<b>100,0</b>	<b>24330</b>	<b>100,0</b>
<b>Produção de lã e linho (Kg)</b>				
Lã	5500	91,7	2500	35,7
Linho	500	8,3	4500	64,3
<b>TOTAL</b>	<b>6000</b>	<b>100,0</b>	<b>7000</b>	<b>100,0</b>
<b>Pecuária</b>				
Vacum	2900	27,6	3750	31,6
Lanígero	5500	52,4	4360	36,7
Caprino	100	1,0	576	4,8
Suíno	2000	19,0	3193	26,9
<b>TOTAL</b>	<b>10500</b>	<b>100,0</b>	<b>11879</b>	<b>100,0</b>

Se tivermos em conta que a produtividade da Ribeira Seca é, em boa medida, um reflexo directo da do concelho da Calheta, o milho destacava-se sem dúvida alguma como o principal cereal, representando mais de 60% da produção agrícola expressa nos quadros 2.6 e 2.7. Este cereal era produzido pela maioria dos habitantes, adaptando-se às áreas de povoamento mais elevadas e húmidas da freguesia, como os Lourais, onde era cultivado em pequenos socalcos ao longo das encostas. O milho era, efectivamente, indispensável aos hábitos alimentares jorgenses, sendo utilizado como cereal de panificação e ainda como forragem para o gado, granjeando ao longo de Oitocentos um peso decisivo nesta economia rural. Ao invés, o cultivo de trigo ia decrescendo na ilha no decurso

<sup>182</sup> B.P.A.A.H., *Governo Civil*, Comissão Distrital de Estatística (1888-1914), Mapas estatísticos da produção da ilha de São Jorge em 1887 (docs. avulsos).

século XIX, representando na Calheta cerca de 12% da produção de cereais em meados do século, enquanto no último quartel não excedia os 3,4%.

Se a produção de cereais na Ribeira Seca se resumia quase exclusivamente ao milho, não podemos esquecer os tubérculos – a batata e o inhame – cuja importância era preponderante nos hábitos alimentares dos sectores mais desfavorecidos. Aliás, estamos em crer que o incremento do milho e, sobretudo, dos tubérculos, estará relacionado com um período de contínuo crescimento dos efectivos de toda a ilha de São Jorge, entre a última década de Setecentos e o último quartel do século XIX<sup>183</sup>. A própria câmara da Calheta advertia em 1825 que «a não ser a produção de inhame e batata, que supre de algum modo a falta de pão, teria desertado huma grande parte dos habitantes obrigados da fome»<sup>184</sup>.

A batata inglesa ou o «pão dos pobres» terá sido implantada em São Jorge nas últimas décadas de Setecentos, em virtude dos esforços de Pina Manique junto do capitão-general dos Açores<sup>185</sup>. Este produto foi cultivado em larga escala durante todo o século XIX, mercê da sua adaptabilidade aos solos mais elevados, inclusive nas pastagens que, como vimos, ocupam a maior área da freguesia da Ribeira Seca. Segundo o quadro 2.6, por meados de Oitocentos, a batata representava apenas 6% da produção agrícola no concelho da Calheta, valor que se nos afigura subavaliado, enquanto na ilha ascendia aos 12%<sup>186</sup>. Já

---

<sup>183</sup> Veja-se, também, *Território [...]*, p. 164 e 184.

<sup>184</sup> «Memoria Historica [...], fl. 4.

<sup>185</sup> As primeiras referências à cultura da batata nos Açores datam da segunda metade do século XVIII, colhendo o apoio da Capitania-geral. Pela portaria de 16.11.1798 esta instigava o cultivo do tubérculo, dada a sua «copiosa colheita», oferecendo isenção do dizimo eclesiástico por dez anos. Cf. Carreiro da Costa, «A Cultura da ‘Batata Inglesa’ nos Açores, no século XVIII» (Rebuscos & Resposcos) in *Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores*, nº 3, 1946, pp. 103-104. De facto, em 06.02.1799 e 16.02.1799 as câmaras de Velas e Calheta, respectivamente, afirmavam ter cumprido a ordem da Capitania-geral, para o que tinham «inteligenciado os lavradores». Cf. Paulo Lopes Matos, «A população da ilha de São Jorge na última década de Setecentos [...], p. 577 (documentos I e II). Sobre este assunto veja-se, também, de José Silveira Avellar, *A Ilha de São Jorge [...]*, pp. 140-141.

<sup>186</sup> O concelho do Topo, apenas representando 17% da extensão da ilha, produzia a quase totalidade da batata (86%) se acreditarmos que os dados respeitantes à Calheta e Velas não estão subavaliados.



no último quartel do século este tubérculo ocupava perto de um quarto da produção da ilha, ficando a Calheta ligeiramente aquém deste valor (c. 19%).

De importância não inferior à batata inglesa figurava o inhame, cultivado desde o século XVII, constituindo um dos principais alimentos do povo jorgense, ainda hoje largamente presente na sua dieta alimentar<sup>187</sup>. Este produto coadunava-se bem aos inúmeros terrenos íngremes das encostas da ilha abundantes em água, não concorrendo por isso com as terras de cultivo. Ademais, o seu rápido desenvolvimento e os poucos cuidados que exigia conferiram-lhe um lugar de destaque na economia doméstica das populações das fajãs, nomeadamente na dos Vimes, a zona mais produtiva da ilha e com prédios muito valorizados<sup>188</sup>. A importância deste ramo da produção remonta a tempos muito antigos e parecer ter tido um desenvolvimento até superior à ilha Terceira<sup>189</sup>. A prová-lo está o célebre «motim da Calheta» ou «motim dos inhames», em 1694, de graves repercussões, estando na sua origem a obrigatoriedade do pagamento do dízimo<sup>190</sup>. Com base nos quadros 2.6 e 2.7 verifica-se que este tubérculo representava no concelho da Calheta perto de um quinto da produção (21%) entre 1839-1853, ficando muito aquém do concelho de Velas (c. 41%) mas superior ao do Topo (c. 7%). Já no final do século a sua representatividade decaí aos 13% - mercê do incremento da batata inglesa e doce - sendo, todavia, bem superior à do município velense que não ultrapassava os 4%.

---

<sup>187</sup> Avelino de Freitas Meneses destaca a «invulgar projecção deste tubérculo» no decurso do século XVIII, florescendo nas ilhas vulneráveis à eclosão de crises de subsistência como São Jorge. Aliás nesta ilha os inhames terão constituído um importante ramo de dízimos já desde a primeira metade de Setecentos. Cf. *Os Açores nas Encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, vol. II – *Economia*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1995, pp. 79-80.

<sup>188</sup> Cf. *A Ilha de São Jorge [...]*, pp. 138-139. Segundo este autor o terreno desta fajã estava tão subdividido «que raro será o proprietário que possua um bocado com meio alqueire de superfície [...]», estimando que a produção rondasse as 300 toneladas em princípios do século XX.

<sup>189</sup> Cf. Francisco Carreiro da Costa, «O Inhame. Apontamentos para a História da sua Cultura nos Açores», in *Boletim da Comissão [...]*, pp. 1-24, maxime pp. 6-10.

<sup>190</sup> Sobre a extensão deste motim, cf. *N.H.* II, pp. 623-630, Francisco Carreira da Costa, *ob. cit.*, pp. 6-10 e Francisco Ferreira Drumond, *Apontamentos Topográficos [...]*, pp. 360-361.

Embora não tenhamos acesso a estatísticas fidedignas, sabemos que a vinha detinha um peso não despiciente na economia da Ribeira Seca. Cultivada em todas as fajãs do Norte e do Sul mas, sobretudo, no planalto da Ribeira Seca, os vinhedos dispersavam-se pelas quatro áreas de povoamento em plena relação com o peso populacional de cada uma, conforme indica o quadro 2.8. O vinho destinava-se fundamentalmente ao consumo local e à destilação de aguardente, porquanto a Ribeira Seca não era seguramente uma área vocacionada para a exportação de vinho, como as regiões do Sul do concelho de Velas. Um mapa da colheita de vinho produzido em 1851, antes da propagação do *oidium tuckeri* que arruinara boa parte do comércio deste género, mostra-nos que a produção de vinho na freguesia totalizava os 1025 hectolitros<sup>191</sup>.

**Quadro 2.8**  
**Distribuição da colheita da vinha por áreas de povoamento (1851)**

ÁREA	Canadas	% total
Área 1	23748	56,4
Área 2	5832	13,8
Área 3	9072	21,5
Área 4	3468	8,2
<b>TOTAL</b>	<b>42120</b>	<b>100,0</b>

Se o sector agrícola se baseava no cultivo de milho, batatas, inhames e vinha, não podemos olvidar a supremacia da pecuária jorgense enquanto sector vital da economia. De facto, se a natureza condiciona a produtividade pela acidentada orografia, verdade é que a maior parte do solo é constituído por pastagens de elevada qualidade, sobretudo para o gado vacum. A elevada extensão dos pastos e o peso da pecuária nas exportações calhetenses era, por isso, salientada pela vereação em 1825, declarando que «há mais campos de pastos do que de lavoura, sendo o resto arvores e mattos silvestres de faias,

---

<sup>191</sup> B.P.A.A.H., *Câmara da Calheta*, Diversos (1700-1898), «Mappa estatístico da colheita de vinho e fabricação d' Aguardente e vinagre na freguezia da Ribeira Secca no anno de 1851».

alimos e urzes [...] Não há outros generos a exportar à excepção de gado vacum e queijos, pois não há commercio»<sup>192</sup>.

O gado sempre figurou entre as principais exportações da ilha desde o século XVI, abastecendo regularmente os mercados das ilhas circunvizinhas, ou até do próprio Reino<sup>193</sup>, ao mesmo tempo que a produção de lacticínios sempre alimentara uma pequena indústria de cariz artesanal. Esta exportação de gado revelava-se essencial, numa ilha sujeita a frequentes crises agrícolas, mesmo que frequentemente avultasse a carestia de gado graças aos preços competitivos que estimulavam a exportação<sup>194</sup>.

A freguesia da Ribeira Seca era particularmente rica na criação de gado bovino, aproveitando os andares agrícolas superiores a 400 metros que ascendiam a mais de 60% da sua superfície. Determinadas localidades, como os Lourais, situados em plena serra, ou o Portal possuíam elevados efectivos bovinos, enquanto muitos dos residentes das fajãs do Norte criavam gado na serra, sendo por isso obrigados a subir diariamente a montanha<sup>195</sup>.

Para além da criação de rezes vacaris, que rondavam os 30% do efectivo pecuário do concelho da Calheta em 1887 - embora representando a maior rentabilidade - destacava-se também o gado lanígero, com cerca de 5500 cabeças na mesma data, isto é, mais de metade de todos os animais criados. As ovelhas pastavam fundamentalmente na serra, aproveitando os terrenos que não eram aptos para o gado bovino. A extraordinária quantidade de ovelhas também impunha sistemáticas posturas emitidas pelas câmaras que denunciavam «a

---

<sup>192</sup> «Memoria historica [...], fl. 3v.

<sup>193</sup> Cf. *A Ilha de São Jorge [...]*, pp. 133-135 e *Os Açores nas Encruzilhadas de Setecentos [...]*, p. 121.

<sup>194</sup> Por este motivo frequentemente as câmaras zelavam para que os criadores de gado fornecessem ao açougue um terço das rezes que exportavam, como advertia o município da Calheta em 1825: «e assim mesmo se exprimentão muitas faltas [...] não só por exterminios ocultos, mas athe porque não há officiaes que queiram cortar no açougue havendo muitos que descaradamente a cortão [...] para repartirem a olho e peso» Cf. «Memoria Historica [...]», fl. 1v.

<sup>195</sup> Nos meses de Fevereiro e Março, quando as vacas estavam «secas» os habitantes traziam-nas para as fajãs onde eram alimentadas com feno. Para aqueles que residiam no centro da freguesia e possuíam uma casa na fajã (como ainda hoje é corrente), iniciava-se o processo da *muda* para a fajã, onde se aproveitaria a ocasião para o cultivo das pequenas hortas.

devastação de searas, milhos, vinhas, inhames e pastos por cabras e ovelhas tresmalhadas»<sup>196</sup>. Em 1827, o procurador do município da Calheta justificaria o abate de todos os cães da Ribeira Seca «porquanto era geral a queixa dos criadores por os cães, mormente na Ribeira Seca, fazerem diariamente estrago no dito gado, havendo já matado para mais de cem ovelhas»<sup>197</sup>.

A criação de ovelhas sustentava em larga escala a tecelagem, que ocupava boa parte das freguesas da Ribeira Seca enquanto actividade complementar. De facto, as necessidades do consumo interno sempre favoreceram a existência de uma boa quantidade de teares que «alimentavam um razoável comércio nas vilas e pequenas cidades», facto pelo qual a produção artesanal «permaneceu forte até bem tarde, estreitamente articulado com a pequena e média exploração camponesa»<sup>198</sup>. No entanto, esta actividade, não se assemelhando de forma alguma à proto-industrialização, possuía relevância nesta freguesia rural, onde abundava o gado lanígero<sup>199</sup>. Produziam-se diversos tipos de panos de lã, alguns dos quais eram tingidos como o pano azul claro destinado à manufactura de calças. Alguns destes panos eram, inclusivamente, usados pelas elites locais<sup>200</sup>.

Em 1881, data do inquérito industrial do distrito de Angra, destacava-se o relevo da tecelagem na economia jorgense, pois existiriam 712 teares que produziam 7800 metros de lã e 6000 de linho, enquanto o número destes na populosa ilha Terceira se ficava pelos 850<sup>201</sup>. Observando-se o quadro 2.7, verifica-se que boa parte dos teares da ilha se poderia situar no município da Calheta onde se produziam fundamentalmente tecidos de lã (c. 91%), enquanto o

---

<sup>196</sup> Cf. *Os Açores nas Encruzilhadas de Setecentos [...]*, pp. 128-129.

<sup>197</sup> *N.H.*, II, 797. A própria memória histórica do Concelho da Calheta de 1825 já referia que «he incalculavel o danno que todos os annos motivão os cães dos pastores que devoram o gado lanigero», Cf. fl. 2.

<sup>198</sup> Cf. Paulo Silveira e Sousa, «As actividades Industriais [...]», p. 138.

<sup>199</sup> *Idem*, p. 139.

<sup>200</sup> Cf. José Cândido Avellar, *A Ilha de São Jorge [...]*, p. 152.

<sup>201</sup> Cf. «As Actividades Industriais [...]», pp. 138-139.

linho não excederia os 8%<sup>202</sup>; situação inversa se verifica nas Velas, onde os tecidos de linho representavam 64% da produção.

Devemos, todavia, notar que a pecuária, o sector mais próspero e com maiores potencialidades a explorar, apenas iniciaria um período de especialização no último quartel do século XIX, não gerando o arranque de uma verdadeira indústria de lacticínios na freguesia que estudamos<sup>203</sup>. Paulo Silveira e Sousa sustenta que a decadência da vinha e das colheitas de trigo e milho no terceiro quartel de Oitocentos motivaria o início de uma época em que os lacticínios e a exportação de gado bovino alcançariam «um peso desmedido, uma quase exclusividade, nos produtos exportados e nas fontes de receita da ilha»<sup>204</sup>.

Mas o interesse pela pecuária constituiu mais uma aposta conjuntural do que uma clara iniciativa de industrialização em moldes capitalistas. Apenas na viragem para o século XX iam surgindo lentamente as primeiras fábricas de lacticínios ou derivados, como a fábrica de manteiga criada por Adolfo de Sousa Freitas na Calheta<sup>205</sup>. O incremento dos lacticínios possuía ainda uma «feição caseira e artesanal», surgindo a primeira fábrica moderna na última década do século XIX<sup>206</sup>. Em 1911, já existiam, entretanto, 11 unidades recenseadas na ilha, mas nenhuma delas sedeadas no concelho da Calheta, onde ainda dominava a produção artesanal, mesmo que em quantidades não despreciables<sup>207</sup>.

Esta economia, de carácter essencialmente agrícola, dominada por uma lógica de auto-suficiência devida à pequenez do mercado e às dificuldades de comunicação, é bem ilustrada pelo peso esmagador do sector primário ainda no

---

<sup>202</sup> É bem provável que este valor esteja subavaliado (e consequentemente a proporção de tecidos de lã), mesmo que a importância do linho decaísse na segunda metade de Oitocentos. Aliás, em 1852 a câmara da Calheta abria vários poços na Ribeira Seca «para enlargar linhos que na época constituíam indústria de certa importância». Cf. *N.H.*, I, p. 393.

<sup>203</sup> Assinale-se que um primeiro arranque deste sector, mesmo que tímido, se processou na década de 1850 em virtude do *oidium* e do estabelecimento da carreira a vapor em 1857. Cf. José Cândido de Avellar, *A Ilha de São Jorge [...]*, p. 134.

<sup>204</sup> Cf. *Território e Poder [...]*, p. 173.

<sup>205</sup> Cf. «As Actividades Industriais [...]», p. 164.

<sup>206</sup> *Idem*, p. 168.

<sup>207</sup> *Idem*, p. 170-171. De facto estima-se que a indústria doméstica de queijo ascendia a 40 produtos responsáveis pela produção de 60 toneladas de manteiga e 24 de queijo.

terceiro quartel do século XIX, ao que se contrapõe uma proporção diminuta de «ofícios e mesteres» e de serviços, principalmente ao nível do comércio.

**Quadro 2.9**  
**População activa masculina por sectores de actividade (1875)<sup>208</sup>**

DESIGNAÇÃO	Nº	%	DESIGNAÇÃO	Nº	%
<b>Agricultura e Pesca</b>			<b>Comércio e «serviços»</b>		
Camponeses	305	31,7	Agenciadores	1	0,1
Jornaleiros	10	1,0	Caixeiros	1	0,1
Lavradores	134	13,9	Capelões	1	0,1
Marítimos	39	4,1	Coveiros	1	0,1
Pastores	4	0,4	Criados	68	7,1
Proprietários	108	11,2	Curas	1	0,1
Trabalhadores	193	20,1	Empregados Públicos	1	0,1
<b>Total</b>	<b>793</b>	<b>82,4</b>	Estudantes	11	1,1
<i>Ofícios e Mesteres</i>			Maquinistas	1	0,1
Alfaiates	1	0,1	Negociantes	7	0,7
Aprendizes	1	0,1	Párocos	2	0,2
Cabouqueiros	3	0,3	Professores	2	0,2
Caiadores	1	0,1	<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>10,1</b>
Cantoneiros	1	0,1			
Carpinteiros	27	2,8			
Curtidores	2	0,2			
Ferreiros	2	0,2			
Latoeiros	1	0,1			
Pedreiros	12	1,2			
Queijeiros	4	0,4			
Retalhadores	1	0,1			
Sapateiros	8	0,8			
Serradores	5	0,5			
Serralheiros	2	0,2			
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>7,4</b>			

De facto, o sector primário reúne mais de dois terços da população masculina (82%), resumindo-se quase exclusivamente à agricultura. Os camponeses (32%), possuidores de uma pequena parcela de terra, mas

<sup>208</sup> Dados extraídos com base no rol da confissão de São Tiago de 1875. Optámos por não agregar determinadas ocupações como jornaleiros e trabalhadores ou capelões e curas. Preterimos a informação do rol de 1832, por se discriminarem apenas as profissões dos chefes de famílias.

oferecendo também a sua força de trabalho, constituem a profissão mais representada. Seguem-se os trabalhadores com uma expressão numérica também significativa (c. 20%), muitos deles sem terra, oferecendo os seus serviços a médio ou longo prazo a um lavrador ou proprietário, tal como os jornaleiros, uma designação equivalente. No extremo oposto da hierarquia deparamos com os lavradores (c. 14%), que vivem exclusivamente da sua terra aproximando-se, frequentemente, do modelo da casa *autosuficiente*; e os proprietários (c. 11%), aqueles que frequentemente possuem uma património fundiário em diversos andares agrícolas, mas que na sua maioria não deixavam de trabalhar a terra, pelo que os ainda incluímos no sector primário.

Assinale-se, ainda, a escassa representatividade dos marítimos (4%)<sup>209</sup> numa freguesia onde não existiam comunidades piscatórias com identidade própria como acontecia nas vilas de Velas ou Calheta<sup>210</sup>. Poucos se dedicavam em exclusivo a esta actividade, mau grado a riqueza da costa jorgense em peixe. Por esta razão, a pesca será sempre uma actividade marginal na economia ribeira-sequense, servindo sobretudo como um complemento alimentar aos camponeses, que frequentemente pescavam à linha, recolhiam lapas ou outros moluscos<sup>211</sup>.

O sector secundário, que na época corresponderá aos ofícios e mesteres, detem um peso estatístico diminuto (c. 7%), confirmando o primado rural da freguesia, até porque algumas das actividades secundárias se relacionam de perto com a agricultura. Destacam-se do conjunto apenas os carpinteiros (3%), ligados decerto à manutenção dos mais de 700 fogos e ao fabrico de algumas alfaias

---

<sup>209</sup> Cf. B.P.A.A.H, *Capitania-geral*, Maço 38 - Correspondência entrada na Capitania Geral. Juiz de Fora de São Jorge (1768 a 1811), «Relação de todos os homens e marítimos da Ilha de São Jorge [...] 1806». Segundo esta lista de 1806 que discrimina os nomes, idades, localidades e filiações de todos os marítimos, existiam 74 ribeira-sequenses dedicados ao mar, representando 64% de todo o concelho.

<sup>210</sup> Cf. Paulo Silveira e Sousa, *Território e Poder [...]*, pp. 194-195.

<sup>211</sup> A vereação calhetense informava a Coroa na sua memória histórica de 1825 que «não há pescadores de profissão. Sem matrícula há alguns curiozos que [...] vão ao peixe quando lhes parece, porque a maior parte delles possuem seus bens de raiz que cultivão». Cf., *ibid.* fl. 4v.

agrícolas. Em segundo lugar, surgem os pedreiros (1%), também eles ligados à construção e manutenção das residências e das infra-estruturas públicas.

Por último, consideremos o 'sector terciário'. Este reúne cerca de 13% da população e é constituído maioritariamente por pessoal auxiliar - os «assistentes» e criados, que juntamente representam 76% do mesmo sector. Todas as restantes profissões possuem pouca importância numérica (31 indivíduos), mesmo aquelas que englobam o comércio e a administração pública, deixando transparecer ainda mais o carácter rural desta paróquia.

A distribuição das profissões expressa, efectivamente, o forte peso rural, o qual encontra correspondência na escassa percentagem de ofícios relacionados com o comércio e os serviços. Este sector apenas enquadra 10% da população activa masculina, mas importa salientar que este quantitativo é empolado pelo número de criados (68) representando 70% de todo o sector. Ora, se os criados prestam um serviço, não se poderá esquecer que, para além do auxílio doméstico, sobretudo nas casas da elite, muitos não deixaram de colaborar na própria lavoura. Se não tivermos em conta o corpo eclesiástico (padres, curas e capelães), o civil (professores e empregados públicos e coveiros) e os poucos estudantes, confrontamo-nos com o peso ínfimo da actividade comercial propriamente dita, representada unicamente por um caixeiro e sete negociantes.

Se por um lado a ocupação dos efectivos comprova a ruralidade da paróquia, a distribuição da terra afigurava-se entretanto assaz desigual, numa freguesia vasta mas com uma média de superfície arável restrita<sup>212</sup>. É claro que a posse desigual da terra não explica o ruralismo ou a incapacidade de industrialização, mas reflecte um certo imobilismo social numa freguesia marcada pela desigualdade.

---

<sup>212</sup> Se tivermos em conta a proporção entre rendimento colectável e a superfície de cada uma das freguesias em 1871, verificamos que a Ribeira Seca apresenta a percentagem mais baixa de toda a ilha, isto é 148 mil réis para uma média de 253 mil réis. (Números trabalhados a partir de *Almanach Insulano para Açores e Madeira [...] para o anno de 1875*, Angra do Heroísmo, 1874, p. 71).



Com efeito, a matriz predial da freguesia da Ribeira Seca de 1881 contabilizava 808 proprietários entre homens e mulheres, numa altura em que existiam cerca de 3469 habitantes, reflectindo uma sociedade onde muitos possuíam terra, por mais pequena que fosse, mas onde a maioria tinha de oferecer a sua força de trabalho<sup>213</sup>. Abaixo do valor médio de rendimento anual - 16 mil réis - enquadram-se dois terços dos proprietários (74,8%), ao que apenas corresponde 25,5% da riqueza, enquanto os 10 principais possidentes concentram cerca de 27% de toda a terra<sup>214</sup>. Os valores enunciados indicam claramente o desnível económico da freguesia, não esquecendo ainda que diversos indivíduos não chegavam sequer a possuir propriedades. De qualquer modo, também é conveniente sublinhar a existência de uma «classe média», mesmo que muito restrita, de lavradores remediados com rendimentos compreendidos entre os 20 e os 60 mil réis, representando um quarto do total dos proprietários.

Perante o peso de uma geografia inóspita que repartia a freguesia em diversos povoados, de uma agricultura fundamentalmente voltada para o auto-consumo com inúmeras dificuldades criadas por um certo imobilismo social e pela inexistência concreta de um sector manufactureiro e comercial, não temos dúvidas em afirmar que a Ribeira Seca se poderia caracterizar como uma periferia dentro da própria periferia açoriana. Por isso concordamos com Paulo Silveira e Sousa quando assevera que na ilha coexistiam «várias pequenas comunidades, incompletamente unidas [...] com forte consciência sociocêntrica, uma endogamia pesada e uma cultura localista»<sup>215</sup>.

---

<sup>213</sup> Cf. B.P.A.A.H., *Câmara da Calheta*, Diversos (1700-1898), «Contribuição predial da freguesia de San Thiago» [1881]. Este documento foi datado com recurso à base de dados de famílias, estimando-se, com elevado grau de probabilidade, remontar a Setembro de 1881.

<sup>214</sup> Em termos comparativos com outra região do Continente marcada pela desigualdade na posse da terra - Monsaraz - teríamos 80% de proprietários que concentravam 22,4% da riqueza, valores muito próximos da Ribeira Seca. Cf. Maria Manuela Rocha, «Níveis de Fortuna e estruturas patrimoniais no Alentejo: Monsaraz, 1800-1850», *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), 1991, p.630.

<sup>215</sup> Cf. *Território e Poder* [...], p. 49.

Cremos que a freguesia que estudamos constitui um dos expoentes máximos deste localismo, onde a serra ditava uma dispersão em vários «pequenos mundos» que mantinham fortes relações de vizinhança. A marcada pobreza e a pressão sobre a terra, a emigração e a forte endogamia local serão algumas das realidades vincadas ao longo de todo o século XIX, cujos efeitos nos propomos abordar mais adiante.



## CAPÍTULO 3 - A POPULAÇÃO E OS COMPORTAMENTOS DEMOGRÁFICOS

### *As estruturas populacionais*

#### 3.1 - A evolução dos efectivos

Com uma densidade populacional compreendida entre os 79 e os 112 hab./Km<sup>2</sup>, assaz superior à do Continente<sup>216</sup>, o arquipélago açoriano registava, no decurso do século XIX, um aumento moderado dos seus efectivos. Todavia este crescimento revelava-se descontínuo, pautando-se por um rápido crescimento durante a primeira metade de Oitocentos, mas abrandando notoriamente, já a partir de 1845. Atente-se aos valores expressos no quadro 3.1.

**Quadro 3.1**  
**Evolução dos efectivos no arquipélago dos Açores (1801-1900)**<sup>217</sup>

Anos	População	Densid.	Anos	População	Densid.
1801	183400	78,8	1864	248028	106,6
1819	185230	79,6	[1865]	248851	107,0
[1833]	209220	89,9	[1868]	251338	108,0
1835	215000	92,4	[1869]	252173	108,4
1841	223985	96,3	[1870]	253010	108,8
1845	236374	101,6	[1871]	253850	109,1

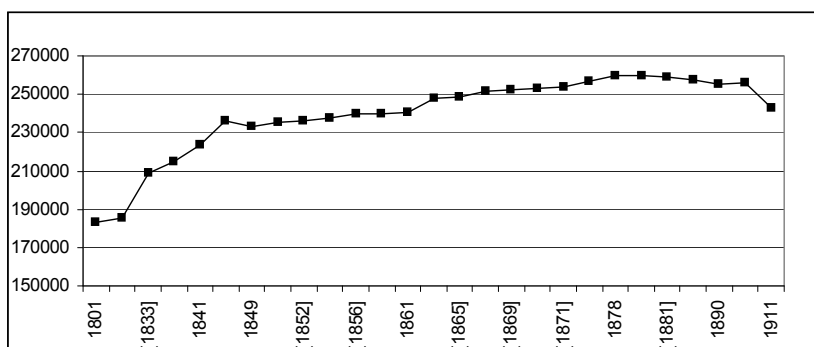
<sup>216</sup> Em 1820 e 1911 o Continente possuía uma densidade de 39 e 62,6 hab./Km<sup>2</sup>, respectivamente.

<sup>217</sup> Servimo-nos da obra de Maria Isabel João, *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomista*, col. Portugal e o Mundo Português, Lisboa, Cosmos, 1991 (quadros 1.1 e 1.3, pp. 37-38), para os quantitativos relativos a 1801, 1841, 1854, 1858, 1861, 1864, 1878, 1890 e 1900. Relativamente ao ano de 1819, entendemos por bem atribuir o valor que a mesma autora aponta para 1820, já que o conhecido numeramento de Franzini se reporta ao ano de 1819. Para 1833, veja-se «População da Província Occidental dos Açores no anno de 1833», B.P.A.A.H., *Capitania geral*, População, maço 6 (1789-1827), onde a população das ilhas de São Miguel e Santa Maria foi calculada pela *análise de regressão*. Para 1835, cf. «Resumo do mapa dos distritos administrativos, classificados pelas províncias [...]» *A Revista*, nº 216, 1835. O quantitativo relativo a 1845 foi retirado da obra de Joel Serrão, *Fontes de Demografia Portuguesa (1800-1910)*, Lisboa, Horizonte, 1983, p. 158 (quadro III-c), e o de 1850 encontra-se na «Estatística de Portugal. Reino, Possessões e Ilhas», *Almanaque de Portugal*, 1855. Os dados de 1864, 1878, 1890, 1900 e 1911 foram retirados dos censos da população. Todos os restantes dados colocados entre parêntesis resultam da estimativa elaborada por Vítor Gaspar Rodrigues. Cf. *A Geografia Eleitoral dos Açores de 1852 a 1884*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1985, pp. 19-28 (*maxime* quadro 5, p. 140).

**Evolução dos efectivos no arquipélago dos Açores (1801-1900)**  
(Continuação)

Anos	População	Densid.	Anos	População	Densid.
1849	233409	100,3	[1874]	256387	110,2
1850	235108	101,1	1878	259800	111,7
[1852]	236263	101,6	[1879]	259447	111,5
1854	237751	102,2	[1881]	258741	111,2
[1856]	240124	103,2	[1884]	257687	110,8
1858	240113	103,2	1890	255594	109,9
1861	240548	103,4	1900	256291	110,2
			1911	243002	104,2

**Gráfico 3.1**  
**Evolução dos efectivos no arquipélago dos Açores (1801-1900)**



Com base no gráfico 3.1, delimitam-se claramente três sub-períodos distintos na evolução volumétrica dos efectivos açorianos. Sensivelmente de 1801 a 1845 expressa-se um acelerado movimento de expansão das gentes, atestado por um aumento de 29%, ao que lhe corresponde uma taxa anual de crescimento médio (T.C.A.M.)<sup>218</sup> na ordem dos 0,58%<sup>219</sup>. Porém, o surto demográfico da primeira metade do século dava origem a um crescimento muito

<sup>218</sup> Utilizamos a formula do crescimento geométrico  $P_n = P_o (1+a)^n$ , sendo  $P_o$  a população no momento 1;  $P_n$  no momento 2;  $n$  o número de anos decorridos entre  $P_n$  e  $P_o$ , e  $a$  a taxa obtida. O resultado é multiplicado por 100.

<sup>219</sup> Alerta-se para a escassez de cálculos populacionais estudados para a primeira metade do século. Da sua quase inexistência entre 1801 e 1833, sobressaem inúmeras dúvidas sobre a evolução dos habitantes entre estas datas.

mais moderado dos habitantes. Tal situação verificou-se entre 1845 e 1878, desenrolando-se um aumento de apenas 10% dos efectivos, traduzido por um crescimento anual médio de 0,29%. Já no último quartel do século XIX e princípios de Novecentos o quantitativo demográfico açoriano inicia uma fase de estagnação. Com efeito, entre 1878 e 1911 o conjunto sofre uma perda de 1,4%, pelo que a T.C.A.M. deste período se revelou negativa (-0,2%).

Da análise destes dados observamos um incremento lento dos efectivos em confronto com o Continente. De facto, o peso demográfico do arquipélago diminui no seio nacional, atingindo os 6,2% e 4,7% em 1854 e 1900, respectivamente<sup>220</sup>. Sublinhe-se, entretanto, a dominância demográfica das duas principais ilhas do arquipélago – São Miguel e Terceira – que representavam conjuntamente 58% da população em 1852 e 64% em 1884<sup>221</sup>. Insista-se, por isso, numa repartição marcadamente desigual dos efectivos entre as diversas ilhas, pelo que existem inúmeras excepções à periodização estabelecida ao nível da ilha e freguesia<sup>222</sup>.

---

<sup>220</sup> Cf. Maria Isabel João, *ob.cit.*, p. 29.

<sup>221</sup> Cf. Vitor Gaspar Rodrigues, *ob. cit.*, p. 140 (quadro 5).

<sup>222</sup> Cf. Vitor Gaspar Rodrigues, *ob. cit.*, p. 140 (quadro 5 - Anos de 1852 a 1884). Pela estimativa apresentada por este autor verificamos que, à excepção de São Miguel e Terceira, as restantes ilhas açorianas mantiveram um crescimento muito mais moderado. Na ilha do Pico a diminuição dos efectivos desenrolou-se já na década de 1840, graças à intensidade de várias crises alimentícias e, sobretudo, à deflagração do *oidium* numa economia muito dependente da viticultura. Cf. Maria Norberta Amorim e Alberto Correia, *Francisca Catarina (1846-1940): Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*, Guimarães, Universidade do Minho – Núcleo de Estudos da População e Sociedade, 1999, p. 161 e Maria Hermínia Mesquita, *Evolução Demográfica na Criação Velha. Paróquia do Sul do Pico (1801-1993)*, col. Documenta, Direcção Regional da Cultura, 1998, p. 146.

**Quadro 3.2**  
**Evolução dos efectivos na ilha de São Jorge, concelho da Calheta e freguesia da Ribeira Seca (1799-1911)<sup>223</sup>**

Ano	São Jorge	Dens.	C. Calheta	Dens.	R. Seca	Dens.
1799	13439	54,7	3833	45,8	2217	41,7
1807	13329	54,2	3975	47,5	-	-
1819	14818	60,3	-		-	-
1827	15394	62,6	4412	52,7	2615	49,2
1832	-	-	-		2896	54,5
1835	15997	65,1	3805	45,4	1915	36,0
1836	16609	67,6	4140	49,4	2135	40,1
1837	17440	71,0	4271	51,0	2764	52,0
1839	17110	69,6	4419	52,8	2830	53,2
1840	17157	69,8	4315	51,5	2722	51,2
1841	17242	70,2	4204	50,2	2721	51,2
1848	-	-	-	-	2646	49,8
1849	17808	72,5	4733	56,5	2732	51,4
1850	17716	72,1	4787	57,2	2757	51,8
1851	17555	71,4	4893	58,4	2737	51,5
1852	17392	70,8	4891	58,4	2732	51,4
1853	17804	72,4	4958	59,2	2752	51,7
1855	17892	72,8	8259 (a)	65,2	2804	52,7
1857	17763	72,3	7995	63,1	2816	53,0
1859	17812	72,5	7616	60,1	2431	45,7
1860	16675	67,9	7822	61,7	2445	46,0
1861	17284	70,3	8072	63,7	2569	48,3
1862	18217	74,1	8588	67,8	3087	58,0
1863	17911	72,9	8328	65,7	3251	61,1
1864	18185	74,0	8792	69,4	3269	61,5
1866	18265	74,3	8882	70,1	-	-

<sup>223</sup> Aos valores de 1832 e 1839, provenientes das listas nominativas da população, acrescentou-se uma estimativa para a população dos Lourais, povoação que não constava nestes documentos. Para esse efeito tomou-se por referência o número de famílias formadas em cada localidade da freguesia entre 1800 e 1832, sendo o mesmo dividido pelo total de indivíduos residentes nessas localidades em 1832 e 1839. Deste modo obteve-se o coeficiente de 8,7, posteriormente multiplicado pelo total de famílias formadas neste povoado.

**Evolução dos efectivos na ilha de São Jorge, concelho da Calheta e freguesia da Ribeira Seca (1799-1911)**  
(Continuação)

Ano	São Jorge	Dens.	C. Calheta	Dens.	R. Seca	Dens.
1867	18266	74,3	8884	70,1	-	-
1868	18111	73,7	8777	69,3	-	-
1869	18272	74,3	8794	69,4	-	-
1870	18205	74,1	8775	69,3	3187	59,9
1871	18520	75,4	8871	70,0	3232	60,8
1872	18457	75,1	8877	70,1	3290	61,9
1873	18170	73,9	8682	68,5	3326	62,5
1874	18139	73,8	8509	67,2	3172	59,6
1875	18254	74,3	8590	67,8	3198	60,1
1876	18430	75,0	8564	67,6	3190	60
1877	18035	73,4	8361	66,0	3215	60,5
1878	18484	75,2	8752	69,1	3247	61,1
1879	18372	74,8	8698	68,7	3303	62,1
1880	18449	75,1	8839	69,8	3388	63,7
1881	18298	74,5	8863	70,0	3437	64,6
1882	18289	74,4	8982	70,9	3469	65,2
1883	17928	72,9	8686	68,6	3416	64,2
1884	17842	72,6	8652	68,3	3427	64,4
1885	17835	72,6	8673	68,5	3440	64,7
1886	18018	73,3	8747	69,0	3484	65,5
1887	17653	71,8	8408	66,4	3146	59,2
1888	17657	71,8	8456	66,8	3151	59,3
1889	17553	71,4	8414	66,4	3211	60,4
1890	17311	70,4	8427	66,5	3183	59,9
1891	17197	70,0	8267	65,3	2997	56,4
1892	17178	69,9	8248	65,1	3030	57,0
1893	16550	67,3	7903	62,4	3039	57,1
1894	-	-	-	-	3097	58,2
1895	-	-	-	-	2907	54,7
1896	-	-	-	-	3005	56,5
1897	-	-	-	-	2876	54,1

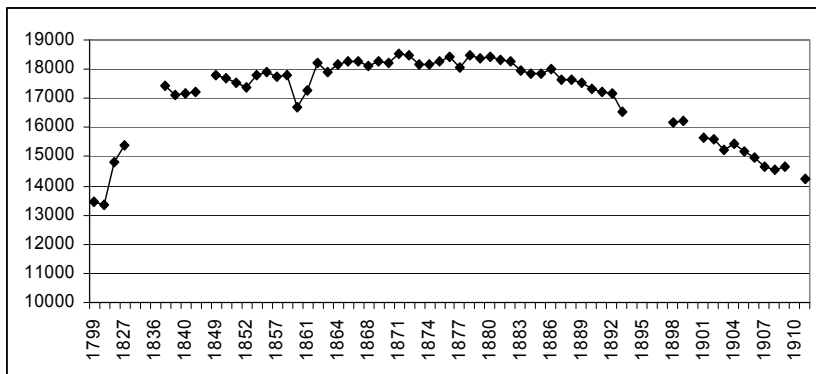


**Evolução dos efectivos na ilha de São Jorge, concelho da Calheta e freguesia da Ribeira Seca (1799-1911)**  
(Continuação)

Ano	São Jorge	Dens.	C. Calheta	Dens.	R. Seca	Dens.
1898	16155	65,7	7797	61,5	2796	52,6
1899	16244	66,1	7852	62,0	2827	53,2
1900	-	-	-	-	2792	52,5
1901	15661	63,7	7429	58,6	2670	50,2
1902	15601	63,5	7468	59,0	2674	50,3
1903	15257	62,1	7315	57,7	2680	50,4
1904	15427	62,8	7324	57,8	2641	49,7
1905	15183	61,8	7344	58,0	2589	48,7
1906	14960	60,9	7184	56,7	2669	50,2
1907	14641	59,6	7108	56,1	2680	50,4
1908	14552	59,2	6990	55,2	2659	50,0
1909	14653	59,6	7050	55,7	2638	49,6
1910	-	-	-	-	2558	48,1
1911	14227	57,9	6887	54,4	2514	47,3
1912	-	-	-	-	2425	45,6
Valores procedentes de estimativas						
Valores preteridos						

a) integração do antigo concelho do Topo

**Gráfico 3.2**  
**Evolução dos efectivos jorgenses (1799-1913)**



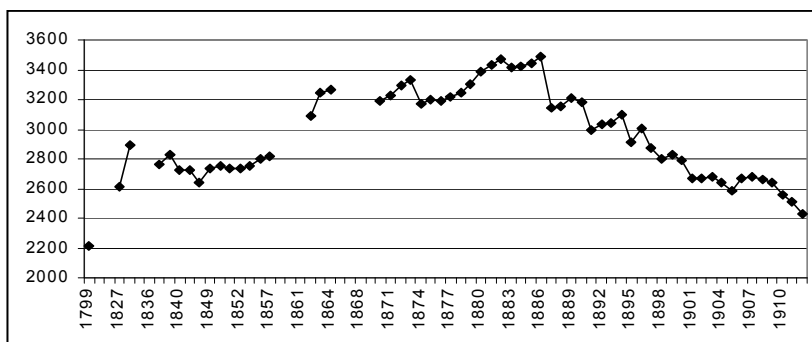
Com uma densidade populacional substancialmente reduzida, situada entre os 54 e 75 hab./km<sup>2</sup>, em 1799 e 1878, a ilha de São Jorge mostrava-se escassamente povoada em comparação com as demais. No entanto, ao longo do século XIX, a tendência evolutiva de efectivos era, no essencial, coincidente com a do arquipélago.

**Quadro 3.3**  
**Principais períodos de crescimento dos efectivos jorgenses e açorianos**  
**(1799-1911)**

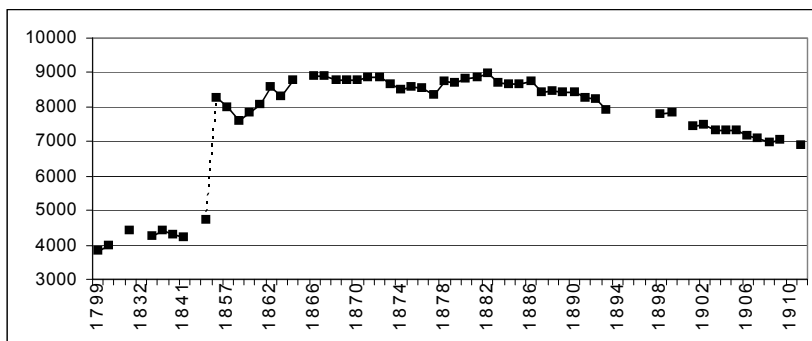
São Jorge		Açores	
Período	T.C.A.M.	Período	T.C.A.M.
1799-1836	0,69	1801-1845	0,58
1836-1880	0,13	1845-1878	0,29
1888-1911	-0,83	1878-1911	-0,2

Salvaguardando-se algumas dúvidas acerca da evolução do número dos habitantes jorgenses, decorrentes de intervalos inter-censitários irregulares, impõe-se uma periodização algo semelhante à do arquipélago e delimitada por três fases essenciais. A primeira - 1799-1837 - corresponde a 38 anos em que a T.C.A.M. atingiu 0,69%, embora esta se afigure mais elevada se considerarmos apenas o período de 1807 a 1837: 0,9%. Em finais da década de 1830 a contínua expansão de efectivos dava lugar a um crescimento mais moderado, eventualmente hesitante. Por esta razão, os 43 anos compreendidos entre 1837 e 1880 reflectem um crescimento anual na ordem dos 0,13%, valor substancialmente inferior ao arquipélago que, recorde-se, era de 0,29% em semelhante ciclo. Sensivelmente em 1880 terminava a longa fase expansionista jorgense. O decréscimo marcado das gentes constituiu a característica dominante destas três décadas (1880-1911), com um crescimento anual negativo na ordem dos -0,83%, pelo que a estagnação demográfica jorgense foi assaz superior à do arquipélago em idêntica etapa demográfica (-0,2%). Por isso, se em 1819 São Jorge detinha um peso de 8,4% face ao conjunto insular, em 1911 essa representatividade ficava-se pelos 5,9%.

**Gráfico 3.3**  
**Evolução dos efectivos da freguesia da Ribeira Seca (1799-1912)**



**Gráfico 3.4**  
**Evolução dos efectivos do concelho da Calheta (1799-1911)<sup>224</sup>**



Na freguesia da Ribeira Seca encontravam-se as mais baixas densidades populacionais da ilha, o que em certa medida atesta o carácter periférico deste espaço rural. De facto, a sua maior densidade era atingida em 1886 - 66 hab./km<sup>2</sup> - pouco mais que metade da média insular em idêntico período: 111hab./km<sup>2</sup>.

<sup>224</sup> Recorde-se que o município do Topo é integrado no da Calheta em 1855, por decreto de 24.10.1855.

No decurso do século XIX e primeiro decénio de Novecentos esta paróquia mostrava-se propensa a maiores oscilações volumétricas. É que, não obstante a sua reduzida dimensão estatística, são detectáveis ciclos de expansão de gentes nem sempre coincidentes com os da ilha. Assinale-se, ainda, alguma margem de dúvida relativamente à evolução demográfica da freguesia, especialmente na primeira metade do século XIX. A ausência de dados para os três primeiros decénios do século XIX e as interrogações em torno dos cálculos situados entre 1859 e 1869 poderão, efectivamente, comprometer a análise restringindo, consequentemente, o alcance das conclusões.

**Quadro 3.4**  
**Taxas de crescimento anual médio na freguesia da Ribeira Seca**  
**(1799-1913) %**

<b>Período</b>	<b>Crescimento</b>
1799-1832	0,64
1832-1849	-0,34
1849-1886	0,66
1886-1913	-1,28
<b>1799-1913</b>	<b>0,09</b>

Nos três primeiros decénios de Oitocentos, concretamente de 1799 a 1832, os efectivos ribeira-sequenses encontram-se em rápida expansão (T.C.A.M. de 0,64%), tal como a globalidade da ilha. Porém, o ano de 1832 parece delimitar uma fase de inflexão na medida em que só a partir de 1849 se retoma o crescimento. De facto, durante estes 17 anos, a redução dos habitantes correspondeu a uma T.C.A.M. de 0,34%, eventualmente decorrente de um importante fluxo migratório.

Uma terceira fase, agora marcada pelo surto demográfico, esboça-se em inícios da década de 1840 e vigora até 1884, saldando-se o crescimento anual médio nos 0,69%. Esta longa etapa de crescimento afigura-se irregular, ao mesmo tempo que o seu estudo se revela algo problemático pela ausência de dados. De facto, entre 1864 e 1878 a evolução mostra-se ligeiramente negativa

(-0,04% ao ano) em contraposição com o sub-período posterior: 1878-1886, determinado por um crescimento intenso (0,9% ao ano).

Parece certo, entretanto, uma dilatação global da freguesia bem mais moderada face aos efectivos de São Jorge, eventualmente por uma maior influência dos ritmos migratórios. Por outro lado, a expansão demográfica da ilha termina já em finais da década de 1870 sendo, exactamente, essa a época a partir do qual os ribeirão-sequenses manifestavam maior aceleração demográfica.

Dentro das referências cronológicas deste estudo, o derradeiro estágio de evolução dos quantitativos de São Tiago estende-se de 1887 a 1913. Nestes 26 anos processou-se um extraordinário e sistemático decréscimo dos efectivos, correspondente a uma T.C.A.M. negativa de -1,28%. Esta redução, ainda mais intensa face à ilha, resultava do efeito combinado do decréscimo do crescimento natural com o próprio aumento anual de emigrantes, de que oportunamente daremos conta.

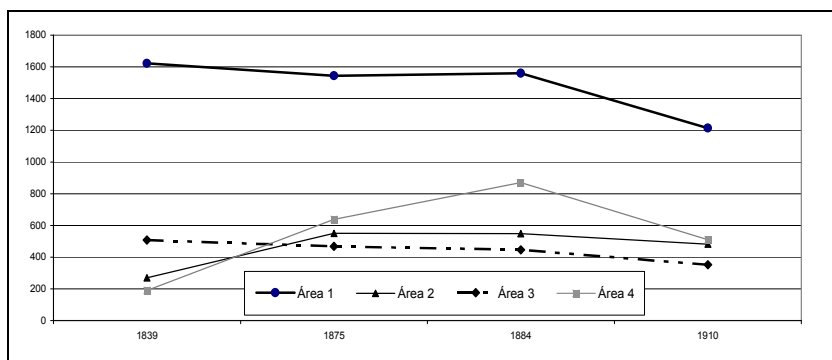
Da análise da evolução quantitativa dos residentes da freguesia e ilha constatamos, pois, dois vectores fundamentais. O primeiro relaciona-se com um incremento notório do volume populacional das séries entre o primeiro e terceiro quartel de Oitocentos, invertido, porém, em finais do século. Um segundo aspecto deve-se à frequente oscilação cíclica da freguesia, mau grado, a sua pequenez estatística. É que ao longo de parte do século XIX a freguesia evidenciou etapas de crescimento distintas, se não mesmo opostas, das da ilha.

### **3.1.1 – A geografia do crescimento**

Tivemos já oportunidade de analisar as diversas áreas de povoamento, as localidades abrangidas pelas mesmas, bem como destacar o incremento mais proeminente entre 1839 e 1875 – o da área 4 – situado na vertente norte da freguesia. Integraremos, agora, a evolução de cada uma dessas zonas no cômputo geral da paróquia de forma a perspectivarem-se as principais assimetrias geográficas desse crescimento. Por outro lado, assume relevância a

hierarquização numérica dos diversos povoados consoante as datas mais assinaláveis da evolução demográfica da freguesia.

**Gráfico 3.5**  
**Evolução dos efectivos da freguesia da Ribeira Seca por áreas de povoamento (1839-1910)**



De um modo global o incremento de habitantes até ao terceiro quartel de Oitocentos deveu-se essencialmente ao ímpar povoamento das zonas 2 e 4, duplicando no primeiro caso, e mais que quadruplicando no segundo. Simultaneamente os núcleos mais antigos - áreas 1 e 3 - chegavam, inclusivamente, a perder alguns efectivos. O maior crescimento da paróquia, situado entre os anos de 1875 e 1886, deveu-se unicamente à tendência expansionista das fajãs do Norte (área 4) que, em 1884, já representavam um quarto dos efectivos de São Tiago. No último estágio de evolução demográfica (1884-1910) a forte sangria de gentes fazia-se sentir sobre todas as zonas de povoamento. As suas incidências eram, contudo, bem diferenciadas. Em apenas 25 anos o núcleo de maior expansão perdia 41% dos seus habitantes, acompanhado, com alguma distância, pelas zonas 1 (22%) e 3 (21%), enquanto a área 2 apenas decrescia 12%.

No *terminus* da análise demográfica, 1910, e apesar da forte emigração ocorrida na transição do século, alterou-se com algum significado a geografia populacional face a 1839. A sede da freguesia (área 1) representava agora 47%

dos efectivos, longe, pois, dos 63% alcançados em 1839; situação análoga manifestava-se na zona 3, que baixara dos 20 para os 14%. Ao invés, os locais de fixação inóspitos – as fajãs do Norte (área 4) e os terrenos do Sul acima dos 200 metros (área 2) – revelavam um crescimento notório. No primeiro caso, as fajãs, que albergavam 7% dos habitantes em 1839, concentravam já 20% no fim da observação. No segundo, a expansão demográfica quase duplicara o seu peso estatístico (10% em 1839, 19% em 1910).

**Quadro 3.5**  
**Dimensão dos povoados da freguesia da Ribeira Seca**  
**(1839, 1884, 1910)**

<b>Dimensão</b>	<b>1839</b>	<b>1884</b>	<b>1910</b>
< 50	4	10	15
50-99	8	7	11
100-149	5	12	4
150-199	0	1	2
200+	5	3	2
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>33</b>	<b>34</b>

Como consequência, atenuava-se a macrocefalia do centro da freguesia presente nos primeiros decénios de Oitocentos, pulverizando-se, concomitantemente, o povoamento por uma infinidade de pequenos aglomerados. De facto, atendendo aos extremos da observação, a frequência modal da concentração situava-se nos 50-99 habitantes, passando, em 1910, para os núcleos com menos de 50 indivíduos. Os principais focos de fixação, situados no centro da freguesia, e simultaneamente acolhedores das elites - Rua de Baixo, Ribeira Acima e Caminho Novo - perdem abruptamente a sua proeminência e abandonam o estatuto de povoados de grande dimensão. Na área 3 - a fajã dos Vimes - aldeia de maior peso demográfico, continuava, em 1910, a concentrar o maior número de habitantes. Todavia, a sua população baixara de 509 efectivos para apenas 271.

Inversamente à diminuição de núcleos de maior dimensão (> 200 habitantes), aumentavam drasticamente os povoados exíguos (até 99 hab.) Em

1839, estes concentravam 55% dos lugares habitados, percentagem que já ascendia aos 76% na primeira década do século XX. A realidade traçada deve-se, essencialmente, às assimetrias do incremento demográfico anteriormente evidenciadas e radica nas características das zonas de maior expansão (2 e 4). Estas, compostas por estreitos e dispersos corredores de planícies propendiam ao minifúndio e mostravam-se aptas a um povoamento concentrado em núcleos de pequena dimensão.

Da alteração da matriz inicial de povoamento ocorreram várias consequências no tecido sócio-económico da freguesia. Por um lado, o crescimento diferenciado originou movimentos de migração interna no seio da paróquia e demandou novos equipamentos viários, escolares, administrativos e até religiosos. Por outro lado, o *microcosmo* social variou em função de novas relações de vizinhança. O sistemático surgimento de pequenos povoados relativamente distantes e tendentes, na medida do possível, a um elevado nível de autarcia, conduzia a uma progressiva restrição do mercado matrimonial. Deste último aspecto procuraremos dar conta neste capítulo, analisando-se os seus efeitos no espaço em apreço.



## 3.2 - A razão de sexos e as estruturas etárias

### 3.2.1 – A relação de masculinidade

#### Quadro 3.6

**Evolução das relações de masculinidade na freguesia da Ribeira Seca, concelho da Calheta e ilhas de São Jorge, Graciosa e Terceira (1799-1909)<sup>225</sup> (%)**

Ano/Período	Ribeira Seca	Concelho da Calheta	Ilha de São Jorge	Ilha Graciosa	Ilha Terceira	Distrito
1799	88,1	88,7	89,6	-	-	-
1807	-	88	90,3	-	-	-
1824-1825	88,4	87,2	89,6	-	-	-
1832	86,7	-	-	-	-	-
1837	96,8	89,5	86,8	82,2	85,3	85,2
1839	92,3	-	-	-	-	-
1840	96,9	91,9	90,3	81,6	86	86,5
1841	96,3	-	92,1	81,5	83,6	85,5
1844	-	93,1	91,9	-	-	-
1849	80	84,5	85,9	79,1	85	84,4
1855-1859	78,7	84,9	81,2	73,8	78,2	77,2
1860-1864	84,4	81,7	77,6	72,4	78,6	78
1865-1869	-	85,7	78,6	73,3	79,8	78,7
1870-1874	79,4	82,8	77,9	75,4	80,3	79,1
1875-1879	74,8	79,8	75,7	75,5	81,4	79,2
1880-1884	79,4	83,5	76,7	76,4	81,3	79,6
1885-1889	77,6	81,4	76,2	77,5	82,7	80,5
1890-1894	71,9	72	71,8	79,9	83,6	80,2
1895-1899	70	-	-	-	-	-
1900-1904	66,6	71,5	72,6	84,3	86,9	83,3
1905-1909	68,3	71,9	73,1	87,6	84,1	84

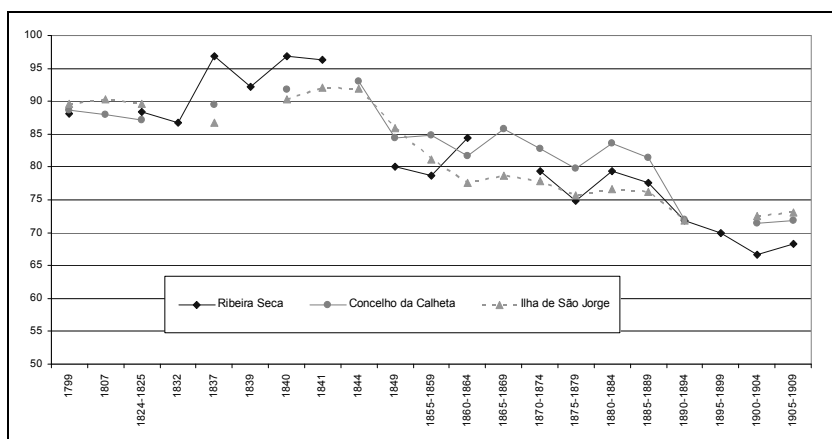
Não sendo nosso propósito fazer um comentário alargado à razão entre os sexos no antigo distrito de Angra destacamos, essencialmente, a constante inferioridade de homens verificada em todos os espaços em apreço. De um modo geral, existe um maior predomínio na primeira metade oitocentista - eventualmente mais destacada em São Jorge - tendência que se desvanece, sem excepção, a partir de 1849. Na segunda metade do século acentuava-se a heterogeneidade do conjunto mercê dos diversos ritmos de nivelamento sexual.

<sup>225</sup> R.M corresponde ao rácio homens/mulheres x 100.

As ilhas Terceira e Graciosa voltavam, moderadamente, a registar relações de masculinidade mais elevadas desde o quinquénio de 1870-1875 até 1910, situação contrária à ilha de São Jorge onde se assiste a uma contínua escassez de homens até ao final da observação.

As relações de masculinidade parecem corresponder a diferentes ciclos de expansão dos efectivos ou, pelo contrário, de emigração. Em São Jorge, a extraordinária saída de habitantes processada no último quartel de Oitocentos parece coadunar-se a um sistemático desajuste entre os sexos. Esta situação, também visível na ilha Graciosa, provocou menores efeitos na ilha Terceira, onde a relação de masculinidade registou valores mais elevados.

**Gráfico 3.6**  
**Evolução das relações de masculinidade na ilha de São Jorge, concelho da Calheta e freguesia da Ribeira Seca (1799-1909) %**



No universo jorgense sobressai, igualmente, o estrutural desajuste entre homens e mulheres, com particular relevo na segunda metade de Oitocentos. Na primeira metade do século, concretamente até 1844, as R.M. pautam-se por valores mais elevados, maioritariamente acima dos 90%. A evolução do indicador é bastante homogénea entre o concelho da Calheta e a ilha, não sucedendo o mesmo na freguesia de São Tiago. Com efeito, entre os anos de

1837 e 1841, esta paróquia continha uma percentagem média de 95%, valor extremamente elevado no conjunto estudado. Cremos que esta realidade não se fica a dever a deficiências documentais<sup>226</sup>, mas ao duplo efeito da pequenez do universo combinado com uma conjuntura de fraca emigração<sup>227</sup>. Recorde-se, pois, que as elevadas relações de masculinidade coincidem exactamente com uma fase de estagnação dos efectivos da Ribeira Seca, expressas no quadro 3.6.

O ano de 1849 marca, decisivamente, a inversão da série nos três conjuntos analisados. A partir dessa data as relações de masculinidade situam-se, até ao extremo da observação, abaixo dos 85%, mas esboçam-se profundas assimetrias. A partir do quinquénio de 1880-84, a freguesia da Ribeira Seca possui uma inadequação crónica da R.M. (79%), altura a partir da qual esse desajuste tende a agravar-se até ao final da observação, quando se atinge a proporção de apenas 68 para cada 100 mulheres. Na ilha de São Jorge o declínio da razão entre os sexos é bem mais linear até ao final do século. Na verdade, se na segunda metade da centúria a freguesia de São Tiago registou pontualmente valores elevados, designadamente em 1860-64, o comportamento do indicador na ilha manteve um comportamento contínuo de quebra. Esta evidência parece dever-se, mais uma vez, a diferentes ciclos de crescimento. Recorde-se que a ilha atingia uma certa inércia na década de 1870, o que se relacionará com um surto migratório mais precoce. Pelo contrário, a freguesia da Ribeira Seca possuindo um máximo de habitantes em 1886, só se confronta com um perda sistemática e acentuada de homens a partir do quinquénio 1885-89.

Como linhas essenciais da razão dos sexos na freguesia da Ribeira Seca, destacamos o seu constante desajuste ao longo de todo o período observado. Embora sejam frequentes as oscilações no indicador, sobressai a forte escassez de homens no último quartel de Oitocentos e princípios do século XIX.

---

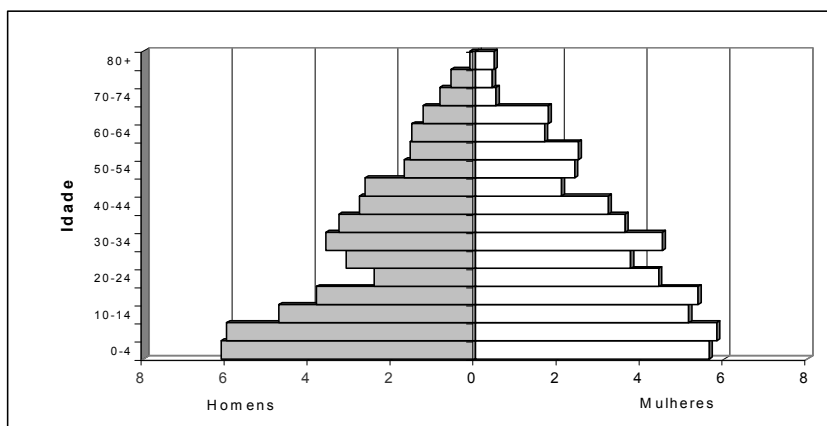
<sup>226</sup> Os valores da relação de masculinidade de 1832 e 1839 são fornecidos pelos róis de confissão. Esta fonte inclui, ainda, a parcela dos *menores de confissão*, pelo que se revela extremamente fidedigna para o apuramento deste indicador.

<sup>227</sup> As rápidas oscilações das R.M. neste período poderão combinar-se, igualmente, com uma maior emigração de mulheres e, eventualmente, a fenómenos de migração interna.

### 3.2.2 – As estruturas etárias

Através de alguns levantamentos populacionais, dos róis de confessados, mapas de ordenanças e dos censos de 1864, 1878 e 1900, é possível traçar-se com algum rigor a estrutura sexual e etária da freguesia e, sobretudo, as diversas fases evolutivas desde 1799 a 1900. As pirâmides etárias reflectem a ligação entre a estrutura populacional e as diversas variáveis, como sejam a fecundidade e os movimentos migratórios. Por outro lado, a representação das relações de masculinidade em todos os grupos etários favorece uma maior percepção das próprias relações globais entre os sexos.

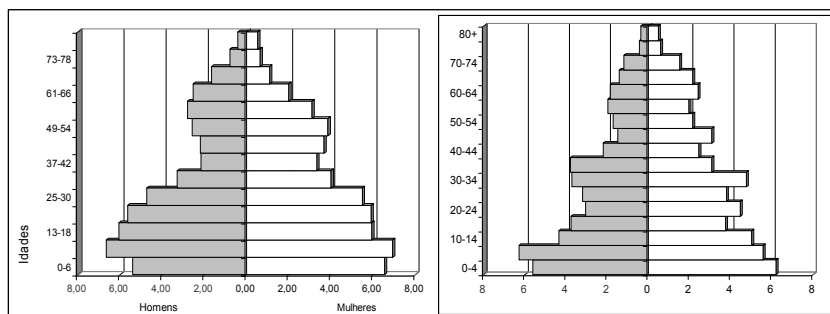
**Gráfico 3.7**  
**Pirâmide etária da freguesia da Ribeira Seca em 1799 (%)**



Em 1799, como nos restantes anos, encontramos uma base muito alargada (escalões 0-4 e 5-9), própria de uma sociedade com reduzido controle de fecundidade. A relação global de masculinidade aproxima-se dos 87%, evidenciando já algum desequilíbrio no que respeita aos grupos compreendidos entre os 15-19 anos. Esse desajuste é particularmente intenso no escalão etário superior, onde, para cada 100 mulheres estão presentes apenas 55 homens. Os fenómenos migratórios são assim visíveis e parece terem afectado intensamente as gerações masculinas nascidas nas décadas de 1770 e 1780; já a emigração

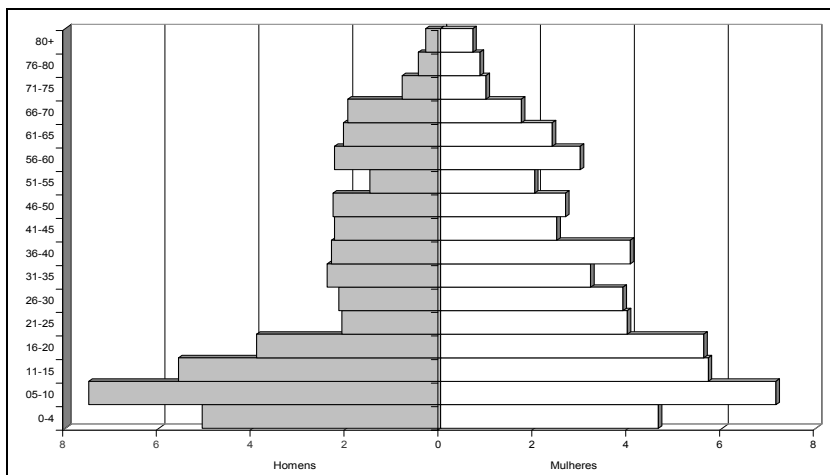
feminina, bastante mais suave, é indiciada pelo maior número de mulheres entre os 30-34 anos, relativamente ao montante do grupo anterior.

**Gráfico 3.8**  
**Pirâmides etárias da freguesia da Ribeira Seca em 1824 e 1832 (%)**



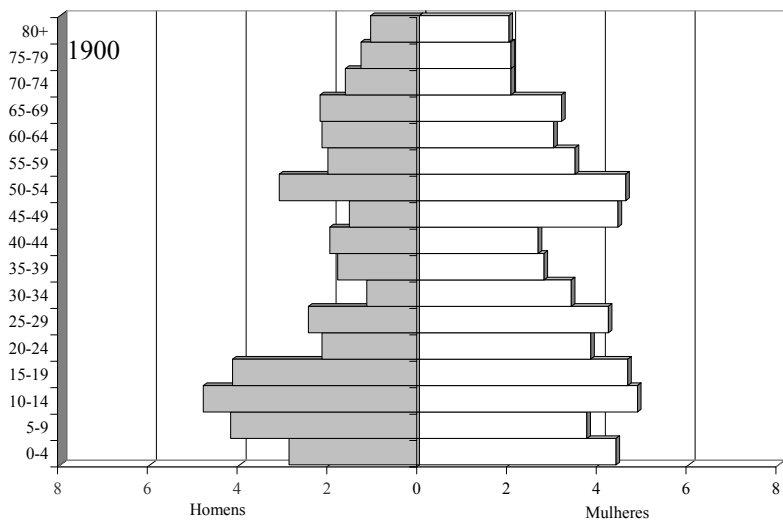
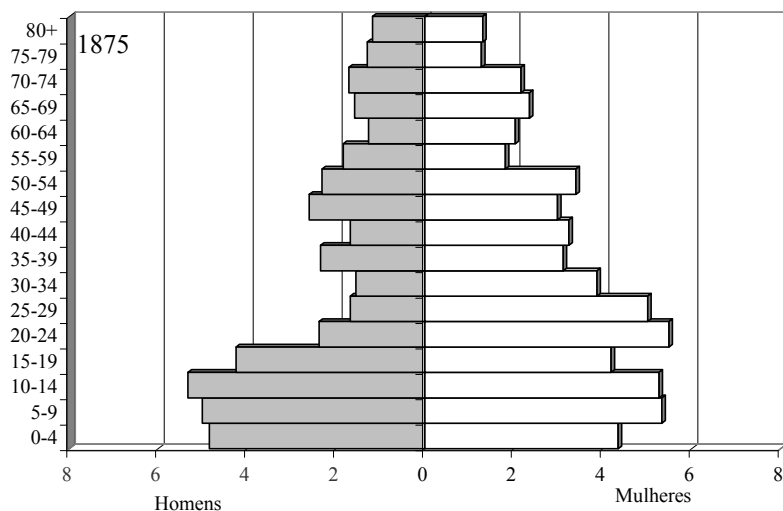
Já em 1824 e 1832 a estrutura da freguesia manifestava algumas alterações. Nestas datas ressalta o efeito do fenómeno migratório em ambos os sexos protagonizado pelas gerações nascidas em 1788-1793, bem como uma emigração masculina intensa nos indivíduos nascidos em 1776-1787. Porém, em 1832, os grupos etários activos situados entre os 20 e os 34 anos estão mais equilibrados do que em finais de Setecentos, ainda que as gerações masculinas das duas primeiras décadas de Oitocentos tenham mostrado alguma propensão a emigrar.

**Gráfico 3.9**  
**Pirâmide etária da freguesia da Ribeira Seca em 1864 (%)**



No decurso da segunda metade de Oitocentos acentua-se de forma muito particular o desajuste entre os sexos. Com efeito, nos 32 anos entre 1832 e 1864, a relação de masculinidade global reduzia-se de 87% para 82%, respectivamente. As marcas dos fenómenos migratórios são agora bem evidentes e expressam-se pela rápida redução de efectivos com mais de 20 anos. Por outro lado, a pirâmide de 1864 já traduz de modo inequívoco a saída continuada de homens. Esta marca expressa-se por um défice de activos masculinos em todos os grupos situados entre 16 e 45 anos, particularmente nos homens com menos de 30 anos.

**Gráfico 3.10**  
**Pirâmides etárias da freguesia da Ribeira Seca em 1875 e 1900 (%)**



As grandes linhas de força da estrutura populacional na segunda metade Oitocentista já se encontravam expressas em 1864. Assim, as pirâmides etárias de 1875 e 1900 vêm confirmar o contínuo envelhecimento da população motivado pela redução da fecundidade, intensidade migratória e, quiçá, por um ligeiro aumento da esperança de vida à nascença. Se em 1864 a base permanece alargada, processou-se uma emigração muito intensa originada por um saldo fisiológico inoportável para a freguesia. As gerações masculinas nascidas entre 1840 e 1850 seriam muito afectadas, isto é, os efectivos compreendidos entre 25 e os 34 anos e propensos ao matrimónio, gerando um número assaz reduzido de homens (38 homens para cada 100 mulheres). Mas o *deficit* masculino, mais intenso nos grupos referidos, alastrava-se a quase todas as restantes idades, traduzindo a marca contínua da sangria de gentes.

A relação global de masculinidade reduzia-se, pois, de 75% em 1875 para apenas 69% em 1900. Aliás, neste ano em cada 100 mulheres compreendidas entre os 25-29 existiam 34 homens. A pirâmide de 1900 abandonava a forma regular, expressando um claro envelhecimento dos habitantes, enquanto a camada jovem representava apenas 25% da população e os idosos 21%. Por consequência, o índice de vitalidade aproxima-se da igualdade entre jovens e idosos.

### 3.2.3 – As medidas de estrutura

Para o efeito da análise da evolução da estrutura dos efectivos torna-se útil recorrer aos «grandes grupos etários» de forma a vislumbrar-se de forma sintética as principais alterações decorridas na população. A partir destes dados constroem-se os «índices-resumo», ou seja, rácios entre os diversos grupos etários, que nos permitem verificar a evolução de determinadas premissas, como seja a relação entre idosos e activos. Do ponto de vista demográfico ainda não existe consenso relativamente à caracterização dos grupos etários, independentemente do período histórico em análise. Esta realidade é extensível



ao arquipélago dos Açores, onde Gilberta Rocha e Artur Madeira consideram os grupos 0-19, 20-60 e 60+, enquanto Maria Norberta Amorim e Hermínia Mesquita utilizam os escalões 0-14, 15-64 e 65+. Para a freguesia da Ribeira Seca adoptamos os grupos 0-14, 15-59 e 60+ por os considerarmos consentâneos com a realidade sócio-demográfica freguesia.

**Quadro 3.7**  
**Grandes grupos etários e índices resumo na freguesia da Ribeira Seca**  
**(1799-1900)**

<b>Grupos etários e índices-resumo (%)</b>	<b>1799</b>	<b>1832</b>	<b>1849</b>	<b>1875</b>	<b>1900</b>
Percentagem de jovens (0-14)	33,6	36,2	33,7	31,1	24,9
Percentagem de população activa (15-59)	57,2	53,2	54,5	53,1	55,1
Percentagem de idosos (60+)	9,2	10,7	11,8	15,9	20,0
Índice de vitalidade (Idosos/Jovens)	27,2	26,9	34,9	51,3	82,9
Índice de dependência total (J+I/Pop. activa)	74,7	88,2	83,4	88,3	83,6

Ao longo do século XIX a estrutura populacional manteve-se na sua essência jovem e com uma população activa maioritária. Se estas realidades transcorrem todo o período, ocorreu uma evolução progressiva em determinados sectores. De facto, as pirâmides etárias confirmam, ao longo de Oitocentos, uma contínua diminuição no número de jovens (0-14), enquanto o conjunto de idosos (60+) assumia consideráveis proporções.

Entre 1799 e 1832 não registamos diferenças marcantes: os jovens representam cerca de um terço dos efectivos e os idosos cerca de 10%. A população activa registou uma ligeira diminuição e, consequentemente, o *índice de dependência total* (I.D.T.) subiu de 75% em 1799 para 88% em 1832. De facto, o I.D.T. mostra-se sempre inferior a 100 traduzindo um ajuste da mão-de-obra ao número de dependentes, apenas registando oscilação digna de nota entre 1799 e 1832. A partir desse ano existiam, em média, cerca de 87 dependentes para 100 activos, mostrando que o fenómeno migratório afectou a estrutura populacional, que foi mantendo alguma vitalidade graças aos níveis de fecundidade.

Embora o I.D.T. se mantenha quase constante, o efeito combinado do envelhecimento na base e no topo revela-se cada vez mais intenso a partir de 1832. Nesta data, existem 11% de idosos e, no final da centúria, 21%. Inversamente os jovens representavam 36% na primeira data e, em 1900, somente 25%. Assim se percebe que este indicador se mantenha praticamente constante, conquanto o índice de vitalidade sofra um acréscimo significativo. De facto, em 1832 por cada 100 residentes jovens existiam 27 idosos. Já em 1900, o mesmo conjunto de jovens suportava 83 idosos.

**Quadro 3.8**  
**Grupos funcionais na ilha de São Jorge e arquipélago (1799-1900).**  
**Comparativo<sup>228</sup>**

Grupos	Zona	1799	1827	1849	Grupo	Zona	1864	1878	1890	1900
Jovens (0-14)	São Jorge	32,8	32,9	34,1	Jovens (0-19)	R. Seca	45,2	38,6	39,6	35,0
	Distrito de Angra	-	-	35,1		São Jorge	43,5	40,7	38,9	36,9
Activos (15-59)	São Jorge	57,6	56,2	55,8		Activos (20-59)	Açores	44,9	42,5	40,5
	Distrito de Angra	-	-	54,2	R. Seca		42,5	45,4	43,4	45,2
Idosos (60+)	São Jorge	9,6	10,9	10,1	São Jorge		45,3	46,0	45,6	44,6
	Distrito de Angra	-	-	10,7	Açores		45,8	47,6	46,2	45,4
Dados relativos ao concelho da Calheta					Idosos (60+)		R. Seca	12,3	16,0	17,0
						São Jorge	11,2	13,1	15,5	18,8
						Açores	9,3	9,9	13,4	13,1

A diminuição continuada da camada jovem e o progressivo envelhecimento dos residentes da paróquia encontra paralelo no seio da ilha de São Jorge. Com efeito, os levantamentos populacionais de 1799 e 1849 revelam a forte similitude dos grupos funcionais. Note-se que a aproximação dos valores

<sup>228</sup> Os valores para a ilha de São Jorge relativos a 1799 e 1827 foram retirados dos nossos estudos «A População da Ilha de São Jorge [...]», p. 561 e «Gentes da Ilha de São Jorge [...]», p. 200, respectivamente. Para o ano de 1849, veja-se, Gilberta Rocha e Vítor Rodrigues, «A População dos Açores [...]», p. 351 e 374 (quadro 20). Para os grupos funcionais da ilha de São Jorge na segunda metade do século consulte-se o estudo de Vítor Rodrigues, *já cit.*, p. 139. Para a freguesia da Ribeira Seca utilizámos os censos de 1864 e 1878, enquanto o valor de 1900 foi calculado através do rol de confessados.

em todos os grupos etários se faz sentir com particular incidência no grupo dos idosos, rondando os 10% na primeira metade de Oitocentos. Comparativamente ao antigo distrito de Angra em 1849, novamente salientamos a grande proximidade dos indicadores, tanto da freguesia como a ilha<sup>229</sup>.

Para a segunda metade do século o quadro 3.8 inclui os grupos funcionais para a freguesia e ilha construídos a partir de outros escalões etários, de forma a viabilizar-se uma comparação com outros estudos demográficos. Os jovens agregam agora as idades compreendidas entre 0 e 19 anos, enquanto os activos abarcam os efectivos entre 20 a 59 anos. Com base neste diferente escalonamento continuamos a salientar a sintonia entre a Ribeira Seca e a ilha de São Jorge. Os efeitos da emigração diferencial traduziam-se numa redução contínua e efectiva do número de jovens (0-19) que representam, na segunda metade da centúria, cerca de um terço da população em ambas as zonas. Ao invés, a população idosa tornava-se cada vez mais frequente, aproximando-se, em 1900, dos 20% na paróquia e ilha.

As profundas alterações na estrutura etária fizeram-se, pois, sentir no último quartel de Oitocentos, mau grado a falta de dados conhecidos para o período compreendido entre 1849 e 1864. Ao longo destes anos a sociedade jorgense experimentava uma rápida redução da sua vitalidade, facto detectável pela evolução do número de idosos: em 1878 representavam perto de 15% dos efectivos, mas na viragem para o século XX a sua representatividade aproximava-se dos 20%. Ora, se considerarmos que este grupo não atingia os 10% no início de Oitocentos, observa-se claramente o processo de envelhecimento da sociedade jorgense.

No seio do arquipélago açoriano evidenciamos, igualmente, uma redução da importância relativa de jovens e aumento de idosos ao longo da segunda metade de Oitocentos. Essa redução na base e aumento no topo sentia-

---

<sup>229</sup> No concelho da Calheta o índice de vitalidade era de 34,1% e o de dependência total 82,8%. A nível do distrito o I.V. era de 31,8% enquanto o I.D.T. atingia os 84%. Cf. Gilberta Rocha e Vitor Rodrigues, art. cit., p. 351 e 374 (quadro 20).

se, pois, de forma bem mais intensa na ilha de São Jorge e Ribeira Seca, à semelhança da realidade do Pico<sup>230</sup>. Ambas revelavam os efeitos de uma forte sangria de gentes, pelo que eram as ilhas mais envelhecidas do arquipélago<sup>231</sup>.

### 3.2.4 - A estrutura civil

**Quadro 3.9**  
**Repartição civil dos efectivos da Ribeira Seca**  
**(1799, 1824, 1832, 1864, 1875, 1884, 1900)<sup>232</sup>**

Ano	Homens				Mulheres				Total		
	S	C	V	Total	S	C	V	Total	S	C	V
1799	29,6	15,0	2,2	46,8	33,7	15,1	4,4	53,2	63,3	30,1	6,6
1824	29,9	15,0	2,0	46,9	35,0	15,0	3,0	53,1	64,9	30,0	5,1
1832	30,5	14,5	1,7	46,6	34,6	14,4	4,4	53,4	65,0	28,9	6,1
1864	29,2	15,1	0,9	45,2	35,5	15,5	3,8	54,8	64,7	30,6	4,7
1875	26,8	14,5	1,8	43,2	36,9	15,4	4,6	56,8	63,7	29,9	6,4
1884	27,2	13,5	1,9	42,5	37,8	15,0	4,7	57,5	65,0	28,4	6,6
1900	24,7	15,0	1,5	41,2	38,0	15,7	5,1	58,8	62,7	30,7	6,6

Atendendo-se à distribuição geral dos estados civis entre os sexos observa-se uma percentagem relativamente homogénea na distribuição ao longo dos anos. Numa sociedade marcada por um matrimónio tardio, afigura-se normal a preponderância de solteiros (c. 64%), a reduzida percentagem de casados (c. 30%) e a moderada presença de viúvos (c. 6%), ainda que esta última se afigure bastante discrepante entre os sexos.

<sup>230</sup> Veja-se a este propósito o artigo de Gilberta Rocha, «Os Açores na viragem do século (1860-1930). Características da sua evolução demográfica» in *Actas II do Colóquio Internacional de História da Madeira*, Lisboa, CNCDP, 1990, pp. 853-854. Na ilha do Pico o envelhecimento da população de três paróquias do Sul - São Mateus, São Caetano e São João - é, igualmente, constante e acelerado na segunda metade do século. A autora deste estudo concluiria tratar-se de «um envelhecimento impressionante que a emigração precoce e principalmente o afastamento da população em idade de procriar justificam mais fortemente do que as incipientes práticas de controlo da natalidade verificadas no final do século». Cf. *Evolução Demográfica de três Paróquias [...]*, p. 267. Esta realidade não era, porém, homogénea em toda a ilha. De facto, Herminia Mesquita, estudando a paróquia da Criação Velha, igualmente da vertente Sul, detectava uma perda de vitalidade só no século XX. Cf. *Evolução Demográfica na Criação Velha [...]*, p. 151.

<sup>231</sup> Paulo Silveira e Sousa, *Território e Poder [...]*, p. 116.

<sup>232</sup> Os resultados obtidos resultam da divisão do quantitativo do estado civil de cada sexo pelo total da população em cada ano. Os valores relativos a 1824 provêm dos mapas das companhias de ordenanças da jurisdição da Calheta, sendo seleccionadas as três primeiras companhias. (vide capítulo 1).

Numa visão circunscrita à distribuição civil consoante o sexo destaca-se a progressiva redução do número de solteiros - 29,6 e 24,7% em 1799 e 1900, respectivamente - e o comportamento inverso no sexo feminino: 33,7 e 38% em idênticas observações. Paralelamente, a evolução de viúvos regista, excepção feita a 1864, um comportamento oposto ao dos solteiros. De facto, no decurso do século XIX decresce o número de viúvos (2,2 e 1,5% em 1799 e 1900, respectivamente), enquanto as viúvas tendem a aumentar ligeiramente (4,4% em 1799 e 5,1% em 1900). Por último, a população casada não sofre oscilações significativas e tende a repartir-se razoavelmente consoante o sexo. Apesar desta aparente proporcionalidade vislumbra-se um crescente excedente de mulheres casadas face ao sexo oposto, comportamento normal graças aos fenómenos migratórios.

**Quadro 3.10**  
**Números absolutos de efectivos casados na freguesia da Ribeira Seca**

Ano	Homens	Mulheres	Saldo Masculino
1799	332	335	-3
1824	396	397	-1
1832	395	393	2
1864	496	507	-11
1875	463	489	-26
1884	417	463	-46
1900	438	461	-23

Face ao quadro anterior resulta claro o crescente excedente de mulheres casadas, o que de certa forma se afigura como indicador paralelo dos efeitos migratórios. Se nos primeiros três decénios o nivelamento entre sexos se aproxima apreciavelmente, tende a agravar-se entre 1864 e 1884. Esta constatação reflecte, naturalmente, o número de famílias de cujo chefe se ausentara, atingindo-se perto da meia centena em 1884. No final da observação, em 1900, o excedente feminino baixava, fruto de uma saída mais equitativa entre os sexos que oportunamente comentaremos. Sintetizando, a mutação mais marcante na estruturação civil dos efectivos traduz-se no progressivo aumento de mulheres viúvas e solteiras comparativamente ao sexo oposto.

As proporcionalidades globais consoante os sexos não podem fazer esquecer as profundas clivagens sentidas no seio de determinados grupos etários específicos da população. Assume relevância o comportamento dos grupos situados entre os 20 e os 39 anos, mais atreitos à nupcialidade. Neste sector, a progressiva inferioridade de solteiras adquire pleno sentido no propósito de enquadrar, com maior acuidade, a complexa problemática da ilegitimidade.

**Quadro 3.11**  
**Relação de masculinidade dos solteiros da freguesia da Ribeira Seca compreendidos entre os 20-39 anos (1799-1900)<sup>233</sup>**

Ano/Grupos	20-24	25-29	30-34	35-39	20-39
1799	71,1	108,5	49,1	104,2	77,5
1832	75,5	90,1	60,5	97,3	78,1
1864	50,4	48,5	95	39,5	54,2
1875	41,8	31,5	30,1	54,9	38,1
1884	47,7	52,6	23,8	36,4	39,5
1900	54,4	53,8	33,3	49,1	48,9

De acordo com o quadro 3.11 o sector feminino solteiro situado entre os 20 e os 39 anos torna-se significativamente inferior ao conjunto de homens no decurso do século XIX. Nos primeiros decénios de Oitocentos existiam em média 78 mulheres para cada 100 homens, mas em 1864, o rácio descia para os 54%, situando-se nos 39% nos anos de 1875 e 1884. Na viragem do século, 1900, a maior emigração feminina fazia aumentar a razão (c. 49%) que, mesmo assim, figurava anormalmente reduzida.

De um modo mais particular as baixas relações de masculinidade da população feminina solteira incidiram sobre todos os escalões etários considerados. Em geral, a baixa do conjunto foi acompanhada pela inferioridade feminina nos sub-grupos estudados, com particular relevância para o escalão 30-34 que, à ressalva de 1864, registou níveis muito baixos: 24 e 34% em 1884 e 1900, respectivamente.

<sup>233</sup> Os dados relativos a 1864, por serem retirados do censo da população (*População. Censo no 1º de Janeiro de 1864*), arrolam os efectivos em causa nos escalões de 21-25, 26-30, 31-35 e 36-40. Por essa razão os valores obtidos para esse ano vão destacados. Todavia, esta alteração não compromete globalmente os resultados da análise.

### 3.3 - A variável sociológica: a nupcialidade e o mercado matrimonial

Nas sociedades pré-industriais, cujos mecanismos demográficos tomam a designação de *sistema demográfico de Antigo Regime*, é comumente aceite existirem duas regras essenciais: a inexistência de relações fora do casamento e a neo-localidade dos fogos, ou seja, ao matrimónio sucede-se a fundação de um novo lar<sup>234</sup>. Por esta razão a taxa bruta de nupcialidade (T.B.Nup.) relaciona-se directamente com o número de nascimentos, uma vez que, supostamente, no sistema demográfico de Antigo Regime rareia o nascimento ilegítimo. Neste sentido, a *idade média ao primeiro casamento* constitui uma variável pertencente à natalidade, por condicionar directamente a evolução dos baptismos, o que leva E. A. Wrigley a designá-la pela «variável mais importante no estudo das sociedades pré-industriais»<sup>235</sup>.

---

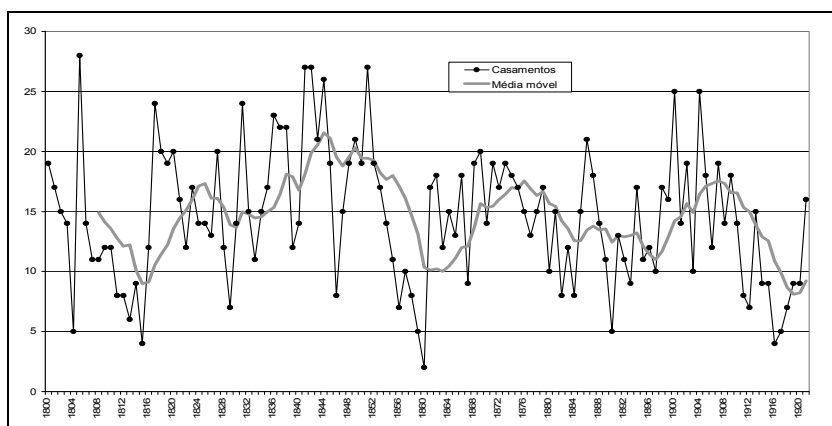
<sup>234</sup> Cf. Joaquim Manuel Nazareth e Fernando de Sousa (colab. de Maria Luís R. Pinto), *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, n.º 4 - *A Demografia Portuguesa em Finais do Antigo Regime – aspectos sociodemográficos de Coruche*, Lisboa, Sá da Costa, 1983, pp. 5-12.

<sup>235</sup> E.A. Wrigley, «Family Reconstitution», *An Introduction to English Historical Demography*, Londres, 1966, p. 150.

### 3.3.1 – Os indicadores de volume e intensidade nupcial

**Gráfico 3.11**

**Movimento anual e média móvel de casamentos na freguesia da Ribeira Seca (1800-1921)**



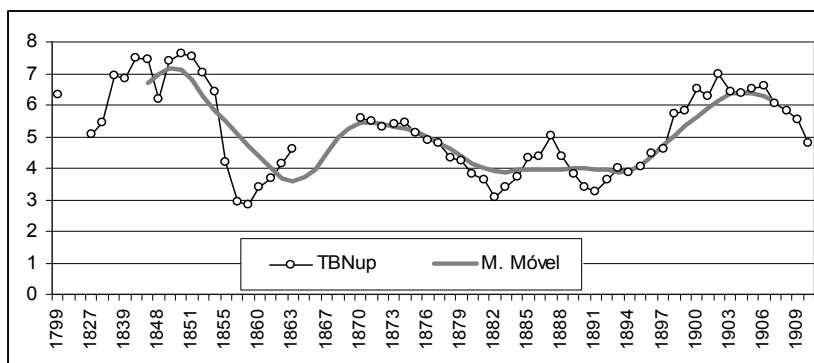
Ao longo da série de 121 anos expressa no gráfico 3.11, o número de matrimónios registou diversas tendências evolutivas, designadamente um importante incremento entre os anos de 1816 e 1844 seguido por uma forte retracção entre 1844 e 1863. Semelhante ciclo era originado a partir de 1863, novamente com uma subida apreciável de matrimónios, interrompida em 1876, quando se processa uma contínua quebra no movimento de casamentos. No último quartel Oitocentista deparamos com uma descida do ritmo (1876-1898), secundada, de novo, por uma inusitada e rápida ascensão da nupcialidade (1898-1908).

De modo a enquadrar de forma mais eficaz a intensidade matrimonial, isto é, fazendo a relação entre os matrimónios e os totais populacionais, obtemos as taxas brutas de nupcialidade (T.B.Nup.), indicadas no gráfico seguinte. De qualquer modo, é necessário insistir no carácter rudimentar desta variável na medida em que esta relaciona todos os casamentos com a população média. Para efeitos de uma análise mais incisiva, seria ideal considerar apenas os casamentos



em primeiras núpcias com a *população casável* (> 15 anos), mas tal não se afigura viável na medida em que este indicador apenas seria pertinente perante dados comparativos.

**Gráfico 3.12**  
**Evolução das taxas brutas de nupcialidade na freguesia da Ribeira Seca e média móvel de 9 anos (1799-1911) ‰<sup>236</sup>**



As flutuações da T.B.Nup. foram, como referimos, sistemáticas, ao longo do período analisado. De qualquer modo sobressai, para os parâmetros normais da freguesia, uma forte matrimonialidade entre 1837 e 1853 com taxas na ordem dos 6 a 7,6‰, situação que apenas se repetiria em finais do século (1898-1907). É, ainda, de assinalar uma forte quebra da nupcialidade em toda a década de 1870 e princípios da seguinte (1870-1882), sobretudo por processar-se de forma sistemática e duradoura.

<sup>236</sup> As T.B.Nup. foram calculadas com base nos cinco anos envolventes de cada numeramento. A média móvel de 9 anos efectuou-se a partir da T.B.Nup. efectiva de cada ano.

**Quadro 3.12**  
**Evolução das T.B.Nup. na freguesia da Ribeira Seca e distrito de Angra do**  
**Heroísmo (1799-1911)<sup>237</sup>**

Ano/Período	Ribeira Seca	Concelho da Calheta	Ilha de São Jorge	Ilha Graciosa	Ilha Terceira	Distrito
1799	6,3	3,8	8,7	5,6	-	n.a.
1807	-	9,3	6,2	-	-	n.a.
1827	5,0	-	5,3	-	-	n.a.
1832	5,5	-	-	-	-	n.a.
1835-1839	6,9	6,4	6,0	6,1	7,5	6,9
1840-1849	7,1	7,8	6,4	5,1	6,0	5,9
1850-1854	6,9	5,6	5,4	5,3	6,3	5,9
1855-1859	3,3	3,9	3,7	4,5	5,5	4,9
1860-1864	4,0	4,6	4,1	5,4	4,9	4,8
1865-1869	-	4,3	4,3	5,6	6,3	5,7
1870-1874	5,4	5,0	5,0	6,8	7,1	6,6
1875-1879	4,7	5,2	5,6	6,6	7,9	7,1
1880-1884	3,5	4,6	4,3	5,7	6,8	6,1
1885-1889	4,4	4,5	4,9	7,1	7,0	6,5
1890-1894	3,6	4,5	4,4	5,6	7,2	6,4
1895-1899	4,9	-	-	-	-	6,2
1900	6,5	-	5,5	5,5	6,9	6,8
1911	4,8	4,0	4,4	7,2	6,2	6,2

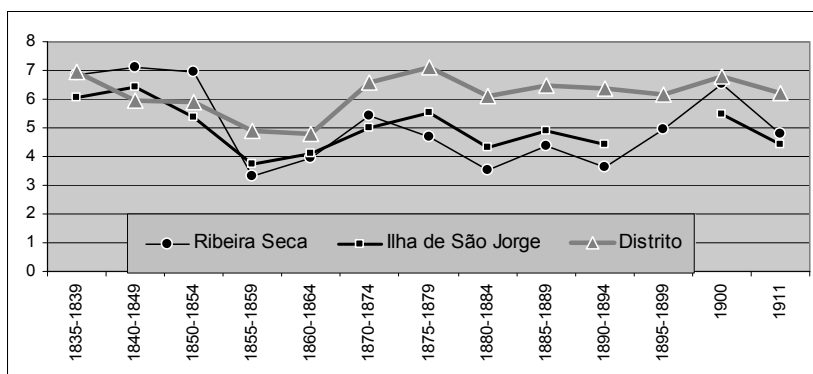
De acordo com o quadro 3.12 ressalta a fraca intensidade do casamento na freguesia em confronto com os valores disponíveis para o distrito. É certo que

<sup>237</sup> Cf. as fontes indicadas no capítulo 1 (quadro 1.4). Para os valores da ilha Graciosa em 1799 veja-se B.P.A.A.H., *Capitania-geral*, População, maço 6 (docs. avulsos). Para 1835-1895 utilizámos sempre os valores das estatísticas civis com os totais populacionais corrigidos, excepto para a paróquia da Ribeira Seca onde o número anual de casamentos provém da reconstituição da paróquia. Os valores das ilhas de São Jorge e Graciosa para 1900 e 1911 foram retirados de Gilberto Rocha, *Dinâmica Populacional dos Açores no Século XX [...]*, págs. 185 e 187. Os totais distritais de 1900 e 1911 foram obtidos por meio dos respectivos censos da população utilizando-se as estatísticas demográficas dos cinco anos envolventes (*Tabelas do Movimento Fisiológico da População de Portugal [...]* e *Anuario Estatístico de Portugal. 1900*). A T.B.Nup. do concelho da Calheta para 1911 calculou-se através do censo da população e da média dos casamentos em 1911-1912 (cf. *Movimento da população (resumo) - anos de 1907 a 1911 e anos de 1908 a 1912*), por não dispormos de valores concelhios entre 1895 e 1910. Todas as fontes e metodologia descritas para a obtenção das T.B.Nup. serviram de base para a elaboração dos restantes quadros comparativos (natalidade, percentagem de ilegitimidade e mortalidade), salvo indicação em contrário.

na primeira metade Oitocentista os valores da T.B.Nup. da Ribeira Seca são elevados, até em confronto com a ilha. Todavia, convém alertar para a inexistência de elementos para o primeiro quartel Oitocentista, o que impossibilita uma leitura rigorosa desta variável.

Da análise do gráfico 3.13, que compara a evolução das T.B.Nup. da freguesia com a ilha de São Jorge e distrito de Angra, apercebemo-nos que a oscilação da nupcialidade foi quase semelhante nas três unidades. Com efeito até ao quinquénio de 1850-54 todas as áreas apresentavam indicadores algo elevados, invertendo-se bruscamente a tendência em 1855-59. Mais tarde, em 1875-79, atingia-se o pico da nupcialidade na Terceira e São Jorge, subida que se verificaria de novo em finais do século XIX.

**Gráfico 3.13**  
**Evolução da T.B.Nup. na freguesia da Ribeira Seca, ilha de São Jorge e distrito de Angra do Heroísmo (1835-1911) ‰**



Simultaneamente é importante destacar a significativa distância da nupcialidade entre os diversos espaços. No distrito de Angra, a ilha Terceira atingia uma média de 6,6‰, a Graciosa 5,9‰ e, São Jorge 5‰, tal como a Calheta e Ribeira Seca. Na ilha do Pico, com fortes afinidades relativamente a São Jorge, designadamente o seu carácter rural e periférico encontramos, no essencial, uma nupcialidade algo semelhante à da Ribeira Seca. No Sul desta ilha

as paróquias contíguas de São Mateus, São Caetano e São João, estudadas por Maria Norberta Amorim, apresentavam uma taxa na ordem dos 4,9‰ entre os decénios de 1830 e 1900<sup>238</sup>. No entanto, outra freguesia situada a Sudoeste, a Criação Velha, pautava-se por uma matrimonialidade elevada, com cerca de 15,3 casamentos por cada mil habitantes no período de 1820-1900<sup>239</sup>.

A dimensão do indicador nupcial da freguesia clarifica-se comparativamente ao Continente no decurso do século XIX, onde o quantitativo global de casamentos rondava os 6 a 8‰. Em 1815-1819 a média de nupcialidade situava-se nos 7,4‰, oscilando entre os 5,5 na comarca de Guimarães e 11,2‰ na de Avis<sup>240</sup>. Entre 1838 e 1850, a taxa atingia 6,9‰, com um mínimo de 5,9‰ em Braga, e um máximo de 9,5‰ em Faro<sup>241</sup>. Já em 1900 a frequência de casamentos de todo o país manifestava uma pernilagem de 6,8‰, tendendo a esbater-se a dicotomia entre um Norte Litoral de fraca nupcialidade e um Sul de forte intensidade<sup>242</sup>.

Perante os dados apresentados é seguro insistir-se na reduzida intensidade do casamento da freguesia de São Tiago, atendendo à média de todo o século (c. 5‰). Essa exiguidade, já de si patente no seio distrital, designadamente na ilha Terceira, circunscrevia-se de forma mais aguda na ilha de São Jorge e, naturalmente em concelhos periféricos, como o da Calheta.

---

<sup>238</sup> *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico [...]*, p. 268 (quadro 85).

<sup>239</sup> Maria Hermínia Mesquita, *Evolução Demográfica na Criação Velha. [...]*, p. 153 (quadro 80).

<sup>240</sup> Cf. Adrien Balbi, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et D'Algarve Comparé Aux Autres États de L'Europe [...]*, Paris, Chez Rey et Gravier Libraries, 1822, pp. 208-210.

<sup>241</sup> Média obtida com base nos seguintes numeramentos: 1838 – «Notices Statistiques», *Almanach de Gotha [...]* pour l' année 1842, p. 403; 1841 – «População e seu movimento» in *Fontes de Demografia Portuguesa [...]*, p. 141 e 1850 – «Estatística de Portugal. Reino, Ilhas e Possessões», *Almanaque de Portugal*, 1855, pp. 46-47. Tendo por base apenas o ano de 1850, data para a qual existem valores para as ilhas, a T.B.Nup. do arquipélago rondava os 6‰, enquanto a média nacional ascidia a 7‰. Relativamente à nupcialidade por distritos no arquipélago açoriano, seria de 7,32‰ em Ponta Delgada, 5,62‰ em Angra do Heroísmo e, apenas 4,42‰ na Horta. Parece, pois, existir uma clara diferença entre o distrito de Ponta Delgada, com uma elevada média no contexto nacional e os restantes distritos açorianos. Já em 1813 a ilha de São Miguel registava uma T.B.Nup. muito elevada: 16,3‰. Cf. Artur Teodoro de Matos, «Achegas para a História Económica e Social de São Miguel», *Arquipélago. Revista do Instituto Universitário dos Açores*, série Ciências Humanas, n° 1, Janeiro de 1979, p. 165.

<sup>242</sup> Cf. Mário Leston Bandeira, *Demografia e Modernidade [...]*, p. 267 (quadro VI.1).

### 3.3.2. – As idades médias ao primeiro casamento

Com base nos valores das taxas brutas de nupcialidade da Ribeira Seca são compreensíveis as elevadas idades médias ao primeiro casamento, um dos indicadores mais pertinentes da análise demográfica. Pelo quadro 3.13 esta situou-se sempre acima dos 29,6 anos para os homens e 27,8 para o sexo oposto, chegando a atingir os 35 e 32,6 respectivamente.

**Quadro 3.13**  
**Idades médias ao primeiro casamento na freguesia da Ribeira Seca**  
**(1800-1909)**

<b>Período</b>	<b>Obs.</b>	<b>Homens</b>	<b>Obs.</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Global</b>
1800-1809	99	30,5	94	27,9	29,2
1810-1819	84	30,8	94	29,3	30,1
1820-1829	110	29,6	124	27,8	28,7
1830-1839	146	29,8	157	27,4	28,6
1840-1849	144	30,4	171	27,9	29,1
1850-1859	111	30,9	121	28,9	29,9
1860-1869	118	33,3	133	30,7	32
1870-1879	144	32	160	30,3	31,2
1880-1889	113	34,8	127	30,4	32,6
1890-1899	110	31,3	118	29,2	30,3
1900-1909	156	34,9	163	28,9	31,9

**Gráfico 3.14**  
**Idades médias ao primeiro casamento na freguesia da Ribeira Seca (1800-1910)<sup>243</sup>**



Tratando-se de idades médias indiscutivelmente elevadas, houve claramente uma evolução no indicador. Nas duas primeiras décadas do século o acesso ao casamento efectuava-se aos 30,4 anos para os homens e 28,6 para as mulheres, idades que diminuirão na década de 1820 para ascenderem progressivamente até aos anos 60. A partir desta década a tendência agrava-se substancialmente, pelo que o casamento era, em média, concretizado aos 32 anos, panorama pouco modificado até ao fim da observação.

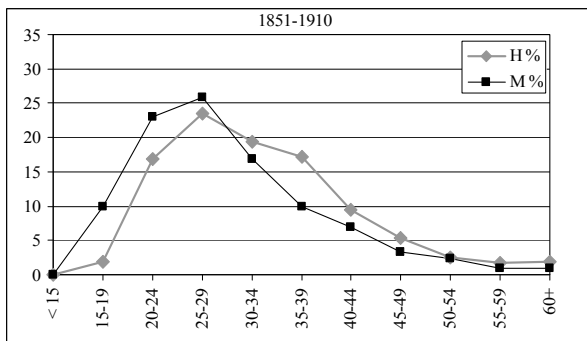
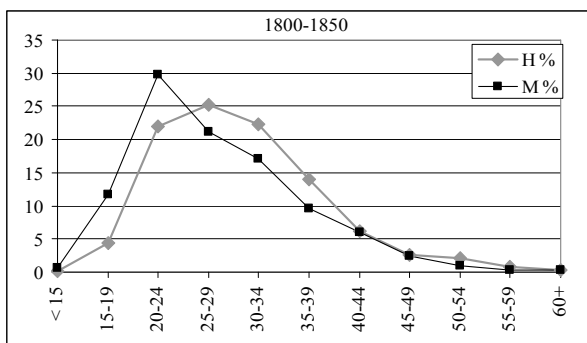
Se considerarmos a idade média ao primeiro casamento distribuída por escalões etários poderá observar-se, com maior clareza, as classes modais mais representativas do primeiro matrimónio nos períodos compreendidos entre 1800-1850 e 1851-1910, na medida em que esta é distorcida em função de vários matrimónios celebrados em idades avançadas.

<sup>243</sup> Valores obtidos com base na reconstituição da paróquia. Foram considerados todos os casamentos celebrados na Ribeira Seca, independentemente da naturalidade do nubente.

**Quadro 3.14**  
**Idades médias ao primeiro casamento segundo escalões etários**  
**(1800-1850, 1851-1910)**

	1800-1850				1851-1910			
Grupos	Homens	H %	Mulheres	M %	Homens	H %	Mulheres	M %
< 15	1	0,2	4	0,6	0	0	0	0
15-19	26	4,4	76	11,7	14	1,9	81	9,9
20-24	131	22,0	193	29,8	126	16,9	188	23,0
25-29	150	25,2	137	21,1	175	23,5	211	25,8
30-34	133	22,3	111	17,1	145	19,5	138	16,9
35-39	83	13,9	62	9,6	128	17,2	81	9,9
40-44	37	6,2	39	6,0	71	9,5	57	7,0
45-49	16	2,7	16	2,5	40	5,4	27	3,3
50-54	13	2,2	6	0,9	19	2,6	19	2,3
55-59	5	0,8	2	0,3	13	1,7	8	1
60 +	2	0,3	2	0,3	14	1,9	8	1
<b>TOTAL</b>	<b>596</b>	<b>100</b>	<b>648</b>	<b>100</b>	<b>745</b>	<b>100</b>	<b>818</b>	<b>100</b>

**Gráfico 3.15**  
**Idades médias ao primeiro casamento segundo escalões etários**  
**(1800-1850, 1851-1910)**



Na primeira metade Oitocentista as três classes mais expressivas situam-se entre os 20 e os 34 anos para ambos os sexos. No entanto, a frequência modal masculina corresponde ao grupo 25-29 com 25% do total dos primeiros casamentos, enquanto a feminina equivale aos efectivos de 20-24 anos, com cerca de 30%. No segundo período delineado o grupo modal masculino mantém-se embora as principais classes compreendam agora os 25-39 anos, o que vem a confirmar o acesso mais tardio ao casamento. No caso das mulheres verificamos a manutenção das principais classes, se bem que a idade modal se situe agora nos 25-29 anos.

Restringindo-se a análise da idade média ao primeiro casamento aos diversos grupos sociais, designadamente aos lavradores, camponeses e trabalhadores, não sobressaem grandes oscilações, isto é, torna-se difícil traçar um padrão na idade núbil de cada estrato social. É claro que semelhante observação deverá, *a posteriori*, complementar-se com um acompanhamento específico de determinadas famílias de modo a inquirir certos comportamentos e estratégias, sobretudo dos grupos mais proeminentes.

**Quadro 3.15**  
**Idades médias ao casamento na Ribeira Seca segundo a profissão masculina<sup>244</sup>**

Ano	Lavradores		Obs.	Camponeses		Obs.	Trabalhadores		Obs.
	H	M		H	M		H	M	
1825-1849	29,8	27,4	133	28,7	24,9	41	27,3	25,6	216
1850-1874	33,4	28,6	95	28,0	28,6	72	31,8	29,9	203
1875-1899	33,0	27,9	119	32,0	30,1	150	32,7	29,9	103
1900-1910	32,2	25,8	57	34,3	28,6	79	31,3	28,6	65
Média	32,0	27,5	404	31,4	28,9	342	30,3	28,2	587

De um modo geral sobressai, do quadro 3.15, a elevada idade média ao primeiro casamento para todos os estratos sociais. No entanto, há que destacar o

<sup>244</sup> No grupo dos trabalhadores incluem-se, também, os jornaleiros. Os marítimos e artífices não são contemplados neste quadro por a amostragem ser reduzida.



grupo dos lavradores de onde provêm os maiores valores (c. 32 anos) ao longo de quase toda a periodização, enquanto as suas esposas tendiam a um casamento mais precoce (27,5 anos). As idades globais de camponeses e trabalhadores pouco diferem entre si: 31,4 e 30,3 anos, respectivamente, podendo atestar-se esta tendência para o sexo feminino.

Apesar da homogeneidade dos dados parece-nos, como seria de esperar, um aumento da idade núbil consoante o grau de riqueza. E se essa progressão é pouco vincada, tal ficará a dever-se ao elevado quantitativo de lavradores observados (404) em relação ao dos camponeses (342), o que poderá significar a enorme disparidade económica dentro do primeiro grupo. Considerando apenas os filhos cujos pais, para além de lavradores, gozavam de um importante estatuto social: os alferes, tenentes e capitães de ordenanças, mas também aqueles que em 1881 pagavam mais de 50 mil réis de contribuição predial, atingem-se resultados diferentes<sup>245</sup>. Com efeito, o sexo masculino dava em média o enlace aos 39 anos (grupo modal 35-39 anos) enquanto as suas esposas o faziam aos 28 anos, ou seja ligeiramente antes face à média geral de todas as mulheres. Isto significa, naturalmente, maiores disparidades na idade núbil dos cônjuges abastados face ao conjunto populacional.

**Quadro 3.16**  
**Idades médias ao casamento dos lavradores abastados (1800-1910)**

<b>Grupo</b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>
15-19	0	0,0	5	16,1
20-24	3	8,6	7	22,6
25-29	2	5,7	6	19,4
30-34	6	17,1	8	25,8
35-39	14	40,0	4	12,9
40-44	3	8,6	1	3,2
45-49	1	2,9	0	0,0
50+	6	17,1	0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	<b>100,0</b>	<b>31</b>	<b>100,0</b>

<sup>245</sup> Apurámos apenas 35 casamentos para o sexo masculino e 31 para o feminino em todo o período estudado. Em parte a pequenez do universo deve-se às elevadas taxas de celibato mas também a diversos matrimónios celebrados fora da paróquia, características próprias das elites.

Avultam, entretanto, dificuldades na contextualização da idade média ao primeiro casamento da população da Ribeira Seca face à realidade açoriana do século XIX, graças à dificuldade na obtenção deste cálculo. Tomando por referência a freguesia da Calheta nas décadas de 1840 e 1860, e aplicando a mesma metodologia, constata-se a similitude da idade de acesso ao casamento em ambas as paróquias.

**Quadro 3.17**  
**Idades médias ao primeiro casamento na freguesia da Calheta (décadas de 1840, 1860 e anos de 1870-73)<sup>246</sup>**

Década	M	Obs.	F	Obs.	Global
1840	31,4	87	28,0	87	29,7
1860	33,6	67	28,4	79	30,8
1870-73	28,8	16	30,5	17	29,7

De facto, na década de 1840 verifica-se que o matrimónio se efectivava em ambas as paróquias tardiamente, registando-se, porém, um acesso ligeiramente superior das mulheres da Calheta (28 anos). Na década de 1860 deparamo-nos novamente com idades extremamente elevadas, na ordem dos 33,5 para os homens, enquanto no sexo feminino essa diferença é mais significativa, já que as ribeirão-sequenses se consorciavam, em média, dois anos depois.

Nas paróquias da ilha do Pico este indicador registava, igualmente, elevadas idades, se bem que aquém das verificadas na freguesia em apreço. No Sul da ilha, nas quatro freguesias já estudadas, encontramos, no decurso de Oitocentos, uma idade máxima de 31 anos para o sexo masculino (décadas de 1860-1870) e de 28 para o feminino (década de 1880). Os valores mínimos para ambos os sexos eram atingidos na década de 1820 no caso das paróquias de São Mateus, São Caetano e São João, e na década de 1830 no da freguesia de Ribeiras<sup>247</sup>. Na Criação Velha, situada a Noroeste, Hermínia Mesquita periodiza

<sup>246</sup> Dados calculados com base nos registos paroquiais (microfilmados até 1873), onde nas décadas de 1840 e 1860 é declarada a idade dos nubentes e seu estado civil.

<sup>247</sup> Em média, os homens casavam-se por volta dos 27 anos e as mulheres entre os 24 e 25. Cf. Maria Norberta Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico* [...], p. 91 (gráfico 8);

este indicador na segunda metade de Oitocentos, concluindo que o acesso masculino se efectivava pelos 30,7 anos e o feminino pelos 27,7<sup>248</sup>.

Ainda ao nível da micro-análise demográfica, as escassas observações suportadas pela reconstituição de paróquias vêm confirmar o retardamento do matrimónio, mas esses estudos continuam a privilegiar o Noroeste Português, região de conhecida dificuldade núbil no seio do país<sup>249</sup>. Se tivermos em conta a idade ao primeiro casamento nas paróquias minhotas de maior contenção, nomeadamente as freguesias de Mosteiro, Barcelinhos, Santa Eulália e Romarigães, observamos idades médias femininas inferiores a 28 anos. Neste sentido, a Ribeira Seca apresenta-se, também, como uma localidade de inequívoca restrição matrimonial comparativamente ao universo já estudado em moldes micro-demográficos.

Uma leitura sequencial da idade média ao casamento nos Açores só é validada por meio dos recenseamentos de 1864, 1878, 1890 e 1911. Aplicando-se o método de Hajnal às fontes enumeradas - na impossibilidade de outras fórmulas de cálculo mais fiáveis - vislumbram-se, também, idades elevadas<sup>250</sup>. No entanto esta metodologia dá-nos uma visão transversal do fenómeno, pois baseia-se na estrutura etária e civil da população. Simultaneamente, como adverte Gilberta Rocha, a qualidade dos recenseamentos anteriores a 1911 é deficiente<sup>251</sup>, pelo que alguns valores, designadamente para o sexo feminino em São Jorge, se revelam duvidosos.

---

Idem, *Ribeiras do Pico (Finais do século XVII a finais do século XX). Micro-análise da evolução demográfica*, (colaboração de Manuel Cardoso), col. Cadernos NEPS, Universidade do Minho, 2001, p. 13 (quadro II).

<sup>248</sup> Cf. *Evolução Demográfica na Criação Velha* [...], p. 34 (quadro 9).

<sup>249</sup> Sobre este indicador vejam-se as sínteses de Ana Silvia Scott, *Famílias* [...], pp. 198-199 e de Maria Norberta Amorim, «O Minho: Comportamentos Demográficos [...]», *Ler História*, n.º 36, 1999, p. 22.

<sup>250</sup> Idade média ao casamento segundo o método de Hajnal,  $\bar{X} = 15 + \frac{\sum_{15}^{45} 5 \times {}_5T_x - 35 \times T_{50}}{1 - [T_{50}]}$ ,

sendo  ${}_5T_x$  a proporção de celibatários no grupo x, x+5 do recenseamento. Cf. J. Manuel Nazareth, *Princípios e Métodos da Demografia* [...], p. 296.

<sup>251</sup> Cf. «Os Açores na Viragem do Século (1860-1930) [...]», pp. 849-850.

**Quadro 3.18**  
**Idades médias ao primeiro casamento na freguesia da Ribeira Seca, ilha de São Jorge e distrito de Angra do Heroísmo (1864-1911)<sup>252</sup>**

Ano	Ribeira Seca - C. Calheta		Ilha de São Jorge		Distrito Angra		Portugal	
	H	M	H	M	H	M	H	M
1864	29,4	29,7	29,6	30,6	29,0	29,2	28,6	26,0
1878	31,6	31,2	29,1	30,6	27,6	27,0	27,9	25,4
1890	29,3	29,0	28,4	24,5	26,8	24,6	27,8	25,3
1900	30,6	27,4	28,4	24,5	27,1	23,1	27,4	24,9
1911	27,7	24,6	27,0	22,9	26,8	19,9	27,3	25,1

Coluna Ribeira Seca - C. Calheta: assinalam-se a cinzento os dados respeitantes ao concelho  
 Coluna ilha de São Jorge: os valores destacados apontam para uma possível deficiência na fonte.

Em função deste quadro é insofismável o acesso tardio ao casamento na freguesia tendo por comparação a ilha de São Jorge, o distrito de Angra e a média nacional. Assim, entre 1864 e 1900 as idades da Ribeira Seca mantêm-se elevadas, registando-se apenas uma descida apreciável em 1911<sup>253</sup>. Na ilha de São Jorge semelhante realidade expressou-se até 1878, na medida em que nos censos seguintes deparamos com uma acentuada descida na idade feminina<sup>254</sup>. Finalmente, é de acentuar alguma disparidade da freguesia perante os valores distritais. De facto a idade média feminina no distrito de Angra foi-se reduzindo rapidamente, atingindo apenas 20 anos em 1911, situação que se verificaria na paróquia em estudo mas em escala bastante mais reduzida.

<sup>252</sup> Os dados relativos ao distrito de Angra e Portugal foram retirados de Mário Leston Bandeira, *Demografia e Modernidade* [...], pp. 511-512 (anexo V.3).

<sup>253</sup> Supondo, naturalmente, que os valores do concelho da Calheta pouco variaram face aos da freguesia.

<sup>254</sup> Essa queda poderá dever-se, como referimos, a deficiências dos censos, na medida em que o concelho de Velas apresenta valores femininos na ordem dos 21 anos.

### 3.3.2.1 - A repartição etária e civil dos nubentes

Da mesma forma que a idade média ao primeiro casamento se reveste de pleno significado quanto à sua estreita relação com as condições sociais e económicas de uma dada população, também as diferenças etárias entre os noivos parecem traduzir as vicissitudes demográficas e económicas dos habitantes. Para além destes factores alerte-se para as próprias consequências no convívio conjugal e sua imagem perante a sociedade<sup>255</sup>. Tomando-se os 1262 casamentos em que ambos os nubentes eram solteiros e para os quais conhecemos data de nascimento, concluímos que a percentagem de homens mais velhos é sensivelmente o dobro (209%) face às mulheres.

**Quadro 3.19**  
**Diferença etária entre cônjuges ao primeiro casamento na freguesia da**  
**Ribeira Seca (1800-1910)**

Diferença etária (anos)	Homem mais velho			Mulher mais velha		R.M. por grupo etário	
	Freq. abs.	Freq. rel. (%)		Freq. Abs.	Freq. rel. (%)		
< 1	63	7,4	38,7	50	12,2	55,5	126,0
1	70	8,2		62	15,2		112,9
2	74	8,7		43	10,5		172,1
3	62	7,3		42	10,3		147,6
4	61	7,2		30	7,3		203,3
5-9	267	31,3	61,3	113	27,6	44,5	236,3
10-14	152	17,8		34	8,3		447,1
15-19	64	7,5		25	6,1		256,0
20+	40	4,7		10	2,4		400,0
Total obs.	853	100		409	100		208,6
Total geral	1262						

<sup>255</sup> A este propósito veja-se, de Gaspar Martins Pereira, *Famílias Portuenses na Viragem do Século* [...], pp. 212-216 e Caroline Brettell, *Homens que Partem, Mulheres que Esperam* [...], pp. 141-147.

De um modo geral boa parte dos nubentes (c. 39%) tende a desposar mulheres um pouco mais novas, isto é com menos de 5 anos de diferença. No entanto, pese embora o facto de a frequência masculina modal se situar nos 0-4 anos, assume preponderância a elevada percentagem de homens entre 5 a 9 anos mais velhos (31%) e, de 10 a 14 anos: 18%. Relativamente ao universo feminino devemos notar que cerca de 56% desposa homens ligeiramente mais novos (0-4 anos), embora não deixe de ser bastante significativa a quantidade de casamentos no escalão subsequente (c. 28%). Acima dos 10 anos de diferença deparamo-nos com uma relação de masculinidade extremamente elevada (371%); isto é, o predomínio de homens mais idosos é a regra. Mesmo assim de todos os consórcios protagonizados por mulheres mais idosas, 17% corresponderam a uniões em que o cônjuge era, pelo menos, 10 anos mais novo.

**Quadro 3.20**  
**Contraentes segundo o estado civil e número de casamento combinado**

Nº Cas. Homem	Nº Casamento Mulher			Total masc.	% masc.
	1	2	3		
1	1412	48	1	1461	84,4
2	169	88	1	258	14,9
3	7	5	0	12	0,7
4	1	0	0	1	0,1
<b>Total feminino</b>	1589	141	2	1732	100
<b>% feminino</b>	91,7	8,1	0,1	100	

De acordo com a informação disponibilizada pela reconstituição da paróquia nomeadamente a filiação, naturalidade e número de casamento do nubente, torna-se possível a determinação do número combinado de consórcios entre os dois sexos e, consequentemente, o conhecimento da percentagem de recasamentos.

Segundo o quadro 3.20 notamos que o sexo masculino registou maior número de segundos casamentos (15%), quase o dobro face ao número de mulheres viúvas (8%). Simultaneamente os viúvos parecem ter procurado em maior número as solteiras (177), enquanto no sexo oposto esse número foi bem mais reduzido – 49 – ou seja, menos de um terço. Esta realidade poderá radicar

num mercado matrimonial mais favorável aos homens, na medida em que existe um *deficit* estrutural de elementos deste sexo em praticamente todos os escalões etários. Esta asserção pode ser parcialmente corroborada pela diferença etária entre contraentes, pois os viúvos não só propendem a um recasamento algo rápido como, em média, desposam mulheres mais novas.

**Quadro 3.21**  
**Tempo de recasamento dos contraentes (1800-1910)<sup>256</sup>**

<b>Tempo</b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>
< 3 meses	11	6,6	0	0
3 a 6 meses	13	7,5	6	12,5
1 ano	38	22,6	8	16,7
2 anos	37	21,7	4	8,3
3 anos	13	7,5	10	20,8
4 anos	8	4,7	5	10,4
5 anos	8	4,7	2	4,2
mais 5 anos	41	24,5	13	27,1
<b>TOTAL</b>	<b>169</b>	<b>100</b>	<b>48</b>	<b>100</b>

Os resultados expressos no quadro 3.21 põem em evidência um recasamento mais acelerado para o sexo masculino. De facto, registam-se frequências significativas no primeiro (23%) e segundo ano (22%) após a morte da mulher, enquanto no caso das viúvas a percentagem assume particular relevância ao terceiro ano de viuvez (21%). Por outro lado, dos viúvos que enveredaram pelo matrimónio, cerca de 59% fizeram-no em tempo inferior a 2 anos, enquanto apenas 38% das mulheres em semelhantes circunstâncias também efectivaram o seu consórcio.

A elevada rapidez num novo matrimónio, particularmente no caso masculino, relaciona-se em parte com as necessidades práticas do quotidiano, designadamente no auxílio nas lides domésticas, no acompanhamento na velhice ou, em casos menos frequentes, na educação de filhos menores. A urgência destas novas uniões reflecte-se, em grande medida, na dispensa eclesiástica de

<sup>256</sup> Considera-se, para ambos os sexos, o recasamento de viúvos com solteiras e vice-versa.

proclamas ou banhos como forma de abreviar os trâmites normais do processo de casamento.

Em vários processos com pedido de dispensa de proclamas os noivos tentavam comprovar a urgência da união como garante da estabilidade pessoal ou da mútua conveniência. Assim sucedia, em 1871, com António Machado de Sousa. Tendo enviuvado em Setembro de 1870, pretendeu casar-se em Junho do ano seguinte com Maria José, alegando «não ter quem lhe cuide dos arranjos domésticos de sua casa, porquanto se acha só na companhia de dois filhos que nada sabem nem podem fazer de portas a dentro»<sup>257</sup>. Semelhante constrangimento fora sentido por Manuel Machado Aguiar, um serralheiro da Fajã Redonda com 42 anos. É que, em Fevereiro de 1872, cerca de três meses após o falecimento de sua esposa, sentira necessitara de casar «com a maior brevidade [...] pois se acha só na companhia de três filhinhos de tenra idade, sem ter quem cuide de seus filhos nem dos arranjos domésticos de sua casa». Face a estas alegações Manuel Machado celebrou casamento dois dias depois com Isabel Mariana, uma solteira de 32 anos<sup>258</sup>.

Noutras situações, se bem que em número mais reduzido, o matrimónio era assumido publicamente como um meio de mútuo amparo e conveniência, ultrapassando-se facilmente a barreira etária. Por exemplo, em Abril de 1870, Manuel Azevedo Vilalobos, um lavrador solteiro com 54 anos, pretendia desposar uma viúva com 62 anos, Rita Josefa, cujo segundo marido falecera há três anos. Para garantirem a desejada brevidade processual alegavam «acharem se sos e não terem um e outro quem cuide dos arranjos de suas casas», argumento que colhera a benevolência do ouvidor<sup>259</sup>. Todavia, quando em finais de 1884 faleceu Rita Josefa, Manuel Vilalobos, então com 68 anos e decerto não conformato com a sorte, desposou sete meses depois outra mulher. Escolhia

---

<sup>257</sup> A.P.I.M.S.C., *Ouvidoria Eclesiástica da Calheta*, Dispensas matrimoniais, mc. (1870-73), processo de 28.06.1871.

<sup>258</sup> Idem, proc. de 2.2.1872.

<sup>259</sup> Idem, proc. de 3.4. 1870.



agora Bárbara Luísa, uma solteira com 39 anos, com quem viveria até aos 95 anos.

Mas o recasamento dos viúvos nem sempre obedecia ao cumprimento escrupuloso do código normativo da Igreja e dos bons costumes. É que numa sociedade pautada pelo frequente nascimento de ilegítimos, diversos homens optavam por uma relação ilícita para, numa oportunidade próxima, a legitimarem. A este propósito registem-se algumas ocorrências protagonizadas sobretudo por indivíduos que conheceram a viuvez prematuramente.

José Machado Cunha, camponês, enviuvara em Julho de 1841, aos 28 anos. Em Outubro do ano seguinte, na ocasião do nascimento de sua filha Maria, assumia-se como «futuro esposo» de Francisca Azevedo, casando-se com a companheira em Janeiro de 1843<sup>260</sup>. Seu irmão, João Machado Cunha, tivera um percurso muito semelhante. Em Março de 1841, após a perda da mulher, possivelmente por problemas de parto, este camponês com 25 anos também se apossava como futuro esposo de Jacinta Rosa ao nascimento de sua filha, em Agosto de 1842. Em Novembro do mesmo ano unia-se formalmente, vindo a gerar três filhos dentro do matrimónio<sup>261</sup>.

Outras situações análogas, num total de 24, poderiam ser apontadas enquanto reveladoras de um recasamento rápido precedido de uniões ilícitas. No entanto há, ainda, que equacionar a rápida procura de um novo cônjuge enquanto garante de uma situação económica mais estável. Na realidade em determinados casamentos de viúvos notamos a preocupação em celebrar-se um contrato de sponsais, pelo qual se exigiam diversas contrapartidas ao noivo em troca do dote de casamento oferecido, em regra a *terça*. Esta prática parece, em alguns casos, ter assegurado o casamento de filhas de camponeses a «baixo custo», isto é, através de um dote fundiário pelo qual os nubentes apenas gozavam do usufruto. O noivo passaria a ter alguma forma de sustento não onerosa, enquanto o doador reservava-se no direito de possuir o direito sobre a propriedade e, não raras vezes, garantir apoio na velhice.

---

<sup>260</sup> Fam. 1183, 1290i e 1330.

<sup>261</sup> Fam. 1242, 1286i e 1312.

A este respeito assinala-se, entre vários outros, o percurso de Matias Vitorino Azevedo, trabalhador residente na fajã dos Vimes. Quando sua mulher, dezanove anos mais velha, faleceu em Fevereiro de 1843, Matias Azevedo, então com 42 anos, decidiu dar rápido governo à sua vida. Em 29 de Março de 1843, duas semanas após a morte da mulher, celebrava a sua escritura de esponsais com Barbara Josefa, também com 42 anos, efectivando o casamento em Julho de 1843. O contrato ante-nupcial estipulava que os nubentes se casariam com a «maior brevidade possível» enquanto o pai da contraente pelo «muito amor que consagra a mesma sua filha» doava-lhe o usufruto de vários prédios de pasto, vinha, inhames e arvoredos. Em troca os futuros esposos deviam trabalhar «a meias» a terra com o doador recebendo metade do lucro obtido<sup>262</sup>.

As situações apontadas ilustram bem a complexidade subjacente ao matrimónio na medida em que este parece traduzir uma série de ajustes patrimoniais, de conveniências pessoais e até de condicionalismos de natureza geográfica. Daí que a diferença etária entre os noivos se inscrevesse, bastas vezes, nas necessidades do quotidiano e da preservação da propriedade, algumas delas consubstanciadas pela consanguinidade. De qualquer forma daremos mais relevo a esta problemática que requer alguma contextualização no seio do mercado matrimonial e da questão do parentesco.

---

<sup>262</sup> B.P.A.A.H., *Tabelionato* - Ilha de São Jorge, Notas do tabelião António Teixeira Maciel, livro 5 (1842-1844), fls. 45v.-46v. Este casal também usufruiria de uma dispensa matrimonial de 3º grau de consanguinidade e ¾ de afinidade, em *forma pauperum*, visto o impetrante «não ter ofício mais do que trabalhador» e o seu património apenas totalizar 20 mil réis. Cf. B.P.A.A.H., Mitra de Angra, mç. 868 (dispensas matrimoniais), proc. de 20.05.1843.

### 3.3.3 - Celibato definitivo

**Quadro 3.22**  
**Celibato definitivo na freguesia da Ribeira Seca (1800-1910) %.**  
**Análise transversal<sup>263</sup>**

Período	Homens	Mulheres
1800-1825	9,2	19,4
1825-1850	20,0	17,6
1850-1875	15,5	27,8
1875-1900	13,1	22,7
1900-1910	15,8	28,2
<b>TOTAL</b>	<b>14,8</b>	<b>23,2</b>

O celibato definitivo, ou seja, a percentagem de todos os indivíduos que faleceram solteiros com mais de 50 anos, reveste-se de particular importância na medida em que mede, por defeito, a intensidade do casamento. Neste sentido este cálculo complementa a idade média ao primeiro casamento, já que estes indicadores nos dão conta do total de casais em que existiu fecundidade legítima, bem como a duração efectiva dessas mesmas uniões.

Optando-se por uma análise transversal, ou seja, a quantificação dos celibatários num momento ou período exacto, verificamos que entre 1800 e 1910, cerca de 15% dos homens faleceram solteiros, enquanto no sexo feminino essa percentagem ascendeu a 23%. O celibato masculino foi, sem dúvida, inferior, com um mínimo no primeiro quartel no século – 9%, e uma subida significativa nos seguintes 25 anos – 20%. Na segunda metade os valores irão descer, mantendo-se num nível quase homogéneo (c. 15%). Com maiores entraves ao matrimónio deparava-se o sexo feminino, pelo que cerca de um quarto das mulheres não teria oportunidade de constituir família legítima. A percentagem deste indicador nas mulheres sofreu, igualmente, variações ao longo do tempo: na primeira metade do século situava-se nos 18%, mas, entre

<sup>263</sup> Para o apuramento deste indicador utilizou-se o ficheiro de óbitos, contabilizando-se todos aqueles que morreram com mais de 50 anos e dividindo-se posteriormente pelo número de solteiros com idade superior a 50 anos.

1850 e 1910, ultrapassou largamente os 20%, especialmente na primeira década do século XX (c. 28%).

Mas o celibato definitivo esteve longe de implicar continência. Neste sentido verificamos que, entre 1860 e 1910, das 198 solteiras ao óbito, 50, ou seja 25%, deixaram descendência. Tomando-se tão só todas as mulheres falecidas com família ilegítima independentemente da sua idade, observa-se que esse quantitativo ascendia a 97. No caso dos homens a situação é assaz diferente, na medida em que de todos os celibatários falecidos com mais de 50 anos, apenas 7, isto é 7,5%, possuíram filhos ilegítimos. Estes indicadores remetem-nos, desde logo, para um comportamento social propício à maternidade solteira, possivelmente enquanto opção de vida para determinadas mulheres. Por regra, os homens que não assumiam a paternidade dos filhos no baptismo, tendiam a fazê-lo mais tardiamente na altura do seu casamento com a progenitora ou, menos frequentemente, por escritura pública. Por esta razão, a aceitação masculina de um estatuto eventualmente equiparável ao de um «pai solteiro», mostrava-se extremamente raro. Para esta realidade poderá ter contribuído a forte emigração dos homens, quer pelo desajuste provocado no mercado matrimonial, como por parte de determinados progenitores que se furtaram a honrar o seu laço perante a companheira.

A comparação do celibato definitivo baseado em semelhantes metodologias de cálculo, ou seja, tomando os óbitos da população solteira com mais de 50 anos, apenas se mostra viável para algumas freguesias da ilha do Pico. Segundo Maria Norberta Amorim, as paróquias de S. João, S. Mateus e S. Caetano apresentaram um quantitativo de 9,7% para os homens e de 18,9% para as mulheres entre 1810 e 1889. No entanto, optando por uma análise longitudinal, isto é, celibato segundo a geração, a autora conclui que os indivíduos nascidos em meados do século XIX tinham grande dificuldade no

acesso ao matrimónio, pois cerca de 38,4% das mulheres com mais de 50 anos faleciam solteiras<sup>264</sup>.

Tomando o exemplo isolado da paróquia de S. João (análise transversal), nas duas primeiras décadas do século XIX o celibato definitivo era muito idêntico ao da Ribeira Seca mas, na segunda metade da centúria, a percentagem de mulheres definitivamente solteiras é, ainda, superior, atingindo os 38,1% em 1899<sup>265</sup>. Na paróquia da Criação Velha, o acesso ao matrimónio revela-se igualmente difícil: entre 1850 e 1899, o celibato masculino ultrapassava os 10%, enquanto a percentagem feminina rondava os 30%<sup>266</sup>.

Relativamente à ilha de S. Jorge e ao distrito de Angra apenas podemos estabelecer uma aproximação a esta variável, tal como fizemos para o cálculo das idades médias ao primeiro casamento. Através do método de Hajnal aplicado aos diversos recenseamentos da população e aos róis de confessados da freguesia, obtemos os seguintes valores<sup>267</sup>.

---

<sup>264</sup> Cf. Maria Norberta Amorim, *Evolução Demográfica* [...], pp. 104-108. Apesar da reconstituição da Ribeira Seca assentar na mesma metodologia não analisamos o celibato num prisma longitudinal. O curto intervalo (110 anos) e várias idades de nascimento calculadas com recurso à idade declarada no óbito forçam-nos a alguma prudência.

<sup>265</sup> Cf. *Francisca Catarina* [...], p. 196, 211 e 271.

<sup>266</sup> Cf. Maria Herminia Mesquita, *ob. cit.*, p. 70.

<sup>267</sup> Celibato definitivo segundo o método de Hajnal,  $CD = \frac{5T_{45} + 5T_{50}}{2}$  onde  $5T_x$  corresponde à proporção de celibatários no grupo x, x+5 do recenseamento. Cf. J. Manuel Nazareth, *ob. cit.*, p. 296.

**Quadro 3.23**  
**Celibato definitivo na freguesia da Ribeira Seca-Concelho da Calheta, ilha de São Jorge, distrito de Angra e Portugal segundo o método de Hajnal (1864-1911)<sup>268</sup>**

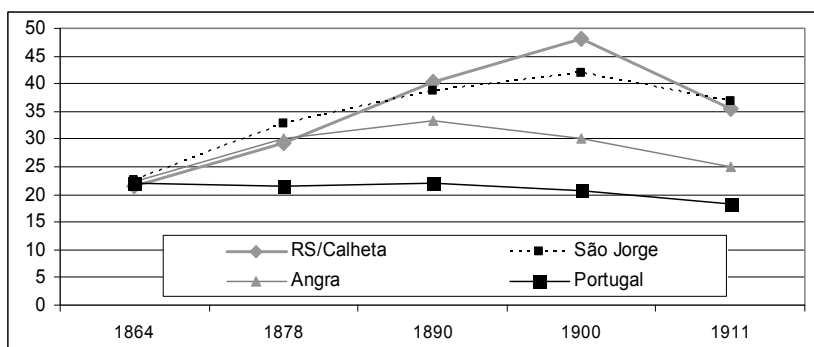
Ano	Ribeira Seca - C. Calheta		Ilha de São Jorge		Distrito Angra		Portugal	
	H	M	H	M	H	M	H	M
1864	19,3	21,6	14,4	22,6	13,0	22,4	15,1	22,0
1878	11,3	29,3	14,4	32,9	13,3	30,0	13,9	21,5
1890	22,4	40,3	22,4	38,6	15,7	33,2	14,6	22,0
1900	21,5	48,0	16,4	42,0	11,8	30,2	13,0	20,6
1911	20,3	35,5	22,0	36,7	12,2	25,0	11,9	18,4

Os valores sombreados a cinzento respeitam a todo o concelho da Calheta.

De um modo geral a frequência do celibato registou valores muito semelhantes em todas as áreas geográficas no ano de 1864, principalmente no que concerne ao sexo feminino. Já a partir de 1878 continuamos a verificar alguma sintonia entre os resultados insulares que, por sua vez, se distanciam da realidade portuguesa. Mas é entre o decurso do último quartel Oitocentista e o primeiro decénio do século XX que se vislumbram significativas alterações: na Ribeira Seca e ilha de São Jorge atingiam-se valores extremamente elevados no celibato feminino (29 a 48%), claramente superiores aos verificados no distrito de Angra. Por isso, tanto em 1900 como em 1911, a percentagem de celibatários da Ribeira Seca quase atingia o dobro da média nacional.

<sup>268</sup> Os dados da freguesia da Ribeira Seca relativos a 1900 foram calculados por meio do rol de confessados desse ano. Os valores relativos ao distrito de Angra e Portugal encontram-se em Mário Leston Bandeira, *ob. cit.*, p. 508, (anexo V.2).

**Gráfico 3.16**  
**Evolução do celibato feminino na freguesia da Ribeira Seca, concelho da Calheta, ilha de São Jorge e distrito de Angra e Portugal (1864-1911) %**



Numa observação circunscrita ao celibato feminino observa-se, com maior singularidade, a evolução desta variável nos diversos espaços. Enquanto a média nacional se pautava por uma moderada tendência de quebra desde 1890, na freguesia da Ribeira Seca e ilha de São Jorge assistiu-se a um incremento extraordinário de celibatárias. De facto, em 1900, quase metade das mulheres da Ribeira Seca não conheceu o matrimónio, enquanto no cômputo da ilha essa percentagem era ligeiramente inferior (42%). Relativamente ao distrito de Angra do Heroísmo notamos que o celibato definitivo, apesar de inferior comparativamente à ilha de São Jorge, se mostrava elevado no contexto nacional.

### 3.3.4 – A escolha do cônjuge

#### 3.3.4.1 - A geografia do casamento

Na sociedade açoriana a significativa dispersão das ilhas, mas também as suas características geo-morfológicas desde cedo contribuíram para uma certa endogamia matrimonial. Por um lado, a geografia da ilha de São Jorge provocou o encarceramento das localidades e freguesias, obrigando os habitantes a buscar

alguma autarcia relativamente aos povoados vizinhos, originando-se até algum bairrismo entre as diversas paróquias. Por outro, a existência de uma propriedade caracterizada pelo minifúndio, e por diversos pequenos agricultores, contribuiu para o estreitamento dos laços comunitários, desaconselhando a pulverização da propriedade. Do ponto de vista antropológico o casamento dentro da freguesia revelava-se bastante interiorizado, assumindo-se como uma identificação geográfica mas, também, como um acto social susceptível de garantir a sobrevivência individual e familiar. A comprová-lo, relembremos algumas manifestações da cultura e mentalidade populares. Um adágio jorgense aconselha que: «À moça da tua terra, limpa-lhe a ramela e casa-te com ela», enquanto uma quadra popular na Ribeira Seca reza o seguinte:

«Quem casa na terra alheia  
Na sua tendo com quem,  
Ou vai ficar enganado,  
Ou vai enganar alguém»

Durante o período em análise constatamos, efectivamente, uma forte endogamia geográfica mas, também, uma apreciável consanguinidade como consequência da primeira. De facto, dos 1670 casamentos celebrados na paróquia, 75% envolveram cônjuges ambos naturais da Ribeira Seca. Aceitando-se quantificar a endogamia por este prisma, é obtido o valor de 77%, na medida em que deduzimos as 45 uniões protagonizadas por casais forasteiros<sup>269</sup>. Se considerarmos os matrimónios celebrados por nubentes de fora com mulheres ribeira-sequenses e vice-versa, deparamos com um saldo favorável ao sexo masculino (109), na medida em que 263 homens não naturais desposaram, na Ribeira Seca, mulheres originárias da paróquia, enquanto no sexo oposto esse quantitativo se fixou nos 154.

---

<sup>269</sup> João Leal encontra um valor muito próximo (80%) na freguesia de Santo Antão, contígua à Ribeira Seca desde 1889, data da sua criação. Cf. «Ritual e estrutura social numa freguesia açoriana. As festas do Espírito Santo em Santo Antão (São Jorge)» in *Lugares de Aqui. Actas do Seminário «Terrenos Portugueses»*, org. e prefácio de Brian O' Neill e Joaquim Pais de Brito, col. Portugal de Perto, Lisboa, Dom Quixote, 1991, p. 35.



**Quadro 3.24**  
**Naturalidade dos nubentes de fora (1800-1910)**

Mulheres							
Naturalidade	1800-1824	1825-1849	1850-1874	1875-1899	1900-1910	Total Geral	% Total
Calheta	8	20	9	6		43	72,1
Norte Pequeno	3	1	2	6	1	13	
Topo	12	15	7	7	1	42	
Manadas	1					1	
Norte Grande	1	3	1	1	2	8	
Rosais		1				1	
Urzelina	2	1				3	
Graciosa					1	1	18,2
Pico	2	3	6	3	1	15	
São Miguel	0	0	2	1	2	5	
Terceira	0	2	1	2	2	7	
Ilhas Hawai					2	2	1,3
Indeterminado	1	3	6	3		13	8,4
Total	30	49	34	29	12	154	100,0
% Total	19,5	31,8	22,1	18,8	7,8	100	
Homens							
Calheta	19	31	12	15	8	85	69,8
Norte Pequeno	8	8	6	2	4	28	
Topo	11	21	11	16	6	65	
Manadas	2	5	3	1		11	
Norte Grande	1	12	4		2	19	
Urzelina	1			1		2	
Velas	2		1	2		5	
Faial		1			1	2	21,8
Graciosa	2	3	3	4	1	13	
Pico	0	5	3	1	2	11	
Santa Maria				1		1	
São Miguel	0	4	5	19	3	31	
Terceira	0	1	1	4	3	9	
Madeira				1		1	
Continente	1	2	1	1		5	1,9
EUA					1	1	0,3
Indeterminado	1	6	5	5	2	19	6,2
Total	48	99	55	73	33	308	100,0
% Total	15,6	32,1	17,9	23,7	10,7	100	

Tomando-se o quadro 3.24 como variável única, isto é, desligado da proporção de casamentos sejam eles contraídos entre dois nubentes de fora ou apenas envolvendo um deles é, então, possível traçar-se uma panorâmica sobre a mobilidade mesmo que algo impressionista. A esmagadora maioria dos nubentes masculinos e femininos provém da própria ilha de São Jorge (c. 71%), com

particular incidência das freguesias contíguas do concelho da Calheta e do Topo: Calheta (St<sup>a</sup> Catarina), Norte Pequeno (S. Lázaro) e Topo (N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Rosário)<sup>270</sup>.

A mobilidade é, pois, maioritária dentro do concelho onde se integra a Ribeira Seca. De facto, os munícipes calhetenses representam 58% e 64%, respectivamente, do universo total masculino e feminino, algo compreensível face aos laços sócio-económicos que unem o concelho, reforçados por uma geografia inóspita, que dificulta as rápidas deslocações. Assim, a maior parte da mobilidade não vai além dos 28 km em forma rectilínea (distância entre os extremos do concelho), constituindo, aliás, uma evidência clara da própria extensão da Ribeira Seca. De facto, graças à dispersão do povoamento por vários núcleos, certos agregados populacionais da freguesia situavam-se bem mais próximo da vila da Calheta ou até do Topo. Todavia, o matrimónio visto apenas pelo prisma geográfico sugere, precisamente, que o intercâmbio dentro do concelho teria motivos de ordem prática para ser muito superior.

No que respeita a outras freguesias da ilha, apenas o Norte Grande (N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> das Neves) se destacava do conjunto, com 19 homens e 8 mulheres que para casar procuraram a Ribeira Seca. A maior proximidade desta freguesia, os seus elevados quantitativos populacionais e intercâmbios de mão-de-obra parecem ter determinado essa proeminência<sup>271</sup>. De fora da ilha, a maior parte dos nubentes masculinos é originária do distrito de Ponta Delgada – 29 homens de São Miguel e 1 de Santa Maria. O distrito de Angra do Heroísmo fica-se pelos 23 homens, maioritariamente da Graciosa e não da Terceira. O distrito da Horta evidencia um contributo muito modesto com apenas 15 indivíduos, 13 dos quais oriundos da ilha do Pico mais próxima e ligada a São Jorge por laços culturais mais fortes<sup>272</sup>. Note-se, pois, uma forte influência dos noivos da ilha de São Miguel

---

<sup>270</sup> O concelho do Topo constituído só por esta freguesia foi extinto em 1855 passando a integrar-se no da Calheta.

<sup>271</sup> Diversos testemunhos de pessoas idosas da Ribeira Seca, aludiram ao trabalho à jorna efectuado no Norte Grande. Mais rico em trigo, as mulheres da Ribeira Seca deslocavam-se frequentemente a esta freguesia, ajudando nas ceifas e trocando a giesta por esse cereal em idênticas proporções.

<sup>272</sup> O Pe Manuel de Azevedo da Cunha faz referência a esta ligação, destacando a freguesia da Piedade do Pico: «Houve tempo em que os moços da Calheta procuravam esposa na freguesia de

que não encontra correspondência no sexo feminino. Ao invés deparamos com um assinalável peso de mulheres oriundas do Pico (54%) enquanto nos homens essa representatividade não excede os 16%. Finalmente alerte-se para a acentuada disparidade entre nubentes da ilha Graciosa, 13 homens e apenas uma mulher.

No decurso do período em observação devemos destacar os anos de 1825-1850 como os de maior afluxo de nubentes de fora - 32% do total - resultado de uma subida muito acentuada dos fregueses da Calheta, Topo e Norte Grande, que irá normalizar-se durante todos os restantes períodos. No último quartel Oitocentista encontramos uma maior percentagem de homens de fora (24%) enquanto no sexo feminino ocorreu o fenómeno inverso. Tal ficou a dever-se à súbita afluência de nubentes da ilha de São Miguel, cerca de 26% do total de forasteiros. De facto, sensivelmente na década de 1870, como atesta o governador civil, ocorreu um apreciável afluxo de mão-de-obra do exterior como principal consequência da emigração masculina<sup>273</sup>. Este conjunto de trabalhadores, serradores e pedreiros era oriundo de várias freguesias micalenses – 16 no total – com especial incidência de Água d’Alto (Vila Franca do Campo), Água de Pau e Santa Cruz (Lagoa), Porto Formoso (Ribeira Grande) e da cidade de Ponta Delgada.

Para além do movimento de nubentes de fora enquanto componente do mercado e das oportunidades de matrimónio há, igualmente, que equacionar quais as deslocações internas entre noivos. De facto numa freguesia caracterizada por um povoamento confinado a quatro áreas, uma delas (a área 4 –

---

Nossa Senhora da Piedade, da vizinha ilha do Pico, freguesia fronteira a esta vila e afastada por 11 milhas de canal [...] indo os rapazes ‘lá fora’ só para bailar». Cf. *N.H.*, I, p. 526.

<sup>273</sup> Em 1874 o governador civil do distrito de Angra advertia para a escassez de mão-de-obra em virtude da emigração: «Para não pararem as obras publicas na ilha de São Jorge, foi mister trazer jornaleiros da ilha de São Miguel». Cf. *Relatório de 1874* [...] p. 15. Já em 1885, na sequência de um inquérito parlamentar acerca da emigração, a administração do concelho da Calheta informava «importarem-se [braços] das ilhas vizinhas, Pico, Terceira e São Miguel, mormente desta última [...]». Não é fácil precisar a importação de braços respectiva a cada anno, sabe-se porem, que estão n’este concelho, actualmente, cerca de 250 operarios forasteiros». Cf. *Comissão Parlamentar para o Estudo da Emigração Portuguesa (1885). Documentos apresentados à Câmara dos Deputados e por ela mandados publicar na sessão legislativa de 1886*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 58.

fajãs do Norte) absolutamente distanciada das restantes, convirá aferir-se quais as escolhas preferenciais dos noivos no seio do espaço paroquial. De acordo com o quadro 3.25 ressalta, mais do que o casamento dentro do próprio local, a escolha de um nubente dentro da mesma área de fixação.

**Quadro 3.25**  
**Origem dos nubentes por localidades combinadas (1800-1910)**

Localidades	Aveiro	Caminho Novo	Canada do Bica	Cruzes	Entre Grutões	Fajã da Caldeira	Fajã do Belo	Fajã dos Bodes	Fajã dos Cubres	Fajã dos Tijolos	Fajã dos Vimes	Fajã Redonda	Grutão Seco	Latina	Loural	Morro e Gança	Pojal	Portal	Ribeira Acima	Ribeira da Pedra	Rua Baixo	São Bartolomeu	Silveira	Travessas	TOTAL	TOTAL DA ÁREA	%
Aveiro (1)	11					3	2												1	1		1	1	20	15	75,0	
Caminho Novo (1)		12	3	4	4	0						2		5						5	3	1	1	40	38	95,0	
Canada do Bica (1)		1	1		1				4									1	1		6	4	5	24	20	83,3	
Cruzes (1)	1			4																	6	1		12	12	100,0	
Entre Grutões (1)		1		0	5								6	1										13	13	100,0	
Fajã da Caldeira (4)	2		1			25	2	12	3	1	1													47	43	91,5	
Fajã do Belo (4)						6	22		4									5						37	32	86,5	
Fajã dos Bodes (3)		4						15			15				2									36	30	83,3	
Fajã dos Cubres (4)						8	2		12	3									5					30	25	83,3	
Fajã dos Tijolos (4)						3	10			5														18	18	100,0	
Fajã dos Vimes (3)						2	1	4	1	1	64				12		17						1	102	68	66,7	
Fajã Redonda (4)						4	3		5			13												25	25	100,0	
Grutão Seco (1)	3	6	7										16					2	1	2	2	1	1	41	41	100,0	
Latina (1)	1	2	1								5	1	2					5	10			1	1	29	19	65,5	
Loural (2)							6			7					32			4			1		1	51	36	70,6	
Morro e Gança (1)		2														10				5		1		18	18	100,0	
Pojal (1)											10					4	6						1	21	11	52,4	
Portal (2)					5					7					4			37				1		54	41	75,9	
Ribeira Acima (1)	2	2	1		1						1		4	3	2			19		3	4	3	1	46	45	97,8	
Ribeira da Pedra (1)	1	6	9							4							5	1		12	1		1	41	36	87,8	
Rua Baixo (1)	3	1	1		5						2					1	2		4	1	7	6		1	34	32	94,1
S. Bartolomeu (1)		3	4								2				2		5		3		2	14	3	41	37	90,2	
Silveira (1)	2		1		1											1			2				10	2	19	19	100,0
Travessas (1)	1	3	2	1	1		3												5	2	2	1	3	13	37	34	91,9
TOTAL	27	43	31	9	23	51	43	27	37	12	118	16	27	11	52	18	18	69	46	23	29	44	29	33	836	708	84,7

Tomando-se o quantitativo de matrimónios efectuado entre a mesma localidade verifica-se que, de um modo geral, este é inferior ao somatório das uniões celebradas com nubentes de outras localidades da mesma área e das restantes. Tal fica a dever-se essencialmente, ao conjunto numérico de povoados disponível em cada zona. Assim, na área 1, onde os diversos lugares possuem uma notável proximidade, aumentavam as possibilidades de escolha. Já nas fajãs

do Norte (área 4), designadamente na Caldeira e Belo, a significativa distância e morosidade de acesso entre algumas das aldeias conduzia, na medida do possível, a um casamento dentro do mesmo local, até por questões de concentração da propriedade. Finalmente, deverá notar-se algum fluxo entre as áreas 2 e 3 já que, não obstante se situarem em andares ecológicos diferentes, não distam muito entre si. Daí a ligação da fajã dos Vimes ao Portal, que se dispõe no caminho de acesso à mesma fajã; ou dos Lourais, isolados em plena serra, mas algo próximos destas duas aldeias.

**Quadro 3.26**  
**Níveis de endogamia por zona geográfica (1800-1910)**

Área		Endogamia (%)
1	Sul (0-300m)	89,4
2	Sul (200-500m)	73,3
3	Sul (0-100m)	71,0
4	Norte (0-100m)	91,1

Em termos globais, para além da endogamia geográfica da paróquia, estimada em cerca de 75%, distinguimos, como consequência, uma forte propensão de casamento dentro da mesma zona habitacional. Contudo, como esclarece o quadro 3.26, essa tendência agrava-se nas áreas 1 e 4 com cerca de 90%, em contraste com as restantes onde as uniões endógamas se aproximam dos 72%.

Finalmente, e como seria admissível, denota-se um prolongamento das oportunidades de matrimónio nas freguesias vizinhas, até porque a geografia da paróquia coloca em estreito contacto diversas aldeias com a Calheta a Sul, o Norte Pequeno a Norte, e o Topo a Oeste. Com base na reconstituição da paróquia e, como se infere pelo quadro seguinte, podemos conhecer as localidades provenientes dos diversos noivos consorciados com forasteiros que optaram por continuar a residir na paróquia.

**Quadro 3.27**  
**Localidade de origem dos nubentes consorciados com forasteiros**  
**(1800-1910)**

Localidade	Topo			Calheta			Norte Pequeno		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Aveiro	1		1				1		1
Caminho novo		1	1	5	1	6	1		1
São Bartolomeu	2		2	8	6	14	4		4
Can. Bica				2	3	5	3		3
Entre Grutões		1	1	3	2	5	2		2
Grutão Seco									
Latina		2	2					1	1
Miradouro e Baía		1	1		1	1			
Pojal		3	3	1	2	3	2		2
Morro e Gança		1	1	2	1	3	1	1	2
Ribeira Acima	2	2	4	9	6	15		1	1
Rib. da Pedra		2	2						
Rua de Baixo	5	2	7	4	4	8		1	1
Silveira	1	1	2	3	7	10	4	1	5
Travessas				5	6	11		1	1
<b>ÁREA 1</b>	<b>11</b>	<b>16</b>	<b>27</b>	<b>42</b>	<b>39</b>	<b>81</b>	<b>18</b>	<b>6</b>	<b>24</b>
<b>% TOTAL</b>	<b>19,0</b>	<b>51,6</b>	<b>30,3</b>	<b>71,2</b>	<b>78,0</b>	<b>74,3</b>	<b>66,7</b>	<b>37,5</b>	<b>55,8</b>
Loural	14	5	19	3	3	6			
Portal	3	2	5	2	1	3			
<b>ÁREA 2</b>	<b>17</b>	<b>7</b>	<b>24</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>% TOTAL</b>	<b>29,3</b>	<b>22,6</b>	<b>27,0</b>	<b>8,5</b>	<b>8,0</b>	<b>8,3</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
Fajã dos Vimes	9	5	14	3	4	7			
Fajã dos Bodes	2		2		1	1			
<b>ÁREA 3</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>16</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>% TOTAL</b>	<b>19,0</b>	<b>16,1</b>	<b>18,0</b>	<b>5,1</b>	<b>10,0</b>	<b>7,3</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
Caldeira de Cima	2		2	1		1		1	1
Fajã da Caldeira	3		3				1	1	2
Fajã do Belo	1		1	2	1	3	1	1	2
Fajã do Sanguinhal	9	2	11						
Fajã dos Cubres	1		1	6	1	7	7	6	13
Fajã Redonda	3	1	4					1	1
<b>ÁREA 4</b>	<b>19</b>	<b>3</b>	<b>22</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>19</b>
<b>% TOTAL</b>	<b>32,8</b>	<b>9,7</b>	<b>24,7</b>	<b>15,3</b>	<b>4,0</b>	<b>10,1</b>	<b>33,3</b>	<b>62,5</b>	<b>44,2</b>
<b>TOTAL</b>	<b>58</b>	<b>31</b>	<b>89</b>	<b>59</b>	<b>50</b>	<b>109</b>	<b>27</b>	<b>16</b>	<b>43</b>

Globalmente, nas três paróquias contíguas à Ribeira Seca, manifesta-se uma natural atracção entre as zonas de fixação e a localização das demais freguesias. Contudo, é conveniente salientar-se a influência da área 1, na medida em que esta sempre concentrou a maior parte dos efectivos durante todo o século XIX. Na Calheta denota-se, com particular incidência, uma tendência núbil para

com os fregueses do centro da freguesia (74%), o que não será de estranhar visto alguns povoados, como a Canada de São Bartolomeu ou a Rua de Baixo, se estenderem pelas duas freguesias. Recorde-se, de igual modo, a apetência das elites concelhias para fixarem a sua residência na Ribeira Seca, mesmo desempenhando funções administrativas ou de gestão patrimonial na Calheta<sup>274</sup>. Na reduzida freguesia do Norte Pequeno manifestava-se também uma ligação com o centro da freguesia (56%), não muito distante daquela paróquia, mas também com as fajãs do Norte (44%) – sobretudo para com o sexo feminino (63%). Aliás, convirá evocar a grande proximidade entre a fajã dos Cubres e o Norte Pequeno onde, ontem como hoje, boa parte dos habitantes cumprem as suas obrigações religiosas naquela freguesia<sup>275</sup>.

Do antigo município do Topo vislumbra-se uma distribuição menos desigual comparativamente às restantes freguesias. Na verdade a percentagem total de nubentes revela-se quase equitativa entre as zonas 1, 2 e 4, conquanto se deduzirmos a proporcionalidade de efectivos de cada área, predomine o casamento no Loural, fajã dos Vimes e Sanguinhal, ou seja, nas aldeias relativamente próximas a diversos povoados da antiga freguesia do Topo.

### **3.3.4.2. – Os impedimentos de parentesco e as restrições eclesiásticas**

Como resultado da forte endogamia geográfica e da pulverização do povoamento por várias pequenas aldeias, algumas das quais de difícil acesso, a união entre familiares tornava-se quase inevitável, até porque a necessidade de

---

<sup>274</sup> Da análise dos assentos de casamento da Calheta entre 1800 e 1872, observamos um conjunto de 29 uniões em que a noiva era natural da Ribeira Seca, das quais 13 viriam a fixar-se nesta freguesia. Dos matrimónios em que a noiva era originária da Calheta e o noivo da Ribeira Seca (55), verificamos que 15 destes casais escolheram a Ribeira Seca como residência.

<sup>275</sup> Os registos de casamento desta freguesia (1800-1872) indicam a ocorrência de 12 casamentos em que o homem era natural do Norte Pequeno e a mulher da Ribeira Seca, dos quais 4 se fixaram em São Tiago. Ao invés, decorreram 23 consórcios de mulheres da Ribeira Seca com naturais do Norte Pequeno, mas apenas 3 famílias escolheriam a Ribeira Seca para residir. Alerte-se, contudo, que o quantitativo de matrimónios se afigura subavaliado em função das sistemáticas mutilações destes livros de assento.

conservação da propriedade se mostrava uma preocupação sempre presente entre os diversos estratos sociais.

Desde o século IV a Igreja Católica estabeleceu a interdição de casamentos entre parentes até ao sétimo grau, pois «não só lhe permitiam controlar a congregação [...] como beneficiar também do pecado, oferecendo dispensas aos transgressores»<sup>276</sup>. Estas proibições aplicam-se aos parentes de sangue (consanguinidade), aos afins, isto é, parentes por casamento ou por prévia cópula carnal e, ainda, à cogação espiritual, sempre que os nubentes se achassem ligados pelo compadrio<sup>277</sup>. Mais tarde, em 1215, o Concílio de Latrão, verificando a vasta extensão dos impedimentos até à sétima geração e a concomitante morosidade na organização dos processos, acabaria por os restringir ao quarto grau. Só em 1917 se voltaria novamente a reduzir o impedimento, agora até ao segundo grau (primos direitos)<sup>278</sup>.

Dentro da endogamia é ainda possível quantificar aquela que implicou uma dispensa eclesiástica proveniente de impedimentos de sangue ou de afinidade, que corresponde a 327 matrimónios celebrados na Ribeira Seca<sup>279</sup>. No entanto, a informação anotada pelo pároco acerca da dispensa obtida no assento de casamento é, tanto quanto sabemos, pouco sistemática até 1860. Entre 1800 e 1859, apenas 8% dos casamentos são indicados como consanguíneos, enquanto no período seguinte (1860-1910) esse quantitativo já ascende aos 29%<sup>280</sup>. A provar a subavaliação estão os processos de dispensa matrimonial existentes na

---

<sup>276</sup> Cf. Jack Goody, *Família e Casamento na Europa*, Oeiras, Celta, 1995, p. 123 (ed. original inglesa de 1983).

<sup>277</sup> Devem ainda distinguir-se três conceitos válidos para os três tipos de impedimentos: o tronco – casal donde descendem os impetrantes, o grau – distância dos impetrantes relativamente ao tronco (1º grau corresponde à primeira geração), e a linha que corresponde à série de gerações que compartilham sangue desde o tronco. Para se conhecer em maior pormenor as regras, exemplos e terminologia dos impedimentos veja-se, por todos, D. António Xavier de Sousa Monteiro, *Manual de Direito Ecclesiástico Parochial* [...], 3ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1890, p. 262. Doravante citaremos esta obra por M.D.E.P. seguido do número da página.

<sup>278</sup> Jack Goody, *ob. cit.*, p. 131.

<sup>279</sup> Consideramos ambos os impedimentos pois traduzem uma opção limitativa face ao mercado matrimonial.

<sup>280</sup> Cálculo efectuado com base no total de casamentos celebrados na freguesia entre 1860 e 1910. Se fosse tomado o número de uniões entre cônjuges naturais da paróquia, a percentagem de impedimentos seria mais elevada.



secção da *Mitra de Angra*, incorporada na Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo. Dos 71 pedidos de dispensa por parentesco, identificámos 63 casais na base de dados de famílias, verificando-se que em apenas 7 se registava o impedimento no respectivo assento de matrimónio.

**Quadro 3.28**  
**Número de dispensas eclesiásticas por tipo de impedimentos**  
**(1800-1910)<sup>281</sup>**

Grau	Consanguinidade	Afinidade	Mistos
1º	7	16	6
2º	51	7	
3º	142	7	
4º	87	-	
<b>TOTAL</b>	<b>287</b>	<b>30</b>	<b>6</b>
<b>% total</b>	<b>88,9</b>	<b>9,3</b>	<b>1,9</b>

No período observado destacam-se as dispensas concedidas por motivo de consanguinidade (90%), com particular incidência para as de 3º (primos segundos) e 4º grau (primos terceiros) que, conjuntamente, ascendem a 80% do total. A afinidade registou, apesar de tudo, alguma relevância (9%), sobretudo se tivermos em conta as 16 dispensas em 1º grau<sup>282</sup>. A percentagem de casamentos entre parentes esteve, todavia, longe de se repartir equitativamente entre todas as áreas da Ribeira Seca. Com efeito, se a endogamia se sentia de modo mais particular nas zonas 1 e 4<sup>283</sup>, os casamentos entre parentes aumentam na proporção inversa do quantitativo populacional da área de fixação mas, igualmente, na quantidade de pequenas aldeias.

<sup>281</sup> Uma significativa parte das dispensas contem mais de um grau de parentesco, por exemplo, 2º grau por linha colateral e 3º por linha recta. Nestes casos optámos, como Caroline Brettell, em classificá-las segundo o nível mais elevado de parentesco. Cf. *Homens que Partem, Mulheres que Esperam* [...], 1991, p. 142 (quadro 3.8).

<sup>282</sup> Destas, 9 corresponderam a relações ilícitas, na medida em que o impetrante já havia mantido relações clandestinas com a irmã ou mãe da noiva, e apenas 7 lícitas, pois o anterior contacto sexual se havia efectivado dentro do matrimónio.

<sup>283</sup> Cf. quadro 3.26 (níveis de endogamia por zona geográfica).

**Quadro 3.29**  
**Percentagem de casamentos com dispensa canónica por área geográfica**  
**(1860-1910)**

Área	Casamentos	Cas. dispensa	% Cas. dispensa
<b>1</b>	327	59	18,0
<b>2</b>	139	43	30,9
<b>3</b>	117	38	32,5
<b>4</b>	134	67	50,0
<b>Indeterminado</b>	27	7	-
<b>TOTAL</b>	<b>744</b>	<b>214</b>	<b>28,8</b>

Assim se compreende a forte disparidade entre a área 1 - o centro da freguesia com mais de 17 localidades e cerca de 1500 habitantes em 1875 - e as fajãs do Norte (área 4) com apenas 8 povoados que, no seu conjunto, perfaziam pouco mais de 600 efectivos na mesma data. Daí que o consórcio entre parentes fosse significativamente mais elevado nas comunidades isoladas (cerca de 50%) como as fajãs da Caldeira, Sanguinhal, Redonda e na Caldeira de Cima, todas elas com uma média de 100 habitantes e com uma área agrícola exígua e caracterizada pelo minifúndio.

**Fotografia 3.1**  
**Vista aérea da fajã da Caldeira**



(in *Os Açores Vistos do Céu*, Lisboa, Argumentum, 1998, p. 78).

Apesar de diferenciados no espaço, os impedimentos também pareciam ser uma característica das classes mais abastadas, sobretudo aqueles que envolviam um parentesco de primeiro ou segundo grau. De facto, é comumente aceite o facto das elites buscarem no casamento uma forma de concentrarem o seu património, designadamente através das uniões consanguíneas em segundo grau. Por isso, como salienta Francisco Chácon Jiménez «los grupos dirigentes accedem al matrimonio transgrediendo, en mayor medida que los restantes, las prohibiciones [...]. El nível de consanguinidad tiende a ser mucho más bajo entre los grupos sociales menos favorecidos»<sup>284</sup>. Na freguesia da Ribeira Seca, como na generalidade da ilha de São Jorge, as oligarquias não constituíam excepção a esta regra, como já foi demonstrado por Paulo Silveira e Sousa, principalmente

---

<sup>284</sup> «La Familia Española: Una Historia por Hacer» in *Historia Social de la Familia en España*, ed. de Francisco Chacón Jiménez, Alicante, Instituto de Cultura «Juan Gil-Albert», 1990, p.26.

para o concelho de Velas<sup>285</sup>. No município calhetense as famílias Cunha da Silveira, Silveira Moniz e os Pereira de Lacerda, detentoras de vastas propriedades, de influência política e de capital escolar, e todas elas com percursos na Ribeira Seca, também sobressaem pelo elevado número de casamentos consanguíneos e de filhos ilegítimos, com particular destaque para os Lacerdas<sup>286</sup>.

De acordo com o quadro seguinte apercebemo-nos mais detalhadamente da relação entre o grau de impedimento e a categoria profissional do noivo. Parece-nos claro que os sectores mais abastados – os lavradores e proprietários – possuem um número mais elevado de casamentos consanguíneos de primeiro e segundo grau. De facto este grupo, bastante mais restrito face aos camponeses e trabalhadores, representa cerca de 44% dos primeiros dois graus de dispensa revelando, não tanto uma fatalidade de natureza geográfica mas, sobretudo, a essência de um casamento estratégico.

**Quadro 3.30**  
**Dispensas por grau e tipo segundo profissão dos nubentes**  
**(1800-1910)**

Profissão/Grau	Consanguinidade					Afinidade				Mistos	Total Geral
	1	2	3	4	Total	1	2	3	Total		
Lavrador	3	11	25	11	50	1	3	1	5	2	57
% Total geral	5,3	19,3	43,9	19,3	87,7	1,8	5,3	1,8	8,8	3,5	100,0
Proprietário	3	5	7	7	22	0	1	0	1	1	24
% Total geral	12,5	20,8	29,2	29,2	91,7	0,0	4,2	0,0	4,2	4,2	100,0
Camponês	0	7	26	9	42	3	1	4	8	1	51
% Total geral	0,0	13,7	51,0	17,6	82,4	5,9	2,0	7,8	15,7	2,0	100,0
Trabalhador	1	14	54	34	103	7	2	1	10	0	113
% Total geral	0,9	12,4	47,8	30,1	91,2	6,2	1,8	0,9	8,8	0,0	100,0
Marítimo	0	0	4	1	5	0	0	0	0	0	5
% Total geral	0,0	0,0	80,0	20,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0

<sup>285</sup> Cf. *Território, Poder, Propriedade, Elites Locais* [...].

<sup>286</sup> Daremos algum destaque a esta família no último capítulo deste trabalho, sobretudo para o ramo que se estabeleceu na Ribeira Seca. No entanto, a genealogia elaborada por Marcelino Lima revelamos claramente que os Lacerdas, estabelecidos nas ilhas do Pico (Ribeiras e Piedade) e São Jorge (Velas e Ribeira Seca), casaram sistematicamente com primas e cunhadas, sobretudo nas gerações 9, 10 e 11 (c. 1750 a 1900). Cf. *Famílias Faialenses*, 1923, pp. 430-435.

O quantitativo de dispensas solicitadas por camponeses e trabalhadores não pode, porém, ser menosprezado. É que, não só a frequência modal se situa no 3º grau de consanguinidade, como as dispensas de 2º grau (consanguinidade e afinidade) representam sensivelmente 22% do total. Isto significa que o comportamento dos sectores mais desfavorecidos não se revela tão díspar do nível superior da sociedade, conquanto as causas para o efeito possam ser diferentes. Com efeito, há que ponderar duas razões para o forte parentesco entre os agricultores. Em primeiro lugar a pequenez e o isolamento dos diversos povoados poderá ter forçado os noivos a realizarem o seu casamento dentro da mesma localidade. Por outro lado, conforme nos elucida a contribuição predial de 1881 e os diversos cadernos eleitorais, boa parte deste sector possuía alguma terra, mesmo que não a suficiente para lograr o sustento da casa. Daí que, mesmo os trabalhadores se mostrassem constrangidos, de uma forma ou de outra, a assegurar a viabilidade do seu pequeno património que, muitas das vezes, mereceria os encargos de uma dispensa apostólica.

Na realidade, da análise nominativa das dispensas concluímos que em 51 famílias existe mais de um indivíduo a solicitar a isenção eclesiástica, mas este quantitativo revela-se subavaliado, na medida em que, como se referiu, estes processos só se tornam sistemáticos a partir de 1860. De acordo com o quadro seguinte notamos que nestas famílias o número de filhos casados na freguesia é substancialmente reduzido, ao mesmo tempo que a percentagem de parentesco ainda é mais elevada.

**Quadro 3.31**  
**Percentagem de filhos casados e de consanguinidade por profissões.**  
**Famílias com mais de uma dispensa (1800-1915)<sup>287</sup>**

Grupo	Observações	Total filhos	% filhos casados	% filhos casados com consanguinidade
Trabalhador	14	94	50,0	66,0
Camponês	12	81	50,6	75,6
Marítimo	3	27	37,0	40,0
Carpinteiro	3	19	57,9	63,6
Lavrador	17	116	62,9	60,3

Ao nível dos estratos sociais verifica-se, efectivamente, uma forte percentagem de nupcialidade entre os lavradores (63%), sendo a consanguinidade também elevada (60%). No entanto o matrimónio nos sectores desfavorecidos é mais reduzido (c. 50%), ao mesmo tempo que os impedimentos se mostram ainda superiores: 66 e 76% para os trabalhadores e camponeses, respectivamente. Isto significa, de alguma forma, que tanto privilegiados como desfavorecidos possuem idêntica propensão ao casamento consanguíneo. No entanto os lavradores, certamente por maior desembaraço económico conseguiam, apesar de tudo, assumir as despesas de maior número das dispensas apostólicas. Mas se assim funcionava na maioria das situações, convém esclarecer que a exiguidade de certos povoados conduzia a uma endogamia muito superior à média da paróquia. Assim, das seis famílias onde três filhos solicitaram dispensa, cinco respeitam a trabalhadores e camponeses. Em todos estes casos, para além de ocorrem nas fajãs da Caldeira, Caldeira de Cima e Redonda (área 4), verifica-se que a totalidade dos descendentes se consorciou com parentes. Finalmente, nas duas famílias caracterizadas por seis uniões consanguíneas, uma respeita a um trabalhador pobre – Anacleto José Matos – e outra a um camponês, António Inácio Mendonça<sup>288</sup>. Também estas famílias

<sup>287</sup> Foram excluídos os indivíduos com menos de 20 anos ao óbito. Consideram-se apenas os matrimónios celebrados na freguesia.

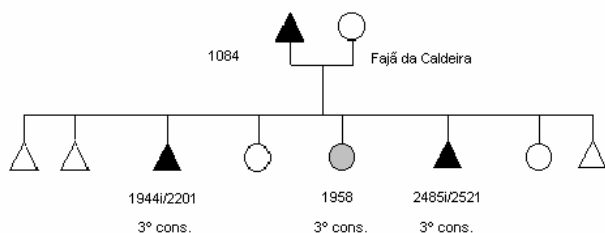
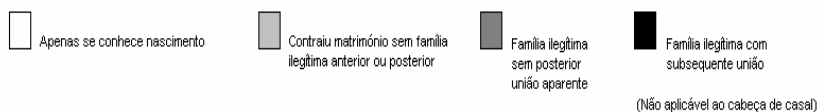
<sup>288</sup> Segundo a contribuição predial Anacleto José Matos era um trabalhador pobre do Sanguinhal auferindo apenas 1600 réis anuais. António Inácio Mendonça, morador na Caldeira, era apontado como lavrador, mas o seu rendimento não ultrapassava os 15500 réis.

residiam nas fajãs do Norte, enquanto 92% dos filhos casados na freguesia solicitaram dispensa.

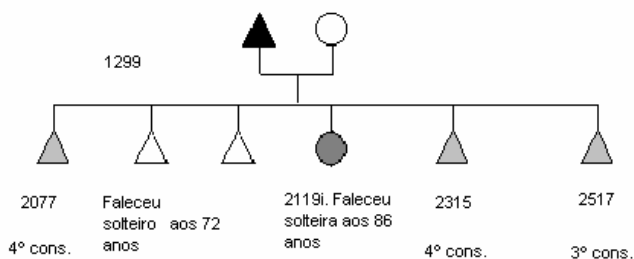
Observem-se os seguintes pictogramas ilustrativos:

**Figura 3.1**  
**Descendentes de Manuel António Mendonça, camponês da Caldeira<sup>289</sup>**

Chave



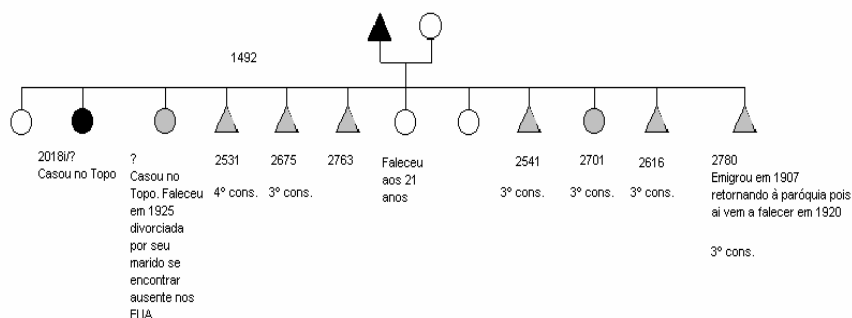
**Figura 3.2**  
**Descendentes de Aires Teixeira Machado, camponês da Caldeira de Cima<sup>290</sup>**



<sup>289</sup> Filhos nascidos entre 1834 e 1849.

<sup>290</sup> Filhos nascidos entre 1843 e 1860.

**Figura 3.3**  
**Descendentes de Anacleto José Matos, trabalhador da Fajã do Sanguinhal<sup>291</sup>**



Consoante os exemplos expressos confirma-se a forte consanguinidade no seio das famílias mais desfavorecidas e, simultaneamente, residentes nos povoados isolados. No entanto há, também, que procurar uma eventual conexão entre a ilegitimidade e o casamento entre parentes, até porque várias uniões consanguíneas ou de afinidade foram precedidas pelo nascimento fora do matrimónio. A extrema pobreza vigente no seio da freguesia e as vicissitudes geográficas podem, de algum modo, ter condicionado as uniões, algo que é intuído através das diversas dispensas para pobres. É esta problemática que nos propomos abordar de seguida.

### 3.3.4.3 – As dispensas canónicas em forma *pauperum*

Pela riqueza informativa, reforçada pela *reconstituição de paróquias*, as dispensas matrimoniais constituem uma importante fonte para a história social, sobretudo se cruzadas com outras de natureza nominativa como as escrituras de sponsais. Tivemos oportunidade de trabalhar pormenorizadamente os 71

<sup>291</sup> Filhos nascidos entre 1850 e 1872.



processos respeitantes à freguesia, embora estes representem uma pequena parcela do total de documentos produzidos<sup>292</sup>.

Em circunstâncias normais só o Papa podia autorizar uma dispensa através do tribunal da *Dataria*, independentemente do impedimento e sua gravidade aos olhos da Igreja. Porém, todas estas autorizações consultadas foram concedidas pelo bispo da diocese ou por um seu representante através do *Juízo das Dispensas Matrimoniais do Bispado d'Angra* como se indica nos autos. Por serem dispensas destinadas a pobres estavam isentas de pagamento ao tribunal da *Dataria*<sup>293</sup>, tendo o prelado competência para deferir o matrimónio em virtude do *escandalo publico* assinalado em todas elas<sup>294</sup>. Em termos gerais, é possível dizer-se que estes pedidos, de rotina e de formulário único, abarcam seis pontos fundamentais indicados logo no início do processo e desenvolvidos, repetidamente, graças ao recurso de testemunhas, que mais não farão do que confirmar os quesitos necessários para a concessão da dispensa<sup>295</sup>.

Em primeiro lugar são identificados os impetrantes anotando-se a filiação, estado civil, idade, profissão e, raras vezes, a indicação da localidade da freguesia. No segundo artigo indica-se o impedimento em questão após uma detalhada descrição da genealogia dos noivos, ao passo que, seguidamente, se deveria invocar a «verdadeira legitima causa movente e sufficiente [...]» para a autorização eclesiástica<sup>296</sup>. Neste quesito todos os documentos indicam a

---

<sup>292</sup> Cf. B.P.A.A.H., *Mitra de Angra*. O universo recolhido distancia-se do total de dispensas que deveriam estar incorporadas no núcleo próprio, acrescendo ainda uma forte oscilação de processos segundo as décadas: de 1800 a 1829 compulsamos apenas 3, enquanto nos dois decénios seguintes se encontram 66 documentos. Ora não cremos que estas dispensas em forma *pauperum* tenham começado em 1831 e terminado abruptamente nos últimos anos da década de 1840. Com certeza em determinados anos do século passado essas dispensas foram todas colocadas nos respectivos maços, encontrando-se a maior parte delas nos arquivos da diocese de Angra, ou provavelmente desapareceram.

<sup>293</sup> M.D.E.P., p. 651.

<sup>294</sup> Em rigor só o Papa tem poder de dispensar mas «por concessão de direito, ou por costume, ou privilegio da Sancta Sé, especialmente concedido, têm os Bispos a faculdade de dispensar [...] Cf. *Manual de Direito Eclesiástico* ..., p. 654.

<sup>295</sup> Como comenta James Casey tais processos são «em geral documentos de rotina algo maçadores», Cf. *História da Família*, Lisboa, Teorema, 1990, p. 107 (ed. original inglesa de 1989)

<sup>296</sup> M.D.E.P., p. 689.

existência de cópula cujos efeitos causam «escandalo e murmuração na vizinhança», ambas consideradas canonicamente como causas maiores ou infamantes. É precisamente neste ponto fulcral que todos os processos contêm um discurso idêntico. Por exemplo, António Faustino Sousa declarou «ter tido copula carnal com a impetrante de que rezultou nascer huma prole, de sorte que se nam effectuando este casamento ficara a impetrante infamada e deficilmente achará outro esposo»<sup>297</sup>. Noutra dispensa, Mariana Ludovina Silveira declarava achar-se «tão infamada com o impetrante que delle já teve hum filho e não cazando com elle tem muito prejuizo na sua fama e credito, e não lhe será facil cazar com outro»<sup>298</sup>.

Esta argumentação fez parte dos 24 processos em que já existiam filhos enquanto nos restantes os noivos apenas se limitavam a garantir ter existido comércio carnal com as suas imediatas consequências: o escândalo e a perda de reputação da mulher. Assim, João Machado Fontes e Rosa Silveira, ambos viúvos, declaravam que da sua comunicação «tem rezultado murmuraçam e escandalo na sua vezinhança com suspeitas incestuosas, pelas frequentes entradas delle impetrante em caza da impetrante, o que na verdade disse assim ser pois tem tido copula carnal com a impetrante»<sup>299</sup>. Já num pedido de dispensa por afinidade ilícita de primeiro grau, Nicolau José Sousa e Rosa Joaquina afiançaram ter cometido «exacto fornicario [...] que teve o impetrante com a may da impetrante [Luzia Sousa] em tempo que ela tinha pouco mais ou menos 50 anos e em que já hera nascida a impetrante, e que lhes não consta de outro algum impedimento alem do referido»<sup>300</sup>.

A manutenção de contactos sexuais bem como a alusão às suspeitas de «entradas e saídas» e «rumores na vezinhança» são, pois, afirmadas pelos noivos que aparentemente se prontificam a confirmar de imediato as desconfianças.

---

<sup>297</sup> M.A., 864, 30.10.1838.

<sup>298</sup> M.A., 857, 22.07.1832.

<sup>299</sup> M.A., 867, 21.06.1841.

<sup>300</sup> M.A., 856, 14.03.1818.

Deste modo estão criadas as condições preliminares para a observação das causas maiores: a cópula e a infâmia<sup>301</sup>. Todavia não podemos alhear-nos do facto dos requerentes confessarem o seu pecado e, de simultaneamente afirmarem, sem excepção, conhecer o impedimento antes de praticar tais actos. Tamanha sinceridade é motivo de suspeita, já que o código canónico distingue a cópula incestuosa entre aquela que é *scienter*, isto é, em que os impetrantes sabiam do parentesco antes do pecado, e a *ignoranter*, quando se verifica o inverso<sup>302</sup>. Assim, todos os requerentes afirmam no quarto ponto que o «incesto» ou «pecado» cometido «não foi praticado com animo malicioso de alcançar mais facilmente a dispensa». Este excesso de transparência parece ser a melhor garantia de deferimento dos requerimentos, pelo que deixamos aos amantes da especulação o cuidado de imaginar se o «animo malicioso» foi, ou não, intencional. Verdade é que, em 1876, o bispo de Angra protestava contra a ligeireza posta na concessão de dispensas, consternando-se também com a gratuitidade com que se mencionavam as suspeitas de cópula.

«Ora nesta nossa Diocese encontramos uma pratica abusiva, segundo a qual se suppõe haver sempre causa para as dispensas, porque se da por infamada a mulher pelo facto de ter sido pretendida para o casamento, e como nenhuma dispensa se pede sem que primeiro aquele seja ajustado [...] aqui se formulou a causa geral de *infamia por entradas e saidas em casa da noiva*, sem que muitas vezes haja a mais leve infamia, e não se alegando causas canonicas que realmente algumas vezes se dão, e mais facilmente se provarião.

Já pela nossa circular de 8.10.1873 protestamos contra tal abuso, mas tão arreigado estava elle, que longe de acabar, temos por vezes vindo no conhecimento de que se nos apresentarão requerimentos feitos por pessoas que nem conhecem os pretendentes, nem lhes importa saber das circunstancias, applicando lhes a causa *commum de infamia por entradas e saidas*, que muitas vezes não se prova»<sup>303</sup>.

---

<sup>301</sup> A infâmia é tida eclesiasticamente como o «escandalo aos vizinhos [...] suspeita notória de copulla illicita, ainda que falsa». Cf. *M.D.E.C.*, p. 693.

<sup>302</sup> *Idem*, p. 693.

<sup>303</sup> Cf. *Boletim Eclesiástico dos Açores*, tomo II, circular de 8.03.1876, pp. 229-232.

Mas a condição fundamental para a obtenção destas dispensas era, pois, a pobreza. Depois de provada e adicionada ao rol dos pecados que entram na esfera do mau exemplo, isto é, da perturbação social combatida pela Igreja, a isenção estava quase garantida. Consequentemente, é fácil entender que todos os impetrantes frisassem no quinto parágrafo «serem pobres e miseráveis [...] vivendo só de seu cotidiano trabalho e industria». Afinal todos se enquadravam na norma canónica, pois não possuíam património superior a 525\$000 réis ou, então, a 800\$000 desde que os seus pais já tivessem falecido<sup>304</sup>. Todavia nem sempre os requerentes manifestavam plena escassez económica. Com efeito, de uma pequena amostra efectuada para os casais que já possuíam família ilegítima (24 observações), deparamo-nos com a existência de nove indivíduos auferindo entre 5000 e 10000 réis, que podemos designar verdadeiramente por pobres, e de quatro com um variável de 10 a 25 mil réis, ou seja, uma condição ligeiramente melhor. O valor fixado pela Santa Sé – 525 mil réis – corresponde sensivelmente a um rendimento anual de 26 mil réis e, por aqui, se verifica que a maior parte da população estava abaixo dessa linha, isto é, era efectivamente desfavorecida. Segundo esta classificação, podemos então afirmar que dos 24 casais, pelo menos 13 eram pobres aos olhos da Igreja.

Todavia, identificaram-se alguns proprietários auto-suficientes como Manuel Joaquim Silveira Ávila casado com Ana Delfina Azevedo<sup>305</sup>. Este auferia anualmente 38600 réis, quantia que não respeita propriamente ao padrão de miserável, enquanto João Machado Jordão, igualmente tido por pobre, consta da contribuição predial como possuidor de um património calculado em 646 mil réis. Nenhum deles é verdadeiramente abastado, mas estão longe do limiar da miséria. Se estes constituem exemplos eventualmente dúbios, pois situam-se

---

<sup>304</sup> Em todos os processos o bispo indagava se os impetrantes possuíam os pais vivos. Se tal acontecesse era necessário fazer-se uma estimativa do património a herdar, a qual não deveria exceder um determinado quantitativo.

<sup>305</sup> Fam 942i/1103.

entre os 525\$000 e os 800\$00 réis fixados pela Santa Sé, é importante sublinhar alguns dos parentes indicados nos processos:

José Francisco de Lacerda e Ana Otilia de Lacerda, primos direitos requerem, dispensa em forma pauperum em 3 de Agosto de 1856<sup>306</sup> e, embora provenham de famílias de Velas, impossibilitando caracterização económica, não nos parece que os pais fossem pobres. José era filho do alferes José Francisco Silveira, enquanto D. Ana tinha António Lacerda Pereira e D. Maria Josefa de Lacerda como progenitores, importante família terratenente tanto nas Velas como na própria Ribeira Seca. Ainda nas Velas encontramos o capitão André José Francisco de Sousa, parente de D. Margarida Clara de Azevedo<sup>307</sup>.

A pobreza é, efectivamente, característica da grande maioria das famílias da Ribeira Seca que não atingiam frequentemente um património orçamentado entre 525mil e 800 mil réis, daí que na maior parte dos processos não existisse engano. O mesmo não se pode dizer daqueles que não conheciam de perto a carência. Sendo muito poucos a invocá-la, pois o universo dos ricos é também muito menor, não tiveram pejo em afirmar o seu pretenso desfavorecimento económico. Ora não cremos que o bispo acreditasse na pobreza de um capitão, como se alude no próprio processo. Estamos, pois, perante um mero formulário canónico.

Finalmente, o sexto e derradeiro artigo, de menor importância, garante que a noiva não foi furtada para casar, mas «antes o fez de sua livre vontade», pois a espontaneidade e a liberdade foram sempre duas premissas essenciais do matrimónio. Como refere António Hespanha, o Concílio Tridentino estabeleceu que «a causa do matrimónio é o consentimento [...] um consentimento verdadeiro, e não fictício, livre de coacção e de erro manifestado por sinais externos [...]»<sup>308</sup>. Ao mesmo tempo, neste último parágrafo os nubentes

---

<sup>306</sup> M.A., 856. Dispensa de 1818.

<sup>307</sup> M.A., 853, Dispensa de 1808. Encontramos, ainda, capitão André Francisco de Sousa na vereação velense em 1805. Cf. *N. H.*, I, p. 490.

<sup>308</sup> Art. cit., p. 952.

garantem que o seu comportamento incestuoso não teve repercussões ao nível civil, pelo que «não têm pleito» algum em juízo.

Como devem ser vistas globalmente estas dispensas matrimoniais? A escassez de estudos específicos sobre este tema impede uma leitura comparativa, não só dos níveis de consanguinidade como, também, da orgânica processual e termos empregues. Esta lacuna é, igualmente, reforçada pela *História da Família* pois «os estudos, quase todos baseados nos pedidos de autorização, são ainda muito escassos à escala europeia [...] para se tentar uma avaliação conjunta do fenómeno»<sup>309</sup>.

Parece-nos que a Igreja, garante da moralidade e receosa das repercussões do «escândalo», se apressa em dispensar os prevaricadores. A autoridade eclesiástica assinava uma nota em que, após a resenha dos quesitos, justificava a dispensa, necessária, segundo ela, pela gravidade da situação e até pelas «circunstâncias políticas entre Portugal e a Santa Sé»<sup>310</sup>. Por exemplo, na sentença do processo de José Teixeira Sousa e de Maria Jesus<sup>311</sup>, idêntica a tantas outras, o prelado dispensa os impetrantes «porquanto hé difficil o recurso a Roma, e quando na demora insta perigo, ou de infamia, ou de incontinençia, ou outro qualquer dano, rogando portanto do poder que aos ordinarios hé concedido pela Santa Igreja nestes casos extraordinarios». A diocese faz, então, uso dos poderes facultados pela Santa Sé em casos extraordinários, como a reparação da honra feminina.

Margareth Darrow estudando as licenças matrimoniais de França no século XVIII refere, precisamente, que «uma dispensa por consanguinidade é dada em função da comunidade ser pequena, do assédio constante e da fraqueza da mulher em ser seduzida, motivo pelo qual os impetrantes se devem casar para

---

<sup>309</sup> *História da Família*, dir. de André Burguière e outros, vol. III – *O choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa*, Lisboa, Terramar, 1998, p. 72 (ed. Original francesa de 1986).

<sup>310</sup> Recorde-se que a partir da guerra civil (1831) e durante a primeira década da restauração do liberalismo a Santa Sé cortará relações diplomáticas com Portugal, só restabelecidas em 1842 por Costa Cabral.

<sup>311</sup> M.A., 860, 25.08.1834.

reparar a honra feminina»<sup>312</sup>. Esta autora parece confirmar a essência dos processos consultados, pois «a Igreja dizia que o casamento tinha de ser pleno. Se alguém não tinha força moral para suportar o celibato deveria casar-se e a escolha de um parceiro poderia corresponder à necessidade de se evitar o pecado da fornicação»<sup>313</sup>. Nesta sequência acabará por concluir que «sem o imperativo de conhecimento carnal as hipóteses de dispensa eram reduzidas»<sup>314</sup>.

A cópula, o escândalo na vizinhança e a reparação da honra aparecem, assim, como factores determinantes para uma rápida autorização e, se nem sempre constituíssem a causa originária de muitos dos processos, apresentavam-se como um sólido argumento para efeitos do direito canónico. A *estreiteza do lugar* parece, antes, constituir um dos motivos suficientes para tanto desarranjo social. Estas situações estão previstas no direito canónico como uma «causa menor ou honesta» que admite ponderação quando «o lugar do nascimento é tão pequeno, que uma mulher honrada [...] não possa nelle achar com quem case, se porventura não for com o seu parente ou afim»<sup>315</sup>. Eventualmente a forte endogamia geográfica e o inevitável casamento entre parentes de que já demos conta fosse uma causa essencial mas, mesmo assim, algo que possivelmente não singraria sem o somatório da cópula, escândalo e desonra feminina. Isto não significa que fosse necessário existirem bastardos para o matrimónio ir avante. Porém, a sua existência, enquanto prova irrefutável de cópula, dava, certamente, maior celeridade processual.

Talvez por óbvio, o *Juízo das Dispensas de Angra* não mencionaria a *estreiteza de lugar* como a causa fundamental para o deferimento das dispensas. Aliás, o que se assiste na Ribeira Seca parece enquadrar-se perfeitamente nas

---

<sup>312</sup> «Popular Concepts of Marital Choice in Eigtheent Century France», *Journal of Social History*, nº 156, 1996, p. 260. (tradução nossa).

<sup>313</sup> Art. cit., p. 263.

<sup>314</sup> Art. cit., p. 264.

<sup>315</sup> Ou seja, as localidades que não totalizam os 300 fogos. Neste sentido este conceito afigura-se naturalmente válido para a esmagadora maioria das aldeias da Ribeira Seca com particular destaque para as fajãs. Cf. M.D.E.P., p. 692. No entanto a *estreiteza de lugar* apenas nos surge nas dispensas eclesíásticas depositadas na Ouvidoria da Calheta (São Jorge), cujo núcleo se inicia em 1872.

hipóteses adiantadas pela *História da Família*, pois «a consanguinidade é também frequente nos casamentos entre camponeses [...] embora seja difícil explicar porquê». Referindo-se às investigações efectuadas para zonas geográficas periféricas, afirma-se que «a endogamia é sem dúvida grande nas ilhas e nas aldeias de montanha, onde no século XVIII se verifica uma percentagem de 70 a 90% dos casamentos [...]»<sup>316</sup>. Aliás, estamos em crer que os casamentos endógamos possam ter sido uma constante no arquipélago açoriano no decurso do século XIX, mercê do isolamento de diversos povoados, sobretudo nas ilhas mais periféricas<sup>317</sup>.

Contudo, apesar da facilidade com que aparentemente se obtinha uma dispensa, mesmo que «em forma de pobres», esta poderia representar um pesado encargo para indivíduos desfavorecidos. Perante a escassez de recursos para o pedido de dispensa à Curia Romana, invocava-se a frase «pobre e miserável que vive de seo cotediano trabalho e indústria» que, na opinião de M. Darrow, é «literalmente canónica e interpretada muito vagamente»<sup>318</sup>. Por isso tinha de se provar (ou alegar) pobreza mas também justificar as causas maiores, como o escândalo. A Santa Sé criava assim estas dispensas, distinguindo-se das *ordinaria*, pois os contraentes tinham de pagar uma taxa comum muito mais reduzida<sup>319</sup>.

Assim, o bispo de Angra impunha penas espirituais, as chamadas «penitências saudáveis», nomeadamente a «oração pela pureza de Nossa Senhora», os jejuns às sextas-feiras e, até o pagamento à câmara eclesiástica de uma libra de cera. Noutros casos, como o de Francisco Silveira Matos e Bárbara Augusta Azevedo, parentes dispensados em Maio de 1844 por 3º e 4º grau de

---

<sup>316</sup> *Ob. cit.*, p. 76.

<sup>317</sup> De facto, a este propósito, o estudioso Luís de Mendonça comenta que «os casamentos consanguíneos, muito usuais no século XIX, seriam insignificantes em períodos anteriores; ou então (com mais razão) a hierarquia local terá entendido que eles acabavam por funcionar como um mal necessário». Cf. *Aspectos da Vida Quotidiana nos Açores (perspectiva histórica)*, Ponta Delgada, ed. do autor, 1998, pp. 145-146.

<sup>318</sup> *Art. cit.* p. 76.

<sup>319</sup> M.D.E.C., pp. 692-693.



consanguinidade, o prelado ordenava a retratação dos prevaricadores. Estes candidatos a esposos deveriam, pois, deslocar-se à igreja paroquial e «com o manto sobre os ombros e com a cara totalmente descoberta pedirão perdão ao Povo do escândalo que lhe tem causado»<sup>320</sup>.

Apesar das penitências saudáveis, cujo cumprimento do perdão público duvidamos, devemos notar que os processos *pauperum* eram algo dispendiosos, quando a contribuição predial indicava que mais de metade da população possuía um rendimento anual inferior a 10 mil réis. O custo médio de cada deferimento rondava os 6700 réis, podendo entretanto totalizar os 11500 réis, devendo-se ainda adicionar a multa prevista pela Coroa que normalmente revertia para a sustentação dos expostos<sup>321</sup>. Aliás, em regra, quanto mais baixo o custo do processo, maior a multa<sup>322</sup>. Mas o tabelamento das dispensas apostólicas parece ter ficado ao critério das diversas dioceses gerando, por diversas vezes, honorários profundamente díspares. Por meio de uma curta sondagem nas dispensas da Cúria Patriarcal de Lisboa entre 1815 e 1827, deparamo-nos com um custo médio de apenas 1360 réis, sendo a frequência modal de 1510 réis, ou seja, sensivelmente cinco vezes menos face à diocese de Angra<sup>323</sup>.

---

<sup>320</sup> M.A., 869, 22.05.1844. Nas dispensas matrimoniais depositadas na Ouvidoria Eclesiástica da Calheta desde 1872 continua-se a exigir aos noivos o perdão público na igreja, independentemente do seu estatuto social.

<sup>321</sup> Em apenas um caso houve dispensa de pagamento para a sustentação de expostos. Tal ocorreu com Manuel António Vieira e Angélica Rosa, parentes em 3º grau e com um património ínfimo – 30 mil réis. Por isso o bispo «dispensa os de multa a benefício dos Expostos atendendo à sua extrema pobreza». Cf. M.A., 864, 30.10.1838. Note-se que a aplicação de parte da multa às rodas advinha da portaria de 21.05.1834 (Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos) como forma de desviar estas receitas que, até à data, se destinavam a Roma. Cf. *Collecção de decretos e regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial o regente do reino desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das camaras legislativas*, 3ª série [21.04.1833 a 17.09.1834], Lisboa, Imprensa Nacional, 1835, p. 194.

<sup>322</sup> Por exemplo, Raulino Azevedo Machado e Maria Cândida Armelim, parentes em terceiro grau, pagariam 4.200 réis pelo processo, enquanto a multa reversível aos expostos ascendia a 4.000 réis (M.A., 864, 26.3.1838). Em contrapartida António Sousa Fagundes e Bárbara Josefa, também parentes em 3º grau, remuneravam o bispado com 11.370 réis, enquanto a Coroa recebia 2.000 para os expostos (M.A., 866, 10.11.1841).

<sup>323</sup> I.A.N./T.T., *Cúria Patriarcal de Lisboa*, maço 164 (dispensas matrimoniais). Consultaram-se os 27 processos, todos dispensas em forma *pauperum*, sendo o seu formulário bastante aproximado ao da diocese de Angra. Aliás, a suspeita de cópula e a perda de reputação da mulher também constitui uma regra destes documentos.

Finalmente, é fundamental ter em linha de conta o compromisso estabelecido entre os nubentes na forma da celebração dos esponsais. Nos diversos contratos, homem e mulher assumem-se como «futuros esposos», até porque em alguns casos já haviam assumido esse estatuto aquando do nascimento dos filhos. Daí o casamento ter sido há muito planeado, muitas vezes com o tácito consentimento dos pais pois, da análise da configuração dos grupos domésticos, iremos constatar a ampla recepção dos ilegítimos pelos avós maternos.

Isto remete-nos para a complexa questão do namoro e do ajuste do matrimónio, à qual não possuímos resposta adequada, sobretudo pela escassez de estudos antropológicos. No entanto fica-nos a ideia de uma certa interiorização do estatuto individual, no sentido de se buscar uma aproximação ao seu semelhante. E, assim, mais do que uma imposição paterna, a escolha do cônjuge revelaria alguma liberdade, mas dentro dos estreitos limites da geografia e das condições inerentes à criação de um novo lar. Aliás, como advertiam alguns contemporâneos estrangeiros, nomeadamente os ingleses Bullar em 1838, as questões de natureza fundiária afiguravam-se determinantes o que, segundo estes, também contribuía para casamentos apressados de onde advinham sérios problemas conjugais.

«Rapaz e rapariga que sejam herdeiros de propriedades convenientemente próximas, passam, por tal razão ou outra parecida, à situação de noivos; e o pretendente, em vez de atravessar as fases do namoro, dá a entender o seu desejo aos pais da menina, e o negócio efectua-se rapidamente. Quer em resultado destes factos, quer por motivo do relaxamento dos costumes e consequente sensualidade, o nó matrimonial é a cada passo desfeito pelos homens da forma mais desbragada»<sup>324</sup>.

---

<sup>324</sup> Cf. Joseph e Henry Bullar, *Um Inverno nos Açores e um Verão no vale das Furnas*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1949, pp. 308-309 (ed. original de 1838).

Da análise de escrituras de esponsais fica-nos, efectivamente, a ideia de que o contrato ante-nupcial parece constituir um momento crucial na aceitação pública do novo casal. De facto, 28 das escrituras de esponsais englobam noivos que já possuíam uma família ilegítima notando-se, algumas vezes, uma estreita relação entre os casamentos consanguíneos e ilegitimidade. Por exemplo, Estácio Machado Gomes e Rosa Silveira celebravam esponsais pouco depois do nascimento de seu filho Miguel, em Fevereiro de 1816, alegando pretenderem casar-se «com a brevidade possível logo que lhes saia a dispensa apostólica», visto serem parentes em terceiro grau<sup>325</sup>. Noutro caso, José Sousa Cunha e Ana de Jesus, efectuem contrato em 1816 estabelecendo um prazo aproximado de dois anos para a cerimónia. No entanto, em Janeiro do ano seguinte nascia Inácio, apesar do casamento só se efectivar em Novembro de 1817<sup>326</sup>. Finalmente noutras situações, num total de 12, os esponsais celebravam-se quando a noiva já se encontrava grávida, o que pressupõe, naturalmente, um prévio acerto do matrimónio.

Ao nível eclesiástico esta prática trazia, inequivocamente, diversas consequências. É que a escritura ante-nupcial assume particular relevância se atendermos que a defesa da «honestidade pública», sempre mencionada nos processos de matrimónio, já advém de um prévio compromisso celebrado no seio civil. Por isso, a alegação a «escândalo público» deve ser, quanto a nós, lida com precaução. Na maioria das situações o convívio pré-marital entre os nubentes não deveria implicar «murmuração na vizinhança» por se tratarem de uniões discutidas com o prévio consentimento dos pais<sup>327</sup>. No entanto, uma eventual recusa da dispensa pela diocese podia, efectivamente, conduzir a uma clara

---

<sup>325</sup> Fam. 3304i/561, B.P.A.A.H., *Tabelionato – Ilha de São Jorge*, Notas do tabelião Mateus José Silveira, liv. 15 (1816), fls. 59v.- 60.

<sup>326</sup> Fam. 579i/630, idem, fls. 61v.- 62v.

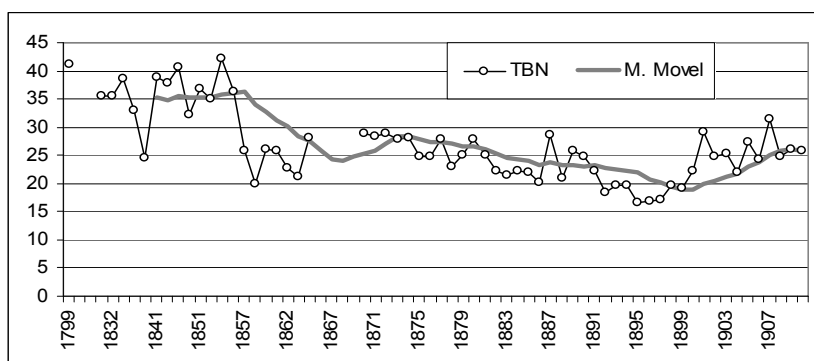
<sup>327</sup> Segundo alguns autores, designadamente Philippe Ariès, os esponsais correspondiam socialmente a casamento pois, «não existia um momento matemático pelo qual seria legítimo dormir com uma mulher. Os indivíduos passavam do ‘namoro’ para a ‘conjugalidade final’ através de uma série de estádios, consentimentos e acordos». (Cit. por Andrew Blaikie, *Illegitimacy, Sex and Society. Northeast Scotland, 1750-1900*, Clarendon Press Oxford, 1993, p. 111).

situação de perda de reputação da mulher, por já não existir retorno possível; dito por outras palavras, a política do «facto consumado» poderá inscrever-se num tácito compromisso entre as populações, o pároco local e as chefias eclesiásticas.

### 3.4 - A natalidade

#### 3.4.1 – O volume de baptizados e as taxas brutas de natalidade

**Gráfico 3.17**  
**Evolução da taxa bruta de natalidade e média móvel de 9 anos na freguesia da Ribeira Seca (1800-1910)<sup>328</sup> ‰**



Em função dos dados disponíveis, mesmo que escassos para o primeiro quartel do século, sobressai uma redução substancial da taxa bruta de natalidade (T.B.N.) ao longo de todo o século XIX. Este decréscimo far-se-á sentir de forma particularmente intensa a partir do período compreendido entre 1857 e 1868, para, de uma forma geral, continuar a manifestar uma tendência de queda até 1900.

Em termos da periodização da T.B.N. estabelecemos três fases essenciais. A primeira (1799-1857) corresponde a um valor médio de 35,6‰, quantitativo contextualizado no panorama português, onde a média se situava

<sup>328</sup> As T.B.N. foram calculadas com base nos cinco anos envolventes de cada numeramento. A média móvel de 9 anos efectuou-se a partir da T.B.N. efectiva de cada ano. Consideraram-se apenas os baptismos celebrados na freguesia.

nos 34,5‰<sup>329</sup>. A segunda fase engloba os anos de 1857 a 1900, registando uma natalidade extraordinariamente baixa (23,4‰) relativamente ao período antecedente. Devemos apontar que este valor já se situa muito aquém dos verificados no território português, na medida em que, em semelhante cronologia, a natalidade rondava os 33‰. Finalmente, no primeiro decénio do século XX constata-se uma subida neste indicador - 25,8‰ - o que parece contrariar a longa tendência de decréscimo da natalidade. De qualquer modo, na ausência do estudo da natalidade pós 1910, podemos supor que semelhante adição foi meramente episódica numa freguesia já bastante fustigada pela emigração e, concomitantemente, envelhecida.

---

<sup>329</sup> Cf. Mário Leston Bandeira, *Demografia e Modernidade* [...], Lisboa, INCM, 1996, p. 158, (quadro IV.11). Comparativamente a outras paróquias estudadas sistematicamente, designadamente na ilha do Pico, devemos notar que a redução na T.B.N. não foi coincidente. Com efeito, as taxas das paróquias do Sul do Pico evidenciam valores mais moderados no segundo quartel Oitocentista. No caso de São João a natalidade atingia os 28,5‰ em 1847 (cf. de Maria Norberta Amorim e Alberto Correia, *Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em S. João do Pico* [...], p. 211; e, na Criação Velha a média das décadas de 1840 e 1850 salda-se nos 31‰. Cf. *Evolução Demográfica na Criação Velha* [...], p. 153 (gráfico 50). Recorde-se que em ambas as paróquias a redução do número de baptizados se processou na década de 1840, enquanto na Ribeira Seca esse abrandamento foi mais tardio.

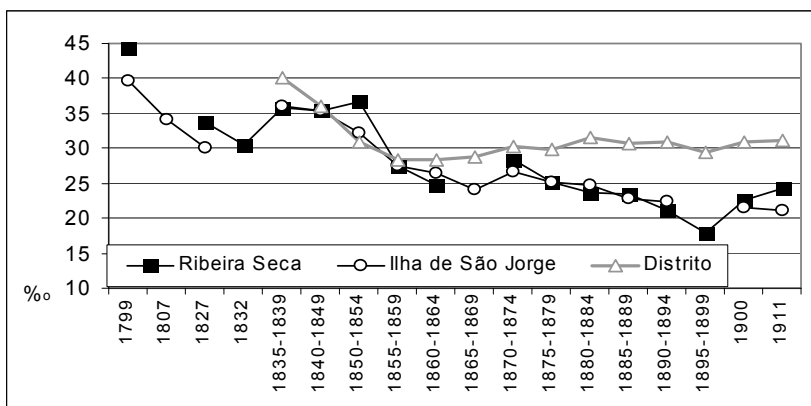
**Quadro 3.32**  
**Evolução comparada das taxas brutas de natalidade na freguesia da Ribeira Seca e ilhas do distrito de Angra (1799-1911)**

Ano/Período	Ribeira Seca	Concelho da Calheta	Ilha de S. Jorge	Ilha Graciosa	Ilha Terceira	Distrito
1799	44,4	41,0	39,6	32,0	-	n.a
1807	-	32,0	34,1	-	-	n.a
1827	33,7	-	30,0	-	-	n.a
1832	30,5	-	-	-	-	n.a
1835-1839	35,8	32,1	36,0	37,0	42,8	40,2
1840-1849	35,5	34,4	35,5	31,9	37,4	36,1
1850-1854	36,6	31,7	32,2	28,5	31,3	31,0
1855-1859	27,4	27,7	27,5	25,5	29,4	28,4
1860-1864	24,8	25,3	26,5	25,8	29,4	28,3
1865-1869	-	24,6	24,1	26,8	31,0	28,8
1870-1874	28,4	27,9	26,7	28,5	32,1	30,3
1875-1879	25,1	25,3	25,2	29,1	31,9	29,9
1880-1884	23,7	18,7	24,7	28,7	34,7	31,5
1885-1889	23,5	22,6	22,9	27,6	34,1	30,6
1890-1894	21,0	22,2	22,4	30,1	34,2	30,9
1895-1899	17,9	-	-	-	-	29,5
1900	22,6	-	21,5	30,0	33,5	30,9
1911	24,4	22,8	21,2	30,0	33,5	31,1

O quadro 3.32 permite situar a evolução da T.B.N. de forma mais consentânea perante a realidade de São Jorge e demais ilhas do distrito de Angra. Ao longo da sequência verificamos uma sintonia da T.B.N. no seio da ilha de São Jorge, na qual se evidenciam ritmos evolutivos muito semelhantes. No que concerne às ilhas Graciosa e Terceira já nos deparamos com algumas dissemelhanças. De facto, até ao quinquénio de 1855-59 todas as zonas geográficas apresentavam taxas algo próximas, ou seja, valores perfeitamente enquadráveis nos padrões portugueses. Já a partir da década de 1860, a natalidade do distrito de Angra tende a evoluir de forma desigual entre as três ilhas, como se infere do quadro.

**Gráfico 3.18**

**Evolução comparada das taxas brutas de natalidade na freguesia da Ribeira Seca e ilha de São Jorge e distrito de Angra (1799-1911) ‰**



Com efeito, à queda da natalidade verificada em todo o distrito de 1850-54 a 1855-59, segue-se uma fase de ligeira recuperação na década de 1860, apesar de menos intensa na ilha de São Jorge. Já a partir de 1870 a evolução da T.B.N. torna-se oposta, pela manutenção dos valores no cômputo distrital, enquanto em São Jorge e freguesia da Ribeira Seca desenrolava-se uma descida muito intensa deste indicador. É principalmente neste período (1870-1911) que devemos insistir numa forte disparidade de comportamentos no âmbito do distrito: na ilha Terceira a média mantinha-se nos 33,4‰, na Graciosa nos 29,2‰, enquanto em São Jorge a natalidade não excedia os 23,5‰. Se nos recordarmos dos valores médios da T.B.N. portuguesa ao longo do século XIX, cerca de 30‰, podemos concluir que o distrito de Angra manteve valores algo semelhantes durante toda a segunda metade Oitocentista. Ao invés, tanto a freguesia como a ilha de São Jorge, nunca recuperariam do decréscimo da natalidade processado em 1855-59, eventualmente por influência de uma corrente migratória assaz significativa.

### 3.4.2 - A percentagem de ilegitimidade

Ao estudo da natalidade impõe-se, naturalmente, a análise do número de nascimentos ilegítimos que, na freguesia em estudo, contribuem significativamente para o total de baptismos<sup>330</sup>. Devemos notar que a percentagem de ilegítimos (P.I.)<sup>331</sup> é, apesar de tudo, um indicador rudimentar na medida em que relaciona os nascimentos ilegítimos face ao total, negligenciando os quantitativos da população reprodutora. Mesmo assim esta percentagem afigura-se determinante ao nível da demografia histórica, quando escasseiam elementos concretos acerca da distribuição etária e sexual dos efectivos. Desta forma a P.I., pela simplicidade no seu cálculo, permite-nos obter um conjunto apreciável de comparações face a outras áreas.

**Quadro 3.33**  
**Percentagem de ilegitimidade por décadas na freguesia da Ribeira Seca (1800-1910). Médias móveis**

Década	%
1800	13.6
1810	14.8
1820	21.8
1830	19.0
1840	19.5
1850	21.5
1860	24.5
1870	23.8
1880	22.3
1890	17.8
1900	10.4

<sup>330</sup> Incluímos o número de expostos (63), cuja representatividade estatística é diminuta. Em todos os restantes quadros comparativos o índice de ilegitimidade engloba, igualmente, o baptismo de expostos.

<sup>331</sup> Este indicador calcula-se através da divisão dos nascimentos ilegítimos pelo total de nascimentos num dado ano ou período, e é expresso em percentagem.

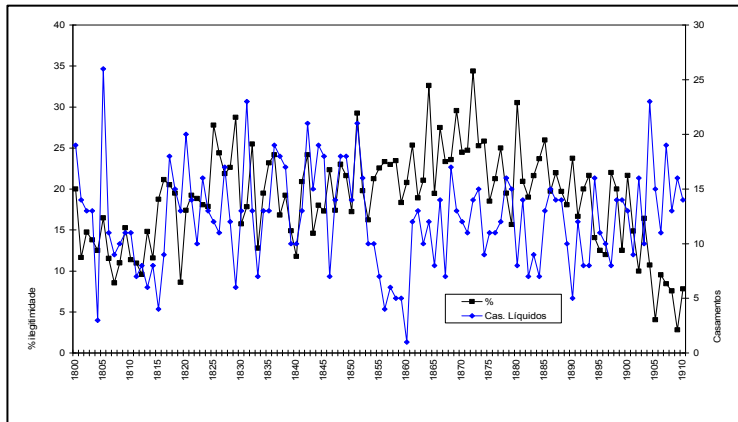


**Quadro 3.34**  
**Fases evolutivas e periodização da percentagem de ilegitimidade**

Anos	Evolução	Período
1808-1832	13,9	13,9
1832-1844	19,0	19,2
1844-1877	20,5	
1877-1888	13,6	21,2
1888-1913		11,0
1808-1913		19,0

A delimitação de quatro épocas a partir da tendência evolutiva da variável conduz a uma periodização do indicador algo semelhante. Assim, enquanto nas três primeiras décadas do século se inscreviam reduzidas percentagens (c. 14%), estabelecemos um longo período de 44 anos (1833-1877) caracterizado por um elevado nível (19%). A inflexão ocorrida a partir de 1877 conduz-nos, entretanto, à delimitação de dois períodos. O primeiro, de 1877 a 1888, no qual as percentagens se elevam para além dos 20%, e um segundo, estabelecido entre 1888 e 1913, com uma exígua bastardia (c. 11%).

**Gráfico 3.19**  
**Percentagem de ilegitimidade (%) e volume anual de matrimónios na**  
**freguesia da Ribeira Seca (1800-1913)<sup>332</sup>**



O gráfico 3.19 relaciona a P.I. com o número de casamentos celebrados anualmente, de modo a verificar uma eventual conexão entre as variáveis. Se a correlação não é, garantidamente, característica do comportamento humano, denota-se, sem dúvida, uma afinidade entre as variáveis. Sempre que a linha de matrimónios se mostra particularmente alta (cerca de 20 a 25) a P.I. tem propensão a registar valores mais suaves nos anos subsequentes. Inversamente, quando o número de jovens a casar é baixo (cerca de 5 a 10) sobe a proporção de ilegítimos, desde que o número de matrimónios não atinja, logo de seguida, patamares elevados. Vejamos alguns exemplos. Até 1805 o extraordinário volume de casamentos garante uma diminuição na ilegitimidade que não ultrapassará os 15%, até 1813. Após essa data o volume de casamentos diminui drasticamente; por consequência a bastardia vê-se constrangida a subir após 8 anos de contenção: em 1816 encontra-se nos 21%. Uma nova redução é processada em 1819 – 8,6%. Não admira que nos dois anos anteriores os

<sup>332</sup> Contabilizam-se todos os casamentos celebrados na paróquia excluindo-se aqueles em que os nubentes já possuíam anterior família ilegítima (c. 367). De qualquer modo este diferencial não altera substancialmente a evolução da variável.

matrimónios tenham estado em alta. A ligação é, assim, extensível a quase toda a série, particularmente na década de 1860 e 1870. Sensivelmente no último quartel do século a paridade continua presente, mas o ponto de equilíbrio entre casamentos e ilegítimos altera-se: a fraca intensidade nupcial continua a gerar ilegitimidade mas numa escala mais reduzida. A redução das taxas de fecundidade ilegítima confirma esta asserção.

Admitimos, pois, a hipótese de trabalho pela qual o mercado matrimonial pressiona até dado ponto a bastardia: poucos matrimónios conduzem a um aumento da ilegitimidade nos anos subsequentes, numa sociedade repleta de mulheres solteiras em idade fértil. Na realidade, a fraca intensidade matrimonial reflecte directamente um acesso tardio ao casamento, como já tivemos oportunidade de verificar. A este respeito o antropólogo Jack Goody comenta «o casamento tardio das mulheres [...] se nem sempre conduz à ‘ilegitimidade’, leva pelo menos à gravidez da noiva e à aceitação dos filhos naturais, depois legitimados pelo casamento dos pais»<sup>333</sup>.

Avultam, entretanto, algumas dificuldades na contextualização da percentagem de ilegitimidade face à ilha e arquipélago. É que, tanto as análises de base agregativa, como as de teor micro-demográfico ainda não motivaram suficientemente os historiadores da demografia açoriana. Esta lacuna obriga-nos a considerarmos alguns dados coligidos para o distrito de Angra do Heroísmo desde a sua criação até 1909. Finalmente, no propósito de um melhor enquadramento da ilegitimidade na freguesia, tentaremos indagar sobre a realidade de algumas paróquias açorianas e do continente.

---

<sup>333</sup> Cf. *Família e Casamento na Europa*, pp. 193-194.

**Quadro 3.35**  
**Percentagem de ilegitimidade no antigo distrito de Angra do Heroísmo**  
**(1841-1887)<sup>334</sup>**

Ilha/Concelho	1837	1841	1864	1872	1887	1894
Ilha Terceira	12,6	15,8	18,5	15,2	7,5	6,2
Angra do Heroísmo	20,2	21	23,4	22	7,9	5,3
Praia da Vitória	3,9	10,1	12,8	6,5	6,4	8,3
São Sebastião	1,5	2,4	5	a)	a)	a)
Ilha de São Jorge	13,7	25,9	25,5	26,7	19,6	15,2
Velas	12,2	13,8	24,9	32,4	18,5	16,7
Calheta	18,8	23,4	31,6	27,9	20,6	12,9
Topo	10,2	11,9	17,1	23,5	20	a)
Ilha Graciosa	17,7	17,7	29	25,7	17,1	12,8
Santa Cruz	16	16,6	32	25,7	17,1	12,8
Praia	20,4	20	24,4	a)	a)	a)
Distrito	13,6	16,1	21,3	22,8	10,7	8,4

a) Concelho extinto

Servindo-nos dos valores expressos no quadro anterior podemos observar a P.I. no distrito de Angra, tanto a nível longitudinal como transversal. Este indicador pautou-se por um crescimento algo acelerado de 1837 a 1864 quando em média nasciam 22 ilegítimos por cada 100 baptismos. Já a partir de 1872 regista-se um decréscimo muito significativo da percentagem, sobretudo de 1872 a 1887, o que em grande medida se relacionará com a redução do afluxo de expostos. Durante o primeiro período, 1837-1864, constatamos uma evolução algo regular da percentagem de bastardos, na medida em que esta tendeu a aumentar nos três espaços. Porém, é de destacar um comportamento algo dispar nas ilhas Graciosa e São Jorge: até 1864 esta percentagem dilata-se a um ritmo bem superior face à Terceira; por outro lado, depois desta data, a descida do indicador tende a ser bastante mais reduzida, sobretudo na ilha de São Jorge. Em função destas discrepâncias as ilhas periféricas manifestam uma apreciável peculiaridade sobretudo a partir de 1872, quando as suas médias atingem quase o dobro da ilha Terceira.

<sup>334</sup> Cf. as fontes descritas no capítulo 1 (quadro 1.4).

Ao nível concelhio esboçam-se divergências assinaláveis, sobretudo na ilha Terceira, certamente por influência da metrópole angrense que absorvia um bom número de expostos, daí que ao nível das freguesias rurais os níveis fossem exageradamente baixos<sup>335</sup>. Já na Praia da Vitória e, sobretudo, em São Sebastião - municípios de menor peso urbano – o nascimento fora do matrimónio era mais reduzido. Nas ilhas periféricas, a ausência de uma clara dicotomia entre centros urbanos e, eventualmente uma maior retracção da exposição, contribuía para menores disparidades. Mesmo assim, na ilha de São Jorge sobressai o concelho da Calheta com valores claramente superiores ao município velense e, sobretudo, relativamente ao do Topo. Aliás, o concelho em que se integra a Ribeira Seca evidencia-se no quadro distrital - tal como o de Santa Cruz da Graciosa – pela longa tendência na manutenção de elevadas percentagens de bastardia.

De forma a se perspectivar de forma mais clara a evolução do indicador desde a criação do distrito de Angra até 1909, atente-se aos valores reunidos no quadro seguinte, elaborado com base em períodos quinquenais.

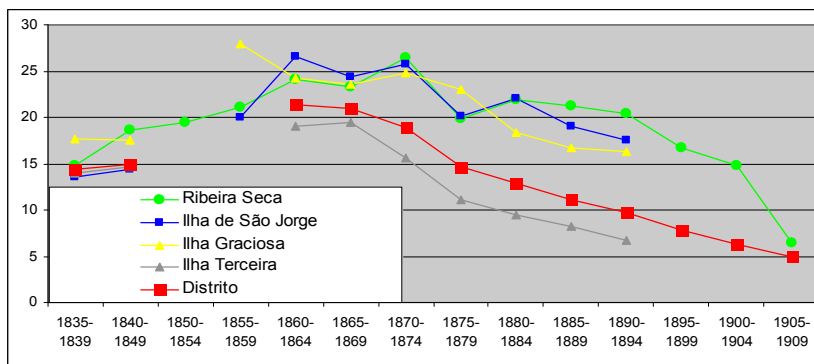
---

<sup>335</sup> De facto, a reduzida dimensão de certas paróquias rurais e a sua proximidade à roda, particularmente na ilha Terceira, provoca uma aglutinação de expostos nas freguesias urbanas. A título de exemplo, em 1841, o pároco de São Bartolomeu anotava na sua relação que «não se descreve o numero dos illegítimos porque estes, se alguns nascem, são lançados na Roda». Cf. B.P.A.A.H., *Governo Civil*, Mapas de População do Distrito de Angra (1839-1851), «Administração do Districto d'Angra. Concelho d'Angra do Heroísmo. Freguezia de São Bartholomeu» (Mapa estatístico de 1837 e 1840).

**Quadro 3.36**  
**Média quinquenal da percentagem de ilegitimidade no distrito de Angra**  
**(1835-1911)<sup>336</sup>**

Ano/Período	Ribeira Seca	Concelho da Calheta	Ilha de São Jorge	Ilha Graciosa	Ilha Terceira	Distrito
1835-1839	14,9	21,0	13,5	17,7	14	14,7
1840-1849	18,6	22,0	14,4	17,6	14,7	14,9
1850-1854	19,4	-	-	-	-	-
1855-1859	21,1	34,7	20,0	28,0	-	-
1860-1864	24,1	27,6	26,6	24,2	19,1	21,4
1865-1869	23,4	16,6	24,4	23,6	19,5	21,0
1870-1874	26,4	24,8	25,8	24,8	15,6	18,9
1875-1879	19,9	20,1	20,1	23,0	11,1	14,7
1880-1884	21,9	22,8	22,0	18,3	9,5	12,9
1885-1889	21,3	15,4	19,0	16,7	8,2	11,1
1890-1894	20,4	17,8	17,6	16,3	6,8	9,7
1895-1899	16,7	-	-	-	-	7,8
1900-1904	14,8	-	-	-	-	6,4
1905-1909	6,4	-	-	-	-	5,0

**Gráfico 3.20**  
**Média quinquenal da percentagem de ilegitimidade no distrito de Angra**  
**(1835-1911)**



<sup>336</sup> A omissão de valores para o quinquénio de 1850-1854 deve-se à existência de informação apenas para o ano de 1854. Para os dois quinquénios seguintes a média foi calculada tendo por base apenas dois cálculos.

Na ausência de dados para o período de 1850 a 1859 para a ilha Terceira, e de 1850-1854 para a da Graciosa podemos, eventualmente, supor que a percentagem de ilegítimos nesses locais registou um aumento, tal como na freguesia da Ribeira Seca e ilha de São Jorge. De qualquer modo, através da análise longitudinal constatamos uma descida sistemática da P.I. no distrito desde a década de 1860, tal como na ilha Terceira, já que esta determina o comportamento de toda a unidade administrativa.

No entanto, como já advertimos, a queda na P.I. nas ilhas periféricas mostra-se mais tardia (quinquénio de 1875-1879), ao mesmo tempo que, pelo menos até 1890-1894, ambas as ilhas registam valores singulares face ao distrito. Em boa medida este comportamento poderá estar relacionado com a natalidade. De facto, se recordarmos o comportamento da T.B.N., existe alguma ligação entre baixas taxas de natalidade e elevadas percentagens de ilegítimos. Nas ilhas de São Jorge e Graciosa é bem patente a queda do indicador no decénio de 1840 e, sobretudo, no quinquénio de 1855-1859. A este abrandamento da T.B.N. contrapõe-se um aumento da percentagem de bastardos que, de certa forma, se prolonga por toda a série. Na realidade, tomando-se o período de 1835-1899, encontra-se uma correlação negativa de 0,59 para a ilha de São Jorge e de 0,60 para a Graciosa, o que vem atestar a ligação entre a natalidade e a ilegitimidade. Relativamente à ilha Terceira a correlação mostra-se fraca (-0,26) mas tal comportamento poderá explicar-se por duas razões essenciais. Em primeiro lugar, a T.B.N. mostrou-se sempre elevada, tal como a nupcialidade, travando eventuais comportamentos ditos desviantes. Por outro lado, o fenómeno da ilegitimidade nesta ilha poderá ter tido um contexto diferente relativamente às demais, designadamente por meio de uma exposição mais massificada face a uma maior estigmatização do nascimento fora do casamento. De qualquer modo, abordaremos mais adiante esta questão, a propósito da relação entre o afluxo de expostos e a ilegitimidade.

Estendendo-se a análise da percentagem de ilegitimidade a outras áreas açorianas, também situadas na periferia insular, ressaltam coincidências e, simultaneamente, divergências, o que nos permite avaliar com maior propriedade o fenómeno em estudo.

**Quadro 3.37**  
**Ilegitimidade em várias paróquias açorianas (1800-1910).**  
**% Comparativo<sup>337</sup>**

Décadas	Sul do Pico (3 paróquias)	Criação Velha (S. Pico)	Sta. Cruz (Graciosa)	Praia (Graciosa)	Ribeira Seca (São Jorge)
1800	10,6	5,7		23,1	10,5
1810				23,1	14,7
1820				19	21,7
1830			23	24,5	19
1840					19,1
1850	12,9	0,8			21,4
1860					24,2
1870					23,5
1880					22,2
1890	4,9				17,5
1900					10,6

Na ilha Graciosa, seleccionada pelas elevadas percentagens de baptismos fora do matrimónio, são atingidos, na primeira metade de Oitocentos, níveis superiores aos encontrados para a paróquia em apreço. Na década de 1830 as vilas de Santa Cruz e Praia atingiam inclusivamente os 23 e 25%, respectivamente, valores ligeiramente acima dos da Ribeira Seca.

Se observarmos as paróquias do Sul do Pico, encontram-se, pelo contrário, diminutos níveis de bastardia. Nas três freguesias estudadas por Maria Norberta Amorim as percentagens máximas ascendem a 13% entre as décadas de

<sup>337</sup> Para as paróquias da ilha do Pico (S. João, São Mateus e São Caetano) veja-se, de Maria Norberta Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias* [...], p. 161 e, de Maria Herminia Mesquita, *Evolução Demográfica na Criação Velha* [...], p. 83. Os valores para a vila de Santa Cruz (inclui parte urbana e termo) na década de 1839, encontram-se no nosso estudo «Santa Cruz da Ilha Graciosa [...]», p. 267 e os da vila da Praia, igualmente de feição urbana e rural, foram calculados a partir dos assentos de baptismo (B.P.A.A.H., *Registos Paroquiais*, Ilha Graciosa, Baptismos (livros 11 a 20). Em todas as paróquias considerámos o número de expostos para o apuramento da percentagem de ilegitimidade. As quatro paróquias do Sul do Pico apresentavam um volume médio de 9600 indivíduos em 1849, e as duas vilas da Graciosa cerca de 4500, em igual data. Cf. Gilberta Rocha e Vitor Rodrigues, art. cit., anexos.



1850 e 1880, enquanto na Criação Velha, situada a Sudoeste, a percentagem revela-se ainda mais suave, com valores máximos de apenas 6%<sup>338</sup>. Os quantitativos apontados causam, naturalmente, alguma estranheza se considerarmos a analogia sócio-demográfica para com as freguesias jorgenses e graciocenses. Eventualmente, a estigmatização da ilegitimidade nas freguesias do Pico poderá ter contribuído para a diminuição da P.I., restando a dúvida se alguns dos baptismos foram subsumidos pelas rodas concelhias.

Em relação ao Continente não dispomos, também, de dados sistemáticos para o esboço de uma visão de conjunto. Se tivermos em conta apenas o baptismo de expostos enquanto medida de bastardia, a percentagem de ilegitimidade, por volta de 1815-1819, rondava os 8,9%<sup>339</sup>. Porém, a sua intensidade variava, sendo extraordinariamente elevada junto das principais rodas de expostos - comarcas de Lisboa (32%) e Porto (53%) - atingindo, entretanto, valores não despidentes nas comarcas de Vila Real (11,2%), Braga (10,3%) e Lamego (8,9%). Já no final do século o indicador situava-se nos 12-13%, escondendo profundas assimetrias<sup>340</sup>. Nos distritos de Vila Real, Bragança, Viseu e Lisboa a percentagem excedia os 18%, enquanto nos antigos distritos açorianos Angra liderava a tabela com 10%, seguindo-se-lhe a Horta com 9,6% e Ponta Delgada com o mais baixo valor nacional: 3,3%.

Numa escala micro-analítica devem ser considerados os diversos trabalhos na área da demografia histórica que enfatizam uma presença constante da ilegitimidade em várias freguesias do país<sup>341</sup>. Embora limitado e centrado no

---

<sup>338</sup> Se excluirmos o baptismo de expostos, obtém-se uma percentagem consideravelmente inferior nas paróquias estudadas por Maria Norberta Amorim (5,9% nas décadas de 1790-1840 e 9,4% entre 1850-1889). Cf. *ob. cit.*, p. 161.

<sup>339</sup> Cf. Adrien Balbi, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal* [...], Paris, 1822, pp. 206-211.

<sup>340</sup> Cf. Mário Leston Bandeira, *ob. cit.*, p. 301 (Quadro VI.11).

<sup>341</sup> Sobre a evolução da ilegitimidade em diversas freguesias portuguesas, consultem-se as sínteses de Isabel dos Guimarães Sá, «Abandono de Crianças, Ilegitimidade e Concepções Pré-Matrimoniais em Portugal», in *Actas do III Congresso da ADEH*, vol. III – *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do Século XVI ao Presente*, col. Biblioteca das Ciências do Homem, Lisboa, Afrontamento, 1997; Ana Silvia Scott, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVIII e XIX)*, p. 229 e Maria Norberta Amorim, «O Minho: Comportamentos Demográficos através da Informação Paroquial», *Ler História*, nº 36, 1999, p. 32.

Norte (18 freguesias), o universo de paróquias reconstituídas evidencia uma clara relevância estatística do fenómeno no Noroeste Português e no distrito de Bragança. De sete localidades do Alto Minho, encontramos as freguesias de Facha, Couto e Cambeses com níveis muito elevados ao excederem, em certas décadas, os 20%, enquanto, no mesmo distrito, as paróquias de Barcelinhos, Lanheses e Romarigães apresentavam valores bem mais moderados. No Baixo Minho sobressaem, igualmente, diversos cenários quase sempre de elevada intensidade; em Alvito e Mosteiro a bastardia ultrapassava por vezes os 20-25%, reduzindo-se para Ronfe (máximo de 14,5%), Lordelo (m. 13%), Pico de Regalados (11%) e Aveleda (7%).

Mas a amostragem trazida a lume por estes estudos parece não espelhar a realidade do país no século XIX. O Noroeste Português afigura-se mais como uma «estranha bolsa de ilegitimidade»<sup>342</sup> à *norma* portuguesa e europeia de reduzida natalidade ilegítima. A prová-lo estão as ténues percentagens de algumas paróquias do distrito do Porto, nomeadamente de Santiago de Bougado, do distrito de Coimbra - a freguesia da Sé - ou de algumas paróquias alentejanas sondadas por António Amaro das Neves para o século XVIII<sup>343</sup>.

Perante este quadro ainda imperfeito, sublinhe-se a relevância estatística da ilegitimidade na Ribeira Seca, eventualmente outra «bolsa» no complexo *puzzle* demográfico português. Das localidades continentais estudadas devemos, pois, destacar a singularidade desta paróquia açoriana, tanto pelo universo populacional que representa, como pelos apreciáveis níveis comparativamente ao quadro insular e continental.

---

<sup>342</sup> Cf. Maria Norberta Amorim, «Micro Análise de Longa Duração», in *IV Congreso de la Asociación de Demografía Histórica*. vol. II – *Pensamiento demográfico, coyuntura y microanálisis* (ed. Manuel Gonzáles Portilla e Karmele Zarraga Sangroniz), Bilbao, Universidad del País Vasco, 1999, pp. 231-232.

<sup>343</sup> Cf. «A Ilegitimidade no Minho Antigo: O Exemplo do Norte de Guimarães» in *IV Congreso* [...], p. 310.

### 3.4.3 – O comportamento reprodutor

#### 3.4.3.1 - As taxas globais de fecundidade

**Quadro 3.38**  
**Taxas de fecundidade global, legítima e ilegítima (1799-1900)**  
 (‰)<sup>344</sup>

Ano	T.F.G.	T.F.Leg.	T.F.Ileg.
1799	158,1	342,6	42,5
1832	133,6	289,9	40,0
1839	139,8	306,9	38,3
1849	134,4	311,8	45,0
1864	95,5	202,0	36,3
1875	99,8	265,8	33,6
1884	79,3	219,4	24,3
1900	88,5	241,8	19,9

O quadro 3.38 apenas disponibiliza valores para oito datas, pois os cálculos apresentados requerem levantamentos, cálculos ou listas populacionais susceptíveis de contemplarem informação acerca da estrutura etária feminina. Assim, não é de estranhar um lapso entre 1799 e 1832, embora de menor

<sup>344</sup> Utilizamos a terminologia inglesa pelo que a palavra «global» corresponde a toda a população feminina em idade fértil e «geral» à soma das diversas taxas específicas.

$$\text{Taxa de Fecundidade Global} = \frac{\text{n}^\circ \text{ médio de nados – vivos}}{\text{total pop. feminina (15 – 49)}} \times 1000 \quad ;$$

$$\text{Taxa Fecundidade Legítima} = \frac{\text{n}^\circ \text{ médio de nados – vivos legítimos}}{\text{total pop. feminina casada (15 – 49)}} \times 1000 \quad ;$$

$$\text{Taxa Fecundidade Ilegítima} = \frac{\text{n}^\circ \text{ médio de nados – vivos ilegítimos}}{\text{total pop. feminina não casada (15 – 49)}} \times 1000$$

O total de efectivos do ano de 1849 foi retirado do artigo de Gilberta Rocha e Vitor Rodrigues, já cit. (anexos), onde o segundo escalão etário feminino compreendia as mulheres entre os 25 e os 60 anos. Assim, servimo-nos do rol de confissão de 1839 para obter a proporção de mulheres entre os 25 e os 49 anos de idade. A repartição das mulheres por estado civil foi calculada pela *análise de regressão*. Para 1864 servimo-nos do recenseamento geral da população no qual se discriminam as mulheres entre os 16 e os 50 anos.

importância, pois conhecem-se alguns valores intercalares para a natalidade. Pelo contrário, a ausência de dados entre 1849 e 1864, já adquire outro significado, ao impossibilitar uma marcação exacta na descida da fecundidade.

Como sugere o quadro, em 1799 a taxa de fecundidade geral (T.F.G.) é elevada, aproximando-se dos 160‰, valor nunca alcançado durante todo o século XIX. A T.F.G. sofrerá uma primeira baixa em 1832 motivada, parcialmente, por uma ligeira perda de vitalidade, recuperando até ao final da primeira metade de Oitocentos. A segunda parte do século corresponde a uma fase de redução acelerada na T.F.G., bem como das taxas de fecundidade legítima (T.F.L.) e ilegítima (T.F.I.). Em 1849 a T.F.G. ronda os 134‰, em 1875 reduz-se até aos 100‰, não ultrapassando os 90‰ em 1900.

Relativamente à taxa de fecundidade ilegítima note-se que existe um comportamento regular durante toda a primeira metade do século: em 1799 nasciam 43 filhos por cada mil mães solteiras ou viúvas e, em 1849, a propensão para a ilegitimidade era quase idêntica (45‰). Já em 1875 a T.F.I. acompanhava de perto a diminuição das restantes taxas de fecundidade, reduzindo-se para 33,6‰, 24,3‰ em 1884 e apenas 20‰ no último ano do século. Ou seja, se a redução da T.F.I. se desenrolou na segunda metade Oitocentista, foi no último quartel deste século que os níveis de ilegitimidade registaram uma descida bastante significativa.

O cálculo da taxa de fecundidade ilegítima revela-se, pois, essencial para uma leitura mais correcta do nascimento fora do matrimónio. Esta relaciona o número de filhos naturais com a população solteira e viúva em idade fértil, enquanto pela percentagem de ilegitimidade apenas conhecemos o quantitativo de bastardos por cada 100 nascimentos. Sem pretendermos hierarquizar os indicadores, mas procurando uma leitura complementar, não existem dúvidas que a probabilidade para uma mulher conceber fora do casamento só é mensurável pela taxa de fecundidade ilegítima. Como afirma Edward Shorter este indicador resume a probabilidade ou risco, enquanto a P.I., como já

afirmámos, não isola os efeitos de estrutura populacional, designadamente a população feminina em idade de procriação<sup>345</sup>. Assim, o impacto causado pela percentagem de ilegitimidade exige ser confrontado com a percentagem de mulheres solteiras na freguesia: 60% a 70%<sup>346</sup>. A clara maioria de mulheres solteiras em idade de procriar irá consequentemente empolar a percentagem de ilegitimidade enquanto a própria T.F.I. regista um decréscimo.

Tomando-se os valores das taxas de fecundidade relativas ao distrito de Angra do Heroísmo constata-se, com maior acuidade, a especificidade da taxa de fecundidade geral da ilha de São Jorge no decurso do período de 1864 a 1911. De facto, como já havíamos assinalado aquando do estudo da natalidade, ao longo de quase 50 anos a fecundidade da ilha afastou-se progressivamente da média distrital. Para tal contribuiu, essencialmente, a elevada subida da fecundidade geral nas ilhas Terceira e Graciosa: 34,3 e 64,2‰, respectivamente, enquanto em São Jorge apenas ocorreu um incremento significativo de 1900 para 1911.

---

<sup>345</sup> Cf. *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar, 1995 (ed. original inglesa de 1975), apêndice 2 («Problemas e fontes estatísticas da medição da ilegitimidade [...]»), pp. 352-356. Assim, a P.I. está sempre sujeita a duas flutuações: se existe uma súbita afluência de mulheres solteiras numa localidade a percentagem poderá subir, pois estas também podem gerar filhos, mas não significa que tenham maior tendência para a ilegitimidade. Por outro lado se existir uma súbita queda na fecundidade legítima e os nascimentos ilegítimos se mantiverem constantes, logo subirá a P.I., sem que isso traduza modificação de comportamentos.

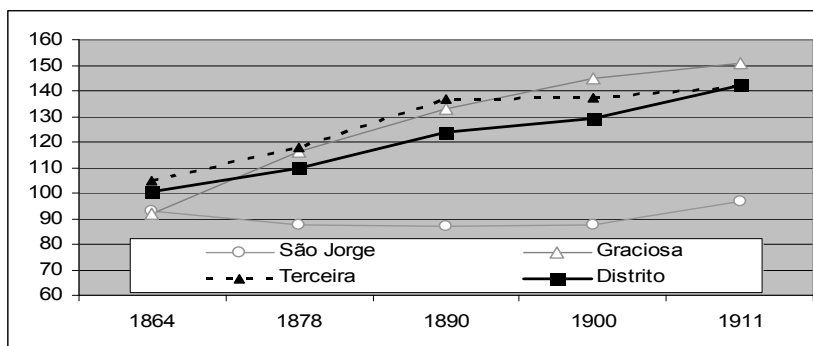
<sup>346</sup> Devemos adicionar uma escassa percentagem de mulheres viúvas que nunca excede os 3%.

**Quadro 3.39**  
**Taxas de fecundidade global, legítima e ilegítima no distrito de Angra do Heroísmo (1864-1911)**<sup>347</sup>

Ilha	1864			1878			1890		
	T.F.L.	T.F.I.	T.F.G.	T.F.L.	T.F.I.	T.F.G.	T.F.L.	T.F.I.	T.F.G.
São Jorge	197,4	36,6	93,1	215,6	26,0	87,7	226,1	23,7	86,8
Graciosa	198,3	34,9	91,9	218,7	43,0	116,5	228,8	42,0	132,9
Terceira	227,1	30,8	105,0	248,0	22,8	118,0	271,0	18,7	136,9
Distrito	216,9	32,8	100,5	237,7	25,8	109,8	257,7	22,5	123,7

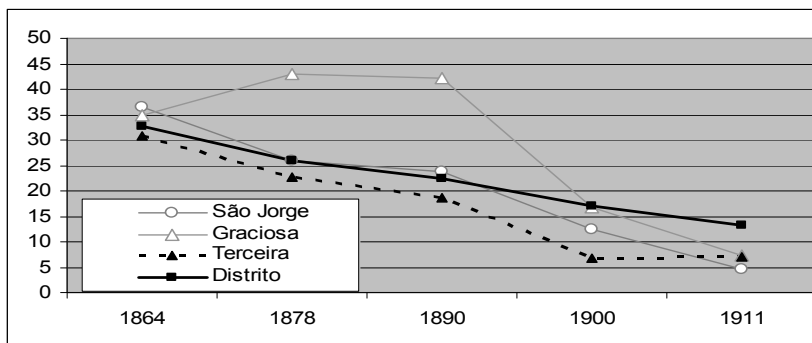
Ilha	1900			1910		
	T.F.L.	T.F.I.	T.F.G.	T.F.L.	T.F.I.	T.F.G.
São Jorge	-	12,3	87,6	-	4,7	96,8
Graciosa	-	16,7	144,9	-	7,3	150,9
Terceira	-	6,7	137,4	-	7,1	141,5
Distrito	255,9	17,0	129,2	265,5	13,3	142,0

**Gráfico 3.21**  
**Taxas de fecundidade global no distrito de Angra do Heroísmo (1864-1911)**



<sup>347</sup> Cálculos efectuados sobre os censos da população, estatísticas demográficas do Governo Civil de Angra do Heroísmo e estatísticas demográficas (I.N.E.). Utilizaram-se os nascimentos dos cinco anos envolventes de cada censo. Os valores da T.F.I. relativos a 1900 e 1910 foram retirados do estudo de Gilberta Rocha, *Dinâmica Populacional* [...], pp. 183, 185 e 187.

**Gráfico 3.22**  
**Taxas de fecundidade ilegítima no distrito de Angra do Heroísmo**  
**(1864-1911)**



Relativamente à taxa de fecundidade ilegítima notamos, no essencial, uma maior proximidade nos comportamentos do distrito, exceptuando-se, naturalmente, os valores anómalos registados da ilha Graciosa em 1878 e 1890. Na realidade, entre 1864 e 1911, processa-se uma descida intensa e contínua nas ilhas da Terceira e São Jorge com valores muito idênticos em 1878, 1890 e 1900; já em 1911 São Jorge registava a mais baixa taxa (4,7‰), quase um terço da média distrital (13,3‰). Comparativamente à freguesia da Ribeira Seca denota-se alguma similitude face à ilha de São Jorge, ou seja, uma descida gradual da reprodução ilegítima. De qualquer modo essa redução parece ter sido mais moderada na freguesia quando, em 1900, a taxa de fecundidade ilegítima ainda se situava nos 20‰.

### 3.4.3.2 - As taxas específicas de fecundidade

As taxas globais de fecundidade oferecem uma leitura mais detalhada do comportamento reprodutor mas, ainda assim, incompleta, na medida em que não evidenciam o comportamento dos diversos escalões etários situados entre os 15 e os 49 anos. Por outro lado, apenas as taxas específicas permitem avaliar

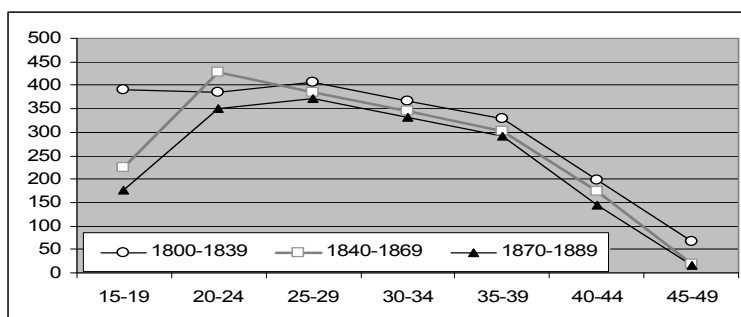
com rigor a capacidade reprodutiva de uma dada população, isto é, se num dado momento as gerações se renovam.

Com base na reconstituição da paróquia apenas podemos conhecer com alguma segurança as taxas de fecundidade legítima por grupos de idades e a descendência teórica (D.T.), isto é, o número total de filhos que cada mulher teve em todo o seu período fértil se não deduzirmos a mortalidade. Para estes cálculos recorremos a todas as famílias completas<sup>348</sup> (843), cujo casamento ocorreu entre 1800 e 1889.

**Quadro 3.40**  
**Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher, descendência teórica e taxa geral de fecundidade por idades na freguesia da Ribeira Seca (1800-1889)<sup>349</sup> ‰**

Década/grupo	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	D.T.	TFGI	Nº obs
1800-1839	390	385	407	366	328	197	66	10,69	2139	327
1840-1869	224	429	385	346	302	175	20	9,40	1881	319
1870-1889	177	351	372	331	291	146	15	8,41	1681	197

**Gráfico 3.23**  
**Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher por períodos na Ribeira Seca (1800-1889) ‰**



<sup>348</sup> Segundo Norberta Amorim, são as «famílias das quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de casamento, data de nascimento da mulher e data de óbito do primeiro cônjuge falecido» (tipo 1). Cf. *Evolução Demográfica de três Paróquias do Sul do Pico* [...], p. 35.

<sup>349</sup> A taxa de fecundidade geral por idades (T.F.G.I.) resulta do somatório das taxas específicas de fecundidade. A descendência teórica (D.T.) ou taxa total de fecundidade (T.T.F.) obtém-se através da multiplicação da T.F.G. por 5, na medida em que cada mulher vive 5 anos em cada escalão etário. Esse quantitativo é posteriormente dividido por mil.



De acordo com o quadro 3.40 estabelecemos três fases essenciais na periodização da fecundidade legítima. A primeira (1800-1839) caracteriza-se por uma descendência teórica muito elevada (10,7), para o que poderá contribuir a elevada taxa no grupo 15-19 ao afastar-se do modelo tradicional da fecundidade por idades. Já em 1840-1869 a D.T. reduzia-se para 9,4, sendo ainda visível uma fecundidade muito elevada nas mulheres compreendidas entre os 20 e os 24 anos. Finalmente no último período, 1870-1889, registam-se as mais baixas taxas de fecundidade em todos os grupos etários, pelo que a D.T. de cada mulher se saldava nos 8,4 filhos.

Para o arquipélago dos Açores apenas dispomos de dados comparativos para o Sul do Pico. As reconstituições de quatro paróquias conduziram a uma periodização das taxas de fecundidade legítima algo próxima da freguesia que estudamos (1800-1849; 1850-1879; 1880-1899), sendo a D.T. ligeiramente inferior com um mínimo de 7,7 e um máximo de 9,66<sup>350</sup>. Devemos assinalar que, em ambos os casos, estamos perante valores elevados tanto quanto nos é dado entender perante as reconstituições já efectuadas para o Noroeste português<sup>351</sup>.

Relativamente ao conjunto da população feminina da freguesia é possível aferir-se indicadores bem mais precisos relativamente ao comportamento reprodutor. Em primeiro lugar salientamos as taxas de fecundidade geral por idades (T.G.F.I.) legítimas, ilegítimas e gerais calculadas por meio dos róis e censos da população, juntamente com os baptismos dos cinco anos envoltentes contidos na base de dados.

---

<sup>350</sup> Cf. Maria Herminia Mesquita, *Evolução Demográfica na Criação Velha* [...], p. 56 (quadro 27) e p. 57 (quadro 28). As taxas de fecundidade legítima apresentadas nestes quadros não incorporam o grupo 15-19 de modo a minimizar grandes oscilações da taxa específica. Esta opção metodológica poderá subestimar ligeiramente a descendência teórica face aos dados apurados para a Ribeira Seca.

<sup>351</sup> Cf. Maria Norberta Amorim, «O Minho: Comportamentos Demográficos através da Informação Paroquial», *Ler História*, nº 36, 1999, p. 27 (quadro V).

**Quadro 3.41**  
**Taxas de fecundidade geral por idades na freguesia da Ribeira Seca**  
**(1799-1900)<sup>352</sup>. Por mil mulheres**

Idades	1799			1832			1849	1864			1875		
	L	I	G	L	I	G	G	L	I	G	L	I	G
15-19	785	3	23	612	5	23	18	500	8	13	202	8	11
20-24	666	42	182	439	39	125	125	343	60	92	459	23	61
25-29	546	104	290	480	80	201	181	375	56	121	437	50	126
30-34	556	60	258	340	53	167	155	237	38	160	401	87	213
35-39	252	58	194	256	40	152	168	225	69	171	330	45	179
40-44	217	17	149	189	19	127	199	158	41	129	161	27	110
45-49	226	24	151	82	22	67	13	20	0	14	33	5	22
TGFI	3247	308	1248	2399	256	863	859	1857	271	699	2023	246	721
DT			6,24			4,31	4,29			3,50			3,60
TBR			3,02			2,09	2,08			1,69			1,74
TLR			2,20			1,75	1,74			1,21			1,24

Idades	1884			1900		
	L	I	G	L	I	G
15-19	413	7	14	302	0	4
20-24	197	17	36	542	17	83
25-29	360	29	120	350	30	120
30-34	306	36	121	354	46	139
35-39	329	52	141	269	43	111
40-44	183	48	118	129	15	58
45-49	4	4	4	29	6	13
TGFI	1792	192	555	1975	157	528
DT			2,78			2,64
TBR			1,34			1,28
TLR			1,05			1,00

<sup>352</sup> Utilizamos o «Mappa dos Habitantes [...] 1799», os róis de confissão de 1832, 1875, 1884 e 1900 e o censo de 1864. Para 1849 recorreu-se à «Estatística da População do Districto [...] 1849» onde constava o total de mulheres nos grupos 15-25 e 25-60. De forma a determinar-se o quantitativo feminino de cada escalão quinquenal recorremos numa primeira fase à curva polinomial de 5º grau ( $y = -2E-06x^5 + 0,0005x^4 - 0,0543x^3 + 2,0447x^2 + 2,053x + 242,26$ ;  $r = 0,9978$ ), mas esta equação deixava de ser representativa a partir dos 35 anos. Assim, após se verificar que a proporção da população feminina em idade fértil era praticamente idêntica em 1832 (0,4746) e 1864 (0,4732), optámos por efectuar a média destes dois anos para determinar os escalões etários em 1849. Multiplicámos o total de mulheres em 1849 por 0,4739 e, ao valor obtido, extrapolou-se a proporção de mulheres de cada grupo etário feminino.

Pela análise deste quadro verifica-se que a T.F.G.I. regista um decréscimo acentuado de 1849 (859) a 1864 (699), embora só a partir de 1875 se desenrole uma queda acentuada e duradoura, tal como verificamos pela análise da taxa global de fecundidade<sup>353</sup>. Simultaneamente até 1849 as maiores taxas de fecundidade geral eram atingidas no escalão etário 25-29, situação que se altera a partir de 1864, quando o grupo 30-34 possui os valores mais elevados. De certa forma esta mudança inscreve-se na subida da idade média ao casamento, sendo uma das causas para a redução da fecundidade legítima e geral.

No que respeita à fecundidade ilegítima, só a partir de 1864 se detecta uma tendência contínua de baixa, pese embora o facto de se desconhecer este valor para o ano de 1849. Mas as taxas específicas revelam, antes de mais, um modelo de fecundidade caracterizado por uma maternidade tardia: até 1864 o grupo etário modal situava-se nos 25-29 anos, enquanto nos anos subsequentes a maior taxa de fecundidade ilegítima é atingida nos 30-34 e 35-39 anos. Por outro lado, esta alteração coincide com a redução do próprio nascimento fora do casamento, revelando que este progressivamente se torna residual, pois se confina a um sector cada vez mais idoso da população feminina.

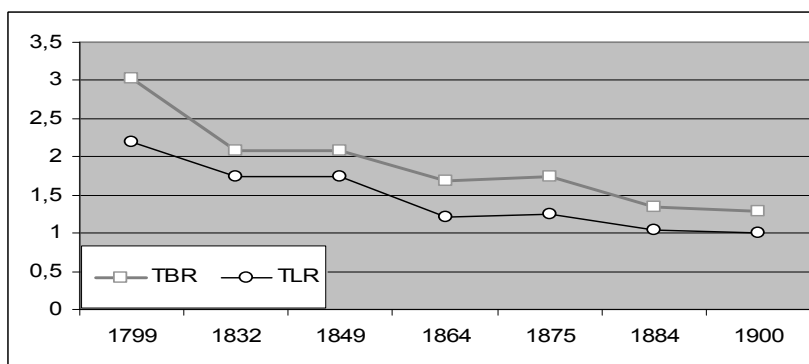
De um ponto de vista mais sintético a capacidade reprodutiva da população pode ser medida através da *taxa bruta de reprodução* (T.B.R.), ou seja, o número total de filhas que cada mulher, independentemente do seu estado civil, gera ao longo do seu período de vida fértil<sup>354</sup>. Finalmente, se tivermos presente que nem todas as mulheres que entram no período fecundo (15-49) sobrevivem, devemos deduzir a mortalidade de cada escalão etário por recurso à

<sup>353</sup> No entanto, há que alertar para uma eventual sobreavaliação do quantitativo relativo a 1799, porquanto os valores do escalão 15-19 se afigurem exagerados.

<sup>354</sup>  $TBR = DT \times 0,484$  (proporção de feminilidade à nascença), sendo DT a taxa total de fecundidade multiplicada por 5 ( $DT = i \sum_{x=15}^{49} i^{TFGI}_x \times 5$ ).

probabilidade de sobrevivência das mulheres entre as idades  $x$  e  $x+1$ <sup>355</sup>. Obtemos, assim, a *taxa líquida de reprodução*, um indicador bem mais preciso acerca da renovação de gerações. Assim, se o valor é igual a 1, significa que uma mulher terá, em média, uma filha que chegará à idade em que foi gerada pela mãe, garantindo-se a renovação de gerações.

**Gráfico 3.24**  
**Taxas brutas e líquidas de reprodução na freguesia da Ribeira Seca (1799-1900)**<sup>356</sup>



Perante a evolução das curvas do gráfico 3.24 verifica-se que ao longo do século XIX a capacidade reprodutiva da freguesia se reduziu progressivamente. De 2,2 filhas por mulher em 1799 (T.L.R.), atinge-se apenas 1,05 e 1,00 em 1884 e 1900, respectivamente; isto é, nestas últimas datas a população manter-se-ia estacionária com semelhantes níveis de fecundidade. Em termos de periodização cremos, mais uma vez, ter existido uma quebra notória da fecundidade entre 1849 (1,74) e 1864 (1,21).

<sup>355</sup> Para este efeito multiplicamos a taxa específica de fecundidade pela probabilidade de sobrevivência do mesmo grupo, ou seja,  $\frac{i L_x}{l_0}$ , sendo  $l_0$  a raiz da tábua de mortalidade. O resultado

deriva do somatório de todas as taxas líquidas por 0,484 dividido por 1000. No anexo 5 apresentam-se as tábuas de mortalidade no momento utilizadas para a obtenção das taxas líquidas.

<sup>356</sup> Para 1849 utilizou-se a tábua de mortalidade relativa à década de 1830, preterindo-se os valores relativos à década de 1860. Em 1884 recorremos à tábua dos anos 1896-1905, pois as probabilidades de sobrevivência nas idades férteis da década de 1880 nos pareceram extremamente reduzidas.

Neste sentido a taxa bruta de natalidade da freguesia e ilha - enquanto reflexo da fecundidade - reduzia-se gradualmente na segunda metade do século XIX, registando, como referimos, os valores mais baixos do arquipélago em 1900<sup>357</sup>. Esta queda seria responsável por uma desaceleração do crescimento demográfico, já que os níveis de mortalidade não acompanharam o decréscimo da fecundidade.

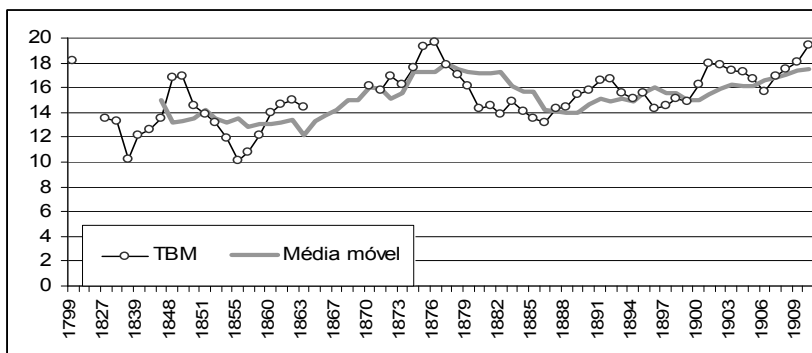
A este propósito comentava Duarte de Sousa, um contemporâneo, que «a população desta ilha não tem diminuído unicamente pelo facto da emigração. O seu decréscimo tem outras causas, podendo nomear-se em primeiro lugar a geral negação do casamento. Depois – não quero indagar a causa e menos argumentar a tal respeito – de há tempos para cá observa-se entre a gente do povo, aliás muito escrupulosa na observância de todos os preceitos religiosos, um facto que somente se dava nas classes ilustradas: a procriação muito limitada. Altos segredos da Providência!»<sup>358</sup>.

### 3.5. – A mortalidade

#### 3.5.1 – O volume de óbitos e as taxas brutas de mortalidade

**Gráfico 3.25**

**Evolução das taxas brutas de mortalidade na freguesia da Ribeira Seca e médias móveis de 9 anos (1799-1911) ‰**



<sup>357</sup> Cf. Gilberta Rocha, «Os Açores na Viragem do Século (1860-1930) [...]», p. 858 (quadro XI).

<sup>358</sup> *A Ilha de S. Jorge. Apontamentos Históricos e Descrição Topográfica*, 2ª ed., Câmara Municipal de Velas, 2003 (primeira edição de 1897), pp. 67-68.

Ao longo do período observado a taxa bruta de mortalidade (T.B.M.) registou um valor médio de 15,5‰, com um mínimo de 11,2‰ em 1835-39 e um máximo de 19,5‰ em 1911. Estas oscilações explicam-se tanto pela pequenez do universo, como pela maior flutuação inerente a esta variável, pese embora o facto de na segunda metade da centúria se processar um aumento da mortalidade. Mesmo assim, há que destacar um episódico «pico» nos anos de 1874 a 1877, enquanto na viragem para o século XX, esta variável sofre um incremento. Cremos que este agravamento se relaciona com a estrutura populacional nos finais do século XIX. O contínuo processo de envelhecimento dos efectivos, entretanto analisado pelas pirâmides etárias explicará, em boa medida, o aumento do número de óbitos, independentemente dos avanços médico-sanitários terem ou não surtido efeito.

Aceitando os valores médios enumerados e fazendo fé na fiabilidade da informação paroquial relativa a óbitos, salientamos a suavidade desta variável. Neste pressuposto, a mortalidade enquanto principal reguladora demográfica das sociedades de Antigo Regime, não actuou na Ribeira Seca de modo a coarctar o crescimento. Todavia, pela comparação da T.B.M. face à ilha de São Jorge e distrito de Angra entrevê-se alguma interrogação para com alguns valores da freguesia.

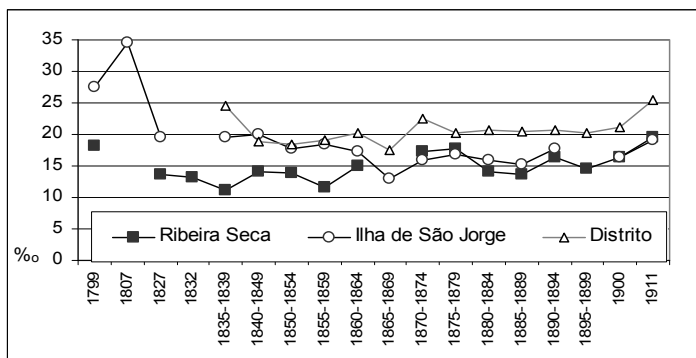
**Quadro 3.42**

**Evolução das taxas brutas de mortalidade na freguesia da Ribeira Seca, concelho da Calheta e ilhas do distrito de Angra do Heroísmo (1799-1911)<sup>359</sup>**

Ano/Período	Ribeira Seca	Concelho da Calheta	Ilha de São Jorge	Ilha Graciosa	Ilha Terceira	Distrito
1799	18,1	23,7	27,6	19,1	-	n.a.
1807	-	32,0	34,6	-	-	n.a.
1827	13,5	-	19,6	-	-	n.a.
1832	13,3	-	-	-	-	n.a.
1835-1839	11,2	14,8	19,5	22,4	27,3	24,5
1840-1849	14,1	19,9	19,9	18,2	19,4	19,0
1850-1854	13,9	13,6	17,7	15,8	19,4	18,4
1855-1859	11,6	15,6	18,3	17,7	19,6	19,1
1860-1864	15,0	15,2	17,3	20,1	21,4	20,2
1865-1869	-	9,8	12,9	17,9	19,3	17,5
1870-1874	17,2	14,5	16,0	30,2	23,8	22,6
1875-1879	17,7	16,0	16,8	21,4	21,4	20,2
1880-1884	14,0	13,4	16,0	19,8	22,5	20,6
1885-1889	13,7	13,4	15,3	16,7	23,0	20,4
1890-1894	16,5	16,2	17,8	19,7	21,9	20,7
1895-1899	14,5	-	-	-	-	20,3
1900	16,3	-	16,4	24,4	19,5	21,0
1911	19,5	19,5	19,1	16,4	27,6	25,4

**Gráfico 3.26**

**Evolução das taxas brutas de mortalidade na freguesia da Ribeira Seca, ilha de São Jorge e média distrital (1799-1911) %**

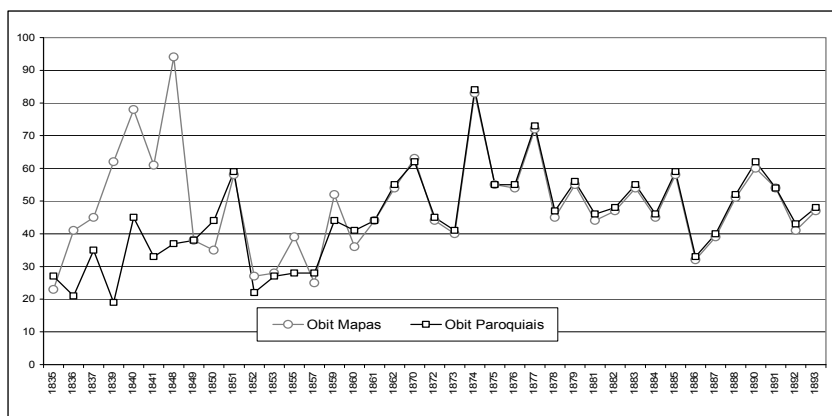


<sup>359</sup> Os valores relativos a 1799 para o concelho da Calheta e ilha de S. Jorge parecem-nos exagerados e poderão relacionar-se com um ano de mortalidade extraordinária. Se calcularmos a média do decénio de 1790 obtém-se uma T.B.M. de 19,7%. Cf. o nosso estudo «A População da Ilha de São Jorge [...]», p. 580 (quadro 1). O mesmo se dirá para 1807, embora infelizmente não estejamos na posse de dados adicionais para se efectuar uma média ponderada.

De acordo com o quadro 3.42 a T.B.M. da ilha de São Jorge registou um valor médio de 17,3‰, enquanto a média do distrito – essencialmente influenciada pela ilha Terceira – se saldou nos 20,7‰. Esta diferença no comportamento da morbilidade manifesta-se sobretudo a partir do quinquénio de 1860-64 quando a ilha de São Jorge (16,4‰) se distancia da média distrital (20,9‰).

Relativamente à freguesia da Ribeira Seca nota-se que a T.B.M. se situa muito aquém da da ilha de São Jorge no período situado entre 1827 e 1859, especialmente nos quinquénios de 1835-1839 e 1855-1859, onde a diferença quase atinge o dobro. Recorde-se que os valores obtidos para a paróquia derivam dos registos paroquiais, enquanto todos os restantes foram colhidos através das estatísticas civis. Ora o gráfico 3.27 confronta os óbitos dos mapas estatísticos com os registos paroquiais da freguesia, pelo que é visível uma disparidade nos anos de 1836 a 1848.

**Gráfico 3.27**  
**Óbitos da freguesia da Ribeira Seca segundo os registos paroquiais e as estatísticas civis (1835-1893)**





Face à divergência entre valores – tanto mais inusitada por ser o mesmo pároco a assinar ambos os documentos – suspeitamos de um sub-registo paroquial de 41,2 e 17,4% em 1835-1841 e 1848-1859, respectivamente, face às estatísticas civis<sup>360</sup>. Por outro lado a confirmação deste sub-registo, sobretudo em 1835-1841, encontra-se nos próprios mapas da população, na medida em que a T.B.M. da freguesia é muito similar à apurada para o conjunto da ilha.

No contexto insular alguns investigadores já haviam salientado a suavidade das taxas brutas de mortalidade na ilha de São Jorge. No início do século XIX os valores jorgenses situavam-se aquém da média, conforme refere Artur Madeira<sup>361</sup>, permanecendo a tendência em 1849, data de um aceitável cômputo da população açoriana<sup>362</sup>. Na viragem para o século XX Gilberta Rocha ainda destaca a particularidade das ilhas do Pico e São Jorge. De facto, enquanto a média do arquipélago rondava, em 1900, os 24‰, ambas as ilhas registavam uma T.B.M. inferior a 17‰<sup>363</sup>.

Se atentarmos aos indicadores médios vigentes no Continente, sobressai a suavidade desta variável na freguesia e ilha. Segundo dados de Miriam Halpern Pereira a T.B.M. manteve-se aparentemente constante ao longo dos três primeiros quartéis do século XIX, com um máximo de 25‰ em 1849 e um mínimo de 20,8‰ em 1838 e 1843<sup>364</sup>. No último quartel de Oitocentos e inícios

---

<sup>360</sup> Recorde-se neste particular do mencionado no capítulo 1 (Fontes e Metodologia; os registos paroquiais) acerca das omissões do Padre António Silveira Machado.

<sup>361</sup> Cf. *População e Emigração nos Açores (1766-1820)*, vol. I, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1999, p. 216. A título de exemplo, as principais ilhas, São Miguel e Terceira registavam, em inícios do século, índices de mortalidade claramente acima dos 20‰.

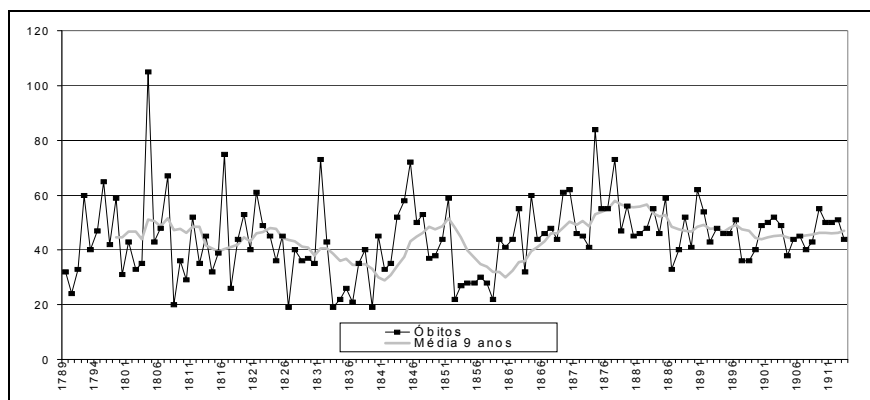
<sup>362</sup> Nesta data a T.B.M. situava-se nos 19,7‰, embora escamoteasse profundas diferenças. Nos antigos distritos de Angra do Heroísmo e Horta atingia os 15‰, enquanto em Ponta Delgada ascendia aos 26‰, quase o dobro. Cf. Gilberta Rocha e Victor Gaspar Rodrigues «A População dos Açores [...]», p. 369, (quadro 15).

<sup>363</sup> Cf. «Os Açores na Viragem do Século [...]», p. 856. No caso da ilha do Pico, Maria Norberta Amorim e Alberto Correia mostram que a T.B.M. na freguesia de São João oscilou entre os 15 e os 17‰ na primeira metade do século XIX, atingindo os 20‰ nas décadas de 1870 e 1880 (valores médios) Cf. *Francisca Catarina [...]*, p. 196, 211 e 271. Na Criação Velha a morbilidade registou uma média praticamente idêntica à da Ribeira Seca entre 1820 e 1910 (valores médios). Cf. *Evolução Demográfica [...]*, p. 212, (quadro 80).

<sup>364</sup> Dados citados por Mário Leston Bandeira, *ob. cit.*, p. 157. (Valores compreendidos entre 1838 e 1875). Relativamente a alguns países da Europa Ocidental Portugal estaria enquadrado na média. A título de exemplo, entre 1850 e 1860, a Inglaterra registava uma T.B.M. de 21,7‰, a França 23,9‰;

de Novecentos existe, inclusivamente, uma ligeira subida do indicador que, em 1911, atingia os 24‰<sup>365</sup>.

**Gráfico 3.28**  
**Movimento de óbitos na freguesia da Ribeira Seca e respectiva média móvel de 9 anos (1790-1913)**



No que respeita ao indicador volumétrico do número de óbitos na Ribeira Seca entre 1790 e 1913, detectam-se inúmeras flutuações no movimento anual de mortes. Estas alterações, próprias do universo em causa, não manifestam a existência de crises de mortalidade extraordinária dada a ausência de sucessivos anos de forte intensidade de óbitos.

As crises alimentícias e epidémicas documentadas para a ilha de São Jorge podem, entretanto, ser alvo de um cotejo com o movimento de óbitos. Para o ano de maior mortandade – 1804 – não encontramos, contudo, qualquer referência a epidemias ou falta de géneros, pelo que o reduzido número de enterros nos anos anteriores possa ter alguma influência. Já em 1845 grassava a

a Dinamarca 20,4‰ e a Checoslováquia 29,5‰. Cf. Jean-Claude Chesnais, *The Demographic Transition: Stages, Patterns and Economic Implications: a longitudinal study of sixty-seven countries covering the period 1720-1984*, Clarendon Press Oxford, 1992, anexos (Quadro A3.3 – «Crude Death-rates, Europe and Austrália»).

<sup>365</sup> Cf. *Estatísticas Históricas Portuguesas*, vol. I, coord. de Nuno Valério, col. Estatísticas Gerais, Instituto Nacional de Estatística, 2001, p. 41, quadro 2G.

varíola na ilha, quando se atingem na freguesia os 72 óbitos<sup>366</sup>, enquanto nos dois anos seguintes a elevada quantidade de óbitos se relacionaria com uma crise alimentar<sup>367</sup>. Maiores consequências advinham dos maus anos agrícolas de 1874 e 1877, quando o total de defuntos aumentou notoriamente. Face a esta crise a municipalidade proibira, em 1874, a exportação de cereal, enquanto em 1877 se providenciara a importação de trigo de Ponta Delgada e Continente<sup>368</sup>.

Outras carestias alimentares como as de 1857-1859 e de 1893-1894 afligiram as autoridades, embora não existam reflexos directos ao nível da mortalidade na freguesia. Assim, a análise do gráfico 3.28 indica, uma vez mais, a pouca frequência de crises de mortalidade, o que reflecte a reduzida permissibilidade de óbitos na paróquia de São Tiago. Na verdade, do confronto entre os quantitativos anuais de mortes e os baptismos, verifica-se que apenas em 1804 existiu um saldo fisiológico ligeiramente negativo (-9).

### 3.5.2 - A mortalidade infantil

A fraca intensidade da T.B.M. na freguesia – ressalvados os sub-registos já apontados - poderá dever-se à exígua mortalidade infantil, que, no período em estudo, ainda constitui o factor determinante para a composição do número total de óbitos. O estudo de três paróquias do Sul do Pico por Maria Norberta Amorim revelou taxas de mortalidade infantil (T.M.I.) singulares, relativamente a Portugal e à Europa Ocidental. Esta constatação seria mais tarde reforçada pelos dados de outra paróquia do Sul do Pico, a Criação Velha, estudada por Maria Hermínia Vieira. O quadro 3.43 sintetiza a informação dessas freguesias com os resultados obtidos pela reconstituição da Ribeira Seca.

---

<sup>366</sup> Destes 89% ocorreram em crianças com menos de 7 anos, confirmando a intensidade da epidemia que vitima principalmente crianças. Sobre os efeitos da varíola no concelho da Calheta, consulte-se Pe Manuel Azevedo da Cunha, *N.H.*, II, p. 869.

<sup>367</sup> Em Outubro de 1846 a edilidade calhetense alertava o governador civil para a necessidade do envio de géneros, dada a escassez de batata e milho. Cf. *N. H.*, II, p. 873.

<sup>368</sup> Cf. *N.H.*, pp. 931-933 e, de José Cândido da Silveira Avellar, *A Ilha de São Jorge* [...], pp. 447-449.

**Quadro 3.43**  
**Taxas de mortalidade infantil na Ribeira Seca e Sul do Pico – 1800-1910**  
 (‰)<sup>369</sup>

Período	R. Seca	Sul Pico (I)	Sul Pico (II)
1800-1809	120	141	79
1810-1819	126	161	186
1820-1829	70	113	113
1830-1839	26	123	86
1840-1849	94	133	79
1850-1859	39	88	90
1860-1869	116	123	153
1870-1879	138	110	122
1880-1889	110	115	144
1890-1899	142	204	160
1900-1910	139	113	104
<b>TOTAL</b>	<b>99/123</b>	131	120

A cinzento assinalam-se os valores sub-avaliados

Consoante os dados expressos no quadro 3.43, enquanto a permilagem média para três paróquias do Sul do Pico se situa nos 131‰, na Criação Velha esta variável não excede os 120‰, o que levou Maria Hermínia Mesquita a «sublinhar a especificidade do ‘Sul do Pico’ e da Criação Velha relativamente à própria ilha do Pico»<sup>370</sup>. Usando metodologias análogas, a Ribeira Seca conhece, ainda, uma mortalidade infantil mais reduzida, com uma permilagem média de 99, ou de 123, se corrigida. É que os valores apurados para as décadas de 1820, 1830 e 1850 apontam para uma T.M.I. extraordinariamente baixa, sobretudo na década de 1830. Em nossa opinião tal facto radica, em parte, no sub-registo da mortalidade infantil, pois já havíamos detectado anomalias na T.B.M. da freguesia na cronologia supra-mencionada.

Difícil se torna compreender a razão pela qual a mortalidade infantil é tão baixa, porque são inferiores os valores da Ribeira Seca ou, simplesmente, explicar a evolução comparada ao longo do século XIX. Enquanto não existirem

<sup>369</sup> ‘Sul do Pico I’ corresponde às paróquias estudadas por Maria Norberta Amorim (S. João, S. Mateus e São Caetano) e ‘Sul do Pico II’ – à Criação Velha estudada por Maria Hermínia Mesquita.

<sup>370</sup> *Ob. cit.*, p. 172.

estudos aprofundados na área da demografia, mas também da antropologia, e que abarquem diversas freguesias, estas questões continuarão sem resposta adequada<sup>371</sup>.

### **3.5.3 - A estrutura da mortalidade e a esperança de vida à nascença**

Em função das baixas taxas brutas de mortalidade mas, também, pela reduzida mortalidade infantil e juvenil, a esperança de vida à nascença na freguesia afigurava-se elevada dentro do período estudado. A longevidade dos habitantes poderia, por consequência, contribuir para o constrangimento demográfico, obrigando a emigração a funcionar como um meio para se evitarem situações de risco.

A análise da esperança de vida à nascença de uma freguesia oferece várias dificuldades ao nível da demografia histórica. Em primeiro lugar, porque a dimensão estatística do universo perturba a análise, o que nos obriga a ponderar os óbitos de toda uma década. Por outro lado, a própria estrutura etária disponibilizada pelos róis de confissão é, como já se anotou, ligeiramente deformada por erros na recolha das idades, principalmente até aos 10 anos.

Neste sentido, entendemos efectuar o confronto dos róis de confessados com as fichas de família verificando-se que, de um modo geral, as crianças com mais de 6 meses eram inscritas nos róis como tendo 1 ano, sucedendo o mesmo às que possuíam 18 meses, porquanto lhes eram atribuídos dois anos completos. Daí deduzirmos ao total de crianças com 1 ano, aquelas que à data da elaboração do documento teriam 0 anos, e assim sucessivamente até aos 5 anos; é que estas idades são determinantes para o cálculo da esperança de vida à nascença. Saliente-se, entretanto, que admitimos o dia 15 alguns nomes de falecidos após esse dia ainda se encontram na lista.

---

<sup>371</sup> Maria Norberta Amorim questiona-se sobre uma diferente relação entre a mulher e a criança, especialmente nos cuidados durante o aleitamento e desmame, ou pelos efeitos de uma dieta alimentar baseada em cereais, nomeadamente o milho. Cf. *Evolução Demográfica* [...], p. 219.

**Quadro 3.44**  
**Esperança de vida à nascença ( $e_0$ ) masculina e feminina na freguesia da**  
**Ribeira Seca<sup>372</sup>**

Década/Período	Homens	Mulheres
1800	44,60	50,63
1830	59,02	61,52
1860	56,91	53,74
1870	51,44	54,72
1880	41,15	46,35
1896-1904	51,44	62,65

Em função dos acertos efectuados na estrutura etária deparamos com uma esperança de vida média na ordem dos 51,1 anos para o sexo masculino e de 55,4 para o sexo feminino, uma vez rejeitados os valores relativos às décadas de 1830 e 1880 por se mostrarem muito elevados no primeiro caso e inexplicavelmente baixos no segundo<sup>373</sup>. No contexto europeu e português devemos notar que a esperança de vida ao nascimento na freguesia é consideravelmente elevada, na medida em que entre 1800 e 1850, os valores disponíveis para os países mais evoluídos da Europa variam entre os 37 e os 44 anos<sup>374</sup>. No caso português sabemos que no início do século XX este indicador atinge os 44 anos<sup>375</sup>.

<sup>372</sup> Dados obtidos a partir de «tábuas de momento». Utilizámos as funções e ponderadores com base em Joaquim Nazareth, *Princípios e métodos [...]*, pp. 258-261, com ligeiras alterações. A cinzeno assinalam-se os valores susceptíveis de empolamento devido a deficiências no registo da mortalidade.

<sup>373</sup> Recorde-se que na década de 1830 suspeitamos de uma grave omissão no número de óbitos o que contribuirá de perto para a elevada esperança de vida à nascença obtida.

<sup>374</sup> Cf. Massimo Livi-Bacci, *Ensayo sobre la Historia Demográfica Europea. Población y alimentación en Europa*, Barcelona, Ariel, 1988 (ed. original italiana), p. 114 (quadro 12).

<sup>375</sup> Cf. Mário Leston Bandeira, *ob. cit.*, p. 167.

**Quadro 3.45**  
**Esperança de vida à nascença por gerações na freguesia da Ribeira Seca**  
**(1800-1840)**

Década	Homens	Mulheres	Efect. Iniciais
1800	42,79	49,36	616
1810	47,17	50,04	449
1820	51,60	60,67	471
1830	60,23	65,24	379
1840	46,17	55,61	479

Com base na reconstituição da paróquia é possível conhecer-se a esperança de vida ao nascimento através do acompanhamento de uma determinada *coorte* ou geração de indivíduos até à sua morte<sup>376</sup>. Uma vez recolhidos os óbitos até ao ano de 1943, estamos em condições de determinar a longevidade das gerações nascidas até 1849. De uma forma geral os valores expressos no quadro 3.45 apontam para uma esperança de vida na ordem dos 47 e 54 anos para os homens e mulheres, respectivamente. Estes valores aproximam-se dos apurados por meio das tábuas de momento - sobretudo para o sexo feminino - o que poderá garantir alguma segurança no apuramento da longevidade pelos dois processos.

Através da mesma metodologia – tábuas por gerações – Maria Norberta Amorim e Herminia Mesquita apontam valores algo superiores para as freguesias do Sul do Pico nas décadas de 1800 a 1840. No primeiro caso – paróquias de São Mateus, São Caetano e São João – a longevidade média situava-se nos 53,4 anos<sup>377</sup> e, na paróquia da Criação Velha, nos 56 anos<sup>378</sup>.

<sup>376</sup> Na observação excluíram-se os «emigrados» ou ausentes, ou seja, todos aqueles para os quais não se encontrou data de óbito.

<sup>377</sup> *Ob. cit.*, p. 234 (quadro 80).

<sup>378</sup> *Ob. cit.*, p. 130 (quadro 76).

### 3.6 – A mobilidade

#### 3.6.1 – As causas e os indicadores da emigração no distrito de Angra do Heroísmo

A emigração, bem presente na diáspora portuguesa, reveste-se de um significado e alcance bem particular no arquipélago açoriano. A sua localização geográfica em pleno Atlântico, servindo de plataforma giratória a um império pluri-continental, desde cedo constituiu um ponto nevrálgico no cruzamento de civilizações, culturas e gentes. Por outro lado, a dispersão insular e a concomitante matriz agrária da sociedade precocemente alimentaram a saída de gentes na demanda de novos horizontes, de melhores oportunidades de vida ou, como único garante da subsistência humana.

Ao nível da actual historiografia açoriana a questão tem incidido sobretudo a partir do século XVIII, mais concretamente na sequência das motivações da Coroa com vista ao povoamento do Brasil. Com efeito, em 1722, autoriza-se o primeiro grande alistamento de casais com destino ao Brasil por iniciativa das vereações das Lages (Pico) e Topo (São Jorge)<sup>379</sup>, seguindo-se outros, designadamente os de 1747 e 1749<sup>380</sup>, para além de pequenas *levas* ocorridas em finais de Setecentos, ou das diligências efectuadas por Pina Manique, em 1787, em povoar o Alentejo<sup>381</sup>. Todavia, os diversos arrolamentos promovidos pela Coroa poderão não corresponder cabalmente a um indício de excedente populacional - pelo menos em todas as ilhas - e circunscrevem-se num projecto político nem sempre coincidente com as necessidades das populações,

---

<sup>379</sup> Sobre o alistamento de 1722 veja-se de Avelino de Freitas de Meneses, *Gentes dos Açores. O Número e a Mobilidade em meados do Século XVIII*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1997 (policopiado), pp. 72-77 e, de Maria Benedita Araújo «Elementos para o estudo da emigração açoriana para o Brasil no início do século XVIII», *Mare Liberum*, nº 10, Dezembro de 1995, pp. 81-102.

<sup>380</sup> Cf. Avelino de Freitas Meneses, *ob. cit.*, pp. 77-108 e Artur Madeira, *População e Emigração [...] (1766-1820)*, pp. 273-277.

<sup>381</sup> Cf. Elisa Maria Lopes da Costa, «Novos Destinos para as Gentes Açorianas em finais de Setecentos: Terras de Além-Tejo um Espaço a Povoar?» in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX [...]*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1988, pp. 401-429.



designadamente aquando das crises alimentares e dos fenómenos da natureza<sup>382</sup>. Por outro lado os indícios de super-povoamento parecem ter-se confinado mais às ilhas periféricas - Pico, São Jorge, Flores, Corvo e, eventualmente, ao Faial - onde a insuficiência agrária gerava, com alguma rapidez, situações de calamidade<sup>383</sup>.

Mas é sensivelmente a partir da década de 1840 que o arquipélago abranda notoriamente o seu crescimento, fazendo pressupor a intensidade da corrente emigratória que se prolongará por todo o século XIX, amiúde no último quartel. De facto, se recordarmos a evolução da população açoriana, notamos um apreciável acréscimo de efectivos de 1800 até 1845, data a partir da qual a população insular regista o seu primeiro abrandamento. É também nesta época que o novo sistema político – o liberalismo – mais centralizador e determinado em promover a recuperação económica do país, gerou copiosa informação, quer qualitativa como quantitativa, destinada a avaliar a extensão do fenómeno e buscar as diversas causas, algumas vezes na forma de inquéritos parlamentares.

Em Julho de 1843, o distrito de Angra do Heroísmo apontava alguns fundamentos na sequência de uma consulta promovida pela Câmara Legislativa com vista a apurar as razões conducentes à emigração açoriana para o Brasil. Em primeiro lugar «o génio vivo, empreendedor e, por assim dizer, volante dos povos que habitam as praias do mar [...]», onde, o exemplo de muitos parentes e amigos «gozando de boa fortuna os incita a sair da pátria»<sup>384</sup>. Mas, também, as exíguas condições de vida eram apontadas pela Junta, na medida em que o

---

<sup>382</sup> De facto aquando do alistamento de 1722 verifica-se que, por diversas razões, grande parte dos indivíduos arrolados já não se predispõe a embarcar. O mesmo ocorre no município do Topo onde, de um conjunto inicial apreciável, apenas 194 moradores se mostravam disponíveis. Cf. Avelino Meneses, *ob. cit.*, p. 75-77.

<sup>383</sup> *Idem, Ibid.*, p. 98 (quadro 1). Por exemplo, no alistamento de 1747 as ilhas periféricas apresentam elevadas percentagens de alistados face ao total populacional (21% em São Jorge, 10% na Graciosa e 9% no Pico) enquanto na Terceira e São Miguel essa percentagem não excedia os 3,5 e os 0,6%, respectivamente.

<sup>384</sup> A.H.P., *Inquéritos Parlamentares* (documentação não catalogada). Resposta da Junta Geral de Angra, datada de 26.07.1843, fls. 1-1v. Este inquérito foi elaborado com base na proposta do Visconde Sá da Bandeira. Sobre o inquérito veja-se, também, de Pedro de Merelim, «Emigração Açoriana para o Brasil», *Atlântida*, vol. X, nº 5 Novembro-Dezembro, Angra do Heroísmo, 1966, pp. 315-320, que faz uso da mesma fonte.

trabalho à jorna – quando existia - nem sempre supria o sustento<sup>385</sup>. Finalmente, e porque ainda subsistia a memória da expedição liberal, a violência do serviço militar era, em certa medida, impulsionadora de uma saída apressada do país<sup>386</sup>.

Se para as autoridades angrenses a causa maior radicava na ambição dos povos, as juntas gerais dos restantes distritos administrativos insulares não partilhavam inteiramente de semelhante asserção. Em Ponta Delgada aludia-se à fraca corrente emigratória para o Brasil, cuja causa se devia primariamente aos especuladores «que dezinquietão os povos figurando-lhes grandes vantagens» e, em menor escala, ao recrutamento<sup>387</sup>. Já no distrito da Horta o excedente populacional derivava de uma reiterada negligência do poder político em prevenir o aumento dos efectivos ao não dinamizar a indústria<sup>388</sup>. Por isso as diversas crises agrícolas geravam a extrema miséria, obrigando os povos à recolha da «soca de jarro»<sup>389</sup>. Daí que «ninguém há que queira permanecer em huma terra aonde se vê para sempre condemnado à penosa condição de suar só para manter a vida debaixo de huma constante pobreza», constituindo o exemplo dos retornados um permanente estímulo à emigração<sup>390</sup>. Para além disto, as autoridades da Horta também alertavam para o perigo do recrutamento, da forte especulação dos negociantes e, em menor escala, do risco dos angariadores de emigrantes<sup>391</sup>.

Se a hierarquia das causas promotoras da emigração para o Brasil não era unânime entre as juntas distritais, já as medidas a adoptar para a minimizar eram quase comuns. De facto, o principal obstáculo da fixação de gentes radicava na organização da propriedade que se achava excessivamente vinculada,

---

<sup>385</sup> Id., fl. 1v.

<sup>386</sup> Id., fl. 1v.

<sup>387</sup> A.H.P., *Inquéritos Parlamentares*, Resposta da Junta Geral de Ponta Delgada datada de 19.12.1843, fls. 1-1v.

<sup>388</sup> A.H.P., *Inquéritos Parlamentares*, Resposta da Junta Geral da Horta datada de 17.06.1843, fl. 1v.

<sup>389</sup> Jarro, *Zantesdeschia aethiopica* (L.), é uma planta da família das aráceas que nasce espontaneamente em várias ilhas açorianas. Cf. Ruy Telles Palhinha, *Catálogo das Plantas Vasculares dos Açores*, Lisboa, Sociedade de Estudos Açorianos Afonso Chaves, 1966, p. 171.

<sup>390</sup> Resposta [...] Horta, fl. 2.

<sup>391</sup> Idem, fls. 2-2v.

principalmente nos distritos de Ponta Delgada<sup>392</sup> e Angra, o que em vários casos inviabilizava o necessário aproveitamento das terras<sup>393</sup>. O mau estado das estradas também impedia o vantajoso desenvolvimento agrícola e industrial, podendo-se afirmar o mesmo para com os portos<sup>394</sup>, ao mesmo tempo que a indústria, não colhendo suficientes apoios estatais, era quase inexistente<sup>395</sup>.

Simultaneamente a emigração açoriana combina-se com as diversas crises agrárias, com os ciclos de exportação de produtos agrícolas e, ainda com as várias necessidades de mão-de-obra, designadamente nos Estados Unidos da América, onde o fim da escravatura demandava a busca de novos colonos sobretudo com a descoberta do ouro na Califórnia, em 1849. Segundo Cândido Avelar, a corrida ao ouro e as leis de recrutamento militar (1855) terão estado na base da primeira grande vaga de emigração jorgense, pois «milhares de indivíduos abandonaram a ilha, em navios que nos meses de Verão a demandavam, recebendo-os clandestinamente. Depois outros e outros, continuamente, até a actualidade, procuraram aquelle prospero paiz»<sup>396</sup>.

Na década de 1850 a propagação do *oidium* trouxera a miséria a vários sectores da população, afectando de sobremaneira a ilha do Pico cuja economia em muito dependia da vinha e, indirectamente, o Faial de onde se efectuava a exportação. Mas as diversas crises agrícolas, nomeadamente a de 1855-1857, vieram a agravar a situação principalmente nas ilhas do triângulo<sup>397</sup>, gerando diversas situações de miséria. Daí que, na opinião do governador civil de Angra, a crónica falta de trabalho gerasse baixos salários e, estes, o sentimento cada vez

---

<sup>392</sup> Resposta [...] Ponta Delgada, fl. 3.

<sup>393</sup> Resposta [...] Angra, fl. 5. Daí que os administradores de vínculos, municípios e outras corporações, devessem ser obrigados a aforar os campos incultos aos camponeses a preços justos. Resposta [...] Ponta Delgada, fl. 1v.

<sup>394</sup> Resposta [...] Ponta Delgada, fl. 3.

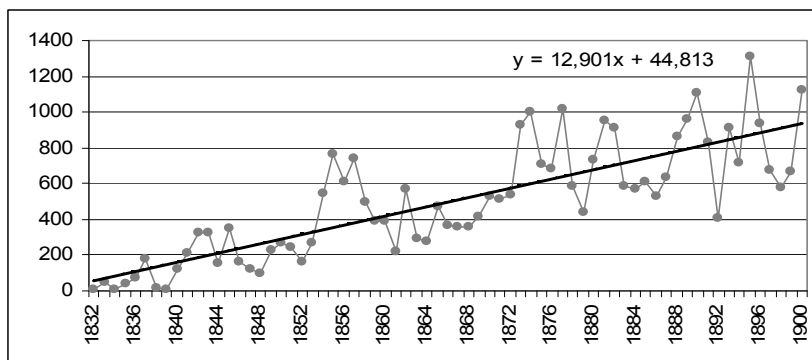
<sup>395</sup> Principalmente nos distritos da Horta (Relatório [...], fl. 1) e de Angra onde apenas se apontava a existência de três unidades fabris (Cf. Relatório [...] fl. 7).

<sup>396</sup> *A Ilha de São Jorge* [...], p. 95.

<sup>397</sup> Paulo Silveira e Sousa, «A Emigração na Ilha de São Jorge durante a segunda metade do século XIX: uma primeira abordagem», 2005, (policopiado), p. 3. Agradecemos ao autor a disponibilidade em nos facultar este estudo.

mais generalizado de partir<sup>398</sup>. Mas a década de 1850, longe de se resumir a uma simples conjuntura, constituía apenas o reforço da primeira grande vaga emigratória no distrito de Angra. A partir daí a saída de gentes tornava-se sistemática, eventualmente com algum abrandamento na segunda metade dos anos de 1860, mas tornando-se um fenómeno endémico nas duas últimas décadas do século XIX.

**Gráfico 3.29**  
**Evolução anual do número de emigrantes legais no distrito de Angra do Heroísmo (1832-1900)**<sup>399</sup>



De acordo com Maria Isabel João, entre 1866 e 1900, o total de emigrantes açorianos ascende a 102.051, sensivelmente 16% do total da

<sup>398</sup> *Governo Civil do Districto de Angra do Heroísmo [...]*, in *Relatórios sobre o estado da administração publica nos districtos administrativos do continente e ilhas adjacentes em 1858*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, p. 8.

<sup>399</sup> Fontes: 1832-1858: «Governo Civil do Districto de Angra do Heroísmo» (1858), in *Relatórios [...]* 1859, (mapa 34); B.P.A.A.H., *Governo Civil*, Registo da Correspondência Expedida (vide capítulo 1, quadro 1.5), «Mappa do número dos emigrantes deste districto [...] [1856-1872]; e «Nota numérica dos individuos de ambos os sexos deste districto que com os respectivos passaportes, que com os respectivos passaportes, sahiram pelo porto d'Angra para o Rio de Janeiro e Estados Unidos da América, nos annos de 1862 a 1871» (estes últimos estão contidos no *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa* (1873), Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 498-499); 1881-1890 - Mont' Alverne de Sequeira, «A Emigração nos Açores», in *Questões Açorianas*, col. Autonomia, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1994 (ed. original de 1894), p. 149, ao qual corrigimos os totais. Para os restantes anos veja-se Maria Isabel João, *Os Açores no Século XIX [...]*, p. 184 (quadro 4.1).

emigração portuguesa em idêntico período<sup>400</sup>. Se nos recordarmos que a população média do arquipélago de 1864 a 1900 detinha um peso de apenas 5,3% face ao total nacional, apercebemo-nos mais facilmente da dimensão do fenómeno migratório nas ilhas.

**Quadro 3.46**  
**Emigração legal dos distritos administrativos açorianos**  
**(1866-1900)<sup>401</sup>**

	Angra	Horta	Ponta Delgada
Emigrantes	24766	25967	102051
Pop. Média	72333	60201	122397
Média anual emig.	728	764	3002
T.B.E.	10,07	12,69	24,52

Segundo os valores oficiais de emigração podemos calcular, ainda que de modo grosseiro, a taxa bruta de emigração (T.B.E.), que traduz o número anual de emigrantes por cada mil habitantes face à população média de cada área. Segundo os valores expressos no quadro 3.46 denota-se uma forte disparidade entre a T.B.E. do distrito de Ponta Delgada relativamente aos restantes. Tal diferença ficará a dever-se, essencialmente, aos elevados níveis de emigração clandestina nas ilhas periféricas: as do grupo ocidental e central, com exceção da Terceira<sup>402</sup>.

No distrito de Angra, pelo menos até à década de 1890, a emigração legal afigurava-se muito reduzida em São Jorge e Graciosa. Nestes espaços a inexistência de repartições emissoras de passaportes criava dificuldades aos indivíduos que decidissem partir, o que levava o governador civil a sugerir se

<sup>400</sup> *Ob. cit.*, p. 184 (quadro 4.1). O peso populacional do arquipélago foi calculado com base nos censos da população.

<sup>401</sup> Maria Isabel João, *ob. cit.*, p. 186 (quadro 4.2). A população média foi calculada com base nos censos da população.

<sup>402</sup> Sobre este assunto veja-se, de Susana Serpa Silva, «Emigração Clandestina nas Ilhas do Grupo Central em Meados do Século XIX», in *Actas do III Colóquio O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX [...]*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2004, pp. 275-293.

tomassem providências no sentido de abreviar as formalidades aduaneiras<sup>403</sup>. Mas, também - assevera o mesmo governante - a pequenez destes meios de forte pendor rural aliava-se à própria morfologia das ilhas notando-se a complacência das autoridades:

As diligencias policiaes, e embaraços que por parte d'este Governo Civil se têm empregado para obstar a este nefando trafico caem por terra perante as difficuldades que se apresentam para se poderem cumprir; porque as auctoridades administrativas, especialmente das ilhas de S. Jorge e Graciosa, apoiando os seus actos e diligencias unicamente na coadjuvação dos cabos de policia, pela absoluta falta de força militar são sempre illudidas; por isso que estes, alem do ódio que nutrem para tal serviço a que são compellidos sem nenhuma vantagem [...] são todavia pessoas mui interessadas na saída de seus parentes e amigos<sup>404</sup>.

Dois anos mais tarde, em 1859, o novo governador, José Maria da Silva Leal, insistia na impossibilidade de se evitar o embarque clandestino. É que as diversas enseadas naturais, aliadas à «sagacidade dos promotores da emigração e seus agentes» incutiam um sentimento inabalável de emigrar. Por isso, tanto a repugnância ao serviço militar, como a elevada carga tributária, figuravam entre as causas secundárias, sendo de ponderar «a condição precária das classes laboriosas. O preço da terra é ellevadissimo, e em consequência o producto d'ella quasi que exclusivamente para o senhorio. Dois ou três annos consecutivos de escassez arruinam para sempre o lavrador»<sup>405</sup>.

No último quartel do século XIX, quando a corrente emigratória sofria um significativo acréscimo no distrito de Angra, as autoridades continuavam a distinguir a forte emigração clandestina que agora assumia uma medida incontrolável. Na realidade, segundo Francisco d'Albuquerque Mesquita e Castro, a saída ilegal fazia-se sobretudo em São Jorge, ainda que não pudesse ser quantificada com qualquer rigor:

---

<sup>403</sup> *Relatório apresentado à Junta Geral [...] sessão ordinária de 1875*, Angra, Tip. Governo Civil, 1875, pp. 31-32.

<sup>404</sup> *Relatório do Governo Civil do Districto de Angra do Heroísmo (1857)*, in *Relatorios sobre o estado da administração publica [...] 1858*, p. 4.

<sup>405</sup> *Relatório [...] 1859*, in *Relatórios [...] 1861*, pp. 4-5.

«Por tres diferentes vezes houve n'esta repartição conhecimento de se tomarem passageiros clandestinamente na ilha de São Jorge [...] cada um d'estes navios não transportou menos de 200 pessoas. Ao chamar-se o contingente de recrutas de 1872, dos recenseados havia tres presentes no concelho das Vellas, nem um só no concelho da Calheta! Para não pararem as obras, foi mister trazer jornaleiros da ilha de São Miguel [...]. A summa d'estes factos é que a emigração clandestina se não excede a legal, não lhe foi de certo muito inferior»<sup>406</sup>.

Dáí que na imprensa local jorgense a passagem de navios destinados à recolha de emigrantes fosse tida como um acontecimento do quotidiano. Assim, em Maio de 1879 noticiava o *Insulano* que «na costa norte da ilha velejam tres embarcações – hum hiate, um patacho e uma barca que se destinam ao transporte de passageiros para os estados da União Americana. Apesar de ser presentemente escassa a colheita de emigrados, tem sido morosa a operação do embarque: há já dias que sulcam o mar daquela costa»<sup>407</sup>. Quase dez anos depois, em Julho de 1888, o embarque ilegal era, novamente, motivo de breve informação aos leitores: «no dia 7 do passado embarcaram, com destino á América do Norte, 103 passageiros, todos d'esta ilha. Além deste, já duas levadas houve este anno, clandestinamente, e prepara-se outra»<sup>408</sup>.

As poucas estatísticas que discriminam o número de emigrados jorgenses afiguram-se assaz falíveis, na medida em que contabilizam uma fracção que, em nosso entender, é claramente minoritária. Assim, de 1862 a 1871, dos 4547 emigrados, apenas 122, ou seja, 2,7% eram oriundos das ilhas de São Jorge e Graciosa<sup>409</sup>. Em 1887, quando a emigração jorgense atingia o seu auge, uma outra estatística informa que, dos 632 expatriados nesse ano, apenas 5,5% pertenciam às ilhas mencionadas<sup>410</sup>.

---

<sup>406</sup> Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Angra [...] 1874, Typ. do Governo Civil, 1874, p. 15.

<sup>407</sup> N.º 183, 9.º ano, 15.05.1879.

<sup>408</sup> *O Insulano*, n.º 1, ano 1, [2.ª série], 5.7.1888.

<sup>409</sup> Cf. «Nota numérica dos individuos de ambos os sexos deste districto que com os respectivos passaportes [...], já cit.

<sup>410</sup> B.P.A.A.H., *Governo Civil*, Comissão Distrital de Estatística, «Emigrantes que tiveram passaportes no governo civil de Angra do Heroísmo (1887)».

Um inquérito promovido pela Comissão Parlamentar para o Estudo da Emigração revela que, entre 1875 e 1885, a saída de gentes atingia cerca de 2 a 3 mil indivíduos no concelho de Velas, e aproximadamente 1500 a 2000 no da Calheta<sup>411</sup>. Todavia, as autoridades - administração do concelho, vereação e repartição da fazenda - admitiam tratar-se de valores grosseiros, na medida em que «sendo a emigração [...] quasi toda clandestina é impossível fixar o numero exacto de emigrantes»<sup>412</sup>.

O principal destino dos emigrantes jorgenses parecia ser, desde a década de 1870, os Estados Unidos da América. Contudo, é difícil datar com rigor o momento a partir do qual a «terra do tio Sam» passou a ser o objectivo preferencial dos jorgenses. Ao contrário das grandes ilhas – São Miguel e Terceira – onde até 1880-1890 o fluxo migratório se dirigia maioritariamente para o Brasil<sup>413</sup>, nos espaços mais periféricos já se havia operado uma mudança de destino. Assim, aquando da elaboração do *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*, em 1873, reconhecia-se que o destino predilecto dos açorianos ainda era o Brasil, mas apenas nas ilhas de maior dimensão<sup>414</sup>. Também em 1875 o governador civil de Angra admitia que a maior parte dos indivíduos se dirigia para o Brasil, excepção feita na «ilha de S. Jorge, pela maior facilidade que tem de ir para a América [do Norte], porque vem, de propósito para os conduzir, navios d’aquella nação [...]»<sup>415</sup>.

Ao contrário do Brasil, apontado pelos contemporâneos como um destino perigoso e deveras enganador, os Estados Unidos figuravam como um forte pólo de atracção onde importantes comunidades iam florescendo,

---

<sup>411</sup> Cf. *Comissão Parlamentar para o Estudo da Emigração Portuguesa (1885)* [...], págs. 50-51, 53-54, 56, 58-61.

<sup>412</sup> *Ibidem*, p. 60. É a resposta da repartição de fazenda da Calheta, a única a não avançar um número pela vulnerabilidade na contabilização dos emigrantes. Também a edilidade calhetense não afiançou qualquer estimativa (*Ibid.*, p. 50).

<sup>413</sup> Paulo Silveira e Sousa, «A Emigração na Ilha de São Jorge [...]», p. 15. Veja-se, também, de Artur Madeira, «A emigração a partir da ilha Terceira nos finais do século XIX», in *Actas do III Colóquio O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX* [...], Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2004, pp. 295-322.

<sup>414</sup> *Primeiro Inquérito Parlamentar* [...], p. 79.

<sup>415</sup> *Relatório apresentado à Junta Geral [...] 1875*, p. 32.



designadamente em Fall River e New Bedford. De facto, o Brasil parecia assemelhar-se a uma «roleta russa», na medida em que a taxa de mortalidade era muito elevada e o trabalho extremamente árduo e mal gratificado<sup>416</sup>. Daí que o número de retornados fosse reduzido e, destes, apenas uma ínfima parte regressasse com fortuna. Comentava, pois, o Barão do Ramalho, governador do distrito em 1877, que «o Rio de Janeiro é um cemitério com uma loteria. De dez que para lá vão, tres morrem, tres voltam mais pobres, e os restantes, os felizes, trazem uma sacca cheia de dinheiro e uma existência cheia de enfermidades»<sup>417</sup>. Ao invés, o número de repatriados da América do Norte era superior, fruto de uma maior facilidade em constituir-se, com rapidez, um pecúlio suficiente para o investimento em terras, no auxílio à família, ou como simples meio de pagar à família os custos com a remissão da tropa<sup>418</sup>.

Nos finais da década de 1880 já toda uma comunidade portuguesa se havia estabelecido nos Estados Unidos. Normalmente os emigrantes possuíam algum contacto com familiares ou amigos que, em vários casos, se responsabilizavam pelas custas da viagem<sup>419</sup>. Por isso encontrávamos nesta área uma emigração que congregava vários membros de uma família, mesmo que iniciada por parte dos elementos mais novos. Na viragem para o século XX era já considerável o número de famílias emigradas, o que na opinião do governador civil era uma das causas da forte escassez de mão-de-obra agravada pela pouca esperança de regresso<sup>420</sup>. Isto porque as percentagens de retorno se revelavam reduzidas, tendendo a reduzir-se à medida que avançamos no tempo. Em 1860 Silveira Avelar estimava que cerca de 15 a 20% dos emigrados jorgenses retornavam à pátria «trazendo em geral meios mais que suficientes para

---

<sup>416</sup> *Primeiro Inquérito Parlamentar* [...], p. 83.

<sup>417</sup> *Relatório apresentado à Junta Geral [...] sessão ordinária de 1877*, Angra, Imp. do Governo Civil, 1877, p. 25.

<sup>418</sup> *Primeiro Inquérito Parlamentar* [...], p. 83.

<sup>419</sup> *Comissão Parlamentar para o Estudo da Emigração Portuguesa (1885)* [...], p. 61 (Câmara municipal da Calheta).

<sup>420</sup> *Relatório da Comissão Districtal [...] Abril de 1904*, Angra, Imp. Municipal, 1905, p. 15.

estabelecer família»<sup>421</sup>. Já em 1887 as câmaras municipais jorgenses admitiam um retorno entre os 10 a 12% no concelho de Velas e, de 8 a 15% no da Calheta<sup>422</sup>. Mas há que notar que estes emigrantes regressavam normalmente com o pecúlio suficiente para a aquisição de alguma terra ou para o seu estabelecimento familiar, havendo ainda que considerar a re-emigração, pois «muitos se ausentão para constituir família»<sup>423</sup>.

De certa forma a intensidade da emigração mas, também, o impacto causado pela saída de diversas famílias, reflecte-se no número de casas desabitadas no distrito de Angra do Heroísmo. Em 1891 apontava-se um total de 1802 fogos-mortos, cerca de 9,2% do total de habitações. Mas, segundo indica o quadro seguinte nos concelhos mais periféricos – Calheta e Santa Cruz da Graciosa – esse quantitativo revelava-se extremamente elevado, principalmente na Calheta onde 20,9% dos fogos não continham residentes.

**Quadro 3.47**  
**Casas desabitadas no distrito de Angra do Heroísmo em 1891**<sup>424</sup>

Concelhos	Freguesias	Habitantes	Casas desabitadas por freguesia	Casas desabitadas total
Angra	17	32.189	17	598
Praia	9	14.552	30	275
Velas	6	8.930	17	101
Calheta	4	8.194	113	454
Santa Cruz	4	8.410	94	374
		72.257		1.802

Mas o cálculo da emigração efectiva no distrito de Angra afigura-se tarefa penosa. É que, desconhecendo-se os quantitativos dos clandestinos e mesmo fazendo fé nas estatísticas oficiais, apenas podemos estimar de forma

<sup>421</sup> Cf. *A Ilha de São Jorge* [...], p. 95.

<sup>422</sup> *Comissão Parlamentar para o Estudo da Emigração Portuguesa (1885)* [...], págs. 50-51, 53-54, 56, 58-61.

<sup>423</sup> *Ibid.*, p. 61.

<sup>424</sup> Teófilo Ferreira, *O Distrito da Horta: Ponderações e reclamações das necessidades instantes das ilhas que o constituem. Discurso proferido na Câmara dos Senhores Deputados em sessão de 2 de Julho de 1891*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p. 15, cit. por Paulo Silveira e Sousa, já cit., p. 38.

rudimentar o saldo migratório (S.M.)<sup>425</sup>. Este indicador não espelha totalmente a emigração na medida em que a entrada de um indivíduo anula a saída de outro, ou seja, não são isolados os efeitos da imigração ou do retorno; todavia acaba por revelar-se eficaz ao conferir uma visão global das migrações, explicando em boa medida os ritmos migratórios e a própria evolução dos quantitativos populacionais.

**Quadro 3.48**  
**Saldo migratório nas ilhas do distrito de Angra do Heroísmo**  
**(1864-1900)**

Período	Anos	Terceira	São Jorge	Graciosa
1864-1878	14,00	-14,52	-10,23	-9,04
1878-1890	12,92	-8,74	-12,89	-8,62
1890-1900	10,00	-8,64	-10,24	-9,48

Ao longo dos últimos 36 anos do século XIX verificamos uma maior proximidade dos saldos migratórios globais entre as ilhas de São Jorge e Terceira, se bem que em ritmos diferentes. No primeiro período inter-censitário (1864-1878) a ilha Terceira registou um valor significativo (-14,5‰), enquanto as restantes se ficavam aproximadamente pelos -10‰. Já nos dois períodos seguintes vislumbramos uma maior constância dos saldos, sendo de assinalar a forte descida do saldo na ilha Terceira, e o acréscimo na ilha de São Jorge de 1878 a 1890. Na ilha Graciosa os saldos migratórios, globalmente inferiores, registavam também uma maior regularidade.

---

<sup>425</sup> O saldo migratório é-nos dado pela equação de concordância  ${}_n SM_t = P_{t+n} - P_t + \sum_{t=1}^n N_t - \sum_{t=1}^n O_t$  sendo  ${}_n SM_t$  é o saldo migratório do período;  $P_{t+n}$  a população no fim do período;  $\sum_{t=1}^n N_t$  o somatório dos nados vivos e  $\sum_{t=1}^n O_t$  o somatório dos óbitos. O saldo fisiológico foi obtido com base na diferença entre a natalidade e mortalidade de cada quinquénio, daí afirmarmos tratar-se de uma aproximação. Para os anos de 1895-1899, não se conhecendo valores, efectuou-se a interpolação linear da série.

**Quadro 3.49**  
**Percentagem de crescimento inter-censitário nas ilhas do distrito de Angra**  
**(1864-1900)**

Período	Terceira	São Jorge	Graciosa
1864-1878	-1,88	1,52	-4,55
1878-1890	3,57	-6,61	1,54
1890-1900	4,90	-5,43	-0,65
1864-1900	6,59	-10,33	-3,72

A percentagem de variação populacional inter-censitária revela de um modo mais concreto as diferenças em torno do crescimento de efectivos. Apesar do saldo migratório não se revelar muito díspar no distrito, verdade é que a ilha Terceira atingiu um crescimento entre 1864 e 1900 na ordem dos 6,6%. Ao contrário, a ilha Graciosa perdia cerca de 3,7% dos efectivos, enquanto em São Jorge se assistia a um forte retracção dos habitantes (-10,3%). A forte «sangria de gentes» ocorrida nesta ilha não é apenas consequência do fenómeno migratório, havendo que ponderar a queda do saldo fisiológico na segunda metade do século XIX motivada, como vimos, fundamentalmente pela redução da fecundidade.

O debate em torno das causas e do impacto da emigração no arquipélago foi tema de uma acesa discussão na segunda metade do século XIX e tornava-se uma das bandeiras do movimento autonómico dos Açores enquanto reflexo de jugo e abandono por parte da metrópole<sup>426</sup>. Sem pretendermos alimentar esta complexa temática, até porque escasseiam trabalhos de fundo, é geralmente dado como adquirido, tanto pelos escritos da época como pelas actuais investigações, que a essência do fenómeno radica na estrutura fundiária das ilhas, demasiadamente exígua e concentrada em poucos proprietários. Ou seja, a emigração «era, antes de mais, a visível consequência de uma incapacidade para alterar a estrutura social e económica do arquipélago»<sup>427</sup>. Por

<sup>426</sup> Veja-se, por exemplo, o ensaio já cit. de Mont'Alverne Sequeira, «A Emigração nos Açores», pp. 89-152.

<sup>427</sup> José Guilherme Reis Leite, *Política e Administração nos Açores* [...], p. 24.

isso a acumulação da propriedade aliava-se a uma certa inércia das elites em promover novas formas e fontes de rendimento, nomeadamente a indústria que se encontrava num estado bastante incipiente e confinado ao distrito de Ponta Delgada<sup>428</sup>.

Mais do que uma vontade intrínseca do açoriano sonhador e aventureiro, as causas de fundo devem buscar-se em factores de ordem estrutural pois, como adverte Maria Isabel João, «a estrutura sócio-económica é, no século XIX, bastante atrasada e arcaica. A agricultura rotineira e tradicional, que se pratica, absorve bastante mão-de-obra, mas proporciona baixos rendimentos àqueles que trabalham a terra»<sup>429</sup>. Por isso as diversas situações conjunturais de escassez alimentar ou de natureza dos mercados não conseguiam ser ultrapassadas numa sociedade rural e tradicionalista, ademais carente de estruturas viárias e portuárias suficientes para estimular o desenvolvimento económico<sup>430</sup>.

Outra questão, não menos pertinente e polémica, radica nos eventuais benefícios advindos da emigração açoriana. No caso particular da ilha de São Jorge as únicas críticas directas à saída de gentes parecem advir dos sectores privilegiados da sociedade, nomeadamente dos grandes proprietários locais, que tanto se viam obrigados a retribuir a mão-de-obra a preços mais elevados, como a lamentar-se da crónica falta de braços e consequente definhamento da agricultura<sup>431</sup>. Mas a generalidade da imprensa, como os escritores da época, viam na emigração a única fonte de rendimento suficiente para gerar o progresso

---

<sup>428</sup> Assim entendia a administração do concelho da Calheta que, questionada acerca das máquinas e «processos aperfeiçoados» na agricultura, asseverava que «a agricultura jaz aqui estacionaria e rotineira. Por um lado a pobreza geral não permite a applicação dos precisos capitaes para ensaiar methodos novos; por outro lado os proprietários abastados não tomam a iniciativa de taes ensaios. D'aqui o *status quo*». Cf. *Comissão Parlamentar para o Estudo da Emigração Portuguesa (1885)* [...], p. 58.

<sup>429</sup> *Ob. cit.*, p. 190.

<sup>430</sup> José Guilherme Reis Leite, *ob. cit.*, p. 24.

<sup>431</sup> Era, por exemplo, a opinião de José de Lacerda em 1902, um grande proprietário da Ribeira Seca. Cf. Paulo Silveira e Sousa, art. cit., p. 35. Um seu familiar, João Caetano de Sousa e Lacerda, também se queixava do mesmo, pois «a maior dificuldade que se apresenta é a de achar jornaleiros efectivos, de que actualmente há grande falta» Cf. *Cartas a Francisco de Lacerda*, (14-01-1902), p. 107.

da ilha e bem-estar social<sup>432</sup>. De facto, para a maioria dos retornados bastava a permanência de apenas alguns anos para acumular o pecúlio suficiente, cerca de 100 ou 200 *águias*, para se tornarem pequenos ou médios proprietários. A isto devem juntar-se as importantes remessas de capital enviadas à família por parte daqueles que se estabeleciam prolongada ou definitivamente na América do Norte<sup>433</sup>. Por isso lentamente o comércio era reanimado, como se reconstruíam habitações mais condignas<sup>434</sup>, surgindo uma camada cada vez mais significativa de pequenos agricultores, como salienta José Pereira da Cunha e Silveira em 1887:

«O pequeno proprietário, saído do emigrante que lutou tenazmente pelo ouro nos Estados Unidos da América, é o que mais abunda nas freguesias rurais onde retomou o lar e a lavoura. Talvez num só ponto do país - o Minho - se encontre uma população tão densa, dispondo ao mesmo tempo do pequeno capital, do capital que bem movimentado produz realmente mais riquezas»<sup>435</sup>.

Daí que, segundo Silveira Avelar, «mau grado todas as queixas dos proprietários não ficou um bocado de terra que fosse por cultivar, o valor da propriedade aumentou, assim como os valores transaccionados no mercado fundiário local, e as rendas subiram»<sup>436</sup>. Os retornados foram responsáveis pela introdução de algumas inovações, como novas técnicas de cultivo ou uma melhor selecção de sementes chegando, em vários casos, a introduzir pequena maquinaria como os célebres engenhos de debulhar milho. Mas ao contrário do

---

<sup>432</sup> Lembremo-nos dos diversos contributos dos emigrantes para a edificação de igrejas e ermidas, ou das diversas esmolas oferecidas por ocasião das tradicionais festas do Espírito Santo.

<sup>433</sup> Em 1885 a administração do Concelho da Calheta observava que «entre os emigrados e as suas famílias cá da ilha existe correspondência permanente de remessas de numerário, cuja importancia tem ascendido alguns annos a mais de 30:000\$000 réis, o que tem singularmente melhorado as condições económicas das classes pobres» Cf. *Comissão Parlamentar para o Estudo da Emigração Portuguesa (1885)* [...], p. 59.

<sup>434</sup> A respeito da reconstrução de habitações, comentava Duarte de Sousa, em 1897, que «se presentemente ainda negreja nas povoações rurais alguma habitação coberta de colmos, é a moradia pobre e infeliz da família que não prestou à emigração o seu contributo». Cf. *ob. cit.*, p. 71.

<sup>435</sup> José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa *Os Laticínios na Região Açoreana Ocidental*, Lisboa, 1887, Tip. Mattos Moreira, p 71, cit. por Paulo Silveira e Sousa, já cit., p. 33.

<sup>436</sup> *Ob. cit.*, p. 97.

que se possa pensar, o surgimento de uma classe cada vez mais numerosa de pequenos proprietários não seria suficiente para inverter a tendência imobilista da agricultura. A simples aquisição de terras ao antigo proprietário ou a introdução de algumas inovações agrícolas não era, por si só, garante de uma mutação económica e social, até porque a lógica do investimento ainda radicava quase exclusivamente na terra. Em certa medida o emigrante não buscava mais do que o modelo da *casa auto-suficiente* reforçando, como acertadamente comenta Maria Isabel João, o carácter tradicionalista e rural da sociedade açoriana<sup>437</sup>.

### 3.6.2 – Os ritmos e as características das migrações na freguesia

No conjunto de possíveis cálculos disponíveis para o apuramento do quantitativo de emigrantes na freguesia recorrermos, em primeiro lugar, ao saldo migratório estimado com base nas diferenças inter-censitárias e respectivas séries de crescimento natural (movimento de baptismo e óbitos). Segundo esta via de abordagem, entre 1800 e 1910, aproximadamente 3744 indivíduos saem da paróquia, indo a maioria, decerto, procurar meio de vida no continente americano. Por intermédio dos levantamentos populacionais e dos saldos fisiológicos podemos, então, periodizar esta variável, ainda que de modo rudimentar<sup>438</sup>.

---

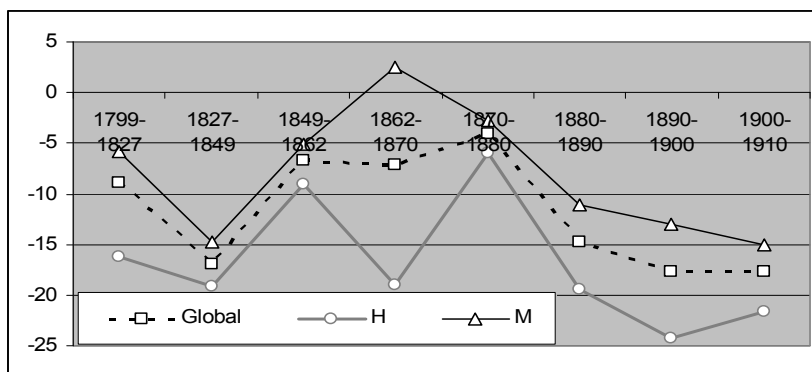
<sup>437</sup> *Ob. cit.*, pp. 193-194.

<sup>438</sup> As séries de baptismo e óbitos advêm da reconstituição da paróquia. Dado observar-se um sub-registo da mortalidade nos anos de 1835-1841 e 1848-1859 (*vide* mortalidade) entendemos corrigir o número de óbitos entre 1835 e 1859 de forma a não sobreavaliar o saldo fisiológico e, consequentemente, o saldo migratório. Dado existirem igualmente algumas interrogações perante os quantitativos dos róis de 1832 e 1839, mas também face aos levantamentos de 1859-61, utilizaram-se períodos inter-censitários mais longos para minorar as distorções.

**Quadro 3.50**  
**Saldos migratórios por sexo na freguesia da Ribeira Seca (1799-1910)**

Período	Global	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Total	R.M. (%)
1799-1827	-8,91	-16,25	-5,89	505	217	722	232,7
1827-1832	-2,69	2,70	-7,22				-
1832-1839	-18,25	-22,04	-14,97	507	477	984	106,3
1839-1849	-17,19	-20,16	-14,67				-
1849-1862	-6,75	-9,00	-5,05	141	105	246	134,3
1862-1870	-7,17	-19,00	2,46	214	-34	180	-
1870-1880	-4,13	-5,93	-2,81	80	52	132	153,8
1880-1890	-14,76	-19,43	-11,10	294	214	508	137,4
1890-1900	-17,68	-24,27	-13,02	292	222	514	131,5
1900-1910	17,69	-21,57	-15,07	225	233	458	96,6
TOTAL				2258	1486	3744	152,0
				60,3	39,7	100,0	

**Gráfico 3.30**  
**Evolução dos saldos migratórios por sexo na freguesia da Ribeira Seca (1799-1910)**



Pela análise do gráfico 3.30 a saída de gentes da paróquia foi um fenómeno estrutural, estimando-se em cerca de 3750 habitantes ao longo dos 11 anos em análise. Durante a primeira metade do século XIX o saldo migratório



duplicou do primeiro para o segundo quartel, motivo pelo qual ocorreu uma rápida subida dos efectivos de 1799 a 1827. Mesmo assim as elevadas taxas brutas de natalidade do segundo quartel oitocentista conseguiam amortecer o impacto de um S.M. muito elevado (-17‰). De 1850 a 1880 a partida de ribeira sequenses processou-se a um ritmo bastante mais moderado com saldos situados entre os 4 e os 7‰. Tal situação contribuía para o acréscimo de efectivos, na medida em que a forte quebra da fecundidade ainda conseguia sustentar os movimentos migratórios para o exterior. Já nos restantes decénios (1880-1910) o S.M. regista continuamente os seus níveis mais elevados (-17,7‰ a -14,7‰), o que vem ao encontro do forte movimento de despovoamento da Ribeira Seca.

A saída de habitantes manifestava-se, maioritariamente, no sexo masculino, com cerca de 60,3% do total. Mas, ao contrário do que seria de esperar, as migrações femininas, apesar de mais reduzidas, ocorreram de uma forma bem constante ao longo de todo o período. Com efeito, entre 1827 e 1849, a relação de masculinidade foi muito equilibrada (106%), enquanto a partir do último quartel oitocentista se desenrola um progressivo nivelamento entre os sexos: de 154% em 1870-1880, a uma situação de maior feminilidade (97%) em 1900-1910. Esta situação parece enquadrar-se no panorama da emigração que traçámos anteriormente, na qual se veio a assistir a uma constante saída de mulheres, sobretudo por acção de uma expatriação de natureza familiar.

Torna-se, contudo, difícil avaliar qual o peso da emigração no saldo migratório feminino pois não nos parece admissível que desde o início do século XIX ocorresse uma forte corrente migratória para o continente americano. É possível que a migração para outras freguesias, mas também a mobilidade inter-ilhas, tenha sido protagonizada na sua maioria por mulheres, enquanto o sexo masculino procuraria melhor meio de vida no exterior. Em 1857, o governador civil advertia que muitas mulheres e crianças das ilhas de S. Jorge e Pico, desejando fugir dos duros trabalhos da terra, afluíam à ilha Terceira onde

procuravam viver às custas da caridade pública<sup>439</sup>. De facto, na sequência da concessão do subsídio de lactação às mulheres necessitadas da ilha Terceira, em 1874, localizaram-se 10 mães solteiras naturais da Ribeira Seca, cinco domésticas, duas costureiras e, ainda, uma fiadeira e uma lavadeira<sup>440</sup>.

Por outro lado, a simples existência de 347 progenitoras solteiras na freguesia sobre as quais não existe qualquer informação adicional pode atestar de modo concludente esta mobilidade, também ela canalizada para as ilhas de maior dimensão. A este propósito registe-se, por exemplo, a situação de Maria Benedita. Sendo mãe de Maria e Alberto em 1852 e 1854, respectivamente, fora residir para a ilha de São Miguel. Em 1859 sua tia, também filha de mãe solteira, achando-se gravemente enferma acolhia a pequena Maria em sua casa a qual instituíra por sua universal herdeira. Todavia, para que a disposição testamentária surtisse efeito sua irmã, Maria Benedita, teria de regressar a São Jorge para entrar no gozo dos bens sendo-lhe também imposta a «condição de não tratar mal aquella sua filha e portando se bem e vivendo honesta e honradamente»<sup>441</sup>.

A informação contida nos inventários orfanológicos pode, de certa forma, constituir um indicador da mobilidade na freguesia. Seleccionaram-se 36 processos repartidos equitativamente entre as duas metades do século onde pelo menos um dos legatários se encontrava ausente. À data de morte de um dos progenitores 52% dos homens encontrava-se ausente na América do Norte<sup>442</sup> enquanto apenas 3% fixara residência noutra freguesia (2%) ou ilha (1%). No caso das mulheres deparamos com um panorama bastante diferente. Das 24 mulheres ausentes, apenas 28% residia na América<sup>443</sup>, embora a maior parte se

---

<sup>439</sup> Relatório [...] 1859 in *Relatórios* [...], p. 4.

<sup>440</sup> Cf. B.P.A.A.H. *Governo Civil*, «Matricula das mulheres a quem foram concedidos subsidios de lactação (1874)». Neste documento arrolam-se várias outras mulheres oriundas de São Jorge, predominando as ocupações de criada de servir, lavadeira, fiadeira e costureira.

<sup>441</sup> B.P.A.A.H., *Câmara da Calheta*, Registo de Testamentos, liv. 7 (1859), fl. 27v. (Registo do testamento de Maria Benedita do Carmo de 11.01.1860).

<sup>442</sup> Destes, 12, ou seja, 23% encontravam-se em «parte incerta».

<sup>443</sup> Apenas 2 (29%) se achavam em «parte incerta».

radicasse tanto em freguesias jorgenses (32%), como noutras ilhas do arquipélago (32%), principalmente na Terceira.

**Quadro 3.51**  
**Locais de fixação dos naturais da freguesia segundo os inventários orfanológicos**

Local	Homens	Mulheres
Calheta		4
Topo		2
N. Pequeno	2	1
Velas		1
Pico	1	1
Terceira		5
São Miguel		2
Porto		1
EUA	52	7
<b>TOTAL</b>	<b>55</b>	<b>25</b>
% observações	55,0	32,4

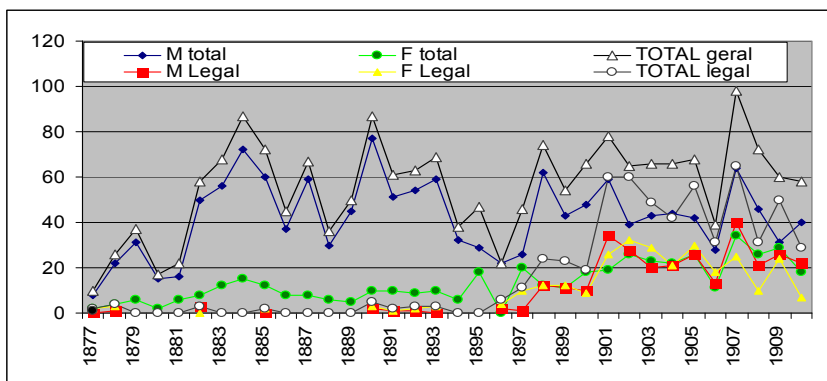
Para além da saída de mulheres para o perímetro insular há, também, a considerar os fluxos de mobilidade para o seio da Ribeira Seca. Esta análise mostra-se, porém, assaz limitada, visto apenas poder ser intuída por intermédio dos casamentos. Não querendo repetir-se o que atrás ficou dito acerca deste assunto, merecem-nos alguma atenção as 143 famílias em que ambos os nubentes eram originários da mesma paróquia ou ilha. Destas apenas 50 (35%) celebrariam o consórcio na Ribeira Seca com particular destaque para os treze casais micaelenses, número superior aos oriundos do Pico que eram três, ou mesmo ao das freguesias contíguas: Topo com oito, Calheta com seis e Norte Pequeno, apenas com um.

Mas o fenómeno da emigração propriamente dita só pode ser avaliado com propriedade para finais do século XIX. Detenhamo-nos, agora, no último quartel do século Oitocentista até 1912, época de maior saída de efectivos. A informação disponível até 1872, obtida por estimativas, não vai além da taxa bruta de emigração, desconhecendo-se a repartição sexual e etária e o peso da

emigração clandestina. As *notas estatísticas* da freguesia (1872-1913)<sup>444</sup> incorporam o total de emigrantes por ano e sexo, enquanto os *registos de passaporte* depositados na Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo discriminam informação nominativa, etária e até profissional.

Com base no confronto desta documentação, entre 1873 e 1910, dos 2094 emigrados mencionados pelas *Notas Estatísticas*, 581 dispunham de passaporte, pelo que a emigração legal não excedeu os 27,7%<sup>445</sup>. Mas só a partir de 1896 parece existir uma abertura das autoridades à emigração ou, então, uma maior vontade dos emigrantes em requerer passaporte<sup>446</sup>. Repare-se no gráfico seguinte.

**Gráfico 3.31**  
**Emigração total e legal por sexos na freguesia da Ribeira Seca (1877-1910)**



Com base no confronto directo entre os dados das estatísticas paroquiais e passaportes verificamos que o ritmo de emigração se acentuou fundamentalmente na década de 1880 vindo a tornar-se mais significativo na transição para o século XX, o que coincide plenamente com a evolução dos

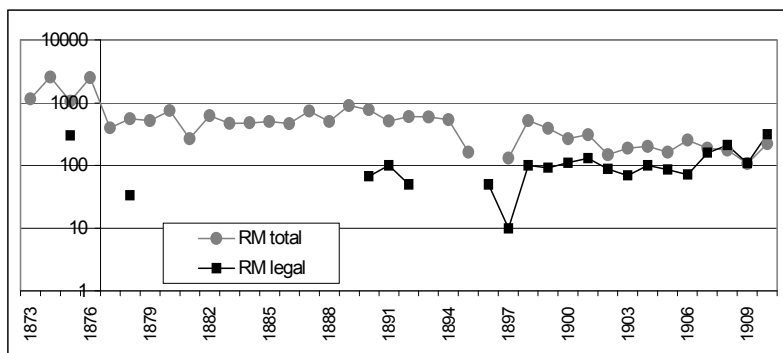
<sup>444</sup> A.P.I.M.S.C., *Notas estatísticas da população de San Thiago* (1872-1913).

<sup>445</sup> Contabilizaram-se apenas os passaportes emitidos desde 1877 pois só a partir desta data se menciona a naturalidade dos emigrantes.

<sup>446</sup> A excepção parece situar-se nos anos de 1877 e 1878, quando 17,5% indivíduos saíram legalmente. De facto entre 1873 e 1895 a emigração legal foi quase nula – 2,06%, passando a ser maioritária entre 1896 e 1910 – 59,7%.

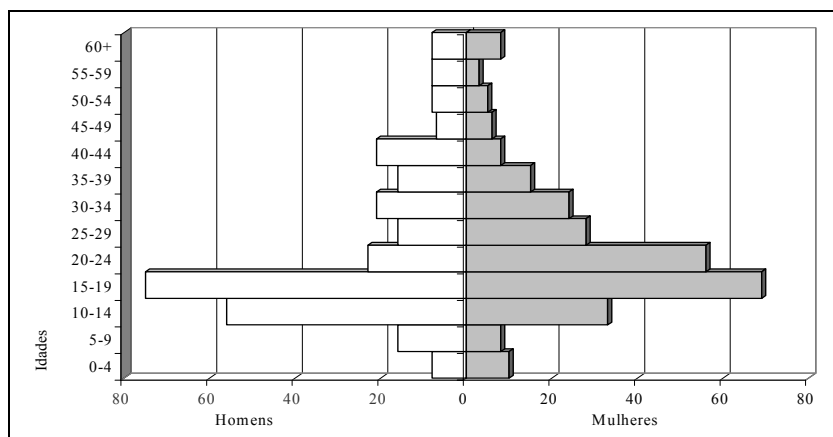
saldos migratórios da freguesia (quadro 3.50). Mas a emigração legal apenas se torna relevante a partir de 1898 (62% entre 1898 e 1910) visto, até então, se saldar em apenas 4%.

**Gráfico 3.32**  
**Evolução das relações de masculinidade dos emigrantes (1873-1910) %.**  
**Escala logarítmica**



Relativamente à composição sexual da emigração neste período voltamos a notar um comportamento diferencial, afectando maioritariamente o sexo masculino. Segundo as *notas estatísticas* da paróquia saíram, entre 1873 e 1910, 1753 homens e 556 mulheres, ou seja, a relação de masculinidade saldou-se nos 315%. Já as R.M. patentes na emigração legal figuram bem diferentes: 283 homens e 273 mulheres, um equilíbrio quase total entre os sexos, o qual se explicará em boa medida pela emigração de diversas famílias, sobretudo em inícios do século XX.

**Gráfico 3.33**  
**Pirâmide etária da emigração legal (1872-1910). Números absolutos**



De acordo com os dados contidos nos passaportes observamos uma pirâmide com base alargada a partir dos efectivos compreendidos entre os 15 e os 19 anos, predominando um equilíbrio da razão sexual. A partir dos 20 anos a emigração feminina já é superior, sobretudo das mulheres com menos de 34 anos. Os indivíduos com idades superiores a 34 são muito menos significativos, notando-se, aqui, alguma preponderância do sexo masculino. Assim, em termos estruturais, a emigração legal afecta com intensidade um sector muito jovem da população: até aos 29 anos de idade a razão entre sexos salda-se nos 68,5% para os homens e, em 74,7%, no sexo oposto.

A maior parte dos que se ausentavam com passaporte faziam-no a título individual, registando-se a emissão de 442 passaportes singulares, enquanto os colectivos totalizavam os 73 agrupando 295 indivíduos<sup>447</sup>. Estes quantitativos permitem, desde logo, confirmar a ideia de uma emigração de tipo familiar, mesmo que eventualmente inferior à saída individual de efectivos. Todavia, verificamos que sistematicamente as diversas famílias se vão ausentando

<sup>447</sup> Estes valores contabilizam os naturais e residentes da freguesia, excluindo aqueles que, sendo naturais da Ribeira Seca registavam residência na ilha Terceira.

faseadamente num curto espaço de tempo, certamente em função das disponibilidades e recursos usufruídos pelos primeiros emigrados. Esta realidade é bem documentada ao agruparem-se os indivíduos pertencentes à mesma família de origem.

**Quadro 3.52**  
**Emigração por famílias na freguesia da Ribeira Seca segundo os**  
**passaportes (1873-1910)**

Passaportes			Famílias de origem				
Nº Pessoas	Nº	Total	Nº Pessoas	Nº	Total	> 1 passaporte (%)	Todos separados (%)
2	4	8	2	56	112	87,5	67,9
3	36	108	3	21	63	90,5	63,2
4	15	60	4	6	24	100,0	57,1
5	6	30	5	5	25	80,0	40,0
6	5	30	6	1	6	100,0	100,0
7	1	7	7	2	14	100,0	50,0
8	3	24	8	1	8	100,0	100,0
9	2	18	9	2	18	50,0	0,0
10	1	10	10	0	0	0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>73</b>	<b>295</b>		<b>94</b>	<b>270</b>	<b>88,3</b>	<b>61,7</b>

Segundo a informação contida nos passaportes colectivos a frequência modal situa-se nos documentos concedidos a três indivíduos (36 passaportes), sendo ainda significativa a autorização para os agregados com quatro pessoas (15). Consideradas somente as famílias de origem no seio das quais mais de um membro emigrou, observamos uma intensidade apreciável das formadas por 2 e 3 elementos: 59,6 e 22,3%, respectivamente. No entanto a leitura da emigração familiar, segundo este prisma, também não é completamente elucidativa da realidade, pois seria necessário agrupar os indivíduos de uma família biológica ao agregado de origem dos seus pais, o que não se afigurou possível. Mesmo assim, da totalidade das famílias expatriadas 82% solicitou mais de um passaporte, enquanto em 62% das ocorrências todos os parentes emigraram individualmente.

**Quadro 3.53**  
**Estado civil dos emigrantes legais (1872-1910)**

<b>Estado</b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL (%)</b>
Solteiros	251	73,2	281	82,2	77,7
Casados	85	24,8	47	13,7	19,3
Viúvos	7	2,0	14	4,1	3,1
<b>TOTAL</b>	<b>343</b>	<b>100,0</b>	<b>342</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Ao nível da composição civil da população interveniente na emigração destacam-se, essencialmente, os efectivos solteiros com cerca de 78%, seguindo-se os casados (19%) e os viúvos com uma percentagem ínfima (3%). No entanto assinala-se uma maior predominância de mulheres solteiras (82%) e um peso consideravelmente inferior de casadas (14%). Estes dados vêm confirmar o significativo número de fogos chefiados por mulheres na freguesia: 46 em 1884 e 23 em 1900, conforme foi salientado anteriormente. Aliás, em diversos casos, num total de 22, detecta-se um retorno dos homens casados, o que prefigura uma emigração de carácter breve e destinada a gerar alguns recursos extraordinários<sup>448</sup>.

Relativamente aos grupos sociais intervenientes no fenómeno migratório de longa distância deparamo-nos essencialmente com os estratos inferiores da sociedade como, aliás, já foi salientado através dos relatórios dos governadores civis e inquéritos parlamentares. Tomando-se os passaportes como referência, e aceitando-se serem já os mesmos reveladores de um mínimo de capital pela sua obtenção, damos conta da existência de 173 jornaleiros (81%) para um conjunto de 14 lavradores e 22 proprietários que conjuntamente perfazem 17% do total. Mas, mesmo estes últimos, respeitam a fregueses com um rendimento anual muito modesto, na maioria inferior a 10 mil réis anuais, o

<sup>448</sup> Este número seria seguramente mais elevado. No entanto apenas nos podemos aperceber destas situações por meio das famílias onde se continua a detectar o nascimento de filhos, ou quando o indivíduo vem a falecer na freguesia em data anterior a 1943.



que vem reforçar o carácter de uma emigração protagonizada por indivíduos na sua maioria bastante desfavorecidos<sup>449</sup>.

Mas o baixo estatuto económico e até social também se expressa, de certa forma, no número de filhos ilegítimos emigrados. No período compreendido entre 1877 e 1910 ausentaram-se 84 bastardos, número que ascenderia aos 127 (20,7%) se contabilizados todos os indivíduos que à nascença eram tidos por ilegítimos. O mesmo não sucede relativamente às mães solteiras, das quais apenas nove emigraram com alguns filhos, e sete individualmente. Também a maioria destas mulheres gozava de condição inferior o que se consubstancia na média de descendentes - 4,8 - reveladora de uma forte reincidência própria dos escalões mais baixos da sociedade. Por outro lado, das 16 mães solteiras, 6 eram por sua vez filhas ilegítimas, o que atesta o carácter socialmente marginal das mulheres saídas da freguesia.

Torna-se, entretanto, difícil proceder à identificação nominativa de todas as mulheres, na maioria das vezes, por questões de homonímia. Tanto por esta razão, como essencialmente pelo elevado número de mães emigradas clandestinamente ou deslocadas para outras freguesias ou ilhas, confrontamo-nos com um apreciável conjunto de progenitoras solteiras das quais não se conhece posterior consórcio ou óbito na freguesia. Desta importante realidade daremos conta no capítulo seguinte, onde se procurará indagar acerca da sua representatividade e, acima de tudo, do seu estatuto social.

---

<sup>449</sup> Foram identificados 17 indivíduos, todos filhos de trabalhadores, camponeses e carpinteiros. A média do rendimento anual situa-se nos 10300 réis enquanto em apenas 4 casos se ultrapassam os 20 mil réis.

## CAPÍTULO 4 - AS ILEGITIMIDADES

Sendo certo que a ilegitimidade nunca foi igual dadas as circunstâncias peculiares de cada mulher, o código social sempre soube distinguir entre aqueles que vieram ao mundo após um compromisso desfeito, cuja mãe respeitável foi seduzida ou, na base da hierarquia, o produto da prostituição, do adultério ou do incesto. É evidente que esta distinção se efectiva dentro da vida comunitária, onde as trajectórias individuais eram, de certa forma, conhecidas. O controle social, guiado pela pureza da fé e dos costumes e associado a fortes relações de vizinhança estabelece, em última análise, uma hierarquia entre os nascimentos fora do casamento, distinguindo-os entre os culpáveis ou não.

Deste ‘mundo’, impregnado pelo comunitarismo, pouco resta ao investigador. De milhares de percursos pessoais, quiçá todos diferentes, a nossa satisfação resume-se, fundamentalmente, ao conhecimento dos registos paroquiais destas mulheres, encadeados genealogicamente e burilados com indicadores de carácter económico. Sobre a vida destas mães, das suas hesitações e afectos, da sua esperança ou miséria, quase nada ficou.

A tipologia apresentada neste estudo pode, consequentemente, afastar-se do código social pré-definido ao centrar-se fundamentalmente nas mães solteiras. Todavia, a manipulação dos diversos elementos disponíveis, fundamentalmente os registos nominativos, conduz a um tratamento estatístico, pelo qual somos igualmente compelidos a afirmar que nem todos os ilegítimos são iguais. Em nosso entender existem três premissas fundamentais: o estado civil da mulher, o conhecimento do progenitor e a existência ou não de posterior consórcio. Mais do que o futuro casamento, o registo do progenitor, seja ele voluntário ou não, constituiu um elemento determinante na diferenciação social destas crianças. Por certo algumas daquelas raparigas que registaram o seu filho como de «pai incognito» sem posterior casamento, podem ter tido contactos efémeros, porventura longos, mas possivelmente desfeitos. Outra realidade bem

diferente se afigura para aquelas que acabam por consorciar-se ou cujo progenitor é indicado como «futuro esposo».

Neste capítulo, inicia-se a análise pelas mães solteiras efectivamente celibatárias, cujo óbito decorre na freguesia até 1943 (tipo 0), seguindo-se as mulheres sobre as quais não se conhece o parceiro nem futuro matrimónio e que designaremos por «solteiras de tipo 1». A observação estende-se depois ao grupo de mães solteiras que indicou o progenitor e casou mais tarde (solteiras de tipo 2), mas também àquelas em que o parceiro não se assumindo, acabaram por estar enquadradas pelo matrimónio (solteiras de tipo 3).

Numa segunda fase analisaremos as escassas mulheres não solteiras com descendência ilegítima, ou seja, as viúvas e as casadas, procurando também dar conta do seu volume, reincidências, idades médias e condição social. Por último, consideramos os expostos, uma clara minoria estatística no universo estudado, onde questionamos se a exposição se relaciona fundamentalmente com ilegitimidade ou com imperativos de ordem económica.

Depois de observado o universo mais restrito - solteiras de tipo 0 - (mulheres solteiras ao óbito), verificar-se-ão, igualmente, as características das que não registam matrimónio nem casamento na paróquia («solteiras para sempre?» - tipo 1). Finalmente analisaremos aquelas que vieram a consorciar-se (designadas como «solteiras por algum tempo»). No entanto, ainda as subdividiremos entre as que registam consórcio (tipo 2), e as restantes, (tipo 3) em que a criança fora tida por filha de pai incógnito. Só após esta análise compartimentada estaremos em condições de obter uma visão de conjunto, procurando dar conta da dimensão do fenómeno no decurso de Oitocentos.

## 4.1 – A reprodução celibatária

### 4.1.1 – Volume, idades médias e reincidência

Ao longo dos 110 anos analisados neste estudo deparamo-nos com a existência de 147 mães solteiras, responsáveis por 370 ilegítimos, que acabariam por falecer na paróquia da Ribeira Seca<sup>450</sup>. Este quantitativo é, seguramente, claramente inferior ao total real de solteiras ao óbito, na medida em que pesa alguma interrogação em torno de várias centenas de progenitoras das quais se desconhece tanto o casamento, como o óbito. De qualquer modo, o universo composto por quase centena e meia de mulheres, já viabiliza uma análise bastante representativa deste grupo que se apresenta, na generalidade das situações, como um dos mais desfavorecidos da sociedade.

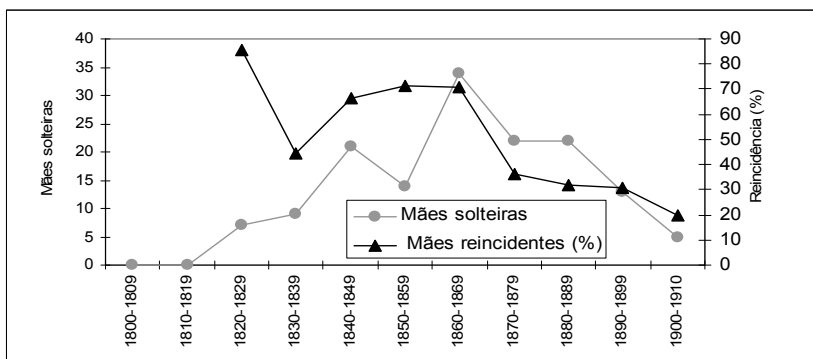
#### Quadro 4.1

##### Mães solteiras ao óbito. Volume, reincidência, idade média e filiação

Décadas	Mães solteiras	Mães reincidentes (%)	Total de filhos	Média de filhos	Idade média ao 1º filho	Nº obs	Filiação legítima (%)
1800-1809	0		-	-	-	-	-
1810-1819	0		-	-	-	-	-
1820-1829	7	85,71	25	3,57	21,79	7	85,71
1830-1839	9	44,44	20	2,22	27,84	9	100,00
1840-1849	21	66,67	62	2,95	25,37	21	80,95
1850-1859	14	71,43	46	3,29	24,32	14	78,57
1860-1869	34	70,59	112	3,29	23,97	33	75,75
1870-1879	22	36,36	40	1,82	27,06	22	95,45
1880-1889	22	31,82	42	1,91	29,70	22	77,22
1890-1899	13	30,77	17	1,31	27,90	12	58,33
1900-1910	5	20,00	6	1,20	28,20	5	60,00
<b>TOTAL</b>	<b>147</b>	<b>53,06</b>	<b>370</b>	<b>2,52</b>	<b>26,20</b>	<b>145</b>	<b>80,70</b>

<sup>450</sup> Recorde-se que o cruzamento dos óbitos se efectuou até 1943, permitindo acompanhar o percurso da maior parte destas mulheres.

**Gráfico 4.1**  
**Volume e reincidência das mães solteiras ao óbito**



De acordo com o quadro 4.1 o número de solteiras de tipo 0 (mães solteiras ao óbito) revelou-se reduzido na primeira metade do século (37) acentuando-se, pelo contrário, na segunda (126). Aliás, a contribuição destas mulheres para o cômputo geral da bastardia sentiu-se com bastante intensidade nas décadas de 1840 a 1880 que, conjuntamente, ascendem a 77% do total de mães tipo 0, dando à luz 82% dos ilegítimos nestas circunstâncias. No entanto, já na década de 1870, assiste-se a uma forte redução na reincidência destas solteiras, pois esta decresce de 71% (década de 1860) para 36% (década de 1870), tendendo a diminuir progressivamente até 1910. Tal realidade é bem patente no número médio de filhos que se modera drasticamente do decénio de 1860 para o seguinte.

Se nos ativermos à filiação destas mulheres nota-se que a esmagadora maioria era legítima ao nascimento do seu primeiro filho (81%) significando que este grupo não se pautava por uma repetição sistemática da maternidade ao longo das gerações. É certo existirem diversas exceções, pois, em certas famílias, a existência de sucessivas gerações de mães solteiras foi uma constante. Mas estes casos, por muito menos frequentes, vêm confirmar a ideia de que, em regra, a maternidade das solteiras 0 não implica necessariamente a persistência na

reprodução ilegítima. Finalmente, devemos notar que a relação entre filiação legítima e reincidência na maternidade se desvanece consideravelmente a partir da década de 1880. Tal realidade parece enquadrar-se na redução da fecundidade ilegítima de que já demos conta. Ora, isto mostra de forma inequívoca o carácter cada vez mais residual das solteiras de tipo 0 a partir do último quartel Oitocentista: tanto a percentagem de filiação legítima, como a idade ao nascimento do primeiro filho e a própria média de descendentes é menor, conduzindo, assim, a um peso ínfimo no cômputo total de nascimentos fora do casamento.

**Quadro 4.2**  
**Idade média das mães solteiras 0 ao nascimento do primeiro filho por grupos de idades**

Idades	Solteiras 0		Famílias legítimas	
	Nº	%	Nº	%
15-19	18	12,4	142	10,0
20-24	52	35,9	383	27,1
25-29	42	29,0	381	27,0
30-34	18	12,4	275	19,5
35-39	11	7,6	148	10,5
40-44	4	2,8	68	4,8
45+	0	0,0	16	1,1
<b>TOTAL</b>	<b>145</b>	<b>100,0</b>	<b>1413</b>	<b>100,0</b>

Relativamente à idade média das mães solteiras ao óbito – 26,2 anos – o quadro 4.2 indica a frequência relativa de cada escalão etário, em comparação com a percentagem das famílias legítimas no seio das quais a idade média se situou nos 27,6, ou seja, uma diferença pouco significativa. A classe modal das solteiras de tipo 0 corresponde ao grupo 20-24 (36%), enquanto nas famílias legítimas a mesma classe se reparte equitativamente entre os 20-24 e os 25-29 (27%); isto é, de um modo genérico, as mães solteiras, tal como as mulheres sem prévia ilegitimidade, concebem muito tardiamente, revelando uma maternidade fora do matrimónio eventualmente determinada por vicissitudes de carácter económico, e não propriamente decorrente de um desvio sistemático à norma social vigente.

**Quadro 4.3**  
**Número de filhos por mulher solteira ao óbito**<sup>451</sup>

Nº de filhos	Freq. Abs	Freq. Relativa
1	69	46,9
2	26	17,7
3	16	10,9
4	19	12,9
5	4	2,7
6	2	1,4
7	4	2,7
8	4	2,7
9	0	0,0
10	1	0,7
11	1	0,7
12	1	0,7
<b>TOTAL</b>	<b>147</b>	<b>100,0</b>

Segundo o quadro 4.3 a frequência mais elevada de filhos por mulher situa-se em um descendente (47%), o que de certa forma se coaduna ao total de mães reincidentes expresso no quadro 4.1. No entanto a maioria das solteiras (53%) deu à luz por mais de uma vez com particular destaque para as que renovaram a maternidade de uma a três vezes (42%), sendo bastante reduzida a expressão daquelas que possuíram mais de 4 filhos (9,5%).

Mas o quadro anterior também engloba 13 mulheres solteiras falecidas com mais de um filho que, ao longo da sua maternidade, ou conheceram o compromisso do companheiro, ou simplesmente viram os seus filhos perfilhados<sup>452</sup>. Em oito situações o progenitor havia-se declarado como «futuro esposo», mas a mulher acabaria por falecer celibatária. No entanto em apenas dois destes casos a mãe falecera precocemente o que pressuporia o casamento num curto espaço temporal. Assim sucedia com Bárbara Josefa que, possuindo 4 ilegítimos, todos filhos de Inácio Silveira, lavrador da fajã dos Vimes, falecia aos 41 anos<sup>453</sup>. Também Mariana Faustina, filha natural de Apolónia Rosa,

---

<sup>451</sup> O total de mulheres falecidas antes do seu período fértil (49 anos) ascende a 7 pelo que não prejudica os dados expressos no quadro 4.3.

<sup>452</sup> Referimo-nos a todas as ocorrências em que os ilegítimos, à data de casamento ou morte, possuíam filiação legítima.

<sup>453</sup> Fam. 814i.

conhecera um destino algo semelhante. Após o nascimento de oito filhos, todos descendentes de Manuel Machado Cunha, seu «futuro esposo», falecia em 1884 também com 41 anos<sup>454</sup>.

Face às restantes solteiras cujos filhos foram tidos por legítimos à data do seu casamento ou morte, deparamo-nos com seis mulheres que igualmente chegaram a estar comprometidas. No entanto o noivado parece ter-se desvanecido, porquanto estas progenitoras faleceram bastante tempo após o nascimento do seu último filho. Em três das situações a quebra do compromisso poderá relacionar-se com a emigração do noivo, na medida em que se desconhece a sua data de óbito.

Finalmente, as três restantes mães faleceram tardiamente pressupondo, igualmente, um compromisso em certa medida desfeito. Num dos casos observamos Mariana Faustina mãe de dois filhos entre 1844 e 1846, ambos de António Silveira Belo «futuro esposo» e lavrador do Portal. Em 1875, data do primeiro rol de confessados da freguesia, esta mãe solteira residia com seus três irmãos, todos lavradores solteiros, bem como com outras tantas irmãs celibatárias. No fogo contíguo fixara-se sua filha Joana entretanto casada com um carpinteiro e já mãe de duas filhas. Por último no fogo 439, também do Portal, residia António Silveira Belo com seu irmão, proprietário solteiro e, ainda, Maria Inácia sua irmã solteira, mãe de Inácio. Outra celibatária de tipo 0, desta feita Maria da Glória, tivera sete ilegítimos todos filhos de Vitorino José Sousa, camponês, residente no Portal<sup>455</sup>. Em 1875 verifica-se que ambos os progenitores viviam maritalmente no fogo 434 com seus filhos, embora não viessem a formalizar a união, pois Maria da Glória morria solteira em 1890 desconhecendo-se, entretanto, o destino do companheiro.

---

<sup>454</sup> Fam. 1799i. Manuel Machado Cunha, trabalhador, morria solteiro em 1925 aos 82 anos.

<sup>455</sup> Fam. 1734i.



**Quadro 4.4**  
**Percurso dos filhos das mães solteiras de tipo 0**

Situação	Nº	%	Mortalidade juvenil	Casamento	Óbito
Perfilhados	31	8,4			
Falecidos ou casados como ilegítimos	114	30,8	18	56	40
Sem informação adicional ao baptismo	225	60,8			
<b>TOTAL</b>	<b>370</b>	<b>100,0</b>			

Segundo o quadro 4.4 apenas 8,4% dos filhos ilegítimos foram perfilhados pelo pai, enquanto 31% eram tidos por ilegítimos à data do seu casamento ou óbito. No entanto a larga maioria destes indivíduos (61%) não possui informação adicional ao seu baptismo. Por um lado esta elevada percentagem explica-se pelo *terminus* da observação dos óbitos em 1943, fazendo com que, de um modo geral, boa parte dos baptismos indivíduos nascidos após 1860 não registem óbito na freguesia. Apesar disto estamos em crer que boa parte tenha migrado pelo simples facto de não se possuir registo de casamento na paróquia. De qualquer modo os dados expressos neste quadro tornar-se-ão mais expressivos quando comparados com a realidade decorrente de outro tipo de mães solteiras.

Por último, deve advertir-se para a existência de um conjunto restrito de instrumentos de perfilhação, sejam eles movidos pelo progenitor ou, até pela própria mãe. Assim sucedera com Maria Inácia, mãe de António, seu único filho, nascido em 1869. Dezanove anos mais tarde, em 1888, Maria Inácia perfilhava-o alegando estar o mesmo ausente nos Estados Unidos da América, de modo a viesse a possuir «todos os direitos que a lei concede aos filhos perfilhados»<sup>456</sup>. E, de facto, segundo o rol de 1875, António residia no fogo 4 da Rua de Baixo juntamente com sua mãe e seus avós<sup>457</sup>.

<sup>456</sup> Cf. B.P.A.A.H., *Tabelionato – Ilha de São Jorge*, Notas do tabelião Joaquim António da Silveira, liv. 19 (1887-1888), fls. 177-177v.

<sup>457</sup> António pertencia à fam. 1976i, sendo sua mãe proveniente da fam. 990 constituída por João Silveira Machado, trabalhador, e Ana Inácia natural do Norte Grande.

Noutra situação constatamos a perfilhação movida por José de Sousa Borba, homem solteiro do Portal<sup>458</sup>. Em 1879 admitia publicamente a paternidade de quatro filhos, três dos quais de Maria Angélica, mãe solteira de sete filhos<sup>459</sup> enquanto o último filho, António, descendia de uma viúva – Rosa Jesus Fagundes<sup>460</sup>. José de Sousa Borba era um dos oito descendentes de um lavrador, Francisco Pereira Borba casado com Matilde Ávila<sup>461</sup>. Seria celibatário juntamente com suas irmãs Bárbara e Maria, enquanto dos seus três irmãos António, filho primogénito, casava por três vezes, João também se consorciava mas com prévia ilegitimidade e, finalmente, Salvador que desposava uma mulher do Topo. O percurso destes descendentes parece inserir-se numa clara estratégia de contenção matrimonial que desenvolveremos ao longo deste trabalho.

Isto significa que, por diversas vezes, participavam na maternidade solteira indivíduos de certa forma afastados pela herança ou, mais simplesmente, vítimas de um excessivo número de irmãos que reduzia a sua legítima. Nestas circunstâncias, o exemplo de José de Sousa Borba, parece-nos modelar, na medida em que a sua participação na reprodução ilegítima apenas é captada pelo cruzamento com fontes notariais. Neste sentido futuras investigações nestes núcleos documentais, desde que sistemáticas, poderão lançar luz sobre esta problemática.

#### 4.1.2 – Naturalidade e condição económica

As mulheres solteiras falecidas na paróquia são, na sua quase totalidade (95%) originárias da Ribeira Seca. Das sete mulheres forasteiras todas foram progenitoras na segunda metade Oitocentista, salvo Catarina do Rosário uma

---

<sup>458</sup> «Escritura de perfilhação que faz José de Sousa Borba [...]» de 9.11.1879 (tabelião Joaquim António da Silveira, liv. 6, fl. 85) apensa ao seu inventário orfanológico. Cf. B.P.A.A.H., *Inventários Orfanológicos – Ilha de São Jorge*, mc. 646, proc. 3791, fl. 54-54v.

<sup>459</sup> Fam. 1583i formada no Portal.

<sup>460</sup> Fam. 1693/2139i.

<sup>461</sup> Fam. 325 do Portal.

mendiga, também filha de mãe solteira, que deu à luz em inícios do século XX<sup>462</sup>.

A origem geográfica com maior expressão foi, naturalmente, a vila da Calheta, de onde provieram três mães, todas descendentes legítimas e progenitoras de apenas um filho, à exceção de Maria José que renovou a maternidade por duas vezes, certamente pelo compromisso informal assumido com António Machado Silveira, um trabalhador viúvo<sup>463</sup>. No concelho da Calheta verificamos, ainda, a proveniência de Amélia Rosa, natural do Topo. Filha legítima de Manuel Joaquim Sousa, trabalhador e de Rosa Vitorina, fora mãe de Maria, sua única filha nascida em 1890<sup>464</sup>. Fora da ilha apenas constatamos a presença de Rosa Júlia, uma criada oriunda da freguesia de São Roque do Pico. Mãe de Maria e Mariano entre 1864 e 1868 residia, em 1875, com sua mãe, viúva de José Francisco, sua irmã Ana, também mãe solteira, e com seu filho natural Mariano<sup>465</sup>. De naturalidade desconhecida registamos Catarina do Rosário já mencionada mas, também, Maria Inácia de filiação legítima, responsável pelo nascimento de duas crianças, desconhecendo-se, entretanto, a sua data de nascimento<sup>466</sup>.

No que concerne à condição económica destas mães advinha-se, naturalmente, o desfavorecimento económico o qual, de certa forma, decorre da significa percentagem de filhos não perfilhados (31%), como daqueles sobre os quais não existe informação adicional ao baptismo (61%). Esta asserção comprova-se mediante as profissões dos pais ou mães – na situação de

---

<sup>462</sup> Fam. 2672i.

<sup>463</sup> Fam. 2378i. António Silveira, vinte e cinco anos mais velho, enviuvara em Março de 1883 e, em 1884 já se encontrava a residir com Maria José, sua «assistente», no fogo 52 da Canada de São Bartolomeu. O seu primeiro filho, António, nasceu em Agosto do mesmo ano.

<sup>464</sup> Fam. 2498i.

<sup>465</sup> Fogo 302 do Grutão Seco. Sua filha, Maria, faleceu apenas com um ano de idade.

<sup>466</sup> Fam. 2002i.

reincidência – das progenitoras de tipo 0, visto todas as mulheres serem tidas por «domésticas», à excepção de seis mulheres com diversas outras ocupações<sup>467</sup>.

**Quadro 4.5**  
**Ocupação dos progenitores das mães solteiras ao óbito**

Ocupação	Nº	%
Calafate	1	0,8
Camponês	26	20,0
Carpinteiro	5	3,8
Ferreiro	2	1,5
Lavrador	14	10,8
Marítimo	11	8,5
Moleiro	1	0,8
Pedreiro	1	0,8
Sapateiro	2	1,5
Trabalhador	42	32,3
«Mãe solteira», doméstica	25	19,2
<b>TOTAL</b>	<b>130</b>	<b>100,0</b>

Aceitando-se as ocupações como um reflexo directo do estatuto sócio-económico, deparamo-nos com um apreciável conjunto de trabalhadores (32%), camponeses (20%) e marítimos (8,5) perfazendo 61% das observações. Porém, adicionadas as filhas de mães solteiras cuja ocupação é, invariavelmente, o serviço doméstico, o universo dos ditos desfavorecidos ascende a 80%, ou a 89%, visto a maioria dos ofícios e mesteres (c. 9%) raramente granjear uma situação estável<sup>468</sup>.

Uma análise mais circunstanciada porém menos representativa do rendimento económico destas famílias viabiliza-se por meio da contribuição predial de 1881. Recordando-se que, de um modo geral, os desfavorecidos não ultrapassariam um rendimento anual inferior a 25 mil réis, dado não possuírem,

<sup>467</sup> Anotamos duas criadas de servir, uma costureira, uma fiadeira, uma «trabalhadeira» e, ainda, uma «aprezenhadeira», cujo significado desconhecemos.

<sup>468</sup> É esta a impressão que nos ressalta do rendimento destes indivíduos através da contribuição predial de 1881. Ademais, como referido no capítulo 1, boa parte destes artífices era habitualmente designados por «trabalhador» ou «camponês», traduzindo uma situação algo precária.

na sua maioria, meios para manter uma casa auto-suficiente, observamos que a esmagadora maioria das famílias de origem destas solteiras era, efectivamente, desventurada.

**Quadro 4.6**  
**Nível económico das famílias de mães solteiras segundo a contribuição predial de 1881**

Escalão	Rendimento anual (réis)	Fam. Origem	%	Mães	%
1	0-2500	16	25,4	5	55,6
2	2500-5000	11	17,5	2	22,2
3	5000-10000	15	23,8	1	11,1
4	10000-25000	16	25,4	1	11,1
5	25000-60000	5	7,9	0	0,0
<b>TOTAL</b>		<b>63</b>	<b>100,0</b>	<b>9</b>	<b>100,0</b>

Com efeito, segundo o quadro 4.6, 92% dos progenitores destas mães manifestava uma escassez económica, particularmente aqueles que não ultrapassavam os 10 mil réis: 67%. Se considerarmos a enorme amplitude do escalão 4 compreendido entre os 10 e os 25 mil réis numa freguesia essencialmente pobre, damos conta da existência de 10 agregados cujo rendimento não excedia os 17500 réis (63%) e, de apenas 6 em que esse quantitativo era ultrapassado (37%). Na classe seguinte (25 a 60 mil réis), apenas se observam 5 agregados (8% do total) onde, novamente, todos se situam perto do limite inferior, pois o mais possidente e único proprietário – António Silveira Cardoso – recebia 31500 réis ao ano.

No que respeita à posse de terra por parte das próprias mães apenas se identificam 9 casos, todos relativos a rendimentos inferiores a 25 mil réis, com particular destaque para aquelas que não excediam os 2500 réis (56%). Se por um lado a possibilidade de ligação entre a base de famílias e a contribuição predial de 1881 se torna reduzida, tanto por questões de homonímia, como por diversas solteiras já terem falecido antes desta data, verdade é que o diminuto

conjunto (9) nos sugere a ausência de bens fundiários e a concomitante necessidade do trabalho na terra de outrem, ou de qualquer outro expediente<sup>469</sup>.

Mas a relação entre estatuto económico dos pais e os comportamentos das filhas solteiras também merece referência, sobretudo ao nível da reincidência e idade média ao nascimento do primeiro filho. De facto, segundo o quadro seguinte, comprova-se uma relação entre o baixo estatuto económico e a precocidade na maternidade, sobretudo pelo diferencial entre a classe 1 (24,8) e 4 (29,7), ou seja, praticamente cinco anos.

**Quadro 4.7**  
**Média de descendentes e idade média ao nascimento do primeiro filho**  
**segundo condição económica dos progenitores de solteiras tipo 0**

<b>Rendimento (escalão)</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
Média de filhos	2,7	1,6	1,9	1,4	1,2
Idade m. nasc. 1º filho	24,8	25,2	28,0	29,7	25,8

Refira-se a, este propósito, a participação de algumas famílias da elite na reprodução celibatária. Se bem que em escala reduzida, como referimos anteriormente, detectam-se eventualmente situações de celibato forçado por parte de ambos os progenitores como consequência da não dispersão do património. Um exemplo elucidativo parece residir na família de Mariana Faustina cujos dois filhos nascidos entre 1844 e 1846 eram, também, de António Silveira Belo<sup>470</sup>. Ambos os progenitores faleciam solteiros no final do século XIX embora residindo, ao que tudo indica, separados. De facto, em 1875, António Silveira Belo auferia apenas 14700 réis, residindo com seu pai e chefe de família, José Machado Belo, que atingia 59 mil réis anuais, uma soma considerável para a Ribeira Seca<sup>471</sup>. Já na família de Mariana Faustina, também em 1875,

<sup>469</sup> Eventualmente o serviço doméstico em casas alheias ou actividades complementares como a preparação do linho e a tecelagem.

<sup>470</sup> Fam 1347i. António Silveira Belo assumira-se como «futuro esposo» ao nascimento de seus descendentes.

<sup>471</sup> Vide fogo 439 do Portal no rol de confissão de 1875. José Machado Belo (fam. 563i/633) tivera 11 filhos dos quais apenas 5 se casariam, dois deles com prévia família ilegítima. O inventário orfanológico deste casal indica que a soma dos bens ascendia a 842 mil réis mas, retirada a meança

verificamos que o rendimento do chefe do agregado totalizava 40800 réis, revelador de um estatuto com ascendente social. Aliás, seu pai, João Silveira Borges, lavrador, fora pai de 13 filhos, dos quais apenas Estulano Silveira Borges se casaria na freguesia com Bárbara Faustina, mas *in articulo mortis*, dois dias antes de falecer, visto ambos terem gerado Maria em 1843<sup>472</sup>. Por esta razão os sete irmãos solteiros, três lavradores e quatro domésticas, partilhavam o mesmo fogo em 1875<sup>473</sup>.

Também a filha do capitão António Machado Azevedo e de Dona Antónia Silveira, Josefa Joaquina Silveira gerara Matias em 1830, filho de seu futuro esposo António Silveira Vilalobos<sup>474</sup>. Josefa Silveira seria a única filha a não casar, encontrando-se, em 1875, a residir com seu filho Matias Teixeira Machado, camponês, chefe do fogo 48 da Canada do Bica, e com os seus quatro netos. Entretanto, António Silveira Vilalobos, filho do lavrador António Teixeira Fontes, residia em 1832 no fogo 349 com seus pais e irmãos<sup>475</sup>. Sete anos depois o chefe de família já acolhia seu neto Matias, desconhecendo-se o paradeiro de Josefa Silveira tanto em 1832, como em 1839.

Noutros quatro casos também se verifica a participação de famílias com algum *status* implicadas na reprodução celibatária, conquanto não exista qualquer alusão ao progenitor do ilegítimo. Assim sucedia, por exemplo, com Rosa Bettencourt, mãe de António em 1834<sup>476</sup>. Em 1839 Rosa residia com seu pai, José Silveira Lopes, um lavrador da Rua de Baixo, juntamente com António e seus restantes tios. Dos 10 filhos do casal apenas dois registariam casamento,

---

por morte da esposa em 1851, cada filho apenas receberia 41800 réis. Cf. B.P.A.A.H., *Inventários Orfanológicos – Ilha de São Jorge*, mc. 556, proc. 2751 de 1883.

<sup>472</sup> Fam. 1371/3080. Segundo o inventário orfanológico determinado pela sua morte em 28.05.1862, e concomitante menoridade de sua filha Maria, o casal possuía 384\$340 réis, ou seja um valor bem mais modesto face ao do seu pai. Cf. B.P.A.A.H. *Inventários Orfanológicos – Ilha de São Jorge*, mc. 415, proc. 1597 de 1862. Apenas um outro seu irmão, Bartolomeu Sousa Teixeira se casaria, mas na paróquia de São Lázaro (Norte Pequeno).

<sup>473</sup> Fogo 402 do Portal.

<sup>474</sup> Fam. 951, descendente da fam. 12. Dos seus quatro irmãos dois casariam enquanto outro, António, falecia solteiro aos 35 anos.

<sup>475</sup> Fam. 87. Dos quatro filhos, António Silveira Vilalobos é o único com descendência ilegítima conhecida, apenas se registando o casamento de um deles, Amaro Teixeira.

<sup>476</sup> Fam. 1073i.

enquanto Rosa seria a única a averbar percurso ilegítimo<sup>477</sup>, sabendo-se que em 1851, quando da morte do pai, Rosa Bettencourt se achava ausente<sup>478</sup>. Também Isabel Joaquina Azevedo, filha do sargento Raulino Azevedo Machado, fora mãe solteira de Maria nascida em 1867, não existindo, entretanto, qualquer alusão ao pai. Embora não se consiga identificar esta família no rol de 1875 sabe-se que, aparentemente Isabel Joaquina foi, dos 6 filhos do casal, a única a possuir descendência<sup>479</sup>. As duas restantes famílias contemplam pequenos lavradores, eventualmente com um estatuto menos importante, mas nem por isso desprezível. Aluda-se, pois, a Isabel Bettencourt Pacheco, filha de um pequeno lavrador, Jorge Silveira Teixeira, do Caminho Novo<sup>480</sup>. Em 1885 dava à luz Abel, único neto do casal, já que seus dois irmãos morreriam solteiros sem descendência e residia, em 1887, juntamente com o filho na companhia de seus pais e de sua irmã Isabel<sup>481</sup>. Finalmente, na família de João Machado Nunes, tido por camponês, dos seus seis filhos, apenas um se casaria<sup>482</sup>. Maria Nunes seria a única a possuir descendência ilegítima, dando à luz por duas vezes na década de 1880, sem que o progenitor se assumisse. Para os restantes quatro filhos deste casal apenas se possui a data de baptismo, pelo que eventualmente optaram pela

---

<sup>477</sup> José Silveira Lopes e Dona Maria Bettencourt da Calheta teriam-se casado em finais do século XVIII, dando à luz pelo menos 10 filhos. Em 1828 este lavrador pagava um alqueire e meio de trigo a título do dízimo deste cereal, 12 alqueires de milho e, ainda, 30 réis relativos à sua produção de 30 canadas de vinho a título do subsídio literário. Cf. B.P.A.A.H., *Capitania-geral*, Dízimos. Ilha de São Jorge (anos de 1827 e 1829) e Subsídio Literário. Ilha de São Jorge (ano de 1828). Aliás, segundo o seu inventário orfanológico de 1851, João Silveira Lopes detinha um património apreciável, avaliado em 948 mil réis. Cf. B.P.A.A.H. *Inventários Orfanológicos – Ilha de São Jorge*, mç. 426, proc. 970 de 1851.

<sup>478</sup> Idem, mç. 426, proc. 970 de 1851.

<sup>479</sup> De facto duas irmãs e um irmão faleceram solteiros, enquanto não existe informação adicional ao baptismo para os restantes.

<sup>480</sup> Fam. 2397i, originária da 1595, formada por Jorge Silveira Teixeira e Ana Josefa Bettencourt Pacheco, esta natural da Calheta, um pequeno lavrador que, em 1881, auferia 24800 réis anuais. Já o pai de Jorge Teixeira, Dâmaso José Teixeira, era casado com D. Faustina Silveira (fam. 754) e arrolado como lavrador.

<sup>481</sup> Fogo 167 do Caminho Novo segundo o rol de confissão de 1887.

<sup>482</sup> Fam. 1577i. Dos nove filhos do casal, três faleciam com menos de um ano. João Machado Nunes auferia um rendimento de 29900 réis em 1881.



expatriação. Em 1887, oito anos após a morte do marido, Maria Santa assumia a chefia do fogo 274 da Latina, acolhendo sua filha Maria e seus dois netos<sup>483</sup>.

As situações apontadas permitem afastar a ideia de uma maternidade solteira sempre associada à fraca condição económica. Aliás, o acolhimento dos ilegítimos por parte dos avós de que demos conta, e a natural ausência de amancebamento, ressalta a aceitabilidade do fenómeno para certos estratos sociais, eventualmente decorrentes de uma estratégia de reprodução social ou, mesmo, de uma fatalidade inerente a um celibato forçado. Mas esta realidade não pode fazer esquecer a condição maioritariamente desfavorecida das mães solteiras ao óbito.

Na realidade, segundo o quadro 4.5, verificámos que 25 solteiras eram, por sua vez, filhas de celibatárias. Simultaneamente a média de filhos de suas mães era de 2,8, enquanto na segunda geração esse quantitativo aumentava para os 3,9<sup>484</sup>, reforçando a forte reincidência deste sector populacional, até porque a média geral de filhos (quadro 4.1) se situou nos 2,5. Por outro lado em 40% destas famílias é visível uma persistência na maternidade solteira ao longo de três gerações traduzida, também, por uma elevada média de filhos. Ou seja, confrontamo-nos com um conjunto específico da população com forte propensão para a reprodução ilegítima, embora o mesmo seja claramente minoritário no universo das famílias envolvidas. Todavia, outros elementos caracterizam este sector, designadamente a forte contenção matrimonial e a elevada emigração, como se expressa no quadro seguinte.

---

<sup>483</sup> Cf. Rol de confissão de 1887.

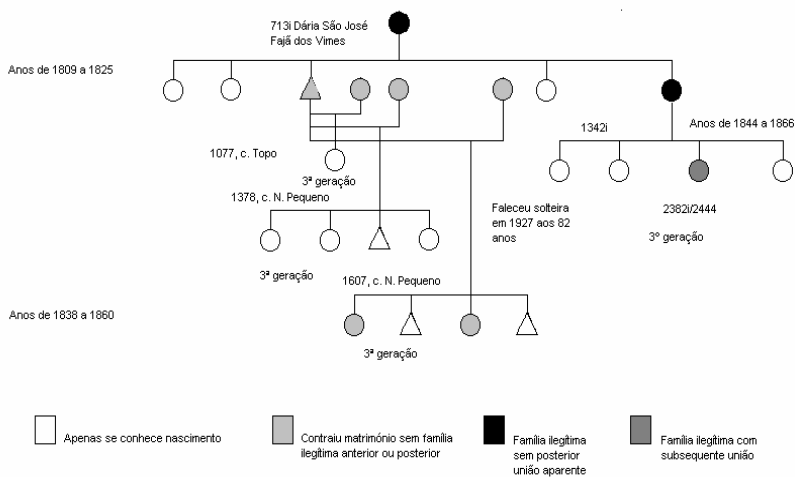
<sup>484</sup> Este número seria eventualmente um pouco mais elevado visto a segunda ou terceira geração ainda não ter concluído o seu período fértil em 1910, quando terminamos a observação.

**Quadro 4.8**  
**Percursos dos descendentes de mães solteiras reincidentes (tipo 0)**

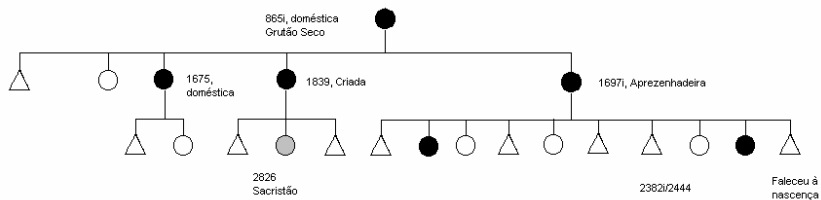
<b>Situação</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Sem informação adicional	22	37,3
Mães solteiras ao óbito	20	33,9
Mães solteiras sem informação adicional	5	8,5
Casados	7	11,9
Casados com prévia ilegitimidade	2	3,4
Celibatários	3	5,1
<b>TOTAL</b>	<b>59</b>	<b>100,0</b>

De acordo com o quadro 4.8, 37% dos filhos não possuem qualquer outra indicação para além do seu baptismo o que significará uma eventual migração, pois foram observados num período mínimo de 50 anos. Mas a maternidade ilegítima constituiu, efectivamente, o principal destino destes descendentes (46%), mesmo que uma ínfima parte (3,4%) tenha enredado posteriormente pelo matrimónio. De qualquer forma o número de filhos casados sem prévia família ilegítima ascende somente a 12% e, destes, 7% efectuaram o seu matrimónio fora da freguesia, designadamente no Topo ou Norte Pequeno. Os dois pictogramas seguintes relativos à descendência de duas mães solteiras poderão ilustrar de modo mais claro esta realidade.

**Figura 4.1**  
**Genealogia parcial de Daria de São José, mãe solteira ao óbito**



**Figura 4.2**  
**Genealogia parcial de Rosa Umbelina, mãe solteira ao óbito**



Para além deste conjunto aparentemente singular, constituído pela reincidência e persistência na maternidade solteira ao longo das gerações, deve aludir-se a outras situações nas quais duas ou mais filhas faleceriam com descendência ao óbito. Oito destas situações referem-se a agregados onde duas filhas foram mães solteiras, sendo seus pais trabalhadores ou camponeses, com

especial destaque para Venâncio José e António Joaquim Silva em que suas duas únicas filhas faleciam solteiras com descendência<sup>485</sup>.

Mas em duas famílias constatamos a existência de três mães solteiras de tipo 0. Num dos casos Antão Homem de Azevedo, trabalhador do Pojal, fora pai de 6 filhas e de 3 filhos<sup>486</sup>. Das filhas, três morreriam solteiras com descendência, outra seria mãe solteira sem data de morte e eventual casamento conhecido, desconhecendo-se o percurso da filha mais nova. A única a casar seria Delfina Josefa mas com um viúvo da Graciosa, não sem antes ter possuído bastardos<sup>487</sup>.

Noutra situação, desta feita na família de José Oliveira Moniz, trabalhador da fajã Redonda, damos conta de 14 filhos dos quais oito filhas<sup>488</sup>. Das mulheres, três registaram óbito com descendência, duas casaram-se com forasteiros do Topo e outras tantas provavelmente emigraram. Apenas Bárbara falecia em 1914, aos 83 anos, conservando-se sempre celibatária. No que concerne aos filhos todos parecem ter emigrado, excepção feita a António que, tal como Bárbara, seria celibatário, falecendo em 1916 com 87 anos.

O elevado número de filhas no seio de famílias com poucos recursos parece conduzir a uma reprodução fora do casamento e a elevados níveis de emigração, conquanto o matrimónio, a existir, teria fortes probabilidades de se celebrar fora da paróquia ou com forasteiros. Todavia deverá insistir-se na relativa exiguidade tanto da persistência geracional da maternidade solteira, como das famílias legítimas com mais de um percurso no celibato com descendência. Afinal, da totalidade das famílias de origem destas mães, em apenas 10 mais de uma filha foi solteira ao óbito. Tratamos, pois, de um sector claramente minoritário da sociedade, mesmo que a maior parte da bastardia de tipo 0 advenha de sectores desfavorecidos da população. Aliás, como veremos de

---

<sup>485</sup> Fam 1360 e 3025, respectivamente.

<sup>486</sup> Fam 894. Este trabalhador auferia apenas 1250 réis anuais segundo a contribuição de 1881.

<sup>487</sup> Fam. 1767i/1941.

<sup>488</sup> Fam. 929. Este camponês está arrolado na contribuição predial com um rendimento anual de apenas 10300 réis. Dois dos seus filhos morreriam bastante novos.

seguida, a proliferação de ilegítimos poderá combinar-se com vários tipos de situações, designadamente a existência simultânea de filhos com casamento, com ilegitimidade anterior ao consórcio ou, simplesmente, com reprodução de bastardos sem que se conheça o subsequente destino da mulher.

#### **4.2 – «Solteiras para sempre»?**

Não há dúvida de que um dos aspectos mais relevantes acerca do nascimento fora do matrimónio consiste em saber se uma dada mãe solteira veio a casar-se, legitimando os filhos. É precisamente aqui que surgem muitos obstáculos ao conhecimento de todas estas mulheres, das quais sabemos terem produzido bastardos entre 1800 e 1910, desconhecendo-se o pai. «Solteiras para sempre?» refere-se ao vasto grupo de mulheres solteiras com filhos, das quais não existe referência a um posterior casamento nem à filiação paterna da criança. O número de mães nestas circunstâncias ascende a 347, tendo gerado 606 filhos, o que representa cerca de 34% do universo de ilegítimos. Por comodidade de expressão designamo-las por «solteiras de tipo 1».

Tenhamos presente que a metodologia utilizada recolhe os nascimentos e casamentos entre 1800 e 1910, enquanto os óbitos são cruzados até 1943 o que nos permite, em termos efectivos, seguir o percurso das mães cujo primeiro filho nasce até 1893. De facto, supondo que a idade média ao nascimento do primeiro filho se situa nos 25 anos e que a sua progenitora falece aos 75 anos, conseguimos observar a esmagadora maioria das mães solteiras até porque, segundo o quadro 4.9, a natalidade destas mães desce abruptamente em finais do século XIX.

No estudo de Maria Norberta Amorim sobre o Sul do Pico constata-se algo muito idêntico. De todas as mulheres nascidas, mais de 60% não terá registado o seu óbito (com 50 anos ou mais) na freguesia, supondo-se uma

mobilidade feminina muito intensa, tal como na Ribeira Seca<sup>489</sup>. Recorde-se, pois, que de 581 emigrados entre 1872 e 1910, 84 eram filhos ilegítimos (13,7%). Embora não se tenha procedido a um cruzamento nominativo exaustivo entre todas as mulheres emigradas e a base de dados de mães de tipo 1 encontramos, como referido, um total de 16 mulheres solteiras partindo sozinhas para os Estados Unidos da América<sup>490</sup>.

Se a reconstituição das famílias da paróquia é limitada por este aspecto, existe a vantagem da boa qualidade dos registos paroquiais, cotejados com muita informação adicional. Como explicitado no primeiro capítulo, o pároco averbava frequentemente o casamento e óbito que, em alguns casos, poderia ocorrer até à década de 1960. Por outro lado convém ter em atenção outro aspecto fundamental: se uma mãe solteira se inicia sexualmente em 1880 e nada mais consta sobre ela a não ser o registo de mais filhos, então significa que não se casou na paróquia, pelos menos nos 30 anos subsequentes. Aumentam, assim, as probabilidades de se ter ausentado definitivamente.

Como se mencionou anteriormente, todas estas mães registam as suas crianças como filhas de «pay incognito», «nam sabido», ou simplesmente por «filho natural». Raras vezes esses filhos foram perfilhados, embora isso não constitua motivo para serem enquadrados noutra tipologia, pois não há aparentemente matrimónio subsequente. Na maior parte destas perfilhações anotadas pelo pároco, muito escassas, diga-se, está subjacente o intuito de garantir a herança por morte do pai. É evidente tratar-se de um compromisso honrado pelo progenitor, embora o escasso número destes assentos nos leve a considerar que a maior parte destes pais seguisse caminhos autónomos<sup>491</sup>. Esta menção clara à herança futura consta de algumas perfilhações paternas, algumas vezes traduzidas como um «descargo de consciência». Assim acontece com

---

<sup>489</sup> Cf. *Evolução Demográfica* [...], p. 167. O conjunto de mulheres acompanhadas enquadra-se no período compreendido entre 1680 e 1889, sendo a mobilidade muito forte entre estes parâmetros.

<sup>490</sup> Não se efectuou um cruzamento exaustivo por sabermos tratar-se de uma parte menor do total de emigrados, sendo os resultados sempre falíveis.

<sup>491</sup> Suposição tendo em conta a esmagadora maioria de legitimações decorrentes do matrimónio.

Manuel Rodrigues morador na fajã Redonda cuja parceira, Maria de São José «[...] consebera do supplicante duas filhas [...] e como no termo do baptismo da mãe não consta serem filhas do supplicante, pertende portanto em descargo de sua consciência lansa las no livro de baptismo por suas legitimas em razam de nam ter outros herdeiros»<sup>492</sup>.

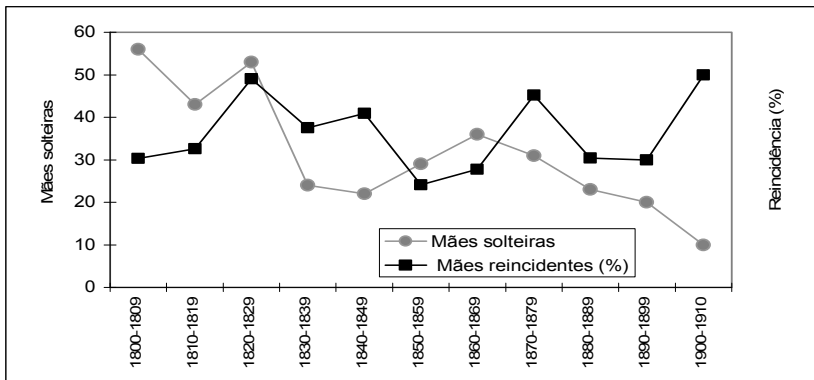
#### 4.2.1 – Volumes, idades médias e reincidência

Entre 1800 e 1910, como dissemos atrás, a freguesia da Ribeira Seca viu nascer 606 filhos de 347 mulheres solteiras sem que conheçamos nem o casamento nem filiação do progenitor no registo de baptismo. Por comodidade de expressão, frisamos novamente que estas mães tomam a designação de «tipo 1».

**Quadro 4.9**  
**Mães solteiras (Tipo 1), reincidência, e idade média ao nascimento do 1º filho**

Décadas	Mães solteiras	Mães reincidentes (%)	Total de filhos	Média de filhos	Idade média ao 1º filho	Nº obs	Filiação legítima (%)
1800-1809	56	30,36	88	1,57	-	-	86,27
1810-1819	43	32,56	67	1,56	23,80	6	90,00
1820-1829	53	49,06	106	2,00	24,89	24	82,69
1830-1839	24	37,50	47	1,96	26,00	16	70,00
1840-1849	22	40,91	35	1,59	25,69	14	50,00
1850-1859	29	24,14	38	1,31	23,86	22	88,89
1860-1869	36	27,78	59	1,64	26,26	21	91,43
1870-1879	31	45,16	62	2,00	24,44	27	93,55
1880-1889	23	30,43	55	2,39	25,51	19	65,22
1890-1899	20	30,00	31	1,55	29,20	19	71,43
1900-1910	10	50,00	18	1,80	28,55	8	50,00
<b>TOTAL</b>	<b>347</b>	<b>36,02</b>	<b>606</b>	<b>1,75</b>	<b>25,65</b>	<b>176</b>	<b>81,27</b>

<sup>492</sup> Assento de baptismo de 23.8.1817. Não se localizou esta família, muito provavelmente por ser anterior ao início de observação.

**Gráfico 4.2****Mães solteiras (tipo 1), reincidência, e idade média ao nascimento do 1º filho**

O número de mães solteiras de tipo 1 distribuiu-se desigualmente entre as duas metades da centúria: 198 na primeira (57%) e 139 na segunda (40%), sendo muito limitado no primeiro decénio de Novecentos - apenas 10 mulheres (3%). Note-se, pois, uma dissemelhança face às solteiras ao óbito que, na sua esmagadora maioria, deram à luz entre 1850 e 1899 (75%). Na primeira metade as flutuações são constantes, sobretudo entre a década de 1820 e a de 1840, ao passo que a reincidência – mães com mais de um filho – se nota com bastante intensidade até 1849. A partir do decénio de 1870 assiste-se a um decréscimo intenso e sistemático no número de mães solteiras, manifestando-se, igualmente, uma reincidência mais pronunciada. O efeito combinado da redução de mães solteiras e do baixo número de filhos vai, pois, contribuir para a drástica redução dos níveis de fecundidade ilegítima no final de Oitocentos, algo que ficou bastante claro do capítulo anterior. É certo que o universo analisado exclui, por enquanto, todas as restantes progenitoras, mas a interacção entre os indicadores demográficos de ilegitimidade e as mães de tipo 1 adquire pleno significado. Finalmente saliente-se que, tal como as solteiras de tipo 0, o pequeno universo de mães solteiras da década de 1900 revela uma forte repetição na maternidade (50%) ao mesmo tempo que metade destas mulheres eram filhas ilegítimas.



Semelhante realidade atesta o carácter particular destas progenitoras, ou seja, estas constituem um sector muito específico da população normalmente associado à pobreza.

Comparativamente ao universo das mães solteiras ao óbito nota-se uma forte analogia para com as mães de tipo 1, designadamente no que respeita à idade média ao nascimento do primeiro filho e à própria média de descendentes. Como ressalta dos quadros 4.1 e 4.9, ambos os grupos concebiam numa idade praticamente igual – 25,6 e 26,2 anos para as de tipo 0 e 1, respectivamente, enquanto o tipo de filiação das mães era idêntico: 80,7 e 81,3%. No que respeita à renovação da maternidade e concomitante média de filhos desenham-se, entretanto, dissemelhanças. Na realidade cerca de 53% das solteiras ao óbito possuía mais de um filho, percentagem que se queda nos 36% para as mulheres sem informação adicional. Por outro lado a média de descendentes das primeiras é exageradamente elevada (2,5) face às segundas (1,75). Contudo estas diferenças podem ser meramente aparentes. É que, desconhecendo-se o posterior percurso das mães de tipo 1 é plausível que estas possam ter possuído mais bastardos quer em paróquias açorianas ou, eventualmente, no estrangeiro. Assim, a similitude da idade ao nascimento do primeiro filho e a percentagem de filiação legítima parecem revelar que, entre as duas categorias de solteiras, existem mais pontos comuns do que dissemelhanças se aceitarmos este prisma de análise.

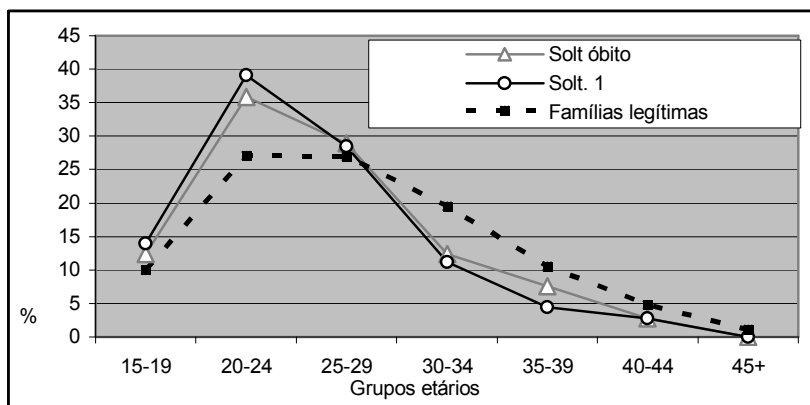
Se nos reportarmos, pelo quadro 4.10, à análise comparativa entre a idade média ao nascimento das solteiras 1 face às famílias legítimas reparamos que o primeiro conjunto de progenitoras gerava filhos dois anos antes das mulheres que mantinham essas práticas dentro do casamento, sendo que a diferença se elevava para 3,6 anos entre as décadas de 1850 e 1880. A partir do último decénio de Oitocentos já eram estas solteiras a conceber mais tardiamente (27,9 anos), enquanto as mulheres casadas o faziam aos 26,5. Ora esta mudança comportamental comprova o carácter cada vez mais restrito e residual da

maternidade solteira em finais do século XIX, realidade também extensível às solteiras ao óbito.

**Quadro 4.10**  
**Idade média ao nascimento do primeiro filho – famílias legítimas e ilegítimas (Solteiras tipo 0 e total de mães solteiras)<sup>493</sup>**

Idades	Solteiras 0		Solteiras 1		Famílias legítimas	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
15-19	18	12,4	25	14,0	142	10,0
20-24	52	35,9	70	39,1	383	27,1
25-29	42	29,0	51	28,5	381	27,0
30-34	18	12,4	20	11,2	275	19,5
35-39	11	7,6	8	4,5	148	10,5
40-44	4	2,8	5	2,8	68	4,8
45+	0	0,0	0	0,0	16	1,1
<b>TOTAL</b>	<b>145</b>	<b>100,0</b>	<b>179</b>	<b>100,0</b>	<b>1413</b>	<b>100,0</b>

**Gráfico 4.3**  
**Idade média ao nascimento do primeiro filho por grupos etários – famílias legítimas e ilegítimas (Solteiras tipo 0 e total de mães solteiras)**



A análise diferenciada entre as mulheres solteiras e casadas vem relevar uma diferença na idade ao nascimento do primeiro filho. Independentemente do período, os nascimentos dentro do matrimónio ocorrem mais tardiamente do que

<sup>493</sup> O total de nascimentos das famílias ilegítimas, sejam elas de tipo 0, 1 ou 2 refere-se àquelas para as quais possuímos data de nascimento da mulher.

os restantes. De facto, tendo em consideração as famílias legítimas e respectivo nascimento do primeiro filho, 64% dos casos pertencem a mulheres com idade inferior a 30 anos. Nas famílias ilegítimas a percentagem de filhos nascidos até essa idade é consideravelmente superior para as mães solteiras ao óbito (77%), bem como para as de tipo 1 (82%).

Os resultados obtidos demonstram claramente que as mães solteiras, particularmente as de tipo 1, concebem mais cedo: a classe modal situa-se nos 20-24 anos (39%), enquanto nas famílias legítimas as probabilidades de concepção são idênticas nas mães entre os 20 e os 29 anos (27%). De resto a distribuição da idade média ao nascimento do primeiro filho é praticamente idêntica à verificada para as solteiras ao óbito, traduzindo-se numa elevada incidência nos grupos 20-24 e 25-29. Todavia, ao invés das famílias legítimas no seio das quais a representatividade dos escalões 30-34 (20%) e 35-39 (11%) ainda é apreciável, notam-se percentagens bem inferiores para as mães solteiras de tipo 1: 11 e 5%, respectivamente.

Para se completar a descrição das idades atendendo aos comportamentos diferenciais, resta conhecer o número de descendentes por cada mãe. Todavia será conveniente recordar que este indicador, como todos os restantes, se revela algo subestimado, já que o período de observação (1800-1910) exclui todas as crianças nascidas antes ou depois. De qualquer modo este óbice, ao ser transversal a todas as mães solteiras independentemente do seu percurso posterior, não compromete seriamente a análise.

**Quadro 4.11**  
**Número de filhos por mulheres solteiras (tipo 1)**

Nº de filhos	Freq. Abs	Freq. Relativa
1	224	64,55
2	62	17,87
3	27	7,78
4	15	4,32
5	12	3,46
6	1	0,29
7	2	0,58
8	2	0,58
9	1	0,29
10	1	0,29
11	-	-
12	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>347</b>	<b>100,0</b>

Segundo o quadro 4.11 a frequência modal de nascimentos situa-se em apenas 1 filho por mulher (65%) o que vem ao encontro de uma reincidência mais reduzida comparativamente às mães solteiras ao óbito nas quais, recorde-se, 47% possuíram um filho. Mas apesar da relevância estatística de mulheres com apenas um descendente será conveniente frisar que 35% foram reincidentes, com particular destaque para as que deram à luz dois (18%) e três (8%) filhos. Finalmente, outra característica distinta face às solteiras cujo óbito é conhecido reside na escassa percentagem daquelas que possuíram seis ou mais filhos (2%) em contraposição às primeiras onde essa ocorrência se processou em 9% dos casos.

De qualquer forma desconhecendo-se o percurso das solteiras de tipo 1 é plausível que a distribuição de filhos fosse, de certa forma, similar. Contudo, tal comprovação assume-se problemática, até por tratarmos de um grupo extremamente inconstante em termos geográficos. Do confronto entre as famílias biológicas e os róis de confessados, verifica-se que cerca de 42% das solteiras de tipo 1 identificadas num primeiro momento não é reconhecida no rol seguinte

volvidos, em média, 5 anos<sup>494</sup>. Isto significa que, em larga medida, boa parte do percurso destas solteiras - maioritariamente pobres e por isso mais atreitas à mobilidade - se busque noutras paróquias insulares bem como na outra margem do Atlântico, visto os elevados níveis de emigração feminina apurados para a freguesia. Por esta razão o acompanhamento e análise da maternidade ilegítima deverá, sempre que possível, radicar numa reconstituição integrada ao nível do concelho e ilha de forma a promover-se um acompanhamento a este comportamento tão difícil de delimitar.

#### **4.2.2 – Naturalidade e condição económica**

Deixemos, por enquanto, a aridez da análise estatística, necessária, por certo, mas também ela incapaz de nos deixar penetrar no quotidiano destas mães. Quais as suas naturalidades e profissões? Qual o seu estatuto? Eis algumas respostas que se podem satisfazer, embora a variedade destes aspectos não se confine a uma descrição hermética.

Das 347 mães solteiras que seguimos, apenas 44 (12,7%)<sup>495</sup> não nasceram na Ribeira Seca, sendo a maior parte da ilha de São Jorge (24) e apenas 5 das ilhas do triângulo: 4 do Pico e apenas uma da paróquia de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Ajuda (Pedro Miguel) no Faial. Das jorgenses, a maior parte é naturalmente oriunda das freguesias contíguas: Topo (9), Calheta (9) e Norte Pequeno (2) e muito poucas do concelho de Velas: apenas duas de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> das Neves (Norte Grande), uma de St<sup>a</sup> Bárbara (Manadas) e outra de Santo Amaro.

Das naturais do Topo desconhecemos todas as famílias de que são originárias, sabendo-se apenas a filiação de três, uma das quais também filha de mãe solteira; mas a falta de informação é geral para profissões e residências. Todas tiveram filhos durante a primeira metade do século – um total de 7 - à

---

<sup>494</sup> Este acompanhamento foi efectuado de 1832 a 1839 e, posteriormente, de 1875 a 1880 e, daí a 1884.

<sup>495</sup> Este número incorpora as 15 mães forasteiras mas sobre as quais se desconhece por inteiro a naturalidade.

excepção de Bárbara Vitorina, mãe de Rafael, que baptizou em Outubro de 1853<sup>496</sup>, e de Mariana Vitorina, mãe de Paciência em 1861<sup>497</sup>.

As poucas calhetenses com descendência também a obtiveram sobretudo na primeira metade do século, já que apenas Ana Jesus Borba e Luísa Augusta Ermelinda deram à luz um filho na década de 1850. As restantes progenitoras oriundas da ilha tiveram igualmente a maior parte dos filhos na primeira metade de Oitocentos. Não foi o caso de Joana Jacinta, do Norte Pequeno, moradora na Fajã Redonda e mãe de Maria em Dezembro de 1870<sup>498</sup>, e das progenitoras do Norte Grande, Bárbara Almada e Ana Júlia Coração de Jesus, mães com um só filho na década de 1850.

Relativamente às mulheres vindas do Pico e Faial (5), quatro deram à luz até 1850, menos Ana Rosa Jesus, natural de Santo Amaro do Pico, a única reincidente do grupo de mulheres não naturais da ilha que agora estudamos. Filha de José Francisco Cardoso e de Maria Rosa, fiadeira e residente na Rua de Baixo, gerou 5 filhos entre 1861 a 1874<sup>499</sup>.

Como de certo modo se compreende, nada se sabe acerca do futuro percurso destas 44 mães pois nenhuma consta nos livros de óbitos até 1943. Terão regressado às suas paróquias com os companheiros, casando-se depois? Emigraram? A única referência com maior detalhe pertence a uma mulher natural das Manadas: Maria Joaquina, falecida em 1824, era mãe solteira, evento anterior à nossa observação. Eis o teor do assento de óbito.

---

<sup>496</sup> Fam. 1611i.

<sup>497</sup> Fam. 1764i.

<sup>498</sup> Fam. 2037i

<sup>499</sup> Fam. 1769i. Conhecemos a filiação apenas por ser indicada no registo de baptismo de cada um dos filhos.

«Maria Joaquina solteira natural da parochial de Sta Barbara, lugar das Manadas, termo da vila das Vellas e fregueza desta parochial do Apostolo San Thiago, lugar da Ribeira Secca, termo da vila da Calheta de São Jorge, passou da vida prezente com todos os sacramentos permetidos aos emfermos em os vinte e sinco dias de Abril de mil oitocentos e vinte e quatro, fez huma escretura testamentaria para deixar a pouca fazenda que tinha a hum seu filho e por ser muito pobre nella detreminou que não deixava pessoa alguma que ficace obrigada a dar conta em juizo, fes se lhe hum officio corpo prezente e se hade cantar huma capella de responsos, de que fiz este termo que asigno dia mes era supra».

A maioria destas solteiras deveria, naturalmente, possuir poucos recursos económicos, uma dedução que fazemos por não as encontrarmos frequentemente como detentoras de terra, quer no manifesto do vinho de 1856, quer na lista da contribuição predial de 1881. A referência a Maria Joaquina foi certamente fortuita por constituir, provavelmente, uma excepção. Pouco frequentemente o padre redigia um texto onde se discriminasse o motivo do testamento; e, em verdade, repita-se que não se dispõe do registo de óbito cruzado de nenhuma destas mães. Mas, de qualquer modo, devemos salientar a significativa percentagem de mulheres oriundas do exterior - 12,7% - quantitativo amplamente superior ao verificado para as mães falecidas ao óbito (5%). Este facto traduz, novamente, a forte mobilidade geográfica deste conjunto de progenitoras na medida em que não só se torna difícil identificar o percurso posterior das mães naturais, como se constata um maior conjunto de mulheres forasteiras que, aparentemente, não vêm a falecer na Ribeira Seca.

Após a análise às solteiras de tipo 1 oriundas do exterior, centremo-nos no vasto universo de mulheres nascidas na paróquia. Para a esmagadora maioria não existe qualquer referência profissional (61%), o que de certo modo pode ser sintomático de algo que o pároco não tem de anotar: o serviço no lar, onde se subentendem as lides domésticas. Nos restantes 39% casos onde existe discriminação profissional, 37% das mulheres são indicadas como «domésticas» e apenas 2% com outras profissões: quatro criadas de servir, duas fiadeiras, uma costureira e até uma mendiga.

Ignorando-se as ocupações, torna-se mais difícil tentar uma caracterização directa do seu nível económico sendo legítimo supor que o trabalho doméstico terá sido a sua principal ocupação. Utilizando-se a informação da contribuição predial de 1881 cruzada com estas famílias, mas também a profissão como elemento de carácter económico, verificamos que o grupo de solteiras se posiciona em termos globais na base de hierarquia. Porém como veremos, é erróneo considerar este grupo como detentor de um padrão económico único: se uma parte pode roçar a pobreza, nem sempre a carência gerou ilegítimos.

O quadro 4.12 indica o escalão de rendimentos das diversas famílias sejam elas das próprias mães solteiras ou das suas famílias de origem. Uma primeira consideração respeita ao escasso número de cruzamentos efectuados, o que poderá ser um indício inequívoco da ausência de propriedade para muitas famílias<sup>500</sup>.

**Quadro 4.12**  
**Nível económico das famílias de mães solteiras (tipo 1) segundo a contribuição predial de 1881**

Escalão	Rendimento anual (réis)	Fam. Origem	%	Mães	%
1	0-2500	4	14,8	5	45,5
2	2500-5000	6	22,2	1	9,1
3	5000-10000	10	37,0	0	0,0
4	10000-25000	5	18,5	5	45,5
5	25000-60000	2	7,4	0	0,0
<b>TOTAL</b>		<b>27</b>	<b>100,0</b>	<b>11</b>	<b>100,0</b>

Segundo o quadro, das 347 mães solteiras apenas foram identificadas 11 (3,1%) como possuidoras de terra, enquanto no que respeita às suas famílias de origem essa representatividade se salda em 7,8%. Ora, recordando-se o quadro 4.6 relativo às solteiras ao óbito, verifica-se que a percentagem de mães

<sup>500</sup> Como já salientado para as solteiras de tipo 0, lembre-se que o cruzamento informativo entre as famílias de mães solteiras e respectivo rendimento predial se assevera difícil por razões de homonímia. O mesmo não se poderá dizer para os progenitores das mesmas.



reconhecidas com propriedade é superior (6,1%), realidade ainda mais saliente no que concerne às suas famílias de origem (42,9%).

No que concerne ao rendimento das famílias de origem das mães devemos notar que a quase totalidade destas (93%) se posiciona abaixo dos 25 mil réis anuais, sinal de aparente desfavorecimento económico. Simultaneamente 74% destas não excede os 10 mil réis enquanto, das cinco famílias incluídas na classe 4, nenhuma auferia mais de 17 mil réis.

Contudo, dos fregueses detentores de maiores extensões de terra, isto é aqueles com rendimento superior a 25 mil réis, apenas verificamos dois casos. Em primeiro lugar saliente-se a família de Faustino Gregório Amaral, curtidor na Rua de Baixo que teria cinco filhos entre 1836 e 1845<sup>501</sup>. José, o primogénito, foi pai de dois ilegítimos, casando-se 10 anos depois com a companheira<sup>502</sup>. António, o segundo, seguia o mesmo percurso com dois ilegítimos, legitimados pelo matrimónio 11 anos após<sup>503</sup> enquanto Maria Emília Ávila - terceira filha - gerava Lucrécia, em Dezembro de 1864<sup>504</sup>. A última filha do casal, Emília era, ainda, mãe solteira de Maria, nascida em 1869, mas casaria pouco depois com João Teixeira Azevedo do Norte Grande<sup>505</sup>. No segundo caso detectado damos conta de Jorge Machado Fontes, lavrador da Fajã dos Vimes, pai de seis filhos<sup>506</sup>. Este assistia ao casamento de seus descendentes Manuel e José, enquanto João falecia celibatário aos 77 anos. Relativamente a suas filhas, Bárbara também falecia solteira com 64 anos, enquanto Isabel Faustina optava pela maternidade ilegítima gerando Domingos em 1879.

---

<sup>501</sup> Fam 1138i cujo rendimento do chefe de família ascendia a 28300 segundo a contribuição predial de 1881, conquanto tivesse falecido em 1881.

<sup>502</sup> Fam. 1748i/2016.

<sup>503</sup> Fam. 1996i/2310.

<sup>504</sup> Fam. 1870i. Afilhada de um proeminente negociante, Francisco Augusto Pereira Lacerda, filho de João Caetano de Sousa, lavrador e alferes natural da Piedade do Pico e, por isso, tio paterno do maestro Francisco de Lacerda.

<sup>505</sup> Fam. 1989i/2047. O casamento deverá ter ocorrido no Norte Grande de onde era natural o esposo e efectivou-se pouco depois do nascimento de Maria pois, na primavera de 1871, vinha ao mundo António já dentro do matrimónio.

<sup>506</sup> Fam. 1443.

Para além da reprodução ilegítima no seio de algumas famílias possidentes e identificadas na contribuição predial constatamos, de igual modo, situações de bastardia em indivíduos com algum estatuto social, designadamente nos que ocuparam cargos de chefia militar. Assim sucedia com D. Eusébia Joaquina da Silveira, mãe de Maria Eusébia Silveira em 1826<sup>507</sup>. Seu pai, o alferes Manuel António da Silveira, era casado com Dona Eusébia Joaquina da Silveira descendente do capitão António Inácio da Silveira<sup>508</sup>. Por sua vez Maria Eusébia Silveira fora igualmente solteira de tipo 1, pois dera à luz António em 1855<sup>509</sup>. Noutro caso, D. Rosa Claudina da Silveira, eventualmente oriunda da Calheta, era filha do alferes João de Matos da Silveira e de Dona Rosa Bernarda da Silveira, gerando Amélia em 1868<sup>510</sup>. Finalmente, encontramos D. Delfina Joaquina, mãe de José em 1826, sendo filha do ajudante António Joaquim de Azevedo, que pertencera à vereação em 1816<sup>511</sup>.

Após esta breve incursão dentro das famílias sobre as quais se conhece efectivamente o rendimento, há que ter presente a exiguidade do universo, conduzindo a uma caracterização incompleta segundo as profissões dos pais. Neste sentido, o quadro 4.13, ao agrupar as diversas profissões dos ascendentes das progenitoras, confere uma visão bem mais abrangente do estatuto sócio económico destas mães.

---

<sup>507</sup> Fam 843i.

<sup>508</sup> Cf. *N.H.*, I, p. 338. D. Genoveva Francisca da Silveira era igualmente sobrinha por via paterna do vigário da Ribeira Seca António Silveira Vilalobos. Idem, p. 337. Seus pais constituíam a família 49, sendo sua mãe natural do Topo. Dos três filhos baptizados na Ribeira Seca é desconhecida informação acerca de Bárbara (n. 24.09.1800) e Bento (08-02-1803), enquanto Rosa, nascida em 1801, falecia solteira aos 72 anos.

<sup>509</sup> Fam. 1663i.

<sup>510</sup> Fam. 1965i. Não se conhece a família de origem dos pais nem a data de nascimento desta mãe.

<sup>511</sup> D. Delfina Joaquina possuía a fam. 855i, desconhecendo-se a de seus pais. Sobre os cargos desempenhados pelo ajudante António Joaquim de Azevedo consultem-se as *N.H.*, II, págs. 777 e 848. Por sua vez este ajudante fora compadre do alferes Manuel António da Silveira progenitor de D. Eusébia Joaquina Silveira já mencionada.

**Quadro 4.13**  
**Mães solteiras (tipo 1), segundo a profissão da família de origem**

Profissão	Filhas solteiras	%	Total de filhos	Reincidência (%)	Idade ao nasc 1º	Média de filhos	Morte Pais
Ajudante	1	0,7	1	0,0	-	1,0	-
Alfêres	1	0,7	1	0,0	-	1,0	-
Almocreve	1	0,7	1	0,0	21,3	1,0	100,0
Calafate	1	0,7	2	0,0	22,7	1,0	50,0
Camponês	23	16,5	43	44,7	25,3	1,9	28,9
Carpinteiro	6	4,3	9	22,2	22,1	1,5	44,4
Cesteiro	1	0,7	3	100,0	22,6	3,0	-
Curtidor	3	2,2	3	0,0	24,7	1,0	-
Ferreiro	3	2,2	4	0,0	25,4	1,3	33,3
Lavrador	11	7,9	31	46,2	24,1	2,8	53,0
Marítimo	19	13,7	43	52,3	26,1	2,2	42,2
Pedreiro	1	0,7	2	100,0	23,6	2,0	0,0
Retalhador	1	0,7	1	0,0	17,5	1,0	0,0
Sapateiro	3	2,2	4	33,3	26,1	1,3	0,0
Taberneiro	2	1,4	6	50,0	20,8	3,0	0,0
Trabalhador	35	25,2	94	40,0	26,5	2,7	37,5
Mãe solteira	27	19,4	55	100,0	25,7	2,0	-
<b>TOTAL</b>	<b>139</b>	<b>100,0</b>					

Detenhamo-nos apenas nas ocupações com maior número de observações, evitando-se, assim, equívocos gerados por universos muito restritos. Trabalhadores, camponeses, e marítimos são, sem dúvida, os grupos emergentes com 55% total. Adicionando-se, porém as 27 mães solteiras todas elas domésticas, obtém-se um total de 104 famílias de baixo estatuto, cuja representatividade ascende a 104, ou seja, 75% do universo. A categoria profissional com maior destaque - os lavradores - afigura-se diminuta com cerca de 8% do total, aos quais devemos acrescentar um ajudante e um alferes, também eles lavradores.

Trabalhadores e camponeses parecem constituir um grupo próximo na reprodução social de ilegítimos. As suas filhas dão à luz com cerca de 26 anos, idade ligeiramente mais tardia face à média geral que, como vimos, se situa nos 25,7. Eventualmente a reivindicação de qualquer parcela para o seu sustento teve

de passar por uma contenção, quiçá pela morte de um dos progenitores. Tenha-se, por isso em conta que nestes dois grupos cerca de 34% das filhas teve o seu primeiro filho após a morte de um dos pais. No que respeita à reincidência, também aqui estas categorias se encontram; 40% dos trabalhadores conhecia mais de um neto ilegítimo, enquanto essa percentagem subia ligeiramente nos camponeses (45%). No entanto as filhas de trabalhadores possuem uma elevada média de filhos (2,7), valor que no entanto se reduz para o conjunto de camponeses (1,9). Em certa medida esta diferença poderá explicar-se por questões de herança supondo que os camponeses, detentores de alguma terra, procurariam encetar estratégias para colmatar a excessiva reprodução da família. Se trabalhadores e camponeses reúnem afinidades, outro grupo de actividade diferente, mas de idêntico estatuto, apresenta fortes semelhanças - os marítimos. Também suas filhas geram tardiamente (26 anos), a reincidência é ainda mais elevada (52%), bem como a média de filhos (2,2).

A maior parte das mães solteiras de tipo 1 enquadra-se, assim, nestas categorias profissionais. Eventualmente os poucos recursos possuídos pelos pais requeria, por certo, trabalho para outrem e, neste contexto, a ilegitimidade poderia não ser estigmatizada, dadas as dificuldades matrimoniais, mas também a própria necessidade de mão-de-obra<sup>512</sup>. Se estas mães solteiras eram incitadas a aumentar a força da *casa*, é algo que desconhecemos.

Por último, repare-se que as filhas de lavradores estão representadas, embora o seu número absoluto se situe significativamente aquém das categorias inferiores. A idade média ao nascimento do primeiro filho é, no entanto, de 24 anos, compreensível se os pais mais abastados estivessem em condições de libertar terra em vida. Mesmo assim, sensivelmente metade (53%) das filhas encontrava parceiro depois da morte dos pais, provavelmente por uma maior estigmatização dentro deste grupo, e menor necessidade de mão-de-obra no amanho da terra.

---

<sup>512</sup> No capítulo seguinte constataremos que estes netos residiam frequentemente com os avós, quando os havia, ocupando funções de trabalho no campo.

**Quadro 4.14**  
**Idades médias ao nascimento do primeiro filho e percentagem de mães solteiras de tipo 1 segundo o período de vida dos pais**

Profissão paterna	0 - Pais vivos		1 - Pai falecido		2- Mãe falecida		3 - Ambos falecidos		Obs.
	Idade 1º filho	%	Idade 1º filho	%	Idade 1º filho	%	Idade 1º filho	%	
Trabalhador	25,3	73,0	28,7	10,4	30,1	4,2	31,1	12,5	52
Camponês	27,6	67,5	29,7	16,2	28,0	16,2	-	-	41
Lavrador	23,9	50,0	24,1	31,3	29,5	18,8	-	-	21
Marítimo	24,8	71,4	40,1	14,3	27,0	14,3	-	-	16
Jornaleiro	22,4	50,0	23,1	25,0	-	-	27,2	25,0	15

O quadro 4.14 põe em destaque a coexistência de ilegítimos com os avós paternos. A esmagadora maioria dos trabalhadores, marítimos e camponeses conhece a terceira geração, tendo as suas filhas idades compreendidas entre os 25 e os 27,5 anos. À medida que um dos cônjuges falecia transmitia-se parte da propriedade, ou eram elaborados arranjos que permitissem ao herdeiro garantir o usufruto da terra<sup>513</sup>; porém, poucas foram as que geraram após a morte de um ou de ambos os cônjuges e, como se torna óbvio, a idade aumenta na razão directa do falecimento paterno ou materno. Eventualmente, esta maioria de mães que concebia ainda em período de vida de seus pais era parca em recursos económicos, dificultando o acesso ao casamento, numa sociedade em que, como vimos, não avultavam homens solteiros. Essa dificuldade matrimonial podia significar, porém, um longo período de espera desde a puberdade, muito longo até se ocorresse após a morte de ambos os pais. Admitimos que algumas destas mulheres possam ter pensado no seu próprio modo de subsistência.

Lavradores e jornaleiros, encontrando-se nos extremos da contribuição predial, assistem a comportamentos algo idênticos. Metade das suas filhas

<sup>513</sup> Referimo-nos à partilha (legítima paterna ou materna), ou a uma escritura inter-vivos pela qual a mãe solteira reunia algum pecúlio para o seu lar (normalmente recorrendo-se à terça ou sua fracção). Neste último caso, a mãe solteira não era tão dependente da morte dos progenitores. Todavia, este assunto pela sua complexidade, será abordado com maior acuidade no último capítulo.

possuem o primeiro bastardo após a morte de um dos cônjuges, realidade um pouco distante da dos demais grupos. Por outro lado as idades médias à concepção são visivelmente precoces. Será que as filhas dos jornaleiros, incrédulas numa herança, seguiriam o seu percurso mais cedo? Pelo contrário, poderiam os lavradores fornecer alguma terra às suas filhas, emancipando-as? Sem dúvida existem muitas questões pertinentes que merecem não só um âmbito cronológico mais vasto de modo a colmatar a ausência de informação, mas também um amplo estudo antropológico que compreenda os sistemas de reprodução social, determinantes na transmissão da propriedade.

**Quadro 4.15**  
**Percurso dos filhos das mães solteiras de tipo 1**

Situação	Nº	%	Mortalidade juvenil	Casamento	Óbito
Perfilhados	12	2,0			
Falecidos ou casados como ilegítimos	224	37,0	46	62	116
Sem informação adicional ao baptismo	370	61,0			
<b>TOTAL</b>	<b>606</b>	<b>100,0</b>			

Finalmente, tenha-se em conta o destino dos filhos das mães solteiras de tipo 1, o qual vem novamente a confirmar o desfavorecimento económico. Seguindo-se idêntica metodologia à utilizada para as mulheres solteiras ao óbito, observa-se uma elevada percentagem de descendentes sem informação adicional ao baptismo (61%), ou seja um quantitativo idêntico ao apurado para as solteiras de tipo 0. No entanto a principal diferença entre os grupos parece residir no menor número de filhos perfilhados (2%), percentagem que ascendia a 8% no caso das solteiras de tipo 0 (8,4). Como explicação para este facto, supomos que o escasso número de filho assumidos pelos poderá relacionar-se com a forte mobilidade deste grupo.

**Quadro 4.16**  
**Percursos dos filhos de mães solteiras reincidentes (tipo 1)**

<b>Situação</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Sem informação adicional	38	46,9
Mães solteiras ao óbito	1	1,2
Mães solteiras sem infor. adicional	26	32,1
Falecidos com < 7 anos	6	7,4
Emigrados	1	1,2
Casados	6	7,5
Casados com prévia ilegitimidade	2	2,5
Celibatários	1	1,2
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>	<b>100,0</b>

Considerando-se, pelo quadro 4.16, o grupo de mães solteiras geradas, também elas, por celibatárias, tratamos novamente de um eventual sub-grupo da população propenso à bastardia, análise também efectuada para as mães solteiras ao óbito (*vide* quadro 4.8). Dos 81 descendentes verifica-se que a frequência modal se situa nos indivíduos «sem informação adicional» com 47% das observações, número bastante superior ao das solteiras ao óbito cuja percentagem ascendia a 37%. Para além das 26 descendentes de tipo 1 (32%) devem adicionar-se os indivíduos cujo casamento foi precedido por família legítima (2 ou seja 2,5%), bem como uma solteira ao óbito. Dos seis descendentes consorciados sem prévia descendência ilegítima saliente-se que três deles fizeram-no com forasteiros, realidade, como vimos, análoga às progenitoras de mães solteiras ao óbito. Relativamente aos filhos casados sem qualquer percurso ilegítimo contabilizam-se 7,5% das observações, ou seja, um quantitativo menos elevado face às solteiras de tipo 0 (12%). Estas diferenças significam, precisamente, uma maior capacidade matrimonial das filhas de solteiras ao óbito face às suas congéneres. Todavia esse diferencial afigura-se diminuto, pelo que parecem ser mais os pontos comuns do que as dissimilaridades. No entanto, há que salientar a questão da reincidência ao longo de três gerações. No caso das solteiras de tipo 1 essa percentagem fixou-se em

apenas 15%, realidade bem distinta face às solteiras ao óbito onde a sua representatividade ascendeu aos 40%.

De um ponto de vista global ressalta, naturalmente, uma situação de nítida fragilidade económica, traduzida não só na elevada representatividade dos trabalhadores, camponeses e marítimos, como pela própria existência de um conjunto de cerca 27 mulheres que, por sua vez, geraram mães com bastardos. Por sua vez, semelhante situação era, na sua essência, análoga à das solteiras de tipo 0, conquanto nestas últimas se constata um peso algo superior de pequenos lavradores. Mas, num caso como noutro e existindo um sector mais propenso à persistência na bastardia por duas gerações, não nos parece que este fenómeno possa ser imputado a um conjunto específico da sociedade. Ou seja, se este é um dado adquirido, é por sua vez bem delimitado e responsável tão só por uma fracção do nascimento fora do matrimónio.

### **4.3 - «Solteiras por algum tempo»**

#### **4.3.1 - Considerações gerais**

«Solteiras por algum tempo» corresponde a uma constante do comportamento social da freguesia durante todo o século: o casamento subsequente às práticas sexuais ditas ilícitas, depois legitimadas pelo matrimónio. De facto, cerca de 727 crianças nascidas fora do matrimónio (41% do total de nascimentos ilegítimos) seriam mais tarde enquadradas pelo consórcio dos progenitores, ou pelo menos da mãe. Por esta razão procuraremos descrever o volume de mães solteiras, suas idades médias, condição económica e duração das legitimações mas, igualmente, procurar algumas explicações para a elevada proporção de matrimónios subsequentes à procriação de ilegítimos.

Consideramos agora todas as mães solteiras que declaram o pai no assento de baptismo (tipo 2) e as que, não o fazendo, acabaram por contrair matrimónio (tipo 3). A compartimentação dos tipos 2 e 3 relativamente às solteiras de tipo 0 e 1, deve-se à existência de um *compromisso* maioritariamente



expresso como «sua futura esposa» no acto de baptismo da criança (tipo 2)<sup>514</sup>. Esse laço, muito menos visível, concretiza-se igualmente nas crianças tidas de «pai incognito», mas que mais tarde acabam por ser, na sua maioria, perfilhadas (tipo 3)<sup>515</sup>.

Enquanto o número de solteiras sem casamento tipo 0 e 1 ascendeu a 494 mulheres, geradoras de 976 filhos, as mães solteiras de tipo 2 totalizam 225, procriando 399 ilegítimos e as de tipo 3 equivalem a 154, gerando 328 crianças. A representação destes dois últimos grupos situa-se, então, na ordem de 41% dos nascimentos fora do matrimónio.

As mães de tipo 2 encontram-se desde logo ligadas por um compromisso público que poderá ser efectivado no foro civil ou eclesiástico: os esponsais - uma convenção ante-nupcial - que podia assumir diversas formas. Segundo o código canónico, os esponsais ou esponsórios constituem uma promessa de futuro casamento, requerendo-se que os nubentes tenham sete anos completos e que a idade mínima para se consumir o matrimónio ascenda a doze anos para as raparigas e de catorze para os rapazes<sup>516</sup>. Assim, o primeiro efeito causado por semelhante acto é o de «produzir nos esposos a obrigação de contrahirem Matrimonio, logo que possível lhes seja [...]»<sup>517</sup>. A Igreja sempre mostrou algumas reservas a este compromisso «porque a experiência tem mostrado que algumas pessoas, fazendo entre si promessas de casarem em presença do Parocho [...] se ajuntam carnalmente, e coabitam, julgando que pela presença do Parocho e testemunhas fica o matrimonio [...] mais certo e

---

<sup>514</sup> Exceptuem-se apenas seis casos em que ambos os progenitores quebram o compromisso e se consorciam com outros indivíduos. Há também a considerar três situações em que as mulheres possuíram filhos de pais incógnitos e, posteriormente, persistiram na maternidade solteira mas já com a aquiescência do companheiro.

<sup>515</sup> Referimo-nos a *compromisso* na perspectiva documental. Pouco sabemos da maior parte das solteiras de tipo 0, algo que deverá ser sempre considerado. A diminuta ocorrência destas situações permite-nos, pois, reafirmar a tipologia proposta ao não deturpar os resultados apurados.

<sup>516</sup> Cf. D. António Xavier de Sousa Monteiro, *M.D.E.P.* [...], p. 262. Nas *Constituições Sinodais do Bispado de Angra*, publicadas em Lisboa por João de Colónia (1560), refere-se que após os esponsais ou banhos (anúncio público dos esponsórios), ambos os contraentes são designados de «esposos de futuro». Cf. fl. 27.

<sup>517</sup> Cf. D. Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, *Compêndio de Teologia Moral*, tomo II, Porto, Tip. Commercial, 1853.

seguro»<sup>518</sup>. Também por isso os manuais de direito eclesiástico insistem que os noivos «não devem habitar a mesma casa, permittirem se certas liberdades, so proprias dos conjuges, e ainda menos conhecerem se carnalmente»<sup>519</sup>.

Na maior parte dos assentos de baptismo relativos a crianças de tipo 2, ambos os nubentes se declaram como futuros esposos, embora menos frequentemente conste o nome dos progenitores sem qualquer menção adicional<sup>520</sup>. Veja-se um assento de baptismo típico:

«Vital filho de Manuel Machado de Sousa e de sua futura esposa Ana Maria filha de António Machado Area e de sua mulher Maria do Rosario naturais e freguezes do Apostholo Santiago, lugar da Ribeira Secca [...], nasceo em os trinta e hum dias de Janeiro de Mil Oitocentos e tres [...] forão Padrinhos Antonio Teixeira Machado de Sousa e sua mulher Rita Josefa, forão mais testemunhas o Pe Manuel Joaquim da Silveira e Jose Silveira Machado todos deste freguezia de que fiz este termo que assigno // com as testemunhas, dias mes era retro»<sup>521</sup>.

Nalguns casos, embora raros, o pároco chega ao ponto de frisar a aquiescência do pai, eventualmente para se sanarem eventuais dúvidas. Assim acontece em Abril de 1801 no assento de baptismo de «Manuel filho de Rosa Maria, solteira, filha de Manuel Machado da Cunha e de sua defunta mulher e de seu futuro esposo Martinho José [...] como assim o confessou o dito Martinho José em presença do reverendo cura [...]»<sup>522</sup>. Do mesmo modo, o pai de Pulquéria nascida em Setembro de 1809 faz promessa explícita de casamento no assento de baptismo, desta vez no final do registo, onde se lê que «em prezença dos quais o dito Angelo António [pai de Pulquéria] confessou ser a dita creatura

---

<sup>518</sup> *M.D.E.P.*, p. 264.

<sup>519</sup> *Compêndio de Teologia Moral [...]*, p. 172, futuramente citado por C.T.M.

<sup>520</sup> A partir de 1870 deixa de existir a referência a «seu futuro esposo», o que poderá derivar de ordens do bispado. No entanto a existência de um compromisso é comprovada muito frequentemente com anotações marginais onde se confirma a legitimação da criança expressa por vários termos, como por exemplo, «legitimada pelo casamento de seus paes» ou «os paes casaram». Noutros casos não se encontra qualquer registo de legitimação, mas confirma-se o consórcio de ambos os progenitores.

<sup>521</sup> Vital pertence à família 300i.

<sup>522</sup> Assento de baptismo de 15.4.1801. Cf. fam. 275i.

sua filha e da mesma sua futura esposa»<sup>523</sup>. Esta fórmula também equivale a um acréscimo de prudência posta no registo de ilegítimos que exige a presença dos progenitores para se confirmarem as declarações de filiação ou de futuro matrimónio. Aliás, os prelados ao longo dos tempos foram tendo algum cuidado no assento de filhos bastardos, advertindo os párocos (certamente sabedores de muito) para mencionarem o progenitor apenas quando a sua presença se efectivava<sup>524</sup>.

Enquanto no caso das solteiras de tipo 2 é declarado o pai, as suas congéneres de tipo 3 apenas têm em comum o casamento – a menção do progenitor separa-as, o matrimónio une-as, daí que mereçam um tratamento estatístico diferenciado. Nos filhos de mães de tipo 3 o assento de baptismo omite naturalmente a paternidade, tal como nas solteiras de tipo 0. Como todas as solteiras 3 contraem matrimónio, é comum o pároco assentar na margem a perfilhação, tendo presente que esta se torna necessária por o pai não ter assumido responsabilidade ao nascimento da criança.

Em termos gerais pode afirmar-se que estas perfilhações são relativamente estereotipadas. O padre várias vezes anota-as à margem, se bem que possa lavrá-las em termo próprio. Em Maio de 1807, registamos um exemplo significativo. João Inácio Teixeira pede que se lavre termo de perfilhação pois «elle suplicante tem huma filha por nome Inacia, a qual foi lansada no livro de baptismo [...] por filha de Pay Incognito e de Barbara Silveira [...] hoje casada com o supplicante». Neste caso pode-se confirmar que a perfilhação era geralmente anotada à margem do assento, pois, o dito João Inácio Teixeira «[...] vem mandar que o seu parochio lavre hum novo termo no

---

<sup>523</sup> Assento de baptismo de 28.9.1809. Cf. fam. 486i.

<sup>524</sup> M.D.E.P., p. 269. Adverte-se de que se um dos nubentes é filho ilegítimo o pároco deve ter o cuidado «de não nomear das denuncias pai e mãe; excepto não havendo escandalo em se nomearem ambos». Já António Amaro das Neves salienta este aspecto, reportando-se à área do bispado de Braga nos sécs. XVI a XVIII (Cf. *Filhos das Ervas. A Ilegitimidade no Norte de Guimarães* [...], p. 168, bem como Maria de Fátima Brandão, ao estudar a freguesia de Mosteiro (distrito de Braga) nos séculos XVIII e XIX. Cf. *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal*, pp. 268-269.

livro competente, averbando a margem, como he costume e com as declarações necessarias [...]»<sup>525</sup>.

As diversas perfilhações apontam sempre para a correcção do assento de baptismo, podendo adicionar alguns detalhes importantes para o investigador. Assim, por exemplo, José Silveira de Sousa assume, em 12 de Julho de 1808, seu filho<sup>526</sup>, pois «antes de seu matrimonio tiverão de entre ambos hum menino por nome Jorge». Nessa sequência, o padre treslada o officio entretanto enviado ao Ouvidor, como em quase todas as perfilhações, onde «lavre o pertendido termo na forma supplicada assignado pellos suplicantes para maior validade» e regista o deferimento.

O móbil fundamental para estas perfilhações era certamente a transmissão patrimonial. Se o filho fosse registado como de pai incógnito arriscava-se a perder a herança paterna, a não ser que intentasse acção civil ou eclesiástica<sup>527</sup>. A menção à herança futura é referida em dezenas de perfilhações, algo que acontecia já para as solteiras de tipo 1. A título de exemplo, refira-se Rosa, filha de José Inácio de Azevedo e de Maria Jacinta. Ambos mencionam que por se encontrarem casados «a filha nasceo estando seus pais solteiros, e por baptizada por filha de pay incognito [...] e nam tendo outro herdeiro a pertendem perfilhar [...]»<sup>528</sup>. Aqui os progenitores acautelam-se pois casam em Abril de 1849, apressando-se a perfilhar Rosa, então com 25 anos.

---

<sup>525</sup> Assento de baptismo de 27.5.1807. Cf fam. 47. A mulher Bárbara Silveira era filha do sargento António Gonçalves e de Isabel Maria, médios lavradores, tendo dois filhos, Vitorino e Manuel.

<sup>526</sup> Não consta na nossa base de dados por nascer certamente antes de 1800. Trata-se da fam. 107, residindo no Caminho Novo.

<sup>527</sup> Se o pai não perfilhasse o filho era ainda possível este interpor uma acção judicial com esse fim, mesmo que o pai já tivesse falecido. Cf. José Paiva Pitta, *A Sucessão dos filhos ilegítimos* [...], Coimbra, Imprensa da Universidade, 1874, p. 13.

<sup>528</sup> Assento de baptismo de 17.10.1849. Trata-se da família 3043, embora não se registe filhos. Maria Jacinta é natural da Calheta tendo-se casado na Ribeira Seca.

### 4.3.2 – Volume, idades médias e reincidência

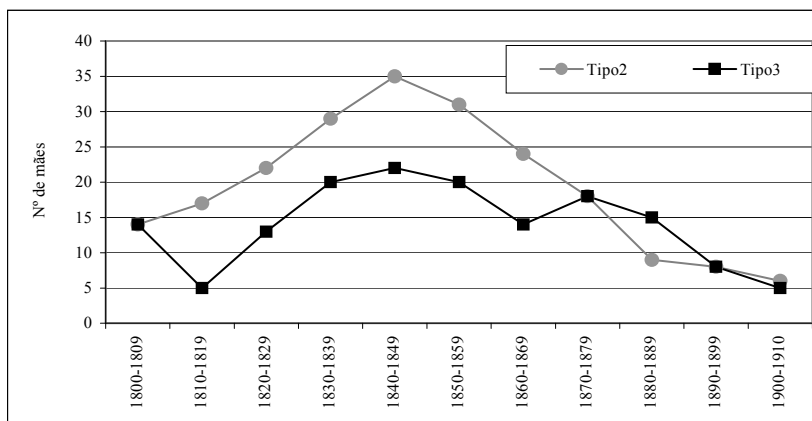
Após a explicação sucinta das categorias 2 e 3, estamos em condições de conhecer algo do seu comportamento mais uma vez à luz de um tratamento estatístico sociologicamente conduzido. Essa análise far-se-á de modo análogo para ambas as categorias, destacando-se os comportamentos que julgamos ser diferenciados mas também aquilo que as aproxima.

**Quadro 4.17**  
**Volume, reincidência e idades médias por décadas (1800-1910).**  
**Mães solteiras de tipo 2 e 3**

Décadas	Mães solteiras		Total de filhos		Média de filhos	
	Tipo2	Tipo3	Tipo2	Tipo3	Tipo2	Tipo3
1800-1809	14	14	16	18	1,1	1,3
1810-1819	17	5	26	12	1,5	2,4
1820-1829	24	13	43	31	1,8	2,4
1830-1839	29	20	62	33	2,1	1,7
1840-1849	36	22	53	53	1,5	2,4
1850-1859	32	20	72	46	2,3	2,3
1860-1869	25	14	48	35	1,9	2,5
1870-1879	21	18	33	43	1,6	2,4
1880-1889	12	15	21	42	1,8	2,8
1890-1899	9	8	17	10	1,9	1,3
1900-1910	6	5	8	5	1,3	1,0
<b>TOTAL</b>	<b>225</b>	<b>154</b>	<b>399</b>	<b>328</b>	<b>1,8</b>	<b>2,1</b>

Décadas	Mães reincidentes				Idade média ao 1º filho			
	Tipo2	%	Tipo3	%	Tipo2	Obs.	Tipo3	Obs.
1800-1809	2	14,3	5	35,7	25,3	7	24,2	9
1810-1819	6	35,3	2	40,0	26,8	16	18,1	2
1820-1829	9	37,5	7	53,8	27,9	18	23,4	12
1830-1839	11	37,9	10	50,0	25,6	24	25,0	20
1840-1849	10	27,8	12	54,5	25,2	31	22,2	21
1850-1859	16	50,0	13	65,0	26,3	28	24,0	17
1860-1869	11	44,0	4	28,6	24,5	21	24,1	11
1870-1879	6	28,6	9	50,0	25,4	16	26,7	18
1880-1889	5	41,7	10	66,7	32,0	8	26,8	13
1890-1899	5	55,6	1	12,5	28,2	8	25,8	6
1900-1910	1	16,7	0	0,0	25,0	6	21,7	5
<b>TOTAL</b>	<b>82</b>	<b>36,44</b>	<b>73</b>	<b>47,4</b>	<b>26,2</b>	<b>183</b>	<b>24,4</b>	<b>134</b>

**Gráfico 4.4**  
**Volume de mães solteiras 2 e 3 por década**

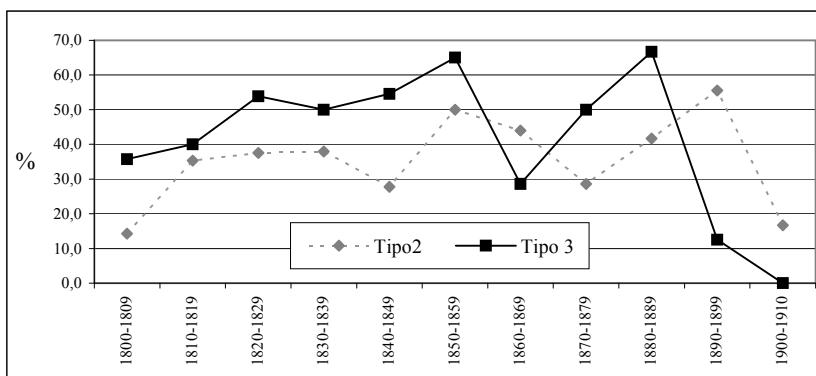


Deixando de parte a primeira década de Oitocentos, ante possíveis deturpações derivadas do início de observação, evidencia-se um crescimento muito linear no volume de ambas as categorias até à década de 1840, enquanto as mães solteiras de tipo 1 (cf. gráfico 4.2) denotam um comportamento inverso principalmente até 1839.

Da década de 1850 para a seguinte marca-se claramente uma inflexão no comportamento ocorrendo um declínio constante das mães cujo progenitor é conhecido (tipo 2): na década de 1840 apareciam 36 destas mães, em 1870, 21 e, no findar da centúria, apenas 9. A inversão detectada na década de 1840 é igualmente característica inquestionável das mães de tipo 3, embora a descida se tenha desenrolado a um ritmo lento e irregular. De facto, o decréscimo sucede regularmente entre 1840 e 1870. Interrompido na década de 1870, o declínio retoma o seu ritmo para terminar, igualmente, nas 8 mães no final do século. Note-se que a redução menos intensa das solteiras de tipo 3 levou a uma equiparação relativamente às de tipo 2. Tal ocorre na década de 1870, por força de um episódico aumento já anotado, que doravante origina maior representatividade das solteiras de tipo 3.

Comparativamente às solteiras 0 ressalta, agora, uma maior linearidade comportamental dentro da leitura estatística: a segunda metade do século pauta-se por um decréscimo de mães solteiras em geral, apesar de mais precoce dentro das mulheres que irão contrair matrimónio. Apenas na década de 1860 se registam tendências opostas entre os grupos estudados: aumento notório nas de tipo 1, situação inversa para as mães seguidas neste sub-ponto.

**Gráfico 4.5**  
**Reincidência das mães solteiras (tipos 2 e 3)**



Se a evolução volumétrica das mães solteiras apresenta uma dissemelhança entre as duas metades do século, a análise da sua reincidência sugere outra leitura. As mães que indicavam o «futuro esposo» (25% do total) apresentam uma repetição no comportamento praticamente idêntico às solteiras de tipo 0, que vimos situar-se nos 36%. Já as mães que acabam por casar sem que o progenitor se declare (tipo 3) afastam-se destes grupos, pois quase metade delas (47,4%) irá reincidir. Veremos, adiante, que a explicação se deve a um prolongado período de espera entre o nascimento do primeiro ilegítimo e o matrimónio: as de tipo 2 legitimam mais rapidamente os seus filhos e, consequentemente, a maior parte da sua prole enquadra-se no casamento.

Relativamente à evolução temporal da renovação da maternidade nos grupos aqui tratados, as mães de tipo 2 reincidiam pouco durante as primeiras quatro décadas do século, enquanto o seu número ascendia rapidamente. Já na segunda metade do século processa-se o inverso: desce o número de mães de tipo 2 aumentando a sua reincidência, particularmente intensa no último quartel. Para as mães de tipo 3 existe uma tendência mais linear: a repetição de filhos está sujeita a menos flutuações. Até à década de 1850 a percentagem cresce moderadamente, enquanto até ao findar da centúria apenas se registarão duas fortes quebras: na década de 1860 e, mais tarde, em 1890<sup>529</sup>.

No entanto há que ressaltar uma diferente média de filhos entre as duas categorias de mães. Se as de tipo 2 e 3 registam valores de 1,8 e 2,1, respectivamente, note-se que a redução do volume de solteiras 2 é quase paralela à diminuição de descendentes por mulher, daí a queda sistemática do total de filhos desde 1850. Já nas solteiras de tipo 3 presenciamos uma média de filhos sempre elevada que apenas tenderá a baixar no último decénio Oitocentista. Neste sentido a redução do volume destas mães não se manifestou na queda do quantitativo de filhos por década, pelo que estas mulheres manifestaram uma reincidência muito forte tornando-se, em certa medida, um grupo restrito mas propulsor de um notável número de bastardos.

---

<sup>529</sup> Confrontando os dois gráficos verifica-se um comportamento singular destas mães na década de 1860: desce o seu número mas, sobretudo, a reincidência, algo estranho à evolução de toda a série e também às solteiras de tipo 1. As quebras ocorridas na década de 1900 devem-se à observação utilizada, que, lembre-se, termina em 1910. Deste modo as escassas reincidências estão seguramente subavaliadas.



**Quadro 4.18**  
**Número de filhos por mulheres solteiras (tipos 2 e 3)**

Nº Filhos	Tipo 2		Tipo3	
	Freq abs.	Freq. (%)	Freq abs.	Freq. (%)
1	110	61,1	67	49,6
2	30	16,7	33	24,4
3	19	10,6	13	9,6
4	14	7,8	8	5,9
5	4	2,2	4	3,0
6	1	0,6	4	3,0
7	1	0,6	3	2,2
8	1	0,6	2	1,5
9	0	0,0	0	0,0
10	0	0,0	1	0,7
<b>TOTAL</b>	<b>180</b>	<b>100,0</b>	<b>135</b>	<b>100,0</b>

Tal como as mães solteiras 1, as que casam sem que o progenitor se assuma no baptismo (tipo 3) possuem maioritariamente um filho: nas de tipo 2 a frequência relativa é de 61% e nas de tipo 2 de 50%. Existe uma semelhança entre as mulheres aqui consideradas, tanto pela frequência no primeiro filho, mas igualmente por frequências relativamente elevadas de 2 a 4 filhos: 35% nas de tipo 2 e 40% nas de tipo 3. Deve ter-se em conta esta analogia, mas também alguma diferença entre elas, atendendo à elevada frequência das mães de tipo 2 não reincidentes face às restantes. Em última análise parece existir uma coincidência entre as solteiras 1 (sem informação ao óbito)<sup>530</sup> e as de tipo 2 levando, mais uma vez, a suspeitar que uma parte das mães sem informação tenha, efectivamente, casado.

Tendo em atenção as idades médias ao nascimento do primeiro filho, as mães solteiras de tipo 2 geravam em média aos 26,2 anos, enquanto as suas congéneres de tipo 3 o faziam relativamente mais cedo – 24,4 anos. Durante a observação essas idades foram variando, conquanto a diferença entre os dois grupos se verifique ao longo de todo o século. Nas mães solteiras com pai

<sup>530</sup> Cf. quadro 4.11 – Número de filhos por mulheres solteiras (tipo 1).

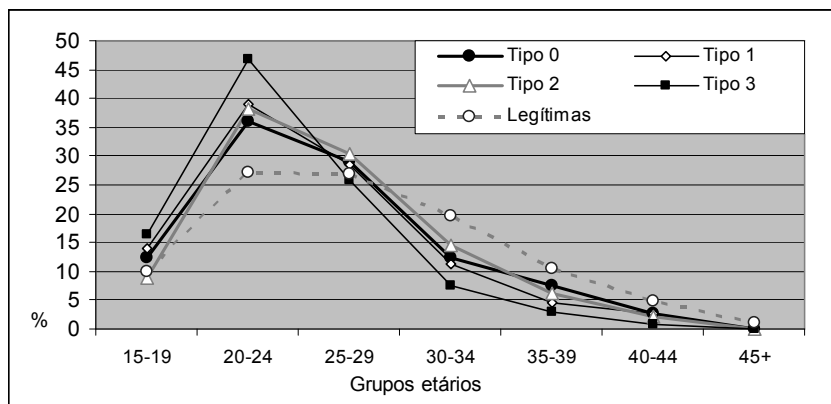
declarado a oscilação foi mais reduzida, embora na década de 1870 estas mulheres gerassem extraordinariamente tarde com cerca de 32 anos; esse aumento de idade de gestação não deixou, porém, de ser circunscrito. Maior flexibilidade nas idades de procriação tiveram as solteiras de tipo 3, variando constantemente ao longo do século; na década de 1840 davam à luz aos 22 anos, quarenta anos mais tarde já o faziam aos 27 anos.

As variações em causa devem ser apontadas não se esquecendo, porém, serem próprias de um universo estatisticamente reduzido, mesmo que o volume de mães solteiras seja elevado e aparentemente ímpar no contexto insular ou até continental. Tomando as idades médias ao nascimento do primeiro filho das famílias legítimas, algo já comparado com as solteiras de tipo 0, recordemos que o nascimento dentro do matrimónio se efectuava em média aos 28 anos. Face a este valor, constatamos um decréscimo natural da idade à primeira concepção entre as solteiras, embora as de tipo 2 (26 anos) aparentem idades próximas às mães casadas (28 anos). Já as as solteiras de tipo 3, também em referência ao universo das casadas, concebem em média quatro anos mais cedo (24 anos).

**Quadro 4.19**  
**Frequência do nascimento do primeiro filho por grupos etários**  
**(Solteiras 2 e 3)**

	Tipo 2		Tipo 3	
	Freq. abs.	Freq. (%)	Freq. abs	Freq. (%)
15-19	17	8,8	22	16,3
20-24	74	38,1	63	46,7
25-29	59	30,4	35	25,9
30-34	28	14,4	10	7,4
35-39	12	6,2	4	3,0
40-44	4	2,1	1	0,7
45+	0	0,0	0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>194</b>	<b>100,0</b>	<b>135</b>	<b>100,0</b>

**Gráfico 4.6**  
**Frequência na concepção do primeiro filho por grupos etários da mãe.**  
**(Comparativo) %**



Tentemos esboçar um quadro comparativo entre os quatro grupos de mães até agora estudados, atendendo ao nascimento do primeiro filho segundo o grupo etário da mulher. Nas de tipo 1 comparou-se a intensidade de nascimentos segundo a idade da mulher, suspeitando-se da existência de um comportamento algo diferente perante famílias legítimas. No entanto, já as solteiras ao óbito (tipo 0) se destacavam pois manifestavam uma tendência algo afim às mulheres casadas.

Como se comportam, então, as mulheres de tipos 2 e 3? De acordo com o gráfico 4.6 ambas apresentam maiores frequências de concepção entre os 20 e os 24 anos, descendo depois essa intensidade até aos 34 anos. Nas solteiras de tipo 3 existe, porém, uma diferença assinalável: o número de mulheres que concebe entre os 15-19 anos é elevado (16%) comparativamente a todos os conjuntos de mães solteiras (10%). Por outro lado se as solteiras de tipo 2, tal como as restantes, concebem com maior frequência entre os 20 e os 24 anos, as de tipo 3 evidenciam também nesse intervalo de concepção uma percentagem substancialmente elevada (47%) e, consequentemente, avultam entre todas as outras pela sua precocidade. Nas idades mais avançadas, estas mães vão

novamente distanciar-se dos restantes grupos, mas agora pelo inverso, ou seja, por frequências escassas. Assim, o seu comportamento é singular: concebem cedo, aos 24 anos, mas são poucas aquelas que o fazem após os 30 anos.

Retomando-se a observação comparativa de todos os grupos e destacada a singularidade das solteiras de tipo 3, saliente-se a fraca intensidade de concepção nas mulheres entre os 15-19 anos, que irá subir, naturalmente, no grupo compreendido entre os 20-24 anos. Este é o intervalo etário em que a maioria das mães concebe, embora registando fortes alterações: as solteiras de tipo 3 apresentam uma frequência de 47%, enquanto as mães inseridas em famílias legítimas atingem apenas 27%. No escalão seguinte (25-29 anos) essa oscilação irá reduzir-se, variando mais no campo das solteiras entre 30% para as de tipo 2 e 26% para as de tipo 3.

Ultrapassados os 30 anos, são, evidentemente, menos as mulheres que enveredaram pela maternidade, independentemente da categoria a que pertencem. Mesmo assim as diferenças persistem, nomeadamente entre as mães de famílias legítimas que, graças à idade tardia ao casamento, procriam até mais tarde, e as restantes mulheres com frequências de concepção ainda mais baixas: é o caso das solteiras de parceiro «incógnito» que, como se realçou, geram maioritariamente em idades precoces.

Dentro dos cinco grupos considerados somos compelidos a sublinhar um comportamento diferente entre famílias legítimas e ilegítimas, em que estas últimas se iniciam sexualmente mais cedo. É uma inferência directa, retirada tanto das idades médias ao nascimento do primeiro filho, como da frequência das concepções segundo grupos de idade. É, também, comportamento distinto entre famílias legítimas e ilegítimas, mas igualmente dentro do universo ilegítimo. O gráfico 4.6 sugere alguma semelhança entre as famílias legítimas e as mães solteiras ao óbito. Um paradoxo? Ambas concebem com idades mais tardias e continuam a gerar mais filhos depois dos 30 anos comparativamente às restantes. Outra analogia é detectada entre as mães solteiras de tipo 1 e as de tipo 3: a

evolução das frequências face ao nascimento do primeiro filho é, de facto, muito idêntica, fenómeno que, por este prisma, sugeria que parte das solteiras de tipo 1 tenha contraído matrimónio.

#### **4.3.3 – As profissões e o rendimento**

Do elevado volume de mães solteiras com posterior casamento é possível aferir o seu estatuto económico e, conseqüentemente, indagar sobre a frequência do fenómeno, segundo a riqueza. A ilegitimidade constitui um comportamento social de difícil caracterização, implicando sempre uma leitura atenta dos indicadores demográficos, possivelmente o factor determinante do fenómeno. Mas este deverá sempre conjugar-se ao estatuto social de quem está implícito. Só com esta condição, necessária mas não suficiente, se compreenderá como o nascimento fora do matrimónio se distribui segundo a hierarquia, para daqui reflectirmos sobre a existência de um sub-grupo ou de uma generalização da ilegitimidade.

Ao contrário das solteiras de tipo 0 e 1, as profissões das famílias ilegítimas são aqui dadas em função do homem, pois, como anteriormente se verificou, são escassas as referências profissionais femininas para além de «doméstica», uma ocupação vaga para a diferenciação social da comunidade. Das 379 mães, encontram-se apenas 13 (3,4%) com profissões diferentes, maioritariamente modestas: quatro criadas de servir, três tecedeiras e costureiras, uma fiadeira e ainda uma professora e uma proprietária. Perante a homogeneidade nos registos acerca das profissões femininas, não resta outra hipótese senão tomar apenas em consideração a profissão do futuro marido, na certeza de que é também um indicador mais seguro para a diferenciação social.

**Quadro 4.20**  
**Profissões masculinas dos futuros nubentes (tipos 2 e 3)**

Profissão	Tipo 2		Tipo 3	
	Nº	%	Nº	%
Alfaiate	1	0,5	0	0,0
Cabouqueiro	0	0,0	1	0,8
Camponês	59	31,1	42	35,0
Carpinteiro	8	4,2	4	3,3
Coveiro	0	0,0	1	0,8
Criado	1	0,5	0	0,0
Lavrador	31	16,3	15	12,5
Marítimo	13	6,8	7	5,8
Moleiro	0	0,0	1	0,8
Negociante	2	1,1	0	0,0
Pastor	1	0,5	0	0,0
Pedreiro	2	1,1	1	0,8
Proprietário	6	3,2	6	5,0
Queijeiro	1	0,5	0	0,0
Sapateiro	0	0,0	2	1,7
Serralheiro	0	0,0	1	0,8
Serrador	3	1,6	1	0,8
Taberneiro	1	0,5	0	0,0
Trabalhador	61	32,1	38	31,7
Sem informação	34	-	33	-
<b>Total (sem info)</b>	<b>190</b>	<b>100,0</b>	<b>120</b>	<b>100,0</b>

No quadro 4.20 reúne-se a informação profissional dos progenitores masculinos de tipos 2 e 3 que mais tarde iriam formar família legítima. Alerta-se para o facto do registo constituir um bom indicador de riqueza, embora insuficiente pela imprecisão económica de algumas categorias profissionais. Como dissemos, algumas vezes um indivíduo poderia ser considerado trabalhador e lavrador, ou carpinteiro e camponês, tomando em conta os registos paroquiais. Todavia, essa discrepância descritiva da situação económica está longe de inviabilizar a utilidade deste quadro.

As profissões mais representativas correspondem à prestação de trabalhos agrícolas, onde trabalhadores e camponeses constituem de longe as ocupações mais numerosas: 63% nos casos de tipo 2 e 67% nos de tipo 3. Seguem-se os lavradores com um peso de 16%, mas detendo menor representação na categoria 3: 13%. Refira-se, ainda, a existência de 10 proprietários, 3 e 5% do total de profissões para os casos de tipo 2 e 3, respectivamente. Alguma importância relativa é detida pelos marítimos no tipo 1 (c. 7%), sendo mais escassa nos progenitores não declarados (6%).

Nos restantes sectores de actividade, sempre avultam os artífices, embora com pouco peso (c. 6%) nas duas categorias. No seio dos lavradores encontra-se um grupo muito heterogéneo, muitas vezes detentores de cargos políticos ou militares. Assim sucedia, por exemplo, com o tenente António Silveira Ávila, um importante proprietário morador no Grutão Seco e pai de João em 1812, casando-se seis anos mais tarde com Isabel Silveira Ávila<sup>531</sup>. Como «empregado público» encontramos João Caetano de Sousa e Lacerda, presidente da Câmara da Calheta e Conservador do Registo Predial, que ocupa ainda vários postos secundários na vida concelhia e até na paroquial como, por exemplo, na Junta de Paróquia.

Comparando as profissões entre os dois grupos de ilegitimidade, só se poderá acentuar a semelhança de comportamentos. Trabalhadores e camponeses detêm uma representação próxima, quer dos que se declaram no baptismo dos seus filhos, quer dos que o não fazem. Ao mesmo tempo, as actividades ligadas ao mar também se distribuem equitativamente, algo ainda idêntico aos mesteres. A única excepção parece advir de uma ligeira supremacia de lavradores na categoria 2 (16%) relativamente do grupo 3 (13%), uma diferença que de modo algum acentua clivagens: os lavradores parecem deter um *status quo* superior na escala social e encontram-se igualmente representados na categoria 3, mesmo com menor expressão.

---

<sup>531</sup> Cf. fam. 523i/634, com dispensa matrimonial de 4º grau de consanguinidade. Em 1881 este lavrador auferia um rendimento anual de 61900 réis.

Com recurso à matriz predial de 1881<sup>532</sup> os diversos nomes dos progenitores masculinos e femininos foram relacionados com a base de dados de famílias ilegítimas, obtendo-se o rendimento anual para 63% das famílias. Como já foi salientado no primeiro capítulo, as correspondências entre família e rendimento efectivam-se sobretudo entre as décadas de 1820 e 1880, pois a matriz predial regista o rendimento fundiário de todos os que vivem até à data da sua elaboração<sup>533</sup>. Perante isto, o resultado desse cruzamento é amplamente satisfatório, reunindo-se dados para dois terços do universo que nos propomos conhecer melhor.

**Quadro 4.21**  
**Incidência da ilegitimidade segundo escalões de rendimento**

Classes de rendimento (réis)	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 2 (%)	Tipo 3 (%)
1 (0-2500)	18	17	14,0	16,7
2 (2500-5000)	19	21	14,7	20,6
3 (5000-10000)	33	28	25,6	27,5
4 (10000-25000)	38	27	29,5	26,5
5 (25000-60000)	18	9	14,0	8,8
6 (60000-100000)	3	0	2,3	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>129</b>	<b>102</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

A análise comparativa entre as duas categorias expressas pelo quadro 4.21 vem clarificar e ao mesmo tempo confirmar a intensidade da bastardia segundo as profissões dos progenitores. Nas quatro primeiras classes - reveladoras de um estatuto inferior - inclui-se a maioria das famílias de tipo 2 (84%), enquanto nos casos de tipo 3 essa percentagem é ainda superior (91%). Lembre-se que nos dois primeiros escalões de rendimento se encontram indivíduos pobres com muito pouca terra. Decerto trabalhariam à jorna, já que o

<sup>532</sup> Nesta caracterização utilizou-se ainda o «Mappa dos Pobres [...]» de 1877 (A.C.M.V.) e os registos de óbito onde, de 1800 a 1833, o pároco indica os fregueses pobres.

<sup>533</sup> Incluem-se alguns indivíduos falecidos antes de 1881, sobretudo entre 1870 e esta data, certamente por seus descendentes não terem, até à altura, efectuado a *habilitação de herdeiros*.



parco património que possuíam, normalmente umas courelas de terra de semeadura ou vinha, estava longe de suprir as necessidades mínimas de subsistência. Estes pobres, tomando geralmente a designação de «trabalhador», encontram-se em ambas as categorias de progenitores, o que vem rejeitar, desde logo, que na ilegitimidade apenas a miséria seja sinónima de manipulação ou estigmatismo social na bastardia. É certo que a maior parte destes *miseráveis* se enquadrou no tipo 3, não se declarando no baptismo como pai (37%). Todavia, uma percentagem muito semelhante dos seus companheiros na pobreza (30%) presenciou o baptismo dos seus filhos, assumindo o habitual compromisso com a «sua futura esposa».

No terceiro nível estão, igualmente, «trabalhadores» e decerto alguns «camponeses», todos com rendimento anual médio situado entre os 5 mil e os 10 mil réis. Estes possuíam alguma terra, necessitando também de aforamentos ou adicionando a prestação de trabalho a outrem para assegurarem meios de subsistência. Sendo estes indivíduos pouco remediados, contribuindo com um quarto dos casamentos precedidos de bastardos, manifestam um comportamento praticamente idêntico: tanto declaram os seus filhos ilegítimos (26%) como optam por fazê-lo só por alturas do consórcio (28%).

Os camponeses auferindo um rendimento de 10 a 25 mil réis correspondem à classe mais expressiva de progenitores de bastardos, com mais de um quarto das ocorrências, para qualquer dos tipos de solteiras. Nestas categorias eventualmente já se incluem alguns ‘pequenos proprietários’ com exíguas lavouras e algum gado mas a sua casa, como referimos, ainda não atingia o patamar da auto-suficiência. É precisamente este nível fundiário que constitui, em nossa opinião, a linha de fronteira entre desfavorecidos e ‘remediados’ dentro dos parâmetros próprios de uma sociedade rural periférica.

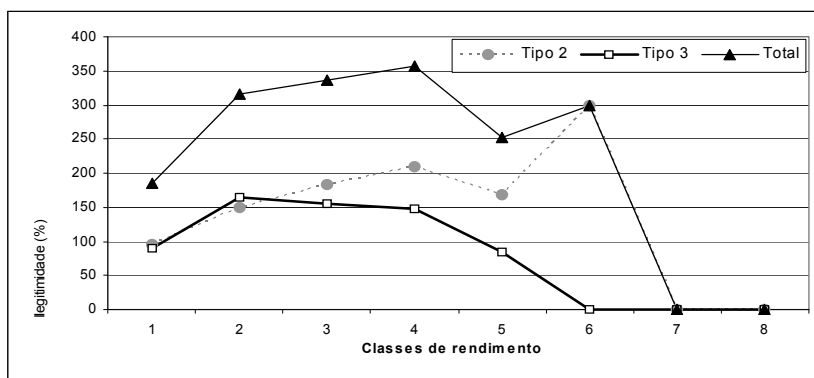
Os remediados e possidentes à escala da Ribeira Seca são já responsáveis por uma menor ilegitimidade quantificável; ou seja aqueles com rendimentos anuais superiores a 25 mil réis não necessitariam de trabalhar para

fora e, no caso dos que auferiam mais de 60 mil réis, até deviam recorrer à contratação de trabalhadores. Neste grupo a maior parte dos que procriaram antes do matrimónio assumiu desde logo a paternidade (16%), enquanto apenas 9% preferiu esperar pelo consórcio. No entanto, teremos oportunidade de verificar que também os possidentes poderiam desposar mulheres já portadoras de filhos e em alguns casos desfavorecidas, o que conduz a uma cautela constante face aos arranjos próprios da riqueza.

Caracterizar os nascimentos fora do matrimónio segundo o estatuto económico revela-se essencial para uma melhor abordagem do comportamento em estudo. Até agora analisou-se a intensidade segundo a profissão, clarificando-se essa leitura pelo rendimento efectivo dos contraentes. Com base apenas no quadro 4.21, verifica-se que a ilegitimidade atinge sobretudo os desfavorecidos, mas de forma alguma se poderá afirmar constituir um comportamento próprio da pobreza. De facto, os pequenos proprietários registaram a maior frequência, enquanto os grupos económicos muito favorecidos (classes 5 e 6) também estão representados, conquanto em menor número.

Ora o binómio entre riqueza e ilegitimidade só se poderá revelar tendo em conta a distribuição da terra, ainda o principal sinónimo de possidência, através da utilização da matriz predial da freguesia. No primeiro capítulo propôs-se a metodologia seguida, ao mesmo tempo que se apresentou a estratificação económica da população. Consideremos agora o rácio existente entre pobres e pobres com ilegítimos segundo a contribuição predial, algo que se pode designar como o ‘rácio de intensidade económica na bastardia’.

**Gráfico 4.7**  
**‘Rácio de intensidade económica na bastardia’ (tipos 2 e 3)<sup>534</sup> ‰**



De facto, um aspecto crucial na análise comportamental segundo o rendimento relaciona-se com o *compromisso* estabelecido entre o homem e a companheira, um dos motivos que presidiu à classificação adoptada entre mães solteiras. Por outras palavras, significa que ‘remediados e ricos’ sempre tenham assumido oficialmente a paternidade dos filhos bastardos? E os pobres? Fariam o inverso? O gráfico 4.7 ajuda a esclarecer estas questões pela curva do ‘rácio de intensidade económica na bastardia’, segundo envolvimento do casal no assento de baptismos ilegítimos: tipo 2 – presença do pai; tipo 3 – ausência do progenitor.

Relacionando o número de pobres (classe 1 de rendimento) com a sua reprodução ilegítima, verifica-se uma pernilagem escassa (184‰) que poderá não espelhar a realidade por duas razões. Por um lado, alguns cruzamentos entre a contribuição predial e a base de famílias não foram bem sucedidos por questões de homonímia, sobretudo no caso das mulheres solteiras. Daí ser provável uma pernilagem mais elevada, pois muitas delas não atingem os 2500 réis de rendimento. Por outro lado, na utilização de fontes nominativas, onde constam

<sup>534</sup> Dividiu-se o número de indivíduos com situações de ilegitimidade existentes em cada classe de rendimento pelo total de proprietários na mesma classe de rendimento.

indivíduos declarados como pobres, optámos por enquadrá-los na categoria 2 (2500 a 5000 réis), o que poderá reduzir em demasia a categoria 1, empolando consequentemente a 2. Por esta razão privilegie-se o valor médio destes escalões (237‰).

Na segunda classe de rendimento, indiscutivelmente ainda pertencente aos pobres, encontra-se uma frequência de bastardos elevada (314‰), que vai aumentando em função da riqueza: os indivíduos de classe 3 registam 337‰ enquanto os da categoria 4, que considerámos fregueses quase ‘remediados’, apresentam o maior rácio de bastardia – 357‰. É precisamente nesta classe que registamos maior ocorrência de filhos fora do matrimónio, embora enquadrados num *compromisso* (65), que entretanto indicia desde já uma certa banalização da ilegitimidade.

O número de «médios proprietários», 107, com alguma expressão dentro da freguesia (c. 13%) não deixa ainda de repartir a prole entre o «amor livre» e o matrimónio (c. 252‰), uma pernilagem seguramente mais suave relativamente à categoria anterior, mas nem por isso baixa. Já os médios e grandes proprietários, sempre com rendimentos anuais superiores a 60 mil réis, apesar de raros (10) também cedem às práticas ilícitas: três deles irão legitimar os seus filhos.

Nas duas últimas categorias apenas se encontram onze proprietários muito abastados, que não constam na nossa observação de famílias como geradores de ilegítimos. Nomes como Miguel António Silveira Moniz, capitão com um rendimento anual superior a um conto de réis, António Pereira da Cunha, lavrador rico ou João Caetano de Sousa, alferes e abastado proprietário, não aparecem como progenitores, o mesmo não acontecendo entretanto a alguns dos seus descendentes.

Assim se verifica que pobreza não significou propriamente uma ‘manipulação sexual’: o número de desfavorecidos reparte-se quase equitativamente entre os que assumem automaticamente a paternidade e os que

esperam por outra ocasião, semelhança que não deixa de ser notada para os que se encontram na fronteira entre pobreza e autarcia (4ª classe). A dedicação de maior respeito à mulher seduzida ou contratada para casar manifesta-se entretanto nos possuidores de um rendimento eventualmente suficiente para um governo autónomo da casa (4ª classe), pois a maior parte declara-se no assento de baptismo (60%). Num nível bastante superior estão os «médios proprietários». Dos 27 casos, 66% declaram a mulher como «sua futura esposa» (168‰ face ao universo da classe 5) embora apenas um terço acabe por casar com essas mulheres, eventualmente legitimando os filhos. Nestas ocorrências, por vezes, o recurso a criadas esteve associado a matrimónios muito tardios, onde a prole poderia não pertencer ao nubente. Por último salientem-se os grandes possidentes, todos eles assumindo formalmente o compromisso, ainda que o universo residente na freguesia fosse deveras limitado.

Em síntese, e recorrendo meramente a uma visão estatística, pensamos poder concluir que a ilegitimidade com posterior matrimónio é oriunda maioritariamente dos sectores menos abastados da população, melhor dizendo, daqueles que não teriam o rendimento suficiente para viverem sem recurso à oferta de força braçal. Todavia esse sector desfavorecido representava seguramente a maior parte da população, pelo que os mais favorecidos, aquilo a que se poderia considerar a ‘classe média da Ribeira Seca’, produziam ilegítimos de forma ainda mais intensa proporcionalmente à sua expressão numérica. No topo da hierarquia social não deixam de existir ocorrências, mas diminuem gradualmente, atingindo a nulidade (oficialmente registada) em relação aos indivíduos muitíssimo abastados com as maiores fortunas da ilha e do distrito.

Assim, bastardia não surge apenas como sinónimo de pobreza. Neste comportamento historicamente apelidado de desviante, indigno, ou até dado como resultado da fraqueza da carne sobretudo do sexo feminino, encontra-se um vasto conjunto de mulheres e homens com estatuto económico médio e até elevado. Diferenças existem certamente, embora respeitem não tanto à incidência

mas à forma como o laço se desenvolve, pois parece certo que tendencialmente as mulheres são honradas em razão directa do estatuto económico que elas e seus companheiros possuem no quadro comunitário.

#### 4.3.4 - A paternidade e o casamento

Antes de se apurarem as idades médias ao matrimónio e reincidências na bastardia segundo níveis de rendimento, existe uma questão que não sendo aflorada, poderia pela inadvertência comprometer algo do que foi referido nos anteriores sub-pontos. Todos estes homens que se casaram eram pais dos seus filhos? De facto *mater semper certa est, pater nunquam*, «a mãe é sempre certa, o pai nunca»<sup>535</sup>.

Numa freguesia populosa, muito disseminada por vários e distantes aglomerados populacionais, conhecedora da miséria e de fortes vagas de emigração, é natural que estas situações ocorressem. Mas, como detectar alguns casos, ainda que meramente exemplificativos? Decerto por meio de alguma informação literária e, sobretudo por uma análise da coerência dos assentos de baptismo e casamento. Exemplifiquemos.

No dia 30 de Novembro de 1901 João Caetano de Sousa e Lacerda escrevia uma carta a seu filho, Francisco de Lacerda, ilustre maestro e regente de orquestra em Paris. Entre as novidades da terra, dos familiares, dos negócios e a saudade de Pai, que aliás ocuparam várias dezenas de cartas, João Caetano, com toda a naturalidade, regista o seguinte:

«A propósito de batata, a latada com ventarola do norte escangalhouse de forma que se não podia ir ao curral do porco. Mandeí chamar o Alexandre, filho do Vitorino Mendonça, muito hábil carpinteiro, que a consertou num abrir e fechar de olhos [...] O Alexandre casou ontem com a filha de José Faustino, que tem uma pequena do Manuel Inácio da Caldeira»<sup>536</sup>. Este abandonou-a e casou com a filha de Maria Silveira. A rapariga

---

<sup>535</sup> Cit. por João Pina Cabral, «A Lei e a Paternidade: as leis de filiação portuguesa vistas à luz da antropologia social», *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), 1993 (4º-5º), p. 977-998.

<sup>536</sup> Entenda-se fãja da Caldeira na vertente norte da Ribeira Seca.

abandonada casa agora com o Alexandre, a meu ver, muito melhor que o malandro do norte que é bruto como um asno. O Alexandre era discípulo de José Faustino, mas já superior ao outro mestre»<sup>537</sup>.

Eis como o relator nada melindrado revela uma situação de ‘troca de paternidades’. Alexandre Vitorino Castelo de seu nome completo, filho de Vitorino José Mendonça e de Maria Augusta Silveira, consta na base de dados com o número de família 2699, pois casou com Maria Augusta Silveira (a enganada) em 30 de Novembro de 1901. A comprovar a veracidade das afirmações do antigo presidente da Câmara, Maria Augusta Silveira, filha de José Faustino Azevedo e de Maria Augusta, já tinha constituído a família 2654i em 22 de Janeiro de 1900 com o nascimento de Maria, filha de «pai incognito», na verdade de Manuel Inácio.

Deixando a epistolografia e recorrendo agora aos registos paroquiais, vamos encontrar a família sujeita ao *pater familia* (por isso também designada por biológica ou generativa), enquanto a família em sentido mais alargado ligada pelo sangue e pela afinidade está de certo modo presente nos róis de confissão – o chamado agregado doméstico<sup>538</sup>. O confronto destas fontes eclesiásticas de controle social vem, precisamente, reforçar a expressão «a mãe é sempre certa, o pai nunca». Isabel Silveira dava à luz Manuel na Primavera de 1864, filho de pai incógnito<sup>539</sup>, casando-se no Verão seguinte com Manuel António Silva camponês do Lournal. Deste consórcio nasciam seis filhos, e só a composição do fogo 702 confirma o facto de Manuel não ser irmão *germano* dos restantes. Era, na verdade, enteado de Manuel António com a idade de 12 anos.

No rol de 1875 encontram-se, ainda, mais seis referências a enteados, embora noutra família deste rol conste uma designação invulgar: «filha assistente». Estranho porque a designação de «assistente» está colocada na

---

<sup>537</sup> João Caetano de Sousa e Lacerda, *Cartas a Francisco de Lacerda*, introdução, fixação do texto e notas de Teresa e J.M. Bettencourt da Câmara, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura-Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1988, carta de [30.11.1901], p. 99.

<sup>538</sup> Cf. António Hespanha, já cit., p. (1.1.4 – A família, comunidade generativa).

<sup>539</sup> Fam. 1821i/1884.

coluna da relação familiar, enquanto se constasse da coluna profissional pensaríamos ser simplesmente uma filha que servia em determinado local. Por isso merecem tratamento específico os parentes de Dâmaso José, o «maníaco».

**Quadro 4.22**  
**Grupo doméstico de Dâmaso José Silveira**

<b>Rol de 1875, fogo 575 (Entre-as-Ribeiras)</b>				
<b>Nome</b>	<b>Relação</b>	<b>Idade</b>	<b>E.C.</b>	<b>Profissão</b>
Dâmaso José		48	so	Lavrador
Daniel	filho	21	so	Trabalhador
João	filho	19	so	Trabalhador
José	filho	13	so	Trabalhador
Manuel	filho	8	so	
António	filho	7	so	
Maria Vitorina		49	sa	Assistente
Bárbara	filha ast	25	sa	Ocupante
<b>1892, fogo 807 (Entre-as-Ribeiras)</b>				
Dâmaso José Silveira – maníaco -		63	co	
Maria Vitorina	mr	63	ca	
Daniel	fo	36	so	Trabalhador
Bárbara	enteada	43	sa	Ocupante
Manuel		2	so	
Maria		16	sa	Ocupante

Dâmaso José, nascido em 1828, conheceria Maria Vitorina, moradora no Loural, resultando de tal relacionamento uma família ilegítima com seis filhos nascidos entre 1849 e 1870; mas nem sempre o progenitor se declarou como «futuro esposo»<sup>540</sup>. Assim o seu agregado em 1875 é constituído por toda esta prole que supostamente havia tido por origem o ajuntamento com Maria Vitorina. No entanto, Bárbara aparece como «filha assistente», por uma razão compreensível: é irmã uterina de *todos* porque já surge como «enteada» em 1892. Por outro lado, repare-se na cautela do pároco que redigiu o rol de 1875. Não estigmatiza o agregado doméstico com a designação de «amancebados» que, aliás, nunca consta destas listas, mas sabe separar a prole de Dâmaso da de

<sup>540</sup> Cf. fam. 3151/1477i. Na família ilegítima João e José foram acrescentados pelos róis, desconhecendo-se por isso a idade exacta. Dâmaso José era considerado lavrador mas seguramente a sua condição ainda não lograva a auto-suficiência: em 1881 recebia 17700 réis anuais segundo a contribuição predial, ao que corresponderia um património de 354 mil réis.



Maria Vitorina. Em 1892 a companheira deixava o estatuto de assistente<sup>541</sup>, adquirindo o de consorte, pelo sacramento recebido em 1882, do qual naturalmente já não vinham rebentos. Além disso, todos os restantes filhos de Dâmaso abandonavam o lar à excepção de Daniel, o primogénito, enquanto a enteada renovava a vitalidade do lar com o nascimento de Manuel, em Junho de 1890<sup>542</sup>. Porém, o maníaco chefe de família, como assim é designado, perfilhava os filhos de sangue, pelo menos daqueles que constam nos registos de nascimento<sup>543</sup>.

Pela análise de três róis de confessados - 1832, 1875 e 1900 - relativamente espaçados entre si, constatamos uma frequência algo reduzida de homens que acolhem nos seu lar os ilegítimos havidos previamente por sua esposa. De facto, como se infere pelo quadro 4.23, em 1832, de 11 famílias com enteados, apenas 4 respeitam à assumpção de não paternidade das crianças, visto as restantes derivarem de casamentos celebrados com viúvas. Já em 1875 e 1900, quando o volume de ilegítimos havia aumentado notoriamente, estas situações continuam a ser muito limitadas – apenas cinco em ambas as datas.

**Quadro 4.23**  
**Número de famílias com enteados**

Ano	Famílias	Total de enteados	Casos solteiras 3
1832	11	14	4
1875	6	6	5
1900	8	8	5

<sup>541</sup> «Assistente» parece ser um termo polissémico: ou um serviçal específico e diferenciado de criado ou alguém que se recolhe a casa de outrem. No entanto, em alguns róis que tivemos oportunidade de estudar para a ilha Graciosa na primeira metade de Oitocentos, consta a designação de «criado», «assistente» e ainda de hóspede.

<sup>542</sup> Bárbara do Espírito Santo só teria Manuel, falecendo solteira em 1920 (fam. 2509). Desconhecemos o percurso de Maria, com 16 anos em 1892.

<sup>543</sup> Cf. A.P.I.M.S.C., *Livro de resumo de baptismos* (1850-1875). Por exemplo, em Manuel é averbado «foi perfilhado por José Dâmaso da Silveira assento 1 de 1871. Casaram em 1882», porque Manuel constava como filho de pai incógnito. Por isso em 12.2.1871 era formalmente «perfilhado na melhor forma de Direito, para que elle possa gosar de todas as honras e prerrogativas nessa qualidade [...]». Cf. B.P.A.A.H., *Registos Paroquiais*, Registo Paroquial do Reconhecimento e Legitimação dos Filhos (1871), fls 1v.-2. Já com António houve presença do pai no baptismo pelo que o pároco apenas averbou «os paes casaram».

No entanto tenha-se presente que, dados os elevados níveis de emigração, estes valores já detenham algum peso. É que o ciclo de vida familiar destas famílias maioritariamente desfavorecidas poderia expelir com alguma precocidade os filhos, sobretudo se não descendentes do chefe de casal. Neste sentido só uma análise exaustiva e sequencial dos róis de confissão permitiria aferir até que ponto os homens casados com solteiras de tipo 3 admitiam no seu lar os enteados. Mas neste particular a simples existência de 4 a 5 situações documentadas em distintos momentos permite-nos afirmar com segurança tratarem-se de ocorrências algo habituais na freguesia. Aliás os homens intervenientes são na sua maioria trabalhadores (89%) enquanto cinco deles (26%) eram naturais de outras paróquias da ilha (1) ou do exterior (4).

**Quadro 4.24**  
**Percurso dos filhos das mães solteiras de tipo 3**

Situação	Nº	%	Mortalidade juvenil	Casamento	Óbito
Perfilhados	90	27,4			
Falecidos ou casados como ilegítimos	97	29,6	22	51	24
Sem informação adicional ao baptismo	141	43,0			
<b>TOTAL</b>	<b>328</b>	<b>100,0</b>			

A comprovar esta asserção o quadro 4.24 demonstra que sensivelmente 30% dos descendentes casaram-se ou faleceram na condição de ilegítimos, pese embora o facto de se desconhecer o destino de 43% desde universo onde, naturalmente, se poderiam incluir diversos filhos perfilhados.

**Quadro 4.25**  
**Percurso dos filhos das mães solteiras de tipo 2**

Situação	Nº	%	Mortalidade juvenil	Casamento	Óbito
Legitimados ou perfilhados	190	47,6			
Falecidos ou casados como ilegítimos	22	5,5	14	2	6
Sem informação adicional ao baptismo	187	46,9			
<b>TOTAL</b>	<b>399</b>	<b>100,0</b>			

Já no que concerne às solteiras cujos companheiros se assumiram na altura do baptismo de seus filhos detectamos, pois, uma realidade bem diferente. Segundo o quadro 4.25 apenas 6% destes descendentes possuíram a condição ilegítima, seja ao casamento ou óbito<sup>544</sup>. Mesmo assim note-se que a grande maioria destes não logrou a legitimação, mas por falecerem novos (< 5 anos) ou seja, quando seus pais ainda não tinham contraído o matrimónio<sup>545</sup>.

As situações apontadas de ‘confusão de sangue’, sendo reduzidas face ao todo, não deixam de assumir particular relevo para a história social. E se foram dados alguns exemplos de que o pai «nunca é certo», também é conveniente reforçar esta proposição, pois há casos em que o progenitor se declara acabando por contrair matrimónio com outra mulher e esta com outro. Se João Caetano de Sousa e Lacerda referia o sucedido com Alexandre, algo que provavelmente nunca teríamos hipótese de conhecer, sabemos de seis famílias em que existindo um compromisso, ambos seguiram caminhos autónomos.

Finalmente esta pequena reflexão sugere-nos que nas solteiras de tipo 2 a *turbatio sanguinis* fosse pouco frequente face à declaração do pai, muito frequentemente apontado como «seu futuro esposo». Uma visão, mesmo que empírica dos róis de confissão aponta para uma minoria de situações desta natureza, resultante da averiguação de enteado/a, filhos assistentes, etc. Já as fichas de família classificadas aqui como de tipo 3 sugerem potencialmente uma maior flutuação na linhagem: o intervalo médio entre o nascimento do primeiro filho e o matrimónio é longo e isto presta-se, algumas vezes, a desconfiar.

---

<sup>544</sup> É evidente que graças à elevada percentagem de filhos «sem informação adicional ao baptismo» o quantitativo de indivíduos casados ou falecidos possa ter sido ligeiramente superior.

<sup>545</sup> Mesmo assim na maioria dos casos o nome do progenitor era registado no assento de óbito.

### 4.3.5 – A naturalidade dos progenitores

**Quadro 4.26**  
**Naturalidade dos progenitores de tipo 2 e 3**

	Origem	Tipo 2		Tipo 3		TOTAL
		H	M	H	M	
São Jorge	Calheta	2	6	5		13
	Manadas	1		0	1	2
	Norte Pequeno			6		6
	Norte Grande	1	1	1	1	4
	Topo	4	2	6		12
	Urzelina			1	1	2
Outras ilhas	Faial			1		1
	Graciosa	4		2		6
	Pico	1	2	1	1	5
	Sta Maria	1				1
	São Miguel	2		4	2	8
	Terceira		1	1		2
Continente	Algarve			1		1
	Cidade do Porto	1				1
	Naturalidade desconhecida	1		2		3
	<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>12</b>	<b>31</b>	<b>6</b>	<b>67</b>

Do vasto grupo das progenitoras que casaram, a esmagadora maioria era natural da paróquia de São Tiago, algo que acontecia já com as suas congéneres *não casadas*. No caso das solteiras de tipo 2 apenas 12, ou seja 5%, são originárias de outro local, percentagem idêntica para as de tipo 3.

Entre as forasteiras a maior parte é, sem dúvida, proveniente da ilha, com destaque para a paróquia contígua - a Calheta - sede de concelho, facto normal face à acessibilidade, mas igualmente aos laços ancestrais que ligam as duas freguesias. Do Topo, uma freguesia muito populosa, adjacente à Ribeira Seca mas de acessibilidade muito mais difícil, só viriam duas mulheres, ambas tipo 2.

Poucas foram as mães de fora inseridas nos demais grupos. A ilha do Pico separada apenas por 11 milhas ofereceu unicamente três matrimónios aos

fregueses de São Tiago. Destas solteiras, Maria Teresa de Lacerda (tipo 2), filha do ilustre e abastado proprietário, António Lacerda Pereira e de D. Isabel Silveira e Sousa, é natural das Ribeiras, casando-se mais tarde com seu primo direito Tomé Gregório de Lacerda<sup>546</sup>. Ana Azevedo, da Piedade do Pico, consorcia-se em 1830 com Manuel Pereira Andrade, natural do Faial e trabalhador, fixando residência na Rua de Baixo<sup>547</sup>, enquanto Maria Violante, nascida em Santo Amaro, casaria com Vitorino Luís Teixeira, marítimo e morador na fajã dos Vimes<sup>548</sup>.

Da distante ilha de São Miguel vinham duas solteiras de tipo 3, ambas da freguesia de Porto Formoso, concelho da Ribeira Grande. Uma delas era Rosa Pacheco Carvalho que casaria com Inácio Dias Carvalho, viúvo, em 1902, dezassete anos depois do nascimento de Maria, sua primeira filha<sup>549</sup>. A outra era Rosa Jesus Pacheco que casaria com Manuel Ponte, sua irmã, pois eram ambas filhas de Luís Pacheco e Claudina Jesus<sup>550</sup>.

Sendo escassas as mulheres estranhas à freguesia, o mesmo não se poderá dizer dos seus companheiros. No grupo das solteiras de tipo 2, apenas 17 homens, ou seja 7,5% são de fora, mas no outro grupo sua representatividade mais que duplica: 28 homens (18%). Esta desproporção parece, pois, ser sintomática da própria divisão que estabelecemos entre solteiras com e sem compromisso assumido. É que no grupo 3 um elevado número de noivos estranhos à paróquia e à própria ilha indicia maior precariedade nos compromissos. Aliás, do total de nubentes, independentemente da sua

---

<sup>546</sup> Ao longo deste estudo daremos algum destaque a esta família (2032i/3104).

<sup>547</sup> Fam. 988.

<sup>548</sup> Fam. 1280i.

<sup>549</sup> Fam. 2403i/2720. Em 1900 esta mulher residia sozinha com 5 dos seus 7 filhos (Cf. fogo 415), enquanto José Dias de Carvalho se encontrava fixado no 299 juntamente com sua mãe. Segundo informação de Dolores McKeown, neta de Mariana Silveira de Carvalho (n. 31.05.1897) «her sisters, Claudine, Isabel and Serafina settled in the Reno area. She also had sisters Mary Mattos, Anna de Souza, Mary Bertoni, and brothers Joseph and Tony who lived in California». De facto, localizam os passaportes, todos individuais, de Maria Jesus Pacheco emigrada para os Estados Unidos da América em 30.08.1904, de Serafina Dias Carvalho (15.06.1907), e de José Carvalho, expatriado em 27.10.1908.

<sup>550</sup> Fam. 2364i. Desconhecemos a data de casamento provavelmente por ter ocorrido na ilha de São Miguel.

naturalidade, detectamos um conjunto de 21% de viúvos, dos quais 6 (22%) eram simultaneamente do exterior. Já no caso das mulheres de tipo 2 a percentagem de viúvos ascende apenas a 7%. Ou seja, esta dupla dicotomia nos dois grupos de solteiras entre naturalidade dos nubentes e seu estado civil mostra-nos, efectivamente, a forte dificuldade matrimonial das mulheres de tipo 3: não só são significativamente objecto de segundas escolhas, sendo desposadas por forasteiros, sobretudo trabalhadores.

Dos progenitores jorgenses, independentemente da sua categoria, a maioria pertence ao Topo - 10 - enquanto os calhetenses ascendem a 7. Da freguesia do Norte Pequeno, também confinante a Oeste com a Ribeira Seca, viriam seis homens todos eles pais sem que na altura o assumissem. De paróquias pertencentes ao concelho de Velas vêm escassos noivos: um do Norte Grande, outro das Manadas e José Nunes Morais natural da Urzelina. Este residia na Rua de Baixo, originando António, em 1832. A sua parceira e mais tarde mulher, Laureana Rosa Jesus, era também natural da Urzelina e criada de servir. Em 1839 encontramos-os no rol de confessados: José Morais era o cabeça de casal, Laureana Rosa a criada e António seu filho<sup>551</sup>. Casariam em 1846 na Ribeira Seca; ele com cerca de 50 anos e Laureana com 45, tendo esta falecido no ano seguinte.

São precisamente das restantes ilhas do arquipélago que provêm cerca de metade destes homens. Da ilha Graciosa viriam 6, todos eles trabalhadores, à excepção de Boaventura Pereira, coveiro e residente em São Bartolomeu. Este viúvo, natural da Praia, casaria em 1867 com 64 anos, mas seria ainda pai de 7 filhos. Sua mulher Delfina Cândida, fiadeira, era bastante mais jovem, com 29 anos.

São Miguel, ilha distante mas muito populosa, via sair 6 naturais. Também estes ocupam lugares modestos na hierarquia social – três camponeses, dois serradores e um pedreiro, sendo apenas um viúvo. Aliás, como já

---

<sup>551</sup> Cf. fam.1030i/3021 e fogo 13 (Rol de 1839).

analisamos, verifica-se que a origem destes homens se efectivou sobretudo na década de 1870, dadas as fortes carências de trabalhadores em virtude da emigração jorgenses.

Do continente advêm apenas dois indivíduos, dos quais pouco sabemos. Francisco Amaral, filho de José Amaral e de Rosa Maria, é natural do Algarve, trabalhando à jorna. Maria Faustina Emília, sua companheira, teria 4 filhos nascidos entre 1866 e 1872, casando-se em 1874<sup>552</sup>. Da Sé do Porto, viria Pedro Silva Mateus, alfaiate, filho de António Silveira Mateus e de Maria de Jesus, provavelmente nascido em 1842. Em 1884 conhecia Mariana da Conceição, filha de Manuel António Gonçalves e de Isabel Vitorina, família natural da vila do Topo. Este viúvo portuense teria quatro filhos antes do matrimónio, declarando-se sempre no seu baptismo, e acabaria por desposar Mariana, em 10 de Setembro de 1893, pois falecia vinte dias depois<sup>553</sup>.

#### 4.3.6 – Uma visão de síntese

##### Quadro 4.27

##### Volume, casamento e reincidência das mães solteiras por rendimento (tipos 2 e 3)

<b>Tipo 2 – Presença do progenitor no baptismo com posterior matrimónio feminino</b>							
<b>Rendimento Anual em reis (Contribuição Predial de 1881)</b>	<b>Totais</b>			<b>Mulher</b>		<b>Homem</b>	
	<b>Nº</b>	<b>Total filhos</b>	<b>Média filhos</b>	<b>Idade ao 1º filho</b>	<b>Idade ao casamento</b>	<b>Idade ao 1º filho</b>	<b>Idade ao casamento</b>
1 (0-2500)	18	29	1,6	25,0	27,5	30,7	33,0
2 (2500-5000)	19	30	1,6	25,4	32,8	31,8	35,8
3 (5000-10000)	33	55	1,7	25,8	29,6	32,0	36,4
4 (10000-25000)	38	72	1,9	25,5	31,5	29,9	34,5
5 (25000-60000)	18	30	1,7	26,2	32,2	35,3	37,8
6 (60000-100000)	3	5	1,7	30,8	33,1	29,2	35,8
<b>Tipo 3 – Ausência do progenitor no baptismo com posterior matrimónio feminino</b>							
1 (0-2500)	17	47	2,8	24,7	35,9	31,5	38,9
2 (2500-5000)	21	39	1,9	24,2	33,5	29,2	36,5
3 (5000-10000)	28	70	2,5	24,1	33,9	27,0	36,9
4 (10000-25000)	27	53	2,0	25,0	40,9	31,5	47,3
5 (25000-60000)	9	14	1,6	23,2	38,9	34,9	47,5

<sup>552</sup> Cf. fam.1915i/3121.

<sup>553</sup> Cf. fam. 2380i/3202.

**Volume, casamento e reincidência das mães solteiras por rendimento  
(tipos 2 e 3)  
(Continuação)**

<b>Tipo 2 – Presença do progenitor no baptismo com posterior matrimónio feminino</b>					
<b>Rendimento Anual em reis (Contribuição Predial de 1881)</b>	<b>Ilegitimidade</b>		<b>Casamento</b>		
	<b>Reincidência (%)</b>	<b>Rácio(ileg/leg)</b>	<b>Casamento (anos)</b>	<b>Concepção pré-nupcial (%)</b>	<b>Mulheres sem filhos legítimos (%)</b>
1 (0-2500)	27,6	25,5	2,7	10,3	0,0
2 (2500-5000)	36,8	30,9	5,6	40,0	10,5
3 (5000-10000)	27,3	44,8	5,8	26,9	12,9
4 (10000-25000)	42,1	32,5	6,1	34,6	20,0
5 (25000-60000)	38,8	27,5	4,2	29,4	5,5
6 (60000-100000)	33,0	27,5	3,8	33,0	0,0
<b>Tipo 3 – Ausência do progenitor no baptismo com posterior matrimónio feminino</b>					
1 (0-2500)	70,5	53,2	10,2	44,4	28,6
2 (2500-5000)	33,3	34,4	9,3	40,0	11,8
3 (5000-10000)	62,9	42,9	10,5	44,1	40,9
4 (10000-25000)	44,4	47,3	15,7	30,0	38,6
5 (25000-60000)	55,5	44,4	14,7	0,0	33,3

Tentando-se sintetizar o vasto conjunto informativo através do quadro 4.27, devemos notar que, de um modo geral, as mães que se apresentam com o parceiro no acto de baptismo (tipo 2) possuem em média menos filhos ilegítimos do que as restantes. Esta diferença é originada por uma concepção mais tardia (c. 1,2 ano), reduzindo o seu período de fecundidade, mas sobretudo por um período de espera relativamente curto até ao matrimónio. Estas mulheres aguardam em média 4,8 anos desde o nascimento do seu primeiro filho ilegítimo até à data de casamento (c. 30,6 anos), idade um pouco mais tardia em relação ao total de famílias legítimas (29 anos). Por esta razão, a esmagadora maioria destas solteiras irá dar à luz a maioria da sua prole dentro do casamento, ou seja do total de descendentes (1122) apenas 339, ou seja 36%, nasceram fora do consórcio.

Ainda no conjunto de solteiras de tipo 2 a oscilação entre a data de nascimento do primeiro filho e do matrimónio vem sugerir pouca flutuação à excepção dos indivíduos muito pobres (classe 1), curiosamente os mais precoces na legitimação dos seus filhos (2,7 anos). De facto, a observação do quantitativo de solteiras tanto 2 como 3 nesta classe de rendimento confirma o paradoxo: os



*miseráveis* são de extremos. Ambos procriam com a mesma idade, embora uma metade se case muito rapidamente e a outra tome muito mais tempo a receber o sacramento, com naturais repercussões ao nível dos filhos nascidos dentro do consórcio<sup>554</sup>.

Nas solteiras de tipo 3 destaca-se imediatamente um longo intervalo entre o primeiro ilegítimo e a data de matrimónio, em média 11,4 anos. Esta delonga explica-se por um casamento extraordinariamente tardio - 36,8 anos - combinado por uma iniciação sexual mais precoce (c. 24,9 anos). Consequentemente a percentagem de mulheres sem filhos legítimos aumenta em proporção quase directa à idade de casamento, ou seja, a percentagem de ilegitimidade e a reincidência são mais elevadas. Por esta razão da totalidade de filhos originados por estas mães (674), 326, ou seja 48%, nasceram fora do casamento.

Em síntese, parece não restar dúvidas acerca dos comportamentos diferenciais entre as solteiras de tipos 2 e 3, mesmo que estas se repartam entre as várias categorias de rendimento. Por outras palavras, não nos parece existir uma relação directa entre rendimento e tipo de ilegitimidade. Não é certo que uma mulher com rendimento anual de 15 mil réis encontre sempre o seu companheiro no assento de baptismo do filho. A diferença corporiza-se, assim, no tipo de ilegitimidade: as de tipo 2 possuem poucos filhos ilegítimos até à data de casamento, não muito distante da idade média do universo da freguesia. Pelo contrário, as suas congéneres de tipo 3 celebram o matrimónio muito tardiamente, pelo que a percentagem de filhos ilegítimos se torna mais elevada.

Assim a bastardia deve ser reconsiderada e contemplada como uma variável demográfica influente. Independentemente de se sujeitar a uma diversidade de constrangimentos, o nascimento fora do matrimónio parece

---

<sup>554</sup> Veja-se a coluna «rácio (ileg/leg) expressa em percentagem. Este indicador correlaciona-se positivamente com a idade ao nascimento do primeiro filho e a data de casamento, ou seja a duração em anos da legitimação (coluna «casamento» em anos).

desempenhar um papel regulador: algo como um ‘atalho’ ante um casamento difícil e moroso embora, na prática, muitas vezes real.

#### **4.4 – As mulheres casadas e viúvas**

Do ponto de vista estatístico as mulheres não solteiras podem considerar-se um aparte numa sociedade conhecedora da bastardia enquanto comportamento esmagador das solteiras o que, desde logo, pode reforçar o carácter da ilegitimidade como fatalidade decorrente das vicissitudes geográficas e económicas. De facto, das 911 mães com filhos nascidos fora do consórcio, apenas 38, ou seja, 4,2%, não eram solteiras.

«Mulher que foi de outro e caldo requentado não se lhe tira bom bocado».  
«Quem ama mulher casada anda com a vida emprestada»

Estes dois provérbios jorgenses ilustram, de certo modo, o comportamento normativo proposto ou imposto pela comunidade. Embora se tenham avançado alguns exemplos de troca de paternidades e de parceiros, a conduta social reprovava veementemente o adultério feminino como uma desordem de tal forma aberrante que conduziria ao ostracismo da mulher. Os produtos desta traição eram, por isso, vistos de forma pejorativa, mesmo no plano do direito civil.

Enquanto os filhos ilegítimos de mulheres casadas não podiam herdar, os que eram trazidos ao mundo por uma viúva conheciam uma realidade intermédia, porque a sua mãe não praticara um adultério civil mas eventualmente moral. No entanto, a sociedade jorgense não via com bons olhos os casamentos das viúvas, sobretudo se ocorressem pouco depois da morte do cônjuge. Assim, enquanto vários fregueses mais idosos nos relataram o predomínio desta visão social, as gerações nascidas nas décadas de 1940 e 1950 ainda se lembram destes matrimónios anómalos frequentemente celebrados ao amanhecer.

Entre o *passado recordado* e o passado mais longínquo vai sempre uma boa distância, que ganha contornos quando os mesmos entrevistados não se espantam com os filhos ilegítimos, mas com os elevados índices próprios do século XIX. Bastardos e ‘apanhadiços’, segundo eles, eram usuais, sobretudo porque se recordam das gerações mais antigas com as quais conviveram. Diferente é, entretanto, a visão que historicamente subjaz a este estudo e à daqueles anciãos. De facto, um dos idosos salientava que o comportamento em estudo era próprio dos desfavorecidos, pois segundo ele «dizia um senhor que os pobres têm de estar calados», não obstante esse mesmo idoso ter sido «ilegítimo por algum tempo», não por questões de pobreza, mas pela não autorização paternal do matrimónio<sup>555</sup>. Ora a memória social leva-nos precisamente aos princípios do século XX quando os índices de ilegitimidade já haviam descido vertiginosamente.

Uma lúcida anciã nascida na primeira década do século XX, não deixou de manifestar o seu espanto perante a existência de perto de um milhar de mães solteiras entre 1800 e 1910. Todavia, se esta idosa manifestou perplexidade perante os dados que avançámos, não deixou de nos relatar dezenas de histórias de vida de mães solteiras, ao mesmo tempo que confirmava a emigração, forte endogamia e, sobretudo, a extrema miséria que fustigava a ilha. Ora, o corte na memória entre o convívio com os bastardos e o espanto perante a dimensão de tal fenómeno no século XIX é, em nossa opinião, sinónimo de *um mundo que nós perdemos* sem revolução industrial, do qual os nossos antecessores conhecem apenas umas janelas. Daí os provérbios conterem uma amálgama de convicções, por vezes contraditórias, quando se desconhece a época e os estratos sociais que lhes deram vida. Era assim tão raro o matrimónio de viúvas e o adultério? Uma visão meramente empírica da base de famílias demonstrou bastantes consórcios entre viúvos e outros que associam viúvas com vários

---

<sup>555</sup> Estas informações provêm de um conjunto de entrevistas efectuadas a diversos anciãos da freguesia; no entanto decidimos preservar o seu anonimato.

homens solteiros. A frequência não é de modo algum muito elevada, mas não sugere o sentido do provérbio dirigido às «mulheres usadas».

Relativamente às mães casadas progenitoras de bastardos devemos notar que os registos paroquiais apenas arrolam os ilegítimos sem evidenciarem juízos de valor perante a anormalidade do comportamento. Os assentos servem-nos apenas para confirmar um número limitadíssimo de mulheres consorciadas com descendência ilegítima, o que julgamos corresponder a uma bastardia contextualizada nos constrangimentos demográficos e económicos, designadamente a emigração, mais do que a uma depravação moral gratuita.

Afinal, quem é esta minoria de mães composta por casadas, viúvas, ou até muito raramente divorciadas? Tinham muitos ilegítimos? Qual o seu estatuto económico?

**Quadro 4.28**  
**Número de mães não solteiras (1800-1910)**

Estado	1800-1849	1850-1910	TOTAL
Casadas	3	7	10
Viúvas	17	10	27
Divorciadas	0	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>18</b>	<b>38</b>

Repartindo-se o período observado entre a primeira metade do século XIX e os 60 anos subsequentes, existe uma frequência relativamente equitativa, apesar de o segundo período ser mais extenso. Esta homogeneidade fica a dever-se à relação inversa entre o número de mulheres viúvas e casadas que, a partir de 1850, decresce e aumenta respectivamente. Não obstante a linearidade dos valores expressos no quadro 4.28, advirta-se que as viúvas, o grupo mais representativo, se evidencia nos primeiros trinta anos do século XIX com 16 casos, ou seja 94% das ocorrências até 1850, e 59% de incidência, considerando-se todo o âmbito cronológico. As mulheres casadas posicionam-se de modo inverso. Durante a primeira metade apenas registamos três, separadas por um

longo intervalo entre 1815 e 1840, data a partir da qual existe um espaçamento algo regular e contínuo até à década de 1900.

Uma primeira diferença face às restantes solteiras reside naturalmente na idade média ao nascimento do primeiro filho ilegítimo. Estas progenitoras dão à luz tardiamente, se as comparamos às solteiras que já de si conheciam a maternidade em idade relativamente avançada.

**Quadro 4.29**  
**Idade ao nascimento do primeiro filho (não solteiras)**

Grupo etário	Viúvas	Casadas	Div.	Total	Freq. (%)
15-19	0	0	0	0	0,0
20-24	0	0	0	0	0,0
25-29	2	1	0	3	15,0
30-34	6	1	0	7	35,0
35-39	2	2	1	5	25,0
40-44	2	1	0	3	15,0
45+	2		0	2	10,0
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>20</b>	<b>100,0</b>

A frequência modal na maternidade destas mães situava-se entre os 30 e 34 anos (35%), reduzindo-se progressivamente até aos 45 anos, embora de forma muito menos acentuada face às solteiras. De facto, como vimos, estas concebiam preferencialmente entre os 20 e 24 anos (38,2%), ao que correspondiam frequências muito baixas, acima dos 40 anos (2,5%), contrastando com os 25% de não solteiras que procriavam a partir desta idade.

Estas mulheres constituem também a excepção, não pela idade média ao primeiro casamento - sensivelmente idêntica ao total de famílias - mas pela rápida perda do cônjuge. As casadas podiam, por outro lado, sentir a ausência temporária dos maridos e tê-la como definitiva. De qualquer modo, estas progenitoras optaram pela renovação da maternidade, desta feita ilegítima. No quadro 4.30 indica-se o número de filhos bastardos e, no 4.31, a percentagem de

ilegitimidade, isto é, o número de filhos ilegítimos relativamente aos enquadrados na família de origem (legítima)<sup>556</sup>.

**Quadro 4.30**  
**Número de filhos ilegítimos (não solteiras)**

Nº Filhos	Viúvas	Casadas	Div.	Total	Freq. (%)
1	22	7		29	76,3
2	3		1	8	10,5
3		3		9	7,9
4				0	0,0
5	1			5	2,6
6				0	0,0
7	1			7	2,6
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>16</b>	<b>2</b>	<b>58</b>	<b>100,0</b>

**Quadro 4.31**  
**Percentagem de filhos bastardos por família (não solteiras)**

%	Viúvas	Casadas	Div.	Total
0-25	6	1		7
25-50	3	1		4
50-75	2	1	1	4
75+	1	1		2

O número de filhos ilegítimos por mulher expresso nestes quadros revela uma fraca reincidência, tomando por comparação as mulheres solteiras já observadas. Assim, mais de 76% das não solteiras não renovou a maternidade ilegítima, difícil em alguns casos graças às elevadas idades em que se encontravam, mas perfeitamente possível para algumas cujo período fértil ainda permitiria novas concepções. Assim, são pouco frequentes as possuidoras de vários filhos ilegítimos, sobretudo aquelas com mais de três filhos.

Acima desta frequência encontram-se apenas duas mulheres viúvas. Isabel Inácia viúva de António Silveira Matos dava à luz cinco filhos entre 1801

<sup>556</sup> Percentagem de ilegitimidade por mulher: Número de filhos ilegítimos/total de filhos x 100.

e 1808, colocando-lhes nomes muito pouco frequentes na freguesia<sup>557</sup>. Com mais dois filhos do que Isabel, encontramos Isabel Emília, sobre a qual nem o nome do anterior cônjuge se conhece. Filha de Francisco Silveira Ramalho e de Isabel Josefa daria à luz sete filhos entre 1878 e 1890<sup>558</sup>.

Outro aspecto merecedor de abordagem, mesmo que superficial, respeita, no caso das viúvas, ao intervalo temporal entre a morte do cônjuge e o nascimento do primeiro ilegítimo. Nas mulheres casadas torna-se muito difícil calcular um intervalo a partir da ausência do marido devido à falta de dados. Parece-nos, entretanto, que algumas ocorrências derivaram de ausência temporária ou definitiva dos cônjuges, já que apenas se possui um registo de óbito para um homem enganado.

**Quadro 4.32**  
**Intervalo de tempo (não solteiras)**

1º ilegítimo - morte do cônjuge		1º ilegítimo - último legítimo		
Anos	Viúvas	Anos	Viúvas	Casadas
0-2	4	0-4	4	4
3-4	4	5-9	9	1
5-7	3	10-14	1	
8+	1	15+	2	

Independentemente da pequenez do universo contido no quadro 4.32, as viúvas deram à luz com idêntica intensidade nos quatro anos subsequentes à morte do cônjuge. Em alguns casos o tempo de espera foi muito reduzido, como indicam, por exemplo, os registos de Francisca Jesus moradora na fajã dos Vimes. Seu esposo falecia em Março de 1859 sem existirem filhos deste consórcio celebrado em 1849. Mas é, porventura, a diferença de idades que poderá explicar o comportamento de Francisca: tinha 20 anos ao casamento enquanto seu esposo, Francisco Machado Silveira, viúvo, era 39 anos mais idoso.

<sup>557</sup> Fam 272i. Leonora, Rosália, Sérgio, Georgeana e Timóteo. É das poucas mulheres das quais se conhece o progenitor, neste caso Francisco Machado Sousa da fajã da Caldeira. Desconhecem-se no entanto as datas de nascimento e óbito para ambos.

<sup>558</sup> Fam. 2249i.

Francisca conviveu por 10 anos até à morte do marido e, talvez por não possuir descendência e ser fértil – teria 31 anos – dava à luz Manuel seu único filho em Março de 1860<sup>559</sup>.

A única mulher casada da qual se sabe a data de morte do cônjuge é Maria Machado, mãe de José, ilegítimo, nascido em Novembro de 1802. Seu marido Manuel Nunes Bernardo era ainda vivo, porquanto é anotado o seu óbito em Dezembro de 1804; foi amortalhado com um hábito de S. Francisco, ainda que o seu enterro fosse gratuito por ser pobre. Mais interessante é José ser o filho do meio do casal sendo registado como ilegítimo, enquanto seu meio-irmão mais novo, também José, nascia em 31 de Outubro de 1803. É difícil comentar este percurso. Mas Maria Machado não se ficava por aqui. Ao nascimento de José (ilegítimo) vinha juntar-se o de Venâncio, em Outubro de 1808, agora na condição de viúva. Possivelmente reatou os laços com o progenitor de José sem que o seu nome conste de qualquer assento paroquial. Se Manuel Bernardo estava ausente, não sabemos. Aliás, em duas mulheres casadas expressa-se essa indicação. No primeiro, Isabel Jesus, casada com António Francisco, era mãe de Maria, enquanto seu marido era anotado como ausente<sup>560</sup>. Também Sabina Rosa, progenitora de três filhos concebera ilegitimamente, quando Vitorino José Sousa era o seu esposo oficial. De facto, só no registo de um dos filhos, Raulino, o pároco, não anotando o nome do enganado, regista «casada (auzente o marido há annos no Brasil)»<sup>561</sup>.

Atente-se, igualmente, na diferença de comportamentos entre viúvas e casadas. As primeiras registam uma frequência de 5 a 9 anos entre o nascimento do último legítimo e o primeiro ilegítimo, significando que em muitas famílias ainda legítimas estas mulheres estiveram vários anos sem dar à luz. Pelo contrário as casadas, independentemente do ínfimo peso estatístico, possuíram

---

<sup>559</sup> Fam. 3042/1754i.

<sup>560</sup> Fam. 1573i/1498. Em 1839, ou seja, 13 anos antes do adultério, António Francisco Machado era arrolado como cabeça de casal do fogo 70 (Canada do Bica) sem que possuísse qualquer filho residente.

<sup>561</sup> Cf. Fam. 1761i/1685.



maioritariamente ilegítimos nos quatro anos seguintes aos filhos nascidos no seio matrimonial.

Qual a condição económica destas mães? Trata-se de uma pergunta que suscita uma resposta pouco rigorosa face às dificuldades de cruzamento dos registos nominativos com a informação tributária: a contribuição predial de 1881 já não inclui boa parte daquelas mães falecidas até essa data, o que não inviabiliza, mesmo assim, um comentário<sup>562</sup>.

Das 40 mulheres não casadas encontram-se 10 com cruzamento tributário, 9 das quais não atingiam os 12 mil réis de rendimento anual, um claro indício de uma condição muito desfavorecida. Com a indicação de «pobre» constam quatro mulheres, uma anotação porventura mais concreta do que o rendimento auferido<sup>563</sup>.

A única não solteira com rendimento bastante superior à média foi Maria Teresa Alves, conservando-se no estado de casada canonicamente embora fosse «divorciada há anos»<sup>564</sup>. Filha de José Silveira Brasil, lavrador com um rendimento anual de 29 mil réis, casou-se aos 18 anos com Jorge Teixeira Silveira, também lavrador abastado para a freguesia, pois o seu património estimava-se pela contribuição predial em quase dois contos de réis. O seu primeiro filho ilegítimo nascia em 1903, dezassete anos após o baptismo de seu descendente legítimo<sup>565</sup>.

A análise da condição económica destas mães complementa-se com as profissões dos seus antigos maridos. Existindo referência directa do estatuto económico para 14, ou seja, 35% do total, restam ainda 9 mulheres cujos maridos não são identificados como detentores de terra, sabendo-se entretanto a

---

<sup>562</sup> Utilizou-se a contribuição predial como fonte principal, atendendo-se igualmente aos fregueses falecidos com a condição de pobres, bem como o «Mappa dos pobres [...]» (A.C.M.V.). A indicação de estatuto económico foi procurada quer pela mãe como pelo antigo consorte.

<sup>563</sup> Anotações do pároco no assento de óbito.

<sup>564</sup> Nos assentos de óbito aparece ainda uma mulher separada, se bem que se desconheça eventual prole ilegítima. Trata-se de Bárbara Encarnação falecida em Julho de 1804 aos 40 anos de idade «freguesa desta freguesia por se ter separado do seu marido». Bárbara Encarnação era natural do Norte Pequeno sendo pobre.

<sup>565</sup> Fam. 2376/2722i.

ocupação. A sua condição precária é expressa por 13 trabalhadores, 2 jornaleiros e 1 camponês, todos na base da hierarquia económica<sup>566</sup>. Consequentemente, a informação reunida para 23 situações de ilegitimidade (58% do total) indica claramente um nível de desfavorecimento relativamente homogeneizado entre o grupo, quiçá um pouco diferente do das mulheres solteiras que, como vimos, abarcam diferentes patamares económicos.

Possivelmente o estatuto económico destas mães, aliado a um anterior casamento, constituiu motivo de alguma rejeição relativamente à eventualidade de um futuro matrimónio. À semelhança das solteiras de tipo 1, devemos insistir que apenas se conhece o óbito para oito viúvas. De todas as mulheres acompanhadas somente em três se verifica posterior matrimónio, duas das quais declarando-se conjuntamente com o parceiro. Recorde-se que este comportamento foi designado por «tipo 2» para as solteiras.

Comparativamente a outras quatro paróquias açorianas sabemos que a ilegitimidade, se bem que em escala muito reduzida, também envolveu um número assaz diminuto de mães viúvas e casadas. De facto em três paróquias do Sul do Pico o quantitativo destas mulheres ascendia a 6,5 e 5,3% em 1790-1849 e 1850-1909, respectivamente<sup>567</sup>. Já na freguesia da Criação Velha, também no Sul, a representatividade das não solteiras apenas se situava em 5,5% entre 1801 e 1879<sup>568</sup>.

---

<sup>566</sup> Recorde-se que o rendimento mediano de um camponês era de 5200 réis enquanto o de um trabalhador não excedia os 4400.

<sup>567</sup> Cf. Maria Norberta Amorim, *Evolução Demográfica* [...], p. 164 (quadro 51).

<sup>568</sup> Cf. Maria Hermínia Mesquita, *Evolução Demográfica na Criação Velha* [...], p. 84 (cálculos com base no quadro 48).

## 4.5 - Exposição e ilegitimidade

«O osso alheio não se esconde no seio»  
(provérbio da Ribeira Seca)

Frequentemente tidos por ilegítimos pelo suposto ostracismo das mulheres de má conduta, os resultados desta investigação vêm indiciar uma certa banalização do nascimento fora do casamento o que leva, desde logo, a questionar se a vergonha é o motivo principal da exposição. A pertinência destas questões, ademais destacadas em vários estudos, contendem-se aqui com duas razões: a escassez do universo e a falta de monografias sobre expostos. De facto, o número de enjeitados baptizados na freguesia é reduzido (63), insuficiente para conclusões minimamente seguras, até porque estão completamente descontextualizados da vertente institucional. Além disso, como salienta Maria Norberta Amorim, só as monografias sobre expostos, baseadas em documentação centralizada, poderão dar uma ideia mais precisa sobre o funcionamento das rodas e das transferências entre elas de crianças abandonadas<sup>569</sup>.

É a inexistência de estudos monográficos sobre expostos para o arquipélago açoriano que impossibilita um enquadramento deste complexo fenómeno social<sup>570</sup>. Na ilha de São Jorge, o primeiro concelho a possuir roda foi o de Velas, recolhendo todos os enjeitados da ilha e recebendo por isso algumas compensações económicas<sup>571</sup>. Por este motivo iniciamos uma breve abordagem do abandono com base no rico acervo de Velas, lamentando que toda a

---

<sup>569</sup> Cf. *Evolução demográfica* [...], pp. 169-170.

<sup>570</sup> Conhecemos apenas o trabalho de João Adriano Ribeiro sobre os expostos da ilha do Faial no decurso de Oitocentos. O autor sugere que o abandono se destinava a evitar a desonra feminina, a qual decorria de uma sociedade muito cosmopolita graças ao porto da Horta. Cf. «Os expostos no Faial durante o século XIX», in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e S. Jorge de 12 a 15 de Maio de 1997*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1997, pp. 325-337.

<sup>571</sup> Os concelhos da Calheta e do Topo, este extinto em 1855, recolhiam os expostos das respectivas jurisdições remetendo-os para as Velas. Daí que no orçamento municipal conste a verba transferida, certamente calculada pelos *livros de entrada* que sabemos terem existido.

abundante documentação sobre expostos do concelho da Calheta, inventariada na década de 1980, desconheça actualmente paradeiro.

Em 1806 iniciava-se o funcionamento da roda das Velas, instalada nos paços do município, tendo por rodeira Joana de Jesus, mulher de Manuel José de Góis, carcereiro<sup>572</sup>. No primeiro livro de registo de expostos existe um preâmbulo retirado da sessão ordinária da câmara presidida pelo juiz de fora cujas palavras expressam a realidade destes miseráveis.

Sendo a criação de Expostos negocio importantissimo da sociedade se axa nesta Ilha em o maior dezamparo [...] assim pela falta de Roda, que os receba e agasalhe, motivo este por que morrem quazi todos os Expostos; os quais de noite por frios e chuvas são lançados as portas dos moradores<sup>573</sup>.

Neste preâmbulo a vereação ou, em nossa opinião, o juiz de fora fazia sentir a necessidade de se regular a admissão, pois até essa data não existia registo. Por isso, a falta de pagamento regular às amas conduzia a situações extremas como o infanticídio por afogamento, o lançamento em latrinas, ou a inanição<sup>574</sup>. Assim, o regulamento determinava a existência de uma rodeira que forneceria os primeiros alimentos, apresentando depois os enjeitados ao escrivão da câmara<sup>575</sup>. As amas de leite, escolhidas pelo município passavam a auferir a quantia anual de 7 mil réis<sup>576</sup>, enquanto se lhes impunha alguma ordem, a fim de evitar que as crianças fossem transferidas para outras mulheres sem prévio conhecimento camarário. Por esta razão todos os expostos eram registados em

---

<sup>572</sup> José Cândido Avelar, *ob. cit.*, pp. 282-285, refere que na base da roda esteve a provisão de 3 de Fevereiro de 1800 assinada pelo capitão general dos Açores. A deliberação camarária em criar a roda data segundo este autor de 21 de Junho de 1806, enquanto o alvará da sua criação surgia em 18 de Outubro de 1806. Cf. A.M.C.V., *Expostos (Junho de 1806 a 1826)*, que doravante seguimos. Sendo o primeiro livro de escrituração de crianças abandonadas, reúne igualmente os estatutos e termo de nomeação da rodeira.

<sup>573</sup> A.M.C.V., *Expostos* [...], Liv. 1, fl. 1.

<sup>574</sup> A.M.C.V., *Expostos* [...], Liv. 1, fl.2.

<sup>575</sup> A.M.C.V., *Expostos* [...], Liv. 1, fl. 2v.

<sup>576</sup> Em vários registos as amas parecem ser compelidas a criar os expostos, nomeadamente quando se refere «que lhe foi dado por ordem da Câmara» ou «por ordem do alcaide geral». Por vezes estas anotações são repetidas, espaçando-se depois por algum tempo.

livro próprio, incluindo o seu enxoval e sinais particulares, devendo a ama preencher uma guia de transporte<sup>577</sup>.

Como os enjeitados absorviam avultadas somas das receitas municipais, o regulamento estipulava a devolução aos pais, caso se viessem a descobrir. Por certo, alguma experiência mostrava à vereação exporem-se crianças por carências económicas e familiares, que depois também afligiam a edilidade<sup>578</sup>. Talvez por esta razão o sexto parágrafo do preâmbulo estipulava o lançamento de uma finta por todos os munícipes, segundo a possidência de cada um para garantir o sustento dos expostos, pois o concelho não detinha rendas suficientes<sup>579</sup>.

Tanto quanto sabemos, nunca veio a existir propriamente roda no concelho da Calheta, isto é, em termos físicos. Segundo Cândido Avellar, a vereação velense tomou a seu cargo os expostos de toda a ilha, contribuindo a Calheta com uma quota até 1883, data da criação de um hospício neste concelho. As referências do Padre Manuel de Azevedo da Cunha a este respeito parecem traduzir uma ineficácia ou impossibilidade da Calheta em instituir a roda. Em 1839, a vereação recebendo uma petição da Junta de Paróquia para a urgente instituição de uma roda, acede, concedendo a casa do carcereiro<sup>580</sup>. Mas a ausência de mais informações reunidas por este laborioso investigador levam a questionar a efectiva abertura das instalações. Aliás, ainda em 1860, a Câmara vizinha queixava-se do aumento de expostos do município calhetense, um indício de que essa roda nunca veio a existir<sup>581</sup>.

---

<sup>577</sup> A.M.C.V., *Expostos* [...], Liv.1, fl. 2v.

<sup>578</sup> A.M.C.V., *Expostos* [...], Liv. 1, fl.3-3v. Parágrafo 8: «Que se acontecer, o que não he de esperar [...]». De facto, entre 1806 e 1820 de 84 crianças expostas, 7 foram entregues às mães por ordem do alcaide.

<sup>579</sup> Na memória histórica do concelho, redigida em 1825, a vereação queixava-se dos diminutos réditos. O ramo mais sujeito a essa carência era, naturalmente, o dos expostos. Por isso, se as receitas fossem maiores a câmara «acodiria aos miseráveis expostos, e não veríamos todos os dias tantas victimas destes desgraçados inocentes [...]». Cf. «Memoria historica sobre o concelho das Velas», B.P.A.A.H., *Cartório Casa Morgado Borges Teixeira*, maço 12, pasta 7, fl. 3.

<sup>580</sup> *N.H.*, II, p. 851.

<sup>581</sup> A.M.C.V., *Registo da Escripuração da Secretaria (1860)*, «Mappa estatístico dos expostos [...]».

É através dos *relatórios dos governadores civis* que perpassa muito do conhecimento das rodas do distrito, nomeadamente o movimento, verbas atribuídas e considerações acerca das alterações institucionais ao longo da segunda metade do século XIX. Sem o mínimo propósito de compulsar toda esta vasta informação, naturalmente distanciada do tema abordado, refira-se que a criação dos distritos irá implicar uma subordinação das rodas ao poder do governador, que regula não só o funcionamento da instituição, como o próprio financiamento<sup>582</sup>.

A *Junta Geral* do distrito toma a seu cargo esta centralização, redigindo um regulamento detalhado em 1867, onde as atribuições dos procuradores dos governadores, dos procuradores dos concelhos e dos regedores de paróquia ficam estipuladas<sup>583</sup>. Às amas era exigido bom comportamento moral e civil, ao que se juntava ainda, o leite necessário, saúde e vigor<sup>584</sup>, enquanto os subsídios de lactação, decerto a maior inovação, já estavam previstos. As mães que os requeressem teriam de ser solteiras e viúvas «ilegítimas» e pobres, participando previamente a gravidez ao regedor da paróquia<sup>585</sup>.

Relativamente às ilhas de S. Jorge e Graciosa existia apenas um círculo em São Jorge (Velas) e outro na Graciosa (Santa Cruz), aos quais competia superintender toda a administração de expostos nas ilhas, pelo que as câmaras subordinadas, incluindo-se aqui a Calheta, ficavam com a incumbência de remeter à sede do círculo a quarta parte da quota destinada aos expostos<sup>586</sup>. Na realidade, os poucos elementos de que dispomos apontam para uma desproporção

---

<sup>582</sup> Cf. *Consulta da Junta Geral* [...] 1854. É o decreto de 19 de Setembro de 1836 que centraliza a administração dos expostos. O governador referia que nesta data cada concelho encarava o abandono como um «encargo proprio», encontrando-se toda a escrituração em forma metódica e regular. Veja-se, ainda o *Regulamento para a administração económica dos expostos*, de 18 de Novembro de 1854, p. 13. Entre 9 artigos estipulavam-se as condições para a selecção de amas, prevendo-se já a atribuição de subsídios às mulheres solteiras pobres.

<sup>583</sup> *Regulamento dos Expostos do Districto d'Angra do Heroismo de 14 de Março de 1867*, 1867, pp. 2-5.

<sup>584</sup> *Ibidem*, p. 8

<sup>585</sup> *Ibidem*, pp. 10-12. As mães legítimas, isto é, as famílias com graves dificuldades, poderiam, igualmente, requerer subsídio, desde que provassem a sua pobreza (Cf. p. 11, art. 3).

<sup>586</sup> *Ibidem*, p. 1

no número de enjeitados entre os dois concelhos. Em 1872 entravam catorze expostos na instituição velense, enquanto no concelho vizinho apenas se registava um. O número de expostos sob tutela municipal nesse ano parece confirmar essa diferença, existindo 62 nas Velas e apenas 14 na Calheta<sup>587</sup>. É a verba dispendida pelos municípios que clarifica ainda mais a suposta inferioridade de expostos no município que integra a Ribeira Seca. Em 1881 a receita do distrito de Angra contabilizava 687\$755 réis das Velas a título de pagamentos para os expostos, verba assumida na sua esmagadora maioria como dívida activa (631\$300), enquanto a Calheta apenas despendia 206\$913, cerca de 30% relativamente à sede do círculo<sup>588</sup>.

A maior mutação institucional relativamente à criação destas crianças foi, sem dúvida alguma, a extinção das rodas e a sua substituição pelos hospícios em 1874, que acolheram ecos de regozijo por parte das câmaras e governadores do distrito<sup>589</sup>. Segundo Cândido Avelar nos últimos três anos da roda de Velas haviam entrado 264 crianças com uma taxa de mortalidade calculada em 20%, enquanto nos três anos subsequentes à criação do hospício a exposição reduzia-se a 111, com uma mortalidade muito menor (c. 9%). É claro que a quase generalização dos subsídios traria um maior aumento da despesa municipal, «bendicto sacrifício» porque dava a conhecer às crianças o «santo amor de mãe»<sup>590</sup>.

A alteração institucional trará maior burocratização ao sistema, com a obrigatoriedade do registo de crianças e de pagamentos, não só nos livros para esse efeito, como do envio regular à *Junta Geral* de diversos mapas

---

<sup>587</sup> *Relatório do Governador Civil [...] 1874* (Mappa do movimento dos expostos, no anno economico de 1872-1873), p. 71.

<sup>588</sup> *Relatório do Governador Civil [...] 1882*, p. 69. (Conta da receita e despesa [...] 1881), p. 66. Por isso as quotas derramadas às câmaras em 1881 atribuem uma importância de 744 mil réis às Velas e de 259 mil à Calheta.

<sup>589</sup> Em virtude do regulamento preliminar de 29 de Março de 1875. Na sequência da reforma institucional o concelho da Calheta passaria a ter hospício em Fevereiro de 1883. Cf. Cândido Avelar, *ob. cit.*, p. 225.

<sup>590</sup> O autor estima que nos últimos anos da roda se despendessem anualmente 745 mil réis, ascendendo a despesa a 936 mil com a criação dos hospícios. *Ob. cit.*, p. 284.

circunstanciados<sup>591</sup>. O número de exposições era regulado, pelo que o município deveria advertir a mulher grávida e indigente para declarar o seu filho. Se o não fizesse seria imediatamente obrigada a declarar o destino dado, embora os subsídios de lactação fossem concedidos e acompanhados de prova às mães desamparadas. Estes subsídios eram válidos para as indigentes, no caso de parto múltiplo, ou para as grávidas pobres «sem recato». Todavia, a suspeita de amancebamento retirava imediatamente essa verba<sup>592</sup>.

Com base em algumas estatísticas sobre a administração dos expostos produzidas pelo governo civil é possível corroborar pelo quadro 4.33 o decréscimo na afluência destas crianças a partir de 1872, mas com maior intensidade em 1874, exactamente na sequência substituição das rodas pelos hospícios.

---

<sup>591</sup> *Regulamento dos Hospícios do Districto d'Angra do Heroísmo*, Angra, Imprensa do Governo Civil, 1880, (anexos).

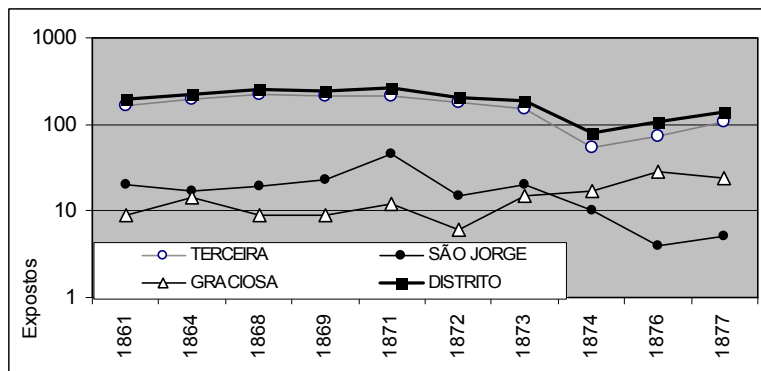
<sup>592</sup> *Ibidem*, p. 10



**Quadro 4.33**  
**Número anual de entradas de expostos e sua percentagem face ao total de nascimentos. Distrito de Angra do Heroísmo (1861-1877)<sup>593</sup>**

Concelho/Ilha	1861	1864	1868	1869	1871	1872	1873	1874	1876	1877
Angra do Heroísmo	152	177	208	181	210	180	150	54	73	109
Praia da Vitória	12	17	12	30	0	0	0			
TERCEIRA	164	194	220	211	210	180	150	54	73	109
Velas	18	15	19	19	32	14	17	10	4	5
Calheta	2	1	0	4	14	1	3			
Topo	0	1	0	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)
SÃO JORGE	20	17	19	23	46	15	20	10	4	5
Santa Cruz	9	12	6	9	12	6	15	17	29	24
Praia	0	2	3	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)
Graciosa	9	14	9	9	12	6	15	17	29	24
DISTRITO	193	225	248	243	268	201	185	81	106	138
<b>Permilagem expostos / total de nascimentos</b>										
Terceira	132,5	144,9	144,5	154,6	141,3	126,8	95,7	38,6	50,0	80,7
São Jorge	50,5	36,5	49,9	46,6	97,3	30,5	41,5	20,2	8,5	11,6
Calheta	14,8	7,5	0,0	15,7	59,8	4,1	12,9	-	-	-
Graciosa	37,0	64,5	38,5	39,1	50,8	22,6	62,8	68,0	110,7	100,4
Distrito	102,8	111,3	116,1	116,3	122,1	92,4	80,8	37,7	48,4	68,3

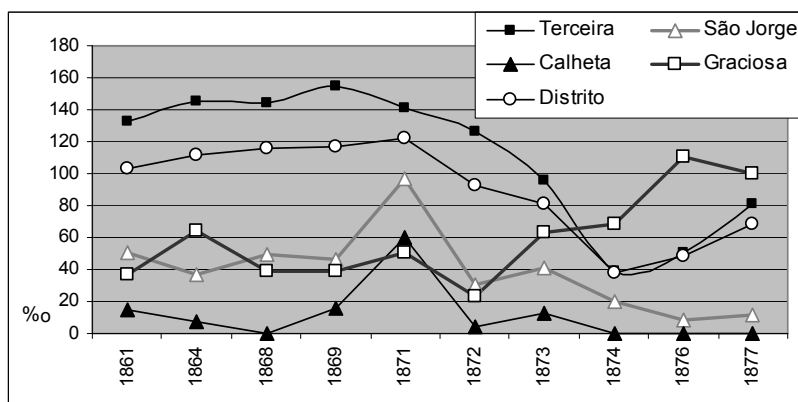
**Gráfico 4.8**  
**Evolução anual de entradas de expostos e sua percentagem face ao total de nascimentos. Distrito de Angra do Heroísmo (1861-1877). Escala logarítmica**



<sup>593</sup> Vide fontes enumeradas no capítulo 1, depositadas na B.P.A.A.H., *Governo Civil*, Livros de Registo de Correspondência Expedida.

De acordo com o gráfico 4.8 demonstra-se a clara supremacia da ilha Terceira na recepção dos expostos, quase todos da roda de Angra, facto compreensível dada a forte mancha urbana da capital no contexto distrital. A evolução de enjeitados nesta ilha mostrou algumas oscilações entre 1861 e 1871 tendendo a reduzir-se drasticamente em 1874, embora nos dois seguintes anos se invertesse a tendência. Nas ilhas periféricas - São Jorge e Graciosa - o volume era bem mais reduzido ainda que a evolução se mostrasse dissemelhante. Em São Jorge processou-se um aumento de 1861 a 1871, data a partir da qual o quantitativo de expostos decresce acentuadamente. Já na Graciosa a admissão de enjeitados manteve-se algo constante de 1861 a 1872 mas revelou-se bastante acentuada a partir de 1873 em contraste com as demais unidades geográficas.

**Gráfico 4.9**  
**Permilagem de expostos face ao total de nascimentos no distrito de Angra do Heroísmo (1861-1877)**



Em termos proporcionais, ou seja, relacionando-se a entrada de expostos com o total de baptizados (gráfico 4.9) observa-se com maior clareza a disparidade do fenómeno nas ilhas do distrito e concelho da Calheta. De facto, como foi salientado no capítulo 3 (natalidade), o fenómeno da ilegitimidade na ilha Terceira parece ser, em larga medida, canalizado para as rodas face a um

eventual estigma social, bem como por motivos de ordem económica. Ou seja, relacionando-se o quadro 4.33 com os 3.35 e 3.36 (percentagem de ilegitimidade no distrito de Angra) verifica-se que a esmagadora maioria da bastardia era, efectivamente, proveniente das rodas da ilha Terceira. Já nas ilhas de São Jorge e Graciosa onde a ilegitimidade se mostrava bem mais elevada, o peso dos expostos na natalidade revelava-se consideravelmente mais baixo, pois as permilagens médias situavam-se bastante aquém das da Terceira. Por exemplo, na ilha de São Jorge, a ilegitimidade no quinquénio de 1860-64 ascendia a 27% enquanto a percentagem de expostos de 1861 e 1864 atingia somente 4,4%, realidade algo semelhante à ilha Graciosa. Todavia nesta última decorreu um extraordinário aumento na proporção de enjeitados entre 1872 e 1877 o que é sintomático das elevadíssimas taxas de fecundidade ilegítima apuradas para 1878 e 1890<sup>594</sup>.

Finalmente, no concelho da Calheta caracterizado pelos mais elevados níveis de bastardia, encontra-se a mais baixa percentagem de expostos face aos nascimentos com uma média de 1,64% (1861-1873) em forte contraste com a da ilha de São Jorge (5,04%) ou da Terceira (13,43%) em idêntico período. Neste sentido, mesmo tendo presente a curta amostragem, comprova-se o fraco ou insignificante contributo da exposição perante o total de nascimentos ilegítimos neste concelho, o que será sintomático, em certa medida, da generalização social do nascimento fora do matrimónio.

De facto, entre 1800 e 1910 eram baptizados somente 63 expostos na freguesia da Ribeira Seca, desconhecendo-se a sua proveniência efectiva. É verosímil um número considerável de crianças da Ribeira Seca ter sido baptizado já na paróquia de Santa Catarina, sede de concelho, onde se providenciaria uma provisória até o envio para as Velas. De qualquer modo e concordando com Maria Norberta Amorim, pode considerar-se que os movimentos de expostos

---

<sup>594</sup> Cf. Gráfico 3.32 (Taxas de fecundidade ilegítima no distrito de Angra do Heroísmo (1864-1911) do capítulo 3 – as taxas globais de fecundidade.

para o exterior poderiam ser compensados pela afluência de crianças de outras paróquias<sup>595</sup>.

Ao longo dos 110 anos estudados os 63 expostos distribuem-se quase equitativamente nos três primeiros quartéis do século XIX, evidenciando-se apenas uma oscilação de 10% entre o segundo e o terceiro quartel, própria do universo estudado e não tanto de alterações comportamentais dignas de nota.

**Quadro 4.34**  
**Expostos baptizados na freguesia (1800-1910)**

Período	1800-1825	1825-1850	1850-1875	1875-1900	1900-1910
Nº exp.	19	16	22	6	0

De acordo com o quadro 4.34 as maiores alterações respeitam, sem dúvida, ao último quartel de Oitocentos, cujo período coincide exactamente com a extinção da roda e com a quase universalização dos subsídios de lactação atribuídos aos familiares destas crianças. A comprová-lo, de 1874 a 1878, período subsequente à extinção das rodas, eram subsidiadas sete mulheres naturais da Ribeira Seca, três das quais até residentes nas paróquias da cidade de Angra<sup>596</sup>.

Nos assentos de baptismo destas crianças, alguns dos quais *sub conditione*, o pároco anotava o local de exposição, normalmente «exposto em casa de ...» ou menos frequentemente «encontrado à porta de ...», sendo apenas cinco os recém-nascidos encontrados nos pastos ou junto às ermidas. Dos 63 indivíduos identificámos com segurança as 41 famílias nas quais se anotou a exposição, visto saber-se o nome completo, normalmente do receptor, bem como a sua residência. Apesar da eficácia no cruzamento nominativo com a base de dados, o mesmo não acontece quando se pretende enlevar a família ao rendimento auferido. O pouco sucesso nesta combinação deve-se, como referido, à data da contribuição predial (1881), não contemplando obviamente muitos dos fregueses

<sup>595</sup> *Ob. cit.*, p. 161.

<sup>596</sup> B.P.A.A.H., *Governo Civil*, «Matricula das mulheres [...]».

nascidos no princípio do século, e à suspeita de alguns não possuírem terra, por se tratar geralmente de indigentes. A identificação censitária efectiva-se para 18 famílias nas quais o rendimento anual é extraordinariamente baixo. Pelo quadro 4.35 verifica-se claramente que quem apresenta os expostos conhece de perto a miséria.

**Quadro 4.35**  
**Nível económico dos apresentantes (classes de rendimento)**

<b>Rendimento</b>	<b>Número</b>
Classe 1 (0-2500)	7
Classe 2 (2500-5000)	4
Classe 3 (5000-10000)	4
Classe 4 (10000-25000)	3
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>

Na realidade, abaixo da terceira classe inclusive, isto é, até à cifra de 10 mil réis de rendimento anual, temos considerado uma situação económica claramente desfavorável e mesmo de miséria nos dois primeiros intervalos. De facto, até à fronteira dos 10 mil réis encontram-se 15 das 18 famílias. Além disso, os três agregados da quarta classe censitária não excedem os 13 mil réis, pelo que a sua posição económica não é igualmente vantajosa. De acordo com as profissões masculinas das famílias identificadas (25) parece confirmar-se um baixo rendimento e estatuto social nestas famílias nas quais apareceram expostos às portas das suas residências.

**Quadro 4.36**  
**Profissões dos apresentantes masculinos**

<b>Profissão</b>	<b>Nº</b>
Cabouqueiro	1
Camponês	3
Carpinteiro	2
Jornaleiro	1
Lavrador	2
Pescador	2
Proprietário	1
Trabalhador	13
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>

De 25 homens identificados, 19 possuem ocupações muito humildes, destacando-se 13 trabalhadores (52%), enquanto as profissões com melhor estatuto – lavradores e proprietários - não ascendem a 12%. Tenha-se igualmente em conta que um proprietário, o único que conseguimos relacionar com a contribuição predial, não auferia mais de 11200 réis anuais, visto esta categoria englobar, como já afirmamos, uma diversidade de posições económicas<sup>597</sup>.

Independentemente da relativa incerteza desta informação parece-nos que a insuficiência económica conviveu de perto com os expostos. Mais importante seria indagar se estes apresentantes de expostos eram os seus próprios pais biológicos e se estavam efectivamente impossibilitados de os criar. Eis uma questão sempre pertinente perante a omissão das fontes, à qual a base de famílias biológicas e de agregados domésticos apenas permite levantar algumas suspeitas.

De facto, os enjeitados eram maioritariamente deixados às portas dos declarantes no acto de baptismo, podendo-se detectar uma relação entre as famílias biológicas dos receptores e a datas de baptismo das crianças abandonadas. Por outras palavras, uma rigorosa determinação dos intervalos inter-genésicos<sup>598</sup> vem sugerir que em 39 famílias nas quais são lançados expostos, 51% destas estava em condições biológicas de trazer ao mundo essa criança, enquanto 10% tinha tido um filho muito recentemente. Novamente o campo das hipóteses alarga-se, subsistindo as dúvidas. Estariam de facto os seus próprios pais impossibilitados do sustento ou, pelo contrário, seriam famílias carenciadas a quem um subsídio eventualmente minimizava a miséria?

Julgamos que os pais não abandonariam sistematicamente os filhos à porta da própria casa para reivindicar mais tarde o seu sustento, ocorrência sem dúvida cruel e ao mesmo tempo arriscada, visto as autoridades poderem conhecer de perto toda a vida comunitária. Aliás, as próprias receitas do concelho destinadas a esse fim eram muito reduzidas, pelo que também demoviam a

---

<sup>597</sup> António José Pereira, casado e morador no 3º Lortal, (fam. 1564).

<sup>598</sup> Intervalo entre o nascimento de dois filhos, relativo à família receptora.

exposição<sup>599</sup>. Além disso, a inexistência de roda de expostos na Calheta determinava, decerto, o recurso a amas provisórias, até que se efectuasse o transporte para o círculo das Velas, o que entretanto leva a supor que a sua contratação definitiva se processasse já no município velense<sup>600</sup>. Tomem-se, no entanto, alguns exemplos colhidos a partir de perfilhações de expostos ou meramente de indicação da linhagem. Verifica-se que, por vezes, os expostos não eram lançados nas residências de seus pais, mas em famílias susceptíveis de os criar, visto terem tido um filho recentemente.

Em 26 de Abril de 1841 assentava-se João como filho de pais incógnitos, colocado à porta de José Inácio Teixeira<sup>601</sup>. De seu matrimónio com Isabel Josefa possuía cinco filhos nascidos entre 1832 e 1842, onde dos dois últimos, mediava um intervalo de quatro anos – aparentemente João poderia ser seu filho. Só que esta criança era novamente registada em 1856, agora com o nome da mãe, Maria Aurora Azevedo<sup>602</sup>. Nesse novo assento de baptismo não se refere uma perfilhação completa, mas o «despacho do Reverendo Ouvidor [...] visto ter sido exposto». João é então apresentado como filho de pai incógnito e de Maria Aurora. Sem este novo termo Maria não constaria como mãe solteira, suspeitando-se agora que a mulher de José Inácio Teixeira, não dando à luz este exposto, estivesse em condições físicas para o criar, invocando motivos económicos.

Outro exposto, chamado José, era baptizado em Agosto de 1867 por ter sido encontrado por João Machado Cunha, no Caminho Novo. Nesse assento

---

<sup>599</sup> A título de exemplo, em Julho de 1840, a câmara da Calheta recolhia 106 mil réis, através do lançamento de uma derrama proporcional ao número de fogos e da sua condição económica. Cf. *N.H.*, II, p. 861. Em 1843 a despesa municipal com os expostos ascendia a 14 mil réis, ou seja, 11% da despesa. Cf. *N.H.*, II, p. 867.

<sup>600</sup> Independentemente da impossibilidade em se consultar a documentação calhetense relativa a expostos, pela análise sistemática dos livros de registo das Velas (1806 a 1834) não se encontra um único exposto entregue a amas da Calheta. Por outro lado os róis de confissão de São Tiago (1832, 1839, 1875, 1879, 1884 e 1900) contêm apenas um total de 6 famílias com expostos o que parece reforçar esta interpretação.

<sup>601</sup> Fam. 1014. Este cabouqueiro, natural de S. Amaro do Pico, possuía um rendimento anual de 6900 réis, segundo a contribuição predial de 1881.

<sup>602</sup> Filha de Maurícia Rosa (fam 645i). Ambas eram solteiras.

acrescenta-se, quatro anos depois, a perfilhação da mãe, remetendo-se para o competente fôlio do *Registo Parochial do Reconhecimento e Legitimação dos Filhos* de 1871<sup>603</sup>. Isabel Inácia Silveira e Ávila era sua mãe, filha de Francisco Inácio Silveira, ferreiro e morador na Ribeira Acima. Este mester, casado em 1831, teve sete filhos, todos registados na Ribeira Seca à excepção de Isabel, última filha, encontrada nos róis de confissão e por isso adicionada à família biológica. Pelo encadeamento genealógico verifica-se que das três filhas, duas, Maria e Rita, tinham constituído família ilegítima: a primeira casava-se depois enquanto Rita morria solteira<sup>604</sup>. Veja-se este agregado doméstico em 1875.

**Quadro 4.37**  
**Família de Francisco Inácio Silveira Ávila**

Fogo 172, Ribeira Acima (rol de 1875)					
Francisco Inácio Silveira	m		65	co	Ferreiro
Ana Inácia	f	mulher	61	ca	Oc.doméstica
Rita Inácia Ávila	f	filha	38	sa	Oc.doméstica
Isabel Inácia	f	filha	35	sa	Oc.doméstica
António	m	neto	16	so	
José	m	neto	7	so	

Passados 36 anos após a localização desta família (rol de 1875) os cônjuges viviam apenas com as duas filhas e dois netos António e José. O primeiro era filho de Maria São José, não se encontrando neste fogo por já estar casada com José Faustino Amaral<sup>605</sup>. Em rigor, não se pode afirmar que António vivesse com os avós, podendo, eventualmente, estar em sua casa no dia da desobriga. Residia, então, com José, seu primo, anteriormente na condição de exposto, legitimado por Isabel Inácia em 1871, como se disse. Sua tia, Rita Inácia, a tal mãe solteira ao óbito, ainda vive em casa dos pais mas não com o

<sup>603</sup> Fls 3-4.

<sup>604</sup> Dos restantes três filhos com assento de baptismo na freguesia, António e Rosa não possuem mais registos vitais (possivelmente emigraram), enquanto António, segundo filho do casal, contrai matrimónio sem ter possuído família ilegítima.

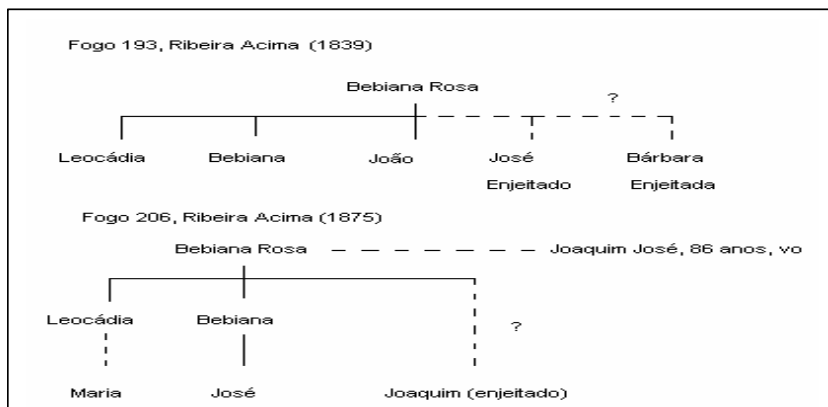
<sup>605</sup> Fam. 1748i/2016. Ocupavam o fogo 8 em 1875 em que José Faustino Amaral consta como lavrador, enquanto no assento de casamento (23.12.1869) aparecia como camponês.



seu filho João, cujo percurso se desconhece<sup>606</sup>. Seria a baixa condição económica responsável por estas mutações familiares, pouco normais aos olhos do presente?

Nos seis agregados domésticos que recolhem expostos, a deficiente situação financeira está quase sempre presente, coexistindo ainda em algumas famílias com a persistência na ilegitimidade. Um caso flagrante é, indiscutivelmente, o fogo de Bebiana Rosa. Esta residia com três filhos solteiros e ainda com dois enjeitados em 1839<sup>607</sup>. Já em 1875 suspeita-se que estivesse amancebada com Joaquim José, marítimo, vivendo, ainda, com suas duas filhas, por sua vez reincidentes, juntando-se ainda um novo enjeitado. Múltiplas conjecturas podiam avançar-se, mas apenas se pretende destacar no seio destas famílias a reincidência ilegítima associada à criação de enjeitados.

**Figura 4.3**  
**Família de Bebiana Rosa, solteira**



Nas restantes quatro famílias com expostos, três delas são muito pobres, detectando-se sempre a presença de filhos ilegítimos em larga escala, ainda por cima aliada à repetição da ocorrência nas duas gerações<sup>608</sup>. A única excepção ocorre com António Pereira de Lacerda, filho do alferes João Caetano de Sousa,

<sup>606</sup> Fam. 1602i. Rita Inácia falecia aos 65 anos.

<sup>607</sup> Fam 560i. Balbina era filha legítima e uma das suas filhas falecia viúva. Cf. fogo 193 no rol de 1839.

<sup>608</sup> Fogos 201, 468 (ano de 1832) e 150 (ano de 1875).

família oriunda da Piedade do Pico nos inícios do século XIX. Este negociante gozava de um importante estatuto social, sendo proprietário de barcos de transporte de mercadorias, ocupando ainda cargos na vereação calhetense<sup>609</sup>. Viúvo nos finais do século XIX viria a contrair matrimónio com Isabel Eugénia Silveira em 1902<sup>610</sup>, como assim é confirmado pelo irmão:

«Recebi e enviei logo a teu padrinho<sup>611</sup> o cartão que vocês lhe dirigem pelo seu casamento, o qual conquanto fosse de rodalho [...] nem por isso deixou de ser epidémico, determinando o de teu tio António Pereira [de Lacerda], que casou em 10 do corrente. Ora graças a Deus! Ali estão os 4 velhos cada um com a sua metade»<sup>612</sup>.

Uma consulta ao rol de 1900 mostra que a consorte de António Pereira Lacerda residia no seu fogo como assistente, bem como Sofia sua filha e ainda Maria, enjeitada de 8 anos de idade. Mesmo sobejando indícios de amancebamento, a solidariedade deste negociante não deixa de ser uma evidência, reforçada pelo irmão, em carta de 14 de Outubro de 1909, quando escreve:

«Esqueceu-me dizer-te na minha última que está viúvo – segunda vez viúvo – teu tio António Pereira [...] Vieram logo visitá-lo [...] instanto para que fosse viver com eles. É claro que não quis aceitar, por razões várias; a principal, a meu ver, porque não quis separar-se dos dois órfãos que criou, que lhe chamam pai e a quem ele ama como filhos»<sup>613</sup>.

Assim se compreende melhor a família de Isabel Eugénia. Os seus filhos José e Sofia não eram fruto da relação com o marido. Independentemente da enjeitada Maria ser ou não filha de Isabel, o que era biologicamente possível,

---

<sup>609</sup> Era irmão de João Caetano de Sousa e Lacerda e por isso tio do Maestro Francisco Lacerda. Cf. *N. H.*, I, p. 344, 388 e II, págs. 524, 938 e 974.

<sup>610</sup> Fam. 3232/2198i.

<sup>611</sup> Francisco Augusto Pereira de Lacerda, família 3231 que casava com uma criada.

<sup>612</sup> João Caetano de Sousa e Lacerda, *Cartas [...]*, p. 118.

<sup>613</sup> *Idem, Ibid.*, p. 272.

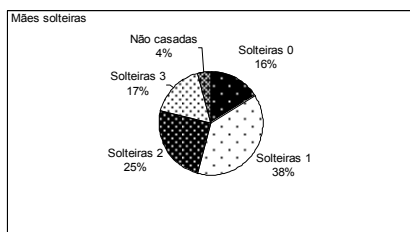
é forçoso sublinhar-se uma ampla solidariedade social nesta família, aparentemente libertada da pobreza.

Os expostos da Ribeira Seca representaram uma minoria estatística no decurso de Oitocentos, tendo exclusivamente por base os registos paroquiais da freguesia. Neste sentido, o fenómeno da ilegitimidade consegue ser acompanhado de modo mais fiável, já que a ilegitimidade não é subsumida pelo registo de crianças abandonadas. Ao mesmo tempo, o reduzido número de ocorrências mostra-nos estarmos perante uma sociedade onde a bastardia parece constituir uma regra. Face aos resultados comentados, verificamos que estas crianças se enquadram em estratos populacionais de origem muito humilde, mais até do que muitas mães solteiras dos tipos considerados que, como se viu, pertencem a uma diversidade de posições económicas dentro deste universo rural. De qualquer forma, as breves reflexões aqui deixadas vêm solicitar um alargamento da investigação, não só à *reconstituição de paróquias* como aos arquivos municipais e notariais. É exequível o estudo sistemático desta minoria, desde que a análise, vocacionada para esse fim, envolva o cruzamento nominativo de vários acervos documentais. Aqui ficaram alguns indícios, eventualmente hipóteses.

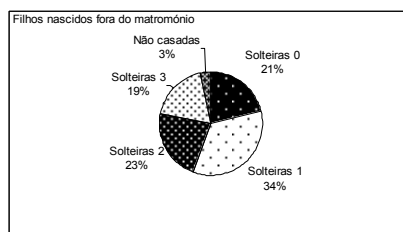
#### **4.6 - A dimensão do fenómeno**

Ao longo deste capítulo, a análise estatística do conjunto das mães solteiras efectuou-se de forma compartimentada face à existência ou não de um compromisso. A averiguação conduziu à classificação de 147 progenitoras celibatárias ao óbito (tipo 0) e de 347 mães solteiras sem informação adicional acerca de posterior casamento, designadas por solteiras 1. As procriadoras que contraíram matrimónio, num curto espaço de tempo (tipo 2) ou, pelo contrário, mais demoradamente (tipo 3), ascenderam a 379 mulheres. Estes quatro grupos estruturais são, agora, apresentados no gráfico 4.10 e quadro 4.38, ao que se adicionam as mães casadas e viúvas (38).

**Gráfico 4.10**  
**Percentagem de progenitoras e descendentes segundo tipologia das**  
**mulheres com reprodução fora do casamento**



(mães solteiras) n = 911



(filhos nascidos fora do matrimónio) n = 1761

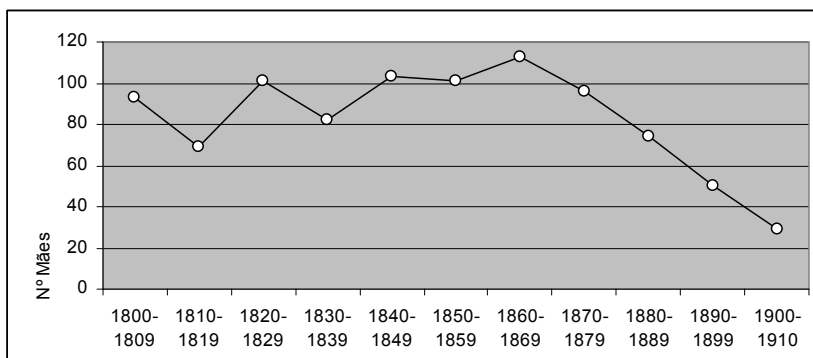
Do gráfico 4.10 constata-se que 42% das mulheres que acabaram por contrair matrimónio foram responsáveis por 41% do total de ilegítimos. No entanto, do proeminente volume de mulheres sem informação adicional (tipo 1) - 38% - é bastante verosímil que uma fracção considerável tenha, posteriormente, constituído família legítima no exterior da paróquia. Ou seja, em termos efectivos, sabemos apenas que as solteiras ao óbito apenas ascenderam a 16% das mulheres, gerando 21% do universo de bastardos.

**Quadro 4.38**  
**Número de mães solteiras segundo categoria (1800-1910)**

Décadas	Tipo 0	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Não solt.	TOTAL	% Tipo 1
1800-1809	0	56	14	14	9	93	60,2
1810-1819	0	43	17	5	4	69	62,3
1820-1829	7	53	24	13	4	101	52,5
1830-1839	9	24	29	20	0	82	29,3
1840-1849	21	22	36	22	2	103	21,4
1850-1859	14	29	32	20	6	101	28,7
1860-1869	34	36	25	14	4	113	31,9
1870-1879	22	31	21	18	4	96	32,3
1880-1889	22	23	12	15	2	74	31,1
1890-1899	13	20	9	8	0	50	40,0
1900-1910	5	10	6	5	3	29	34,5
<b>1800-1910</b>	<b>147</b>	<b>347</b>	<b>225</b>	<b>154</b>	<b>38</b>	<b>911</b>	<b>38,1</b>

Sintetizando-se a informação apresentada nos anteriores sub-pontos do capítulo, apresenta-se neste quadro o volume de mães solteiras ao longo de todo o período observado. Mesmo considerando as distorções originadas pelo início e fim de observação, bem como da problemática em redor das solteiras de tipo 1, o número destas quase superou as que conheceram um compromisso. Cerca de 38% das progenitoras não se apresentaram no assento dos seus filhos com o companheiro, ao mesmo tempo que desconhecemos posterior matrimónio na freguesia.

**Gráfico 4.11**  
**Volume de mães com reprodução fora do casamento (1800-1910)**



Ao longo dos 110 anos observados é inquestionável a alteração dos índices a partir da década de 1870. Até esta data existiu uma oscilação volumétrica com clara tendência de aumento desde os anos 30. O decénio de 1860 totalizou um máximo de 113 progenitoras, coincidindo, certamente, com elevadas taxas de fecundidade ilegítima. A década de 1870 corresponde, então, à inflexão de toda a série. A partir do último quartel de Oitocentos o número de mães solteiras reduz-se de forma tão acentuada, que nos inícios do século XX, quase se poderia tomar a ilegitimidade como um fenómeno secundário, cujos limites estariam relativamente circunscritos.

Outra das características essenciais da ilegitimidade na Ribeira Seca assentou, como se viu, na maioria de solteiras de tipo 1, embora essa proeminência se tenha repercutido mais intensamente no primeiro e último quartel da centúria. Todavia, nas décadas de 1830 a 1850 notamos uma supremacia dos nascimentos advinda das progenitoras com compromisso definido, sobretudo as de tipo 2. Por isso, nestes três decénios o volume de nascimentos ilegítimos seria elevado, mas a sua maioria acabava por se enquadrar no matrimónio: em cada 100 crianças, 61 assistiam ao casamento das mães. Não existindo qualquer explicação directa para a supremacia de compromissos nestas décadas, as taxas brutas de nupcialidade podem justificar o comportamento. De uma média nupcial de 5,5‰ durante todo século XIX, estes decénios (1830-1850) registaram índices superiores, particularmente em 1839: mais de 7 consórcios por mil habitantes. A facilidade no acesso matrimonial pode ter reduzido o número de mães sem compromisso conhecido, aumentando, pelo contrário, aquelas que de um modo geral legitimavam os filhos.

Numa comunidade rural pobre e periférica, a maioria da população conheceu uma condição desvantajosa. Muitos possuíam terra, mas o sustento diário tinha de ser garantido por aforamentos e, para a maioria dos habitantes, pelo jornal. Por isso, a maternidade ilegítima esteve maioritariamente associada à pobreza, longe de se restringir a um grupo específico de mulheres, cujo desfavorecimento económico poderia conduzir automaticamente à ilegitimidade. Mas, o nascimento fora do matrimónio não pode ser confundido apenas com pobreza. Um significativo número de filhas de lavradores e proprietários não procriou apenas no seio matrimonial, ou seja, os estratos económicos médios registaram incidências tão altas quanto os sectores desfavorecidos.

A forma como essa ilegitimidade se processou foi, no entanto, diferente. A heterogeneidade económica caracterizou qualquer dos grupos tipológicos estudados e tanto ‘remediados’ como pobres podiam engendrar filhos, casando-se pouco depois. A principal dissemelhança parece radicar nos estratos

económicos possidentes. Frequentemente os progenitores de bastardos parecem ter posto cuidado na sua legitimação, assumindo maioritariamente o compromisso desde o momento do baptismo.

Os comportamentos ditos desviantes, não corresponderam, maioritariamente, a um não conformismo sexual. As solteiras de tipo 1 e 3 concebiam com maior precocidade, enquanto as de tipo 0 e, sobretudo as «futuras esposas» (tipo 2), aproximavam-se bastante da idade de procriação das mulheres unidas pelo matrimónio.

Após termos quantificado a ilegitimidade com base nas mães solteiras, suas reincidências, naturalidades e condições económicas, bem como procedido à análise de alguns factores limitativos do matrimónio, como a consanguinidade, procuraremos, no capítulo seguinte, analisar mais particularmente esta questão. Abandonaremos a visão tipológica da bastardia e, por isso, redutora, para nos centrarmos nas configurações familiares e nos comportamentos sociais perante o nascimento fora do matrimónio. Esta observação permitirá, então, centrar o tema em estudo na família e, conseqüentemente, aferir se existe uma camada propensa à bastardia ou, pelo contrário, uma sociedade de ilegítimos.

## CAPÍTULO 5 – A CONFIGURAÇÃO DOS AGREGADOS DOMÉSTICOS

### 5.1 – Fogo, agregado doméstico e família

O avanço da demografia histórica e da história da família têm vindo a enfatizar o agregado familiar enquanto célula de afinidades reforçadas pelo sangue mas, igualmente, o seu papel solidário envolvendo todos os residentes dentro de um determinado fogo. A família é, indiscutivelmente, um objecto polissémico, sujeito a uma multiplicidade de leituras que, em última análise, devem ser complementares.

O historiador tende a caracterizar este objecto a partir da sociedade actual, onde a ligação sanguínea entre os diversos membros parece sobrelevar-se a qualquer outro tipo de afinidades, sejam derivadas de laços de amizade ou de trabalho. Neste sentido, James Casey refere que o historiador da sociedade europeia «está mais interessado na ‘teia de parentesco’ porque, por formação e pela natureza da sua experiência, é mais propenso a definir o comportamento individual do que a procurar a sua concordância com um conjunto de normas»<sup>614</sup>. Por isso, o investigador poderá «exagerar o significado do indivíduo nas culturas do antigo regime subestimando a importância da família enquanto associação»<sup>615</sup>.

Ainda na década de 1970, época de substancial avanço na área da família, Peter Laslett advertia que uma das características da sociedade antiga europeia radicava na corporatividade social, onde os habitantes surgiam como famílias e não como indivíduos. Por isso, a casa ou família em sentido lato, correspondia ao local de trabalho, pois «os criados não eram simples benefícios adicionais da riqueza e posição»<sup>616</sup>, ocupando-se sobretudo no amanho das terras e inserindo-se muito frequentemente na residência de indivíduos humildes. A

---

<sup>614</sup> Cf. *História da Família* [...], p. 25.

<sup>615</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>616</sup> Cf. *O Mundo que Nós Perdemos*, Lisboa, Cosmos, 1975, pp. 36-37. (edição original inglesa).



família caracterizava-se, então, como unidade de produção e consumo, não sendo possível destrinçar o local de habitação do de trabalho<sup>617</sup>.

A análise baseada exclusivamente no critério de co-residência da família biológica é, assim, algo insuficiente para a caracterizar enquanto cerne das sociedades pré-industriais. O trabalho parece assumir um lugar de destaque na forma de organização doméstica, estruturando de igual forma as solidariedades e a submissão ao cabeça de casal. Por isso, Jean-Louis Flandrin assevera que «constitui um anacronismo reduzir a família de outrora ao pai, à mãe e aos filhos. Os criados faziam parte dela, todos os textos da época o testemunham»<sup>618</sup>.

O conceito de família do passado é, consequentemente, lato pressupondo os laços de parentesco, a afectividade entre residentes e a autoridade. Segundo um dicionário da língua portuguesa de inícios do século XVIII (Bluteau), família significava «as pessoas de que se compõe uma casa, pais, filhos e domésticos»<sup>619</sup>, enquanto no *Diccionario de la Lengua Castellana* de 1732, a família surge como «la gente que vive en una casa debaxo del mando del señor della [...] assi como los fijos e los servientes e otros criados, ca familia es dicha aquella en que vivem mas de dos homes al mandamiento del señor»<sup>620</sup>. Também no século XVIII o *Dictionary of the English Language*, de 1755, definia família como «those who live in the same house», pelo que Naomi Tadmor adverte que os actores históricos não definiam família exclusivamente enquanto unidade nuclear. Pelo contrário, nela se incluíam os diversos dependentes, como aprendizes, serventes e até certos parentes afastados<sup>621</sup>.

---

<sup>617</sup> *Ibidem*, p. 38.

<sup>618</sup> Cf. *Famílias. Parentesco, Casa e Sexualidade na Sociedade Antiga*, Lisboa, Estampa, 1994, p. 151.

<sup>619</sup> Cit. por Nuno Gonçalo Monteiro, «Trajectórias Sociais e Formas Familiares: O modelo de sucessão vincular» in *Família, Poderosos y Oligarquias*, ed. de Francisco Chácon Jiménez e Juan Hernández Franco, Universidad de Murcia, 2001, p. 17.

<sup>620</sup> Cit. por António Hespanha, já cit., p. 967.

<sup>621</sup> «The concept of the household-family in eighteenth-century England», *Past and Present*, nº 151, 1996, p. 112.

Na análise da família da Ribeira Seca privilegiaremos essencialmente um dos prismas de abordagem – os agregados ou grupos domésticos - ou seja as unidades de residência formados por parentes. Concordando com José Manuel Sobral, esta visão é limitada mas, «permite uma identificação a nível local de um mundo inequivocamente familiar – o delimitado pela casa onde habitam»<sup>622</sup>. De facto, as tipologias dos agregados domésticos, nomeadamente a de Laslett/Hammel, ensombrecem a realidade familiar ao tomarem em linha de conta apenas co-residência. Porém, apresentam a vantagem de serem bem delimitadas e precisas quanto ao objecto e método, viabilizando a comparação dos agregados domésticos de várias regiões ao longo da época moderna e contemporânea.

Convém, sublinhar, entretanto, que a própria visão da co-residência oferecida pelas fontes manuseadas afigura-se incompleta mas, não é, em si, unidimensional. Efectivamente, o agregado doméstico, sendo uma unidade de residência, reveste-se de contornos vastos, pois «não é só o lugar onde se reside, mas também o lugar onde se acende o lume, se cozinha e se come»<sup>623</sup>, ou seja, é também uma unidade de consumo. De igual modo e, concordando com Guilhermina Mota, os grupos domésticos são «no seu cerne ‘famílias’ – núcleos de reprodução biológica e de criação e educação dos filhos (núcleos conjugais) a que se podem juntar outros parentes, sendo também abrigo e amparo para os que não podem subsistir por si»<sup>624</sup>. Por consequência, o grupo doméstico não se afigura como «uma unidade artificial cuja análise apenas permite obter resultados estatísticos sem sentido social. Pelo contrário remete-nos para comportamentos»<sup>625</sup>.

---

<sup>622</sup> Cf. *Trajectos: o Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*, col. Análise Social, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1999, p. 147.

<sup>623</sup> Cf. Guilhermina Mota, «Estruturas Familiares no Mundo Rural. Grupos Domésticos no Bispado de Coimbra em 1801» in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXIV, Coimbra, s/d, p. 8.

<sup>624</sup> *Idem*, p.8.

<sup>625</sup> *Idem*, p.9.

Para este objectivo revela-se essencial conferir uma atenção redobrada ao manuseamento das próprias fontes eclesíásticas de que nos servimos – os róis da desobriga quaresmal. A informação demanda uma análise crítica por forma a minimizar as diversas omissões colocadas ao investigador que delas se serve enquanto documento produzido para efeitos de controle social. Todavia, alguns conceitos como «família conjugal» ou «alargada», devem ser equacionados de modo promover-se uma análise tipológica sustentada da estrutura familiar da Ribeira Seca. Para o efeito, utilizaremos numa primeira fase a tipologia proposta pelo grupo de Cambridge, de forma a contextualizar os dados respeitantes a Portugal Continental e Ilhas trazidos à luz através dessa metodologia. Depois, procuraremos debruçar-nos sobre diversas configurações domésticas decorrentes da ilegitimidade neste *microcosmos*, de forma a salientar os aspectos mais relevantes da bastardia enquanto fenómeno social. Desta análise, extensível também ao capítulo seguinte, aguardamos um conhecimento eventualmente diferenciado entre ricos e pobres. Isto é, pretendemos aferir se ambos os grupos se predispõem à ilegitimidade, ou se acabarão ambos por se enleiar involuntariamente numa realidade difícil de contrariar.

## **5.2 – A configuração doméstica segundo a tipologia de Cambridge**

Na década de 1970 o conhecido grupo de Cambridge criava uma tipologia da estrutura familiar, circunscrevendo-se fundamentalmente à análise de censos britânicos<sup>626</sup>. Reaproveitando alguns dos pressupostos fundamentais sugeridos um século antes por Frédéric Le Play<sup>627</sup>, vários historiadores e

---

<sup>626</sup> Cf. *Household and Family in Past Time*, ed. de Peter Laslett, Cambridge University Press, 1972, com particular destaque para a Introdução na qual se explicitam detalhadamente as diversas unidades familiares. (Designaremos indiferentemente tipologia de Cambridge ou de Laslett/Hammel).

<sup>627</sup> Le Play distinguia três tipos fundamentais de agregação doméstica: o tipo patriarcal, no qual os filhos casados permaneciam na casa dos pais; a «família-tronco» ou *famille souche*, caracterizada pela existência de um único filho casado no agregado paterno, e a «família instável», actualmente designada por nuclear ou simples, onde os filhos abandonavam o lar dos progenitores à medida que

antropólogos de diversos países europeus, aproveitaram agora a nova proposta britânica para classificar as configurações familiares. Esta assenta fundamentalmente na quantificação dos agregados nucleares ou simples, ou seja, os grupos domésticos originados a partir de um matrimónio: um casal com ou sem filhos ou, ainda, um viúvo ou viúva com descendência. Tal quantificação das estruturas familiares, permite, pois, aferir o grau de complexidade dos agregados de uma determinada região.

Esta tipologia designa, ainda, o número de fogos ditos ‘simples’, ou seja, os «isolados», onde um único indivíduo reside num fogo sem qualquer laço familiar, e os «não conjugais», formados por parentes não casados. Para além destas configurações simples, o grupo de Cambridge assinala as alargadas. Estas dividem-se ainda em «extensas» – unidades familiares conjugais com um ou mais parentes não filhos – e as «múltiplas» – a estrutura mais complexa, na qual residiam duas unidades familiares ligadas entre si pelo sangue ou casamento.

Os resultados do grupo de Cambridge confirmaram o claro predomínio da família nuclear, mostrando, ainda, que a família alargada era relativamente diminuta e circunscrita na Europa Ocidental<sup>628</sup>. Até aqui, admitia-se a tese de Frédéric Le Play, pela qual uma das características da vida comunitária tradicional radicava na sua estabilidade, pelo que a maior parte das famílias era de configuração troncal: o pai designava o seu herdeiro em vida, associando-o à gestão da casa, pelo que o filho casava «dentro de casa»<sup>629</sup>.

---

se iam casando. Cf. F. Le Play, *L'Organisation de la famille*, Paris, 1871, citado por Peter Burke em *Sociologia e História*, 2ª ed, Lisboa, ed. Afrontamento, 1990, (ed. original de 1980), pp.49-50.

<sup>628</sup> A tipologia de Laslett/Hammel assentou, como referido, na aferição da relação entre a família nuclear e a complexidade doméstica da família *alargada*. Assim, poderia dizer-se que a classificação inglesa é própria de uma época particular, dominada pela discussão acerca dos modelos prevalentes na Europa Ocidental.

<sup>629</sup> Sobre este assunto, veja-se Edward Shorter, *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar, 1995, pp. 29-61; Jean-Louis Flandrin, *Famílias. [...]*, pp. 61-97; Michael Anderson *Elementos para a História da Família Ocidental. 1500-1914*, Lisboa, Quercus, 1984, pp. 19-24 e Mercedes Arbaiza Vilallonga, *Familia, Trabajo e Reproducción Social. Una Perspectiva Microhistórica de la Sociedad Vizcaína a Finales del Antiguo Régimen*, col. Historia Contemporánea, Bilbao, Universidad del País Vasco, 1996, pp. 46-47.

O principal objectivo da tipologia dos agregados domésticos de Laslett/Hammel - a dicotomia entre família simples e alargada - acabou por secundarizar as demais formas familiares, facto que lhe granjeou algumas críticas. Robert Rowland nota que essa classificação se baseia «directamente na experiência inglesa, em que a forma comum de agregado doméstico é a família simples, e em que há formas ‘incompletas’»<sup>630</sup>, ou seja, não é aferido cabalmente o ciclo de vida familiar. Assim, as palavras de Peter Burke a este propósito são, igualmente, esclarecedoras: «esta definição através dos agregados é bem precisa, mas exactamente por isso tem os seus perigos».<sup>631</sup> Mas, também, Francisco Chácon Jiménez adverte que o concomitante mérito da tipologia de Laslett não dispensa uma leitura crítica e aturada dos resultados pois «sus métodos de trabajo y la renovación de sus planteamientos resultan, en su mayor parte, estériles para explicar los mecanismos de funcionamiento de las sociedades del sur de Europa»<sup>632</sup>. É que os diversos resultados provenientes da análise da configuração doméstica conduziram, na década de 1980, à definição de modelos regionais de família, designadamente a «família mediterrânica ou do Sul» e a «família atlântica (Norte Europeu)» com algumas sub-variantes locais. Daí que tal diferenciação regional enferme, várias vezes, de falta de contextualização sociológica, pois «la familia se nos presenta, por tanto, como un sistema de relacion entre práctica hereditaria y estructura de parientes que trasciende a la propia unidad familiar»<sup>633</sup>.

A proposta do grupo de Cambridge revela-se, pois, coerente para os fins que perspectivou: os arranjos domésticos assentes exclusivamente em laços biológicos. Esta definição metodológica assente em pressupostos simples e

---

<sup>630</sup> Cf. *População, Família, Sociedade. Portugal, Séculos XIX-XX*, Oeiras, Celta, 1997, p. 52. Robert Rowland foi um dos primeiros portugueses a estudar a configuração doméstica com base nas listas de ordenanças, adoptando a classificação de Laslett/Hammel. Apesar de destacar as várias potencialidades da classificação, não hesita em assinalar alguns perigos, como os enunciados.

<sup>631</sup> Cf. P. Burke, *ob. cit.*, p. 50.

<sup>632</sup> Cf. «La Familia Española: Una Historia por Hacer» in *Historia Social de la Familia Española*, pp. 20-21.

<sup>633</sup> *Ibid.*, p. 23.

claramente definidos abriu caminho a uma rápida comparabilidade das estruturas domésticas conferindo-lhe, desde cedo, um lugar único. Mas, também é claro que o investigador interessado nas questões de trabalho e sistemas de transmissão patrimonial necessita de uma classificação mais focalizada em determinados prismas, onde o ciclo de vida do agregado doméstico também forneça dados relevantes. Da mesma forma, o estudioso da ilegitimidade pretende conhecer a distribuição dos ilegítimos segundo diversas combinações possíveis de forma a caracterizar com maior propriedade o tema em análise.

### **5.2.1 – As configurações domésticas em Portugal: uma visão de síntese**

Em Portugal o início da classificação da família do passado segundo os moldes britânicos processou-se na década de 1980, multiplicando-se os estudos no decénio seguinte. A vocação dessas análises passou, essencialmente, pela quantificação dos agregados nucleares, tal como no caso inglês. Para esse efeito, os investigadores elegeram, como fonte principal, o rol da confissão, lista instituída no século XVI para efeitos da desobriga quaresmal<sup>634</sup>.

---

<sup>634</sup> Estas listas excluem os menores de 7 anos, sensivelmente até aos inícios do século XIX. Sobre este assunto veja-se, de Robert Rowland, «Sistemas Familiares e Padrões Demográficos em Portugal: Questões para uma Investigação Comparada», *Ler História*, nº 3, 1984, p.21. Para questões de método acerca do tratamento dos róis de confessados mas, também, dos mapas de ordenanças, veja-se, do mesmo autor, «Âncora e Montaria, 1827: duas freguesias do Noroeste segundo os livros de registo das companhias de ordenanças», *Studium Generale/Estudos Contemporâneos*, 2-3, 1981, pp. 199-242. Maria Norberta Amorim publicou, em 1983, o primeiro trabalho acerca da estrutura familiar com base nos róis de confessados. Cf. *Exploração de Róis de Confessados duma Paróquia de Guimarães (1734-1760)*, Braga, 1983.

**Quadro 5.1**  
**Grupos domésticos em Portugal segundo a tipologia de Cambridge**  
**(1766-1880) <sup>635</sup>**

Fonte	Localidade/Região	Distrito	Ano	Isolados	Não conj.	Simples	Extensos	Multiplos	Inclassif.	n° fogos
1	Montaria	V. Castelo	1827	11,7	0,8	71,7	7,5	8,3	0,0	120
2	Âncora	V. Castelo	1817	21,9	0,8	54,7	11,7	8,6	2,3	128
3	Mosteiro	V. Castelo	1880	12,5	8,4	62,3	12,8	2,6	1,4	416
4	Sta Eulália	V. Castelo	1850	7,0	4,8	58,8	12,3	14,2	2,4	210
5	Ronfe	Braga	1835	14,1	7,5	67,0	10,1	1,3	0,0	227
6	Urgeses (Guimarães)	Braga	1879	16,9	2,6	71,4	9,1	0,0	0,0	189
7	Cedofeita (Porto)	Porto	1847	16,2	6,1	61,4	9,9	2,0	4,4	1936
8	Árvore	Porto	1865	9,1	0,7	65,7	11,2	9,8	3,5	143
9	São Tiago de Bougado	Porto	1863	14,7	3,0	73,7	7,6	1,3	0,0	368
10	Figueira da Foz	Coimbra	1838	10,0	13,8	61,2	11,1	1,9	2,0	893
11	Bispado de Coimbra	Coimbra	1801	10,0	3,7	73,5	9,1	2,8	0,9	5300
12	Oeiras	Lisboa	1806	17,0	4,5	66,8	8,3	1,5	1,8	869
13	Salvaterra de Magos	Santarém	1788	9,1	6,4	56,3	28,2	0,0	0,0	515
14	Coruche	Santarém	1789	10,3	8,0	60,7	21,0	0,0	0,0	771
15	Samora Correia	Santarém	1790	10,6	10,6	52,8	25,9	0,0	0,0	282

<sup>635</sup> Os dados incluídos no quadro 5.1 foram retirados da síntese efectuada por Gaspar Martins Pereira, *Famílias portuguesas na viragem do século (1880-1910)*, Lisboa, Afrontamento, 1995, p. 96, com a excepção dos seguintes estudos: 1 e 2, R. Rowland, «Âncora e Montaria [...]»; 5 – Ana Scott, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social [...]*, p. 248; 19 – José Damião e outros, «População e Família de uma Vila Açoriana: As Velas da Ilha de São Jorge (1766-1799)», *Revista População e Família*, nº 4, Porto, CEPFAM, 1998, p. 76, ao que acrescentámos o rol de confissão da freguesia da Calheta de 1839 («urbana»); 20 – Paulo Lopes Matos, «A Ribeira Seca da Ilha de São Jorge (1839-1892): Estruturas sócio-económicas de uma freguesia rural», *Revista População e Sociedade*, nº 4, Porto, CEPFAM, 1998, p. 209, ao que acrescentámos os dados referentes aos róis de Norte Pequeno (1839), Urzelina (1839) e Manadas (1802); 21 - Idem, - «Santa Cruz da Ilha Graciosa (1799-1850) [...], p. 278; 23 – Maria Norberta Amorim e Alberto Correia, *ob. cit.*, p. 273; 24 – José Damião Rodrigues e Artur Madeira, «População e Família em Ponta Delgada na segunda metade de Setecentos: a freguesia de São Pedro», *Revista População e Família*, nº 2, Porto, CEPFAM, 1997, p. 217; 25 – Idem, «A Família Açoriana no Antigo Regime: O exemplo de Santa Beatriz, Quatro Ribeiras (Terceira), em 1766», *Arquipélago – Ciências Sociais*, n.º 11/12 (1998), p. 235.

**Grupos domésticos em Portugal segundo a tipologia de Cambridge  
(1766-1880)  
(Continuação)**

Fonte	Localidade/Região	Distrito	Ano	Isolados	Não conj.	Simples	Extensos	Múltiplos	Inclassif.	nº fogos
16	Ficalho (Serpa)	Beja	1839	7,7	1,3	87,2	2,6	0,0	1,3	78
17	Martinlongo	Faro	1875	12,4	2,7	80,4	2,9	0,0	0,0	628
18	Quelfes (Olhão)	Faro	1835	14,2	1,9	78,7	4,1	0,4	0,7	267
19	Ilha de S. Jorge (urb.)	A. Heroísmo	1794-1839	7,6	13,0	60,5	16,0	0,0	2,9	669
20	Ilha de S. Jorge (rural)	A. Heroísmo	1794-1839	5,7	6,1	67,9	16,6	0,7	2,7	1061
21	Ilha Graciosa (urb.)	A. Heroísmo	1839	21,9	11,4	51,4	9,2	3,5	2,5	315
22	Ilha Graciosa (rural)	A. Heroísmo	1839	14,6	2,9	63,5	10,9	1,3	1,3	384
23	Ilha do Pico (rural)	Horta	1879	10,2	8,8	64,1	9,3	7,4	0,0	333
24	Ilha de S. Miguel (urb.)	São Miguel	1772	9,9	6,1	63,4	11,1	1,0	8,5	494
25	Ilha Terceira (rural)	A. Heroísmo	1766	2,8	8,5	83,1	4,2	1,4	0,0	71
<b>TOTAL</b>				<b>12,4</b>	<b>5,6</b>	<b>65,7</b>	<b>11,6</b>	<b>3,1</b>	<b>1,6</b>	<b>16667</b>

Os resultados apresentados no quadro 5.1 respeitam a 25 áreas, totalizando mais de 100 freguesias do Continente e Açores, entre 1788 e 1880. As quase 17 mil famílias correspondem a cerca de 2% do total de fogos portugueses no período em estudo, amostra reduzida, mas suficientemente fiável se tivermos em conta a dispersão geográfica.

Segundo os dados disponíveis, a família nuclear apresenta um predomínio claro sobre as demais, sendo a categoria mais representativa em qualquer freguesia. Em termos médios representa 66% do total de fogos, registando, todavia, uma forte oscilação: apenas 51% em Santa Cruz da ilha Graciosa, enquanto na freguesia de Ficalho, em Serpa, atinge os 87%. Apesar desta flutuação a esmagadora maioria das freguesias estudadas apresenta valores superiores a 55%.



As categorias de «isolados» (família simples) e «extensos» (família complexa) são, igualmente, representativas. A primeira varia entre os 6% na zona urbana da ilha de São Jorge, e os 22%, tanto para a zona urbana da Ilha Graciosa como para Âncora, no distrito de Viana, cifrando-se a média global nos 12%. Os elevados quantitativos neste grupo, poderão, como dissemos, relacionar-se com eventuais situações de desproteção social. Assim, as freguesias de Âncora, Urgenses, Cedofeita, S. Tiago de Bougado, Quelfes (Olhão) e Santa Cruz da ilha Graciosa apresentam valores elevados para a categoria de «isolados», o que poderá corresponder a uma proporção significativa desta categoria nas zonas de feição urbana.

Os núcleos «extensos» (tipo 4) detêm um peso estatístico importante, registando um mínimo de 3% (Ficalho) e um máximo de 28% (Salvaterra de Magos), ficando-se nos 12% como resultado médio. Deste modo, é fácil constatar que os fogos «extensos» são os mais sujeitos a flutuações no espaço. Retomando-se a ideia acerca do acréscimo dos fogos «isolados» nas zonas urbanas, verificamos que estas detêm entretanto percentagens de famílias extensas inferiores à média. Neste sentido, poderia afirmar-se que nas zonas urbanas existia uma tendência para elevadas proporções de «isolados». Em contrapartida, o fraco número de famílias «extensas» traduzia uma maior instabilidade familiar, enquanto nas zonas rurais estas proporções seriam relativamente homogêneas.

Por último, considerem-se os fogos múltiplos, pouco frequentes em Portugal, confirmando, igualmente, o claro predomínio da família simples. Estas proporções variam entre a nulidade em 7 zonas do país e os 14% na freguesia de Santa Eulália em Viana do Castelo. Verificamos claramente que os maiores quantitativos destes agregados estão concentradas no Noroeste português, o que levou Robert Rowland a sugerir traços da *famille-souche* nesta área em oposição ao Sul, onde predominam as famílias simples, próprias de um sistema neo-

local<sup>636</sup>. Mas, são necessários mais alguns estudos que possam confirmar esta hipótese designada por «diferenciação regional dos modelos familiares», bem como investigações acerca da transmissão da propriedade, factor fundamental para se compreenderem as mutações familiares. Por outro lado, o estudo da família implica o estabelecimento de parâmetros acerca das zonas rurais e urbanas, tão difíceis de caracterizar ainda nos dias de hoje.

Perante os resultados comentados, merece destaque a contextualização da estrutura dos agregados domésticos da Ribeira Seca. Privilegiando-se os valores totais nacionais expressos no quadro 5.1 e antecipando-se os valores da freguesia (*vide* quadro 5.6), confirma-se a existência na Ribeira Seca de uma proporção de famílias nucleares perfeitamente enquadrada na média geral (65%). Pelo contrário, a relevância dos agregados «isolados» e «extensos», reparte-se de forma muito desigual. Os primeiros não ultrapassam os 6%, enquanto a média nacional atinge o dobro. No entanto, à reduzida percentagem de «fogos isolados» na freguesia de que tratamos, contrapõe-se um importante peso de estruturas familiares «extensas» (24%), bem superior aos 12% nacionais, talvez fruto de maior entajuda familiar e social.

No quadro estritamente insular é também possível delimitar diferenças. Na zona rural da ilha de São Jorge onde se insere a Ribeira Seca transparece uma certa homogeneidade das categorias estipuladas, mesmo que as proporções de agregados «extensos» sejam ligeiramente mais reduzidas e as de agregados nucleares mais representativas. Todavia, na zona urbana da mesma ilha (vilas de Velas e Calheta), constata-se um elevado número de famílias «não conjugais»

---

<sup>636</sup> Robert Rowland, «Sistemas [...], pp. 12-32, hipótese reforçada por Gaspar Martins Pereira, *ob. cit.*, pp. 95-96. Neo-localidade significa a fundação de novos lares pelos recém-casados em contraposição à coresidência no agregado dos pais do noivo (patrilocal) ou da noiva (matrilocal). No entanto, Fátima Brandão já questiona a hipótese deste antropólogo baseando-se nas investigações entretanto realizadas por Caroline Brettel e João de Pina Cabral. Segundo estes dois autores, a origem dos grupos domésticos complexos derivava principalmente de circunstâncias de solidariedade e acompanhamento familiar e não tanto a uma clara estratégia «de continuidade do grupo doméstico e da exploração familiar». Cf. Maria de Fátima Brandão, *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal [...]*, p. 200.

(13%), valor muito significativo, tendo presente a média total, tanto da Ribeira Seca, como do país.

Já na freguesia de Santa Cruz da ilha Graciosa e sede de concelho, que engloba uma zona urbana e outra rural, deparamos um contraste entre os dois espaços. Na vila, existe um conjunto manifestamente baixo de fogos nucleares (51%), correspondendo-lhe um elevado número de famílias «isoladas» (22%) e «não conjugais» (11%). Pelo contrário, o termo rural da paróquia poderia, aparentemente, pertencer a uma zona de características bem diferentes. O número de famílias nucleares, na ordem de 64%, já se contextualiza no cômputo nacional. No entanto, do confronto com a realidade familiar jorgense ressaltam dissemelhanças: o número de fogos «extensos» é consideravelmente inferior (11%), enquanto o de «isolados» é muito superior (15%).

Na freguesia de São João da ilha do Pico, de características rurais, poderíamos, sem exagero, designar a configuração familiar como intermédia, face às ilhas de São Jorge e Graciosa. Com efeito, enquanto o número de fogos nucleares se aproxima da média continental e insular (64%), a percentagem de agregados isolados (10%) e não conjugais (9%) é relativamente equidistante dos valores encontrados para as restantes ilhas. Em referência ao número de fogos «extensos» (9%), fica próximo da Graciosa (10%), mas distante da ilha de São Jorge (16%). Porém, São João do Pico aproxima-se marcadamente dos valores disponíveis para a paróquia de São Pedro (Ponta Delgada) da ilha de São Miguel, localidade de clara feição urbana. De facto, ambas as freguesias contêm, dentro do pequeno universo estudado, uma fortíssima proximidade em quase todas as categorias<sup>637</sup>. Estas semelhanças podem, entretanto, ser meramente fortuita dada a reduzida representatividade do universo em estudo.

---

<sup>637</sup> A freguesia de São João do Pico apresenta valores elevados de famílias «múltiplas» (7%) tanto no contexto insular como continental. Em São Pedro de Ponta Delgada não sabemos se a elevada percentagem de fogos «não classificáveis» (8,5%) poderá, eventualmente, subestimar a categoria de fogos «múltiplos».

Perante a análise comparada das estruturas familiares do Continente e de quatro ilhas do arquipélago, não se devem retirar conclusões seguras, ante a pequenez da amostra. Sublinhamos que as listas de habitantes compulsadas não expressam nem o *continuum* do ciclo familiar, nem a realidade demográfica subjacente a cada paróquia. Mas, por se sujeitarem a uma análise metodologicamente comum, podemos notar que, no indiscutível predomínio da família nuclear, esboçam-se diferenças.

Na ilha de São Jorge o número de famílias «extensas» é consideravelmente superior (16%) face às restantes e, tendo em conta a freguesia da Ribeira Seca, essa superioridade destaca-se de modo ainda mais evidente (24%). Por outro lado, os fogos «isolados» da ilha são muito menos frequentes: quase um quarto relativamente à parte urbana de Santa Cruz da Graciosa e pouco mais de metade relativamente a São João do Pico. Futuras investigações, baseadas no percurso familiar e nas especificidades demográficas trarão, seguramente, uma visão menos impressionista da configuração doméstica açoriana.

### 5.2.2 – A estrutura e a dimensão dos agregados da Ribeira Seca

Para além das diversas reservas colocadas ao nível da análise dos agregados domésticos sob o prisma da co-residência existem particularidades da fonte utilizada: os róis de confessados. É que sendo as listas da desobriga documentação de índole eclesiástica predispõem-se fundamentalmente a um controle social, podendo, consequentemente, menosprezar a organização doméstica a partir da sua chefia. Por isso, na perspectiva da Igreja, o cabeça de casal é aquele que paga o direito paroquial<sup>638</sup>, o que leva Maria Norberta Amorim a salientar que nem sempre o cabeça de casal coincide com o efectivo

---

<sup>638</sup> Em alguns róis de confissão da ilha de São Jorge, surge-nos, por vezes, a anotação da quantia paga por cada chefe de família. Veja-se, por exemplo, o «Rol do anno de 1795 das Pessoas que foram arroladas para a Quaresma em o mesmo anno nesta Vila», Arquivo Paroquial da Igreja Matriz de Velas, *Róis de Confissão*, no qual essa anotação é sistemática.

chefe de família<sup>639</sup>. Brian O'Neill também aborda esta questão ao estudar os agregados domésticos de uma freguesia com elevadas percentagens de ilegitimidade. Na sua opinião «outro pormenor problemático da nomenclatura de Laslett está ligado à definição de chefe de família. Em Fontelas, nem sempre é claro que o indivíduo exerce esta função – a própria instituição de chefe pode ser meramente nominal [...]»<sup>640</sup>.

Em última análise, o pároco poderia considerar duas unidades familiares distintas como de apenas uma só se tratasse ou vice-versa, o que conduziria a um decréscimo ou acréscimo do número de agregados múltiplos, respectivamente. Na verdade, entre 1875 e 1884 deparámos com alguns casos em que, alternadamente, uma mãe solteira ou residia no fogo contíguo ao dos pais, ou era parte integrante do núcleo formado pelos progenitores. Esta situação levou a que pontualmente se estabelecesse o confronto entre os grupos domésticos e a base de dados de famílias de forma a detectar uma eventual ocorrência destas situações. Todavia, desta acareação não resultou uma constatação inequívoca da forma como o pároco entendia o agregado doméstico. Em diversas localidades procurou-se aferir, ainda que não sistematicamente, uma eventual conexão familiar entre diversos fogos contíguos, por exemplo entre irmãos ou pais e filhos. Eis um exemplo, entre vários outros, de um conjunto de três fogos cujos chefes poderiam, aparentemente, manifestar laços de parentesco.

---

<sup>639</sup> Cf. *Francisca Catarina [...]*, pp. 272-274 e, da mesma autora, *Exploração de Róis de Confessados [...]*, já cit., p. 38 e «Família e Emigração. Um Estudo de Caso – S. João do Pico (Açores) nas duas primeiras Décadas do Século XIX» in *Sexualidade, Família e religião na Colonização do Brasil*, coord. de Maria Beatriz Nizza da Silva, Lisboa, Horizonte, p. 252-254. Também Isaías da Rosa Pereira nota que «é um problema a ter em conta e que não é fácil destrinçar», já que por «diversas informações colhidas nas visitas [...] entre 1466 e 1523, verifica-se que um fogo constituído por pai, mãe e filhos, se desdobra em dois fogos quando um dos filhos se casa e fica a viver no mesmo edifício». Cf. «Os Róis de Confessados, seu interesse histórico e alguns problemas que suscitam a sua utilização», in *Primeiras Jornadas de História Moderna. Lisboa, 16 a 19 de Outubro de 1986*, vol. I, Lisboa, Centro de Estudos da Universidade de Lisboa (Linha de História Moderna), 1986, p. 60.

<sup>640</sup> Cf. *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras. Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, col. Portugal de Perto, Lisboa, Dom Quixote, 1984, p. 418.

**Quadro 5.2**  
**Fogos 68, 69 e 70 da Canada de São Bartolomeu (rol de 1875)**

1	Apolónia Rosa	f		64	sa	Doméstica
0	Mariana	f	filha	32	sa	Doméstica
0	Maria	f	neta	11	sa	
0	Margarida	f	neta	9	sa	
0	Manuel	m	neto	7	so	
1	Bárbara Joaquina	f		60	va	Doméstica
0	Maria	f	filha	26	sa	Doméstica
0	Manuel	m	neto	4	so	
1	João António Azevedo	m		72	co	Carpinteiro
0	Joana Silveira	f	mulher	71	ca	Doméstica
0	Justina	f	filha	40	sa	Doméstica
0	Maria	f	neta	4	sa	
0	João	m	neto	1	so	

O exame dos fogos 68, 69 e 70 da Canada de São Bartolomeu poderia levantar suspeitas quanto à relação familiar entre os três fogos. Ambos denotam situações de ilegitimidade, enquanto os seus chefes e descendentes pertencem à mesma geração, o que poderia pressupor a existência de laços de parentesco. Todavia neste conjunto de fogos, como em vários outros, não foi aferida qualquer relação.

Ao invés, detectam-se com alguma regularidade fortes afinidades entre dois fogos contíguos, principalmente no que respeita a situações de ilegitimidade. Exemplifiquemos. Segundo o quadro 5.3, em 1875 residia no fogo 322 João Laureano de Sousa juntamente com os seus familiares directos e, ainda, a sogra Isabel Perpétua<sup>641</sup>. No agregado seguinte deparamo-nos com Isabel Miquelina, sua filha, uma solteira «de tipo 1» residindo com Ana e António nascidos em 1871 e 1874. Contudo, volvidos quatro anos, esta solteira já residia na localidade do Pojal, desconhecendo-se, entretanto, o paradeiro de seus pais. Já em 1884 o agregado de João Laureano de Sousa voltava a constar do rol

<sup>641</sup> Fam. 1370. Isabel Miquelina possuía a fam. 2051i desconhecendo-se a data do eventual casamento bem como o seu óbito.

incluindo-se agora seu neto António, enquanto Isabel Miquelina aparentemente já não residia na freguesia<sup>642</sup>.

**Quadro 5.3**  
**Fogos 322 e 323 em 1875 (Entre-Grutões)**

Fogo 322	João Laureano Sousa	m		56	co	Marítimo
	Rita Miquelina	f	mulher	51	ca	Doméstica
	Isabel Perpétua	f	sogra	80	sa	Doméstica
	Bárbara	f	filha	23	sa	
	João	m	filho	14	so	Trabalhador
	José	m	filho	6	so	
	Rosa	f	filha	20	sa	Doméstica
Fogo 323	Isabel Miquelina	f		25	sa	Doméstica
	Ana	f	filha	4	sa	
	António	m	filho	1	so	

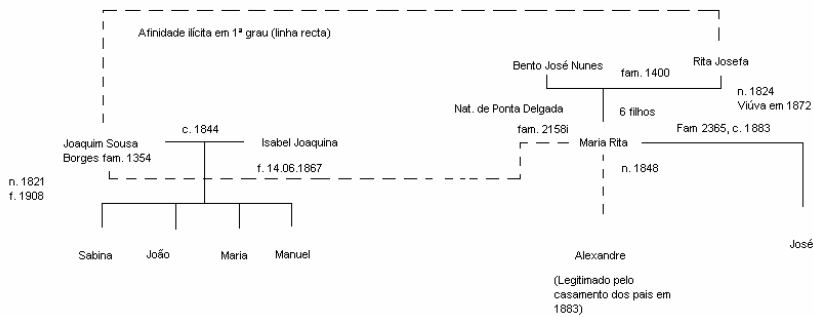
Também através do rol de 1875 verifica-se a existência de uma forte cumplicidade, desta feita entre os fogos 736 e 737, ambos do Terceiro Loural. Segundo o quadro 5.4 e figura 5.1 Rita Josefa, viúva, residia com suas filhas solteiras e, ainda com o neto Alexandre filho de Maria Rita. No fogo contíguo arrolava-se Joaquim António um viúvo que residia com seus filhos e, ainda, José seu criado. No entanto, da análise dos registos paroquiais, constata-se que o neto de Rita Josefa era, efectivamente, filho bastardo de Joaquim António de Sousa Borges

**Quadro 5.4**  
**Fogos 736 e 737 em 1875 (Terceiro Loural)**

<div style="border-left: 1px dashed black; border-right: 1px dashed black; height: 100px; position: relative;"> <div style="position: absolute; top: 0; left: 0; right: 0; height: 10px; background-color: black;"></div> </div>	Rita Josefa	f		51	va	Doméstica
	Maria	f	filha	27	sa	Doméstica
	Joaquina	f	filha	18	sa	Doméstica
	Alexandre	m	neto	1	so	
	Joaquim António	m		45	vo	Pedreiro
	Maria	f	filha	29	sa	Doméstica
	Manuel	m	filho	22	so	Camponês
	José	m		13	so	Criado

<sup>642</sup> Cf. fogo 338 (Entre-Grutões). Do fogo 341 consta um agregado formado exclusivamente por Isabel Miquelina casada com António Medeiros Ribeiro, provavelmente um micalense. Não há registo desta família biológica na base de dados sabendo-se que, pela idade declarada no rol, Isabel teria nascido em 1851, quando efectivamente foi baptizada em Março de 1848. De qualquer modo no rol de 1886, ambos os agregados mantêm-se inalterados na sua composição.

**Figura 5.1**  
**Genealogia parcial de Joaquim António de Sousa Borges**



Em 1883 Maria Rita casava-se com Joaquim Sousa Borges legitimando-se nessa altura Alexandre já que pelo seu nascimento o pai se declara como «futuro esposo». Porém, para a celebração do matrimónio foi necessária a dispensa de afinidade ilícita em primeiro grau visto este pedreiro também ter mantido relações sexuais com a sogra, Rita Josefa<sup>643</sup>. Ora, desta situação ressalta a ideia de que a efectiva separação dos agregados 736 e 737 pudesse ser meramente hipotética dado o intenso convívio entre ambos. No entanto na falta de outros elementos, nomeadamente da listagem dos números de policia ou da matriz dos prédios urbanos, não é possível aferir categoricamente se estes «fogos» se encontravam fisicamente separados.

Finalmente aluda-se a outra ocorrência novamente relacionada com situações de comprovada ilegitimidade, mesmo não existindo qualquer laço de parentesco entre os residentes de cada habitação. Segundo o rol de 1884 Jorge Silveira Sousa Forjaz<sup>644</sup>, um camponês do Morro e Gança, residia na casa 293 juntamente com sua mulher e, ainda uma «assistente» (*vide* quadro 5.5). Pela morte de sua mulher, em Janeiro de 1886, verifica-se que a assistente era filha de

<sup>643</sup> A.I.M.S.C., *Livro de Resumo de Casamentos da Parochial de San Thiago*, p. 25.

<sup>644</sup> Fam. 1541.



Maria Rita, chefe do fogo contíguo (294) pois o testamento de Umbelina Rosa determinava que:

«[...] institui como universal herdeira de tudo Maria Isabel, solteira, filha natural de Mariana Rita, neta de Micaela Rosa, a qual Maria Isabel ao momento se acha em companhia della testadora que reserva o usufructo de todos os bens para seu dito marido enquanto elle vivo for. Que a dita sua universal herdeira Maria Isabel satisfara a esmola de dez missas [...]»<sup>645</sup>.

**Quadro 5.5**  
**Fogos 293 e 294 do Morro e Gança em 1884**

Jorge Silveira Sousa Forjaz	m		57	co	Camponês	
Umbelina Rosa	f	mr	71	ca	Doméstica	
Maria (fam. 1923i)	f		17	sa	Doméstica	Assistente
Maria Rita	f		40	sa	Doméstica	
José	m	fo	4	so		

As observações apontadas levam-nos, por consequência, a colocar algumas reservas quanto à utilização da fonte sobretudo na utilização dos pressupostos de classificação propostos pelo grupo de Cambridge. E se foram descritos alguns casos específicos, oportunamente apontaremos outros tantos a propósito de uma tipologia formulada exclusivamente para os fogos com situações de ilegitimidade. De qualquer forma, e na falta de elementos mais fidedignos, ficamos com a ideia de que, a existir efectivamente uma desanexação de agregados familiares, essas ocorrências não seriam numericamente determinantes ao ponto de comprometer os resultados atingidos.

Feitas estas observações quanto aos pressupostos metodológicos da tipologia de Cambridge e fontes disponíveis para o estudo dos grupos domésticos da Ribeira Seca, apresenta-se no quadro seguinte, a estrutura familiar da Ribeira Seca, com propósitos fundamentalmente comparativos ao longo de quatro momentos distintos.

<sup>645</sup> A.R.F.C, *Liquidação do Imposto Sucessório*, proc. n.º 14 de 1885-1886.

**Quadro 5.6**  
**Estrutura familiar da freguesia da Ribeira Seca em 1839, 1875 e 1900**  
**segundo a tipologia de Cambridge<sup>646</sup>**

Designação	1839		1875		1884 a)		1900	
	Fogos	%	Fogos	%	Fogos	%	Fogos	%
<b>1 – Isolados</b>	<b>28</b>	<b>4,8</b>	<b>47</b>	<b>6,3</b>	<b>54</b>	<b>8,4</b>	<b>131</b>	<b>15,6</b>
1a – Viúvos (as)	12	2,1	19	2,5	23	3,6	52	6,2
1b – Solteiros (as)	9	1,6	28	3,7	31	4,8	75	8,9
1c – Estado civil desconhecido	7	1,2	0	0,0	0	0,0	4	0,5
<b>2 – Agregados não conjugais</b>	<b>45</b>	<b>7,8</b>	<b>43</b>	<b>5,8</b>	<b>47</b>	<b>7,3</b>	<b>55</b>	<b>6,6</b>
2a – irmãos	24	4,1	22	2,9	14	2,2	29	3,5
2b – Outros parentes	17	2,9	21	2,8	33	5,1	26	3,1
<b>3 – Agregados simples</b>	<b>365</b>	<b>62,9</b>	<b>457</b>	<b>61,2</b>	<b>380</b>	<b>59,2</b>	<b>516</b>	<b>61,5</b>
3a – Casal sem filhos (1)	51	8,8	78	10,4	58	9,0	107	12,8
3b – Casal com filhos (2)	241	41,6	281	37,6	213	33,2	291	34,7
3c – Viúvos com filhos	9	1,6	13	1,7	19	3,0	15	1,8
3d – Viúvas com filhos	34	5,9	45	6,0	49	7,6	63	7,5
3e – Solteiras com filhos	25	4,3	38	5,1	41	6,4	37	4,4
3f – Solteiros com filhos	6	1,0	2	0,3	0	0,0	3	0,4
<b>4 – Agregados extensos</b>	<b>133</b>	<b>22,9</b>	<b>190</b>	<b>25,4</b>	<b>158</b>	<b>24,6</b>	<b>126</b>	<b>15,0</b>
4a – Alargamentos ascendentes	31	5,3	47	6,3	37	5,8	20	2,4
4b – Alargamentos descendentes	72	12,4	112	15,0	93	14,5	78	9,3
4c – Alargamentos colaterais	16	2,8	14	1,9	24	3,7	23	2,7
4d – Alargamentos com combinações 4a+4c	17	2,9	12	1,6	4	0,6	5	0,6
<b>5 – Agregados múltiplos</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>5</b>	<b>0,7</b>	<b>1</b>	<b>0,2</b>	<b>4</b>	<b>0,5</b>
5a – Unidade secundária ascendente	0	0,0	1	0,1	0	0,0	0	0,0
5b – (i) Unidade secundária descendente masculina	0	0,0	3	0,4	0	0,0	4	0,5
5b – (ii) Unidade secundária descendente feminina	0	0,0	0	0,0	1	0,2	0	0,0
5c – Unidade secundária lateral	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
5d – Frèreche	0	0,0	1	0,1	0	0,0	0	0,0
5e – Outras combinações	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<b>6 – Indeterminados</b>	<b>9</b>	<b>1,6</b>	<b>5</b>	<b>0,7</b>	<b>2</b>	<b>0,3</b>	<b>7</b>	<b>0,8</b>
<b>TOTAL</b>	<b>580</b>	<b>100,0</b>	<b>747</b>	<b>100,0</b>	<b>642</b>	<b>100,0</b>	<b>839</b>	<b>100,0</b>

a) Rol incompleto. O total de fogos nesse ano ascende a 790

(1) Registámos uma união de facto em 1839, duas em 1875 e seis em 1900.

(2) Registámos duas uniões de facto com filhos em 1875 e quatro em 1900.

<sup>646</sup> Acrescentámos a categoria 3e (solteiras com filhos) e 3f (solteiros com filhos) à tipologia de Laslett.

Para a elaboração do quadro 5.6 reagruparam-se todas as famílias segundo a tipologia em causa gerando-se algumas distorções face à excessiva frequência de agregados ilegítimos. Por esse motivo, apresentaremos posteriormente uma proposta tipológica adaptada à realidade doméstica da freguesia, explicando-se, nessa ocasião, as razões e metodologia seguidas.

Tanto em 1839, como em 1875, ou 1884, não ocorreram mutações substanciais na configuração doméstica, tendo presente que esta reflecte o próprio sistema de reprodução social, uma componente estrutural de qualquer sociedade e, por isso, pouco sujeita a rápidas alterações. Tal como na maioria das freguesias estudadas a nível do Continente e ilhas, domina a família simples ou nuclear, com um peso estatístico na ordem 63% em 1839 e de 61% em 1875. Dentro deste tipo destacam-se, sem qualquer dúvida, os «casais com filhos», com 241 famílias em 1839 (42%) e 281 em 1875 (37%). Lembre-se, também, que a inclusão dos pais e mães solteiros<sup>647</sup>, cerca de 4,6% nos dois anos em apreço, acaba por empolar ligeiramente o total de fogos conjugais.

Inversamente, as restantes categorias pertencentes a núcleos simples - «isolados» e «agregados não conjugais» - não parecem englobar grande número de habitantes. Os primeiros representam cerca de 5% do total, apesar de constituídos maioritariamente por solteiros (1b). As famílias «não conjugais» são, igualmente, pouco numerosas no cômputo: 8% em 1839 e 6% em 1875, repartindo-se, sobretudo em 1875, de forma relativamente regular entre as famílias constituídas por irmãos (2a) e aquelas que reúnem outros parentes (2b).

Se é certo que as duas primeiras classes - «isolados» e «agregados não conjugais» - não assumem significativo relevo estatístico, o mesmo não acontece com as «famílias extensas», já pertencentes aos agregados complexos segundo Laslett. É importante relembrar que a inclusão de elevado número de famílias com ilegitimidade conduziu ao acréscimo deste grupo, pois, todos os fogos onde residiam ‘netos ilegítimos’ foram considerados como extensos. De facto, a média

---

<sup>647</sup> Acrescentámos a categoria 3e (solteiras com filhos) e 3f (solteiros com filhos) aos agregados conjugais seguindo o exemplo dos diversos estudos efectuados para a realidade portuguesa.

destes fogos atinge os 24%, cerca de um quarto de todas as configurações domésticas acentuando claramente a proeminência da família dita complexa face à representatividade de fogos simples (categorias 1 e 2).

Desta forma, estamos em crer na existência de uma intensa solidariedade familiar, reveladora do generalizado convívio com a bastardia<sup>648</sup>. O espírito de entreajuda destaca-se, na medida em que os parentes ascendentes (tios e pais), descendentes (sobrinhos e netos) ou colaterais (irmãos, primos e cunhados) conseguem integrar-se numa estrutura familiar que lhes é próxima no sangue. Assim, estes co-residentes incorporam-se na família original: um pai enviuvado recolhe-se a casa do filho; no extremo oposto, um neto é acolhido pelos avós.

Por último, saliente-se a quase inexistência de famílias múltiplas, aquelas onde o fogo englobava duas ou mais unidades familiares, ligadas pelo parentesco. Esta ausência poderia dever-se em parte ao pagamento dos direitos paroquiais, conforme salientámos. Porém, o agrupamento de várias famílias com netos ilegítimos, conduziu à sua inclusão nos agregados extensos e não múltiplos, na medida em que cremos que uma mulher solteira com filhos, residindo na casa paterna, não constitui uma unidade familiar perfeitamente autónoma. Pelo contrário, o ciclo de vida familiar de que oportunamente daremos destaque, leva a supor uma instabilidade do núcleo constituído por mãe e filhos, já que uma mãe solteira residente em casa dos pais várias vezes tende a casar-se; ou seja, esse recolhimento parece, em alguns casos, ser meramente transitório.

---

<sup>648</sup> Tenha-se presente que os agregados isolados e não conjugais decorrem, em vários casos, da impossibilidade de integração familiar plena. É o caso dos que vivem sozinhos («isolados»), ou de alguns indivíduos que residem com parentes («não conjugais»), supostamente pela dificuldade matrimonial. Sobre este assunto consulte-se, de José Pablo Blanco Carrasco, *Demografía, Familia y Sociedad en la Extremadura Moderna (1500-1860)*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 1999, pp. 289-290.

Este pressuposto também é partilhado por alguns investigadores portugueses ao optarem por classificar os agregados com netos como *alargados*, enquadrando as diversas situações em que maioritariamente os netos eram filhos de mães solteiras. É o caso de Caroline Brettell<sup>649</sup> e de Fátima Brandão<sup>650</sup>, que incluíram a categoria 4c – *alargamento descendente através de netos*.

Para o Norte Escocês, Andrew Blaikie estudando a configuração doméstica onde abundavam situações de ilegitimidade, optou por desdobrar os «agregados extensos» de Laslett/Hammel entre aqueles que são legítimos e os ilegítimos. Este autor entendeu caracterizar a estrutura doméstica com situações de ilegitimidade sempre a partir da tipologia de Laslett/Hammel, destrinchando os casos com bastardia dentro de cada sub-categoria<sup>651</sup>.

Porém, deve notar-se que de 1884 a 1900, ou seja em apenas dezasseis anos, a redução dos níveis de fecundidade aliada ao aumento do fenómeno da emigração, gerava alguma modificação na configuração doméstica da freguesia. Se as linhas estruturais de todo o século se mantinham em 1900, designadamente a proeminência dos agregados simples (62%) e a exiguidade dos múltiplos (0,5%) processava-se, entretanto, uma redução das famílias extensas (15%) com uma correspondência directa no incremento das isoladas (16%). A súbita redução das famílias extensas acentuou-se tanto nos agregados ascendentes 5,8 e 2,4% em 1884 e 1900, respectivamente, como nos descendentes: de 14,5 para 9% em idêntico âmbito cronológico. Em larga medida esta redução explica-se pela forte saída de indivíduos independentemente do sexo como já salientado no capítulo 3 mas, igualmente, pela redução da taxa de fecundidade ilegítima (T.F.I.) no último quartel do século XIX. E, se em 1884 esta taxa era apenas de 24,3, contra os 33,6‰ registados em 1875, verdade é que os efeitos dessa queda demoravam algum tempo a repercutir-se nas configurações alargadas. De facto, nas famílias cujos avós recepcionavam ilegítimos estes possuíam frequentemente idades até aos 10 anos, pelo que o efeito da redução da T.F.I. apenas se tornava evidente mais tardiamente.

---

<sup>649</sup> Cf. *Homens que Partem, Mulheres que Esperam*. [...], pp. 166-173.

<sup>650</sup> *Ob. cit.*, pp. 235-236.

<sup>651</sup> Cf. *Illegitimacy, Sex and Society*. [...], pp. 137-141, *maxime* p. 141.

Nos resultados da tipologia relativos a 1900 é pertinente destacar o inusitado aumento dos fogos «isolados» com uma representatividade praticamente idêntica aos «extensos». Esta ascensão já se vinha desenrolando ao longo da segunda metade Oitocentista mas tornava-se mais expressiva de 1884 (8,4%) a 1900 (15,6%), pelo que constituía um reflexo não só do envelhecimento da população, como da forte saída de gentes. Na realidade, a elevada esperança de vida associada à emigração dos sectores mais jovens impulsionava o número de fogos constituídos por população viúva: 52 fogos em 1900, dos quais 44 formados por mulheres. O mesmo sucedia às mulheres solteiras quer por força do forte celibato definitivo, como pela saída dos seus filhos bastardos, pois no último ano do século XX, dos 75 fogos de solteiros isolados, 54 (72%) continham solteiras.

Mas o rápido decréscimo dos agregados «extensos» e o concomitante aumento dos «isolados» não parece espelhar uma menor fragilidade familiar mas, tão só, o reflexo dos fortes movimentos migratórios que, como vimos, eram protagonizados por ambos os sexos e, muito frequentemente, num âmbito familiar. Assim demonstra-se pelo quadro 5.7 a progressiva redução da frequência de indivíduos por fogo e correspondente baixa do índice de concentração, ou seja, do número de efectivos por agregado.

**Quadro 5.7**  
**Dimensão dos agregados domésticos em 1839, 1875 e 1900<sup>652</sup>**

Residentes	1839						1875					
	A	%	B	%	A+B	A+B(%)	A	%	B	%	A+B	A+B(%)
1	17	3,2	0	0,0	17	2,9	40	5,8	0	0,0	40	5,4
2	83	15,6	4	8,3	87	15,0	118	17,2	9	15,3	127	17,0
3	101	19,0	5	10,4	106	18,3	142	20,6	11	18,6	153	20,5
4	86	16,2	7	14,6	93	16,0	112	16,3	16	27,1	128	17,1
5	89	16,7	9	18,8	98	16,9	94	13,7	10	16,9	104	13,9
6	70	13,2	6	12,5	76	13,1	71	10,3	7	11,9	78	10,4
7	43	8,1	10	20,8	53	9,1	52	7,6	2	3,4	54	7,2
8	23	4,3	1	2,1	24	4,1	29	4,2	2	3,4	31	4,1
9	12	2,3	2	4,2	14	2,4	19	2,8	0	0,0	19	2,5
10	5	0,9	1	2,1	6	1,0	5	0,7	0	0,0	5	0,7
11	1	0,2	0	0,0	1	0,2	6	0,9	2	3,4	8	1,1
12	1	0,2	1	2,1	2	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
13	1	0,2	1	2,1	2	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
14	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
15	0	0,0	1	2,1	1	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>532</b>	<b>100,0</b>	<b>48</b>	<b>100,0</b>	<b>580</b>	<b>100,0</b>	<b>688</b>	<b>100,0</b>	<b>59</b>	<b>100,0</b>	<b>747</b>	<b>100,0</b>

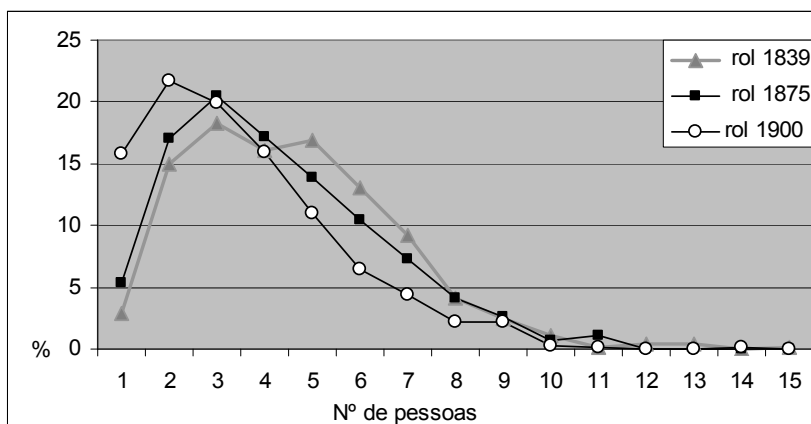
Residentes	1900					
	A	%	B	%	A+B	A+B(%)
1	132	16,5	0	0,0	132	15,7
2	176	22,0	6	15,4	182	21,7
3	157	19,6	10	25,6	167	19,9
4	125	15,6	9	23,1	134	16,0
5	86	10,8	6	15,4	92	11,0
6	51	6,4	3	7,7	54	6,4
7	34	4,3	3	7,7	37	4,4
8	18	2,3	0	0,0	18	2,1
9	17	2,1	2	5,1	19	2,3
10	2	0,3	0	0,0	2	0,2
11	1	0,1	0	0,0	1	0,1
12	0	0,0	0	0,0	0	0,0
13	0	0,0	0	0,0	0	0,0
14	1	0,1	0	0,0	1	0,1
15	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>800</b>	<b>100,0</b>	<b>39</b>	<b>100,0</b>	<b>839</b>	<b>100,0</b>

Se nos ativermos aos agregados formados por parentes ou assistentes verifica-se que, nas três observações, a esmagadora maioria dos fogos engloba cinco indivíduos: 71, 74 e 85% em 1839, 1875 e 1900, respectivamente. Em 1839 nota-se, ainda, uma diminuta representatividade dos agregados com apenas um indivíduo (3,2%) ao mesmo tempo que a frequência de agregados entre 2 a 5

<sup>652</sup> A – fogos formados por parentes e/ou assistentes; B – fogos onde se incluem criados.

peças regista poucas oscilações. Se esta realidade ainda é bem patente em 1875, já no último ano do século os fogos formados por um só indivíduo ganham um peso desmesurado (15,7%). Ao mesmo tempo escasseiam, em 1900, as unidades familiares médias (6 indivíduos) pois apenas representavam 6,4% das observações, enquanto em 1832 essa percentagem ascendia a 13%.

**Gráfico 5.1**  
**Frequência relativa da dimensão dos agregados domésticos formados por parentes em 1839, 1875 e 1900**



A diminuição do número de indivíduos por fogo torna-se bem evidente pelo gráfico 5.1, sobretudo pela alteração da frequência modal: em 1839 e 1875 situava-se em três pessoas com 19 e 20,6%, respectivamente, enquanto em 1900 a maior incidência percentual incidia nas famílias com dois membros: 22%. Por outro lado neste último ano a evolução da curva de frequência regista uma quebra contínua e acentuada a partir dos agregados com dois indivíduos atestando, inequivocamente, a forte diminuição do quantitativo de pessoas por fogo.



### **5.3 - As configurações domésticas com situações de ilegitimidade: uma proposta tipológica**

Como temos vindo a referir, a proposta de Cambridge formula-se basicamente a partir do núcleo conjugal. Embora útil, este prisma de abordagem revela-se insuficiente para a intelecção da pluralidade de formas assumida pela família. Com efeito, saber se a maior parte da população de uma freguesia está, ou não, inclusa na categoria de agregados nucleares poderá ser relevante quando não existem elevados índices de bastardia. Mas o que fazer, quando o nascimento ilegítimo não é a excepção?

Tanto o elevado número de famílias com ilegítimos, como a diversidade de situações possíveis conduzem a uma certa inoperância da proposta de Cambridge, mesmo incluindo-se as mães solteiras, ao ponto desta não abarcar de modo adequado essa mesma diversidade. Aliás, Brian O' Neill, no seu estudo pioneiro sobre uma comunidade com intensidade de nascimentos ilegítimos, salientava esta dificuldade:

«Qualquer número de fogos, em qualquer data fornecida pelos róis de confessados, serviria para pôr em causa todo o sistema de diagramas de casas desenvolvido por Laslett, particularmente no que respeita à definição de 'grupos conjugais' e ilegitimidade; uma aplicação rígida a esta aldeia de termos como agregado familiar simples só geraria uma maior desordem analítica [...] Ou seja, os fogos desta povoação revelam precisamente aquelas estruturas familiares que Laslett e os outros autores [...] tentaram relegar para uma posição teórica menos proeminente»<sup>653</sup>.

Na realidade, o significativo universo de configurações domésticas com bastardia – cerca de 22 e 15% do total 1875 e 1900, respectivamente – requer uma análise atenta e vocacionada para os diversos arranjos domésticos praticados na Ribeira Seca. Deste modo, atrevemo-nos a propor uma tipologia exclusivamente elaborada para fogos com situações de ilegitimidade, que

---

<sup>653</sup> *Ob. cit.*, p. 378.

designamos por *configurações familiares com situações de ilegitimidade*, sem qualquer pretensão de ser incluída como categoria autónoma na de Cambridge.

Esclareça-se, igualmente, a limitação desta proposta. É formulada a partir dos dados da Ribeira Seca e depois validada para algumas freguesias jorgenses: Calheta e Norte Pequeno e, ainda, para a paróquia de Santa Cruz da ilha Graciosa<sup>654</sup>. Assim, a fiabilidade desta tipologia transpõe o nível estritamente local, mas não o regional. Por isso, esta terá sempre de ser confrontada com maior volume de dados. Ao mesmo tempo, o prisma de abordagem das mesmas categorias deverá constituir objecto de uma discussão mais ampla.

Antes de se explicitarem as diversas categorias que compõem a tipologia e os motivos conducentes à sua classificação, existem dois aspectos que, não sendo aflorados, podem gerar alguns equívocos na metodologia proposta. Referimo-nos concretamente às uniões consensuais e aos fogos cuja ilegitimidade se restringe ao pessoal assistente de alguns agregados.

Seria quase ingénuo pressupor-se a não existência de fogos resultantes da co-residência marital de homens e mulheres não casados entre si. No capítulo anterior mostrou-se que perto de 400 casais com ilegítimos acabaram por contrair matrimónio. Viveriam todos os progenitores em casa dos pais? Existindo já filhos ilegítimos, seriam estranhos esses ajuntamentos?

Apesar do intenso convívio social com a bastardia, dispomos de alguns elementos que nos levam a sugerir que as uniões de facto, certamente existentes, não seriam, contudo, a regra. Em todas as listas consultadas o padre nunca anotou esse desvio, embora soubesse certamente delimitar as ocorrências. Os róis de confessados constituíam, como dissemos, uma forma de controle social, pelo que o redactor não deve ser apontado como pouco rigoroso sempre que a informação possa parecer dúbia. O pároco conhecia, melhor do que ninguém, o

---

<sup>654</sup> A escolha da vila de Santa Cruz da Graciosa ficou a dever-se aos elevados níveis de ilegitimidade consubstanciados pelos registos paroquiais, bem como à abundância de fogos com situações de bastardia.

estado das almas e, por essa razão, julgamos não necessitar de adicionar observações. Existe, todavia, um elemento fundamental para sustentar o juízo que emitimos.

As *Notas Estatísticas da População*<sup>655</sup>, elaboradas entre 1872 e 1913, contêm uma coluna designada por «moralidade dos fregueses», na qual foram registados os indivíduos que viviam «escandalosamente amancebados». Por esta referência verificamos que entre 1872 e 1896 o número médio de pessoas coabitando maritalmente não excedeu os 2 casos anuais, quantitativo irrelevante. De 1896 a 1913, a frequência cresce (5,4 por ano), embora continue a ser deveras reduzida no conjunto. Perante estes dados, compreendemos que o clero não necessitasse de referenciar os rebeldes: a pouca frequência dos ajuntamentos efectivos permitiria, decerto, a memorização por parte do pastor.

Por este motivo, *a tipologia das configurações familiares com situações de ilegitimidade* parte do pressuposto que, uma mãe solteira residindo com os filhos não coabita com o seu companheiro, o que não significa, porém, estarem ausentes algumas características de conjugalidade<sup>656</sup>. O mesmo se dirá para as solteiras com filhos que partilham o lar dos pais (4b na tipologia de Laslett). Como sustentámos atrás, o progenitor não é acolhido nessa unidade de residência, pelo que não há, aparentemente, razão para designarmos um segundo núcleo com mães solteiras e respectivos filhos<sup>657</sup>.

De facto, entendemos destacar a pertinência do amancebamento, mesmo que numa perspectiva meramente metodológica. Numa freguesia com cerca de 750 fogos em 1875 é natural que algumas famílias suscitem desconfianças. Nestas situações optamos apenas por classificar as uniões consensuais evidentes,

---

<sup>655</sup> A.P.I.S.T., *Notas Estatísticas da População* [...].

<sup>656</sup> Alguns autores de estudos vocacionados para o estudo do nascimento fora do matrimónio depararam-se com situações frequentes de amancebamento ou união consensual. Cf. Brian O'Neill, *ob. cit.* e Isabel Marçano, *Filhos Ilegítimos em Santa Rita. Subsídio para o estudo da reprodução celibatária ou no concubinato numa aldeia rural alentejana*, Lisboa, 1995 (dissertação de mestrado policopiada).

<sup>657</sup> Teremos oportunidade de verificar que os fogos alargados com situações de ilegitimidade, correspondem a um ciclo de vida familiar efémero: os netos residem em casa dos avós até ao casamento dos pais.

sempre com recurso à base de dados de famílias e posteriores róis de confissão<sup>658</sup>.

Noutros casos de suposta coabitação de indivíduos solteiros certificámo-nos da inexistência biológica (tanto quanto possível) de descendência, pelo que não incluímos estes agregados em qualquer categoria de união consensual. Aliás, deve salientar-se a dificuldade classificativa destas ocorrências. Em nosso entender, só a comunidade saberia o laço existente num determinado fogo, sendo pouco estimulante qualquer suposição. Veja-se o seguinte exemplo.

Em 1900, o fogo 184 incluía Gaspar Silva casado e natural da Ribeira Seca, o qual residia com Maria Silveira Anjos da Silva no estado de solteira. Neste fogo são ainda anotados uma filha, Maria, uma assistente e três criados. Aparentemente tratava-se de uma união informal de Gaspar Silva, um emigrante de sucesso<sup>659</sup>.

Mas as informações sobre este opulento emigrante confirmam não estar amancebado aos olhos do presente. Em 1868 casava-se religiosamente com D. Maria da Glória Silva, em Honolulu, divorciando-se em 1895. Maria Silveira Anjos da Silva seria, efectivamente, a sua nova mulher desde 1896, data em que foi contraído o casamento civil nessa cidade. Por este motivo só a partir da 1910, com a implantação da República, este casal foi automaticamente legitimado, mas os seus filhos só o seriam dois anos mais tarde por Gaspar Silva e Maria dos Anjos serem parentes<sup>660</sup>.

Para a classificação dos fogos com ilegitimidade requer-se, ainda, uma atenção redobrada com o pessoal doméstico, questão também intimamente relacionada com a anterior, isto é, criados e, eventualmente, os assistentes. Em 1875 encontram-se 84 criados distribuídos por 61 fogos, 15 dos quais reunindo pessoal doméstico com suspeita de ilegitimidade. Referimo-nos, por isso, à

---

<sup>658</sup> Ou seja, os fogos em que os progenitores residiam no mesmo fogo com filhos ou, não constando descendência ilegítima no rol, vieram a possuí-la.

<sup>659</sup> José Cândido Avellar em *ob. cit.*, p. 97 referia-se assim a G. Silva: «E sem querer melindrar a modestia do sr. Gaspar Silva, da freguesia da Ribeira Secca, a sua fortuna calculada em mais de 100 contos de reis, adquirida por seu honrado trabalho nas ilhas de Sandwich, d'onde ultimamente regressou e de que dispõe largamente em actos de assignalada philantropia, caridade e beneficencia». De facto, a memória deste emigrante ainda está bem presente na freguesia.

<sup>660</sup> Por este motivo os filhos de Gaspar Silva e de D. Maria Silveira Anjos da Silva já nascidos nos Açores - Maria, Emília e Gaspar - foram baptizados por filhos ilegítimos. Informações biográficas coligidas por Fernando Gaspar Luís Silva em *Os Gaspares Silva. Memória de Raízes e Percursos Familiares*, Ponta Delgada, Instituto Açoriano de Cultura, 2001, p. 17.

existência de criadas solteiras residindo com os seus filhos nas casas dos senhores<sup>661</sup>. Mas é difícil ensaiar uma barreira entre a co-residência marital e o serviço prestado pelas domésticas. A análise comparativa do fogo 860 com as respectivas famílias biológicas assim o demonstra.

**Quadro 5.8**  
**O agregado doméstico de Bárbara Joaquina**

Fogo 100, Travessas (1875)					
Bárbara Joaquina	f		68	va	Ocupante doméstica
Maria	f	filha	41	sa	Ocupante doméstica
Francisco Teixeira Martinho	m	filho	36	so	Carpinteiro
Isabel Emilia	f		33	sa	Assistente
Rosa	f		12	sa	Assistente

Da análise deste fogo verificamos que Bárbara Joaquina, viúva e cabeça de casal, residia com dois filhos e ainda com outras tantas assistentes: Isabel Emília e Rosa. Imediatamente se podem retirar duas ilações. Pela idade atribuída no rol, a assistente Rosa podia ser filha de Isabel Emília; por outro lado, será que o carpinteiro Francisco Martinho mantinha cumplicidades com a assistente mais velha? De facto a família 1815i vem confirmar as duas suspeitas: Francisco Martinho e Isabel Emília foram os pais de Rosa, nascida em Março de 1863<sup>662</sup>. Em 1879 o pároco já anota este casal e sua descendência, como residente no fogo 103<sup>663</sup>, embora permanecessem no estado de solteiros até ao rol de 1880<sup>664</sup>.

<sup>661</sup> Alguns dos possuidores de criados encontram-se no topo da hierarquia social. Por exemplo, em 1875, encontramos o padre António Cabral Medeiros (f. 169) e os grandes proprietários como António Cândido da Silveira (f. 6), António Pereira Lacerda (f. 14), João Caetano de Sousa e António Pereira da Cunha (f. 21), todos residentes na área 1 – a Ribeira Seca propriamente dita.

<sup>662</sup> Fam. 3139. Dentro do matrimónio em 7/4/1879 já não viriam mais filhos.

<sup>663</sup> Contíguo ao fogo da mãe e irmã de Francisco (102).

<sup>664</sup> O pároco redigiu o rol de 1879 antes do casamento, celebrado em princípios de Abril. Talvez por essa razão já destrinçasse o fogo de novo casal. No entanto no extracto final refere-se à data de 27 de Julho, pelo que nessa data a «realidade doméstica» já estava desactualizada. Só em 1880 encontramos Francisco e Isabel Emília com o estado de casados.

Noutro caso, algo semelhante, constatámos a evolução do fogo 171 da Ribeira Acima, no qual reside um familiar do chefe de família com futura ligação a assistente. Vejamos o seu percurso.

**Quadro 5.9**  
**Agregado familiar de Manuel Machado Luís**

<b>Fogo 171, Ribeira Acima (1875)</b>					
Miguel Faustino	m		68	solteiro	Camponês
Isabel Silveira	f		35	solteira	Assistente
Manuel Machado Luís	m	[sobrinho]	30	solteiro	Marítimo
<b>Fogo 146, Caminho Novo (1879)</b>					
Manuel Machado Luís			34	so	Marítimo
Miguel Faustino		tio	84	so	Camponês
Isabel Silveira			39	sa	Oc. doméstica
<b>Fogo 151, Caminho Novo (1884)</b>					
Manuel Machado Luís	m		38	so	Marítimo
Isabel Silveira	f		43	so	Oc. doméstica
Manuel	m	filho	4	sa	

Em 1875, o fogo chefiado por Miguel Faustino incluía uma assistente e, ainda, o seu sobrinho Manuel Machado Luís. Volvidos quatro anos estes co-residentes instalavam-se noutro fogo – algo pouco comum – no Caminho Novo. A chefia transferia-se agora para Manuel Machado Luís, enquanto Isabel Silveira já não era arrolada como assistente. De facto, da análise dos registos paroquiais confirma-se a relação entre ambos. Em 1872, Manuel Machado Luís declarava-se futuro esposo de Isabel aquando do nascimento da primeira filha, Maria<sup>665</sup>. O segundo filho, Manuel, nascia em 1884, aparecendo naturalmente como filho de Manuel Machado Luís, embora seus pais viessem a consorciar-se dois anos mais tarde, em 1886, após dispensa por motivo de consanguinidade<sup>666</sup>.

Os exemplos mencionados servem para sublinhar a extrema cautela exigida a este tipo de investigações e a necessidade do cruzamento de

<sup>665</sup> Cf. fam. 2078i/3174. Maria falecia no ano seguinte.

<sup>666</sup> Cf. Fam. 3174. Os nubentes foram dispensados do 4º grau de consanguinidade, legitimando nessa altura Manuel. Dentro do matrimónio já não vieram frutos, dada a idade de Isabel.

informação. Após a análise de todos os agregados com domésticos optámos, consequentemente, por incluir todos os que denunciavam ilegitimidade. Todavia, sempre que apurada uma ligação directa entre família nuclear e domésticas, classificaremos estes fogos como uniões consensuais.

**Quadro 5.10**  
**Tipologia das configurações domésticas com situações de ilegitimidade e eventual correspondência na tipologia de Cambridge**

<b>Configurações familiares ilegítimas</b>	<b>Correspondência na tipologia de Cambridge</b>
<b>1 - Famílias simples</b>	
1a - Mães solteiras	3e
1b- Pais solteiros	3f
1c – Uniões consensuais com filhos	3b
1d - Irmãos com alargamento descendente	2b
<b>2 - Famílias alargadas</b>	
2a <sub>1</sub> - Família alargada completa com descendência	4b
2a <sub>2</sub> - Família alargada incompleta com descendência	4b
2b– Famílias alargadas (outras combinações)	4a-4c
2c – Avós solteiras com filhos e netos	4b
<b>3 - Famílias de pessoal doméstico</b>	
3a – Unidade familiar não identificada	-
3b – Unidade familiar identificada	-

O principal intuito desta proposta não radica no conhecimento da estrutura doméstica em função da conjugalidade, mas no tipo de acolhimento familiar proporcionado à maternidade fora do matrimónio. Neste, as configurações familiares com situações de ilegitimidade, referidas no quadro 5.10, são constituídas por três sub-grupos distintos.

No primeiro – famílias simples – englobam-se todos os grupos nos quais as mulheres solteiras não são acolhidas pelos seus progenitores: as «mães solteiras» residindo apenas com os seus filhos (1a), os «pais solteiros» (1b) e «uniões consensuais com filhos» (1c), onde se concentra perto do total de fogos

com bastardos da categoria *famílias simples*. Na sub-categoria 1d - «irmãos com alargamento descendente» - consideramos as famílias frequentemente compostas por irmãos solteiros com os respectivos filhos. Aqui, o chefe de família é, quase sempre, uma mulher podendo residir com os filhos mas, também, com os sobrinhos ilegítimos.

Cabe equacionar a questão da conjugalidade de um agregado doméstico constituído pela mãe solteira com seus filhos (1a), ou mesmo de fogos com pais solteiros, ou até de irmãos também celibatários. A fraca ou quase nula frequência de uniões consensuais e o ciclo de vida familiar da maioria destes fogos, levam-nos a afirmar que estes agregados não correspondem exactamente à nuclearidade definida por Laslett que exige indiscutivelmente matrimónio. Todavia, na maioria dos casos, estes fogos parecem corresponder a um estágio anterior ao casamento, pois não assumem ainda um papel claro de permanência e de estratégia para a sobrevivência do agregado. Na realidade, a análise das «ilegitimidades» levou-nos a concluir que as mães solteiras estão predispostas ao matrimónio, instituição normativa da família que parece não ser contrariada. Aliás, o próprio acompanhamento das mães solteiras (1a), o sub-grupo mais representativo, afigura-se assaz descontínuo, pois boa parte das progenitoras ausentou-se da paróquia ou viria a consorciar-se.

Noutra via de abordagem, é pertinente colocar-se a questão das afectividades familiares alicerçadas pelos laços biológicos. Do ponto de vista sociológico a relação estabelecida entre uma mãe solteira e um filho tem vindo a ser enfatizada como característica de conjugalidade - lembremo-nos do crescimento exponencial de famílias monoparentais da sociedade actual - mesmo que este conceito se afaste em muito do subscrito pelo grupo de Cambridge. Ora, também considerando-se como *transitórios* alguns dos agregados de mães e pais solteiros, isto é, não estabelecidos por opção própria de sobrevivência, mas vocacionados para o casamento, julgamos poderem ser classificados como conjugais.



O segundo sub-grupo da estrutura familiar que propomos toma a designação de «agregados alargados», termo idêntico à tipologia de Laslett (tipo 4). De facto, a única diferença face à proposta inglesa, reside na forma (legítima/ilegítima) de alargamento face à família nuclear. Assim, consideram-se todos os parentes, sejam eles ascendentes, descendentes ou colaterais, na qualidade de ilegítimos. Deste modo, os «agregados alargados» da tipologia *configurações familiares com situações de ilegitimidade* correspondem, grosso modo, a um desdobramento dos agregados alargados propostos por Laslett.

Na sub-categoria 2a<sub>1</sub> – «Família alargada completa com descendência» – englobam-se os núcleos conjugais (marido, mulher e filhos) nos quais a terceira geração é ilegítima (netos ou sobrinhos). Note-se, porém, que os pais ou mães solteiros – segunda geração - poderão não residir nesse fogo<sup>667</sup>. A sub-categoria 2a<sub>2</sub> – «família alargada incompleta com descendência» – apenas difere da anterior no núcleo conjugal. O cabeça de casal é um viúvo ou viúva, isto é, continua presente a conjugalidade de Laslett, embora incompleta pela morte do cônjuge.

O sub-grupo designado por «outras combinações» (2b) - respeita a qualquer outro arranjo familiar alargada ao núcleo conjugal, pois os sub-grupos 2a<sub>1</sub> e 2a<sub>2</sub>, apenas contemplam parentes ilegítimos descendentes. Aparentemente, as «outras combinações» são polémicas ao contemplar um vasto leque de situações tanto no parentesco como na ilegitimidade mas, face à sua ínfima representatividade, entendemos não as desenvolver.

O fundamento da última sub-categoria – «avós solteiras com filhos solteiros e netos» (2c) – reside na indicação directa da reincidência ao nível da geração, pois reúne duas gerações persistentes na maternidade fora do casamento. É conveniente destacar a peculiaridade classificativa das «avós solteiras com filhos e netos». Em nossa opinião, este sub-grupo aproxima-se dos agregados «extensos» e «múltiplos» da tipologia de Cambridge. No entanto,

---

<sup>667</sup> Registaram-se 4 ocorrências em 1832 e 1839, 5 em 1875, 8 em 1884 e 6 em 1900.

decorrem algumas incongruências provenientes dessa transposição. Existiriam, então, três hipóteses defensáveis para o efeito. Se pretendessemos englobar este sub-grupo nos agregados «múltiplos» (tipo 5, Laslett), o primeiro núcleo seria constituído pela avó e, o outro, pela mãe solteira com o seu filho. Isto conduziria a uma incompatibilidade, pois a avó solteira funcionaria como um elemento virtual, já que no grupo 5 não se prevêem núcleos com um único parente. A segunda hipótese poderia recair nos agregados «extensos» (tipo 4, Laslett), onde filha e neto funcionariam como uma extensão descendente ao núcleo. Porém, a categoria 4 exige um laço conjugal pleno: a avó teria de ser viúva. A terceira e derradeira solução seria de extremos: se o fogo não é contemplado nas categorias 4 e 5 seria, então, designado como «inclassificável» (tipo 6, Laslett), absolutamente contrário aos objectivos pretendidos.

Esgotadas que estão as possibilidades de um enquadramento pleno das «avós solteiras com filhas e netos» na tipologia de Laslett, optámos pela correspondência com a categoria 4b, alternativa porventura menos controversa. De facto, a situação de uma avó solteira poderá equiparar-se à de uma viúva, mesmo que não possamos supor uma nuclearidade baseada no matrimónio de uma mulher solteira com netos. A esperança de matrimónio é concerteza reduzida – não impossível – pelo que não se poderá sustentar a existência de uma situação «pré-conjugal». Todavia, é legítimo supor uma conjugalidade da filha solteira em relação à sua mãe igualmente celibatária. Esse laço manifesta-se na medida em que a chefe de família parece assumir um papel claro na estratégia de sobrevivência do lar: a possibilidade de vir a herdar é reduzida pelo que, do ponto de vista teórico, a chefe já adquiriu uma lógica de autarcia. Neste quadro, o acolhimento proporcionado à mulher solteira pela progenitora – o fundamento desta tipologia – parece ser tão eficaz quanto o oferecido por um casal ou viúvo(a).

Por último, considerámos as «famílias de pessoal doméstico», ou seja, os grupos formados por um ou mais parentes que agregavam simultaneamente

uma unidade familiar de pessoal doméstico (criados ou assistentes). Estas famílias, apesar da sua fraca dimensão estatística, exigem ser evidenciadas. Com efeito, a tipologia de Cambridge não salvaguarda semelhantes ocorrências na medida em que o pessoal doméstico subordinado ao chefe de família não é considerado para efeitos classificativos.

As «famílias de pessoal doméstico» dividem-se em duas sub-categorias, consoante a validação ou não da relação familiar estabelecida no seio dos domésticos. Assim, na «unidade familiar não identificada» (3a), incluem-se os agregados em que é muito provável existir uma relação de parentesco entre os criados mas onde, em última análise, não foi possível aferir objectivamente essa correspondência. Trata-se, pois, de uma suspeita que, mesmo assim, merece ser realçada.

As «unidades familiares identificadas» contemplam, é certo, os fogos em que os registos paroquiais confirmaram o parentesco entre os criados. Ora, se alicerçássemos toda a análise nos róis de confissão, estaríamos, sem dúvida, perante dois núcleos familiares distintos contabilizados pelo pároco como apenas um fogo. Todavia, foram detectadas situações em que um dos indivíduos do núcleo de parentes «nucleares» estava envolvido com uma das criadas como, aliás, já salientámos através dos quadros 5.8 e 5.9. Sempre que tal ocorreu, classificámos estes fogos como uniões consensuais (1c), ignorando-se o restante núcleo de parentes, caso existisse, pois ocupamo-nos agora exclusivamente dos agregados com situações de ilegitimidade. Na tipologia de Cambridge incluímos na categoria 5 («famílias múltiplas») os fogos em que estavam perfeitamente delineados dois núcleos – um de parentes e outro de domésticos, onde o filho do cabeça de casal mantinha aparentemente uma união consensual com a criada ou assistente e seus filhos. Vejamos um destes casos.

**Quadro 5.11**  
**Agregado de Matias Machado de Sousa<sup>668</sup>**

<b>Fogo 649, Fajã dos Vimes (1875)</b>						
Matias Machado de Sousa	f		78	co	Proprietário	1º núcleo
Rosa de Jesus	f	mulher	69	ca	Ocupante	
António	m	filho	28	so	Camponês	2º núcleo
Maria Carolina	f		38	sa	Assistente	
João	m		5	so		

Feitas estas diversas considerações metodológicas acerca dos propósitos de uma tipologia centrada na configuração familiar dos ilegítimos e suas categorias, atente-se aos resultados expressos no quadro seguinte.

**Quadro 5.12**  
**Configurações familiares com situações de ilegitimidade**  
**(Ribeira Seca 1839, 1875, 1884 e 1900)**

Designação	1839		1875		1884		1900	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>1 – Agregados simples</b>	<b>41</b>	<b>39,0</b>	<b>54</b>	<b>32,5</b>	<b>61</b>	<b>47,3</b>	<b>58</b>	<b>47,2</b>
1a – Mães solteiras	25	23,8	38	22,9	41	31,8	37	30,1
1b – Pais solteiros	6	5,7	2	1,2	0	0,0	3	2,4
1c – Uniões consensuais com filhos	2	1,9	2	1,2	6	4,7	4	3,3
1d – Irmãos com alargamento descendente	8	7,6	12	7,2	14	10,9	14	11,4
<b>2 – Agregados alargados</b>	<b>57</b>	<b>54,3</b>	<b>97</b>	<b>58,4</b>	<b>61</b>	<b>47,3</b>	<b>59</b>	<b>48,0</b>
2a <sub>1</sub> – Família alargada completa com descendência	23	21,9	40	24,1	19	14,7	28	22,8
2a <sub>2</sub> – Família alargada incompleta com descendência	28	26,7	46	27,7	30	23,3	18	14,6
2b – Famílias alargadas (outras combinações)	3	2,9	5	3,0	6	4,7	5	4,1
2c – Avós solteiras com filhos e netos	3	2,9	6	3,6	6	4,7	8	6,5
<b>3 – Famílias de pessoal doméstico</b>	<b>7</b>	<b>6,7</b>	<b>15</b>	<b>9,0</b>	<b>7</b>	<b>5,4</b>	<b>6</b>	<b>4,9</b>
3a – Unidade familiar não identificada	6	5,7	10	6,0	3	2,3	3	2,4
3b – Unidade familiar identificada	1	1,0	5	3,0	4	3,1	3	2,4
<b>TOTAL DE FOGOS COM ILEGITIMIDADE</b>	<b>105</b>	<b>100,0</b>	<b>166</b>	<b>100,0</b>	<b>129</b>	<b>100,0</b>	<b>123</b>	<b>100,0</b>
<b>TOTAL DE FOGOS</b>	<b>580</b>		<b>747</b>		<b>642</b>		<b>839</b>	
<b>% ILEGÍTIMOS</b>	<b>18,1</b>		<b>22,2</b>		<b>20,1</b>		<b>14,7</b>	

<sup>668</sup> A análise dos registos paroquiais confirmaria a ligação entre Antonio Matias Machado e Maria Carolina com três filhos nascidos até à elaboração do rol de 1875 (cf. fam. 2069i). Casariam logo em 1876, gerando dois filhos dentro do matrimónio (cf. fam. 2233).

A ilegitimidade doméstica mensurável pela tipologia proposta aproxima-se dos 18% em 1839, enquanto em 1875 já atingia os 22%. No final do século os fogos com ilegitimidade figuram mais reduzidos particularmente em 1900, como reflexo directo da queda da taxa de fecundidade ilegítima. Nos 36 anos que medeiam os dois primeiros róis de confissão estudados notamos um crescimento muito moderado das configurações ilegítimas. De facto, as percentagens de ilegitimidade repercutem-se genericamente nas configurações domésticas durante todo o século XIX, abrangendo de forma directa cerca de 18,5% das famílias residentes.

Segundo a classificação seguida e tendo presente, numa primeira fase, a realidade doméstica em 1839 e 1875, constata-se que as «famílias simples» foram menos representativas, isto é, em 1839 correspondiam a 38% do total, enquanto em 1875 esse peso era ligeiramente mais reduzido (32,5%). Inversamente, os «agregados alargados», resultantes da extensão do núcleo conjugal aos netos ilegítimos, assumem-se como a forma de enquadramento mais vulgarizada: 54% em 1839 e 58% em 1875. Perante a repartição percentual entre os dois grupos, evidencia-se a vulgarização dos comportamentos ‘desviantes’, quase sinónimo da não estigmatização dos ilegítimos: a maior parte das mães solteiras está, ainda, enquadrada no seio da sua família de origem.

Dentro dos «agregados simples», representando cerca de um quarto das configurações familiares com bastardia, saliente-se a proeminência das mães solteiras. Privilegiando-se o rol de confissão de 1875, encontram-se 38 mães solteiras residindo com os respectivos filhos. Estas mulheres são, na sua esmagadora maioria, pobres e quase todas reincidentes. Enquanto a média de filhos por fogo no ano de 1875 ronda os 1,9, sabemos que as mesmas mães atingiram os 3,9 filhos durante todo o seu período fértil<sup>669</sup>. Tendo presente a

---

<sup>669</sup> O total de filhos residindo no fogo é sempre inferior ao total de filhos contabilizados na ficha de família. Esta diferença explica-se porque, em 1875, algumas mulheres não tinham ainda terminado o seu ciclo fértil, enquanto o confronto entre a ficha de família das mães solteiras e respectivo fogo até 1875 mostra que alguns filhos não residem com a progenitora.

reincidência média de todas as progenitoras solteiras contabilizadas (c. 43% - média tipos 0 e 1), depara-se-nos a especificidade destas mães solteiras: pobreza e reincidência generalizada, ou seja, um aparente sub-grupo dentro da sociedade de ilegítimos.

Nas restantes sub-categorias dos «agregados simples», saliente-se a sua escassa representatividade. Os pais solteiros foram mais frequentes em 1839 (6%), período que coincidia com idades ao casamento menos elevadas, pelo que seis deles assumiam a criação dos filhos antes da celebração do matrimónio. Já em 1875, apenas existiam dois homens nestas condições, embora ambos viessem a assumir oficialmente a paternidade dos seus filhos.

No que respeita às uniões consensuais, registaram-se duas ocorrências em 1839. Uma delas, a de João Pereira Soares, merece ser evidenciada. Em 1839 este solteiro de 46 anos residia na companhia de seu pai, de um sobrinho, e ainda de uma escrava. Esta, Rosa Luísa Genoveva era natural do Brasil, e gerava Francisco e Genoveva, nascidos em 1833 e 1835, respectivamente. A paternidade destes viria a ser assumida por João Pereira Soares só em 1854, através de uma perfilhação constante dos assentos de baptismo<sup>670</sup>. Através do rol de 1875, existem, igualmente, duas uniões de facto: a de Vitorino José Sousa com Maria da Glória e a de Vitorino José Azevedo com Maria Brígida. Em ambos os casos estas relações seriam formalizadas por vias distintas. Na primeira, Vitorino Sousa não se consorciava com Maria da Glória que morreria solteira, mas assumia-se como seu futuro esposo aquando do baptismo de seus filhos. Já Vitorino de Azevedo celebrava bem mais tarde o matrimónio com

---

<sup>670</sup> Cf. fogo 159 (1839) e família 1093i. cremos que João Pereira Soares seria um pequeno lavrador, pois o seu património ascendia a quase um conto de réis. Falecia em 04.04.1865 testando a favor de seus filhos naturais, bem como de Rosa Luísa Genoveva a quem atribuíra a terça (306 mil réis já deduzidas as despesas do legado pio). No entanto a mãe de seus filhos naturais era tida por «sua criada». Cf. A.R.F.C., *Liquidação do Imposto Sucessório*, proc. 15 de 1865.

Maria Brígida, apesar de não ter reconhecido a paternidade no registo de seus filhos<sup>671</sup>.

O número de «irmãos com alargamento descendente» (1d) manteve-se praticamente constante nas duas observações (c. 7%), sendo estes fogos maioritariamente chefiados por mulheres (c. 67%), nos quais se denota igualmente a pobreza e reincidência. Nos 12 agregados existentes em 1875, as referências profissionais respeitam a trabalhadores, camponeses e marítimos e, no caso das chefes de família, todas elas são «ocupantes domésticas», à exceção de uma fiadeira e uma servente.

Relativamente aos «agregados alargados», constata-se, como referimos, a sua indiscutível representatividade adentro das configurações familiares ilegítimas. Em primeiro lugar o destaque estatístico destas configurações só se torna possível graças à elevada esperança de vida à nascença. Com efeito, os «agregados alargados» em sentido lato, isto é na tipologia de Laslett, implicam a coexistência de três gerações. Assim, e recorrendo-se ao total de fogos da freguesia em 1875, das 190 famílias com alargamento, 112 contêm três gerações, ao que devemos ainda adicionar as 6 famílias de avós solteiras com filhos e netos. Em síntese, 16% das famílias da Ribeira Seca são constituídas por avós que convivem com os netos<sup>672</sup>. Neste sentido existe, indiscutivelmente, uma clara complexidade da configuração doméstica na freguesia em estudo.

Uma segunda observação deve ser formulada para os «agregados alargados» com situações de ilegitimidade. As sub-categorias 2a<sub>1</sub> e 2a<sub>2</sub> aproximam-se da categoria 4b de Laslett («agregados com extensão descendente»), como explicámos atrás. Todavia, entendemos destrinçar a família completa (2a<sub>1</sub>) da família incompleta (2a<sub>2</sub>), segundo a presença ou ausência de

---

<sup>671</sup> Vitorino José Azevedo consorciava-se em 1888 não gerando filhos dentro do matrimónio (cf. fam. 3185). Relativamente a Vitorino José Sousa apenas conhecemos a sua família ilegítima com Maria da Glória (cf. fam. 1734i).

<sup>672</sup> Em 1875, 156 fregueses constam no rol da confissão como netos, repartindo-se sexualmente de forma equitativa: 76 raparigas e 80 rapazes. A sua idade média é de 8,6 anos, embora 32% fossem «maiores de confissão» isto é, com idade superior a 12 anos.

ambos os avós. Assim, das 51 famílias alargadas com ilegitimidade apenas no sentido descendente em 1839, 45% contêm ambos os avós, enquanto as famílias 2a<sub>2</sub> são ligeiramente superiores – 55%. Em 1875, esta percentagem mantinha-se quase inalterada entre as categorias 2a<sub>1</sub> e 2a<sub>2</sub> com 46% e 54%, respectivamente<sup>673</sup>.

Sabendo-se que os sub-grupos 2a<sub>1</sub> e 2a<sub>2</sub> são meras oscilações dos «agregados alargados descendentes» (4b - Laslett), pois a única diferença radica na legitimidade ou não dos co-residentes da terceira geração, verificamos algo de muito pertinente. Das 112 famílias alargadas aos descendentes no ano de 1875, 91, ou seja, 81%, contêm situações de ilegitimidade. Tanto em 1839 como em 1875, estas englobam mais de metade das configurações ilegítimas, ao mesmo tempo que constituem a esmagadora maioria dos alargamentos descendentes em sentido lato. Perante isto, não temos dúvidas em sublinhar uma solidariedade social ilustrada pelo frequente acolhimento dos ilegítimos pelos seus avós. Veremos, ainda, que todos os estratos sociais aceitam na família as relações fora do consórcio, facto pelo qual sustentamos a vulgarização do nascimento fora do matrimónio enquanto realidade social.

A última sub-categoria - «avós solteiras com filhos e netos» (2c) - que consideramos pertencer a um sector muito específico da ilegitimidade, apresenta uma representatividade ínfima: c. 3,5%. As seis chefes de família existentes em 1875 possuem uma idade média de 68 anos. Uma análise às famílias biológicas que compõem estes fogos vem sugerir uma leitura prudente acerca da persistência na bastardia. Se atentarmos na idade média ao nascimento do primeiro filho na primeira geração, verificamos que as avós davam à luz aos 28,4 anos, enquanto as suas filhas faziam-no aos 31 anos, pelo que julgamos existir um retardamento na concepção ilegítima<sup>674</sup>. Por outro lado, nem todas as filhas se circunscreviam ao celibato. A título de exemplo, veja-se o fogo 68 do rol de

---

<sup>673</sup> Dentro da sub-categoria 2a<sub>2</sub> encontramos maior predominância de viúvas: 68,4% tendo em conta as duas observações.

<sup>674</sup> Lembre-se que a idade média ao primeiro casamento (geral) era de 29 anos para o sexo feminino.



confessados de 1875. A chefe de família residia com uma das filhas, Mariana, e com os seus três netos. Através do encadeamento genealógico, verifica-se que dos seus cinco filhos, apenas Maria e Mariana enveredavam pela ilegitimidade, embora Maria acabasse por contrair matrimónio.

Resta-nos, por fim, abordar as «famílias de pessoal doméstico». Em 1839, observam-se 6 agregados sem que se pudesse estabelecer uma ligação concreta de parentesco entre os domésticos («unidade familiar não identificada» - 3a). No mesmo ano existia, porém, uma «unidade familiar identificada» (3b). Era esta da assistente Justina Rosa com 38 anos residindo com seus filhos na casa de Manuel Morais, indivíduo casado com 73 anos<sup>675</sup>. Em 1875, as «unidades familiares não identificadas» ascendem a 10, enquanto as identificadas totalizam 5 agregados de domésticos residindo na casa de seus patrões. Já em 1884 e 1900 a representatividade desta categoria figurava muito reduzida com apenas 7 e 6 unidades familiares, respectivamente

Apesar da incerteza em torno das unidades familiares não identificadas, convém realçar a relação de solidariedade familiar estabelecida entre os membros do agregado nuclear de parentes que acolhem outro grupo igualmente nuclear de domésticos. É, aliás, com base neste pressuposto que estabelecemos uma relação próxima entre as «famílias alargadas» e as «famílias de pessoal doméstico»: existe um vínculo afectivo, não biológico. A este propósito Ramón Lanza García comenta que «en cierto sentido, el servicio doméstico contribuía a que la sociedad encontrara un medio de equilibrio a través de la movilidad descendente de una parte de sus familias»<sup>676</sup>.

Mas se os resultados das configurações domésticas com situações de bastardia se revelam bastante próximos entre 1839 e 1875, nomeadamente pela supremacia dos «agregados alargados» (c. 56%) face aos «simples» (36%), pelos

---

<sup>675</sup> Aparentemente poderia tratar-se de um união consensual. No entanto o rol de 1832 mostra que o chefe de família reside com sua esposa, enquanto Justina Rosa já possui descendência ilegítima (cf. fogo 502).

<sup>676</sup> Cf. *Población y Familia Campesina en el Antiguo Regimen. Liébana, siglos XVI-XIX*, Universidad de Cantabria, 1998, p. 136.

róis de 1884 e 1900 notamos uma situação de pleno equilíbrio entre ambas as categorias. De facto no final do século o quantitativo de agregados simples aumenta fundamentalmente graças à categoria 1a (mães solteiras) que agora ascende a 31% enquanto em 1839 e 1875 essa representatividade se situava nos 23% e, em menor escala, graças ao incremento dos fogos formados por irmãos.

Pelo contrário, no que concerne aos agregados alargados nota-se uma forte diminuição num curto espaço de tempo. No entanto esse decréscimo oscilou fortemente entre as categorias 2a<sub>1</sub> e 2a<sub>2</sub> ressaltando, apesar de tudo, uma quebra muito significativa nas famílias alargadas incompletas (2a<sub>2</sub>): de 28% em 1875 para 15% em 1900. Tal diminuição fará com que, pela primeira vez, no último ano do século a maioria dos netos acolhidos em agregados conviva com ambos os avós. Se tal realidade poderá aparentar alguma estranheza dado o aumento da percentagem de população viúva deverá contrapor-se a redução da idade média ao nascimento do primeiro filho nas solteiras de tipos 2 e 3 o que modestamente poderá ter contribuído para tal e, por outro lado, o próprio aumento da longevidade da população.

Relacionando-se agora a categoria de cada mãe solteira (tipos 0, 1, 2 e 3) com o agregado em que a mesma se integra é possível - ainda que através de uma análise transversal - apreender de modo mais eficaz a eventual socialização da ilegitimidade na freguesia. Para este efeito, dos fogos com comprovadas situações de ilegitimidade, tentou-se identificar qual o número de família da progenitora de cada ilegítimo e daqui indagar acerca do seu posterior destino (tipos 0, 1, 2 e 3). Para este efeito utilizou-se apenas o rol de 1875 de forma a vislumbrar-se qual a distribuição tipológica no momento de maior percentagem de bastardia na paróquia.

**Quadro 5.13**  
**Distribuição das mulheres solteiras segundo a tipologia de ilegitimidade**  
**pelas configurações domésticas (1875)**

Configuração doméstica	Tipo 0	Id. Média	Tipo 1	Id. Média	Tipo 2	Id. Média	Tipo 3	Id. Média	TOTAL GERAL
1a – Mães solteiras	15	46,8	10	36,0	0	-	3	35,8	28
1c – Uniões consensuais com filhos	0	-	0	-	0	-	2	53,0	2
1d – Irmãos com alargamento descendente	3	39,7	0	-	0	-	0	-	3
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>33</b>
2a <sub>1</sub> – Família alargada completa com descendência	13	31,7	8	29,7	5	29,8	4	31,0	30
2a <sub>2</sub> – Família alargada incompleta com descendência	8	34,1	3	33,3	6	30,1	3	32,5	20
2b – Famílias alargadas (outras combinações)	1	20,0	0	-	0	-	0	-	1
2c – Avós solteiras com filhos e netos	3	34,0	2	31,5	1	33,0	0	-	6
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>		<b>13</b>		<b>12</b>		<b>7</b>		<b>57</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>43</b>		<b>23</b>		<b>12</b>		<b>12</b>		<b>90</b>

Da análise do quadro 5.13 ressaltam três vectores essenciais na distribuição das mães solteiras segundo a categoria dos agregados. Em primeiro lugar avultam as solteiras ao óbito (tipo 0) apesar do seu volume apenas ter ascendido a 147 entre 1800 e 1910. Pelo contrário as solteiras de tipo 1 identificadas em 1875 são muito pouco representativas face ao seu total global (347), o que não será de estranhar dado o elevado de grau de mobilidade que as caracteriza. Aliás, recordem-se as sérias dificuldades no acompanhamento destas solteiras ao longo dos róis de confessados visto 13% serem oriundas de outras paróquias, bem como pela precocidade na sua saída da freguesia. As solteiras de tipos 2 e 3 residentes em 1875 detêm uma representação mais modesta, mas algo proporcional ao seu quantitativo global (225 e 154, respectivamente). Se atendermos à rapidez no casamento das solteiras de tipo 2 após o nascimento do

último bastardo (em regra menos de cinco anos) é natural que praticamente todas tenham recebido acolhimento na casa paterna. Já das solteiras de tipo 3, demorando em média mais de dez anos a contrair matrimônio, boa parte delas (5, ou seja, 42%) residia autonomamente visto os seus progenitores serem já falecidos.

Em segundo lugar as famílias alargadas (2a e 2b) ou compostas por avós celibatárias (2c) acolhem a maioria das solteiras (63%) apesar do seu posterior destino, isto é, genericamente se contraem ou não casamento. Tal realidade parece testemunhar a ampla recepção das filhas independentemente da sua futura condição civil o que, entretanto, se torna bastante evidente no caso das progenitoras solteiras ao óbito.

Finalmente, independentemente da tipologia das mães enquadradas nos agregados simples (1a–1d), verifica-se que estas possuem idades médias indiscutivelmente mais elevadas face às suas congêneres residentes no seio de agregados alargados. Tal realidade parece tipificar um ciclo de vida familiar no qual, em regra, as mães solteiras apenas residiam autónoma e individualmente sempre que se encontravam em idade avançada e, consequentemente, quando pelo menos um dos seus progenitores já havia falecido.

Com efeito, das 33 mulheres residentes em agregados simples, apenas 7 (21% do total) possuíam menos de 32 anos em 1875. Destas encontram-se apenas três solteiras com óbito conhecido. No primeiro caso arrolava-se no fogo 644 Bárbara Vieira Jesus, filha de um pescador e mãe de três filhos entre 1866 e 1878<sup>677</sup>. No entanto seus pais ainda eram vivos residindo no fogo 628 da fajã dos Vimes. Outra mulher, Maria Isabel Augusta fora mãe de 11 filhos de 1865 a 1890; sua mãe, também solteira, ainda era viva tendo gerado cinco ilegítimos<sup>678</sup>. Em 1875 Maria Isabel Augusta residia no fogo 148 do Caminho Novo com seus cinco descendentes ignorando-se, entretanto, o paradeiro de sua mãe apesar de

---

<sup>677</sup> Fam. 1903i, descendente da 1215.

<sup>678</sup> Maria Isabel Augusta formara a fam. 1953i falecendo em 1925, sendo originária da fam. 1339i (Isabel Joaquina Azevedo).

vir a falecer na freguesia em Setembro de 1887. Finalmente, em 1875, Ana Delfina de Azevedo residia no fogo 103 (Travessas) com Manuel (n. 1866) e Maria (n. 1872) tendo gerado doze filhos de 1866 a 1894. Sua mãe, Maria Silveira Azevedo, fora solteira de tipo 3 consorciando-se em 1843 com um calhetense, daí não constar nos róis da desobriga.

Das solteiras de tipo 1 (sem casamento ou óbito conhecido) apenas encontramos Ana Silveira Flores e Maria Silveira do Espírito Santo. A primeira dera à luz com 30 anos procriando quatro crianças entre 1872 e 1881 e emigrava individualmente para os Estados Unidos da América em 1903, sendo sua mãe falecida já em 1851<sup>679</sup>. Maria Silveira do Espírito Santo concebera muito precocemente seu único filho Daniel, em 1874, aos 23 anos<sup>680</sup>. Seus pais, António Silveira Pereira, marítimo natural das Manadas, e Maria Silveira Jesus ainda era vivos residindo no fogo 678 da fajã dos Bodes enquanto sua filha se fixara na casa 669 da mesma fajã. Já em 1879 Maria do Espírito Santo não se encontra na freguesia enquanto seu filho Daniel era acolhido na qualidade de «assistente» pela família de António Machado Sousa (fogo 508), também residente na fajã dos Bodes.

Finalmente, das únicas mães solteiras de tipo 3, isto é, cujo posterior marido não se declarara como pai dos bastardos, encontram-se duas mulheres com menos de 32 anos em 1875. Na primeira situação Mariana Luísa Silveira tivera três filhos entre 1873 e 1882 vivendo, em 1875, com Germano. Seu pai Francisco Silveira Gregório, camponês, ainda residia no fogo 241 próximo, pois, do de sua filha moradora na habitação 243. Entretanto Mariana Luísa casava-se em 1885 com Manuel Faustino Dias, trabalhador, dois anos antes de falecer (03.08.1887). Outra solteira de tipo 3 - Isabel Luísa, criada - filha de uma mãe solteira natural do Topo, tivera seu primeiro filho Manuel aos 26 anos,

---

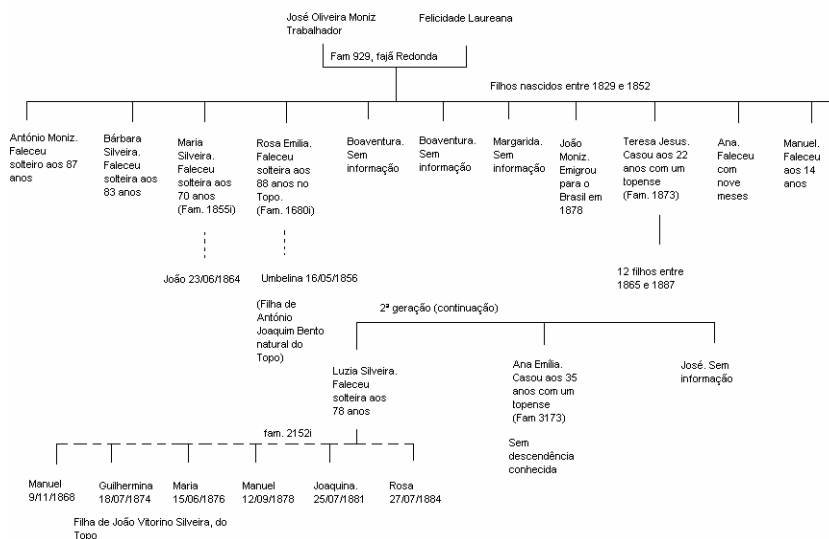
<sup>679</sup> Ana Silveira Flores (fam. 2072i) era originária da fam. 1158. Segundo o inventário orfanológico ordenado por morte de sua mãe, em 1851, o casal possuía apenas 68 mil réis de património. Desconhece-se a data de óbito de seu pai, Estácio José Silveira Flores nascido em 1810, pelo que poderá ter emigrado.

<sup>680</sup> Fam. 2161i originária da fam. 1601.

concebendo ainda José (1875) e António (1880)<sup>681</sup>. Desconhecendo-se a data de seu eventual casamento sabe-se que o pai de um dos seus filhos, Jorge Machado Homem era, também, criado.

As diversas situações mencionadas parecem confirmar a tendência das mães solteiras para a formação de fogos isolados sempre que seus pais já se encontram falecidos. Todavia, há que destacar a forte insuficiência económica destas mulheres na medida em que, dos casos aludidos, todas eram descendentes de trabalhadores, camponeses ou marítimos. Mas o inverso nem sempre é verdadeiro, daí detectar-se com bastante frequência o acolhimento de celibatárias em casa de seus pais até idades muito avançadas. Aliás, da análise quadro 5.13, avultam as solteiras ao óbito residentes na casa paterna o que em algumas situações conduzia à existência de netos provenientes de duas ou mais filhas. Registem-se a este propósito dois exemplos elucidativos, entre vários outros.

**Figura 5.2**  
**Descendência de José Oliveira Moniz, camponês da fajã Redonda**



<sup>681</sup> Fam. 2086i oriunda da 1291i. Pressupomos tratar-se de uma solteira de tipo 3 embora não se localize a data de casamento. Eventualmente poderá ter-se realizado no Topo, freguesia de residência da mãe de Isabel Luisa.

Dos catorze filhos de José Oliveira Moniz casado em 1828 com Felicidade Laureana, cinco não possuem informação adicional ao baptismo sabendo-se, entretanto, que João Moniz emigrara em 1878 talvez como os demais irmãos. Excluindo-se Ana e Manuel, ambos falecidos precocemente, restavam sete descendentes dos quais apenas Teresa e Luzia enveredavam pelo matrimónio, ambas com homens naturais do Topo. Dos cinco irmãos celibatários - quatro mulheres e um homem - três das quatro irmãs procriavam fora do matrimónio tendo falecido solteiras em avançada idade.

**Quadro 5.14**  
**Evolução do agregado de José Oliveira Moniz (1875-1900)**

<b>Rol de 1875, fogo 537</b>					
José Oliveira Moniz	m		72	co	Camponês
Felicidade Laureana	f	mulher	68	ca	Doméstica
António	m	filho	46	so	Trabalhador
Bárbara	f	filha	43	sa	Doméstica
Maria (solt 0) 1855i	f	filha	43	sa	Doméstica
Luzia (solt 0) 2125i	f	filha	28	sa	Doméstica
Ana (3173)	f	filha	25	sa	Doméstica
João o1855i	m	neto	12	so	
Manuel o2152i	m	neto	7	so	
Ana o1873	f	neta	4	sa	
<b>Rol de 1879, fogos 722 e 723</b>					
José Oliveira Moniz	m		76	co	Camponês
Felicidade Laureana	f	mulher	72	ca	Doméstica
António	m	filho	50	so	Trabalhador
Bárbara	f	filha	49	sa	Doméstica
Maria (solt 0) 1855i	f	filha	47	sa	Doméstica
Ana (3173)	f	filha	29	sa	Doméstica
João o1855i	m	neto	16	So	Trabalhador
Manuel o2152i	m	neto	11	so	Trabalhador
Ana o1873	f	neta	8	sa	
Luzia Laureana (solt 0)2152i			32	sa	Doméstica
Maria o2152i		filha	3	sa	
Manuel o2152i		filho	1	so	
<b>Rol de 1884, fogos 737 e 738</b>					
José Oliveira Moniz	m		81	co	Camponês
Felicidade Laureana	f	mulher	77	ca	Doméstica
António	m	filho	55	so	Trabalhador
Bárbara	f	filha	54	sa	Doméstica
Maria (solt 0) 1855i	f	filha	52	sa	Doméstica

**Evolução do agregado de José Oliveira Moniz (1875-1900)**  
**(Continuação)**

Ana (3173)	f	filha	34	sa	Doméstica
João o1855i	m	neto	21	so	Trabalhador
Manuel o2152i	m	neto	16	so	Trabalhador
Ana o1873	f	neta	13	sa	Doméstica
Luzia Laureana (solt 0)2151i	f		37	sa	Doméstica
Maria o2152i	f	fa	8	sa	Doméstica
Joaquina o2151	f	fa	3	sa	
<b>Rol de 1890, fogo 795</b>					
José Oliveira Moniz	m		87	co	Camponês
Felicidade Laureana	f	mulher	83	ca	«Enferma»
António	m	filho	61	so	Trabalhador
Bárbara	f	filha	60	sa	Doméstica
Maria (solt 0) 1855i	f	filha	58	sa	Doméstica
José o1873	m	neto	15	so	Trabalhador
<b>Rol de 1895, fogo 791</b>					
José Oliveira Moniz	m		91	vo	Camponês
António	m	filho	65	so	Trabalhador
Bárbara	f	filha	64	sa	Doméstica
Maria (solt 0) 1855i	f	filha	62	sa	Doméstica
José o1873	m	neto	18	so	Trabalhador
<b>Rol de 1900, fogo 782</b>					
António d'Oliveira Moniz	m		70	so	Camponês
Bárbara	f	irmã	69	sa	Doméstica
Maria (solt 0) 1855i	f	irmã	66	sa	Doméstica

Analisando-se pelo quadro acima a evolução do agregado doméstico de José Oliveira Moniz entre 1875 e 1900 verifica-se o amplo acolhimento de seus netos. De facto, a única filha solteira não averbada no agregado paterno é Rosa Emília nascida em 1834 e mãe de Umbelina em 1856. Em 1875 José Moniz acolhia netos das suas três filhas, enquanto Ana, curiosamente, era descendente legítima de Teresa Jesus que nessa altura residia na localidade contígua, a fajã do Sanguinhal. Já em 1879 e 1884 encontramos Luzia Laureana (solteira de tipo 0) no fogo contíguo o que, mais uma vez, nos conduz a suspeitar da efectiva separação anotada pelo pároco. Ao mesmo tempo a co-residência de Manuel filho de Luzia na casa dos avós aparenta ser singular. Eventualmente sendo o filho mais velho desta solteira poderia contribuir para a lavoura da casa deixando sua mãe mais liberta para os cuidados a prestar a seus irmãos mais novos. Já na



década de 1890 deixamos de observar a família de Luzia bem como a presença de Manuel, ignorando-se igualmente o local de residência desta família na freguesia. No entanto na composição do agregado de José Moniz em 1890 e 1895 consta outro neto, José, outro filho legítimo de Teresa de Jesus residente no Sanguinhal. Mas no ano de 1895 estava prestes a transferir-se a chefia do fogo. José Moniz já se encontrava viúvo e em avançada idade, mas ainda era chefe do agregado acolhendo seus filhos celibatários. Falecia nesse mesmo ano em Fevereiro, assumindo António Moniz a liderança do agregado e, eventualmente, de parte do património da família pois passava a ser arrolado como camponês.

Um outro exemplo acerca do acolhimento prestado aos netos ilegítimos recai, igualmente, sobre outra família conhecedora da bastardia em larga escala: a de Vitorino Pereira Mendonça. Porém, se nos descendentes de José Oliveira Moniz a ilegitimidade fora protagonizada exclusivamente por solteiras falecidas ao óbito, na deste camponês assistia-se a uma maior capacidade matrimonial. Observe-se a figura 5.3 e respectiva sequência do agregado.



**Quadro 5.15**  
**Evolução do agregado de Vitorino Machado Pereira Mendonça**

<b>Rol de 1875, fogo 77</b>					
Vitorino Machado Mendonça	m		67	co	Camponês
Bárbara de Jesus	f	mulher	62	ca	Doméstica
Ana (fam. 1996i/2310)	f	filha	28	ca	Doméstica
Rosa (fam. 2321i/3220)	f	filha	26	ca	Doméstica
António o1996i	m	neto	6	so	
Maria o1992i	f	neta	3	sa	
<b>Rol de 1879, fogo 80</b>					
Vitorino Machado Mendonça	m		71	co	Camponês
Bárbara de Jesus	f	mr	66	ca	Doméstica
Ana (fam. 1996i/2310)	f	fa	32	sa	Doméstica
Rosa (fam. 2321i/3220)	f	fa	30	sa	Doméstica
António o1996i	m	neto	10	so	Trabalhador
Maria o1996i	f	neta	2	sa	
<b>Rol de 1884, fogo 81</b>					
Vitorino Machado Mendonça	m		75	co	Lavrador
Bárbara de Jesus	f	mr	70	ca	Doméstica
Rosa (fam. 2321i/3220)	f	fa	33	sa	Doméstica
<b>Rol de 1890, fogo 88</b>					
Vitorino Machado Mendonça	m		81	co	Lavrador
Bárbara de Jesus	f	mulher	76	ca	Doméstica
Rosa (fam. 2421i/3220)	f	filha	39	sa	Doméstica
António o1996i	m	neto	4	so	
<b>Rol de 1895, fogo 87</b>					
Vitorino Machado Mendonça	m		86	co	Lavrador
Bárbara de Jesus	f	mulher	81	ca	Doméstica
Rosa (fam. 2421i/3220)	f	Filha	44	sa	Doméstica
António o2421	m	neto	9	so	
<b>Rol de 1900, fogo 89</b>					
Bárbara de Jesus	f		86	va	Doméstica

Tomando em consideração a sequência do fogo de Vitorino Machado Mendonça em seis momentos repara-se no acolhimento de netos de 1875 a 1895. No primeiro ano Ana e Rosa residiam neste agregado bem como António, filho da primeira. Maria com apenas três anos também vivia com os avós enquanto sua mãe, Isabel Nunes, permanecia na vizinhança pois era «assistente» tal como sua filha Maria no fogo 80. Ainda no ano de 1875 Maria da Conceição (fam. 1935i/3143) havia-se fixado autonomamente na habitação 77, também próxima do agregado paterno, juntamente com seus dois filhos.

No ano de 1879 vislumbram-se poucas alterações pois Vitorino Mendonça continuava a conviver com suas duas filhas. No entanto ambos os netos eram descendentes de Ana, pois Maria filha de Isabel Nunes já constava do fogo 83 (António José Silva e Mariana Emilia), onde sua mãe era «assistente». Nesse ano a outra mãe solteira – Maria da Conceição – continuava a residir exclusivamente com seus filhos, João, Manuel e Maria, no fogo 77. Já em 1884 as duas filhas de Vitorino Mendonça haviam-se casado. Maria Conceição era agora mulher de Manuel Sousa Arruda natural de Água de Pau (São Miguel) que se fixara na habitação da consorte (fogo 77) juntamente com seus enteados. A outra filha do casal, Ana Mendonça, casara-se em 1880 com um lavrador, António Faustino Amaral, passando a residir desde essa data na Rua de Baixo (fogo 6). Todavia a última filha do casal, Rosa Mendonça, gerava seu primeiro ilegítimo, António, em 1886. Por esta razão encontramos-la em 1890 e 1895 na habitação de seus pais juntamente com o filho pois só se casava em 1899 com João Silveira Mendonça, um calhetense. Assim em 1900 ambos ocupavam o fogo 90 (Canada de São Bartolomeu) enquanto no agregado de Vitorino Machado Mendonça apenas residia Bárbara de Jesus, sua viúva, com 86 anos.

Da análise desta família e respectivo agregado doméstico ressalta, pois, o forte acolhimento dos netos por parte dos avós. Ademais, a permanência de Ana e Rosa junto de seus pais poderá dever-se à precocidade na maternidade ilegítima: 23 e 18 anos, respectivamente. Pelo contrário, suas irmãs Isabel e Maria conceberam mais tardiamente, a primeira aos 26 e a outra aos 29. Talvez por esta razão tenham desde cedo abandonado o agregado paterno fixando-se em habitações muito próximas. Aliás, como vimos, a ausência de Isabel Nunes «assistente» noutra casa não invalidou a aceitação de seu filho em casa dos avós maternos. Ora, apesar de tratarmos unicamente aqui um caso, este ciclo de vida familiar parece espelhar bem a realidade sugerida pelo quadro 5.13, ou seja, a elevada aceitação da bastardia no agregado de origem das mães solteiras.

Se até aqui nos temos debatido exclusivamente com a análise das configurações ilegítimas da Ribeira Seca numa perspectiva longitudinal convirá atender-se ao panorama do concelho da Calheta mas, igualmente, à da freguesia de Santa Cruz da ilha Graciosa que, como referimos, se pautou por elevados níveis de bastardia. Para este efeito estudaram-se os róis de confessados de 1839, única data para as quais se conseguiu reunir informação comum a todas as paróquias. Assim, os dados expressos no quadro seguinte pecam por não abranger a evolução sequencial da configuração doméstica em todos os espaços; todavia permitem-nos delimitar de modo mais preciso a eventual especificidade da Ribeira Seca num conjunto de paróquias também elas conhecedoras de apreciável número de fogos com ocorrências de ilegitimidade.

**Quadro 5.16**  
**Configurações familiares com situações de ilegitimidade (1839).**  
**Concelho da Calheta (São Jorge) e freguesia de Santa Cruz (Graciosa)**

Designação	Concelho da Calheta (São Jorge)						Sta Cruz (Graciosa)			
	Ribeira Seca	%	Calheta	%	Norte Pequeno	%	P. Urbana	%	T. Rural	%
<b>1 – Famílias simples</b>	<b>41</b>	<b>39,0</b>	<b>24</b>	<b>34,8</b>	<b>5</b>	<b>33,3</b>	<b>25</b>	<b>52,1</b>	<b>24</b>	<b>51,1</b>
1a – Mães solteiras	25	23,8	17	24,6	4	26,7	20	41,7	20	42,6
1b – Pais solteiros	6	5,7	0	0,0	0	0,0	1	2,1	1	2,1
1c – Uniões consensuais com filhos	2	1,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1d – Irmãos com alargamento descendente ilegítimo	8	7,6	7	10,1	1	6,7	4	8,3	3	6,4
<b>2 – Famílias alargados</b>	<b>57</b>	<b>54,3</b>	<b>38</b>	<b>55,1</b>	<b>7</b>	<b>46,7</b>	<b>16</b>	<b>33,3</b>	<b>22</b>	<b>46,8</b>
2a <sub>1</sub> – Família alargada completa com descendência	23	21,9	12	17,4	4	26,7	3	6,3	7	14,9
2a <sub>2</sub> – Família alargada incompleta com descendência	28	26,7	21	30,4	2	13,3	4	8,3	13	27,7
2b – Outras combinações	3	2,9	1	1,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2c – Avós solteiras com filhos e netos	3	2,9	4	5,8	1	6,7	9	18,8	2	4,3
<b>3 – Famílias de pessoal doméstico</b>	<b>7</b>	<b>6,6</b>	<b>7</b>	<b>10,1</b>	<b>3</b>	<b>20,0</b>	<b>7</b>	<b>14,6</b>	<b>1</b>	<b>2,1</b>
3a – Unidade familiar não identificada	6	5,7	7	10,1	3	20,0	0	0,0	0	0,0
3b – Unidade familiar identificada	1	1,0	0	0,0	0	0,0	7	14,6	1	2,1
<b>TOTAL DE FOGOS COM ILEGITIMIDADE</b>	<b>105</b>	<b>100</b>	<b>69</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>	<b>48</b>	<b>100</b>	<b>47</b>	<b>100</b>
<b>TOTAL DE FOGOS</b>	<b>580</b>		<b>382</b>		<b>113</b>		<b>384</b>		<b>315</b>	
<b>% ILEGÍTIMOS</b>	<b>18,1</b>		<b>18</b>		<b>12,5</b>		<b>12,5</b>		<b>14,9</b>	

De um total de 1075 fogos classificados para todo o concelho da Calheta, encontram-se 189 agregados com ilegítimos, ao que corresponde uma percentagem média de 18%, semelhante à encontrada na Ribeira Seca. De facto, a frequência de fogos com bastardia face ao total é idêntica tanto na sede de

concelho - freguesia de características urbanas e rurais - como na freguesia em estudo (c. 16,4%). No Norte Pequeno, com um peso demográfico muito reduzido face ao município, as repercussões da bastardia na família eram mais reduzidas (12,5% de configurações com ilegitimidade), eventualmente contribuindo para o efeito uma concentração do povoamento e a proximidade à populosa freguesia confinante a oeste - o Norte Grande, já no concelho das Velas<sup>682</sup>.

Ao mesmo tempo que a percentagem de fogos com ilegitimidade é generalizada no concelho da Calheta, insista-se, igualmente, na similitude com que se distribuem os fogos dentro das duas principais categorias, isto é entre as famílias simples e as alargadas. Com efeito, também na Calheta, freguesia com maior população dita 'urbana', existe um maior número de agregados alargados com ilegitimidade (55%)<sup>683</sup>, relativamente às famílias simples (35%). Considerando-se, ainda, o total de famílias com «alargamento descendente» (4b - Laslett) na Calheta, contabilizam-se 38 fogos, dos quais 33 (87%) corresponderam a «alargamentos ilegítimos». Ou seja, também na sede de concelho, a esmagadora maioria dos avós com netos aceitava a reprodução ilegítima.

No Norte Pequeno, freguesia com menor ilegitimidade nos grupos domésticos segundo a tipologia proposta, a repartição entre fogos simples e alargados processa-se de forma muito análoga às restantes freguesias: 35% de famílias simples e 47% de agregados alargados. As «mães solteiras» (1a), eventualmente desenquadradas a nível familiar revelam frequências elevadas (27%), embora a representatividade das famílias alargadas com descendência seja bem superior: 40%.

Saliente-se, contudo, que as «famílias de pessoal doméstico» podem, eventualmente, causar pequenas distorções nesta análise comparativa. De facto, a

---

<sup>682</sup> O povoamento concentrado desta freguesia, ao invés da Ribeira Seca, poderá ter evitado uma maior endogamia local, responsável por um decréscimo de ilegitimidade.

<sup>683</sup> Nesta freguesia o total de famílias alargadas com descendência distribui-se, todavia, de forma ligeiramente diferente: a supremacia dos agregados alargados liderados por viúvos (2a<sub>2</sub>) é superior: 63%, face aos 55% da Ribeira Seca.

frequência de «unidades familiares identificadas» (3b), poderia, em última análise, corresponder a diversas outras categorias. Esta constatação é sem dúvida algo pertinente no caso do Norte Pequeno, dado o seu pequeno universo, mas não certamente nas restantes freguesias.

Por último, os resultados expressos no quadro 5.16 relativamente à freguesia de Santa Cruz da Graciosa suscitam alguns comentários. Também nesta ilha pertencente ao mesmo distrito existe uma percentagem elevada de fogos com bastardos (c. 13,5%). Note-se, todavia, que o termo rural apresenta uma maior proporção de fogos com filhos nascidos fora do casamento (15%) relativamente à parte urbana da mesma freguesia (12,5%)<sup>684</sup>. Por outro lado, a distribuição de fogos pelas categorias de famílias simples e alargadas é inversa comparativamente à ilha de São Jorge, se bem que continue a dicotomia entre campo e cidade. De facto, na zona urbana de Santa Cruz os «agregados alargados» correspondem somente a 33%; pelo contrário, no termo rural da mesma freguesia os «agregados alargados» (47%) apesar de minoritários face às «famílias simples», são bem mais representativos relativamente à zona urbana. Advirta-se, também, para o significativo número de famílias com pessoal doméstico identificado (3b) na parte urbana<sup>685</sup>. Este facto poderá, pelo contrário, sublinhar a cooperação familiar na vila de Santa Cruz; ou seja, a entreaajuda não se efectiva tanto por meio dos parentes de uma determinada mãe solteira, mas pelas famílias que a acolhem como serventes.

As diferenças esboçadas na configuração doméstica segundo a tipologia proposta não nos permitem retirar conclusões seguras. O universo é ainda muito restrito e, não menos importante, potencialmente heterogéneo. Porém, podemos afirmar que numa análise comparativa, a maioria das configurações domésticas

---

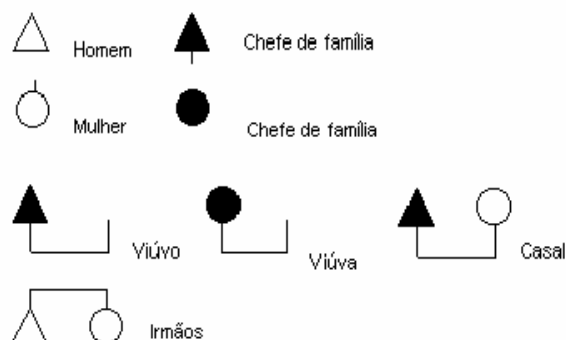
<sup>684</sup> A quantidade de fogos com situações de ilegitimidade na vila encontra-se ligeiramente sub-avaliada face a uma maior presença de bastardia no seio do pessoal doméstico relativamente ao termo rural. Cf. «Santa Cruz da Ilha Graciosa (1799-1850) [...]», p. 277.

<sup>685</sup> O redactor do rol da freguesia de Santa Cruz teve a preocupação de anotar as relações de parentesco entre o pessoal doméstico, o que nos permitiu classificar estas famílias sem grandes dúvidas.



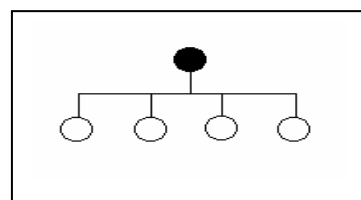
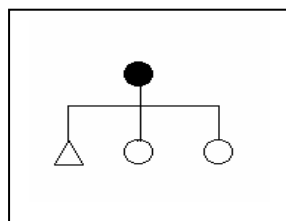
com ilegitimidade da Ribeira Seca corresponde aos «agregados alargados», traduzindo um pleno enquadramento familiar aos que eram baptizados fora do matrimónio. Este facto, igualmente visível no seio do concelho, reforça a existência de uma socialização do nascimento fora do matrimónio, duplamente assente tanto na representatividade de fogos ‘ilegítimos’, como pela forma com que estes se distribuem tipologicamente.

**Apêndice 5.1**  
**Configurações familiares com situações de ilegitimidade.**  
**Pictogramas exemplificativos**

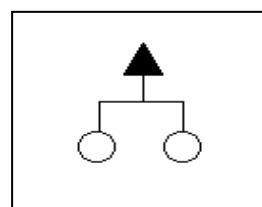
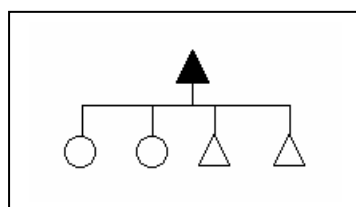


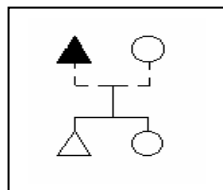
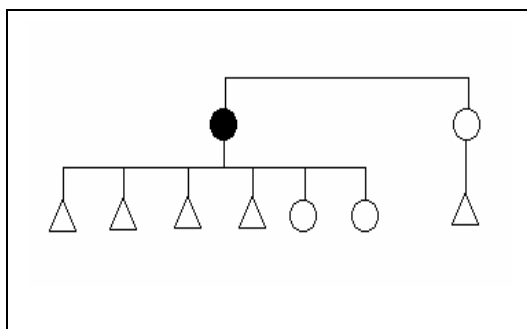
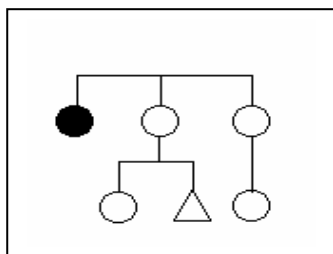
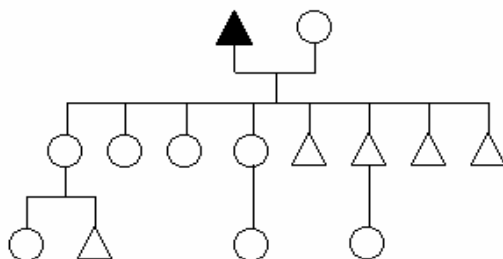
## 1 - AGREGADOS SIMPLES

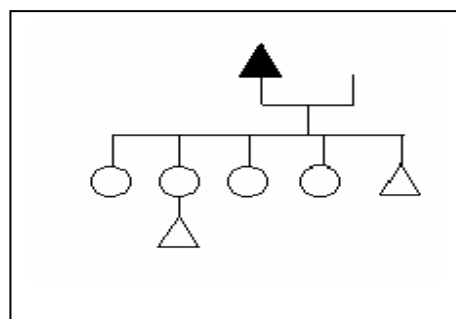
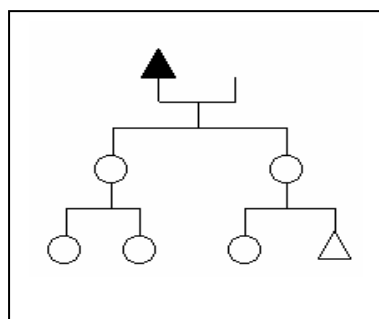
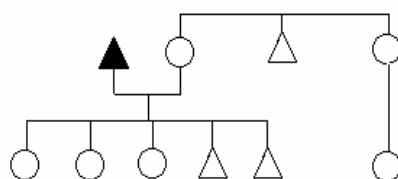
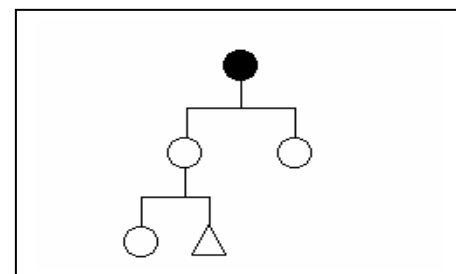
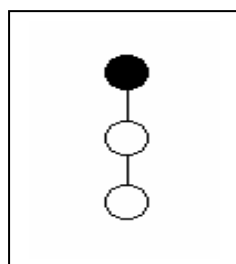
### 1a – Mães solteiras



### 1b - Pais solteiros

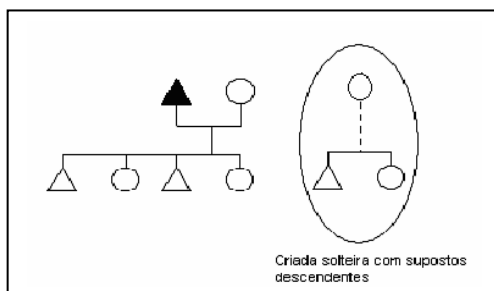


**1c – Uniões consensuais com filhos****1d - Irmãos solteiros com alargamento descendente ilegítimo****2 - AGREGADOS ALARGADOS****2a<sub>1</sub> – Família alargada completa com descendência**

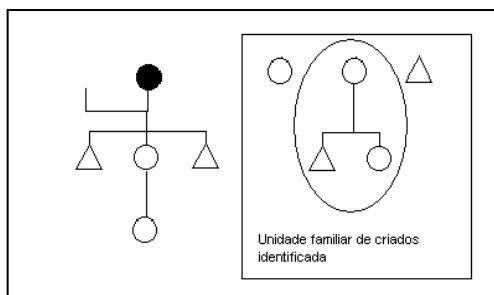
**2a<sub>2</sub> – Família alargada incompleta com descendência****2b - Outras combinações****2c – Avós solteiras com filhos e netos**

### 3 - FAMÍLIAS DE PESSOAL DOMÉSTICO

#### 3a - Unidade familiar não identificada



#### 3b – Unidade familiar identificada



## **CAPÍTULO 6 - A SOCIALIZAÇÃO DO NASCIMENTO FORA DO MATRIMÓNIO**

### **6.1 - Desfavorecidos e possidentes: um padrão diferenciado?**

O estudo sistemático das ilegitimidades, reforçado pela análise da estrutura familiar, revelou uma intensa frequência de nascimentos fora do casamento e de agregados com ilegítimos, pelo que não podem subsistir dúvidas acerca da extensão do fenómeno. Pobres, remediados e possidentes foram portadores de bastardos, independentemente do destino legal que os esperava, do tempo da legitimação ou, mais simplesmente, da residência que os acolhia. Perante a massificação deste fenómeno, não menos importante será aferir eventuais oscilações comportamentais entre os extremos da sociedade. Existirá um padrão diferenciado?

Entendemos abordar esta possibilidade no sentido de se perscrutar qual a conexão entre a ilegitimidade e os grupos sociais e, consequentemente, verificar se existem grupos claramente sujeitos e intervenientes neste fenómeno. Parece-nos que só assim será possível comentar algumas hipóteses, nomeadamente a existência de uma «sub-sociedade com propensão para a bastardia» ou de uma prática de «favorecimento de herdeiros». Assim, com vista à prossecução destes objectivos, procuraremos numa primeira abordagem realçar as mais as ‘regras’, o que não significa que pontualmente se atenda ao detalhe, à excepção. Numa segunda fase tentaremos indagar, ainda que de modo não sistemático, os modos mais generalizados na transmissão patrimonial, recorrendo-se para tal a uma amostra de instrumentos notariais de forma integrada com a própria reconstituição da paróquia.

Na aferição de comportamentos diferenciados aproveita-se, novamente, a informação disponibilizada no quarto capítulo: o volume de mães solteiras por cada tipo de ilegitimidade e o estatuto económico. No entanto, a informação agora compulsada provém de uma nova abordagem. Depois de reconstituída a

paróquia e o respectivo ficheiro de indivíduos, seleccionámos um número apreciável de famílias, tanto de pobres como de remediados e possidentes. A sondagem recaiu sobre os pais de indivíduos com ilegitimidade conhecida na paróquia - famílias de origem de progenitores ilegítimos - sendo distribuídas em duas categorias, possidentes e desfavorecidos, segundo o rendimento auferido e a profissão registada<sup>686</sup>. Este conjunto de famílias de origem foi, ainda, seleccionado por uma periodização rigorosa, na qual se enquadram os casais com matrimónio entre 1800 e 1860, de modo a acompanhar os seus filhos durante mais de 80 anos.

A metodologia seguida permitiu, então, decompor as famílias de origem dos progenitores de ilegítimos. Passámos a conhecer não só o número de filhos por sexo, mas também todos aqueles que morreram antes dos 20 anos e, por isso, pouco susceptíveis de procriação. Do total de filhos sobreviventes após os 20 anos, foi, igualmente, possível extrair dados fundamentais. Determinaram-se aqueles que não reúnem informação adicional ao óbito, ou seja, todos os que se ausentaram ou não se consorciaram na paróquia, mas, também, os indivíduos realmente celibatários<sup>687</sup>. Na sequência deste tratamento estatístico analisaremos o destino dos filhos das famílias de origem segundo as categorias divisadas,

---

<sup>686</sup> Considerámos por desfavorecidos todos aqueles cujo rendimento anual não ultrapassou os 15 mil réis, adicionando-se, ainda, alguns trabalhadores e jornaleiros independentemente de não possuímos informação censitária. No grupo de remediados ou favorecidos entendemos colocar os que auferiam mais de 25 mil réis por ano, bem como alguns lavradores eleitos para o desempenho de cargos militares. Diga-se que esta amostragem separa os extremos da população mas não deixa de ser indicativa.

<sup>687</sup> Esquemáticamente a metodologia seguida contempla todo o universo de casais cujos filhos foram portadores de ilegítimos dentro dos parâmetros definidos. A este universo (a), subtraem-se os filhos falecidos antes dos 20 anos (b), pelo que passaremos a conhecer o número de *filhos sobreviventes aos 20 anos* (c) = (a-b). Destes podemos deduzir o total de ausentes (*indivíduos sem informação*), ou seja, aqueles que, nascendo na paróquia, não registam casamento nem óbito nos 83 anos subsequentes (d). Desta operação (c-d) obtem-se o total de filhos efectivamente suportados pelos pais - *número líquido de filhos* (e), os quais podem ainda ser classificados segundo o seu percurso ulterior: *celibato real* - solteiros sem reprodução ilegítima (f), *casados* (g) – destrinchando os que conheceram previamente ilegitimidade - e os *solteiros portadores de filhos* (h). Esta equação deve, naturalmente ser executada para homens e mulheres, de modo a conhecer-se, pelo menos, a relação de masculinidade do *número líquido de filhos*. Alerta-se para o facto indicativo destes resultados, pois, o sub-registo de mortalidade já confirmado gera algumas perturbações. No entanto, segundo cremos, a esporádica omissão da mortalidade infantil processava-se em ambas as categorias económicas, o que permitirá uma leitura algo segura dos comportamentos diferenciais.

comparando-se concomitantemente os extremos da sociedade. Através desta abordagem será possível verificar o que aproxima e separa pobres de ‘remediados’ e ricos e, naturalmente, aferir o seu eventual denominador comum.

**Quadro 6.1**  
**Famílias de origem dos progenitores – nº de filhos, relações de masculinidade e óbitos**

DADOS	SITUAÇÃO	
	Desfavorecidos	Favorecidos
Nº de famílias estudadas	90	60
Total de filhos	578	377
Média de filhos	6,4	6,3
R.M. nascença (%)	80	88
Nº de óbitos <20 anos	77 (13%)	63 (17%)
Nº filhos adultos (>20 anos)	501	314

As 150 famílias acompanhadas apresentam um número médio de filhos praticamente idêntico: 6,4 no caso dos desfavorecidos e 6,3 para os remediados, valor que se torna assinalável apenas pela relação de masculinidade destes descendentes. De facto, nas 90 famílias pobres, totalizando 578 filhos, 253 pertencem ao sexo masculino, traduzindo uma relação de masculinidade à nascença francamente desfavorável: em cada 100 filhos, 80 são rapazes. Em menor escala o mesmo ocorre nas 60 famílias remediadas, portadoras de 377 descendentes, dos quais 174 eram rapazes, pelo que a R.M. atinge os 88%. Um primeiro dado reside, pois, na escassa relação de masculinidade contida nas famílias observadas.

Subtraindo-se o número de filhos falecidos antes dos 20 anos ao total de descendentes de cada família de origem, estamos então em condições de observar o destino de todos os restantes filhos do casal que potencialmente poderiam entrar em contacto com o sexo. Na verdade, é pela decomposição do universo de filhos sobreviventes após os 20 anos expressos no quadro 6.2, que se revelam os efeitos da emigração com claras repercussões.



**Quadro 6.2**  
**Decomposição das famílias de origem dos progenitores: ‘emigração’**  
**diferencial e *número líquido de filhos***

Dados	Desfavorecidos			Favorecidos		
	H	F	R.M. (%)	H	F	R.M. (%)
Nº de filhos >20 anos	212	278	76	140	169	83
Nº de filhos sem informação	119 (56%)	77 (28%)	155	64 (46%)	38 (22%)	168
Nº líquido de filhos	93	201	<b>46</b>	76	131	<b>58</b>

Os resultados expressos pretendem advertir para o número de filhos que cada casal suporta - *número líquido de filhos* - pressupondo-se, como referido, que os menores de 20 anos não se iniciaram sexualmente. Para a obtenção deste indicador, contabilizaram-se inicialmente todos os descendentes dos quais se conhecia apenas a data de nascimento - *número de filhos sem informação*. Como estes últimos foram observados num período superior a 80 anos, não registando actos adicionais, inclusive família ilegítima, partimos do pressuposto que se ausentaram da paróquia, pelo que, doravante, designar-los-emos por «emigrados».

Face aos dados do quadro 6.2, o *número de filhos sem informação* é substancial em ambos os grupos, apesar do sub-registo da mortalidade contribuir para esse efeito, facto que deveremos ter sempre presente. Nas famílias desfavorecidas, 40% dos seus descendentes maiores de 20 anos ausentaram-se, enquanto os favorecidos conheceram uma percentagem muito próxima, 33%. Estes quantitativos vêm reforçar a forte mobilidade estudada anteriormente, trazendo, no entanto, dois elementos adicionais. Em primeiro lugar, esta variável é globalmente comum tanto a pobres como a favorecidos, cujos descendentes enveredaram pela bastardia. Por outro lado, a emigração é claramente diferenciada quanto ao sexo, mas semelhante quanto à categoria social. Na realidade, dentro do grupo dos pobres, por cada 100 raparigas emigram 155 rapazes, enquanto no sector oposto o número de rapazes saídos ainda é superior: 168.

Apurado o *número de filhos sem informação*, conhece-se o *número líquido de filhos* pela subtracção do total de descendentes sem informação, ao total de filhos sobreviventes aos 20 anos. Neste sentido, usamos propositadamente o termo liquidez como tradução do número de descendentes que cada casal suporta efectivamente, ou seja todos os seus herdeiros maiores de 20 anos que permanecem na freguesia. Na realidade, este indicador é, em nossa opinião, determinante, revelando uma forte homogeneidade nos dois grupos. Tanto desfavorecidos como «possidentes» com prole ilegítima tiveram de suportar um número muito superior de raparigas face aos rapazes. Isto é, em média, por cada casal existiam sensivelmente três filhos para casar, dos quais dois do sexo feminino. Entre múltiplos exemplos enumeráveis refira-se o possível desconforto de Antão Homem de Azevedo, trabalhador e morador no Pojal<sup>688</sup>. Os seus três rapazes emigraram, enquanto das suas seis filhas só uma manifestou idêntico comportamento. O resultado traduziu-se na maternidade ilegítima de todas elas, embora uma se consorciasse mais tarde com um coveiro da Graciosa já viúvo.

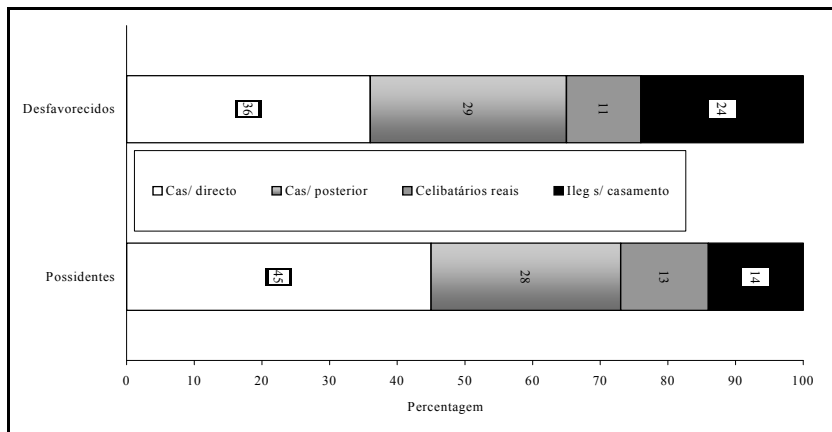
A aferição do *número líquido de filhos* e, acima de tudo, a sua repartição sexual, serve indiscutivelmente para reforçar a sociabilização da ilegitimidade na freguesia. O excesso de mulheres adultas, em detrimento dos homens, surge-nos como algo que sotranca toda a sociedade; logo a ilegitimidade parece não estar directamente adstrita a qualquer grupo social. Conseguem-se, porém, delinear alguns aspectos particulares entre os extremos da sociedade ante o que lhes é comum – a supremacia de mulheres residentes na freguesia. Estas diferenças respeitam, então, à capacidade demonstrada por cada grupo no sentido de consorciar os seus filhos mas, igualmente, no acolhimento familiar concedido aos netos bastardos. Ou seja, as diferenças parecem expressar-se mais nas consequências da ilegitimidade do que nas suas causas fundamentais.

---

<sup>688</sup> Fam. 894.

Assim e, seguindo-se os valores expressos no gráfico 6.1, a decomposição do *número líquido de filhos* mostra, efectivamente, os vários destinos possíveis dos filhos que, atingida a idade adulta, não se ausentaram. Só aqui se clarificam as principais diferenças. Os possidentes conseguiram consorciar 73% dos seus filhos, mesmo que deste universo casado, 38% tenha sido previamente portador de ilegítimos. Dos celibatários devemos distinguir entre aqueles que realmente o foram, 13%, e os que permanecendo no estado de solteiros procriaram: 14%. Os não possidentes apresentam valores algo diferentes. A percentagem de filhos casados é menor (65%), mas por cada 100 casados 45% enveredou previamente pela ilegitimidade. Dos não casados, os realmente celibatários atingiram os 11%, enquanto a percentagem de filhos com descendência não legitimada (24%) é claramente superior à dos favorecidos<sup>689</sup>.

**Gráfico 6.1**  
**Decomposição do número líquido de filhos (%)**<sup>690</sup>



<sup>689</sup> Mesmo na pobreza detectam-se algumas flutuações. Os mais desfavorecidos com rendimentos até os 15000 réis, possuem maior percentagem de filhas não casadas (32%), isto é, a capacidade matrimonial é ainda mais limitada.

<sup>690</sup> A decomposição do *número líquido de filhos* permite a aferição dos seguintes elementos: *celibato real* (indivíduos que faleceram após completarem 50 anos), *casamento* precedido ou não de ilegitimidade e a *progenitura ilegítima sem posterior consórcio*.

Outro dado susceptível de algum interesse relaciona-se com a naturalidade do cônjuge e o seu prévio estado civil, facto de que já se deu conta na análise das solteiras de tipo 2 e 3. Se atendermos aos casamentos precedidos de maternidade solteira verifica-se que os pobres possuem uma percentagem relativamente elevada de consórcios com cônjuges naturais de outras paróquias (c. 16%), sobretudo originários de outras ilhas<sup>691</sup>, enquanto os favorecidos detêm uma proporção consideravelmente inferior, 5%. Isto traduz uma dificuldade matrimonial ainda mais acentuada no grupo dos desprotegidos. Não só a mobilidade é mais intensa como, da menor percentagem de filhos casados com prévia bastardia, avulta o consórcio com não naturais.

Relativamente ao estado civil daqueles que se consorciavam, podemos afirmar que algumas filhas dos pobres manifestam tendência a um matrimónio com viúvos (19%), alguns deles de condição superior. Isto é particularmente visível nas solteiras de tipo 3, caracterizadas por uma perfilhação ou legitimação dos filhos bem mais tardia do que as de tipo 2. Ao invés, alguns possidentes contabilizam nascimentos ilegítimos só após o seu casamento (12%) ou fazem-no tardiamente com mulheres já portadoras de filhos<sup>692</sup>.

Independentemente da quase totalidade de fogos de tipo 1a («mães solteiras») estar associada ao sector desfavorecido, nunca se poderá estabelecer uma relação directa entre residência isolada e pobreza e, novamente, salientamos proximidade entre os extremos. De facto, de uma média de 102 «agregados

---

<sup>691</sup> Em algumas famílias mais de um filho ou filha registou matrimónio com nubentes não naturais. Destacamos, entre muitos, as famílias 1144 e 1244i/1708 na qual duas filhas casaram com micalenses; família 1572, onde as duas filhas casadas tiveram por consortes um terceirense e um micalense e a família 492 na qual os nubentes eram naturais da freguesia do Topo e da ilha de São Miguel (São Pedro, P. Delgada).

<sup>692</sup> É por certo o caso de alguns lavradores com cargos militares, como os descendentes de António Joaquim Azevedo, alferes residente na fajã dos Vimes e filho do ajudante António Joaquim Azevedo. O primeiro filho só se casaria aos 67 anos com Maria Brígida Encarnação, filha de mãe solteira e igualmente moradora nos Vimes, legitimando então os filhos. A segunda filha, Bárbara Joaquina, seguia o mesmo destino do irmão. Consorciava-se com Estulano Silveira, vizinho pois residia no Portal, indivíduo com alguma sorte pois foi um dos dois filhos a casar num conjunto de 12 irmãos. Por último, António Joaquim Azevedo registou ilegitimidade após o primeiro casamento, consorciando-se depois com a companheira, Maria Laureana Silveira, também residente na fajã dos Vimes.

alargados» (tipos 2a<sub>1</sub> e 2a<sub>2</sub>) com ilegitimidade, identificados em 1875 e 1884, 62% tinham como cabeça de casal indivíduos pobres, onde continuava a predominar a ilegitimidade de tipo 0 e 1 – ausência de casamento na freguesia. Assim, os 63 agregados alargados de pobres albergavam em média 1,8 netos ilegítimos, número inferior à totalidade de netos bastardos baptizados, já que muitas das suas filhas solteiras com filhos fixariam nova residência, como referimos anteriormente<sup>693</sup>. Nestas famílias – como nas dos favorecidos – os avós acolhiam fundamentalmente os netos ilegítimos trazidos pelas filhas, sendo muito pouco frequente a presença de ilegítimos por via masculina: apenas 11%.

Relativamente aos sectores mais abastados, verificamos uma protecção familiar mais eficiente, já que cerca de 72% dos ilegítimos integram a residência dos avós maternos, quer estejamos na presença de famílias de tipo 2a<sub>1</sub> ou 2a<sub>2</sub>. Em nosso entender, a explicação para a maior eficácia no acolhimento de ilegítimos é aparentemente simples. Como vimos, os possidentes ao conhecerem o *casamento directo* (matrimónio sem prévia ilegitimidade) de muitas das suas filhas, confrontaram-se imediatamente com menor número de ilegítimos. Mas, por outro lado, não olvidemos um dado fulcral: boa parte dos netos ilegítimos provêm da via masculina (43 em cada 100), enquanto no sector desfavorecido avulta a ilegitimidade feminina: em cada 100 netos ilegítimos apenas 26 são originados por via agnática. Ora, como na freguesia é limitadíssima a recepção de netos ilegítimos nos agregados dos avós paternos, os favorecidos conseguem acolher boa parte da sua descendência fora do matrimónio<sup>694</sup>.

---

<sup>693</sup> De facto era muito frequente um chefe de família acolher as filhas e netos ilegítimos, enquanto outras filhas solteiras residiam sozinhas. Existiam, no entanto, desfavorecidos que conseguiam acolher todos os netos. A título exemplificativo veja-se no ano de 1875 o fogo 432 encabeçado pelo marítimo Francisco Silveira Matos (fam. 1352i/1420). Residia com as suas 3 filhas solteiras, albergando todos os netos, três dos quais filhos de Maria Augusta Matos (fam. 1882i) e um de Filomena Emília (f. 2076i). Em 1884 este marítimo já convivía com 6 netos, todos eles de filiação ilegítima (fogo 449, Portal).

<sup>694</sup> Se recordarmos a maior intensidade matrimonial neste grupo, particularizada até nas solteiras de tipo 2, verificamos que o tempo de legitimação dos filhos era menor, possibilitando aos favorecidos maior recepção dos seus netos.

**Quadro 6.3**  
**Estrutura familiar dos agregados domésticos chefiados por homens em 1875**

DESIGNAÇÃO	Trabalhadores		Camponeses		Lavradores		Proprietários	
	Fogos	%	Fogos	%	Fogos	%	Fogos	%
<b>1- Isolados</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>3</b>	<b>1,9</b>	<b>1</b>	<b>1,0</b>	<b>3</b>	<b>3,3</b>
1a - Viúvos (as)	0	0,0	1	0,6	0	0,0	1	1,1
1b - Solteiros (as)	0	0,0	2	1,3	1	1,0	2	2,2
<b>2- Agregados não conjugais</b>	<b>2</b>	<b>4,4</b>	<b>5</b>	<b>3,1</b>	<b>5</b>	<b>4,9</b>	<b>2</b>	<b>2,2</b>
2a - irmãos	1	2,2	2	1,3	3	2,9	0	0,0
2b - Outros parentes	1	2,2	3	1,9	2	1,9	2	2,2
<b>3- Agregados simples</b>	<b>36</b>	<b>80,0</b>	<b>108</b>	<b>67,9</b>	<b>73</b>	<b>70,9</b>	<b>49</b>	<b>54,4</b>
3a - Casal sem filhos	5	11,1	29	18,2	17	16,5	9	10,0
3b- Casal com filhos	31	68,9	76	47,8	53	51,5	35	38,9
3c- Viúvos com filhos	0	0,0	3	1,9	3	2,9	0	0,0
<b>4- Agregados extensos</b>	<b>7</b>	<b>15,6</b>	<b>43</b>	<b>27,0</b>	<b>24</b>	<b>23,3</b>	<b>36</b>	<b>40,0</b>
4a- Alargamentos ascendentes	4	8,9	14	8,8	9	8,7	13	14,4
4b- Alargamentos descendentes	3	6,7	7	4,4	3	2,9	5	5,6
4b - Alargamentos descendentes com ilegítimos	4	8,9	20	12,6	6	5,8	10	11,1
4c- Alargamentos colaterais	0	0,0	2	1,3	5	4,9	4	4,4
4d- Alargamentos com combinações 4a+4c	0	0,0	0	0,0	1	1,0	4	4,4
<b>5- Agregados múltiplos</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>1</b>	<b>1,0</b>	<b>2</b>	<b>2,2</b>
<b>TOTAL</b>	<b>45</b>	<b>100,0</b>	<b>159</b>	<b>100,0</b>	<b>103</b>	<b>100,0</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>

Os resultados patentes no quadro 6.3 podem, de certo modo, reforçar o juízo que emitimos; ou seja, o forte acolhimento de netos ilegítimos em todos os sectores da sociedade, particularmente nas famílias de proprietários. Considerando todos os fogos chefiados por homens como universo relativamente fiável em termos de representatividade económica, deparamos com uma percentagem maioritária por agregados nucleares (tipo 3). Esta percentagem de estruturas simples regista significativas oscilações: 80% e 54% no caso dos trabalhadores e proprietários, respectivamente, correspondendo-lhe uma correlação forte para com os agregados extensos (tipo 4).

Assim, apenas 16% dos fogos liderados por trabalhadores são extensos, contrastando com o significativo número de agregados de proprietários (40%). Neste sentido, a recepção familiar parece ser bem mais expressiva na camada

mais abastada da população. Essa cooperação, comparativamente aos restantes sectores, manifesta-se inequivocamente na intensa recepção de parentes sejam eles ascendentes, descendentes ou até colaterais. No entanto, nesta dissemelhança entre a repartição de estruturas simples e complexas, existe um dado comum. Todos os grupos integram maioritariamente nos seus alargamentos descendentes os netos ilegítimos.

Esquemáticamente e sintetizando os resultados provenientes da metodologia que temos vindo a seguir, podemos afirmar que ambos os sectores conseguem consorciar a maior parte da prole adulta. No entanto, a percentagem de filhos casados foi superior no seio dos possidentes, ao mesmo tempo que o matrimónio antecedido de ilegitimidade foi inferior. Assim, o denominador comum entre os grupos, ou seja, as baixas relações de masculinidade dos filhos, revela-se fundamental para a explicação da ilegitimidade. Do mesmo modo, não é possível estabelecer qualquer relação forte entre acolhimento familiar e riqueza. Tudo se parece resumir a uma questão de condicionalismos: ambos os grupos são afectados pelas relações de masculinidade, suportando um excedente de raparigas. Parece, porém, existir menor embaraço no seio dos ricos. Estes não só possuíam, em média, um menor número de filhas solteiras, como a sua capacidade económica permitiria proporcionar-lhes maiores oportunidade de matrimónio.

Face ao que expusemos, colocamos algumas reservas à já velha mas coerente hipótese de Peter Laslett, pela qual a ilegitimidade é oriunda de um sector específico da sociedade, um sub-grupo ou comunidade com poucos recursos. De facto, Laslett, figura destacada do *Cambridge Group for the History of Population and Social Structure*, sintetizava em finais da década de 1970 o resultado de várias investigações sobre a ilegitimidade em Inglaterra (séculos XVII a XVIII), mas igualmente em França, Alemanha, Suécia e alguns países não europeus.

Na compilação de estudos designada por *Bastardy and its Comparative History*, este investigador remata que a ilegitimidade no passado se restringia a um sector minoritário e francamente desfavorecido economicamente. Existia, por isso, uma sub-sociedade com propensão para a bastardia – *the bastardy prone sub-society*. Sustentando-se fundamentalmente nos registos paroquiais relacionados nominativamente, este sociólogo afirmava tratar-se de uma hipótese «general and loose rather than detailed and precise, negative rather than positive»<sup>695</sup>, pois alertava para o facto de corresponder a um estágio da investigação sobre o tema, recolhendo até algumas críticas: a maioria dos estudos confirmava a substância do modelo, mas outros questionavam-na<sup>696</sup>.

Segundo ele, o escasso número de nascimentos ilegítimos em Inglaterra derivava de um pequeno sector da comunidade dentro do qual as portadoras de ilegítimos, normalmente residindo na mesma localidade, persistiam no comportamento e relacionavam-se entre si pelo parentesco. Mas a tónica assentava ainda na clara destriça entre as mães portadoras de um só filho e as reincidentes (*repeaters*), pois estas últimas eram estigmatizadas como sendo as principais responsáveis pela quase totalidade dos nascimentos ilícitos. Assim, Laslett concluía que uma das características elementares deste sector social radicava na forte relação entre a subida de nascimentos ilegítimos e o número de mães solteiras reincidentes. De facto, este juízo conduzia à clara delimitação de um sector minoritário da população: o aumento da ilegitimidade não se devia ao incremento do número de mães solteiras, mas à sua reincidência<sup>697</sup>.

Esta hipótese, relativamente bem suportada pelos registos paroquiais, deve circunscrever-se às características próprias da Inglaterra. Com percentagens de ilegitimidade normalmente aquém de 5% do total de nascimentos entre 1540 e

---

<sup>695</sup> «The bastardy prone sub-society», *Bastardy and its Comparative History*, ed. Petter Laslett, Karla Oosterveen and Richard Smith, London, Edward Arnold, 1980, p. 219.

<sup>696</sup> Idem, p. 217.

<sup>697</sup> Idem, p. 239.



1830<sup>698</sup>, é compreensível a delimitação de grupos restritos com comportamentos peculiares. Neste sentido, Laslett não hesita em sublinhar toda a carga pejorativa do nascimento fora do matrimónio como comportamento desviante e, consequentemente, passível de punição pela comunidade e justiça local. Por outro lado, o conceito de sub-sociedade reflecte principalmente o modo pelo qual a bastardia se repercute no seio comunitário. Este sociólogo centrou-se essencialmente nas características sociais e demográficas do comportamento, deixando em aberto as causas. Será um corolário da industrialização? Os pobres são menos respeitadores das normas sociais? Eis algumas questões que formulou mas às quais, prudentemente, não confere resposta conclusiva.

Na década de 1980 assistiu-se à publicação de alguns estudos sobre o tema, onde as causas conducentes à ilegitimidade, ou à sua queda, poderiam centrar-se no campo das mentalidades mais ou menos associadas a mutações económicas<sup>699</sup>, mas também ao papel da contracepção, sistemas de heranças, interferência do poder político ou da Igreja, entre outros<sup>700</sup>. Todavia, os pressupostos elementares da sub-sociedade de Laslett não eram questionados na sua essência.

Mais recentemente, Andrew Blaikie produziu um importante trabalho acerca da ilegitimidade no Norte da Escócia, incidindo, igualmente, na longa duração: 1750-1900<sup>701</sup>. Contrariamente do que à partida se poderia supor, este autor encontrou percentagens de ilegitimidade superiores a 15% durante todo o

---

<sup>698</sup> Peter Laslett «Introduction: Comparing illegitimacy over times and between cultures» in *Bastardy* [...], p. 14, quadro 1.1(a).

<sup>699</sup> Edward Shorter fazia relacionar o aumento da ilegitimidade no século XVIII e XIX a uma «revolução sexual» pela qual a sexualidade deixou de ser «manipulativa», para, pela vontade feminina, se tornar «expressiva». Cf. «Illegitimacy, Sexual Revolution, and Social Change in Modern Europe» in *Marriage and Fertility. Studies in Interdisciplinary History*, ed. Robert I. Rottberg e Theodore K. Robb, Princeton University Press, New Jersey, 1980, pp. 94-95 e *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar, pp. 89-132 («As duas revoluções sexuais»). No entanto, a sua hipótese não frutificou no meio académico por carência de investigações concludentes acerca da emancipação económica feminina que, em última análise, permitiria mais expressividade feminina face à vivência sexual.

<sup>700</sup> Sobre esta questão consulte-se a síntese de Michael Anderson relativa ao caso inglês, *Elementos para a História da Família Ocidental 1500-1914*, Lisboa, Quercus, 1984, pp.53-58 e, para a França, veja-se *Famílias. Parentesco, Casa e Sexualidade* [...], pp. 193-222 de Jean-Louis Flandrin.

<sup>701</sup> Cf. *Illegitimacy, Sex and Society* [...].

século XIX, contextualizando de certa forma o fenómeno no difícil acesso matrimonial mas, também, em peculiaridades da economia escocesa no seio do Reino Unido. Segundo ele, a bastardia é de tal forma complexa para não se enquadrar em qualquer modelo monocasual, concluindo que «a ilegitimidade não correspondia a uma revolta social activa nem a uma reacção fatalista: aproximava-se mais de um compromisso, de um facto da vida». Por esta razão conclui ironicamente, que «quando um tema é controverso – nada mais do que o sexo – não podemos esperar em dizer a verdade»<sup>702</sup>.

Compreende-se, então, a ausência de eficácia da sub-sociedade para o caso escocês. Sujeitando os resultados da reconstituição de famílias ao modelo de Laslett, Blaikie concluiria que a propensão para a bastardia não se circunscrevia a certas famílias, verificando-se, também, uma fraca correlação entre o aumento da ilegitimidade e a reincidência das mães solteiras<sup>703</sup>.

No caso português pode afirmar-se alguma influência da tese da «sub-sociedade» na bibliografia sobre o tema em apreço, mercê da época em que surgiam esses estudos – a década de 1980 – mas também à preponderância da historiografia anglo-saxónica nesta área<sup>704</sup>. Os principais estudos, formulados quase sempre por antropólogos e sociólogos, viriam a relacionar a prevalência da ilegitimidade com os diversos sistemas de transmissão da propriedade, reflexo também dos condicionalismos económicos e demográficos. Neste sentido destaca-se o estudo pioneiro de Brian O'Neill, pelo qual os elevados índices de ilegitimidade se explicam essencialmente pela existência de um sistema específico de transmissão da propriedade. Assim, a permanência de um património fundiário viável determinava que o chefe de família escolhesse um

---

<sup>702</sup> Idem, p. 231 (tradução nossa).

<sup>703</sup> Idem, pp. 108-121 («A Bastardy Prone Sub-Society?»).

<sup>704</sup> Cf. de Brian O'Neill, «Dying and Inheritance in Rural Trás-os-Montes», *Journal of the Anthropological Society of Oxford*, 14/1 e *Social Inequality in a Portuguese Hamlet: Land, Late Marriage and Bastardy (1870-1970)*, Cambridge, 1987; João de Pina-Cabral, *Sons of Adam, Daughters of Eve*, Oxford, Clarendon Press, 1986 e, de Caroline Brettel, «Kinship and Contact: Property transmission and family relations in Northwestern Portugal», *Comparative Studies in Society and History*, vol. 33, nº3 (Julho de 1991) e *Men who migrate, woman who wait*, Princeton University Press, 1986. Todas estas obras gerais seriam posteriormente traduzidas para o português.

herdeiro favorecido, excluindo tacitamente os restantes. Por isso a ilegitimidade restringia-se a um conjunto particular de herdeiros desfavorecidos, afigurando-se como um meio para a resolução das contradições sociais.

Este antropólogo tentou, por isso, mostrar de forma inequívoca a desigualdade no seio de pequenas aldeias do Norte de Portugal, pondo necessariamente em questão a tese pela qual imperava um verdadeiro comunitarismo tanto na estrutura social como na posse da terra<sup>705</sup>. Para sustentar a sua tese, O'Neill considera uma forma de transmissão do património manifestamente tendenciosa. O primeiro filho a casar continua a residir na casa dos pais, assumindo a administração do património após a morte de um deles, evitando, consequentemente, as partilhas. Quando estas fossem inevitáveis compraria «os quinhões dos outros co-herdeiros de modo a consolidar o património total»<sup>706</sup>. Neste sistema de transmissão *post-mortem* e não *inter-vivos* existiria, assim, um grupo de herdeiros desfavorecidos responsável pela reprodução fora do casamento, razão pela qual O'Neill conclui que «não é a sexualidade mas o casamento que é reprimido»<sup>707</sup>.

Fátima Brandão, estudando uma comunidade do Noroeste Português viria, igualmente, a sublinhar a forma de distribuição da herança enquanto factor influente na reprodução ilegítima. Segundo esta investigadora, o sistema português de herança facilitou a instituição do herdeiro favorecido através da *terça*. Esta *quota disponível* dos testadores, frequentemente constituída por aforamentos, permitia-lhes uma apreciável margem de manobra que aumentava

---

<sup>705</sup> Cf. *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras. Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, Lisboa, Dom Quixote, 1984, p. 21. Lembre-se que até à publicação deste estudo, várias monografias apontavam para um *comunitarismo igualitário* em várias zonas do norte de Portugal, destacando-se, sem dúvida, o trabalho de Jorge Dias, *Rio de Onor: Comunitarismo Agro-Pastoril*, originariamente publicado em 1953.

<sup>706</sup> Citado por Margarida Durães, «Necessidades Económicas e Práticas Jurídicas: Problemas da transmissão das explorações agrícolas. Séculos XVIII a XIX», *Ler História*, nº 29, 1995, p. 75. Este artigo constitui uma síntese actualizada sobre a transmissão patrimonial em Portugal.

<sup>707</sup> «Jornaleiras e Zorros: Dimensões da Ilegitimidade [...], p. 178.

na razão directa do número de filhos<sup>708</sup>. Por isso, a autora conclui que «as opções tomadas transpareceram num padrão de práticas restritivas da sucessão e herança, reforçado pelo celibato e pela emigração, com vista a garantir que o filho favorecido pudesse ganhar o controlo do *casal* familiar»<sup>709</sup>. Outros trabalhos, nomeadamente o de Caroline Brettel, puseram em evidência a relação clara entre a maternidade ilegítima e o sistema demográfico. Sem menosprezar a prática sucessória, esta investigadora concluía que «a relação entre formas de herança e ilegitimidade não é de modo algum directa [...]. No Noroeste de Portugal, coincidem uma elevada ilegitimidade, divisibilidade da herança, casamento tardio e baixa nupcialidade»<sup>710</sup>.

James Casey, em síntese efectuada sobre a história da família, revela a necessidade de mais monografias que permitam apurar com maior exactidão as causas conducentes à ilegitimidade. De facto, nas zonas europeias em que predominavam configurações familiares troncais, como no Nordeste de Portugal ou Sul da Alemanha, as taxas de bastardia eram elevadas durante o século XIX, realidade aparente anómala dado o forte catolicismo presente nestas regiões. Por isso, Casey sublinha tratar-se de uma «tendência intrigante», concluindo que «a procura de trabalho em condições restritivas de herança deve ter algo a ver com isso, embora a conexão exacta careça ainda de investigação»<sup>711</sup>.

Como equacionar, então, os resultados disponibilizados pela reconstituição da freguesia da Ribeira Seca? Serão aplicáveis as teses de Laslett? Existirá, igualmente, um sistema de transmissão de propriedade tendencioso tal como em algumas regiões do Noroeste português?

---

<sup>708</sup> *Ob. cit.*, pp. 227-229. Uma das práticas restritivas baseava-se na transmissão dos aforamentos em forma de prazos de vida os quais, até ao código civil de 1867, os quais não eram sujeitos a partilhas. *Ibid.*, p. 336.

<sup>709</sup> *Idem, ibid.*, p. 315.

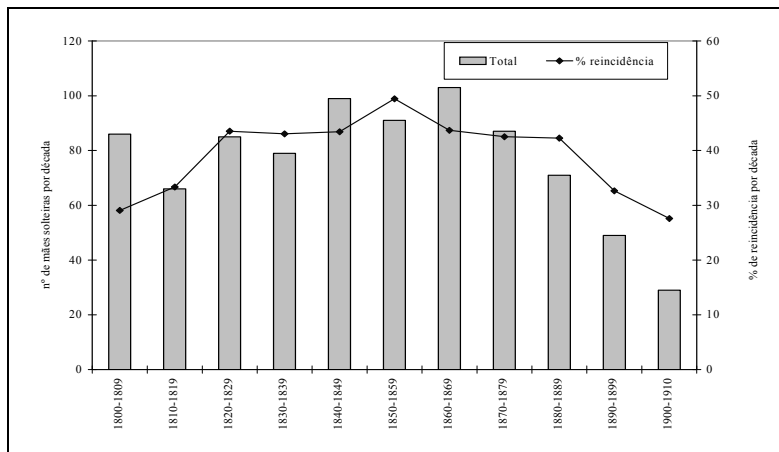
<sup>710</sup> *Homens que Partem, Mulheres que Esperam* [...], p. 274.

<sup>711</sup> *Ob. cit.* p. 176.

Relativamente ao primeiro enunciado, salientamos que a apreciável percentagem de filhos ilegítimos existentes na freguesia, cerca de um quinto do total, obsta a delimitação de um sector claramente marginal no seio da comunidade. Aceitando-se a classificação económica adoptada, lembremos que a maioria da população se coloca abaixo da linha de auto-suficiência, reflectindo necessariamente a existência de uma sociedade com uma minoria de indivíduos favorecidos. Mas o melhor testemunho da generalização da ilegitimidade enquanto fenómeno social acaba por ser fornecido quer pelo total de mães solteiras, quer pela tolerância ou aceitabilidade dos bastardos através da configuração familiar já analisada.

De facto, a observação do gráfico seguinte não sugere qualquer relação coerente entre o aumento da ilegitimidade e o número de casos de reincidência como Laslett sugere; ou seja, o incremento de baptismos ilegítimos não é gerado por uma minoria de mulheres solteiras com filhos, que persistem no comportamento. Pelo contrário, o número de mães solteiras é muito representativo durante os três quartéis do século (c. 95 por década), ao mesmo tempo que a reincidência acompanha de perto a proporção de mulheres.

**Gráfico 6.2**  
**Total de mães solteiras por década e sua reincidência (1800-1910)**



A ausência de uma «sub-sociedade» perfeitamente delimitada é, ainda, reforçada pela não existência de um padrão claro ao nível da reincidência por geração. De 127 mães solteiras com filhos nascidos entre 1850 e 1867, apenas 41, ou seja 26%, eram também ilegítimas à data do seu baptismo, embora 13 (c.10%) fossem posteriormente legitimadas pelo matrimónio dos progenitores. Diferenciando-se este universo segundo a riqueza<sup>712</sup>, vislumbra-se um panorama relativamente homogéneo, pelo qual 29% das mulheres pobres repetiram o comportamento da progenitora, enquanto as mais favorecidas registam valores na ordem dos 22%.

A razão pela qual a ilegitimidade se alastrou enquanto comportamento generalizado dos estratos sociais parece, pois, derivar de um contexto demográfico muito particular, seguramente agravado por uma geografia inóspita. A elevada idade média masculina ao primeiro casamento - 31 anos - sentida com idêntica intensidade por todos os estratos sociais, não é mais do que um reflexo global de clara restrição do mercado matrimonial. Este, confinado a um grupo minoritário de rapazes casáveis e, ainda, limitado pela endogamia geográfica acabou por afectar a generalidade da população. Por este motivo escolhemos a designação de «sociedade de ilegítimos» para o século XIX preferindo-a, dadas as circunstâncias particulares da Ribeira Seca, à «sub-sociedade» de Peter Laslett. Não parece, pois, existir um determinismo, nem um sub-grupo ou cultura caracterizável. Mas, acompanha-mo-lo na desigualdade, ou seja, a bastardia é proveniente de todos os sectores sociais, afectando, porém, mais intensamente os desfavorecidos.

Atendendo às teses de Brian O'Neill e Fátima Brandão devemos insistir na falta de informação e tratamento metodológico específico para ser exequível qualquer comparação viável entre as freguesias estudadas e a Ribeira Seca da ilha de São Jorge. Em comum estará o espaço - a montanha - pelo menos na paróquia estudada por Brian O'Neill, mas também o desfavorecimento de grande

---

<sup>712</sup> Considerámos por desfavorecidas as mulheres cujos pais eram trabalhadores ou camponeses, enquanto as favorecidas descendiam de lavradores e proprietários.

parte da população. Mas os âmbitos cronológicos e métodos são diferentes. O'Neill empreendeu um notável trabalho de campo onde estuda antropológicamente uma pequena comunidade de 300 indivíduos cujo período decorre entre 1870 e 1970. Bem diferente é o caso da Ribeira Seca, uma das maiores comunidades rurais açorianas, na qual se analisa a ilegitimidade entre 1800 e 1910, quando, em princípios do século XX, esta variável diminuiu drasticamente. Por sua vez, Fátima Brandão incide fundamentalmente sobre a questão da propriedade e sistemas de heranças no século XIX, tentando aferir essencialmente a dimensão da propriedade e o regime de posse dos empraçamentos de forma a definir as regras da «sucessão na casa».

Não se pretendendo aqui aprofundar a questão da propriedade e práticas instituídas na reprodução social, até porque o volume de habitantes da Ribeira Seca exigiria um estudo específico para esta complexa problemática, tomaremos em consideração um conjunto de instrumentos notariais e judiciais de modo a intuir os principais vectores da transmissão da propriedade. Os testamentos e, sobretudo, os inventários orfanológicos, constituem uma fonte privilegiada para este efeito, sobretudo se cotejados com a informação disponível pela reconstituição da paróquia. Socorremo-nos essencialmente de setenta e sete instrumentos notariais para uma freguesia muito populosa e com grandes assimetrias na distribuição da riqueza: seis escrituras de doação inter-vivos (8,3%), quarenta e quatro testamentos (56,3%) e, ainda vinte e sete (35,4%) testamentos apensos aos inventários orfanológicos.

**Quadro 6.4**  
**Estado civil dos testadores (%)**

Estado	Homens	Mulheres	Total
Casado	50	27,1	34,3
Solteiro	0	10,4	7,1
Viúvo	50	62,5	58,6
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
	n=22	n=48	n=70

Segundo o quadro 6.4, das setenta e sete escrituras estudadas, sete foram efectuadas por ambos os cônjuges, quer em forma de testamento quer por doação em vida, sendo que dos setenta documentos ressalta a supremacia feminina (68,6%). Em relação ao estado civil predomina a população viúva (58,6%) apesar de se esboçarem substanciais diferenças; do universo masculino 50% encontrava-se casado, embora o total de homens seja bastante inferior ao feminino. Recordando-se a maior frequência do recasamento masculino evidenciada no capítulo 3, bem como a menor esperança de vida à nascença dos homens compreende-se a sua maior propensão para o falecimento no estado de casado. Daqui resulta o significativo número de mulheres que testam (48) sobretudo as viúvas (62,5%) e, em certa medida, as solteiras (10,4%) graças ao seu elevado celibato definitivo.

Do conjunto de escrituras estudadas verifica-se que todos os testadores, independentemente de possuírem ou não herdeiros forçados, fazem uso da *terça* nos termos previstos pela lei, enquanto 17% subdividem-na por mais de um herdeiro. Todavia, para além da generalização da *terça* enquanto prática institucionalizada na sucessão há que destacar três condicionalismos frequentemente impostos na sua concessão: a obrigatoriedade de parte desta se destinar ao cumprimento do legado pio, a assistência do testador na velhice - habitualmente pela residência do legatário em casa deste - e, não de somenos importância, a reserva ou não do usufruto da propriedade.

### Quadro 6.5

**Legado pio, assistência na velhice e reserva do usufruto da propriedade.  
Número de ocorrências e percentagem segundo a documentação notarial**

	Legado Pio	Assistência	Reserva do usufruto
Nº	61	22	53
% total	79,2	28,6	68,8
Legado pio + assistência			
Nº	19		
% total	24,7		
Legado pio + assistência + reserva usufruto			
Nº	11		
% total	14,3		



Do quadro anterior verifica-se a significativa percentagem de herdeiros legatários da terça obrigados ao cumprimento do legado pio (79%), sendo igualmente expressivo o número de testadores que se recusaram a transferir o gozo das propriedades (69%). Aliás, em algumas situações, os legatários podiam inclusivamente tomar posse legal dos terrenos, mas só entrariam no domínio útil da propriedade após o falecimento do último progenitor. A apreciável percentagem dos testadores que reservavam o usufruto das suas propriedades parece, pois, indiciar um sistema hereditário fundamentalmente *post-mortem*, onde o casal evitava a todo o custo efectuar as partilhas e, consequentemente, possuir o controle absoluto do património até à morte do último cônjuge. Observe-se o seguinte quadro no qual se expressa o tempo decorrido entre a data do testamento e a data de óbito do testador.

**Quadro 6.6**  
**Tempo decorrido entre a celebração do testamento e o óbito do testador**

Anos	Homens	Mulheres
0	13	22
1	1	3
2	2	1
3	1	2
4	4	2
5	0	1
6	0	0
7	0	1
8	0	1
9	0	0
10	0	1
> 10	0	7
Ignorado	1	7
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>48</b>

Em ambos os sexos a maioria da redacção das disposições testamentárias ocorria imediatamente antes da morte (0 anos) - 62% no caso masculino e 54% no feminino - sendo que a totalidade dos homens testou até quatro anos antes do óbito, percentagem que ascendia a 73% no sexo oposto. Estes dados parecem confirmar, indubitavelmente, uma transmissão do património extremamente tardia. Assim, a posse do domínio útil da propriedade

far-se-ia pouco do falecimento dos testadores o que revela a pretensão do casal em possuir absoluto controle do património até à morte.

A regra da preservação do património parece ser confirmada através das disposições testamentárias ou pelas doações inter-vivos de indivíduos casados. De facto, nestes documentos o testador designa na maioria das vezes o beneficiário da terça e suas eventuais obrigações, mas o preceito geral consiste em deixar ao cônjuge sobrevivente a posse legal dos bens. Assim sucedia com Manuel Silveira Carvalho morador no Portal e prematuramente falecido em 1816. Dos três filhos, que por imperativos da lei eram legatários de dois terços dos bens, reservava-se a terça para satisfação de seu legado pio. O remanescente seria redistribuído por todos os herdeiros mas «com condisam de sua mulher ter uso e fructo emcoanto viva»<sup>713</sup>. Também Raulino Azevedo Machado, um proprietário algo abastado, testara em 1818 reservando a terça para usufruto de sua mulher, pois «que della se tirem trinta mil reis asima despostos para seo funeral e legado, e ao que dela remanescer o deicha a seos filhos e filhas por igoal com a condisam de a dita sua mulher gozar emcoanto viva uso e fructo»<sup>714</sup>.

Numa análise mais global, dos 23 testadores casados com herdeiros forçados, 17 optaram por legar a *terça* aos filhos reservando, porém, o usufruto para o cônjuge em 71,5% dos casos. Mas, de um modo geral, nas situações em que era consentido o gozo da propriedade ao herdeiro solicitava-se o auxílio na doença até à morte do testador. Para além do recurso generalizado da *terça*, a análise da documentação notarial indicia um sistema de sucessão aparentemente tendencioso. É que na esmagadora maioria dos testamentos é designado apenas um dos herdeiros, normalmente solteiro, para usufruir do quinhão permitido pela lei. Mas a simples designação de um «herdeiro privilegiado» nem sempre lhe traria grandes benefícios, pois as contrapartidas exigidas - o cumprimento do

---

<sup>713</sup> B.P.A.A.H., *Inventários Orfanológicos – Ilha de São Jorge*, mc. 401, proc. 296, fl. 7. O património deste casal, 244 mil réis, traduzia alguma fragilidade económica.

<sup>714</sup> Idem, mc. 401, proc. 304, fl. 9. Raulino Azevedo Machado e sua mulher possuíam um património orçamentado em 997 mil réis. Dos seus cinco filhos todos se casariam (fam. 147). O valor líquido da terça ascendia a 136 mil réis deduzidas as despesas do legado pio.

legado pio e o eventual auxílio ao progenitor - restringiam o próprio valor da terça e acentuavam a dependência do legatário. Do cotejo da informação notarial com a base de dados de famílias e indivíduos tornou-se possível a elaboração do quadro 6.7, no qual se evidenciam numericamente as principais tendências na transmissão da propriedade ou, se se preferir, da *terça*.

**Quadro 6.7**  
**Forma de repartição da *terça* na freguesia da Ribeira Seca (1800-1910)**

Forma de repartição da <i>terça</i>	Nº	%
Equidade	6	11,3
Benefício de um ou mais filhos solteiros	32	60,4
Benefício em função da proximidade geográfica	10	18,9
Ligeiro privilégio do filho varão	2	3,8
Desigualdade	3	5,7
<b>TOTAL</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>

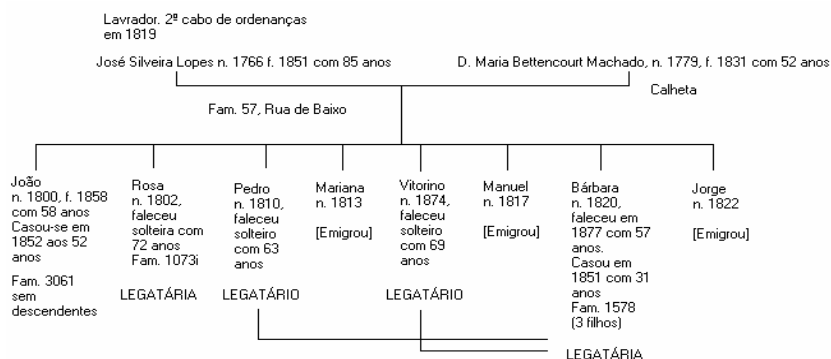
De acordo com o quadro 6.7 dos 77 instrumentos notariais estudados conseguiu-se aferir qual a situação dos legatários e respectiva filosofia na transmissão da propriedade para 53 famílias, isto é, 69% do total<sup>715</sup>. Na clara maioria das situações observa-se o privilégio dos filhos solteiros (60%) independentemente do sexo que, quase sempre, recai sobre um dos últimos descendentes do casal. Torna-se, todavia, óbvio a predominância das filhas enquanto legatárias da terça, tendo presente o significativo celibato definitivo e as menores taxas de emigração do sexo feminino.

A escolha das filhas solteiras possuidoras ou não de bastardos parece constituir a forma de privilégio mais vulgarizada, traduzindo-se numa transmissão da propriedade de certa forma «correctiva». Correctiva na medida em que, excluindo-se os filhos emigrados «em parte incerta», o casal tentaria aduzir alguma componente de justiça para com os não casados para que estes pudessem, com o valor da terça, lograr maiores oportunidades de matrimónio. Se

<sup>715</sup> Excluíram-se da observação diversas famílias cujos testamentos foram efectuados no primeiro quartel do século XIX, já que não se afigurou possível cruzar todos os descendentes com as bases de dados.

este já não se mostrasse viável ou desejado, a terça funcionaria como uma espécie de compensação, tentando auxiliar o legatário a garantir uma subsistência digna. A prevalência deste ajuste revela-se, igualmente, no seio de várias famílias nas quais o casamento do herdeiro decorre imediatamente após a morte do progenitor. Com efeito esta realidade consubstancia-se, por exemplo, na família de José Silveira Lopes um proprietário abastado e pai de oito filhos aquando do seu testamento, em 1851<sup>716</sup>. Para uma melhor compreensão da sucessão patrimonial observe-se a seguinte figura.

**Figura 6.1**  
**Genealogia de José Silveira Lopes**



Dos oito descendentes do casal existentes à data de morte do chefe, Mariana, Manuel e Jorge deveriam ter emigrado já que na base de dados não consta o seu matrimónio nem óbito, da mesma forma que seu nome não é referido no testamento. Restavam cinco filhos a este viúvo, sendo todos solteiros em 1851, inclusive Rosa, única com descendência até à data. Eventualmente a longevidade de José Silveira Lopes com 85 anos evitou a pulverização do património, até porque sua mulher não dispôs de sua terça<sup>717</sup>. Neste contexto

<sup>716</sup> Cf. B.P.A.A.H., *Inventários Orfanológicos – Ilha de São Jorge*, mc. 426, proc. 970.

<sup>717</sup> Esta é uma dedução lógica perante a ausência de qualquer instrumento notarial envolvendo partilhas por parte de D. Mariana Bettencourt. Como se sabe, segundo a legislação em vigor, o inventário orfanológico deveria conter todas as doações inter-vivos ou *in mortis causa*, pois as

explicar-se-á o elevado celibato de seus descendentes como o rápido casamento de João e Bárbara após o seu falecimento.

Com efeito, o testamento deste proprietário estipulava o cumprimento do legado pio na ordem dos 50 mil réis a retirar de sua terça, sendo o remanescente «repartido por igual por meus quatro filhos, Pedro, Victorino, Rosa e Barbara, com condição que a parte de minha terça que pertencer aos ditos meus filhos Pedro e Victorino por morte delles hirão pertencer a dita minha filha Barbara». Esta última parecia merecer tal benefício pois, não só havia velado seu pai, como lhe era imposta a condição de tratar e auxiliar seus irmãos «com a mesma caridade». Graças a este ónus, Bárbara recebia a quantia de 199.500 réis se aduzirmos o valor das terças de seus irmãos. Não admira que tenha casado mês e meio após a morte de seu pai, enquanto seu irmão João o faria um ano depois, quando já possuía 52 anos. Este, sendo o primogénito, e, tendo possivelmente o casamento já tratado, não recebia o seu quinhão, possivelmente por ser o menos necessitado. Já sua irmã Rosa, mãe solteira ao óbito, recebera apenas um quarto da terça; porém em 1839 encontramo-la a residir no agregado paterno<sup>718</sup>.

Na família de Pascoal Silveira Xavier, também um proprietário abastado, consubstancia-se o recurso a diversas fracções da terça de modo a beneficiar a herdeira mais nova e solteira, Maria. Em 1882, através do testamento de sua mulher, Senhorinha Emília Azevedo, legava-se metade da terça a Maria (c. 266 mil réis), enquanto a outra metade não só era dividida pelos três filhos - José, António e Pascoal - como dela se retirariam 103 mil réis para o legado pio da testadora<sup>719</sup>. Tal disposição gerava uma forte disparidade na

---

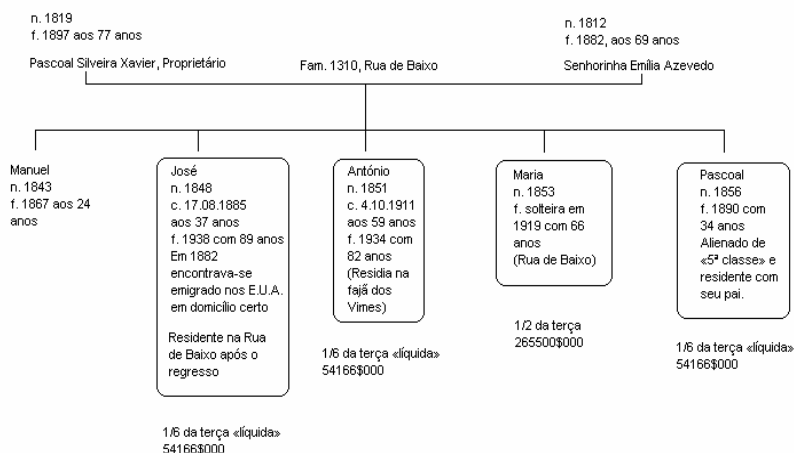
mesmas interferiam na organização do «mapa da partilha». A este propósito consulte-se, de Fátima Brandão, *Terra, Herança e Família* [...], pp. 335-337.

<sup>718</sup> O caso desta solteira e respectiva família foi já alvo de objecto no capítulo 4 «Reprodução celibatária».

<sup>719</sup> Cf. B.P.A.A.H., *Inventários Orfanológicos – Ilha de São Jorge*, mc. 554, proc. 2727 de 1882. Senhorinha Emília de Azevedo testava em Janeiro de 1882 falecendo casada em Maio do mesmo ano. O património do casal ascendia a 3187 mil réis, enquanto pela contribuição predial de 1881 José Silveira Lopes auferia um rendimento anual de 51500 réis.

repartição do quinhão autorizado pela lei: 54.166\$00 e 265.500\$000 para os rapazes e Maria, respectivamente. Porém, a herança «avantajada» não motivaria o casamento da legatária que falecia solteira em 1919, ao contrário de seu irmão António que o faria em 1911, já com 59 anos.

**Figura 6.2**  
**Genealogia de Pascoal Silveira Xavier**



Aparte da transmissão patrimonial nestas famílias abastadas, das quais apenas destacamos alguns casos, é conveniente sublinhar a aparente generalização da sucessão em benefício dos solteiros e subsequente casamento dos mesmos. Assim, em 1849, Bárbara Jesus, viúva de um trabalhador, possuía ao seu falecimento três filhos - José, Matias e Rosa - e, ainda, um neto, Manuel. Rosa era a única filha solteira e, nessa condição, herdava a terça, mas tinha de cumprir o legado pio da mãe<sup>720</sup>. Após o falecimento desta, em Dezembro de 1849, Rosa casava-se no ano seguinte com um forasteiro, do qual já possuía três filhos assumidos pelo progenitor<sup>721</sup>.

<sup>720</sup> B.P.A.A.H., *Câmara da Calheta*, Registo de testamentos, liv. 7, fls. 18-18v. (Fam. 20)

<sup>721</sup> Fam. 1031i.

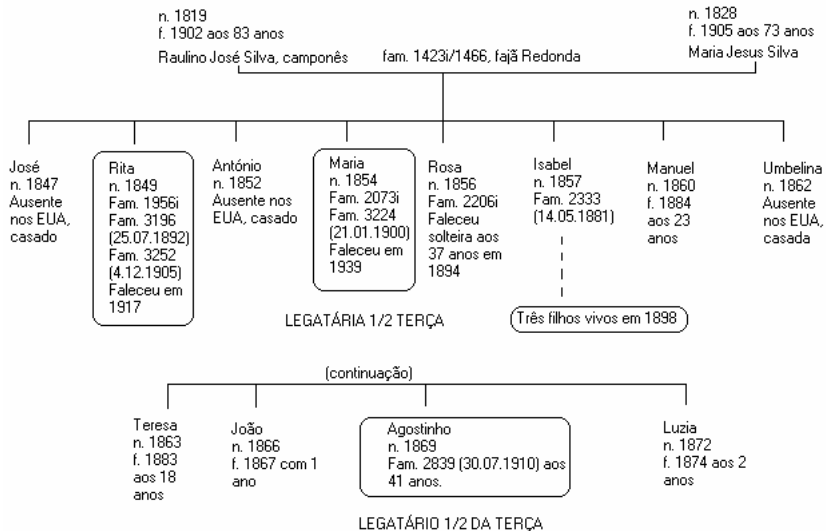
Em finais do século, em 1898, a estratégia sucessória de Raulino José Silveira e sua consorte, atesta inequivocamente o benefício dos filhos solteiros. De facto, segundo a figura seguinte, dos doze filhos deste casal, apenas três residiam na freguesia aquando da escritura de doação *inter-vivos*: Rita, Maria e Agostinho. Seus irmãos José, António e Umbelina, emigraram para os Estados Unidos da América residindo em «parte incerta», enquanto os restantes quatro – dos quais uma mãe solteira ao óbito – haviam falecido em data anterior à doação<sup>722</sup>. A *terça* era, então, oferecida a Agostinho José Raulino e sua irmã Maria de Jesus Silveira, ambos solteiros e residentes na fajã Redonda. Rita, a outra filha sobrevivente era viúva, razão possível para não ter sido legatária do quinhão adicional. No entanto vemo-la casar novamente em 1905, três dias antes do óbito da mãe. Relativamente a seus irmãos José Raulino e Maria de Jesus parece-nos inquestionável o benefício gerado pela *terça*. Maria (solteira de tipo 2), possuindo já três ilegítimos, casava-se com o seu companheiro em 1900, cerca de ano e meio após a escritura de doação<sup>723</sup>. José consorcia-se um pouco mais tarde, em 1910 com 41 anos, quando ambos os progenitores já haviam falecido.

---

<sup>722</sup> B.P.A.A.H., *Inventários Orfanológicos – Ilha de São Jorge*, mc. 660, proc. 3960.

<sup>723</sup> Seu marido, João Gonçalves Fagundes, doze anos mais velho, falecia pouco depois, em Março de 1903.

**Figura 6.3**  
**Genealogia de Raulino José Silveira**



Mas os efeitos da emigração também se repercutiam em famílias menos numerosas, mesmo que a sua condição económica fosse aceitável. Assim se atesta pela escritura de doação *inter-vivos* de 1899 outorgada por Maria do Coração de Jesus, viúva de Miguel António Roberto<sup>724</sup>. Dos cinco filhos do casal, todos maiores, quatro encontravam-se casados, mas ausentes na América do Norte em parte incerta. Maria Júlia Amaral era a única descendente solteira, recebendo de sua mãe a terça, mas «reservando para si ella doadora o usufructo vitalicio da terça doada e para que a donatária tracte della doadora quando enferma ou d'isso careça». A testadora falecia em 1902, aos 76 anos, o que poderá ter determinado o casamento de Maria, celebrado em 1905. Aliás, esta já possuía família ilegítima por ajuntamento com Manuel Sousa Mancebo (solteira de tipo 2) tendo gerado quatro filhos entre 1894 e 1900<sup>725</sup>.

<sup>724</sup> B.P.A.A.H., *Inventários Orfanológicos – Ilha de São Jorge*, mc. 660, proc. 3961. (fam. 1589). O património desta viúva totalizava 1.294 mil réis.

<sup>725</sup> Fam. 2621i/3245. Os nubentes foram dispensados do 3º grau de consanguinidade.



Tal como Maria Júlia Amaral, diversas outras mães solteiras independentemente do seu posterior destino, acabariam por receber benfeitorias pela morte dos pais. Uma delas parece ter sido Luzia Machado Anjos, filha de Manuel Machado Teixeira, trabalhador, e de Inês Maria. Seu pai testara em 1800, já na condição de viúvo, possuindo naquele ano três filhos solteiros em sua companhia. Apesar de só vir a falecer em 1817, Manuel Teixeira legava a sua terça a Luzia «prezentemente assistente em sua companhia», a qual «prometteo nam tractar ao testador em tempo algum com ingratidão ou rumor algum»<sup>726</sup>. Ora, esta possuía família ilegítima pelo menos desde 1801, vindo a consorciar-se com António Silveira Matos em 1806<sup>727</sup>.

Noutro agregado, desta feita o de Rosa de Jesus, viúva do trabalhador António de Azevedo da Cunha, o legatário de terça, em 1863, era seu neto António, «filho de Luzia Inácia [solteira de tipo 3] e de pai incógnito»<sup>728</sup>. Com efeito, dos oito filhos de Rosa de Jesus - quatro rapazes e outras tantas raparigas - cinco haviam emigrado, residindo os três restantes na freguesia: Gertrudes, Antão e Luzia, todos casados. O privilégio da terça fazia-se indirectamente para Luzia que, embora casada, possuía três filhos que não os do marido.

Se até aqui se têm vindo a enumerar diversos trajectos na sucessão patrimonial em benefício das filhas solteiras, convirá esclarecer que, tal como indica o quadro 6.7, a forma mais universalizada consiste em compensar os celibatários independentemente do sexo. Sucede pois, que a maioria da população solteira em idade adulta é, evidentemente, feminina, graças ao seu forte celibato definitivo, maior esperança de vida e menor emigração. A este propósito aluda-se à sucessão, em 1817, de Maria de Jesus, viúva do camponês Tomás Silveira Lopes. À data do testamento existiam cinco filhos vivos, três

---

<sup>726</sup> B.P.A.A.H., *Inventários Orfanológicos – Ilha de São Jorge*, mc. 401, proc. 294., fls. 4v.-5.

<sup>727</sup> Fam. 443i/344 (solteira de tipo 2).

<sup>728</sup> B.P.A.A.H., *Tabelionato – Ilha de S. Jorge*, Notas do tabelião Augusto Lacerda, liv. 1, fls. 73v.-74v. (Fam. 152 da Latina). Luzia Inácia formara as famílias 1128i e 1279. É curioso notar que António se casara em 28.11.1863, vinte cinco dias após o testamento de sua avó.

homens: José, João e Manuel, e duas raparigas, Bárbara e Mariana. Sendo João e Bárbara casados e Manuel ausente, legava-se a terça a José e Mariana. Ao primeiro, que se casaria logo após a morte da mãe, cabia «huma junta de bois e hum carro com o seu aparelho [...] a cama aonde elle dorme [...] e o vallor de honze mil réis», enquanto a segunda apenas recebia quatro mil réis. O eventual excedente da terça, após cumprido o legado pio de 35 mil réis seria, porém, repartido equitativamente por todos os descendentes<sup>729</sup>.

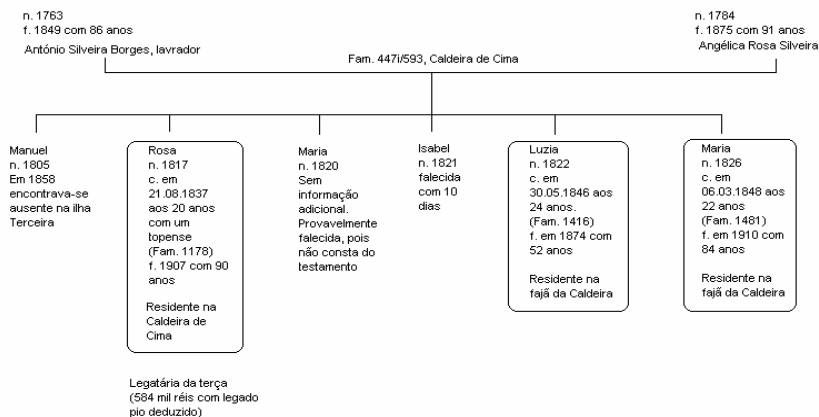
A inequívoca tentativa de benefício dos solteiros poderia, porém, colidir com os próprios interesses do casal, sobretudo se os primeiros residissem longe do agregado de origem. Mas, também, sempre que todos os herdeiros se encontravam casados era frequente o privilégio daquele que se encontrava próximo dos pais, certamente por lhes proporcionar maior apoio. Era o caso de Angélica Rosa da Silveira, viúva do lavrador António Silveira Borges (*vide* fig. 6.4). Em 1858, dezassete anos antes de falecer, possuía três filhas casadas e, ainda, Manuel que se encontrava ausente na ilha Terceira. A *terça* era, então, legada a Rosa, filha mais velha, muito provavelmente por ser a única a residir junto da mãe, na Caldeira de Cima. Com efeito, Luzia e Maria haviam-se fixado na fajã da Caldeira, uma localidade algo afastada da residência materna<sup>730</sup>.

---

<sup>729</sup> Idem. O património desta viúva era calculado em 566 mil réis dos quais 45 mil correspondiam a bens semoventes.

<sup>730</sup> Idem, mç. 504, proc. 2178.

**Figura 6.4**  
**Genealogia de Antônio Silveira Borges**



Mas o privilégio de um filho casado em detrimento de um solteiro, se bem que pouco frequente, não deixava de acontecer. Todavia, nestas situações suspeitamos que esse benefício era, também, essencialmente motivado pelo critério da residência. Assim sucedia com os descendentes da viúva Isabel Faustina da Silveira, cujo testamento fora celebrado em 1868<sup>731</sup>. Segundo a figura 6.5 dos sete filhos da testadora vivos em 1868, todos se encontravam casados com exceção de Senhorinha, a mais nova, de quem nasceriam três ilegítimos entre 1869 e 1875. Porém a donatária de metade da terça seria Isabel Faustina «em descargo de sua consciência e livre de despeza alguma», enquanto o restante quinhão seria distribuído por «qualquer hum dos filhos que a acompanhe na sua vida»<sup>732</sup>. Contudo, apesar da filha solteira não ser aparentemente favorecida, encontramos-a em 1875 a residir com seus filhos no antigo fogo de seus pais. Entretanto a mãe, Isabel Silveira, era acolhida nesse ano por sua filha Rosa, na localidade de Entre-Grutões<sup>733</sup>, visto a legatária, Isabel, ter

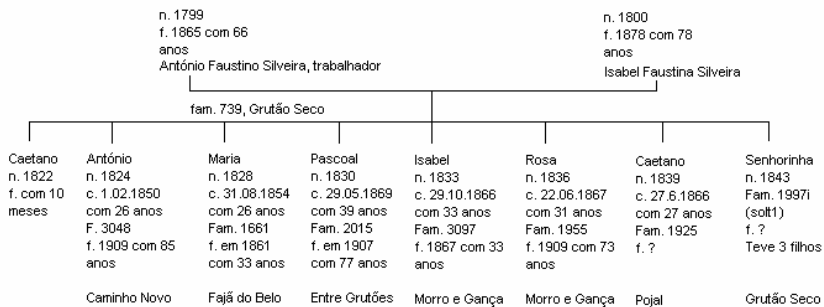
<sup>731</sup> B.P.A.A.H., *Tabelionato – Ilha de São Jorge*, Notas do tabelião José Pereira Maciel, liv. 1, fls. 17-18.

<sup>732</sup> *Idem*, fl. 17v.

<sup>733</sup> Cf. Rol de confissão de 1875, fogo 339.

falecido um ano após o testamento. Ora, na situação particular desta família, verifica-se que todos os filhos casados fixaram residência noutras localidades, o que poderá ter permitido à testadora conceder alojamento à filha mais nova e, no fundo, beneficiá-la.

**Figura 6.5**  
**Genealogia de António Faustino da Silveira**



Aparte da forte tendência para o auxílio dos filhos solteiros, mas também dos que residiam junto dos pais, existem indícios da clara intenção dos progenitores em tentar aduzir alguma equidade na herança face às vicissitudes do ciclo de vida familiar, ou dos próprios comportamentos dos herdeiros, mesmo que estas situações apenas representem 11% do total. A este propósito aluda-se ao testamento de João Inácio Teixeira, um pedreiro casado com Bárbara Silveira e falecido em 1825. De seus sete filhos apenas três se achavam casados, enquanto um dos solteiros, António, se encontrava ausente há mais de vinte anos, havendo «inferências de ser falecido». Outro filho, José já casado, havia feito seu pai dispendar avultada quantia para a remissão do serviço militar, motivo suficiente para o pai excluí-lo da *terça*, bem como a António:

«Item. Declaro que todos os meus filhos estimo cordialmente com amor paternal e que nenhum delles tem athe hoje desmerecido e por isso attendendo que nam devem ficar huns mais prejudicados do que outros, conçidero como circumstancias lembrar a todos que meu filho Joze depois que foi recrutado para o batalham fis com elle consideraveis despezas athe lhe conseguir a baixa como elle não ignora, e depois se cazou e passou a tractar da sua vida assim como o auzente [António] que nada tem cooperado para o augmento da caza sendo portanto justa razam que os ditos António e José // fiquem excluidos»<sup>734</sup>.

Após cumprido o legado pio, o usufruto da terça ficava na posse de sua mulher e de seus filhos solteiros, sendo depois redistribuído por todos os descendentes à excepção de António e José. O patriarca justificava tal discriminação visto «Catharina, Victorino e Manoel também meus filhos sam os que com actividade, zello e amor tem na minha companhia tido muito trabalho»<sup>735</sup>.

Porém, noutras famílias a transmissão patrimonial processava-se de forma absolutamente igualitária, não sendo por isso necessário qualquer advertência dos testadores. Por exemplo, em 1856, Manuel Silveira Brasil, um trabalhador da fajã da Caldeira e sua mulher, Teresa de Jesus, efectuavam solene testamento<sup>736</sup>. Dos seus cinco filhos, três raparigas e dois rapazes, apenas António e Isabel se encontravam casados, enquanto os demais o fariam após a morte dos progenitores. Ora, nesta família conhecedora da bastardia em larga escala, como se infere da figura seguinte, a *terça* seria repartida por todos mesmo que estes só entrassem na sua posse após a morte do último membro do casal.

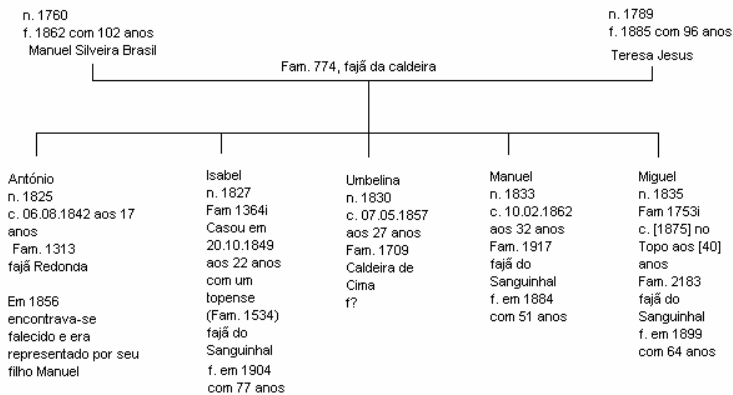
---

<sup>734</sup> Idem, mc. 478, proc. 459, fls. 2v-3.

<sup>735</sup> Idem, fl. 3.

<sup>736</sup> B.P.A.A.H., *Tabelionato – Ilha de São Jorge*, Notas do tabelião António Teixeira Maciel, liv. 14 (1856), fls. 86-86v.

**Figura 6.6**  
**Genealogia de Manuel Silveira Brasil**



No extremo oposto da tendência sucessória predominante – o benefício dos solteiros mais novos – encontram-se, contudo, algumas ocorrências relacionadas com o privilégio inquestionável de um determinado herdeiro, normalmente o primogénito. No entanto esclareça-se que estas estratégias aparentam ser minoritárias e claramente oriundas das grandes elites terratenentes, o que não invalida que, pontualmente, alguns pequenos e médios proprietários tenham recorrido a esta prática.

Através do testamento, em 1839, de D. Maria Teresa filha do morgado Matias Teixeira Pacheco e de D. Maria da Trindade Azevedo, apercebemo-nos de claras estratégias de sucessão a favor de um herdeiro designado para a sucessão da *casa*. Neste caso D. Maria Teresa, celibatária e irmã de António Vitorino Pacheco, sargento-mor, concertava-se com os intentos de outros testadores no sentido de privilegiar um dos seus sobrinhos, o conselheiro de Estado e bacharel em Filosofia, José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa. Segundo o esquema genealógico seguinte podemos acompanhar a transmissão de património de D. Maria Teresa, tal como seus irmãos celibatários António e Margarida. Nesta família apenas sua irmã, D. Joana Álvares Pacheco de Azevedo

efectuou casamento com o capitão José Pereira da Cunha, filho segundo do capitão João Azevedo Pereira das Velas. Por circunstâncias fortuitas os irmãos deste, designadamente o primogénito coronel João Pereira da Cunha, haviam acumulado uma considerável fortuna e, sendo celibatários, pretendiam legá-la a seu sobrinho José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa. Desta forma D. Maria Teresa, sabedora dos propósitos dos cunhados, contemplava António e José de forma a minorar a desproporção na herança.

«Deixo a meu sobrinho Joze Pereira da Cunha filho de minha irmã Dona Joanna Álvares e de seu consorte o Senhor Capitão Joze Pereira da Cunha a melhor junta de bois que se acharem serem meus por minha morte. Não o contemplo nos mais bens, não porque deixe de lhe ter hum extremo amor, assim como aos mais seus irmãos mas como este sobrinho vai ser o senhor dos vinculos desta caza, e tãobem do Illustrissimo Senhor Coronel João Pereira da Cunha seu tio, e porque sei que os mais seus illustres tios paternos pelo amor que lhe consagrão pertendem deixar lhe seus bens, por isso me destino proteger os outros meus sobrinhos [...] para que todos passem com a decencia possível [...]. Que os meus manos o sargento mor Antonio Victorino Pacheco e Dona Margarida Clara de Azevedo terão o uso e fructo do remanescente de toda a minha possidencia emquanto vivos forem»<sup>737</sup>.

---

<sup>737</sup> «Testamento com que falleceo a senhora D. Maria Thereza da Trindade, solteira, e moradora na freguezia de San Thiago [...] 6 de Abril de 1839» (Arquivo particular da família Silveira e Sousa a quem muito agradecemos a cedência deste original).





Aparte das famílias muito abastadas, parece-nos oportuno sublinhar a existência de uma sucessão de carácter *post-mortem* que permitia aos testadores supervisionar e administrar os bens até ao último momento. Neste contexto as doações em vida, designadamente em forma de dote de casamento, figuram reduzidas e, na sua maior parte, destinam-se a exigir contrapartidas aos noivos pela doação feita, nomeadamente a título de adiantamento para efeitos do legado pio, ou como condição do apoio na velhice<sup>739</sup>.

De 29 escrituras ante-nupciais entre nubentes solteiros, em 19 (66%), os testadores reservam para si o usufruto da propriedade, a qual só entraria na posse dos donatários após a morte do último dos progenitores<sup>740</sup>. Ora, no fundo trata-se apenas de uma promessa de doação, mais do que um benefício directo e automático mas que, mesmo assim, poderia induzir garantias futuras aos futuros consortes. Aliás, de alguns instrumentos de doação transparece uma dependência quase total dos legatários. Por exemplo do matrimónio, em 1832, de José Machado da Cunha de 19 anos e de Rosa Luísa de 32, o pai e madrasta da noiva faziam-lhe dote de casamento. O primeiro legava metade da terça mas com a condição do cumprimento do legado pio de 10 mil réis. A segunda fazia idêntico donativo mas obrigava-a a assisti-la «em sua própria casa», sendo que só entraria na posse dos bens após a sua morte<sup>741</sup>. Noutro caso a mãe de Isabel Eusébia, casada com João Inácio de Azevedo havia-lhe doado, em 1867, a *terça*, reservando desse valor 20 mil réis para o legado pio. Todavia, apenas se

---

<sup>739</sup> De facto, de 70 escrituras efectuadas entre solteiros apenas 36% englobam uma doação. Por outro lado através do manuseamento de 94 processos de inventário orfanológico apenas quatro contêm a referência a doações efectuadas em forma de dote. Estes dados levam-nos, pois, a admitir que embora as convenções ante-nupciais fossem geralmente universalizadas em termos do estatuto sócio-económico dos nubentes, a prática do dote formal era pouco frequente.

<sup>740</sup> Em apenas quatro escrituras ante-nupciais envolvendo pelo menos um viúvo verifica-se a doação da terça à futura consorte, algo que se assemelhará ao «preço da noiva» dada a desproporção de idades a favor do noivo. No entanto, em algumas situações entre nubentes solteiros com grandes diferenças etárias constata-se uma doação por parte dos pais do consorte mais velho, certamente com o intuito de compensar o outro consorte. A este propósito veja-se, de Pierre Bourdieu, «Les stratégies matrimoniales dans le système des stratégies de reproduction», *Le bal des célibataires. Crise de la société paysanne en Béarn*, col. Essais Inédit., Éditions du Seuil, 2002, pp. 169-205.

<sup>741</sup> B.P.A.A.H, *Tabelionato – Ilha de São Jorge*, Notas do tabelião Gregório António Carvalho de Albuquerque, liv. 9, fls. 19-21.

concedia o usufruto dos bens «com reserva da metade dos produtos», embora após morte dos doadores as propriedades tivessem de entrar «em partilha com os restantes herdeiros»<sup>742</sup>.

A relativa escassez de doações em forma de dote, bem como a sistemática reserva do usufruto de bens parece coadunar-se à forte tendência do casal para a preservação intacta do património disponível. Um dos reflexos directos desta prática parece radicar nos elevados níveis de emigração já que, como decorre dos testamentos e genealogias estudadas, os ausentes pareciam não participar de todo na sucessão. Parece-nos, pois, que a emigração terá funcionado como um primeiro mecanismo para aliviar a «pressão sobre a casa» onde os herdeiros, não sendo excluídos tacitamente pelos pais, vislumbravam maiores oportunidade de êxito no exterior. Apesar da elevada saída de gentes, a forma de repartição da herança expressa no quadro 6.7 remete-nos para um claro benefício dos indivíduos mais jovens, normalmente as filhas solteiras, ou os descendentes que, embora casados, residissem perto dos pais, auxiliando-os.

No panorama português onde prevalecia essencialmente a dicotomia entre um Sul de tendência igualitária (ou modelo conjugal/nuclear) e um Noroeste mais propenso à escolha de um herdeiro privilegiado (modelo extenso ou *souche*), cremos que na freguesia em estudo prevaleceu uma prática de algum favorecimento a um dos herdeiros. No entanto, tal benefício não seria, de modo algum, absolutamente discriminatório e visava, essencialmente, corrigir as eventuais injustiças procurando, na medida do possível, compensar os filhos mais novos.

Como adverte Andrés Barrera-Gonzáles em importante estudo acerca da transmissão da propriedade em Espanha, a dualidade entre os dois sistemas de sucessão não invalida diversas variantes dentro de cada um deles, pois «the variants of the egalitarian-nuclear family are also numerous, and are linked to a diversity of jurical and legal-customary traditions, both regional and local, and to

---

<sup>742</sup> B.P.A.A.H, *Tabelionato – Ilha de São Jorge*, Notas do tabelião Augusto Butter Carvalho de Lacerda, liv. 1, fls. 83.-84.

the incidence of socio-economic factors»<sup>743</sup>. Já em 1988 Francisco Chácon Jiménez alertava para a existência destes dois grandes modelos, embora «la variedad de sistemas de herencia es tal que la simples distinción entre formas indivisas y divisibles constituye un certo reduccionismo»<sup>744</sup>. Na realidade o sistema vigente na Ribeira Seca parece assemelhar-se bastante ao praticado nas regiões do Noroeste espanhol (regiões da Galiza, Astúrias e Cantábria) onde o legatário do *mejorado*, independentemente do sexo, apenas recebia um quinhão adicional da herança, muitas das vezes em troca do auxílio prestado aos pais em determinadas fases da vida. Todavia essa quota-parte adicional - cerca de um quinto - não lhe proporcionava, de forma alguma, o estatuto e proveito de um «herdeiro privilegiado»<sup>745</sup>.

Através da análise da conjuntura demográfica da freguesia mas, também da própria configuração doméstica prevalecente (*vide* quadro 6.3) cremos que a forma de sucessão *post-mortem* e simultaneamente beneficiária dos solteiros adquire pleno significado. De facto, tomando o exemplo revelado pelo rol de 1875, denota-se a forte percentagem de agregados «conjugais» e a inexpressividade dos «múltiplos» o que atesta a sucessão patrimonial analisada. No entanto existe uma clara dissemelhança entre trabalhadores e proprietários no que respeita aos agregados extensos. Parece-nos que os mais abastados tenderiam a um maior acolhimento de seus pais, embora a fonte compulsada nem sempre nos elucide se os progenitores se mudaram para casa do filho ou se simplesmente ocorria uma transferência na chefia do fogo. Mas parece certo, contudo, a forte percentagem de alargamentos descendentes em todos os grupos, designadamente os «alargamentos descendentes com ilegítimos». Esta realidade

---

<sup>743</sup> Cf. «Domestic succession, property transmission, and family systems in the agrarian societies of contemporary Spain», *The History of the Family*, vol. 3, nº 2 (1998), pp. 241-246, *maxime* p.229.

<sup>744</sup> Cf. F. Chácon Jiménez e J. Martínez López, «La historia de la familia en España durante la edad moderna. Notas para una reflexión metodológica» in *História Social de la Familia en España*, pp. 31-46, *maxime* p. 38

<sup>745</sup> Barrera-Gonzáles, art. cit, p. 230.

parece, pois, corroborar uma transferência muito tardia da propriedade e, simultaneamente, o acolhimento proporcionado às filhas solteiras.

Cremos, pois, que sexualidade e casamento não eram, de forma alguma, alvo de repressão. No entanto, o matrimónio como instituição normativa da família da Ribeira Seca, não um desiderato fácil de atingir. A elevada esperança de vida à nascença num sistema de transmissão *post-mortem*, o carácter profundamente agrícola da freguesia e a forte endogamia tornavam-se catalizadores da ilegitimidade. O mesmo será dizer que casar dentro da mesma localidade em idade jovem e sem recurso a uma dispensa eclesiástica afigurava-se como uma oportunidade não acessível a todos. E, aqui a condição económica dos progenitores poderia ditar a diferença. Uma maior possidência podia-se, também, traduzir na maior capacidade matrimonial dos filhos sem recurso a forasteiros.

Assim, julgamos não ter existido um sistema de herdeiros favorecidos enquanto causa directa para a explicação do fenómeno embora a ilegitimidade, em nosso entender, possa coexistir tanto em sistemas igualitários de repartição fundiária - onde a insuficiência patrimonial dos herdeiros impediria diversas vezes o casamento - ou num sistema de família troncal onde os filhos não favorecidos optavam pela reprodução celibatária.

Entenda-se, porém, que esta ideia não ultrapassa o estatuto da hipótese, mesmo que alicerçada em diversos instrumentos notariais. Será indiscutivelmente necessário compulsar de forma sistemática as várias centenas de instrumentos jurídicos depositados nos cartórios notariais para aprofundar o assunto. Por outro lado uma abordagem de cunho antropológico será, decerto, indispensável ao abordar esta temática a partir de outras metodologias.

De qualquer modo e independentemente de futuros estudos que possam examinar os sistemas de transmissão social e ciclo de vida familiar, cremos que, depois de analisadas as «ilegitimidades» e a configuração doméstica da freguesia, se pode considerar a bastardia como fenómeno social. Foi, na verdade,

a decomposição das famílias segundo os estratos sociais que, em última instância, permitiu sublinhar as semelhanças entre remediados e pobres, mais do que as diferenças. Por isso destacamos a aceitabilidade social da bastardia como algo de inerente à comunidade da Ribeira Seca. O convívio com os bastardos dentro de cada estrato social tornou-se bastante frequente, pelo que na configuração familiar da freguesia se destacavam os agregados alargados, constituídos por avós e netos ilegítimos. Assim se compreende que a esmagadora maioria das mães solteiras fosse aceite na vida comunitária, em particular no seio da prática religiosa<sup>746</sup>.

O estigma social e o sentimento de repulsa face a algumas mães solteiras não deixavam, porém, de ser reais. Se nos basearmos em algumas entrevistas feitas a anciãos da freguesia os filhos bastardos eram muito frequentes, mas não lhes recaía automaticamente uma carga pejorativa. A maioria das mães solteiras vivendo com sérias dificuldades era, apesar de tudo, reabilitada pela sociedade. «Os pais não a mandavam embora, não quer dizer que gostassem», relatava um dos idosos entrevistados. Tudo se subordinaria, pois, à conduta da mulher. Se possuísse filhos de diferentes pais «era muito comentada na freguesia, porque se sabia sempre quem era o pai». Por isso, várias idosas destacam as fortes amizades que nutriam para com mães solteiras. Proliferam atributos como «séria», «muito religiosa» ou «trabalhadora», destacando-se a pouca sorte que lhes proporcionou a vida.

Neste sentido parece-nos ter sido fundamental a conduta seguida pela mulher. Se a escolha do progenitor se revelasse infrutífera, traduzida ou não pelo abandono do sedutor, poderia não recair uma ostracização. Tudo se subordinaria à forma pela qual a mulher geria a sua sexualidade. Se conhecesse carnalmente

---

<sup>746</sup> De um total de 2023 homens e mulheres inscritos na *Liga do Coração de Jesus*, onde se incluem praticamente todos os fregueses da freguesia com idades superiores a sete anos, identificaram-se 184 mulheres com ilegitimidade conhecida, independentemente de terem contraído posteriormente matrimónio. Destas mães solteiras, 82, ou seja, 45% foram reincidentes, pelo que não podemos aparentemente delinear uma rejeição social com base exclusiva na renovação da maternidade ilegítima. Cf. A.P.I.M.S.C., *Associados da Obra Pia do Apostolado da Oração – Liga do Coração de Jesus (1884-1927)*. Esta associação foi criada em 13 de Julho de 1884.

vários homens não seria perdoada pela comunidade, sendo por muitos apelidada de «fácil» ou «sem qualquer vergonha». Pode ter existido uma sub-sociedade claramente definida, não com propensão para a bastardia mas de falta de moralidade e, consequentemente repelida.

As vicissitudes demográficas e do foro da geografia poderão não constituir causas únicas para a dimensão da problemática aqui abordada. Para tal será necessário relembrar as baixas percentagens de ilegitimidade existentes na ilha do Pico onde, como se sabe, grassou uma forte emigração e um celibato definitivo assaz significativo no século XIX. Outros factores, designadamente o comportamento dos «formadores da opinião pública» poderão, pois, prestar algum contributo para esta complexa problemática. Eis, pois, o que trataremos, ainda que sumariamente, de seguida.

## 6.2 - O testemunho clerical

Pesem embora as profundas convulsões da Igreja no decurso do século XIX e a sua gradual secularização, o clero ainda figurava como um elemento preponderante na formação da opinião pública, quer pela supremacia da cultura letrada e do ensino primário, como pelo relevo desempenhado nas tarefas administrativas e burocráticas. Não admira, por isso, que na sociedade de Antigo Regime o primado da Igreja lhe possibilitasse «uma verdadeira hegemonia ideológica no conjunto da população e de um papel importante na moldagem das mentalidades e na orientação dos comportamentos e atitudes»<sup>747</sup>.

Se a acção Pombalina logrou algum controle sobre a Igreja, o Liberalismo consagrando constitucionalmente a religião cristã, tentara gradualmente reduzir «o primado ideológico e político de que gozava havia

---

<sup>747</sup> Cf. Vítor Neto, «O Estado e a Igreja» in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. V – *O Liberalismo (1807-1890)*, coord. de Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 265.

séculos»<sup>748</sup>. No entanto, a nova corrente doutrinária determinava, quer pela constituição de 1822, como pela carta de 1826, o carácter confessional do Estado. Nesse sentido os párocos viram-se obrigados a acatar um crescente número de afazeres administrativos como o recrutamento militar, a organização de mapas estatísticos civis e a articulação com as repartições de finanças e tribunais, designadamente para as execuções de impostos sucessórios e inventários orfanológicos.

Todavia, estas funções determinadas pelo Estado por via do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça estiveram, quanto a nós, longe de reduzir peremptoriamente o vigário ao simples funcionário público. Este facto nunca passou despercebido aos liberais, que desde cedo, tentaram auscultar a filiação política do clero, sobretudo desde a primeira fase do liberalismo (1820-1828) até, pelo menos, aos inícios da Regeneração<sup>749</sup>. É que, como salienta Vítor Neto, para a construção de uma nova harmonia social «os liberais contavam com a escola pública, com a imprensa laica e com a participação da própria Igreja»<sup>750</sup>.

Desta forma o sacerdote, especialmente em meios rurais mergulhados no analfabetismo e alicerçados em fortes tradições cristãs, evidenciava-se pelo simbolismo inerente à Palavra de Deus, pela concessão dos sacramentos e pelo domínio da cultura letrada. A própria imposição do celibato ao clero católico colocava o sacerdote num plano superior aos demais homens pela sua abnegação às necessidades da carne. Por outro lado, o próprio celibato ao ser «entendido

---

<sup>748</sup> Paulo Drumond Braga, «Igreja, Igrejas e Culto» in *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, vol. IX – *Portugal e a Instauração do Liberalismo*, Lisboa, Presença, 2001, p. 307.

<sup>749</sup> Assim se compreende a extrema cautela dos bispos e Ministério dos Negócios Eclesiásticos em aferir o comportamento político dos seus subordinados. Por exemplo, para a década de 1840, existem na Mitra de Angra alguns mapas estatísticos das ouvidorias das ilhas em que se questiona qual o comportamento político dos padres (Cf. B.P.A.A.H., *Mitra de Angra*, mc. 875, «Relação das Igrejas Parochiaes [...] ouvidoria eclesiastica da villa das Velas [...] feita em 20 de Outubro de 1848», doc. avulso). Em vários inquéritos paroquiais elaborados no Continente, nomeadamente os levantados para o concelho de Vila do Conde em 1825 e 1845, a filiação política dos diversos párocos é, igualmente, alvo de redobradas atenções. Cf., p.e., *O Concelho de Vila do Conde e os Inquéritos Pastorais de 1825 e 1845*, comp., introd.e notas de Franquelim de Neiva Soares, Póvoa de Varzim, 1974.

<sup>750</sup> *Ob. cit.*, p. 266.

como a renúncia a uma realidade vital ao ser humano, surge como um meio particularmente privilegiado de combater o pecado e afirmar a transcendência de Deus»<sup>751</sup>. Ora este ascendente do clero secular rivalizava até com o protagonismo das elites locais que, detentoras de poder económico e político envidavam esforços para atrair a sua amizade, sobretudo para efeitos de promoção política e, concomitantemente, de maiores facilidades na conservação do seu status social<sup>752</sup>.

Por estas razões o testemunho do clero na sua acção paroquial merece ser considerado de forma a se aferir, na medida do possível, a sua influência no comportamento moral e evangélico dos seus paroquianos. Para a ilha de São Jorge dispomos de alguns elementos da actuação clerical, nomeadamente para a freguesia de que nos ocupamos. É certo que as visitas pastorais constituem a fonte privilegiada para semelhante indagação, porquanto visavam a aferição comportamental de fiéis e clero, para além de outros aspectos relativos ao estado material da paróquia<sup>753</sup>. Na falta destas importantes fontes, socorremo-nos essencialmente da documentação eclesiástica da diocese já depositada na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo. No entanto há que ter em conta a própria limitação das fontes, sobretudo por serem, maioritariamente, de carácter eclesiástico. Neste sentido será conveniente relembrar que esta documentação, pela sua natureza, nos confere de antemão uma visão pela «negativa» visto realçar com maior extensão os desvios à norma, ou seja, o escândalo.

Um primeiro indício acerca dos maus comportamentos sacerdotais na Ribeira Seca é-nos fornecido por uma devassa do foro judicial efectuada em 1827. Por esta, António José Teixeira Fontes dava conta da sua indignação por

---

<sup>751</sup> Cf. Maria Rita Lino Garnel, «A polémica sobre o celibato eclesiástico (1820-1911), *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, n.º 22 (2000), pp. 93-116, *maxime* p. 93.

<sup>752</sup> A este propósito veja-se, de João de Pina Cabral, «O pároco rural e o conflito entre visões do mundo no Minho», *Studium Generale/Estudos Contemporâneos*, n.ºs 2/3, Porto, 1981, pp. 75-110.

<sup>753</sup> No arquivo paroquial da Calheta existe um livro de *Registo de Provisões e Visitas Pastorais*. No entanto estas visitas episcopais sempre se relacionaram com aspectos materiais da igreja e suas alfaías litúrgicas.



suas três filhas serem frequentemente apelidas de «refinadas putas» por parte de dois fregueses<sup>754</sup>. Algumas testemunhas, como José Silveira, morador no Pojal e vizinho do suplicante, desmentiam tal infâmia, afirmando serem as mesmas «muito bem comportadas e educadas com a melhor educação que se pode dar às pessoas daquelle sexo». No entanto outros depoimentos, como foi o do sargento Agostinho José de Matos relatavam, por interpostas pessoas, informações muito comprometedoras acerca do comportamento do vice vigário João Inácio de Sousa. É que este havia sido encontrado numa propriedade «fornicando» a filha mais velha do queixoso «debaixo de huma figueira». Ainda noutra ocasião a filha de António Fontes havia sido avistada ao abandonar a residência do padre, apresentando-se «muito vermelha, e por hum modo tal que o fez suspeitar que ella tinha tido movimentos illicitos com o mesmo padre porque estavam sós».

Desconhecemos em absoluto o desfecho destas alegações, bem como as eventuais consequências, civis ou eclesiásticas, decorrentes das acções do Pe João Inácio de Sousa. Segundo o Pe Manuel de Azevedo da Cunha este sacerdote foi coadjutor da Ribeira Seca em 1826, voltando aí a exercer funções entre 1849 e 1851, agora como vigário<sup>755</sup>. Na opinião deste autor, o pároco teria sido «prestimoso e benemérito, pelos serviços prestados gratuitamente à mocidade». De facto, em 24.02.1824 fora nomeado para o magistério primário «visto haver mostrado ser um hábil professor, segundo as informações da Câmara e do juiz de fora», mas as intrigas políticas afastaram-no da docência. É que, aquando das lutas liberais fora «insultado por ser liberal» mas, em 1837, era demitido por Visconde de Bruges, governador do distrito, por ser simpatizante miguelista<sup>756</sup>.

---

<sup>754</sup> B.P.A.A.H., *Capitania-geral*, Correspondência do juiz de fora da Ilha de São Jorge, maço 32 (1822-1828), documento avulso datado de 21.03.1827.

<sup>755</sup> N.H., I, p. 348.

<sup>756</sup> N.H., II, p. 971.

O bom comportamento moral e profissional de João Inácio de Sousa fora, igualmente, atestado pelo ouvidor da ilha de São Jorge, João Silveira de Carvalho. É que, em 1848, a vaga para provimento de um pároco na Ribeira Seca fora disputada por João Inácio de Sousa, então cura da Fajã dos Vimes, e António Silveira, vencendo o primeiro que, como referimos, fora vigário até 1851. Aparentemente o ouvidor terá desempenhado um papel fundamental neste concurso, pois confidencialmente relatara ao seu prelado ser o Pe João Inácio de Sousa «benemerito, honesto, aplicado e amigo de ensinar a mocidade, he de exemplar conduta [...] e ao contrario de tudo isto o padre Antonio Silveira he o contrario de tudo isto [*sic*], desonesto e escandaloso em sua vida com que mais destroe que edifica»<sup>757</sup>.

Na realidade, enquanto a informação susceptível de aferir o comportamento moral do Pe João Inácio de Sousa é limitada, abundam relatos respeitantes ao seu concorrente, o Pe Antonio Silveira. O seu desleixo praticado na administração paroquial, mas sobretudo o péssimo testemunho oferecido aos fregueses, fora motivo de frequente correspondência entre o bispo de Angra e o ouvidor da ilha, João Silveira de Carvalho.

Segundo o responsável eclesiástico começavam a ser insustentáveis os desaires do Pe António Silveira «que de continuo tem morado com varias mulheres, e a todas tem abandonado no fim d'annos». Por volta de 1853, quando escrevera ao bispo, António Silveira acabara de abandonar uma manceba com quem vivera muitos anos para tomar «hua rapariga que mandou vir da ilha Terceira». É que, quando paroquiara naquela ilha o povo da freguesia «gritou» e, eventualmente, porque «algum amigo [...] lhe deo conselho que a mandasse para casa de sua mãe, elle assim o fez»; mas na Ribeira Seca, quiçá uma freguesia mais permissiva no campo da disciplina celibatária, o pároco «sempre fez o que quiz». Por essa razão não manifestava qualquer acanhamento em aparecer publicamente com a companheira, onde «tem sido e mais ella testemunhas [...]

---

<sup>757</sup> B.P.A.A.H., *Mitra de Angra*, mc. 877 (Ilha de São Jorge. Vária 1802-1903), «Auto de opposição. São Jorge 1848», documento avulso.

estando na Igreja assistindo à celebração do matrimónio, cada hum com o seu cirio aceso»!<sup>758</sup>

Em nosso entender a gravidade da situação ganhava especial relevo tendo presente um longo período de reiterada persistência no concubinato público. É que os excessos deste clérigo perduravam sensivelmente desde finais da década de 1820, sem que a jurisdição eclesiástica se mostrasse eficaz para o demover. De facto, já em 1830 se haviam formulado autos «muito volumosos com testemunhas» pelo então ouvidor Francisco Azevedo Machado. Contudo, pouco depois do seu falecimento, mudara a ouvidoria para a freguesia das Manadas, já no concelho das Velas, motivo pelo qual o padre gozaria de «plena liberdade»<sup>759</sup>. Em inícios de 1854 tudo parecia continuar na mesma. O ouvidor não necessitara de proceder a nova devassa pois, advertindo fraternalmente o Pe António Silveira «elle confessou ser verdade o que se dizia» alegando por isso que mandaria a moça com quem vivia para a ilha Terceira<sup>760</sup>. Esta confissão, porém já não surpreendia o ouvidor que asseverava ser o mesmo padre «algun tanto facil em se afastar da verdade» pelo que não acreditava na interrupção do amancebamento, porque «ate á data deste ainda não o fez, e entendo que o não faz, em razão de ter sido sempre hum escandalozo, e incorregivel como provão os documentos incluzos que envio a Vossa Senhoria»<sup>761</sup>.

Também na paróquia da Ribeira Seca, em finais de Oitocentos, houve párocos sobre os quais recaíram suspeitas de práticas ilícitas no foro sexual. Um deles parece ter sido João Ernesto Amorim, natural do Topo, cura da paróquia

---

<sup>758</sup> B.P.A.A.H., *Mitra de Angra*, mc. 876 (requerimentos, provisões, correspondência 1837-1914), carta confidencial de 5.08.1853.

<sup>759</sup> Idem, documento avulso (Carta do ouvidor João Silveira de Carvalho enviada ao bispo. Calheta, 15.01.1854). O ouvidor Francisco Azevedo Machado faleceu em 13.06.1831, sucedendo-lhe Jorge de Matos Pereira, vigário das Manadas. Este facto merecera duras críticas da vereação calhetense que intercedera junto ao bispo no propósito de ser restabelecida a ouvidoria na freguesia da Calheta. Após troca de insultos entre a Câmara, Diocese e Junta Geral do Distrito de Angra só seria restabelecida a ouvidoria na Calheta com a nomeação de João Silveira de Carvalho em 1852. Cf. *N.H.*, I, pp. 318-319.

<sup>760</sup> Id., *Ibid.*

<sup>761</sup> Id., *Ibid.* Os documentos aludidos pelo ouvidor, eventualmente devassas, não se encontram no documento que consultámos.

desde 1869 e vice-vigário em 1895<sup>762</sup>. Fora pai, juntamente com Isabel Inácia de José Ernesto Amorim, bacharel em medicina nascido em 1867 na freguesia do Topo<sup>763</sup>, o que igualmente se comprova por meio de uma doação feita a seu filho em 27.08.1897, cerca de dez meses antes do óbito do referido eclesiástico<sup>764</sup>. No primeiro decénio do século XX outro padre, ordenado em 1887 e capelão de um dos curatos da Ribeira Seca, parece ter-se desviado do voto de celibato. Após uma curta passagem pela ilha de São Miguel, e sendo novamente transferido para São Jorge, desta feita para a paróquia de Santo Antão, fugira com uma rapariga. Tal atitude valera-lhe a suspensão, falecendo pouco depois em Lisboa «sem se reconsiderar»<sup>765</sup>.

Como se compreenderá as diversas situações apontadas para alguns membros do clero da Ribeira Seca estão, naturalmente, longe de constituir casos isolados no quadro eclesiástico jorgense do século XIX. Não nos querendo alongar demasiado, nem devassar o clero jorgense, merecem destaque algumas ocorrências desta natureza, também elas investigadas no seio da própria diocese.

Na freguesia do Norte Grande, paróquia de Nossa Senhora das Neves, pertencente ao concelho de Velas, fora denunciado Joaquim José Silveira, vigário em 1805<sup>766</sup>. Segundo relatos dos paroquianos, designadamente do sargento António Pereira, o eclesiástico era acusado de mancebia com uma mulher de Santo António, Maria da Hora, casada com Manuel de Azevedo. Este casal, no seio do qual residia o padre, estava desavinado pelo excessivo convívio

---

<sup>762</sup> *N.H.*, I, pp. 350-351.

<sup>763</sup> Data estimada com base na declaração do seu casamento em 5.10.1896 com D. Teresa Soares da Cunha, na Ribeira Seca (fam. 2609). Na sua filiação indica-se João Ernesto Amorim e Isabel Inácia.

<sup>764</sup> B.P.A.A.H., *Tabelionato – Ilha de S. Jorge*, Notas do tabelião Joaquim António Silveira, Livro 31, «Doação do Reverendo João Ernesto Amorim a seu filho Doutor José Ernesto Amorim», fls 4-4v. Segundo a doação o Doutor José Ernesto Amorim e sua mulher receberam a quantia de quatro contos de réis provenientes de uma propriedade, estando, entretanto, obrigados a assumir as dívidas activas do reverendo no valor de 3.131\$800 réis. João Ernesto Amorim herdara em 1881 a quantia de 3.221\$360 réis proveniente de seu cunhado António Cândido da Silveira que morrera viúvo e sem descendentes forçados. Cf. A.R.F.C., *Liquidação do Imposto Sucessório*, livro 17, processo nº 28 de 1881-1882.

<sup>765</sup> A.P.I.M.S.C., *Registo do Clero da Ouvidoria da Calheta da Ilha de São Jorge, 1903*. (Sem numeração de fólios). Por razões de proximidade cronológica omitimos o seu nome.

<sup>766</sup> B.P.A.A.H., *Mitra de Angra*, mc. 877, «1805, Maio, 8 – Auto de denúncia», doc. avulso.

do cônjuge com uma sua criada. Pouco depois o sacerdote tentara reconciliá-los, convencendo-os a residir na sede da paróquia numa habitação contígua à sua, ao que aproveitara por diversas vezes a proximidade física para manter «relações ilícitas» com Maria da Hora. Segundo outras testemunhas mencionava-se também uma convivência antiga entre ambos e anterior à ordenação do pároco. Assim confirmava Apolinário José, afirmando que no tempo em que «a mulher era solteira mantinha relações ilícitas com o padre na Urzelina» e «por algumas quatro vezes vio elle testemunha que os ditos se fexavão em hua sala sos a falarem hum com o outro»<sup>767</sup>. Aliás, Maria da Hora parecia assumir esta relação, pois «lhe tinha feito papel (= testamento) de parte do seu patrimonio» e, numa das muitas quezílias com o marido, afiançara «que o não queria e que ella havia de hir para onde quer que fosse o dito padre»<sup>768</sup>.

Ainda na paróquia de Nossa Senhora das Neves, o pároco José Francisco Morais fora admoestado, em 1859, pelo seu ouvidor acerca do «comportamento escandaloso» que praticava<sup>769</sup>. É que, graças à sedução que usara para com uma mulher casada, esta abandonara a sua família fugindo para a Terceira e seguidamente para o Faial. Nessa altura José Francisco Morais aproveitou o gozo da sua licença, mas fora pouco discreto quer pela publicidade dos contactos ilícitos, quer pela sua longa demora ao ponto de exceder o tempo concedido.

Finalmente, aluda-se a outras duas situações de concubinato, desta feita praticadas por eclesiásticos da vila da Calheta, freguesia contígua à Ribeira Seca. A primeira concerne ao presbítero Francisco Inácio Franco, capelão dos Biscoitos um dos curatos da vila. Este padre era natural de São Miguel, onde paroquiou durante vários anos até ser transferido para São Jorge<sup>770</sup>. Em 1880,

---

<sup>767</sup> B.P.A.A.H., *Mitra de Angra*, mç. 877, doc. já cit.

<sup>768</sup> Id., *Ibid.*

<sup>769</sup> B.P.A.A.H., *Mitra de Angra*, mç. 876, «Ofício com informações e requerimentos pedindo justiça, 1859», documento nº 33.

<sup>770</sup> *N.H.*, I, p. 331. Era filho de António Inácio Franco e de Ana Jacinta de Carvalho. Faleceu com 66 anos em 19 de Junho de 1898.

quando colocado no referido curato iniciara um modo de vida incompatível com o seu ofício. Por esta razão o ouvidor da ilha entrara em contacto com o vigário geral da diocese que, por sua vez, intimara o pároco que retirasse «até 30 de Junho» a mulher com quem se achava «escandalosamente amancebado» e simultaneamente reparasse «os graves escandalos que tem feito», sob ameaça de ser suspenso<sup>771</sup>.

Não muito depois, em 1889, a autoridade eclesiástica via-se novamente forçada a agir, agora contra o Pe Bartolomeu Álvaro de Bettencourt, neto do capitão-mor da vila da Praia da ilha Graciosa e, por sua vez, irmão de Manuel Álvaro de Bettencourt, cura da Calheta em 1877<sup>772</sup>. Segundo informação do bispo de Angra ao ouvidor, Bartolomeu Álvaro de Bettencourt não podia continuar a exercer o lugar de beneficiado da freguesia pois, não só averbava um longo historial em concubinatos, como continuava a praticá-los na freguesia onde estava colocado<sup>773</sup>. Ao que conseguimos apurar este beneficiado estivera pouco tempo na Calheta, mas o suficiente para deixar má impressão às chefias eclesiásticas e seus paroquianos. Subrepticamente o ouvidor terá intercedido por ele, mas de pouco valeu ao prevaricador como se depreende da resposta emanada da cúria episcopal: «admiramos muito que tão pouco saiba da vida do Reverendo Bartolomeu Álvaro de Bettencourt tendo elle sido tão publicamente escandaloso»<sup>774</sup>.

Os testemunhos aqui deixados não podem, de modo algum, ser interpretados como uma resenha da moralidade do clero jorgense. Para tal seria necessária uma investigação profunda e alicerçada em documentação do foro judicial, bem como uma análise mais intensa ao núcleo da Mitra de Angra e, sobretudo, a outros da própria diocese de Angra. E, se porventura nos debatemos

---

<sup>771</sup> B.P.A.A.H., *Mitra de Angra*, mç. 877, «1883 - Intimação ao Padre da Calheta».

<sup>772</sup> *N.H.*, I, p. 330.

<sup>773</sup> A.P.I.M.S.C., *Correspondência Episcopal* (1875-1887), Carta do bispo de Angra datada de 17.09.1889. De facto este vigário, por comportamentos menos dignos, já havia sido transferido anteriormente para a freguesia da Luz da ilha Graciosa de onde era natural.

<sup>774</sup> *Idem*.

aqui com uma faceta porventura mais obscura da Igreja, ficaram certamente por relatar inúmeros depoimentos de boa conduta moral, de relevante acção pastoral, e até gestos de generosidade.

De qualquer modo os vários documentos compulsados acabam por se enquadrar numa tendência pluri-secular, na qual o sistemático celibato das oligarquias expelia os filhos excedentários para os seminários e conventos. Por outro lado e, particularmente nos séculos XIX e XX, o ofício eclesiástico era, ao contrário, visto como um meio eficaz de promoção social, gerando nas famílias mais humildes um estatuto de maior respeito no seio da comunidade<sup>775</sup>.

Mas a questão da falta de vocações e a ténue vigilância da diocese sobre os seus subordinados também se sentia com intensidade nos Açores, onde a própria geografia e a ruralidade se encarregavam de criar maiores embaraços à boa evangelização. Segundo o governador do distrito de Angra do Heroísmo, em 1858, o estado do clero, principalmente nas ilhas periféricas, não era o melhor, contribuindo para isso a generalizada falta de vocação, a impreparação, e a ténue vigilância diocesana.

«O estado do clero não é bom. Os padres em geral são pouco instruídos e menos moralizados, o que provem de tomarem o estado ecclesiastico por especulação e não por vocação; da falta d'uma educação regular [...] e da falta de visita do prelado diocesano há mais de 35 anos, tanto mais necessaria quando o territorio da diocese se compoe de differentes ilhas, que são como pequenos estados sobre si e onde as auctoridades locais, longe das visitas da auctoridade superior podem abusar mais frequentemente»<sup>776</sup>.

Mais tarde, em 1873, João Caetano de Sousa e Lacerda, administrador do concelho da Calheta e residente na Ribeira Seca parecia comungar desta ideia,

---

<sup>775</sup> A este respeito consulte-se o artigo de Fernanda Olival e Nuno Gonçalo Monteiro, «Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820), *Análise Social*, vol. XXXVII, n.º 165 (Inverno de 2003), pp. 1213-1239.

<sup>776</sup> *Governo Civil do Districto d'Angra do Heroismo in Relatorios sobre o estado da administração publica nos districtos administrativos do continente e ilhas adjacentes em 1858*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859.

ênfatizando a falta de vocação dos clérigos como a principal causa da decadência da Igreja.

«Na classe proletária é frequentíssimo o desvairamento de rumo nas vocações [...]. Sinfrónio – o jornaleiro – crê que o *non plus ultra* da sua felicidade consiste em que seu único filho seja padre [...] Sinfrónio, o honrado proletário, crê na sua ingenuidade que o sacerdócio é um ofício como outro qualquer. Por isso ele saúda com íntimo júbilo a entrada do filho na vinha do Senhor, e com um longo suspiro de alívio desafoga nas seguintes palavras: ora graças a Deus! Tem o meu filho um meio de passar a vida limpamente! No entanto o filho depois de alistar-se nessa sagrada milícia, entre a qual e o século nada há de comum, em vez de constituir-se vigilante sentinela do templo, associa-se aos que o pretendem demolir; retira os olhos de Jerusalém e fixa-os em Babilónia; pensa no Céu por ofício e na terra por costume [...]»<sup>777</sup>.

Mas esta realidade, ademais generalizada em textos da época, era também destacada por António Miguel da Silveira Moniz, um ribeirão-sequense, nos seus *Contos Insulares*. Uma das suas histórias «O Padre Justino» pretendia, quanto a nós, alertar para a frequente imposição da carreira eclesiástica a seus filhos, como meio de promoção social. Este conto aparenta ter uma base verídica pois são apontadas diversas datas (décadas de 1870 e 1880) e factos, decorrendo na ilha das Flores onde um casal humilde forçara seu filho à vida sacerdotal. Porém, a falta de vocação de Justino e o amor que nutria para com uma conterrânea forçaram-no ao suicídio quando já havia sido ordenado.

«Que alegria para aquela boa gente, se vissem o filho elevado à classe sacerdotal!<sup>778</sup> [...] «Não tinha vocação para a vida eclesiástica; estava mesmo convencido de que seria um mau padre, porque lhe faltavam todas as qualidades necessárias ao desempenho d'um ministerio, que é todo d'abnegação e caridade. Mas a mãe não atendeu a taes reflexões. Faltava-lhe a vocação? Ela viria depois»<sup>779</sup>.

---

<sup>777</sup> Cf. «As Vocações ou Filosofia a Preços Reduzidos» in *O Jorgense*, ano II, nº 34, 1.3.1873. Artigo compilado na obra *João Caetano de Sousa e Lacerda. Colectânea de Artigos Publicados em Jornais (1871-1910)*, recolha de Jorge Paulus Bruno, Câmara Municipal da Calheta, 1994, pp. 18-20.

<sup>778</sup> Silveira Moniz, *Contos Insulares*, 2ª ed. modificada e recomposta por Câmara dos Reis, s/l, Almeira, Miranda & Sousa Lda, Editores, 1914, p. 126.

<sup>779</sup> Id., *Ibid.*, p. 131.



Também alguns escritores estrangeiros nomeadamente os irmãos Bullar, sobrelevavam a pouca vocação do clero açoriano, donde decorria a sua falta de preparação e o desrespeito reiterado para com o celibato que lhes era imposto. De facto a impressionante lucidez, perspicácia e até humor destes ingleses, relatam-nos por diversas vezes a pouca convicção sacerdotal posta nos sacramentos, o seu latim «mascavado» e o sistemático convívio com mulheres. Estes britânicos atribuíam-lhes uma quota-parte de responsabilidade na frequente falta de moralidade e correspondente fracasso de diversos matrimónios:

«Quer em resultado destes factos [o casamento concertado], quer por motivo do relaxamento dos costumes e conseqüente sensualidade, o nó matrimonial é a cada passo desfeito pelos homens da forma mais desbragada. De facto, se os padres dão, de um modo geral, o exemplo da quebra dos votos que fizeram a Deus, que admira que os seus rebanhos se extraviem do caminho verdadeiro?»<sup>780</sup>.

A diocese de Angra parece ter posto particular cuidado na moralização do clero durante o último quartel oitocentista. Eventualmente conhecedor de alguns excessos, D. João Maria d'Amara e Pimentel ordenara a seus ouvidores uma recolha completa de informações acerca dos seus subordinados, designadamente o nível intelectual, frequência de casas de jogo e tabernas e a co-residência com mulheres não incluídas nas prescrições reguladas pela própria Igreja<sup>781</sup>. Mas a questão específica do celibato sacerdotal foi igualmente alvo de várias circulares exortando o clero a reconhecer as virtudes da castidade e a abandonar semelhantes pecados<sup>782</sup>.

De qualquer modo, e ressalvando que o quadro eclesiástico açoriano no século XIX ainda aguarda investigação, as fontes consultadas permitem-nos afastar a hipótese de lidarmos com circunstâncias isoladas de fraco testemunho

---

<sup>780</sup> Cf. Joseph e Henry Bullar, *Um Inverno nos Açores* [...], p. 309.

<sup>781</sup> Cf. «Circular aos parocos de 15.12.1873», in *Boletim Eclesiástico dos Açores*, tomo I, pp. 241-246. Estas informações, a terem existido, eventualmente encontram-se na posse da Diocese de Angra.

<sup>782</sup> Ver, p.e., a longa instrução de 1880 enviada ao clero (*Boletim Eclesiástico dos Açores*, tomo IV, pp. 113-127, *maxime* p. 125).

clerical. No caso particular da freguesia da Ribeira Seca a comprovada obstinação concupiscente por mais de vinte anos do Pe António Silveira, bem como a sua extrema incúria nos assuntos administrativos, parece-nos reveladora da ineficácia episcopal em pôr cobro a semelhantes situações. Se dermos, por outro lado, como provadas as alegações pendentes contra o vigário João Inácio de Sousa, pouco prudente na sua conduta sexual, ressalta a prolongada reincidência do desvio à lei canónica. Por outro lado, e no que respeita concretamente ao Pe António Silveira, verificou-se que a sua persistência no concubinato público, por mais de vinte anos, forçou à actuação da diocese mas não o removeu do cargo. Nestas circunstâncias o exemplo dos ministros de Deus entorpecia a evangelização e, sobretudo, não pugnava pela boa conduta moral.

A conduta do padre reflectia-se, por certo, na própria comunidade pese embora a acção pastoral que tenha desenvolvido e a boa memória que dele ficou. Por outro lado não temos elementos que nos permitam acompanhar, ano após ano, o comportamento de todos os clérigos jorgenses<sup>783</sup>. No universo sacerdotal jorgense é, eventualmente, quase irrelevante o número de sacerdotes com práticas ilícitas, embora, na Ribeira Seca se possa contabilizar um número relativamente superior de clérigos não cumpridores dos seus votos de ordenação.

### 6.3 – A prática das elites

Ao longo deste trabalho, designadamente no que respeita ao cômputo e condição das mães solteiras, foram enumeradas diversas famílias de elevada condição económica com percursos ilegítimos. Mas, mais do que a simples contabilização destas situações, até porque associadas às próprias vicissitudes demográficas e de conservação do património, devemos-nos centrar num conjunto

---

<sup>783</sup> Por exemplo em 1848-1849, dos 18 párcos existentes nas ouvidorias das Velas e Topo, apenas o comportamento do Reverendo Miguel Joaquim da Fonseca (pároco da Urzelina, concelho de Velas) era tido por «escandalozo». Cf. B.P.A.A.H., *Mitra de Angra*, mç. 875, «Rellação das Igrejas Parochiaes [...] ouvidoria eclesiastica da villa das Velas [...] feita em 20 de Outubro de 1848» e «Rellação das Igrejas Parochiaes [...] ouvidoria eclesiastica da Villa Nova do Topo [...] feita em 12 de Março de 1849».

muito restrito de agregados cujo protagonismo sócio-económico foi bem vincado na Ribeira Seca no decurso do século XIX.

Num primeiro nível cumpre destacar as patentes militares, mormente os sargentos, tenentes e capitães das companhias de ordenanças extintas no arquipélago açoriano em 7 de Dezembro de 1831<sup>784</sup>. À excepção dos capitães e sargentos-mores da jurisdição cujo provimento carecia de sanção régia, os alferes e sargentos eram eleitos pelos municípios - a quem presidia o corregedor - por determinado período durante o qual comandavam as tropas de terceira linha<sup>785</sup>. Mas os rendimentos que auferiam provinham essencialmente das suas propriedades, sendo que a patente militar se assumia como um meio de reforçar o seu prestígio social e, eventualmente, de os transportar aos cargos subalternos da vereação.

Caberá indagar acerca da efectiva importância social destas chefias militares, designadamente o seu nível económico e influência política. Ora, no caso dos principais militares, nem sempre abastados proprietários, verifica-se possuírem um efectivo domínio sobre as populações nem que seja, por lucrarem «com a ameaça de fazer enrolar e incluir nas levas os mancebos da sua jurisdição»<sup>786</sup>. Tal não sucederia, pelo menos directamente, com os sargentos e alferes, várias vezes possuidores de uma condição económica modesta<sup>787</sup>. Contudo, a sua dependência face ao comando militar por quem eram directamente nomeados, também lhes granjeava alguma proeminência e respeitabilidade social. Por isso os detentores cargos secundários do corpo militar das companhias, estando bastante distantes do estatuto social

---

<sup>784</sup> José Damião Rodrigues, «Orgânica militar e estruturação social [...]» in *O Faial e a Periferia Açoriana* [...], p. 550.

<sup>785</sup> Cf. Avelino de Freitas de Meneses, *Os Açores nas Encruzilhadas de Setecentos* [...], vol. I, pp. 390-400.

<sup>786</sup> Cf. Fernando Pereira Marques, *Exército e Sociedade em Portugal no declínio do Antigo Regime e advento do Liberalismo*, col. Biblioteca de História, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981, p. 171.

<sup>787</sup> Assim se verifica, ainda que em pequena escala, para alguns sargentos e alferes, cuja efectiva profissão se confinava às artes e ofícios ou ao trabalho agrícola.

normalmente reconhecido às elites, não deixavam de possuir um certo ascendente ao nível do *microcosmo* de uma paróquia.

O contributo deste sector populacional no nascimento fora do matrimónio revela-se muito modesto, mas nem por isso inexistente, até como salientado nas «ilegitimidades» descritas no quarto capítulo. Numa visão de conjunto e baseada nos seus descendentes com ilegítimos, observa-se a participação de onze militares, quatro dos quais portadores de elevadas patentes - dois capitães e tenentes - a que se deverão adicionar um sargento, um ajudante e três alferes. Mas, porque em duas famílias mais de um filho optou pela ilegitimidade, regista-se um total de catorze filhos - seis do sexo masculino e oito do feminino.

**Quadro 6.8**  
**Nomes e cargos dos militares com percursos ilegítimos**

Nome pai	Cargo	Mãe	Fam	Tipo ileg.	Sexo filhos	Duração 1ºileg-cas
António Joaquim Azevedo	Ajudante	Bárbara Joaquina	-	1	f	-
António Machado Azevedo	Capitão	Antónia Joaquina Silveira	12	0	f	-
António Silveira Ávila	Tenente	Isabel Silveira	523i/634	2	f	7 dias
João António Silveira	Tenente	Iria Silveira Jesus	349	2	m	12 anos
João Caetano Sousa	Alferes	Maria Otilia Forjaz Lacerda	871	3	m	1 ano
João Matos Silveira	Alferes	Rosa Bernarda Silveira	-	1	f	-
João Sousa Borges	Alferes	Francisca Chagas Silveira	392	3	m	17 anos
João Sousa Borges	Alferes	Francisca Chagas Silveira	392	0	f	-
João Sousa Mancebo	Capitão	Maria Delfina Coração Jesus	1718	2	m	5 meses
Manuel António Silveira	Alferes	Eusébia Joaquina Silveira	49	1	f	-
Manuel Joaquim Azevedo	Alferes	Maria Delfina Silveira	688	3	m	30 anos
Manuel Joaquim Azevedo	Alferes	Maria Delfina Silveira	688	2	m	8 anos
Manuel Joaquim Azevedo	Alferes	Maria Delfina Silveira	688	3	f	17 anos
Raulino Azevedo Machado	Sargento	Isabel Joaquina	961	0	f	-

Segundo o quadro 6.8, a maioria dos progenitores registou posterior consórcio na freguesia (62%), enquanto apenas se incluem três mães solteiras com óbito conhecido (tipo 0) e outras tantas sem informação (tipo 1). Relativamente às mulheres falecidas solteiras encontra-se Josefa Joaquina Silveira, filha do capitão António Machado Azevedo. Contudo, seu filho fora registado como descendente de António Silveira Vilalobos, «futuro esposo» de Josefa Silveira<sup>788</sup>. A outra solteira ao óbito, Isabel Joaquina Azevedo, também gerara um único filho em 1867, mas falecia solteira em 1911. Apesar de filha do sargento Raulino Azevedo Machado, o filho desta mulher fora baptizado por filho de pai incógnito. Ora na família deste lavrador, composta por seis filhos, apenas se conhece descendência de Isabel, o que indicará uma forte contenção matrimonial<sup>789</sup>. Já Mariana Faustina, também solteira de tipo 0, descendia do alferes João Sousa Borges, e dava à luz dois filhos, ambos de António Silveira Belo, seu «futuro esposo»<sup>790</sup>.

Também as mães solteiras de tipo 1 geravam um único filho, tanto quanto nos é possível conhecer. No entanto, e mau grado o relevante estatuto social de seus pais, não só é desconhecido o seu eventual matrimónio, como duas delas parecem não terem reparado o eventual estigma da reprodução celibatária. Efectivamente Genoveva Francisca Silveira, filha do alferes Manuel António Silveira, fora mãe de Maria em 1826, a qual viria, por sua vez a persistir na maternidade solteira. Já D. Rosa Claudina da Silveira, descendente do alferes João de Matos da Silveira tivera, em 1868, Amélia, registada no assento de seu matrimónio (20.01.1896) como filha de pai incógnito<sup>791</sup>.

---

<sup>788</sup> Fam. 951i. Na família deste capitão composta por dez filhos, dois faleceram com idades inferiores a 35 anos, enquanto Josefa Silveira foi a única celibatária com descendência. Todos os restantes filhos registaram matrimónio na Ribeira Seca.

<sup>789</sup> De facto, outros dois irmãos, Maria (n. 7.10.1830) e Manuel (29.12.1834) também faleceram solteiros em inícios do século XX, desconhecendo-se informação adicional sobre Maria (13.10.1831), Jorge (20.10.1832) e Senhorinha (17.08.1840).

<sup>790</sup> Demos já conta deste percurso familiar no quarto capítulo.

<sup>791</sup> Amélia emigraria com passaporte em 1902 para os Estados Unidos da América.

Por último, e como destacado anteriormente, a maioria das situações de bastardia envolveram um posterior matrimónio, muito embora em metade dos casos o pai não se declarasse no assento de baptismo. De acordo com o quadro 6.8, esta situação parece ser, obviamente, característica dos cargos subalternos. Pelo contrário, as quatro ocorrências de progenitura de tipo 2 (declaração do pai no assento de baptismo) derivam de descendentes de um capitão, dois tenentes e de apenas um alferes. Mas o tipo de ilegitimidade, ou se se preferir de compromisso, parece não encontrar correspondência directa com uma maior brevidade na legitimação dos filhos. Assim, enquanto Maria da Soledade, filha do tenente António Silveira Ávila, se casava sete dias após o nascimento de seu filho, já o camponês Manuel Silveira Rodrigues, filho do tenente João António Silveira, demorava 12 anos para efectivar o compromisso. Da mesma forma, na ilegitimidade de tipo 3, deparamo-nos, em apenas um ano, com o casamento de João Caetano de Sousa e Lacerda (futuro procurador do concelho) com Maria Silveira e Sousa, filha de mãe solteira<sup>792</sup>. Ao invés, Vitorino José Azevedo, igualmente filho de um alferes, demoraria cerca de 30 anos para desposar a mãe de seus filhos, Maria Laurência da Silveira, também ela filha de mãe solteira<sup>793</sup>.

Torna-se difícil a compreensão da ilegitimidade adentro destas categorias militares, sobretudo por não se enquadrarem num padrão único. Ademais, o escasso universo dos descendentes com percursos ilegítimos obsta a uma análise fiável das causas mais prováveis para o comportamento estudado. Na falta de maior volume informativo e de outras metodologias que possam contribuir para uma diferente visão do fenómeno, parece legítimo considerar-se a hipótese deste grupo encetar, na medida do possível, uma lógica matrimonial específica e simultaneamente restritiva, de modo a lograr o controle sobre o património. De facto, em boa parte das famílias estudadas verifica-se um forte celibato o que conduziria, em situações extremas, ao nascimento fora do matrimónio. Mas a própria lógica de sucessão patrimonial, baseando-se numa

---

<sup>792</sup> Fam. 1478i/1827.

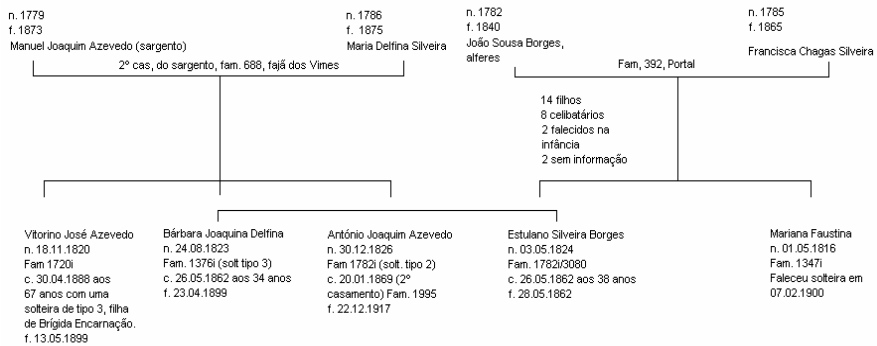
<sup>793</sup> Fam. 1720i/3185.

prática de transmissão *post-mortem*, determinava um acesso ao matrimónio em função do falecimento de um dos progenitores, algo que se observa em boa parte destas famílias.

Um exemplo modelar parece buscar-se nos agregados do sargento Manuel Joaquim Azevedo e do alferes João Sousa Borges onde a bastardia se fez sentir em larga escala. No primeiro caso todos os três descendentes registaram matrimónio mas possuíram previamente famílias ilegítimas. O primogénito, Vitorino José Azevedo casou-se muito tardiamente, em 1888, quando seus pais já haviam falecido. Já sua irmã, Bárbara Delfina, consorciou-se em 1862 com Estulano Silveira Borges, órfão de um alferes e cuja mãe morria em 1865. António Joaquim, último filho do casal, também averbava trajetórias na ilegitimidade, casando-se pela segunda vez, em 1869, com Maria Laurência, cujo pai falecera no ano anterior.

Na família do alferes João de Sousa Borges, também caracterizada pela elevada longevidade dos chefes, denota-se uma forte contenção matrimonial. Dos catorze filhos do casal, apenas Bartolomeu constituiu família legítima aos 53 anos, mas com uma natural do Norte Pequeno. Seu irmão Estulano Silveira Borges, já mencionado, casara-se com a mãe de seus filhos dois dias antes de falecer, certamente com o propósito de os legitimar. Mariana Faustina fora, pois, a única filha do casal com descendência a falecer solteira, mesmo que seu companheiro – António Silveira Belo – se assumisse no nascimento de seu filho.

**Figura 6.8**  
**Genealogia parcial do sargento Manuel Joaquim Azevedo e do alferes João Sousa Borges**



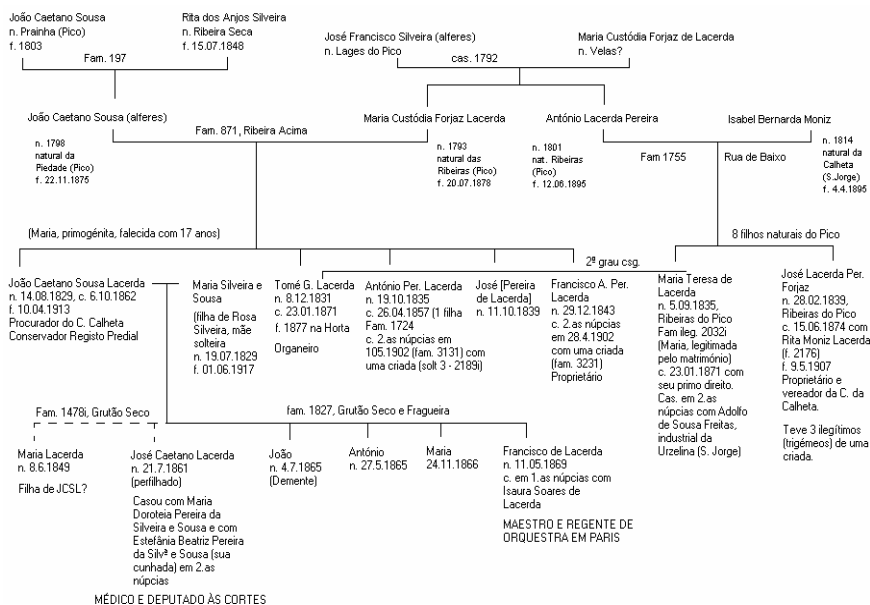
A contenção matrimonial, o elevado celibato, e as práticas reprodutoras fora do matrimónio manifestadas pelas chefias militares parecem enquadrar-se na prática corrente da freguesia. É certo, porém, existir uma menor tendência para a ilegitimidade, sobretudo de casos que envolviam mães solteiras ao óbito, até porque os seus filhos eram, em boa parte, legitimados. Mas apesar disto, as significativas ocorrências de solteiras de tipo 3, bem como os diversos casamentos celebrados muito após o nascimento dos bastardos, revelam-nos que estas famílias, apesar da sua respeitabilidade social, não estavam isentas do fenómeno aqui tratado. Nesta perspectiva as práticas ilícitas mantidas pelas chefias militares, ainda que não possam ser rigorosamente mensuradas, parecem constituir uma boa evidência da bastardia enquanto prática ou expediente muito enraizada na sociedade.

Deslocando-se a observação para os grandes proprietários da freguesia e da própria ilha de São Jorge mas, também, aos indivíduos cujo protagonismo social era absolutamente incontornável pelo seu capital político ou escolar, encontramos um conjunto muito restrito de famílias. Cumpre-nos destacar, em primeiro lugar, os Lacerdas, mais concretamente um dos ramos provenientes da



ilha do Pico e que se fixaria na Ribeira Seca no primeiro quartel Oitocentista. Desta família, maioritariamente oriunda das paróquias rurais do Pico, Ribeiras, Piedade e Prainha, fixar-se-iam, na Ribeira Seca, o alferes João Caetano de Sousa e seu cunhado António de Lacerda Pereira.

**Figura 6.9**  
**Genealogia parcelar dos Lacerdas da Ribeira Seca**



Do ramo do alferes João Sousa Caetano e de sua consorte Maria Custódia Forjaz de Lacerda, ambos nascidos no Pico em finais de Setecentos, descenderam cinco filhos todos naturais da Ribeira Seca e maioritariamente possuidores de trajectórias no nascimento fora do consórcio<sup>794</sup>. João Caetano de Sousa e Lacerda fora, indiscutivelmente, um dos mais influentes políticos da ilha de São Jorge na segunda metade do século, sendo procurador do concelho da

<sup>794</sup> Fontes: base de dados da Ribeira Seca e da freguesia de Ribeiras do Pico; Marcelino Lima, *Famílias Faialenses* [...], pp. 412-495; João Caetano de Sousa e Lacerda, «Os Meus Antepassados», in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 6 (1970 a 1974), nº 1, pp. 29-52 (apontamentos redigidos em 21.11.1901), e *N.H.*, vols. I e II.

Calheta, conservador do Registo Predial e, ainda, figura de proa do partido regenerador na ilha. Nessa qualidade fora assíduo escritor na imprensa jorgense mantendo, também, importantes contactos com os políticos da metrópole<sup>795</sup>. Este destacado munícipe casara-se em 1862 com Maria Silveira e Sousa, filha natural de uma mãe solteira – Rosa Silveira – legitimada mais tarde pelo matrimónio de sua mãe com um jornaleiro, Manuel Joaquim Marques Brasil<sup>796</sup>. Mas Maria Silveira e Sousa tivera, em 1849, uma filha, que não fora aparentemente perfilhada, ao contrário de José Caetano de Sousa, futuro médico e deputado às cortes<sup>797</sup>.

Outro irmão de João Caetano de Sousa e Lacerda, Tomé Gregório de Lacerda, negociante e organeiro, também possuía descendência ilegítima, se bem que em circunstâncias bem diferentes. É que por ajuntamento com sua prima Maria Teresa de Lacerda nascera Maria em Agosto de 1870, legitimada um ano depois pelo matrimónio dos pais. Para a efectivação deste consórcio os primos foram dispensados do segundo grau de consanguinidade.

Dos restantes irmãos de João Caetano, destaque-se o percurso de António Pereira de Lacerda e Francisco Augusto Pereira de Lacerda, ambos proprietários. O primeiro depois de enviuar casara-se com a criada em 1902, enquanto o segundo o faria duas semanas depois, também com uma servente, mas em primeiras núpcias. António Pereira de Lacerda contraía casamento com

---

<sup>795</sup> Cf. João Caetano de Sousa e Lacerda. *Colectânea de artigos publicados em jornais (1871-1910)*, Câmara Municipal da Calheta, 1984; *Cartas a Francisco de Lacerda*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1988; João Carlos Garcia e Miguel Nogueira, «Cartas de São Jorge (1899-1913). O Espaço Vivido e Recordado da Família Lacerda» in *V Colóquio Internacional de História das Ilhas do Atlântico. O Papel das Ilhas do Atlântico na Criação do Contemporâneo*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2000, pp. 695-729.

<sup>796</sup> Fam. 1353i. O companheiro assumiu-se como futuro esposo embora o casamento, efectivamente realizado, não conste dos registos da Ribeira Seca. Sua mãe faleceu viúva em 1896.

<sup>797</sup> No registo de baptismo do livro de resumos José consta como filho de pai incógnito anotando-se em observação «foi legitimado pelo casamento de seus paes – assento nº 12 – 1862». A mesma informação com designação do nome dos pais foi lançada à margem do assento original de baptismo lendo-se, todavia, com muita dificuldade. Maria, filha de Maria Silveira e Sousa, ao que tudo indica não seria descendente de João Caetano de Sousa e Lacerda. De facto os seus padrinhos, António Miguel Lainhas e Sabina Rosa, eram indivíduos muito pobres ao contrário dos de José, Vitorino José Machado tesoureiro da paróquia e Isabel Silveira, mulher solteira. Não deixa de causar estranheza o facto do padre anotar «legitimado» quando essa menção só era aposta nos baptismos em que o pai se declarava no registo.

Isabel Eugénia Silveira, já portadora de duas crianças (solteira de tipo 3), mas não procriados pelo consorte. Já Francisco de Lacerda associava-se formalmente a Rosa Josefa Anunciada, sua criada e depois «assistente», não existindo, porém, qualquer descendência ilegítima registada entre ambos<sup>798</sup>.

Na família de António Lacerda Pereira, um abastado proprietário da Ribeira Seca e das Ribeiras do Pico<sup>799</sup>, é conhecida ilegitimidade proveniente de seu filho José de Lacerda Pereira Forjaz, proprietário e vereador da câmara da Calheta. Em 1874 casara-se com Rita Moniz de Lacerda<sup>800</sup> mas é do conhecimento geral na freguesia que mantivera relações extra-conjugais com uma criada, Maria Isabel Augusta, mãe de 11 filhos ilegítimos e, por sua vez, filha de mãe solteira. Segundo diversos relatos, inclusive dos próprios descendentes de Maria Augusta, o conhecimento desta situação fora facilitado pelo nascimento de trigêmeos, Rosa, Maria e Manuel em 02.01.1890. Estes foram baptizados por ilegítimos, se bem que a mulher de José Pereira Forjaz tivesse auxiliado Maria Isabel Augusta, atendendo à sua extrema miséria. Ao que pudemos indagar acerca desta família foi-nos relatado por uma descendente que os filhos desta mulher possuíam o apelido Lacerda, desconhecendo-se, entretanto, se José Pereira Forjaz fora pai de todos eles:

«My gramma Rita Lacerda, born May 2, 1880 in Ribeira Seca, São Jorge, was one of 11 illegitimate children (including triplets!) but I knew nothing of her father outside family stories about his being a well to do merchant and a musician who had an invalid wife and maintained a housekeeper who had his 11 children. All the children carried his surname Lacerda. All eventually came to California to settle»<sup>801</sup>.

<sup>798</sup> Deu-se já conta destes percursos no capítulo IV, a propósito da análise efectuada aos expostos.

<sup>799</sup> Em 1881 era arrolado como o sexto maior proprietário com um rendimento anual de 200.500 réis. Pelo seu testamento de 21.01.1888 estipulava um legado pio de 50 missas e uma quantia de 80 mil réis a distribuir pelos pobres: 60 mil para os das Ribeiras do Pico e 20 mil para os da Ribeira Seca. A *terça* era legada a seus filhos e neta Maria (filha de Tomé Gregório e Maria Teresa), mas os tios obrigavam-se a entregar-lhe uma pensão anual de 4 mil réis o que perfazia um total de 16\$000. Cf. B.P.A.A.H., *Tabelionato – Ilha de São Jorge*, Notas do tabelião Joaquim António Silveira, liv. 19 (1887-1888), fls. 17v.-18v.

<sup>800</sup> Eram primos diretos, tendo sido dispensados do segundo grau de consanguinidade.

<sup>801</sup> Informação publicada na Internet em <http://www.islandroutes.com/portuguese/twobarriers.shtml>. Agradecemos a Mrs Arline Silveira, descendente desta família, os vários esclarecimentos que nos facultou.

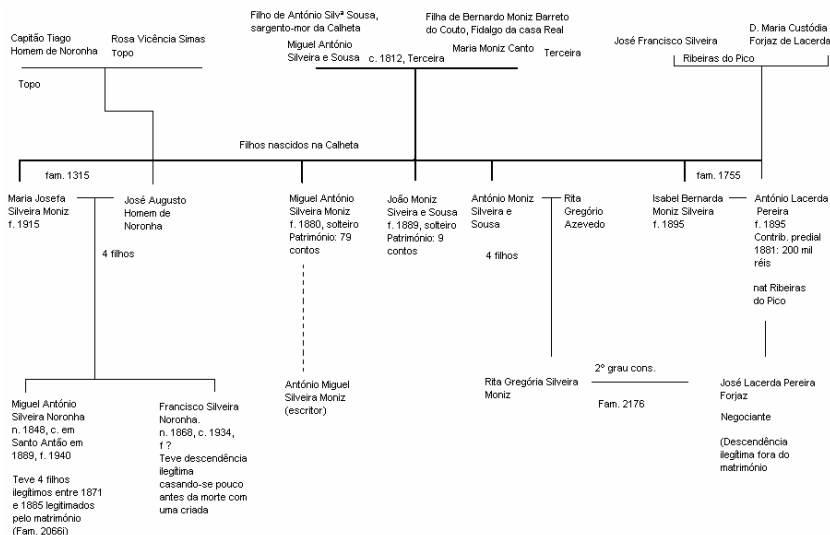
A estes percursos dos Lacerdas poder-se-iam juntar vários outros amplamente comentados na freguesia. Todavia, dada a maior proximidade cronológica entendemos não os desenvolver. Parece-nos certo, porém, a ampla aceitação e prática da ilegitimidade nesta família que, não constituindo a elite latifundiária da ilha, possuía um prestígio ímpar em todo o concelho da Calheta. É certo que o nascimento fora do matrimónio, protagonizado por esta família não se resumiu exclusivamente a relações mantidas pouco antes do casamento e com efeitos «estratégicos», como parece ter sido o caso de Tomé Gregório de Lacerda. Pelo contrário, a perfilhação de José Caetano de Lacerda, filho de uma mãe solteira desfavorecida e o casamento de seu tio António Pereira de Lacerda também com uma solteira portadora de filhos, parecem atestar uma certa negligência face à conduta ético-moral, normalmente imposta às elites locais. Isto não significará necessariamente, um desrespeito para com o sacramento do matrimónio, mas poderá revelar uma sexualidade menos rígida e um sentimento amoroso que, por vezes, quebrava a barreira entre estratos sociais.

Ao nível da grande elite terratenente do concelho, os Silveira Moniz e os Noronhas é, igualmente, conhecida ampla descendência ilegítima no século XIX. Nestas famílias, em parte já estudadas por Paulo Silveira e Sousa, acentuou-se, na segunda metade Oitocentista, «o forte celibato e a fraca nupcialidade (mesmo a dos chefes da casa) [...]. A escassez de descendentes concentrará ainda mais a propriedade das grandes famílias nas mãos de um número igualmente mais reduzido de herdeiros»<sup>802</sup>. Desta forma a ilegitimidade fora uma constante não sendo, embora, assumida na maioria das ocasiões pela própria lógica da sucessão da casa. Através do esquema genealógico de Miguel António Silveira Moniz, último capitão-mor da Calheta, poder-se-á ter uma visão, ainda que muito impressionista, acerca dos filhos ilegítimos nesta família de elite.

---

<sup>802</sup> Cf. *Território, Poder, Propriedades, Elites Locais* [...], p. 219.

**Figura 6.10**  
**Genealogia parcial de Miguel António Silveira Moniz<sup>803</sup>**



O esquema genealógico do último capitão-mor da Calheta parece confirmar a lógica de concentração da propriedade no primogénito, Miguel António da Silveira Moniz, ao mesmo tempo que procuravam ligações matrimoniais com as principais casas calhetenses: os Noronhas provenientes do Topo e os Lacerdas, da Ribeira Seca. Na realidade, Miguel António da Silveira Moniz herdara a maior parte da fortuna de seus pais, sendo o seu património avaliado em 79 contos de réis<sup>804</sup>, o que o tornava um dos maiores proprietários da ilha, sendo por isso o principal contribuinte da Ribeira Seca com um rendimento anual de um conto e duzentos mil réis segundo a contribuição predial. Falecia solteiro em 1880 mas com descendência ilegítima - António Miguel da Silveira Moniz - que, não sendo perfilhado, herdava pelo menos os

<sup>803</sup> Fontes: base de dados da freguesia da Ribeira Seca; *N.H.*, vols. I e II; Entrevistas realizadas a fregueses da Ribeira Seca; Apontamentos genealógicos elaborados pelo Sr. José Cunha da Silveira, a quem muito agradecemos a cedência dos elementos policopiados.

<sup>804</sup> A.R.F.C. *Liquidação do Imposto Sucessório*, cx. 22, proc. 20 de 1880.

apelidos de seu pai. Ao contrário de Miguel António, seu irmão João Moniz da Silveira e Sousa, também celibatário, não possuía descendentes, mas o seu património era bastante inferior, ascendendo a 9 contos de réis<sup>805</sup>. Desta forma, a fortuna destes celibatários revertia a favor de seus irmãos, Maria Josefa, António Moniz e Isabel Bernarda, já casados com representantes das principais casas do concelho.

Também a família do capitão Tiago Homem de Noronha, ligada aos Silveira Moniz através de José Augusto Homem de Noronha, possuía reprodução ilícita por meio de Miguel António Silveira Noronha e Francisco Silveira Noronha. O primeiro tivera quatro descendentes no final do século XIX legitimando-os, em 1889, pelo consórcio com Mariana de Noronha na freguesia de Santo Antão. Francisco só se casaria em 1934, já perto da morte, certamente com o propósito de legitimação dos filhos provenientes de uma relação com uma mulher com quem vivera publicamente<sup>806</sup>.

As situações descritas, às quais se poderia adicionar a de José Pereira Lacerda Forjaz são, apesar de tudo, bastante inconsistentes para se traçar um quadro do comportamento e da moralidade das elites. Para tal seria necessário o conhecimento mais aprofundado das elites concelhias, tanto a nível genealógico como das suas próprias lógicas de reprodução social, algo que não se insere, naturalmente, no propósito deste trabalho. Só através desta análise se poderia indagar com maior propriedade acerca da representatividade destes casos no total de nascimentos da elite e, sobretudo, determinar quais as formas prevaletentes de ilegitimidade. A mesma análise deveria, pois, questionar até que ponto a reprodução celibatária se confinava a uma simples estratégia de consolidação matrimonial como meio de contornar a consanguinidade mas, também, até que medida a bastardia funcionava como um escape ao elevado celibato imposto pela conservação do *status quo*.

---

<sup>805</sup> Idem, processo apenso ao nº 20 (1888) da freguesia da Calheta.

<sup>806</sup> Informações colhidas em entrevistas orais.

Seja como for, a prática das elites aqui retratadas mostra-nos ter existido uma reprodução fora do casamento multi-facetada, onde não só prevalecia o intuito do arranjo matrimonial, como a tácita aceitação de relações desiguais mantidas com mulheres solteiras de fraca condição económica. Seria, pois, tentador afirmar uma forte participação dos estratos sociais mais elevados no elevado número de solteiras ao óbito ou daquelas que viriam a emigrar. Mas estas hipóteses carecem de leituras sustentadas noutro tipo de documentação, designadamente do foro judicial, ou de outras áreas do saber como a antropologia. Também, a própria história da sexualidade e a forma como esta era interiorizada pelas sociedades será, quanto a nós, fulcral para alicerçar as principais conclusões deste trabalho.

## CONCLUSÃO

A história, sustentada em pressupostos científicos e metodológicos, produz-se através de um discurso subjectivo, mas sério e fundamentado, sobre o passado. Por isso, o conhecimento desse passado é cumulativo, na medida em que é susceptível de revisões, tanto pela produção de novas monografias, como pelo ensaio de novas perspectivas de análise. Como salientámos por diversas vezes, requerem-se mais estudos sobre a história demográfica, económica e social do arquipélago, da mesma forma que urgem investigações de carácter antropológico. Ficaremos, então, na posse de um conjunto de elementos mais abrangente e, conseqüentemente, poderemos consolidar ou refutar algumas das conclusões que ressaltam deste estudo.

De qualquer modo, cremos ter dado a conhecer a dimensão da ilegitimidade numa comunidade periférica, rural e católica. Entre 1800 e 1910, mais de 1700 crianças nasciam fora do matrimónio de seus pais, correspondendo a uma percentagem de ilegitimidade na ordem dos 18%, mas que em determinados anos superou os 30%. A observação é, assim, assaz representativa, tendo em conta não só um período de longa duração mas, igualmente, a própria dimensão de uma freguesia que excedia os 750 fogos no último quartel de Oitocentos. O estudo demográfico efectuado para o antigo distrito de Angra do Heroísmo permitiu-nos conhecer uma elevada bastardia, não só na ilha de São Jorge, como na própria ilha Graciosa. Neste sentido, a ilegitimidade na freguesia em estudo não figurará como uma *avis rara* do mundo rural açoriano, mas antes como algo que constituiu uma faceta do seu quotidiano.

Os seis capítulos que compõem esta dissertação descrevem o nascimento fora do matrimónio, tentando contextualizá-lo numa multiplicidade de explicações. Não obstante apresentarmos um estudo de cunho eminentemente demográfico, foi utilizado um *corpus* documental variado, designadamente pelo recurso a fontes de natureza notarial e judicial, de modo a buscar-se uma leitura



mais aproximada acerca da condição económica dos fregueses e das suas trajectórias familiares.

Nesta comunidade, pobre, profundamente limitada pela sua geografia e com uma economia virada essencialmente para a subsistência, desenvolviam-se quatro áreas de povoamento distintas e com uma precária ligação entre si. Ao longo do século XIX, o excessivo crescimento populacional mostrava-se desenquadrado perante os recursos económicos e as próprias condições geográficas. Novas localidades surgiam em terrenos menos produtivos, como os Lourais na vertente Sul, embora o excedente populacional fosse maioritariamente fixado na vertente Norte, a área das fajãs. Por isso, a zona privilegiada de povoamento - o Sul - chegava inclusivamente a perder efectivos, enquanto os *Nortes* duplicavam o seu peso.

Pela análise da evolução demográfica da Ribeira Seca, sustentada pelos registos paroquiais, róis de confissão e diversos mapas estatísticos, verificámos a existência de um sistema de «baixa pressão», ou seja, o número anual de nascimentos situava-se muito acima do dos óbitos, motivo pelo qual o saldo fisiológico se mostrou significativamente positivo. Sucederam-se, por isso, vagas de emigração ao longo do século XIX que, segundo as nossas estimativas, quase atingiram os quatro milhares de indivíduos. Até ao último quartel de Oitocentos, a freguesia conseguia, porém, incorporar uma substancial parte do seu crescimento natural, originando um crescimento de efectivos algo acelerado. Já nos últimos anos do século e princípio de Novecentos, a «pressão sobre a terra» motivaria uma emigração, de tal modo intensa, que determinaria um notável decréscimo dos efectivos.

Nesta emigração, fundamentalmente clandestina, participavam ambos os sexos, embora o quantitativo feminino tenha sido inferior. As relações de masculinidade eram, por isso, anormalmente baixas e incidiam, com particular relevância, nos grupos etários entre os 20 e os 35 anos. Escasseavam, pois, homens solteiros para um universo deveras alargado de mulheres em idade

susceptível de casamento. Mas outros factores dificultavam o acesso matrimonial. A consanguinidade reflectia o isolamento de vários povoados com uma forte cultura localista e manifestava-se, de forma muito intensa, na zona das fajãs do Norte, de pequena dimensão, e muito afastadas dos demais centros urbanos.

O próprio acesso à terra revelava-se difícil ante a elevada esperança de vida, que rondava os 60 anos na década de 1830. Num sistema de transmissão patrimonial que considerámos ser *post-mortem*, a posse de uma habitação e, consequentemente, de propriedade, tornava-se problemática numa freguesia em que a agricultura constituía a principal fonte de subsistência. Avultavam, por isso, os agregados domésticos extensos, onde o casal acolhia os filhos e os netos.

A idade média ao primeiro casamento, combinada com o elevado celibato definitivo, constituía o reflexo imediato de todos os condicionalismos enumerados. Em termos médios uma mulher casava-se aos 28 anos, mas em determinadas décadas, como na de 1860, o matrimónio só se efectivava após os 30 anos, ao mesmo tempo que sensivelmente 25% do universo feminino optava pelo celibato. A principal causa que apontámos para a ilegitimidade reside, naturalmente, nas baixas taxas de nupcialidade decorrentes de matrimónio muito tardio. Não admira, por isso, que a períodos de maior intensidade núbil, correspondesse, logo de seguida, um considerável decréscimo de nascimentos ilegítimos e vice-versa. Compreendemos, então, as palavras do antropólogo Jack Goody quando afirma que «a relação entre o casamento tardio das mulheres e as altas taxas de ilegitimidade não é perfeita, mas as correlações perfeitas não são características do comportamento humano. O que é óbvio é que as gravidezes e os nascimentos pré-matrimoniais não se verificam quando a idade em que as mulheres se casam é suficientemente baixa»<sup>807</sup>.

---

<sup>807</sup> Cf. *Família e Casamento na Europa*, Oeiras, Celta, 1995, p. 175 (ed. original inglesa de 1983).

Numa segunda fase, destrinçou-se o nascimento ilegítimo em função do posterior consórcio das mães e do estado civil, ao mesmo tempo que se procurou atender à condição económica dos intervenientes na ilegitimidade. As mães solteiras falecidas na paróquia (147) representaram cerca de 16% da maternidade ilegítima, iniciando, todavia, uma forte diminuição a partir da década de 1870. As portadoras de ilegítimos sem casamento ou óbito conhecido ascenderam a 38%, o que vimos radicar na sua fraca condição económica e natural propensão para a mobilidade. Também este grupo, totalizando 347 mulheres, iniciara um apreciável decréscimo no decénio de 1870.

Um conjunto composto por 379 progenitoras (42%) viria a registar posterior matrimónio na freguesia. Admitindo-se que parte das solteiras sem casamento ou óbito conhecido (38%) tenha, efectivamente contraído matrimónio, concluímos que a maioria da ilegitimidade seria de certa forma redimida em termos canónicos e civis. Porém, no grupo de solteiras posteriormente casadas existiu, ainda, um prévio e claro compromisso para 225 mães (25%), cujos companheiros assumiram a paternidade no assento de baptismo dos seus filhos, legitimando-os em média cinco anos depois. Outras 154 mães (17%) conheceram um destino algo diferente, já que os descendentes nasciam sem filiação paterna, embora viessem a estar enquadrados mais tarde pela união da mãe. Note-se, contudo, que a união formal destas progenitoras só se concretizava, em termos médios, ao fim de doze anos, nem sempre com o pai de seus filhos.

Salientou-se, igualmente, que a simples distinção entre solteiras ao óbito (tipo 0), «para sempre» (tipo 1) e «por algum tempo» (tipos 2 e 3), poderá afigurar-se redutora, mercê de uma observação terminada em 1910 e de uma mobilidade acentuada. Destes factores resultou o desconhecimento do percurso subsequente das portadoras de filhos de tipo 1 que, poderão, em certa medida, ter casado. Julgamos, no entanto, que a própria reconstituição deste universo impunha essa destrinça face ao formulário dos assentos de baptismos e ao eventual consórcio da mulher. Porém, deixamos claro que a cada tipo de

ilegitimidade não correspondia, de modo algum, uma sub-população própria. É que as portadoras de bastardos concebiam geralmente em idade avançada e não distante das famílias legítimas.

A relação entre maternidade ilegítima e riqueza mostrou-nos que as «ilegitimidades» se associavam na sua maioria ao desfavorecimento, embora se devesse recordar que boa parte da população era claramente pobre. Ficou igualmente expresso que os agregados possidentes ou remediados também conheceram a bastardia, independentemente das mulheres se consorciarem posteriormente ou não. Aliás, a inexistência de um padrão social inerente à ilegitimidade foi demonstrado por inúmeros casais que simultaneamente possuíam filhas em cada uma das tipologias. Esta realidade, em nosso entender, muito se relacionou com o retardamento do matrimónio imposto a todos os filhos, mercê de uma lógica de sucessão patrimonial, onde, de modo geral, os chefes de casal tentavam garantir a indivisibilidade da casa até à morte.

O nascimento fora do matrimónio avultava, pois, como um fenómeno social. Em cerca de 20% das configurações domésticas residiam filhos ilegítimos. A maior parte destes agregados eram alargados à família nuclear, ou seja, os netos eram acolhidos em casa dos avós maternos, o que demonstra a aceitação do fenómeno e reflecte a ampla solidariedade familiar de outrora. Mas, se a população conhecia genericamente a ilegitimidade, sempre se esboçavam algumas diferenças entre pobres e remediados, ocorrendo uma menor incidência entre os abastados. No entanto, releva o facto de ambos os grupos serem portadores de bastardos, sobretudo quando o chefe de família tinha de suportar um excessivo número de filhas adultas. Neste sentido, reforçamos a ideia da generalização do fenómeno da ilegitimidade: não se tratava propriamente de um estigma de determinados grupos, mas antes uma fatalidade social.

Essa adversidade, que abarcava todos os estratos sociais, conseguia, todavia, ser mitigada de forma mais eficaz pelos possidentes. De facto, os remediados e ricos consorciavam cerca de 73% dos seus filhos, mesmo que

destes 38% tenha enveredado anteriormente pelo nascimento fora do matrimónio. Pelo contrário, os pobres não só manifestavam menor capacidade matrimonial (65%), como cerca de metade dos que se casavam conceberam fora desta instituição, possuindo, não raras vezes, consortes exteriores à paróquia ou já viúvos. Idêntica ideia se confirma pelo acolhimento familiar proporcionado aos netos. Os desfavorecidos, ao não conseguirem casar todas as suas filhas, viam-se, igualmente, impossibilitados de acolher todos os netos. O contrário se dirá para os possidentes que, tendo menor quantidade de filhas por casar, dispunham de recursos para apoiar directamente a maior parte dos netos ilegítimos.

A bastardia era, então, motivada essencialmente pela extrema dificuldade matrimonial e esta por uma multiplicidade de factores. Toda a sociedade lhe era vulnerável e, por isso, a acabava por constituir uma variável micro-demográfica influente. Eventualmente ela constituirá mais uma peça do sistema demográfico do passado, que age inconscientemente em busca de um equilíbrio. No entanto, aparte dos condicionalismos demográficos que reputamos de essenciais, o próprio comportamento das elites e, de certa forma, dos clérigos, poderá ter desempenhado um papel de relevo, exactamente por não se estigmatizar a ilegitimidade. E esta abordagem das elites será, quanto a nós, necessária em estudos desta natureza. Eventualmente noutros espaços - como a ilha do Pico - com características demográficas similares, uma diferente postura dos *notáveis* poderá ter colmatado um maior alastramento deste comportamento.

Assim, durante o século XIX, o nascimento fora do matrimónio na freguesia da Ribeira Seca deverá ser contextualizado de acordo com as diversas vicissitudes geográficas, económicas e demográficas de então, e não à luz dos valores da sociedade actual que o vêem no domínio do escândalo. Porque, afinal, tudo dependerá do conceito de matrimónio. A ele conflui todo um processo social, desde a hipotética escolha do cônjuge à morte dos pais; desde a consanguinidade à coima que a elimina. Ora, nem sempre o casamento

determinou o início da procriação; algumas vezes repartiu a prole, noutras só legitimou. Por isso, afigura-se como um sacramento, um acto público com efeitos civis, ou uma simples conveniência. Às vezes pode ser tudo, porque fim e princípio se confundem.



## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **Fontes Manuscritas**

Arquivo da Câmara Municipal de Velas (A.C.M.V.)

Correspondência relativa à subsistência pública. Anos de 1843 a 1878  
Expostos. Livro 1 (Junho de 1806 a 1826) e 2 (Dezembro de 1826 a 1834)  
Registo da Escrituração da Secretaria (1860)

Arquivo Histórico Parlamentar (A.H.P.)

Secção AEM (Assembleias Eleitorais Monárquicas - Recenseamentos eleitorais), Caixas 410, 626 e 816

Arquivo Paroquial da Igreja do Norte Grande – N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> das Neves (A.P.I.N.G.)

Estatística da População da Freguesia de São Lazaro (1872-1910)

Arquivo Paroquial da Igreja Matriz de Santa Catarina - Calheta (A.P.I.M.S.C.)

Notas Estatísticas da Paroquia de Santa Catarina (1872-1910)  
Registo do clero da Ouvidoria da Calheta da Ilha de São Jorge, 1903  
Correspondência Episcopal (1875-1887)

(Núcleo da paróquia de São Tiago – Ribeira Seca – A.P.I.S.T.)

Livro dos Associados da Obra Pia do Apostolado da Oração – Liga do Coração de Jesus (1884-1928)

Livro de Registo dos Baptismos da Paróquia de São Tiago (1850-1874) - resumo

Livro de Registo dos Baptismos da Paróquia de São Tiago (1875-1911) - resumo

Livro de Registo dos Matrimónios da Paróquia de São Tiago (1860-1910) – resumo



Livro de Registo dos Matrimónios da Paróquia de São Tiago  
(1911-1923), (1924-1933), (1934-1943)

Livro de Registo dos Óbitos da Paróquia de São Tiago (1860-1911)  
- resumo

Notas Estatísticas da paróquia de São Tiago (1872-1924)

Róis de confissão de 1875, 1878, 1879, 1884, 1892, 1900

#### Arquivo do Registo Civil da Calheta (A.R.C.C.)

Livros de assento de óbitos, n.ºs 6 (1911) a 34 (1943)

#### Arquivo da Repartição de Finanças da Calheta (A.R.F.C.)

Liquidação do Imposto Sucessório (1865-1905), documentação não  
catalogada.

#### Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo (B.P.A.A.H.)

##### *Câmara da Calheta*

Diversos 1700-1898

##### *Capitania-geral*

Correspondência entrada na Capitania-Geral

Maço 38 (Juiz de Fora de São Jorge 1768-1811)

Mapas da população

Mapas da população (1808-1841)

Maço 4 (Ilhas de S. Miguel e Santa Maria – anos de 1795 a 1815)

Maço 5 (Mapas de População de São Miguel, Terceira, Graciosa e São  
Jorge (1808-1841)

Maço 6 (Santa Maria, São Jorge, Graciosa, Flores e Corvo 1789-1827)

Ordenanças

Maço 6 (São Jorge 1764-1820)

*Cartório Casa Morgado Borges Teixeira*

Maço 72, pastas 7 e 29.

*Governo Civil de Angra do Heroísmo*

Comissão distrital de estatística. Registo da correspondência recebida (1888-1914)

Livros de registo de correspondência expedida para os ministérios (livs. 12 a 27)

Mapas das colheitas, consumo de cereais e legumes (1839-1853)

Mapas de população do distrito de Angra do Heroísmo (1839-1851)

Prefeitura e Governo Civil de Angra do Heroísmo (1831-1835) – mapas da população

Registo de passaportes (1832-1937) (Passaportes emitidos entre 1872 e 1910) Registo dos officios expedidos aos administradores dos concelhos e câmaras municipais de São Jorge e Graciosa (1836-1839), Livro 1

*Inventários orfanológicos – Ilha de Jorge*

Maços 398, 400-401, 406, 409, 415, 426, 478, 484, 504-505, 520, 528, 554-556, 591, 620, 646, 650, 655, 658, 660.

*Mitra de Angra*

Maços 859 a 877

*Tabelionato – Ilha de São Jorge*

Notas do tabelião António Paulino Azevedo Machado, livs. 7, 13.

Notas do tabelião António Teixeira Maciel, livs. 9, 13-14.

Notas do tabelião Augusto Butter Carvalho de Lacerda, liv. 1.

Notas do tabelião Francisco António Machado, liv. 1.

Notas do tabelião Gregório António Carvalho de Albuquerque, livs. 1-7, 9-15.

Notas do tabelião Joaquim António Silveira, livs. 6, 8, 10-12, 17, 19, 31.

Notas do tabelião José Joaquim Borges Azevedo da Silveira, liv. 13.

Notas do tabelião José Pereira Maciel, livs. 1-6, 8-13.

Notas do tabelião Mateus José Silveira, livs. 5-14, 16-18.

*Registos paroquiais (Concelho da Calheta, Ilha de São Jorge)*

## Registo de baptismos

Livro de Registo de Baptismos nº11 (1800-1811)  
Livro de Registo de Baptismos nº12 (1811-1820)  
Livro de Registo de Baptismos nº13 (1820-1842)  
Livro de Registo de Baptismos nº14 (1842-1854)  
Livro de Registo de Baptismos nº15 (1854-1860)  
Livro de Registo de Baptismos nº16 (1861)  
Livro de Registo de Baptismos nº17 (1862)  
Livro de Registo de Baptismos nº18 (1863)  
Livro de Registo de Baptismos nº19 (1864)  
Livro de Registo de Baptismos nº20 (1865)  
Livro de Registo de Baptismos nº21 (1866)  
Livro de Registo de Baptismos nº22 (1867)  
Livro de Registo de Baptismos nº23 (1868)  
Livro de Registo de Baptismos nº24 (1869)

## Registo de casamentos

Livro de Registo de Casamentos nº4 (1764-1803)  
Livro de Registo de Casamentos nº5 (1803-1822)  
Livro de Registo de Casamentos nº6 (1822-1849)  
Livro de Registo de Casamentos nº7 (1849-1859)

## Registo de Óbitos

Livro de Registo de Óbitos nº 6 (1787-1811)  
Livro de Registo de Óbitos nº 7 (1811-1827)  
Livro de Registo de Óbitos nº 8 (1827-1842)  
Livro de Registo de Óbitos nº 9 (1842-1859)  
Livro de Registo de Óbitos nº 10 (1860)  
Livro de Registo de Óbitos nº 11 (1861)  
Livro de Registo de Óbitos nº 12 (1862)  
Livro de Registo de Óbitos nº 13 (1863)  
Livro de Registo de Óbitos nº 14 (1864)  
Livro de Registo de Óbitos nº 15 (1865)  
Livro de Registo de Óbitos nº 16 (1866)  
Livro de Registo de Óbitos nº 17 (1867)  
Livro de Registo de Óbitos nº 18 (1868)  
Livro de Registo de Óbitos nº 19 (1869)

Registo de Reconhecimentos

Livro de Registo de Reconhecimentos (1865)

Livro de Registo de Reconhecimentos (1871-1874)

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (I.A.N./T.T.)

*Ministério do Reino*

Maços 260, 2005, 2008, 2010, 2013, 3373, 3380, 3388, 3395,  
3408,

Livros 458, 1470, 1471

*Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça*

Maço 373

## Fontes Impressas

### 1 – Gerais

*Almanach do Campeão Popular para 1893*, Ponta Delgada, Tip. Editora do Campeão Popular, 1892.

*Almanach Insulano para Açores e Madeira [...] para o anno de 1874*, Angra do Heroísmo, Typ. da Terceira, 1873.

*Almanach Insulano para Açores e Madeira [...] para o anno de 1875*, Angra do Heroísmo, Typ. da Terceira, 1874.

*Almanak Rural dos Açores para o anno de 1851 mandado publicar pela Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense*, Ponta Delgada, Typ. de Manuel d' Albergaria e Valle, 1850.

*Boletim do Governo Ecclesiastico da Diocese dos Açores*, tomos I (Setembro de 1872 a Dezembro de 1874) a XX (Janeiro de 1911 a Dezembro de 1912).

BULLAR; Joseph e Henry, *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1949 (ed. original inglesa de 1838).

*Boletim official do districto administrativo de Angra do Heroísmo*, nº 62 (ano de 1862).

CHAGAS, Frei Diogo, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, direcção e prefácio de Artur Teodoro de Matos, colaboração de Avelino de Freitas Meneses e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Ponta Delgada, Secretaria Regional da Educação e Cultura/Centro de Estudos Doutor Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores, 1989.

*Comissão Parlamentar para o Estudo da Emigração Portuguesa (1885). Documentos apresentados à Câmara dos Deputados e por ela mandados publicar na sessão legislativa de 1886*, Lisboa, Imprensa Nacional.

*Constituições Sinodais do Bispado d' Angra*, Lisboa, João Blávio de Colónia, 1560.

*Contribuição predial. Regulamento aprovado por decreto-lei de 25 de Agosto de 1881 precedido da carta de lei de 17 de Maio de 1880*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

*Diário do Governo*, n.<sup>os</sup> 248 (21.10.1835), 184 (05.08.1840) e 242 (12.10.1840).

DRUMOND, Francisco Ferreira, *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Eclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, introdução de José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990.

FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, Livro VI, ed. de José Bernardo de Oliveira Rodrigues, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998.

João Caetano de Sousa e Lacerda. *Colectânea de artigos publicados em jornais (1871-1910)*, recolha de Jorge Augusto Paulus Bruno, Câmara Municipal da Calheta, 1984.

LACERDA, João Caetano de Sousa, *Cartas a Francisco de Lacerda*, introdução, fixação do texto e notas de Teresa e J.M. Bettencourt da Câmara, Angra do Heroísmo, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1988.

\_\_\_\_\_, «Os Meus Antepassados», in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 6 (1970 a 1974), nº 1 (apontamentos redigidos em 21.11.1901).

LIMA, Marcelino, *Famílias Faialenses*, Horta, s/e, 1923.

MONIZ, Silveira, *Contos Insulares*, 2ª ed. modificada e recomposta por Câmara dos Reis, s/l, Almeira, Miranda & Sousa Lda, Editores, 1914.

*Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa (1873)*, Lisboa, Imprensa Nacional.

*Regulamento para a administração económica dos expostos*, 18 de Novembro de 1854.

*Regulamento dos Expostos do Districto d'Angra do Heroismo de 14 de Março de 1867*, Angra, Imprensa do Governo Civil, 1867.

*Regulamento dos Hospícios do Districto d'Angra do Heroísmo*, Angra, Imprensa do Governo Civil, 1880.

*Relatório Apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra na Sessão de 1 de Março de 1859 pelo Governador Civil do distrito Cassiano Sepulveda Teixeira, Angra, Tip. do Governo Civil, 1859.*

*Relatorios sobre o estado da administração publica nos districtos administrativos do continente e ilhas adjacentes em 1858, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859 (vários anos).*

*Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sua sessão ordinária de 1867 pelo Secretário Geral servindo de Governador Civil Joaquim Taibner de Moraes, Angra, Tip. do Governo Civil, 1867.*

*Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sua sessão ordinária de 1870, pelo Governador Civil Félix Borges de Medeiros, Angra, Tip. do Governo Civil, 1870.*

*Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sua sessão ordinária de 1871, pelo Governador Civil Félix Borges de Medeiros, Angra, Tip. do Governo Civil, 1871.*

*Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sua sessão ordinária de 1874, pelo Governador Civil Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro, Angra, Tip. do Governo Civil, 1874.*

*Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sua sessão ordinária de 1875, pelo Secretário Geral servindo de Governador Civil Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia Valadares, Angra, Tip. do Governo Civil, 1875.*

*Relatório apresentado pela Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sessão Ordinária de Maio de 1882, Angra, Imprensa da Junta Geral, 1882.*

*Relatório apresentado pela Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sessão Ordinária de Maio de 1883, Angra, Imprensa da Junta Geral, 1883.*

*Relatório apresentado pela Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sessão Ordinária de Maio de 1884, Angra, Imprensa da Junta Geral, 1884.*

*Relatórios apresentados pela Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo nas sessões de 1 de Novembro de 1879 e de 5 de Maio de 1880*, Angra, Tip. Terceirense, 1880.

*Relatório da Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito de Angra (Abril de 1904)*, Angra, Imp. Municipal, 1905.

*Revista*, (A) nº 292 (22.10.1835).

## 2 – Fontes demográficas

*Almanach de Gotha pour l' année 1842*, Gotha: Justus Perthes.

*Almanach de Portugal*, ano de 1855.

*Anuario Estatístico de Portugal de 1900*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907.

BALBI, Adrien, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et D'Algarve Comparé Aux Autres États de L'Europe*, Paris, Chez Rey et Gravier Libraries, 1822.

*Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.

*Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1900*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905.

*Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.

CHESNAIS, Jean-Claude; Kreager, Elizabeth; Kreager, Philip, *The Demographic Transition: Stages, Patterns and Economic Implications: a longitudinal study of sixty-seven countries covering the period 1720-1984*, Clarendon Press Oxford, 1992.

*Estatísticas Históricas Portuguesas*, vol. I, coord. de Nuno Valério, col. Estatísticas Gerais, Instituto Nacional de Estatística, 2001.

SERRÃO, Joel, *Fontes de Demografia Portuguesa 1800-1862*, Lisboa, Horizonte, 1973.



*Periódico dos Pobres (O)*, nº 166 (18.07.1836).

*População. Censo no 1º de Janeiro de 1864*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

*População. Censo no 1º de Janeiro de 1878*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

*Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 a 1849. Edição Crítica*, coord. de Luís Espinha da Silveira, col. População e Condições Sociais, 3 vols., Lisboa, INE, 2001.

*Tabelas do Movimento Fisiológico da População de Portugal. (Decénio de 1901-1910)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916.

### 3 – Manuais

ARAÚJO, D. António Rodrigues, *Compêndio de Theologia Moral [...]*, tomo II, Porto, Tip. Commercial, 1853.

CID, Luís Alberto, *Código dos Parochos nas suas Funções, Ritos, Ceremonias [...]*, Porto, António Figueirinhas, 1909.

*Manual Pratico de Orphanologia ou Collecção das Disposições Inherentes dos Códigos Civiis e do Processo Civil relativas ao Juízo Orphanologico pelos redactores da Revista Jurídica*, 1ª parte, 2ª ed. revista, Porto, A.G. Vieira Paiva – Editor, 1878.

MONTEIRO, D. António Xavier de Sousa, *Manual de Direito Ecclesiastico Parochial para uso dos Parochos [...]*, 3ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1890.

### ESTUDOS

AGUIAR, Cristóvão, *Emigração e outros temas ilhéus. Miscelânea*, Ponta Delgada, Eurosigno Publicações, 1991.

ÁJUS, Ferenc; HENYE, István, «Illegitimacy in Hungary 1880-1910», *Journal of Family History*, vol. 19, nº 4, 1996.

ALBINO, Teresa Jesus, «Mães Solteiras numa Aldeia Transmontana», in *Análise Social*, vol. XXII (92-93), 1986 (3º/4º).

- AMORIM, Maria Norberta, *Exploração de Róis de Confessados duma Paróquia de Guimarães (1734-1760)*, Braga, 1983.
- \_\_\_\_\_, *Evolução Demográfica de três Paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais/Universidade do Minho, 1992.
- \_\_\_\_\_, «Emigração uma Variável Demográfica Influyente», *Ler História*, nº 22, 1994.
- \_\_\_\_\_, «História da Família em Portugal: uma história em marcha», *Ler História*, nº 29 - *A Família na História*, 1995.
- \_\_\_\_\_, «Instabilidade da Família Urbana de Antigo Regime. Um Ensaio sobre Guimarães», *Ler História*, nº 29 - *A Família na História*, 1995.
- \_\_\_\_\_, «O Minho: Comportamentos Demográficos através da Informação Paroquial», *Ler História*, nº 36, 1999.
- \_\_\_\_\_, «Micro Análise de Longa Duração» in *IV Congreso de la Asociación de Demografía Histórica*, vol. II – *Pensamiento demográfico, conyuntura y microanálisis*, ed. de Manuel Gonzáles Portilla e Karmele Zarraga Sangroniz, Bilbao, Universidad del País Vasco, 1999.
- \_\_\_\_\_, «Família e Emigração: Um Estudo de Caso – S. João do Pico (Açores) nas duas Primeiras Décadas do Século XIX» in *Sexualidade, Família e Religião na Colonização do Brasil*, coord. de Maria Beatriz Nizza da Silva, Lisboa, Horizonte, 2001.
- \_\_\_\_\_; CORREIA, Alberto, *Francisca Catarina (1846-1940): Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e estudo de Comunidade)*, Guimarães, Universidade do Minho – Núcleo de Estudos da População e Sociedade, 1999.
- \_\_\_\_\_; HERMÍNIA, Mesquita, «Uma perspectiva da população açoriana no século XVIII», in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XX. Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e São Jorge de 12 a 15 de Maio de 1997*, Horta, Núcleo Cultural da Horta.
- ANDERSON, Michael, *Elementos para a História da Família Ocidental 1500-1914*, Lisboa, Quercó, 1984 (edição original inglesa).
- ARAÚJO, Maria Benedita, «Elementos para o estudo da emigração açoriana para o Brasil no início do século XVIII», *Mare Liberum*, nº 10, Dezembro de 1995.

- ARBAIZA VILALLONGA, Mercedes, *Familia, Trabajo e Reproducción Social. Una Perspectiva Microhistórica de la Sociedad Vizcaína a Finales del Antiguo Régimen*, col. Historia Contemporánea, Bilbao, Universidad del País Vasco, 1996.
- AVELLAR, José Cândido Silveira, *Ilha de São Jorge (Açores). Aparentamentos para a sua história*, Horta, Tip. Minerva, 1902.
- BANDEIRA, Mário Leston, *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, I.N.C.M., 1996.
- BARRERA-GONZÁLES, Andrés, «Domestic sucession, property transmission, and family systems in the agrarian societies of contemporary Spain», *The History of the Family*, vol. 3, nº 2 (1998).
- BARBOSA, Maria Cecília, *Cervães (1645-1810). Estudo Demográfico*, Guimarães, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 1997, (policopiado).
- Bastardy and its Comparative History. Studies in the History of Illegitimacy and Marital non-conformism in Britain, France, Germany, Sweden, North America, Jamaica and Japan*, ed. de Peter Laslett, Karla Oosterveen e Richard Smith, Edward Arnold, 1980.
- BLAIKIE, Andrew, *Illegitimacy, Sex and Society. Northeast Scotland, 1750-1900*, Clarendon Press Oxford, 1993.
- BLANCO CARRASCO, José Pablo, *Demografía, Familia y Sociedad en la Extremadura Moderna (1500-1860)*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 1999.
- BOURDIEU, Pierre, «Les stratégies matrimoniales dans le système des stratégies de reproduction», in *Le bal des célibataires. Crise de la société paysanne en Béarn*, col. Essais Inédit, Éditions du Seuil, 2002.
- BRANDÃO, Fátima, *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal. O caso de Mosteiro no século XIX*, col. Biblioteca das Ciências do Homem, Lisboa, Afrontamento, 1994.
- \_\_\_\_\_; FEIJÓ, Rui, «Entre textos e contextos: os estudos de comunidade e as suas fontes históricas», *Análise Social*, vol. XX, nº 83, 1984.

- BRETTELL, Caroline, «Kinship and Contact: Property transmission and family relations in Northwestern Portugal», *Comparative Studies in Society and History*, vol. 33, nº3 (Julho de 1991).
- \_\_\_\_\_, *Homens que partem, Mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*, col. Portugal de Perto, Lisboa, Dom Quixote, 1991.
- BURKE, Peter, *Sociologia e História*, 2ª ed, Lisboa, ed. Afrontamento, 1990, (ed. original de 1980).
- CABRAL, João Pina, «O pároco rural e o conflito entre visões do mundo no Minho», *Studium Generale/Estudos Contemporâneos*, nºs 2/3, Porto, 1981.
- \_\_\_\_\_, «As mulheres, a maternidade e a posse da terra no alto Minho, *Análise Social*, vol. XX (80), 1984(1º).
- \_\_\_\_\_, «A Casa e a Família no Alto Minho Rural», *Análise Social*, vol. XX (81-82), 1984 (2º e 3º).
- \_\_\_\_\_, «A Lei e a Paternidade: as leis de filiação portuguesa vistas à luz da antropologia social», *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), 1993 (4º-5º).
- CACHINERO SANCHEZ, B.; SOLER SERRATOSA, J., «Nupciality and Celibacy in Spain at the end of the Eighteenth Century», in *Congrés Luso Italiano de Demografia Histórica*, Barcelona, 1987.
- CAPELA, José Viriato, *A Câmara, a Nobreza e o Povo do Concelho de Barcelos. A Administração Municipal nos fins do Antigo Regime*, Braga, 1989.
- CARVALHO, Elza Maria, *Basto (Stª Tecla). Uma Leitura Geográfica (do século XVI à Contemporaneidade)*, Guimarães, Núcleo de Estudos da População e Sociedade - Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 1999.
- CHÁCON JIMÉNEZ, Francisco, «La Familia Española: Una Historia por Hacer» in *Historia Social de la Familia en España*, ed. de Francisco Chácon Jiménez, Alicante, Instituto de Cultura «Juan Gil-Albert» - Diputación de Alicante, 1990.

- \_\_\_\_\_; MARTÍNEZ, LÓPEZ, J., «La historia de la familia en España durante la edad moderna. Notas para una reflexión metodológica» in *História Social de la Familia en España*, ed. de Francisco Chácon Jiménez, Alicante, Instituto de Cultura «Juan Gil-Albert» - Diputación de Alicante, 1990.
- COSTA, Elisa Maria Lopes, «Novos Destinos para as Gentes Açorianas em finais de Setecentos: Terras de Além-Tejo um Espaço a Povoar?» in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XX. Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e São Jorge de 12 a 15 de Maio de 1997*, Núcleo Cultural da Horta, 1998.
- CUNHA, Manuel Azevedo da, *Notas Históricas. I – Estudos sobre o Concelho da Calheta (São Jorge). II – Anais do Município da Calheta (São Jorge)*, recolha, introdução e notas de Artur Teodoro de Matos, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981.
- DARROW, Margareth, «Popular Concepts of Marital Choice in Eighteenth Century France», *Journal of Social History*, nº 156, 1996.
- DIAS, Urbano Mendonça, *História dos Açores*, Vila Franca do Campo, [1924].
- DOVERI, Andrea, «Una Lettera di Andrea Schaffino: Riflessioni su Demografia, Demografia Storica, Problemi e Fonti del Demografo», *Società e Storia*, nº 87, 2000.
- DURÃES, Margarida, «Condição Feminina e Repartição do património: A Camponesa Minhota – Séculos XVIII-XIX» in *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986.
- \_\_\_\_\_, «Necessidades Económicas e Práticas Jurídicas: Problemas da transmissão das explorações agrícolas. Séculos XVIII a XIX», *Ler História*, nº 29 – *A Família na História*, 1995.
- EDWARD, Shorter, *A Formação da Família Moderna*, col. Pequena História, Lisboa, Terramar (ed. original inglesa de 1975).
- FAIRCHILD, Cissie, «Female Sexual Attitudes and the Rise of Illegitimacy: A Case Study» in *Marriage and fertility. Studies in Interdisciplinary History*, ed. de Robert Rotberg e Theodore Robb, Princeton University Press, New Jersey, 1980.

- FARIA, Inês Martins, *Santo André de Barcelinhos. O Dificil Equilíbrio de uma População (1606-1910)*, Neps – Universidade do Minho, 1998.
- FAUSTINO, José Alfredo, *Calvão. Uma Paróquia do Alto-Tâmega (1670-1870): população, sociedade e mentalidades*, Chaves, Neps – Instituto de Ciências Sociais, 1998.
- FERREIRA, Francisco Messias, *A Antiga freguesia de Eixo e Oliveirinha (1666-1900). Estudo Demográfico*, Câmara Municipal de Aveiro, 2001.
- FLANDRIN, Jean-Louis, *Famílias. Parentesco, Casa e Sexualidade na Sociedade Antiga*, col. Nova História, Lisboa, Estampa, 1994 (ed. original francesa de 1984).
- FLINN, Michael W., *El Sistema Demográfico Europeo, 1500-1820*, Barcelona, Crítica, 1989 (ed. original de 1981).
- GARCIA, João Carlos; NOGUEIRA, João Carlos, «Cartas de São Jorge (1899-1913). O Espaço vivido e recordado da Família Lacerda» in *V Colóquio Internacional de História das Ilhas do Atlântico. O Papel das Ilhas do Atlântico na Criação do Contemporâneo*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2000.
- GARCÍA GONZÁLES, Francisco, *La Sierra de Alcaraz en el Siglo XVIII. Población, Familia y Estructura Agraria*, Albacete, Instituto de Estudios Albacetenses «Don Juan Manuel» de la Ex.Ma Diputación de Albacete, 1988.
- GARNEL, Maria Rita Lino, «A polémica sobre o celibato eclesiástico (1820-1911)», *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, nº 22 (2000).
- GODINHO, Anabela Deus, *Comportamentos demográficos de uma freguesia rural do Baixo Alentejo: Selmes (séculos XVIII-XIX)*, Lisboa, I.S.C.T.E., 1999 (policopiado).
- GOMES, Maria Palmira, *Estudo Demográfico de Cortegaça (Ovar) (1583-1975)*, Guimarães, Neps, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 1998.
- GOODY, Jack, *Família e Casamento na Europa*, col. O Passado no Presente, Oeiras, Celta, 1995 (ed. original inglesa de 1983).

- GUIMARÃES, Carlota Maria, *Santa Maria de Adoufe. Comportamentos Demográficos e Sociais (1780-1910)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 1998 (policopiado).
- GUIMARÃES, Elina, «A Mulher Portuguesa na Legislação Civil», *Análise Social*, vol. XXII (92-93), 1986 (3º-4º).
- HAREVEN, Tamara K., «The History of the Family and the Complexity of Social Change», *The American Historical Review*, nº96, nº1, 1996.
- HENRY, Louis, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1977 (ed. original francesa).
- HESPANHA, António, «Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna», *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), 1993 (4º-5º).
- História da Família*, dir. de André Burguière e outros, vol. III – *O choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa*, Lisboa, Terramar, 1998 (ed. original francesa de 1986).
- Household and Family in Past Time*, ed. de Peter Laslett, Cambridge University Press, 1972.
- JOÃO, Maria Isabel, *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, col. Portugal e o Mundo Português, Lisboa, Cosmos, 1991.
- LANZA GARCÍA, Ramón, *Poblacion y Familia Campesina en el Antiguo Regime. Liébana, siglos XVI-XIX*, Universidad de Cantabria, Ediciones de Libreria Estudio, 1988.
- LASLETT, Peter, *O Mundo que Nós Perdemos*, Lisboa, Cosmos, 1975 (ed. original inglesa).
- LEAL, João, «Ritual e estrutura social numa freguesia açoriana. As festas do Espírito Santo em Santo Antão (São Jorge)» in *Lugares de Aqui. Actas do Seminário «Terrenos Portugueses»*, org. e prefácio de Brian O' Neill e Joaquim Pais de Brito, col. Portugal de Perto, Lisboa, Dom Quixote, 1991.
- LEBRUN, François, *A Vida Conjugal no Antigo Regime*, Lisboa, ed. Rolim, s/d.

- LEITE, José Guilherme Reis, *Política e Administração nos Açores de 1890 a 1910. O 1º Movimento Autonomista*, col. Autonomia, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995.
- LEVINE, David, *Family Formation in an Age of Nascent Capitalism*, Academic Press, 1977.
- LIVI-BACCI, Massimo, *Ensayo sobre la Historia Demográfica Europea. Población y alimentación en Europa*, Barcelona, Ariel, 1988 (ed. original italiana).
- MADEIRA, Artur Boavida, «As Fontes Demográficas de Antigo Regime nos Açores», *Arquipélago. História. Revista da Universidade dos Açores*, 2ª série, vol. III, Ponta Delgada, 1999.
- \_\_\_\_\_, *População e Emigração nos Açores (1766-1820)*, Cascais, Patrimonia, 1999.
- \_\_\_\_\_, «A emigração a partir da ilha Terceira nos finais do século XIX», in *Actas do III Colóquio O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX [...]*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2004.
- MARÇANO, Isabel, *Filhos Ilegítimos em Santa Rita. Subsídio para o Estudo da Reprodução Celibatária ou do Concubinato numa Aldeia Rural Alentejana*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1995 (policopiado).
- MATOS, Artur Teodoro de, «Achegas para a História Económica e Social da ilha de São Miguel», *Arquipélago. Revista do Instituto Universitário dos Açores*, série Ciências Humanas, nº 1, Janeiro de 1979.
- \_\_\_\_\_, «A Ilha de São Jorge nas Vésperas da Vitória Liberal (1825-1831). Contributo para o estudo da sua História Política, Social e Económica», in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e Pico de 10 a 13 de Maio de 1993*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995.
- MATOS, Paulo Lopes, «Gentes da Ilha de São Jorge nos anos de 1825-1827», *Revista Arquipélago – Ciências Sociais*, nº 9-10, Dezembro de 1996, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- \_\_\_\_\_, «A População da Ilha de São Jorge na última década de Setecentos: Estrutura e Comportamentos» in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XX. Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e São Jorge de 12 a 15 de Maio de 1997*, Núcleo Cultural da Horta, 1998.



- \_\_\_\_\_, «A Ribeira Seca da Ilha de São Jorge (1839-1892): Estruturas sócio-económicas de uma freguesia rural», *Revista População e Sociedade*, nº 4, Porto, CEPFAM, 1998.
- \_\_\_\_\_, «Santa Cruz da Ilha Graciosa (1799-1850). População, Grupos Familiares e Profissões», *Arquipélago-História. Revista da Universidade dos Açores*, 2ª série, vol. IV (nº 2) – *In Memorium Ernesto do Canto*, Ponta Delgada, 2000.
- MEDEIROS, Octávio Ribeiro, *A Igreja nos Açores. Último Quartel do Século XIX. Índices do Boletim Eclesiástico dos Açores (1872-1900)*, Povoação, Santa Casa da Misericórdia da Povoação, 1996.
- MENDONÇA, Luís, *Aspectos da Vida Quotidiana nos Açores (perspectiva histórica)*, Ponta Delgada, s/e, 1998.
- MENESES, Avelino de Freitas, *Os Açores nas Encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, vols. I – *Poderes e Instituições* e II – *Economia*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1995.
- \_\_\_\_\_, *Gentes dos Açores. O Número e a Mobilidade em Meados do Século XVIII*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1997 (policopiado).
- \_\_\_\_\_, «S. Jorge, 9 de Julho de 1757: A memória de um terramoto devastador», in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e São Jorge de 12 a 15 de Maio de 1997*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998.
- MERELIM, Pedro, «Emigração Açoriana para o Brasil», *Atlântida*, vol. X, nº 5 Novembro-Dezembro, Angra do Heroísmo, 1966.
- MESQUITA, Maria Hermínia, *Evolução Demográfica na Criação Velha. Paróquia do Sul do Pico (1801-1993)*, col. Documenta, Direcção Regional da Cultura, 1998.
- MIRANDA, Sacuntala de, *A Emigração Portuguesa e o Atlântico. 1870-1930*, col. Garajau, Ponta Delgada, ed. Salamandra, 1999.
- MITTERAUER, Michael; SIEDER, Reinhard, *The European Family. Patriarchy to Partnership from the Middle Ages to the Present*, Oxford, Basil Blackweel, 1982.

- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Trajectórias Sociais e Formas Familiares: O modelo de sucessão vincular» in *Família, Poderosos y Oligarquias*, ed. de Francisco Chácon Jiménez e Juan Hernández Franco, Universidad de Murcia, 2000.
- MOTA, Guilhermina, «Estruturas Familiares no Mundo Rural. Grupos Domésticos no bispado de Coimbra em 1801» in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXIV, Coimbra, 1990.
- NAROTZKY, Susana, «Las Construcciones Sociales de la paternidad: un estudio comparativo», *Arenal. Revista de Historia de las Mujeres*, vol. 5, nº 1, Enero-junio, 1998.
- NAZARETH, Joaquim, *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988.
- NEVES, António Amaro, «Um Enigma Demográfico: A Ilegitimidade no Minho do Antigo Regime», *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XVI-I, 1998.
- , «A Ilegitimidade no Minho Antigo: O Exemplo do Norte de Guimarães» in *IV Congreso de la Asociación de Demografía Histórica*. vol. II – *Pensamiento demográfico, coyuntura y microanálisis* (ed. Manuel Gonzáles Portilla e Carmele Zarraga Sangroniz), Bilbao, Universidad del País Vasco, 1999.
- , *Filhos das Ervas. A Ilegitimidade no Norte de Guimarães (Séculos XVI-XVIII)*, Guimarães, N.E.P.S./Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2000.
- OLIVAL, Fernanda; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820), *Análise Social*, vol. XXXVII, nº 165 (Inverno de 2003).
- O'NEILL, Juan Brian, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras. Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, col. Portugal de Perto, Lisboa, Dom Quixote, 1984.
- , *Jornaleiras e Zorros: Dimensões da Ilegitimidade numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, sep. *Les campagnes portugaises de 1870 a 1930*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portuguais, 1985.

- PEREIRA, António dos Santos, *A Ilha de São Jorge (Séculos XV-XVII). Contribuição para o seu estudo*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1987.
- PEREIRA, Gaspar Martins *Famílias Portuenses na Viragem do Século (1880-1910)*, Lisboa, col. Biblioteca das Ciências do Homem, Afrontamento, 1995.
- PEREIRA, Isaiás da Rosa «Os Róis de Confessados, seu interesse histórico e alguns problemas que suscitam a sua utilização», in *Primeiras Jornadas de História Moderna. Lisboa, 16 a 19 de Outubro de 1986*, vol. I, Lisboa, Centro de Estudos da Universidade de Lisboa (Linha de História Moderna), 1986.
- PEREZ MOREDA, V., «Matrimonio y Familia. Algunas Consideraciones sobre el Modelo Matrimonial Español en la Edad Moderna», *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, IV, 1, 1986.
- PINTO, J.A. Faria, «Estudo Demográfico de uma paróquia Algarvia: Conceição de Tavira (Séculos XVIII e XIX)», *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XVI-1, 1998.
- PITTA, José Pereira Paiva, *A Sucessão dos filhos ilegítimos (Cod. Civil art. 1989 a 1992) [...] Dissertação de concurso a uma das substituições de direito na Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1874.
- RIBEIRO, João Adriano, «Os Expostos no Faial durante o Século XIX», in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e S. Jorge de 12 a 15 de Maio de 1997*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1997.
- ROCHA, Gilberta Pavão, «Os Açores na Viragem do Século (1860-1930): Características da sua Evolução Demográfica», in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Coimbra, Imp. de Coimbra, 1990.
- , *Dinâmica Populacional dos Açores no Século XX. Unidade. Permanência. Diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1991.

- \_\_\_\_\_; RODRIGUES, Vítor Gaspar, «A População dos Açores no Ano de 1849», *Arquipélago. Revista da Universidade dos Açores*, série Ciências Humanas, número especial – *Estudos sobre os Açores in Memoriam de João Teixeira Soares de Sousa no I Centenário da sua Morte*, Ponta Delgada, 1983.
- ROCHA, Maria Manuela, «Níveis de Fortuna e estruturas patrimoniais no Alentejo: Monsaraz, 1800-1850», *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), 1991.
- RODRIGUES, José Damião, «Orgânica Militar e Estruturação Social: Companhias e Oficiais de Ordenanças em São Jorge (séculos XVI-XVIII)» in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Actas do Colóquio realizado nas Ilhas do Faial e S. Jorge de 12 a 15 de Maio de 1997*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998.
- \_\_\_\_\_, *São Miguel no Século XVIII. Casa, Família e Mecanismos de Poder*, 2 vols., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003.
- \_\_\_\_\_; MADEIRA, Artur Boavida «A Família Açoriana no Antigo Regime: O Exemplo de Santa Beatriz, Quatro Ribeiras (Terceira), em 1766», *Arquipélago. Ciências Sociais*, nº 11-12 – *Homenagem ao Prof. Doutor Francisco Carmo*, Ponta Delgada, 1998.
- \_\_\_\_\_; MADEIRA, Artur Boavida, «População e Família em Ponta Delgada na segunda metade de Setecentos: a freguesia de São Pedro», *Revista População e Família*, nº 2, Porto, CEPFAM, 1997.
- \_\_\_\_\_; MADEIRA, Artur Boavida «A Emigração para o Brasil. As Levas de Soldados no Século XVIII» in *Portos, Escalas e Ilhéus no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente. Actas do Congresso Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*, vol. II, Lisboa, Universidade dos Açores/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- \_\_\_\_\_, *et al.*, «População e Família de uma Vila Açoriana: As Velas da Ilha de São Jorge (1766-1799)», *Revista População e Família*, nº 4, Porto, CEPFAM, 1998.
- ROWLAND, Robert, «Âncora e Montaria, 1827: duas freguesias do Noroeste segundo os livros de registo das companhias de ordenanças», *Studium Generale/Estudos Contemporâneos*, 2/3 - *Perspectivas sobre o Norte de Portugal*, 1981.

- \_\_\_\_\_, «Sistemas Familiares e Padrões Demográficos em Portugal: Questões para uma Investigação Comparada», *Ler História*, nº 3, 1984.
- \_\_\_\_\_, *População, Família, Sociedade. Portugal, Séculos XIX-XX*, Lisboa, Celta Editora, 1997.
- \_\_\_\_\_, «Microanálise e regimes demográficos», in *Actas do III Congresso da ADEH*, vol. I - *Reconstituição de Famílias e outros Métodos Micro-analíticos para a História das Populações*, col. Biblioteca das Ciências do Homem, Lisboa, Afrontamento, 1997.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, «Abandono de Crianças, Ilegitimidade e Concepções Pré-Matrimoniais em Portugal», in *Actas do III Congresso da ADEH*, vol. III – *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do Século XVI ao Presente*, col. Biblioteca das Ciências do Homem, Lisboa, Afrontamento, 1997.
- SARTY, Raffaella, *Casa e Família. Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna*, col. Temas de Sociologia, Lisboa, Estampa, 2001 (ed. original italiana de 1999).
- SANTOS, Carlota Maria, *Santiago de Romarigães, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Câmara Municipal de Paredes de Coura/Núcleo de Estudos da População e Sociedade, 1999.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi, «Reconstituição de Famílias e Reconstituição de Paróquias. Uma Comparação Metodológica» in *Actas do III Congresso da ADEH. Reconstituição de Famílias e outros Métodos Micro-analíticos para a História das Populações*, col. Biblioteca das Ciências do Homem, Lisboa, Afrontamento, 1997.
- \_\_\_\_\_, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste de Portugal (Sécs XVIII a XIX)*, Guimarães, N.E.P.S/I.C.S. da Universidade do Minho, 1999.
- SEEMAN, Erik R., «‘It is Better to Marry than to Burn’: Anglo-American Attitudes Toward Celibacy, 1600-1800», *Journal of Family History*, vol. 24, nº 4, Outubro de 1999.
- SEGALEN, Martine, *Sociologia da Família*, Lisboa, Terramar, 1999 (ed. francesa de 1996).

- SHORTER, Edward, «Illegitimacy, Sexual Revolution, and Social Change in Modern Europe», in *Marriage and fertility. Studies in Interdisciplinary History*, ed. de Robert Rotberg e Theodore Robb, Princeton University Press, New Jersey, 1980.
- \_\_\_\_\_, *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar, 1995 (ed. inglesa de 1975).
- SILVA, Fernando Gaspar Luís *Os Gasparez Silva. Memória de Raízes e Percursos Familiares*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2001.
- SILVA, Susana Serpa, «Emigração Clandestina nas Ilhas do Grupo Central em Meados do Século XIX», in *Actas do III Colóquio O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Nos 550 Anos do Descobrimento das Flores e Corvo*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2004.
- SKOLNICK, Mark, «The Resolution of Ambiguities in Record Linkage» in *Identifying People in the Past*, Edward Arnold, 1973.
- SOBRAL, José, *Trajectos: o Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*, col. Análise Social, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1999.
- SOUSA, Fernando, *História da Estatística em Portugal*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1995.
- SOUSA, Paulo Patrício Silveira, *Território, Poder, Propriedade, Elites Locais. A Ilha de São Jorge na segunda metade do século XIX*, Lisboa, ISCTE, 1994 (dissertação de licenciatura policopiada).
- \_\_\_\_\_, «As Actividades Industriais no Distrito de Angra do Heroísmo, 1852-1910. Um Mundo de Possibilidades Escassas», *Arquipélago-História. Revista da Universidade dos Açores. In Memorium Ernesto do Canto*, 2ª série, vol. IV (nº2), Ponta Delgada, 2000.
- \_\_\_\_\_, «A Emigração na Ilha de São Jorge durante a segunda metade do século XIX: uma primeira abordagem», 2005, (policopiado).
- TADMOR, Naomi Tadmor, «The concept of the household-family in eighteenth-century England», *Past and Present*, nº 151, 1996.

- TOMÉ, Irene, «Representações Femininas nas Ordenações Afonsinas», *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, nº 5, Universidade Nova de Lisboa, 2001.
- TORRES, Adelino, *Demografia e Desenvolvimento. Elementos Básicos*, col. Trajectos, Lisboa, Gradiva, 1995.
- VAQUINHAS, Irene, «*Senhoras e Mulheres*» na *Sociedade Portuguesa do Século XIX*, col. Colibri na História, Lisboa, Colibri, 1999.
- WALL, Karin, *Famílias no Campo. Passado e Presente em duas Freguesias do Baixo Minho*, col. Portugal de Perto, Lisboa, Dom Quixote, 1988.
- WATSON, Jessica Lewis, *Illegitimacy Empowered*, Las Colinas, Ide House, 1994.
- WRIGLEY, E.A.; SCHOFIELD, R.S., «Nominal record linkage by computer and the logic of family reconstitution» in *Identifying People in the Past*, ed. E.A. Wrigley, Edward Arnold, 1973.

**ÍNDICE GERAL**

PREFÁCIO	7
NOTA PRÉVIA	13
ABREVIATURAS	22
CAPÍTULO 1 - AS FONTES E O MÉTODO	23
1 – As fontes: suas características, evolução e fiabilidade	23
1.1 - As estatísticas civis	24
1.2 – As fontes eclesiásticas	47
1.2.1 – Os registos paroquiais	47
1.2.2 – Os róis de confissão	53
1.2.3 – As estatísticas eclesiásticas	58
1.3 – Outras fontes susceptíveis de interesse demográfico	62
1.4 - O método: a reconstituição da paróquia e os grupos económicos	67
1.4.1 – A demografia histórica e a reconstituição da paróquia	67
1.4.2 – Algumas premissas para a delimitação de grupos económicos	77
Apêndice 1.1 - Estrutura da base de dados das famílias com percursos de ilegitimidade (Access 7.0)	84
CAPÍTULO 2 – A TERRA E OS HOMENS	87
2.1 – A ocupação do espaço	87
2.2 – Aspectos económicos e sociais	107
CAPÍTULO 3 - A POPULAÇÃO E OS COMPORTAMENTOS DEMOGRÁFICOS	123
3.1 - A evolução dos efectivos	123
3.1.1 – A geografia do crescimento	132
3.2 - A razão de sexos e as estruturas etárias	136
3.2.1 – A relação de masculinidade	136
3.2.2 – As estruturas etárias	139
3.2.3 – As medidas de estrutura	143
3.2.4 - A estrutura civil	147
3.3 - A variável sociológica: a nupcialidade e o mercado matrimonial	150
3.3.1 – Os indicadores de volume e intensidade nupcial	151
3.3.2. – As idades médias ao primeiro casamento	156
3.3.2.1 - A repartição etária e civil dos nubentes	164
3.3.3 - Celibato definitivo	170
3.3.4 – A escolha do cônjuge	174
3.3.4.1 - A geografia do casamento	174
3.3.4.2. – Os impedimentos de parentesco e as restrições eclesiásticas	182
3.3.4.3 – As dispensas canónicas em forma pauperum	191
3.4 - A natalidade	203
3.4.1 – O volume de baptizados e as taxas brutas de natalidade	203



3.4.2 - A percentagem de ilegitimidade	207
3.4.3 – O comportamento reprodutor	218
3.4.3.1 - As taxas globais de fecundidade	218
3.4.3.2 - As taxas específicas de fecundidade	222
3.5. – A mortalidade	228
3.5.1 – O volume de óbitos e as taxas brutas de mortalidade	228
3.5.2 - A mortalidade infantil	234
3.5.3 - A estrutura da mortalidade e a esperança de vida à nascença	236
3.6 – A mobilidade	239
3.6.1 – As causas e os indicadores da emigração no distrito de Angra do Heroísmo	239
3.6.2 – Os ritmos e as características das migrações na freguesia	254
CAPÍTULO 4 - AS ILEGITIMIDADES	265
4.1 – A reprodução celibatária	267
4.1.1 – Volume, idades médias e reincidência	267
4.1.2 – Naturalidade e condição económica	273
4.2 – «Solteiras para sempre»?	284
4.2.1 – Volumes, idades médias e reincidência	286
4.2.2 – Naturalidade e condição económica	292
4.3 – «Solteiras por algum tempo»	303
4.3.1 - Considerações gerais	303
4.3.2 – Volume, idades médias e reincidência	308
4.3.3 – As profissões e o rendimento	316
4.3.4 - A paternidade e o casamento	325
4.3.5 – A naturalidade dos progenitores	331
4.3.6 – Uma visão de síntese	334
4.4 – As mulheres casadas e viúvas	337
4.5 - Exposição e ilegitimidade	346
4.6 - A dimensão do fenómeno	362
CAPÍTULO 5 – A CONFIGURAÇÃO DOS AGREGADOS DOMÉSTICOS	367
5.1 – Fogo, agregado doméstico e família	367
5.2 – A configuração doméstica segundo a tipologia de Cambridge	370
5.2.1 – As configurações domésticas em Portugal: uma visão de síntese	373
5.2.2 – A estrutura e a dimensão dos agregados da Ribeira Seca	379
5.3 - As configurações domésticas com situações de ilegitimidade: uma proposta tipológica	392
Apêndice 5.1 - Configurações familiares com situações de ilegitimidade. Pictogramas exemplificativos	427
CAPÍTULO 6 - A SOCIALIZAÇÃO DO NASCIMENTO FORA DO MATRIMÓNIO	429
6.1 - Desfavorecidos e possidentes: um padrão diferenciado?	429

O Nascimento fora do Matrimónio [...]	529
6.2 - O testemunho clerical	469
6.3 – A prática das elites	481
CONCLUSÃO	495
FONTES E BIBLIOGRAFIA	503
Fontes Manuscritas	503
Fontes Impressas	508

## QUADROS

<b>Quadro 1.1</b> Índices de Whipple em 1799, 1832 e 1839	33
<b>Quadro 1.2</b> Relações de masculinidade e intervalo de confiança (1825-1827)	34
<b>Quadro 1.3</b> Principais deficiências das fontes civis (1835-1859)	39
<b>Quadro 1.4</b> Síntese das fontes civis	41
<b>Quadro 1.5</b> Índices de Whipple em 1875, 1879, 1884 e 1900 (%)	58
<b>Quadro 1.6</b> Comparação entre as estatísticas civis e eclesiásticas (1874-1904)	61
<b>Quadro 1.7</b> Rendimento colectável médio por profissão em 1881 (réis)	79
<b>Quadro 2.1</b> Distribuição percentual da superfície do arquipélago açoriano por níveis de altitude	92
<b>Quadro 2.2</b> Área de povoamento 1 – Ribeira Seca, vertente Sul (0-300m)	96
<b>Quadro 2.3</b> Área de povoamento 2 – vertente Sul (200-500 m)	98
<b>Quadro 2.4</b> Área de povoamento 3 – fajãs do Sul (0-100 m)	101
<b>Quadro 2.5</b> Área de povoamento 4 – fajãs do Norte (0-100m)	104
<b>Quadro 2.6</b> Produção em moios de cereais na ilha de São Jorge (1839-1853)	109
<b>Quadro 2.7</b> Produção de cereais, lã, linho e gado na ilha de São Jorge (1887)	110
<b>Quadro 2.8</b> Distribuição da colheita da vinha por áreas de povoamento (1851)	113
<b>Quadro 2.9</b> População activa masculina por sectores de actividade (1875)	117
<b>Quadro 3.1</b> Evolução dos efectivos no arquipélago dos Açores (1801-1900)	123
<b>Quadro 3.2</b> Evolução dos efectivos na ilha de São Jorge, concelho da Calheta e freguesia da Ribeira Seca (1799-1911)	126
<b>Quadro 3.3</b> Principais períodos de crescimento dos efectivos jorgenses e açorianos (1799-1911)	129
<b>Quadro 3.4</b> Taxas de crescimento anual médio na freguesia da Ribeira Seca (1799-1913) %	131
<b>Quadro 3.5</b> Dimensão dos povoados da freguesia da Ribeira Seca (1839, 1884, 1910)	134
<b>Quadro 3.6</b> Evolução das relações de masculinidade na freguesia da Ribeira Seca, concelho da Calheta e ilhas de São Jorge, Graciosa e Terceira (1799-1909) (%)	136
<b>Quadro 3.7</b> Grandes grupos etários e índices resumo na freguesia da Ribeira Seca (1799-1900)	144
<b>Quadro 3.8</b> Grupos funcionais na ilha de São Jorge e arquipélago (1799-1900). Comparativo	145
<b>Quadro 3.9</b> Repartição civil dos efectivos da Ribeira Seca (1799, 1824, 1832, 1864, 1875, 1884, 1900)	147

<b>Quadro 3.10</b> Números absolutos de efectivos casados na freguesia da Ribeira Seca _____	148
<b>Quadro 3.11</b> Relação de masculinidade dos solteiros da freguesia da Ribeira Seca compreendidos entre os 20-39 anos (1799-1900) _____	149
<b>Quadro 3.12</b> Evolução das T.B.Nup. na freguesia da Ribeira Seca e distrito de Angra do Heroísmo (1799-1911) _____	153
<b>Quadro 3.13</b> Idades médias ao primeiro casamento na freguesia da Ribeira Seca (1800-1909) _____	156
<b>Quadro 3.14</b> Idades médias ao primeiro casamento segundo escalões etários (1800-1850, 1851-1910) _____	158
<b>Quadro 3.15</b> Idades médias ao casamento na Ribeira Seca segundo a profissão masculina _____	159
<b>Quadro 3.16</b> Idades médias ao casamento dos lavradores abastados (1800-1910) _____	160
<b>Quadro 3.17</b> Idades médias ao primeiro casamento na freguesia da Calheta (décadas de 1840, 1860 e anos de 1870-73) _____	161
<b>Quadro 3.18</b> Idades médias ao primeiro casamento na freguesia da Ribeira Seca, ilha de São Jorge e distrito de Angra do Heroísmo (1864-1911) _____	163
<b>Quadro 3.19</b> Diferença etária entre cônjuges ao primeiro casamento na freguesia da Ribeira Seca (1800-1910) _____	164
<b>Quadro 3.20</b> Contraentes segundo o estado civil e número de casamento combinado _____	165
<b>Quadro 3.21</b> Tempo de recasamento dos contraentes (1800-1910) _____	166
<b>Quadro 3.22</b> Celibato definitivo na freguesia da Ribeira Seca (1800-1910) % . Análise transversal _____	170
<b>Quadro 3.23</b> Celibato definitivo na freguesia da Ribeira Seca-Concelho da Calheta, ilha de São Jorge, distrito de Angra e Portugal segundo o método de Hajnal (1864-1911) _____	173
<b>Quadro 3.24</b> Naturalidade dos nubentes de fora (1800-1910) _____	176
<b>Quadro 3.25</b> Origem dos nubentes por localidades combinadas (1800-1910) _____	179
<b>Quadro 3.26</b> Níveis de endogamia por zona geográfica (1800-1910) _____	180
<b>Quadro 3.27</b> Localidade de origem dos nubentes consorciados com forasteiros (1800-1910) _____	181
<b>Quadro 3.28</b> Número de dispensas eclesiásticas por tipo de impedimentos (1800-1910) _____	184
<b>Quadro 3.29</b> Percentagem de casamentos com dispensa canónica por área geográfica (1860-1910) _____	185
<b>Quadro 3.30</b> Dispensas por grau e tipo segundo profissão dos nubentes (1800-1910) _____	187
<b>Quadro 3.31</b> Percentagem de filhos casados e de consanguinidade por profissões. Famílias com mais de uma dispensa (1800-1915) _____	189
<b>Quadro 3.32</b> Evolução comparada das taxas brutas de natalidade na freguesia da Ribeira Seca e ilhas do distrito de Angra (1799-1911) _____	205

<b>Quadro 3.33</b> Percentagem de ilegitimidade por décadas na freguesia da Ribeira Seca (1800-1910). Médias móveis	207
<b>Quadro 3.34</b> Fases evolutivas e periodização da percentagem de ilegitimidade	208
<b>Quadro 3.35</b> Percentagem de ilegitimidade no antigo distrito de Angra do Heroísmo (1841-1887)	211
<b>Quadro 3.36</b> Média quinquenal da percentagem de ilegitimidade no distrito de Angra (1835-1911)	213
<b>Quadro 3.37</b> Ilegitimidade em várias paróquias açorianas (1800-1910). Comparativo	215
<b>Quadro 3.38</b> Taxas de fecundidade global, legítima e ilegítima (1799-1900)	218
<b>Quadro 3.39</b> Taxas de fecundidade global, legítima e ilegítima no distrito de Angra do Heroísmo (1864-1911)	221
<b>Quadro 3.40</b> Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher, descendência teórica e taxa geral de fecundidade por idades na freguesia da Ribeira Seca (1800-1889)	223
<b>Quadro 3.41</b> Taxas de fecundidade geral por idades na freguesia da Ribeira Seca (1799-1900). Por mil mulheres	225
<b>Quadro 3.42</b> Evolução das taxas brutas de mortalidade na freguesia da Ribeira Seca, concelho da Calheta e ilhas do distrito de Angra do Heroísmo (1799-1911)	230
<b>Quadro 3.43</b> Taxas de mortalidade infantil na Ribeira Seca e Sul do Pico – 1800-1910	235
<b>Quadro 3.44</b> Esperança de vida à nascença ( $e_0$ ) masculina e feminina na freguesia da Ribeira Seca	237
<b>Quadro 3.45</b> Esperança de vida à nascença por gerações na freguesia da Ribeira Seca (1800-1840)	238
<b>Quadro 3.46</b> Emigração legal dos distritos administrativos açorianos (1866-1900)	244
<b>Quadro 3.47</b> Casas desabitadas no distrito de Angra do Heroísmo em 1891	249
<b>Quadro 3.48</b> Saldo migratório nas ilhas do distrito de Angra do Heroísmo (1864-1900)	250
<b>Quadro 3.49</b> Percentagem de crescimento inter-censitário nas ilhas do distrito de Angra (1864-1900)	251
<b>Quadro 3.50</b> Saldos migratórios por sexo na freguesia da Ribeira Seca (1799-1910)	255
<b>Quadro 3.51</b> Locais de fixação dos naturais da freguesia segundo os inventários orfanológicos	258
<b>Quadro 3.52</b> Emigração por famílias na freguesia da Ribeira Seca segundo os passaportes (1873-1910)	262
<b>Quadro 3.53</b> Estado civil dos emigrantes legais (1872-1910)	263

<b>Quadro 4.1</b> Mães solteiras ao óbito. Volume, reincidência, idade média e filiação	267
<b>Quadro 4.2</b> Idade média das mães solteiras 0 ao nascimento do primeiro filho por grupos de idades	269
<b>Quadro 4.3</b> Número de filhos por mulher solteira ao óbito	270
<b>Quadro 4.4</b> Percurso dos filhos das mães solteiras de tipo 0	272
<b>Quadro 4.5</b> Ocupação dos progenitores das mães solteiras ao óbito	275
<b>Quadro 4.6</b> Nível económico das famílias de mães solteiras segundo a contribuição predial de 1881	276
<b>Quadro 4.7</b> Média de descendentes e idade média ao nascimento do primeiro filho segundo condição económica dos progenitores de solteiras tipo 0	277
<b>Quadro 4.8</b> Percursos dos descendentes de mães solteiras reincidentes (tipo 0)	281
<b>Quadro 4.9</b> Mães solteiras (Tipo 1), reincidência, e idade média ao nascimento do 1º filho	286
<b>Quadro 4.10</b> Idade média ao nascimento do primeiro filho – famílias legítimas e ilegítimas (Solteiras tipo 0 e total de mães solteiras)	289
<b>Quadro 4.11</b> Número de filhos por mulheres solteiras (tipo 1)	291
<b>Quadro 4.12</b> Nível económico das famílias de mães solteiras (tipo 1) segundo a contribuição predial de 1881	295
<b>Quadro 4.13</b> Mães solteiras (tipo 1), segundo a profissão da família de origem	298
<b>Quadro 4.14</b> Idades médias ao nascimento do primeiro filho e percentagem de mães solteiras de tipo 1 segundo o período de vida dos pais	300
<b>Quadro 4.15</b> Percurso dos filhos das mães solteiras de tipo 1	301
<b>Quadro 4.16</b> Percursos dos filhos de mães solteiras reincidentes (tipo 1)	302
<b>Quadro 4.17</b> Volume, reincidência e idades médias por décadas (1800-1910). Mães solteiras de tipo 2 e 3	308
<b>Quadro 4.18</b> Número de filhos por mulheres solteiras (tipos 2 e 3)	312
<b>Quadro 4.19</b> Frequência do nascimento do primeiro filho por grupos etários (Solteiras 2 e 3)	313
<b>Quadro 4.20</b> Profissões masculinas dos futuros nubentes (tipos 2 e 3)	317
<b>Quadro 4.21</b> Incidência da ilegitimidade segundo escalões de rendimento	319
<b>Quadro 4.22</b> Grupo doméstico de Dâmaso José Silveira	327
<b>Quadro 4.23</b> Número de famílias com enteados	328
<b>Quadro 4.24</b> Percurso dos filhos das mães solteiras de tipo 3	329
<b>Quadro 4.25</b> Percurso dos filhos das mães solteiras de tipo 2	329
<b>Quadro 4.26</b> Naturalidade dos progenitores de tipo 2 e 3	331
<b>Quadro 4.27</b> Volume, casamento e reincidência das mães solteiras por rendimento (tipos 2 e 3)	334
<b>Quadro 4.28</b> Número de mães não solteiras (1800-1910)	339
<b>Quadro 4.29</b> Idade ao nascimento do primeiro filho (não solteiras)	340
<b>Quadro 4.30</b> Número de filhos ilegítimos (não solteiras)	341
<b>Quadro 4.31</b> Percentagem de filhos bastardos por família (não solteiras)	341

<b>Quadro 4.32</b> Intervalo de tempo (não solteiras)	342
<b>Quadro 4.33</b> Número anual de entradas de expostos e sua percentagem face ao total de nascimentos. Distrito de Angra do Heroísmo (1861-1877)	352
<b>Quadro 4.34</b> Expostos baptizados na freguesia (1800-1910)	355
<b>Quadro 4.35</b> Nível económico dos apresentantes (classes de rendimento)	356
<b>Quadro 4.36</b> Profissões dos apresentantes masculinos	356
<b>Quadro 4.37</b> Família de Francisco Inácio Silveira Ávila	359
<b>Quadro 4.38</b> Número de mães solteiras segundo categoria (1800-1910)	363
<b>Quadro 5.1</b> Grupos domésticos em Portugal segundo a tipologia de Cambridge (1766-1880)	374
<b>Quadro 5.2</b> Fogos 68, 69 e 70 da Canada de São Bartolomeu (rol de 1875)	381
<b>Quadro 5.3</b> Fogos 322 e 323 em 1875 (Entre-Grutões)	382
<b>Quadro 5.4</b> Fogos 736 e 737 em 1875 (Terceiro Loural)	382
<b>Quadro 5.5</b> Fogos 293 e 294 do Morro e Gança em 1884	384
<b>Quadro 5.6</b> Estrutura familiar da freguesia da Ribeira Seca em 1839, 1875 e 1900 segundo a tipologia de Cambridge	385
<b>Quadro 5.7</b> Dimensão dos agregados domésticos em 1839, 1875 e 1900	390
<b>Quadro 5.8</b> O agregado doméstico de Bárbara Joaquina	396
<b>Quadro 5.9</b> Agregado familiar de Manuel Machado Luís	397
<b>Quadro 5.10</b> Tipologia das configurações domésticas com situações de ilegitimidade e eventual correspondência na tipologia de Cambridge	398
<b>Quadro 5.11</b> Agregado de Matias Machado de Sousa	403
<b>Quadro 5.12</b> Configurações familiares com situações de ilegitimidade (Ribeira Seca 1839, 1875, 1884 e 1900)	403
<b>Quadro 5.13</b> Distribuição das mulheres solteiras segundo a tipologia de ilegitimidade pelas configurações domésticas (1875)	410
<b>Quadro 5.14</b> Evolução do agregado de José Oliveira Moniz (1875-1900)	414
<b>Quadro 5.15</b> Evolução do agregado de Vitorino Machado Pereira Mendonça	418
<b>Quadro 5.16</b> Configurações familiares com situações de ilegitimidade (1839). Concelho da Calheta (São Jorge) e freguesia de Santa Cruz (Graciosa)	421
<b>Quadro 6.1</b> Famílias de origem dos progenitores – nº de filhos, relações de masculinidade e óbitos	431
<b>Quadro 6.2</b> Decomposição das famílias de origem dos progenitores: ‘emigração’ diferencial e <i>número líquido de filhos</i>	432
<b>Quadro 6.3</b> Estrutura familiar dos agregados domésticos chefiados por homens em 1875	437
<b>Quadro 6.4</b> Estado civil dos testadores (%)	446
<b>Quadro 6.5</b> Legado pio, assistência na velhice e reserva do usufruto da propriedade. Número de ocorrências e percentagem segundo a documentação notarial	447
<b>Quadro 6.6</b> Tempo decorrido entre a celebração do testamento e o óbito do testador	448

<b>Quadro 6.7</b> Forma de repartição da <i>terça</i> na freguesia da Ribeira Seca (1800-1910)	450
<b>Quadro 6.8</b> Nomes e cargos dos militares com percursos ilegítimos	483

## GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.1</b> Relações de masculinidade à nascença e intervalo de confiança (1835-1910)	40
<b>Gráfico 2.1</b> Evolução de efectivos na freguesia de São Tiago e Norte Pequeno + Calheta (1760-1799)	90
<b>Gráfico 3.1</b> Evolução dos efectivos no arquipélago dos Açores (1801-1900)	124
<b>Gráfico 3.2</b> Evolução dos efectivos jorgenses (1799-1913)	128
<b>Gráfico 3.3</b> Evolução dos efectivos da freguesia da Ribeira Seca (1799-1912)	130
<b>Gráfico 3.4</b> Evolução dos efectivos do concelho da Calheta (1799-1911)	130
<b>Gráfico 3.5</b> Evolução dos efectivos da freguesia da Ribeira Seca por áreas de povoamento (1839-1910)	133
<b>Gráfico 3.6</b> Evolução das relações de masculinidade na ilha de São Jorge, concelho da Calheta e freguesia da Ribeira Seca (1799-1909) %	137
<b>Gráfico 3.7</b> Pirâmide etária da freguesia da Ribeira Seca em 1799	139
<b>Gráfico 3.8</b> Pirâmides etárias da freguesia da Ribeira Seca em 1824 e 1832	140
<b>Gráfico 3.9</b> Pirâmide etária da freguesia da Ribeira Seca em 1864	141
<b>Gráfico 3.10</b> Pirâmides etárias da freguesia da Ribeira Seca em 1875 e 1900	142
<b>Gráfico 3.11</b> Movimento anual e média móvel de casamentos na freguesia da Ribeira Seca (1800-1921)	151
<b>Gráfico 3.12</b> Evolução das taxas brutas de nupcialidade na freguesia da Ribeira Seca e média móvel de 9 anos (1799-1911) ‰	152
<b>Gráfico 3.13</b> Evolução da T.B.Nup. na freguesia da Ribeira Seca, ilha de São Jorge e distrito de Angra do Heroísmo (1835-1911) ‰	154
<b>Gráfico 3.14</b> Idades médias ao primeiro casamento na freguesia da Ribeira Seca (1800-1910)	157
<b>Gráfico 3.15</b> Idades médias ao primeiro casamento segundo escalões etários (1800-1850, 1851-1910)	158
<b>Gráfico 3.16</b> Evolução do celibato feminino na freguesia da Ribeira Seca, concelho da Calheta, ilha de São Jorge e distrito de Angra e Portugal (1864-1911) %	174
<b>Gráfico 3.17</b> Evolução da taxa bruta de natalidade e média móvel de 9 anos na freguesia da Ribeira Seca (1800-1910) ‰	203



<b>Gráfico 3.18</b> Evolução comparada das taxas brutas de natalidade na freguesia da Ribeira Seca e ilha de São Jorge e distrito de Angra (1799-1911) ‰	206
<b>Gráfico 3.19</b> Percentagem de ilegitimidade (%) e volume anual de matrimónios na freguesia da Ribeira Seca (1800-1913)	209
<b>Gráfico 3.20</b> Média quinquenal da percentagem de ilegitimidade no distrito de Angra (1835-1911)	213
<b>Gráfico 3.21</b> Taxas de fecundidade global no distrito de Angra do Heroísmo (1864-1911)	221
<b>Gráfico 3.22</b> Taxas de fecundidade ilegítima no distrito de Angra do Heroísmo (1864-1911)	222
<b>Gráfico 3.23</b> Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher por períodos (1800-1889) ‰	223
<b>Gráfico 3.24</b> Taxas brutas e líquidas de reprodução na freguesia da Ribeira Seca (1799-1900)	227
<b>Gráfico 3.25</b> Evolução das taxas brutas de mortalidade na freguesia da Ribeira Seca e médias móveis de 9 anos (1799-1911) ‰	228
<b>Gráfico 3.26</b> Evolução das taxas brutas de mortalidade na freguesia da Ribeira Seca, ilha de São Jorge e média distrital (1799-1911) ‰	230
<b>Gráfico 3.27</b> Óbitos da freguesia da Ribeira Seca segundo os registos paroquiais e as estatísticas civis (1835-1893)	231
<b>Gráfico 3.28</b> Movimento de óbitos na freguesia da Ribeira Seca e respectiva média móvel de 9 anos (1790-1913)	233
<b>Gráfico 3.29</b> Evolução anual do número de emigrantes legais no distrito de Angra do Heroísmo (1832-1900)	243
<b>Gráfico 3.30</b> Evolução dos saldos migratórios por sexo na freguesia da Ribeira Seca (1799-1910)	255
<b>Gráfico 3.31</b> Emigração total e legal por sexos na freguesia da Ribeira Seca (1877-1910)	259
<b>Gráfico 3.32</b> Evolução das relações de masculinidade dos emigrantes (1873-1910) ‰. Escala logarítmica	260
<b>Gráfico 3.33</b> Pirâmide etária da emigração legal (1872-1910). Números absolutos	261
<b>Gráfico 4.1</b> Volume e reincidência das mães solteiras ao óbito	268
<b>Gráfico 4.2</b> Mães solteiras (tipo 1), reincidência, e idade média ao nascimento do 1º filho	287
<b>Gráfico 4.3</b> Idade média ao nascimento do primeiro filho por grupos etários – famílias legítimas e ilegítimas (Solteiras tipo 0 e total de mães solteiras)	289
<b>Gráfico 4.4</b> Volume de mães solteiras 2 e 3 por década	309
<b>Gráfico 4.5</b> Reincidência das mães solteiras (tipos 2 e 3)	310
<b>Gráfico 4.6</b> Frequência na concepção do primeiro filho por grupos etários da mãe. (Comparativo) ‰	314
<b>Gráfico 4.7</b> ‘Rácio de intensidade económica na bastardia’ (tipos 2 e 3) ‰	322

<b>Gráfico 4.8</b> Evolução anual de entradas de expostos e sua percentagem face ao total de nascimentos. Distrito de Angra do Heroísmo (1861-1877). Escala logarítmica	352
<b>Gráfico 4.9</b> Permilagem de expostos face ao total de nascimentos no distrito de Angra do Heroísmo (1861-1877)	353
<b>Gráfico 4.10</b> Percentagem de progenitoras e descendentes segundo tipologia das mulheres com reprodução fora do casamento	363
<b>Gráfico 4.11</b> Volume de mães com reprodução fora do casamento (1800-1910)	364
<b>Gráfico 5.1</b> Frequência relativa da dimensão dos agregados domésticos formados por parentes em 1839, 1875 e 1900	391
<b>Gráfico 6.1</b> Decomposição do número líquido de filhos (%)	434
<b>Gráfico 6.2</b> Total de mães solteiras por década e sua reincidência (1800-1910)	444

## FIGURAS

<b>Figura 1.1</b> Ficha de família nº 111 no <i>Rpar</i>	74
<b>Figura 1.2</b> Ficha de indivíduo na <i>Rpar</i>	75
<b>Figura 2.1</b> A Ilha de São Jorge e suas principais povoações	87
<b>Figura 3.1</b> Descendentes de Manuel António Mendonça, camponês da Caldeira	190
<b>Figura 3.2</b> Descendentes de Aires Teixeira Machado, camponês da Caldeira de Cima	190
<b>Figura 3.3</b> Descendentes de Anacleto José Matos, trabalhador da Fajã do Sanguinhal	191
<b>Figura 4.1</b> Genealogia parcial de Daria de São José, mãe solteira ao óbito	282
<b>Figura 4.2</b> Genealogia parcial de Rosa Umbelina, mãe solteira ao óbito	282
<b>Figura 4.3</b> Família de Bebiana Rosa, solteira	360
<b>Figura 5.1</b> Genealogia parcial de Joaquim António de Sousa Borges	383
<b>Figura 5.2</b> Descendência de José Oliveira Moniz, camponês da fajã Redonda	413
<b>Figura 5.3</b> Descendência de Vitorino Machado Pereira Mendonça, camponês da Canada de São Bartolomeu	417
<b>Figura 6.1</b> Genealogia de José Silveira Lopes	451
<b>Figura 6.2</b> Genealogia de Pascoal Silveira Xavier	453
<b>Figura 6.3</b> Genealogia de Raulino José Silveira	455
<b>Figura 6.4</b> Genealogia de António Silveira Borges	458
<b>Figura 6.5</b> Genealogia de António Faustino da Silveira	459
<b>Figura 6.6</b> Genealogia de Manuel Silveira Brasil	461
<b>Figura 6.7</b> Genealogia parcial de José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa	463

<b>Figura 6.8</b> Genealogia parcial do sargento Manuel Joaquim Azevedo e do alferes João Sousa Borges _____	487
<b>Figura 6.9</b> Genealogia parcelar dos Lacerdas da Ribeira Seca _____	488
<b>Figura 6.10</b> Genealogia parcial de Miguel António Silveira Moniz _____	492

## FOTOGRAFIAS

<b>Fotografia 2.1</b> Perspectiva do centro da freguesia _____	97
<b>Fotografia 2.2</b> Os Lourais _____	100
<b>Fotografia 2.3</b> - (Fajã dos Vimes) _____	102
<b>Fotografia 2.4</b> - (Fajã dos Bodes) _____	102
<b>Fotografia 2.5</b> Vista das fajãs do Norte: os Cubres e, ao fundo, a Caldeira _____	105
<b>Fotografia 3.1</b> Vista aérea da fajã da Caldeira _____	186

## MAPAS

<b>Mapa 2.1</b> Mapa do povoamento da Ribeira Seca (1875) _____	93
---	----